

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**COERÊNCIA E ADERÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UM ESTUDO DE CASO DOS COLETIVOS DE PRODUÇÃO
DO MST EM MATO GROSSO DO SUL**

Fabiano Mourão Vieira

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Leda Maria Paulani

SÃO PAULO

2005

Prof. Dr. Adolpho Jose Melfi
Reitor da Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Maria Tereza Leme Fleury
Diretora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Ricardo Abramovay
Chefe do Departamento de Economia

Prof^ª. Dr^ª. Fabiana Fontes Rocha
Prof^ª. Dr^ª. Basília Maria Baptista Aguirre
Coordenadoras do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas

FABIANO MOURÃO VIEIRA

**COERÊNCIA E ADERÊNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UM ESTUDO DE CASO DOS COLETIVOS DE PRODUÇÃO
DO MST EM MATO GROSSO DO SUL**

Tese apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Leda Maria Paulani

SÃO PAULO

2005

Tese defendida e aprovada no Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Economia, pela seguinte banca examinadora:

Prof. José Juliano de Carvalho Filho
Prof. Sérgio Buarque de Holanda Filho
Prof. João Machado
Prof. Miguel Juan Bacic
Prof^a Leda Maria Paulani (orientadora)

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Vieira, Fabiano Mourão

Coerência e aderência da economia solidária : um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul / Fabiano Mourão Vieira. -- São Paulo, 2005.

456 p.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2005

Bibliografia

1. Economia 2. Auto-gestão 3. Movimento dos sem-terra 4. Assentamento rural 5. Cooperativismo I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 330

Agradeço a todos os professores das disciplinas de doutorado realizadas, a saber, Ricardo Sukanuma, José de Oliveira Siqueira, José Raimundo Novaes Chiappin, Vera Lúcia Fava, Siegfried Bender, Renato Baumann, pelos ensinamentos, e, especialmente, Paul Singer, cuja motivação, otimismo, liderança, capacidade de sonhar e vontade de mudar o mundo foram essenciais para a escolha do tema desta tese e para a afinidade em relação ao mesmo. Também agradeço aos professores Gilberto Tadeu Lima e Otaviano Canuto, pelo apoio e incentivo às atividades acadêmicas, e aos coordenadores de curso.

Em destaque, agradeço à professora Leda Maria Paulani, pela valiosa orientação prestada para a realização desta tese de doutoramento. Agradeço, igualmente, o apoio e a ajuda preciosa dos professores José Juliano de Carvalho Filho e Sérgio Buarque de Holanda Filho, bem como a participação destes na banca de qualificação e na defesa de tese. Estendo os mesmos agradecimentos aos professores João Machado e Miguel Juan Bacic, que também participaram da defesa com muitas contribuições.

Agradeço à FEA/USP, pelo acolhimento e disponibilização de infra-estrutura de pesquisa, e às secretarias de pós-graduação e da coordenação em economia, com especial agradecimento à Valéria.

Por fim, agradeço aos colegas de mestrado e doutorado, aos informantes da pesquisa, ao MST/MS, ao Sebrae/MS, aos colegas de trabalho, aos amigos e aos familiares, principalmente minhas filhas Valéria e Victoria, que abdicaram de muitas horas de brincadeiras comigo em prol da realização desta tese.

“Era eu ou meu irmão; só tinha emprego para um de nós”

Borborema

RESUMO

A presente tese analisa a aderência e a coerência da economia solidária a partir de um estudo de caso descritivo de grupos autogestionários em Mato Grosso do Sul, com ênfase nos coletivos de produção do MST. Para tal, identificam-se os principais elementos formadores da teoria da economia solidária presentes entre os precursores, Owen, Marx e Yunus, e os contemporâneos, Singer, Arruda, Mance, Coraggio e Gaiger. A análise dos contemporâneos é auxiliada por uma pré-estrutura conceitual, que observa uma crítica ao capitalismo, uma teoria da transição e uma utopia. Os elementos identificados têm a aderência testada por meio das generalizações analíticas do estudo de caso. Em complemento, esta tarefa é estendida para abranger outros temas desenvolvidos na literatura específica por autores esparsos. Na conclusão, avalia-se a coerência da economia solidária, verificando os pontos em comum entre experiências endógenas, experiências exógenas e teorias propositivas. Verifica-se que a autogestão é o principal desencadeador da economia solidária, que defende um Estado distribuidor, é capaz de gerar uma distribuição de renda média, conforma uma economia heterogênea, procura superar o subdesenvolvimento, é auxiliada pela militância, mas tem um obstruidor, os dominantes na luta de classes. Apesar dos pontos em comum, a pesquisa confirma a necessidade de se reconhecer uma tripla natureza da economia solidária, como teoria, objeto e movimento social, uma dupla dimensão da teoria, descritiva e propositiva, e a existência de duas modalidades de experiências, exógenas e endógenas. Esta confirmação é realizada pelas diferenças que emergem em tais classificações. Por fim, conclui-se que a economia solidária, na conceituação abrangente, não refere-se à defesa de uma economia cordial e afetuosa, mas sim de uma economia capaz de ampliar os direitos sócio-econômicos, emancipar as pessoas e aumentar a capacidade reivindicativa da sociedade.

ABSTRACT

The present thesis analyzes the adherence and the coherence of the solidary economics from a study of descriptive case of self managed groups in Mato Grosso do Sul, with emphasis in the production collective groups of the MST. For such, main elements of the theory of the solidary economics are identified among the precursors authors, Owen, Marx and Yunus, and the contemporaries, Singer, Arruda, Mance, Coraggio and Gaiger. The analysis of the contemporaries is assisted by a conceptual prestructure, that observes a criticism to the capitalism, a transition theory and an utopia. The identified elements have their adherence tested by analytical generalizations of the case study. In complement, this task is extended to enclose other issues developed in specific literature among sparse authors. In the conclusion, coherence of the solidary economics is evaluated verifying the points in common among endogenous experiences, exogenous experiences and prepositive theories. It is verified that the self management is the main propelling force of the solidary economy, that supports a distributive State, it is capable to generate a distribution of average income, it conforms a heterogeneous economy, it looks for to surpass the subdevelopment, it is assisted by militants, but has an obstructor, the dominants in the class struggle. Despite the points in common, the research confirms the necessity of recognize a triple nature of the solidary economy, as theory (solidary economics), object (solidary economy) and social movement, a double dimension of the theory, descriptive and prepositive, and the existence of two modalities of experiences, exogenous and endogenous. This confirmation is carried through by the observation of differences that emerge in such classifications. Finally, it concludes that the solidary economy, in the broad conceptualization, does not mean the defense of an economy of cordiality, but an economy responsible for extending the social and economic rights, emancipating the people and increasing the requiring capacity of the society.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Introdução..... | 2 |
| i) Apresentação Histórica e Teórica..... | 2 |
| ii) Objetivos e Justificativa | 12 |
| iii) Metodologia de Pesquisa..... | 16 |
| iv) Síntese da Metodologia e dos Pressupostos Teóricos do Estudo de Caso. | 20 |
| Capítulo 1. Precursores da Economia Solidária | 22 |
| 1.1 Robert Owen | 23 |
| 1.2 Karl Marx..... | 42 |
| 1.3 Muhammad Yunus..... | 63 |
| 1.4 Síntese dos autores e influência na economia solidária | 80 |
| Capítulo 2- A Teoria da Economia Solidária no Brasil..... | 93 |
| 2.1- A Economia Solidária de Paul Singer | 94 |
| 2.2- A Economia Solidária de Marcos Arruda..... | 114 |
| 2.3- A Economia Solidária de Euclides Mance | 131 |
| 2.4- A Economia Solidária em Coraggio e Gaiger | 147 |
| 2.5- Síntese das Abordagens | 162 |
| Capítulo 3 – Debates, Estudos de Caso, Mapeamentos e Críticas | 183 |
| 3.1 Debates e Refinamentos Teóricos..... | 183 |
| 3.2 Cooperativas, autogestão, sindicatos e itcps | 194 |
| 3.3 Estudos de Caso e Mapeamentos..... | 204 |
| 3.4 Estado, Cultura e Educação | 220 |
| 3.5 Temas Diversos..... | 230 |
| 3.6 Trabalhos Críticos..... | 242 |
| 3.7 Síntese das Experiências e Questões Conceituais..... | 257 |
| Capítulo 4- Estudo de Caso | 261 |
| 4.1- O Desenvolvimento do MST e dos Coletivos de Produção nos Assentamentos.. | 262 |
| 4.2- Resultados do Estudo de Caso:..... | 274 |
| 4.3 Aderência das proposições dos precursores da economia solidária..... | 307 |
| 4.4 Aderência das teorias de economia solidária | 322 |
| 4.5 Aderência de mapeamentos, outros estudos de caso e debates..... | 341 |
| Conclusão | 365 |
| Referências. | 387 |
| Apêndice - Depoimentos e Entrevistas..... | 403 |

Introdução

Este trabalho objetiva estudar a economia solidária a partir do estudo de caso dos coletivos de produção do MST e de outros grupos coletivos apoiados externamente em Mato Grosso do Sul.

A economia solidária é entendida separadamente enquanto **teoria** (modelo), **movimento social** e **experiência** concreta. Apresenta-se a teoria da economia solidária como teoria da mudança sócio-econômica, influenciada por autores críticos como Marx e por homens de ação, como Owen e Yunus, e enquanto composição baseada em três partes: **uma crítica** ao capitalismo, **uma teoria da transição** e uma **utopia**. Ademais, constrói-se uma **tipologia de elementos de teoria da transição**, que diferencia os diversos autores fundantes da economia solidária e evidencia a coerência de suas teorias.

Antes de adentrar no estudo de caso, revê-se, sob o prisma da aderência, a bibliografia sobre as experiências e críticas da economia solidária, bem como sobre os assentamentos e os coletivos de produção. O estudo de caso é, então, realizado a partir de relatos, apresentados em apêndice, dos participantes dos coletivos de produção. Para fins comparativos, são, também, disponibilizados relatos de participantes de outras experiências de economia solidária nos assentamentos e no interior do Estado de Mato Grosso do Sul. As experiências são comparadas e discutidas tendo como base as principais questões da economia solidária. Conclui-se a respeito da **aderência** das práticas de economia solidária estudadas em relação aos diversos elementos que compõe a teoria da economia solidária.

Por último, na conclusão, argumenta-se que a solidez da economia solidária depende da presença simultânea de aderência das experiências concretas de mudança sócio-econômica nas teorias e de **coerência** interna destas últimas. A coerência é avaliada a partir da validade de teorias de economia solidária que não distinguem experiências endógenas de exógenas e descrições de proposições. Teorias sem aderência podem cair no risco de utopismo e teorias sem coerência incorrem no risco de generalização excessiva.

i) Apresentação Histórica e Teórica

A economia solidária no Brasil é um acontecimento recente. A primeira publicação organizada sobre o tema, ainda sob o termo economia popular e centrada na mesma, é datada de 1994. O termo economia solidária só passa a ser difundido no final da década de 90. Paralela a esta difusão, também é nesta época que se multiplicam as instituições —

associações, organizações, incubadoras, sindicatos — dedicadas a promover a economia solidária.

Ser algo recente não facilita a tarefa de se tecer uma introdução histórica da economia solidária baseada em sua emergência contemporânea. Com a evolução gradativa do acontecimento e pela necessidade de se legitimar a economia solidária como um processo cuja extensão e história vão além do panorama econômico tumultuado dos anos 90, foi realizado um esforço teórico por parte de seus líderes e militantes de legitimar a economia solidária no Brasil para além de suas fronteiras, culturas e tempos. Entendemos que legitimizações são buscas de realidades concretas que permitem vivenciar a economia solidária e manter a força e a esperança de seu projeto e de sua utopia.

No que se refere às fronteiras, revelou-se não se tratar de um fenômeno exclusivamente nacional. Olhou-se para o exterior em busca de dois sentidos. Em primeiro, tratava-se de mostrar que os acontecimentos ocorridos no Brasil também estavam ocorrendo em outros países. Este é o sentido de legitimação espacial da economia solidária. Em segundo, objetivou-se trazer experiências de outros países, importando-as para nossa economia solidária, observando sucessos e fracassos. É a importação espacial da economia solidária.

A legitimação para além das culturas tem se realizado por diversas maneiras. Em principal, buscam-se exemplos de países com tradições associativas e condições de desenvolvimento econômico distintas. Paralelamente, passou-se a discutir como a cultura do capitalismo gerou uma ética perniciosa e um conjunto de valores egoísta e individualista, enquanto se buscaram culturas alternativas onde a presença de ideais cooperativos e solidários era mais difundida. Esta busca foi realizada em sociedades ditas primitivas, em situações de gênero, em culturais locais, em culturas do trabalho e em comunidades alternativas. Abriu-se a possibilidade, portanto, de uma legitimação da viabilidade cultural da economia solidária.

Por último mas não menos importante, tem-se o esforço de legitimar a economia solidária para além ou aquém de seu tempo, por um lado elaborando utopias e fins e por outro elencando experiências e períodos no próprio sistema capitalista em que se desenvolveram projetos e ideais cooperativos e solidários. Todo este esforço almeja a legitimação utópica e a legitimação histórica da economia solidária. As utopias, entendidas como alternativas possíveis, mesmo que improváveis, servem de recursos que justificam ações e as tornam estruturantes, embasando processos de transformação social.

Nesta pequena introdução, é preciso olhar com maior atenção o processo histórico subjacente à economia solidária. A partir de uma visão histórico-estruturalista, é possível interpretar a emergência da Economia Solidária como uma reação cíclica ao capitalismo. Este

modo de produção ou sistema econômico apresenta, desde seus primórdios, flutuações de produção e renda que provocam períodos de depressão ou estagnação econômica. Ademais, o progresso técnico ou tecnológico não é regular e constante ao longo do tempo e também estaria sujeito a ondas. Uma terceira fonte de variações e incertezas pode ser encontrada nas dimensões do setor público e no grau de regulamentação do governo e de sua participação na economia. Dependendo dos ciclos políticos e das condições de sustentabilidade financeira, o papel do governo aumenta ou diminui, sendo permanentemente alterada sua natureza de instituição provedora de assistência social aos indivíduos.

A combinação da redução progressiva do Estado de Bem-Estar-Social com uma das duas condições de flutuações econômicas mais significativas, a revolução tecnológica e a depressão econômica, aumenta o número de indivíduos que são alijados do sistema produtivo, não conseguem emprego e não têm condições de sobrevivência adequadas sem a ajuda do Estado. Nestas condições adversas, os indivíduos seriam capazes de se organizar em grupos auto-sustentáveis e reagir para criar instituições voltadas ao auxílio mútuo.

Este movimento, para outro cenário histórico, foi descrito em “A Grande Transformação”, de K. Polanyi, que mescla uma análise econômica estruturalista com uma análise antropológica funcionalista e produz uma das mais influentes obras a respeito da capacidade de reagir dos indivíduos perante as adversidades associadas ao sistema capitalista. Ao longo da segunda metade do século XIX e grande parte do século XX, as conquistas dos indivíduos insatisfeitos se confundem ou podem ser explicadas pelas transformações ocorridas no papel do Estado, à medida que este absorveu, em grande parte, as novas demandas sociais originadas em contradições do capitalismo.

Os anos 80 e 90 inauguraram uma nova conjuntura histórica, uma vez que a estagnação econômica ocorreu em consonância com a crise de financiamento do Estado, delineando com nitidez e relativa aceitação os limites da ação estatal. Nesta época, foram necessárias novas iniciativas voltadas à sobrevivência de grupos excluídos ou em vias de exclusão.

Paralelamente, o rápido progresso tecnológico verificado no último quarto de século contribuiu para a ocorrência de profundas transformações no mercado de trabalho, com deslocamento de postos do setor da indústria para o de serviços, e da formalidade para a informalidade. Novas políticas de gestão administrativa acentuaram tais transformações.

Para a análise histórico-estruturalista, é fundamental a identificação de condições necessárias para a emergência de ações individuais. Nesta concepção, a economia solidária emerge como modo de produção intersticial, para preencher vazios econômicos e sociais que

a história e o capitalismo produziram. O exemplo típico de tal pensamento para a economia solidária é a autogestão de empresas falidas, quando o grupo de trabalhadores da própria empresa se reúne para dar continuidade à velha empresa com um novo modo de produção.

Porém, nada garante que a autogestão não seja apenas um elemento temporário nas empresas reerguidas. À medida que surge como resposta à falta de alternativas para a sobrevivência da empresa e não como uma escolha dos indivíduos, a autogestão pode ser abandonada por critérios exclusivamente econômicos – podendo se reverter para a heterogestão, com vistas a aprimorar sua eficiência produtiva e administrar seu crescimento e seus ganhos de escala. Além disso, quando a autogestão é bem sucedida, nada impede que capitalistas entreguem suas empresas às práticas autogestionárias, introduzindo em alto grau, elementos de democracia e igualdade, cuja única distinção em relação às cooperativas seria a propriedade do capital, em um processo que em última instância poderia ser considerado como uma dinâmica de intermediação financeira, com retornos pactuados com os autogestores.

As experiências com o microcrédito também ganham dimensões intersticiais. No pensamento histórico-estruturalista, elas emergem pela incapacidade do Estado em atender comunidades carentes e excluídas do sistema bancário, seja pelo gigantismo de suas instituições financeiras e pela falta de *expertise* em fazer uso de conhecimentos comunitários e da lógica das redes sociais. O setor bancário privado, por sua vez, apresenta altos custos operacionais e um sistema complexo de análise de crédito, que impossibilita o atendimento dos indivíduos de baixa renda, por não serem suficientemente rentáveis para os bancos. Assim, a análise histórico-estrutural entende que o microcrédito significa um sistema bancário paralelo e intersticial, com vistas a preencher lacunas do mercado bancário, sejam elas lucrativas ou não. No caso do microcrédito lucrativo, ele pode ser resumido como uma nova metodologia de análise de crédito e de formação de aval. Tal visão de mundo restringe a economia solidária, neste ramo, à construção de avais solidários.

O universo histórico-estrutural também provê explicações para os clubes de troca e para o comércio justo. Os clubes de troca emergiram em contextos de crise e em comunidades com capacidade de associação. Os clubes de troca possuem duas funções econômicas: prover uma moeda paralela à moeda oficial e possibilitar trocas em uma situação em que ninguém possui moeda oficial e não têm acesso aos mercados. O clube da troca é, por excelência, um mercado intersticial, que só justifica sua existência em contextos de crise.

É claro que falar em crise no capitalismo não é algo tão simples – pode-se argumentar que a crise é permanente e que as fricções e imperfeições nos mercados autoregulados

garantem a existência de espaços inatingíveis pela regulação. O desemprego estrutural das últimas décadas seria, no mundo histórico-estruturalista, pré-condição para a consolidação dos clubes de troca.

Por fim, o comércio justo seria um movimento burguês e não associado às classes populares. Os mais abastados preferem comprar produtos com maior valor social e ecológico agregado, aceitando pagar um prêmio pela natureza ética e justa da mercadoria. Não é à toa que tal modalidade de economia solidária não ganha muita importância nos fóruns de discussão de ênfase estrutural: sua dinâmica é diferente das demais modalidades de economia solidária, pois se propaga em períodos de crescimento e não de crise, entre a população mais rica e, geralmente, com maior nível educacional.

Pode-se argumentar, entretanto, que o comércio justo seria também uma resposta à crise capitalista – não a crise da falta de crescimento econômico, mas uma crise ética e ecológica. De qualquer modo, trata-se de uma forma mais profunda de inquietação e resistência, que não pode ser justificada pelo mero auto-interesse dos indivíduos momentaneamente excluídos e sem acesso aos mercados.

Para além da visão histórico-estruturalista, dois aspectos centrais chamam atenção no processo de consolidação da economia solidária: 1- a emergência de líderes capazes de promover profundas mudanças em seus meios e na visão de mundo de seus contemporâneos; e 2- o surgimento de um espírito da economia solidária.

De acordo com Singer (2002) as raízes da economia solidária podem ser encontradas nos autores clássicos do socialismo utópico, Owen, Fourier e Saint-Simon. “O cooperativismo recebeu deles inspiração fundamental, a partir do qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos.”(*Ibidem*, pg.38) Singer relata a luta de Owen para implantar seus projetos, em uma fase que chama de “cooperativismo revolucionário”. “A figura que sintetizou pensamento e ação nesta fase foi sem dúvida Owen, exemplo acabado de pensador e homem de ação e que inspiraria seus sucessores.”(*Ibidem*, pg.35) Também relata os principais pontos do projeto de Fourier, um “predecessor dos anarquistas”, com “discípulos ilustres”.

Não foi só o ideal de outra sociedade que motivou os líderes das raízes da economia solidária. As cooperativas de crédito foram “invenções alemãs”, realizadas por dois homens públicos, separadamente, um em meio urbano e outro em meio rural, sensibilizados pela fome que atingiu os pobres. Singer cita autor que relata ter Schulze-Delitzsch “personalidade impactante, eloqüência convincente, fé invencível em sua causa e entusiasmo verdadeiramente contagiante, que faziam dele um propagandista quase ideal.”[...] “Por onde

ele passava, novos Bancos do Povo surgiam, muitas vezes seguidos por outros tipos de cooperativas.”(*Ibidem*, pg.63) Por fim, “o cooperativismo de crédito foi iniciativa não dos próprios interessados, como o de consumo e o de produção, mas de figuras políticas que tentaram inicialmente ajudar os pobres por meio de instituições filantrópicas.”(*Ibidem*, pg.66)

O mesmo espírito da economia solidária que inspirou os alemães Schulze-Delitzsche e Reiffeisen reapareceu em Bangladesh mais de um século depois, no Grameen Bank, “uma resposta original e muito criativa [...] fruto de uma iniciativa de professores e estudantes de economia da Universidade de Chittatong, chefiados e inspirados por Muhammad Yunus.”(pg.75)

Na análise da importância das lideranças e da difusão da economia solidária, Singer destaca sobretudo a experiência da corporação cooperativa de Mondragón – “provavelmente o maior complexo cooperativo do mundo”(pg.98) e “o mais completo exemplo de uma economia solidária que não é intersticial, mas possuidora de sua própria dinâmica”(pg.105). A corporação surgiu em 1956, na pequena cidade de Mondragón, sem impulsos históricos ou culturais significativos, mas por uma série de iniciativas de José Maria Arizmendiarrreta – o padre Arizmendi. Ele criou uma escola técnica para ensinar os princípios da atual economia solidária e adquiriu uma empresa falida. Com o sucesso do empreendimento, novas empresas foram adquiridas e anexadas à cooperativa, gerando um modelo de grupo cooperativo que simultaneamente era capaz de preservar o tamanho pequeno dos empreendimentos e eliminar diferenças de rentabilidade, equalizando os resultados para o grupo de cooperados.

O investimento em educação e pesquisa foi importante para sustentar a natureza solidária da cooperativa, mesmo quando atingiu grandes dimensões. “É que a elite gerencial do agrupamento se compõe majoritariamente dos egressos da escola técnica, muitos tendo sido discípulos diretos de Arizmendi. Eles foram formados na adesão aos valores da economia solidária e treinados em autogestão.”(*Ibidem*, pg.104)

A difusão do espírito da economia solidária não se deve exclusivamente ao gênio de grandes homens. Ele recebe o apoio vindo do grande esforço de instituições, importantes agentes de mudança, para promovê-lo. De acordo com Singer, “cumpre observar, no entanto, que a reinvenção da economia solidária [...] é obra também de inúmeras entidades ligadas, ao menos no Brasil, principalmente à igreja católica e a outras igrejas, a sindicatos e a universidades.” (*Ibidem*, pg.122)

Os diferentes modos de se contar a história da economia solidária não têm implicações apenas teóricas. Em consequência destas distintas visões, foram identificados, em simultâneo, dois tipos de empreendimentos de economia solidária. Em primeiro, tratava-se de enfatizar as

empresas autogestionárias e os grupos coletivos que se desenvolveram autonomamente, em resposta às dificuldades impostas pelo sistema capitalista. Em segundo, tratava-se de identificar todos os projetos autogestionários que foram fomentados por um líder, por uma metodologia, por uma inovação sócio-econômica, por uma ONG ou por um movimento social. No primeiro caso, a raiz histórico-estruturalista realça a existência do grupo como uma resposta endógena ao capitalismo. São as próprias dificuldades deste sistema que geram soluções alternativas. No segundo caso, a ênfase no papel da genialidade de alguns homens visionários destaca uma solução exógena ao capitalismo, propagada pela emergência de um novo espírito, o da economia solidária, pelo brilhantismo de líderes e pela luta de movimentos sociais. Desta forma, não há uma definição única de empreendimento econômico solidário, mas duas, com o objetivo de abordar a variante exógena e endógena. Mesmo assim, não se deve descartar a existência de uma definição mínima de empreendimento econômico solidário, comum a todos, que é o empreendimento no qual se faz uso do trabalho cooperado entre os membros, respeitando critérios de autogestão.

Assim sendo, em seu bojo, a economia solidária carrega dois tipos de grupos e experiências: os endógenos e os exógenos. Estes tipos nascem de diferentes concepções de mudança sócio-econômica que são compatíveis e guardam semelhança com as modernas teorias da agência social que compatibilizam efeitos da ação e da estrutura, como pode ser visto em Sztompka (1998). Um exemplo de economia solidária endógena é tipicamente a empresa falida que passa a ser autogerida por seus funcionários. Outro exemplo é o MST, que é uma organização criada e administrada pelos excluídos. No campo das experiências exógenas, pode-se citar a Caritas, as ITCPs, as ONGs em geral e o Sebrae, que atuam no apoio e na formação dos grupos para o trabalho autogestionário. Há, ainda, grupos que compartilhem traços endógenos e exógenos. Por exemplo, a análise de ênfase nas associações e no movimento social contém elementos de ação e estruturalistas. Se por um lado as instituições vigentes precisam responder às condições estruturais, por outro lado novas instituições são criadas e se conformam como um movimento de ação social. Abaixo, são apresentadas, a título de exemplo, experiências e instituições típicas de economia solidária.

Embora tenham existido vários casos isolados de tomada, pelos trabalhadores, de empresas falidas, até a década de 80, somente nos anos 90 é que se deu início à propagação de um movimento autogestionário entre as organizações em processo falimentar. A principal instituição que reuniu as empresas convertidas é a ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária. Posteriormente, novas entidades teriam papel semelhante, como a Unisol.

O MST, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, foi fundado em 1984, com o intuito de organizar as lutas pela reforma agrária. Ao longo de duas décadas de funcionamento, o MST tornou-se o mais importante movimento de inclusão social brasileiro. A prática da economia solidária é vista na existência de diversas formas de cooperação estimuladas e em sua capacidade de reivindicação e combate à pobreza, além de ações de cunho formativo baseadas em críticas ao capitalismo e na procura de alternativas sócio-econômicas.

A Cáritas Brasileira, entidade apoiada pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e grupos católicos, desenvolveu, nos anos 80 e 90, diversos projetos que conciliavam assistencialismo e inclusão social. Posteriormente, já nos anos 2000, se anunciava como instituição responsável pela realização de 20 anos de economia popular solidária no Brasil (a expressão “popular” a distingue das demais economias solidárias, por vezes dissociadas da população de baixa renda).

Outro grupo de entidades que se caracteriza como uma importante instituição para o apoio de cooperativas urbanas é formado pelas ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. À medida que incorpora um grupo heterogêneo de profissionais, como professores, alunos voluntários ou não e funcionários, e realça a função pública da universidade brasileira, as ITCPs vão além do simples apoio: elas fomentam a economia solidária, reiteram o papel público da universidade (contribuindo para afastar a visão de que a universidade brasileira é elitista) e formam um fórum de relativa independência política e intelectual para discutir a economia solidária.

Estes são alguns conjuntos de instituições formadoras da economia solidária. Além destas, há um grande universo de instituições pré-existentes que foram identificadas como economia solidária conforme o movimento ganhou maturidade com o avançar dos anos. Uma das primeiras instituições que incorporaram a economia solidária às suas ações foi o MST. Embora seu objetivo central seja a organização de cooperativas agrícolas de assentados, o estímulo à autogestão também tornou-se importante para a organização de serviços e atividades subsidiárias. Centrais sindicais, como a CUT, também se organizaram para apoiar a economia solidária.

Uma instituição que mereceria um item ou capítulo à parte é o próprio governo. Além da ocorrência de várias iniciativas governamentais observadas na esfera municipal, em 2003 teve-se o surgimento da SENAES, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, pertencente ao Ministério do Trabalho. Embora suas ações sejam limitadas e restritas ao apoio indireto da

economia solidária, a SENAES acirra as discussões em torno de qual deve ser o papel do setor público no desenvolvimento da economia solidária.

Do ponto de vista político, era possível que a SENAES consolidasse a incorporação da economia solidária para a agenda política do PT, o Partido dos Trabalhadores. Entretanto, tal tendência, que possivelmente enfraqueceria a relação com as instituições formadoras, à medida que reveste as forças pré-existentes de um capital político, não se efetivou. As instituições formadoras, responsáveis pela difusão da economia solidária, têm guardado independência em relação ao governo, ainda que dependam dos recursos por este mobilizados. A liderança eventual de um único partido no movimento da economia solidária poderia ter sido capaz de ameaçar a convergência de ações e protestos definíveis como anti-capitalistas, transformando a economia solidária em um campo de poder, onde os agentes competiriam por um “capital solidário”. Tal ameaça poderia ter gerado ações de recuo e abandono da economia solidária, com vistas à gestão de projetos isolados cuja identidade com a economia solidária só se dá marginalmente. Porém, o que se observou é a relativa convergência de militantes e intelectuais ao identificar a economia solidária enquanto corpo de conhecimento e experiência concreta, não passível de apropriação partidária. O risco, portanto, deixou de ser associado à identificação da economia solidária enquanto projeto partidário. Mas novos riscos surgem, pois uma vez que se trata de um projeto de toda a sociedade, a economia solidária enquanto projeto político, cultural e de transformação pode sofrer apropriação conservadora, o que ensejaria uma fragmentação identitária e uma dispersão das instituições de apoio.

A evolução histórica da economia solidária no Brasil, acima traçada a partir de diferentes visões, mas com o mesmo fim legitimador, é importante para situar e compreender a natureza dos debates em curso. Mas é preciso não perder de vista que os acontecimentos históricos realimentam as teorias, que se adaptam com a progressão temporal.

Três eventos, na década de 90, potencializaram a teoria da economia solidária no Brasil. O fracasso do socialismo real foi o primeiro evento que abriu novas discussões a respeito de sistemas econômicos alternativos. No Brasil, em seguida, houve a campanha contra a fome de Betinho, ao longo dos anos 90, que envolveu ativamente a maioria dos principais autores da teoria da economia solidária brasileira. Por último, a Campanha da Fraternidade da Igreja Católica, em 1999, teve como tema “A fraternidade e os desempregados”, cujo texto remete diretamente à economia solidária como alternativa, popularizando o debate sobre metodologias possíveis de combate à exclusão social.

O Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2001, provocou uma alteração radical nas teorias de economia solidária. Enquanto nos anos 90 a economia solidária foi discutida enquanto utopia e projeto de combate à exclusão social, as teorias adentram o novo milênio com nova roupagem. Houve a percepção generalizada de que aquilo que se projetava já estava em curso no mundo. Rapidamente, os autores atualizaram suas teorias, legitimando-as no tempo presente. Tratou-se de uma súbita ruptura teórica, que teve como consequência o deslocamento do plano utópico para o plano empírico. Decorrente disto, as discussões acadêmicas sobre a economia solidária passaram a ser focalizadas em estudos de caso e tendências, ao invés da construção de projetos. Entretanto, a concretização dos estudos de caso e de mapeamentos, vis-à-vis às teorias, foi responsável por uma frustração que causou uma nova ruptura teórica. A fragilidade dos grupos chamou a atenção para a necessidade do resgate da dimensão de modelo da economia solidária e das discussões a respeito do papel do Estado no fomento às cooperativas autogestionárias.

Em outras palavras, nos anos 90 a economia solidária era, primordialmente, um projeto teórico para os autores brasileiros. Nos anos 2000 ela passou a ser uma realidade, um fato concreto e observável. Esta ruptura teve um custo teórico, em virtude da necessidade de encaixar, à força, os projetos nos acontecimentos e vice-versa. Entretanto, ao longo do primeiro lustro dos anos 2000, novos ajustes foram sendo realizados pelos estudos, que voltaram a reconhecer a economia solidária enquanto projeto e identificaram os limites das experiências em curso para qualificar a economia solidária. Não à toa, os mapeamentos realizados não corroboraram a existência da economia solidária como densa realidade concreta, mas como experiências isoladas, projetos de geração de renda, e como emergência de alternativas.

Entretanto, antes de apresentarmos os objetivos e a metodologia de pesquisa utilizada é preciso alertar para as especificidades da teoria da economia solidária. Ela desenvolve-se de modo diferente das ditas ciências naturais, cuja dissociação entre teoria e prática, enquanto modos de ação e pensamento, não faz muito sentido. Porém, ela é semelhante à ciência econômica neoclássica, que parte de um modelo ideal, possivelmente com pouca aderência à realidade e às práticas, para só a partir daí entender e revelar o comportamento microeconômico dos agentes e os acontecimentos macroeconômicos. O modelo ideal neoclássico comprova a existência de dissociações entre teoria e prática que podem ser importantes cientificamente ou retoricamente em determinadas instâncias.

A teoria da economia solidária também se baseia em modelos ideais. À medida que discute sistemas alternativos em formação, culturas inexistentes e hipotéticas e utopias

factíveis ou imaginárias, a qualidade de sua produção científica não se mede, necessariamente, nas práticas e na realidade concreta — pois as práticas e a realidade concreta que se almeja podem não existir ainda. Tal descolamento, contudo, não as exime da responsabilidade de serem *coerentes* e *aderentes* às suas legitimações.

Mas as semelhanças entre a economia neoclássica e a economia solidária são bastante limitadas aos aspectos supramencionados. Além do fato de a construção teórica da economia solidária ser influenciada fortemente pela oposição à economia neoclássica, há uma diferença normativa fundamental. A economia neoclássica tem servido, historicamente, enquanto um modelo ideal de inação — para que tudo ocorra idealmente é preciso não intervir na autoregulação dos mercados. A economia solidária é, em grande parte, um modelo de ação — para que seus projetos emergentes e suas utopias sejam factíveis é preciso agir de modo coordenado. Tendo isto em vista, é possível compreender que os acontecimentos em curso afetam diretamente o processo de construir a economia solidária.

De qualquer forma, é importante salientar que a economia solidária também é diferente da economia convencionada como heterodoxa, enquanto método. Um dos principais instrumentos da economia de cunho heterodoxo é a análise empírica. É por meio desta que se acusa o distanciamento da economia neoclássica da realidade observável. Neste contexto, a economia solidária surge como uma terceira vertente no pensamento econômico, diferente da heterodoxa, por usar modelos ideais críticos como método. A desconsideração desta diferença acentua as dificuldades encontradas em grande parte dos estudos sobre economia solidária no primeiro lustro dos anos 2000, que buscou observar as experiências concretas para entender sua lógica.

ii) Objetivos e Justificativa

O objetivo principal que propomos para este trabalho é realizar um estudo de caso a fim de avaliar a aderência e identificar a coerência das teorias de economia solidária desenvolvidas no Brasil. Espera-se, com tal propósito, contribuir para a correta identificação da economia solidária no Brasil enquanto objeto e para o desenvolvimento de uma teoria propositiva aderente que possa ser apreendida de forma eficaz pelos movimentos sociais.

O recorte específico para nosso país se deve à complexidade demasiada do tema quando é analisado além da produção teórica nacional. O entrelaçamento entre ação e discurso existente na economia solidária faz com que os teóricos, frequentemente, sejam também os militantes desta construção. Em consequência, o corpo teórico que se desenvolve é

suficientemente sensível e flexível com vistas a se adaptar às especificidades econômicas, políticas e sociais de cada espaço nacional. Daí entende-se o desenvolvimento relativamente independente entre a economia comunitária na Alemanha, a economia social na França e a economia do terceiro setor na Inglaterra e nos Estados Unidos. Tratam-se de diferentes categorias, que não são, necessariamente, comparáveis.

Apesar disso, um recorte possível para a pesquisa, mas além de nosso escopo, seria o latino-americano. As afinidades da economia solidária no Brasil aparecem quando observadas como um movimento latino-americano, pois há identificação de estruturas econômicas similares nos diversos países, com dinâmicas comuns geradoras de exclusão social e de ciclos econômicos. Além da esfera econômica, outros aspectos similares envolvem a fragilidade dos aparatos democráticos, a presença de uma cultura com traços autoritários, paternalistas e machistas, e a existência de instituições diversas, como as igrejas, que direta ou indiretamente participam do desenvolvimento econômico. Embora este conjunto de elementos afins possa ser suficiente para postular a existência ou a possibilidade teórica de uma economia solidária latino-americana, tal esforço é incompatível com a dimensão deste trabalho proposto. Ademais, trata-se de uma tarefa a ser realizada conjuntamente pelos teóricos e militantes da economia solidária, partindo da literatura econômica histórico-estruturalista, buscando identidades latino-americanas e elaborando projetos e utopias em comum.

Outra discussão que não se encontra no escopo deste trabalho envolve o processo de demarcação das fronteiras teóricas conceituais entre economia solidária, economia popular solidária, economia popular, sócio-economia, economia social, economia de comunhão, economia do terceiro setor e colaboração solidária. Ao invés de supor diferenças *a priori*, adotamos a posição de identificar as questões em comum, a saber, uma crítica ao capitalismo, uma teoria de transição e uma utopia. Estas questões em comum são definidas, por nós, como elementos da teoria econômica solidária.

Feitas estas considerações, é preciso que nós demarquemos o que queremos dizer como uma teoria aderente de economia solidária. Partindo de um exercício de decomposição das influências, teorias e extensões, são arrolados diversos elementos que compõe a estrutura da teoria da economia solidária. Esta é considerada aderente quando estes elementos são confirmados nas experiências já existentes de economia solidária, sejam endógenas ou exógenas.

Quanto à coerência, discutir se a economia solidária é coerente envolve debater os pressupostos subjacentes às concepções simultâneas de presença de grupos endógenos e exógenos e de teorias descritivas e propositivas. Em outras palavras, teorias de economia

solidária que não especifiquem seu objeto – como endógeno, exógeno, por um lado, e descritivo ou propositivo, por outro – e se pretendam amplas, devem se desenvolver, necessariamente, sob um campo em comum de presença de elementos aderentes nestas classes. Movimentos teóricos além deste campo comum demandam a especificação das teorias como propositivas, descritivas endógenas e descritivas exógenas.

Ao propormos a discussão sobre a aderência e coerência da economia solidária, ao invés da viabilidade, espera-se superar o desconforto ocorrido na literatura de economia solidária do primeiro lustro dos anos 2000, quando se convencionou ser a economia solidária uma realidade concreta, mais do que um projeto. Vale relembrar que discutir aspectos como a viabilidade na economia solidária significa mobilizar um esforço maior do que aquele realizado na economia capitalista, pois, devido a sua tripla natureza (teoria, movimento social e objeto), há flexibilidade e ausência de consensos para uma definição última de economia solidária capaz de abarcar todo o fenômeno, teoria e movimento que se analisa. Em outras palavras, a viabilidade dos empreendimentos solidários está diretamente relacionada ao que se define enquanto tal, o que remete, necessariamente, a dimensão teórica da economia solidária.

Isto pode ser bastante óbvio, mas não deixa de ser sumamente importante para entender acalorados debates sobre o futuro da economia solidária. Para exemplificar, enquanto uma definição endógena de economia solidária — como um processo de resposta à exclusão social — pode ver fracasso em um empreendimento cooperativo, uma definição exógena — como um movimento que estimula a autogestão — pode ver sucesso no mesmo empreendimento. Assim sendo, antes de a literatura discutir a viabilidade dos empreendimentos solidários tendo como ponto de partida uma experiência concreta entendemos ser mais importante avaliar a aderência e a coerência da definição dos empreendimentos solidários subjacente às teorias. Feito isto, que é o propósito desta tese, abre-se campo para que outros estudos avaliem a viabilidade da economia solidária, seja ela endógena e exógena, propositiva e descritiva, teoria, objeto ou movimento social. Infelizmente, o estudo específico da viabilidade, em razão da complexidade do que é economia solidária, foge ao escopo desta tese. Pelas mesmas razões, de forma semelhante, não é abordada de modo central a questão de saber se a economia solidária se mantém apenas em interstícios capitalistas e de entender as relações sistêmicas que guarda com o capitalismo.

Assim, neste trabalho, argumentamos que seja qual for o objeto de discussão, a aderência ou a viabilidade da economia solidária (enquanto *economy*), como fazem a maioria dos textos e artigos, é preciso determiná-lo e conceituá-lo na economia solidária (enquanto *economics* ou ciência econômica), sem o qual se corre o risco de estar discutindo universos

dísparos. Em consequência, objetivo dos dois primeiros capítulos deste trabalho circunscreve-se à teoria da economia solidária.

Uma grande parte dos textos e artigos de economia solidária, principalmente do primeiro lustro dos anos 2000, segue um *modelo narrativo linear*. Há um encadeamento temporal: 1- iniciam-se os textos discutindo as conquistas de alguma experiência concreta ou de um conjunto de experiências (passado); 2- em seguida são verificados os gargalos, impasses, problemas e soluções que estão ocorrendo na economia solidária (presente) e 3- discutem-se as perspectivas e horizontes (futuro). Infelizmente este modelo tem sido usado sem demarcar dois pressupostos analíticos: se o objeto estudado é endógeno ou exógeno; e se a teoria subjacente é descritiva ou propositiva. Portanto, é importante para o avanço dos debates e para o uso rigoroso deste modelo que se identifiquem pontos em comum entre experiências exógenas, endógenas e teorias descritivas e propositivas.

Com este objetivo em tela, acrescido da necessidade de se avaliar a aderência dos diversos elementos que compõe as teorias da economia solidária, faz-se um estudo de caso do MST. O Movimento dos Sem Terra é considerado adequado por três razões principais, entre outras. Em primeiro, trata-se de um movimento de características reconhecidamente anticapitalistas, possuindo, em seu bojo, uma crítica ao sistema econômico atual. Em segundo, é um movimento de caráter continuado e persistente, já perfazendo duas décadas de atividade, sendo anterior aos desenvolvimentos teóricos da economia solidária e de seus discursos. Em terceiro, os assentamentos e cooperativas são verdadeiras materializações de teorias da transição, possuindo, por vezes, várias características próprias de um sistema econômico solidário, pois abarcam as esferas de produção, consumo, financiamento, educação popular e emancipação humana. Esta última esfera corresponde a vários processos simultâneos, como desalienação do trabalho, resgate das identidades, construção da cidadania e combate aos mecanismos sociais excludentes e discriminatórios. Para complementar a pesquisa, o MST, que é considerado experiência endógena, é comparado a outros grupos de economia solidária considerados exógenos.

No que se refere especificamente ao estudo de caso, a escolha desta estratégia de pesquisa se deve ao fato de ser adequada para a compreensão de fenômenos sociais complexos e para o entendimento de acontecimentos contemporâneos, em situações em que não há fronteiras bem demarcadas entre os fenômenos e seu contextos, não sendo possível isolar variáveis e tampouco identificá-las claramente, como notou Yin (2005).

De qualquer forma, é preciso informar que em nossa tese, o estudo de caso do MST e de outros grupos é usado como suporte para testar a economia solidária e não para explicar o movimento mais geral dos acampamentos e assentamentos.

iii) Metodologia de Pesquisa

Nossa tese de doutoramento está composta por quatro capítulos, em virtude dos diferentes arranjos teóricos presentes no desenvolvimento da economia solidária e da inclusão de um estudo de caso.

No primeiro capítulo, são discutidos os principais autores clássicos que possuem, por um lado, contribuição reconhecida para a crítica do capitalismo, por outro, iniciativa prática para o desenvolvimento de projetos alternativos de mudança sócio-econômica. São eles: o avô, como diz Singer, da economia solidária Roberto Owen, o pai da economia solidária Karl Marx, e o contemporâneo homem de ação Muhamad Yunus. Estes autores arrolados possuem forte influência no desenvolvimento de teorias críticas ao capitalismo e propositivas de mudança, como é o caso da teoria da economia solidária. Marx, especificamente, é visto como o autor fundador destas teorias. Ao final do capítulo, são definidos temas-chave para serem revisitados no momento da análise do estudo de caso. Sob estes temas, também se testa a aderência da economia solidária.

No segundo capítulo, são discutidos os aspectos teóricos subjacentes à economia solidária. Para discussão da teoria da economia solidária, pressupõe-se sua estruturação em um *modelo teórico canônico*. Este modelo é composto de três partes: 1-uma crítica à economia capitalista, 2- uma teoria da transição e 3- uma utopia. Em seguida são analisados cinco autores, que julgamos importantes para as discussões, sob o prisma de sua conformação aos cânones apresentados:

- 1- Paul Singer e a economia solidária como uma economia socialista. O movimento autogestionário espontâneo da classe trabalhadora e a utopia democrática da autogestão.
- 2- Marcos Arruda e a economia solidária como uma economia amorosa e suficiente. O processo de mudança de valores e de transformação do mundo e a utopia da sociedade aconchegante e equilibrada.
- 3- Euclides Mance e a economia solidária como uma economia das redes. O desenvolvimento de redes, a expansão do fluxo de informações, o impacto na cultura e no trabalho e a utopia de um mundo coeso e integrado.

- 4- José Luis Coraggio e Luiz Inácio Gaiger e a economia solidária como reconfiguração da economia de mercado. A lógica do solidarismo e do trabalho cooperativo e utopia de uma economia de mercado engajada em práticas éticas e solidárias.

Tendo apresentado os quatro autores, constrói-se um quadro sintético comparativo a partir de suas diferentes concepções acerca da crítica do capitalismo, da teoria da transição e da utopia. Em seguida, é realizado um esforço de exposição da coerência da teoria da transição a partir de 17 elementos, a saber: horizonte temporal, sentido temporal, papel do Estado, desencadeador, catalisador, arrefecedor, obstruidor, ponto de partida, economia final, homem inicial, homem final, distribuição de renda, crescimento, efeito militância, papel da tecnologia, redução da incerteza e metodologia. Na análise de cada elemento, é enfatizada, por vezes forçada, a diferença entre os autores, a fim de produzir uma tipologia específica de cada item elementar.

Na terceiro capítulo, é realizado, a partir da bibliografia, um mapeamento da economia solidária no Brasil. Este mapeamento se baseia na atividade de relacionar as experiências de economia solidária ocorridas em nosso país, em um plano concreto, ou seja: apontar a emergência da autogestão, do consumo solidário, das finanças baseadas em avais solidários, das cooperativas urbanas e demais projetos econômicos comunitários e populares relacionadas à economia solidária. Em acréscimo são observados trabalhos de reconceituação e notas críticas. Este levantamento, em geral, que não pretende ser exaustivo, é feito com vistas a dar suporte às discussões sobre a aderência da teoria da economia solidária realizadas a partir do estudo de caso. Em acréscimo, eventuais críticas aos desenvolvimentos bibliográficos da economia solidária são realizadas no decorrer do capítulo.

No quarto capítulo é analisado o estudo de caso sobre a economia solidária no Mato Grosso do Sul, centrado nos coletivos de produção do MST, o Movimento dos Sem-Terra. O capítulo é iniciado com uma rápida revisão bibliográfica sobre o tema, com ênfase na avaliação das formas de organização econômica. Em seguida, o estudo de caso é elaborado a partir do relato de assentados associados ao MST, bem como de entrevistas com as lideranças do movimento. Com vistas a propiciar um ganho comparativo, são também relatadas outras experiências de economia solidária, fomentadas por agentes externos, sob a lógica “de cima-para-baixo”. Os resultados do estudo de caso são avaliados por meio dos seguintes tópicos: oposições binárias estruturantes e identitárias nos assentamentos, elementos motivadores, educação e formação, viabilidade econômica, organização interna dos coletivos, contribuições

econômicas e políticas, comparação entre grupos coletivos e outros grupos de economia solidária nos assentamentos, comparação entre os grupos coletivos e os grupos de economia solidária no interior de Mato Grosso do Sul. Na terceira, quarta e quinta partes do capítulo são testadas as aderências da teoria da economia solidária, a partir de elementos determinados em síntese nos capítulos um, dois e três, respectivamente.

Quanto ao estudo de caso, foi utilizada metodologia de casos múltiplos, ao avaliar várias experiências de coletivos de produção e de cooperativas. Entretanto, estes casos múltiplos também podem ser entendidos como caso único, se os agruparmos enquanto caso da economia solidária em Mato Grosso do Sul. Priorizou-se a pesquisa qualitativa, que é mais adequada pela abrangência temática da economia solidária e pela impossibilidade de escolha prévia de variáveis determinantes. Na definição da amplitude da pesquisa de campo, utilizou-se a lógica da replicação e não da amostragem – segundo Yin (2005, pg.58), trata-se de “testar uma teoria através da replicação das constatações em um segundo ou mesmo em um terceiro local, nos quais a teoria supõe que deveriam ocorrer os mesmos resultados”. Escolhido tal método, foram realizadas cerca de 30 entrevistas extensas, com respostas livres e dirigidas, estimadas ao longo da pesquisa como suficientes para obtenção de resultados sob a lógica da replicação. A partir das fontes primárias reunidas, foram desenvolvidas a descrição do estudo de caso e as generalizações analíticas para a economia solidária. A generalização analítica é definida de acordo com Yin (2005, pg.58), como o processo de generalizar um conjunto particular de resultados a alguma teoria mais abrangente.

Por último, na conclusão, os resultados do estudo de caso da economia solidária são utilizados para avaliar a coerência das teorias de economia solidária estudadas anteriormente. Estas teorias são marcadas pela abrangência, ao não distinguir endogenia, exogenia, descrição e proposição. Com este intuito, em primeiro apresenta-se um núcleo comum de elementos que são indiferentes em experiências exógenas e endógenas. Em segundo, demonstra-se um campo comum de elementos que são indiferentes em teorias descritivas (ênfatisando verificações empíricas de grupos endógenos) e em teorias propositivas. Para serem coerentes, teorias da economia solidária que optem por incluir indiscriminadamente experiências endógenas ou exógenas devem construir suas análises sob o mencionado núcleo comum. Ademais, para serem coerentes, teorias da economia solidária que se pretendam simultaneamente descritivas e propositivas devem respeitar o campo comum.

Enfim, no término do texto conclusivo, faz-se um esboço de elementos adicionais que poderiam ser incorporados a uma teoria da economia solidária, que se assume propositiva *a priori*, das mudanças sociais. No apêndice, são reunidas as entrevistas e depoimentos

realizados para a elaboração do estudo de caso. Embora não estejam no corpo principal da tese, tais textos são essenciais para a correta contextualização e compreensão da pesquisa e dos resultados apresentados ao longo do quarto capítulo e da conclusão.

Para maior clareza, esclarecemos abaixo alguns conceitos, de sociologia e de economia solidária, utilizados ao longo do trabalho:

A ‘totalidade’ significa a interconexão e interdependência dos elementos sociais. Em razão da totalidade, faz-se necessária a compreensão do todo o sistema sócio-econômico para analisar a ocorrência dos fenômenos sociais. O conceito é emprestado de Mauss (1974), cuja obra etnológica alertou para a necessidade de análises multidimensionais dos fenômenos, sem compartimentá-los em categorias próprias do pensamento ocidental, como o econômico, o jurídico, o religioso, o estético, o social e o mítico.

A ‘oposição binária’ é utilizada, neste trabalho, para retratar identidades relacionais de natureza estruturante. O conceito é emprestado de Lévi-Strauss (1967), cuja obra, fortemente influenciada pela lingüística estrutural, busca tratar elementos culturais a partir de suas relações, como entidades interdependentes. Em outras palavras, um elemento só se define em razão de sua relação com o outro. Isoladamente, a análise do elemento perde significado.

Outro conceito advindo da antropologia estrutural, o de ‘bricolagem’, provém de Lévi-Strauss (1989). Neste, a bricolagem marca as diferenças entre o pensamento mítico, dos povos sem escrita, e o pensamento científico ocidental. Enquanto este último baseia-se em uma racionalidade técnica e pode ser representado pela figura do trabalho de um engenheiro, o primeiro modo de pensamento assemelha-se à figura do bricoleiro, que constrói e conserta coisas com instrumentos improvisados que dispõe. Ele não utiliza estruturas conceituais, mas a compilação de signos aleatórios, a possibilidade de realizar novos arranjos a partir de elementos predeterminados, a introdução de elementos lúdicos e a inserção de conteúdos pessoais não deixa de guardar subjacente uma estrutura racional. Aqui, o conceito de bricolagem é utilizado, de maneira breve, com o intuito de contribuir para explicar uma característica do pensamento veiculado à economia solidária nos movimentos sociais, que reúne elementos de diversos corpos científicos e tradições críticas, além de experiências de vida e convívios na militância.

Uma última concepção retirada da antropologia é a noção de ‘probabilidades objetivas e expectativas subjetivas’, de Bourdieu (1979). As probabilidades objetivas são apreendidas pela compreensão do indivíduo a respeito do capital econômico, cujo funcionamento decorre de estruturas independentes da consciência e da vontade individual. Já as expectativas subjetivas são marcadas pelo *status* social e fundamentam-se em esquemas de ação e

percepção absorvidos em um capital cultural e em um *habitus* – incorporação de normas e conhecimentos tácitos. A interconexão entre probabilidades objetivas e expectativas subjetivas define ações estruturantes.

Outro conceito utilizado é o de ‘positivismo’, que é entendido a partir das propostas comteanas de se entender a sociedade por meio de um estudo sistemático das leis da natureza, ou seja, por meio científico, rejeitando filosofias metafísicas e análises que não derivem diretamente da observação empírica e da experiência. Outro elemento fundamental do positivismo, além da compreensão dos fenômenos, é a pretensão de reorganizar a sociedade e intervir em seus sentidos históricos e espirituais.

Ao longo do trabalho, também é utilizado o conceito de ‘pensamento conservador’. Este é visto como uma visão de mundo que se baseia no individualismo e é fundamentada cientificamente pela economia neoclássica. Valores-chave ao pensamento conservador são a propriedade privada, a confiança nos mecanismos auto-reguladores do mercado e a supremacia das decisões e utilidades individuais.

iv) Síntese da Metodologia e dos Pressupostos Teóricos do Estudo de Caso.

Arrolamos, passo a passo, os pressupostos teóricos que norteiam a metodologia deste trabalho apresentada nesta introdução:

- 1- A economia solidária emergiu nos anos 90 como uma teoria propositiva da mudança sócio-econômica. Construiu-se uma teoria econômica solidária que pretendia “mudar o mundo”;
- 2- A economia solidária desenvolveu-se enquanto projeto e ciência baseada em três fundamentos: uma crítica ao sistema capitalista, uma teoria de transição (com hipóteses sobre cultura, ação e estrutura) e uma utopia. A teoria da transição pode ser decomposta em diversos elementos
- 3- Para mudar o mundo ela precisou reconhecer ações estruturantes no sentido almejado. Neste esforço, a partir do final do ano 2000 a economia solidária passou a ser um projeto em realização e tornou-se um objeto empiricamente verificável. Em simultâneo, passou a ser uma teoria descritiva;
- 4- Também no final do ano 2000 observou-se que havia um movimento social em nível global insuflando ações no mesmo sentido advogado pelas teorias propositivas. Definiu-se uma tripla natureza para a economia solidária: teoria, movimento social e objeto.

- 5- Em paralelo, as experiências autogestionárias endógenas e exógenas passaram a ser reconhecidas simultaneamente como economia solidária. Ou seja, definiu-se uma dupla natureza para o objeto da economia solidária.
- 6- A hipótese que é algo que já existe e encontra-se em realização, gerou, entretanto, um modelo de narrativa linear em seus textos, artigos e discursos em geral. Mas este modelo peca pela falta de rigor ao não explicitar qual natureza da economia solidária e de seu objeto está sendo analisada. Este problema pode ser superado identificando um campo em comum em que pode ser observada a coerência da economia solidária ou explicitando as hipóteses de análise.

Com estes pressupostos, o trabalho faz uma análise teórica da economia solidária, identificando seus principais elementos, e realiza um estudo de caso descritivo de experiências endógenas de economia solidária, os coletivos de produção do MST, comparando-o com experiências exógenas. Em seguida, tendo como base este material, o estudo de caso passa a fornecer generalizações analíticas, à medida que é utilizado para avaliar a aderência das teorias de economia solidária. Na conclusão, avalia-se a possibilidade de coerência das teorias de economia solidária abrangentes ao identificar núcleos e campos em comum.

Capítulo 1. Precursores da Economia Solidária

Neste capítulo, abordaremos três autores cujas vidas e obras têm grande influência na economia solidária, Robert Owen, Karl Marx e Muhammad Yunus. Eles não foram autores contemporâneos, fato que impede a observação de debates diretos entre eles. Mesmo assim, não deixam de dialogar entre si, uma vez que cada um deixou seguidores e questões em aberto. Desta forma, por várias vezes Marx cita Owen e suas propostas. Yunus, por sua vez, reinventa o liberalismo clássico – alvo predileto das críticas de Marx.

A escolha desses autores não diminui, no entanto, a importância reconhecida de outros autores como Saint-Simon, Fourier, Proudhon, Marshall, Walras, Lênin, Rosa Luxemburgo, Bernstein. Estes autores foram preteridos na análise por causa do escopo limitado e da menor influência que apresentam para a teoria da economia solidária.

O objetivo subjacente à análise dos autores, que não procura ser exaustiva de seus pensamentos e ações, mas apenas ilustrativa, é relacionar os principais pontos que têm influenciado o desenvolvimento da economia solidária enquanto teoria e movimento social. Assim sendo, a leitura e análise é construída para permitir realizar um levantamento de diversos pontos em comum entre os autores, bem como divergências e questões insolúveis. Esta realização é metodologicamente importante para nosso trabalho, por revelar duas observações de relevância: em primeiro, os pontos em comum – positivismo, autogestão, crítica ao academicismo, tecnologia e redes, economia como gestão da casa e utopia – são reafirmados constantemente, com vistas a legitimar a economia solidária e conciliar diversas vertentes de ação; em segundo, as divergências e debates – sobre voluntarismo, estado e luta de classes – são minimizadas, aparentando, assim, que a economia solidária se esquivava deles, para que enquanto teoria não provoque cisões internas no movimento a qual alimenta.

Isto feito, pode-se adiantar que a identificação dos pontos em comum em autores precursores, em consequência, introduz ao capítulo 2, que analisa a teoria da economia solidária. Já a identificação de debates em questões em aberto subsidiam as análises de nosso estudo de caso, a ser realizada no capítulo 4 e as conclusões mais gerais a respeito da teoria da economia solidária.

Este capítulo está estruturado em quatro partes. Na primeira parte é analisada a vida e obra de Robert Owen, por meio de levantamento biográfico e análise de sua obra mais divulgada, *New View of Society*. Na segunda parte, as atenções dirigem-se à obra de Karl Marx, enfatizando suas concepções de mudança sócio-econômica e diversos pontos específicos, como cooperação, comunismo, práxis, papel do estado, organização da classe

trabalhadora, luta de classes, crítica aos socialismos e utopia. A crítica ao capitalismo não é abordada de modo central, porque foge ao escopo do capítulo, que busca somente identificar as origens dos fundamentos de mudança sócio-econômica em que a economia solidária se baseia. Ademais, o levantamento realizado das opiniões de Marx se restringe à mera apresentação, pois críticas e exegeses igualmente fugiriam ao escopo do trabalho. Na terceira parte, analisa-se Yunus, exclusivamente por meio do ‘best-seller’ *O Banqueiro dos Pobres*, livro-evento da economia solidária. Enfim, na quarta e mais importante parte são sintetizados os pontos de divergência e convergência entre os autores, que subsidiarão, como comentamos acima, os próximos capítulos.

1.1 Robert Owen

Owen é autor pioneiro no reformismo sócio-econômico moderno. Embora seja amplamente citado na literatura reformista, suas citações, de cunho mais biográfico do que bibliográfico, não deixam de revestir menor importância, pois envolvem um conjunto de projetos próprios do que hoje chamamos de economia solidária. Neste sentido, em paralelo à revisão das idéias de Owen, pode-se observar as dificuldades e acertos dos primeiros projetos econômicos coletivos.

De qualquer forma, cumpre salientar que este item do capítulo é relativamente distinto dos itens de Marx e de Yunus, porque parte mais de concepções desenvolvidas enquanto homem de ação, histórico, do que enquanto autor de teorias. Mesmo assim, essa diferença não obsta a comparação entre Owen, Marx e Yunus, realizada ao final do capítulo, com o intuito de contribuir para a compreensão das diferentes matizes da economia solidária.

Cumpre salientar que pouco se produziu na literatura acadêmica especificamente a respeito de Owen, principalmente porque sua obra foi composta de ações e não de escritos. Podmore (2004) relata que muito embora Owen fosse um leitor assíduo, não tinha interesse em diálogos teóricos. Suas obras são de divulgação e de panfletagem de suas propostas, publicadas não com o intuito de debatê-las em circuitos especializados, mas de propagá-las ao público.

O objetivo deste capítulo não é traçar uma biografia de Owen, embora este texto não deixe de estar estruturado por suas ações em vida. Procurou-se realizar uma leitura de Owen específica para a economia solidária. Neste sentido, não se adentra em questões aqui secundárias a respeito da natureza de Owen e de seu comportamento, mas são enfatizadas as

experiências coletivas em curso e o esforço para constituí-las. Assim sendo, relata-se os principais fatos constitutivos das comunidades de New Lanark, New Harmony e Queenwood, além das demais associações e bolsas criadas, concentrando-se nas dificuldades e nos sucessos obtidos, com vistas a dialogar com as experiências analisadas no estudo de caso atual. Além disso, as opiniões de Owen a respeito da natureza e da origem das transformações sócio-econômicas são destacadas, com o intuito de dialogar com outros autores fundadores da economia solidária, como Marx e Yunus. Ao mesmo tempo, em razão do caráter multidisciplinar da economia solidária, com interfaces em relação a outras ciências, não são ignoradas as opiniões e influências de Owen em relação à religiosidade, à administração humana, ao milenarismo e à economia como gestão da casa.

Antes de adentrar nos textos e biografias de Owen, pode-se resgatar o conteúdo de seu verbete no dicionário especializado em economia *The New Palgrave*. Neste, Thompson (1987) contrasta o sucesso de Owen como empresário, em sua tecelagem em New Lanark, onde de fato conseguiu harmonizar as condições de trabalho, e o fracasso enquanto reformador social, em experimentos como as comunidades cooperativas de *New Harmony*, em Indiana, fundada em 1824, e *Queenwood*, em Hampshire, fundada em 1839, e a *National Equitable Labour Exchange* – a bolsa de trocas de horas de trabalho – em 1832.

Thompson entende que os escritos de Owen pretendiam fazer uma nova ciência social, cujo poder preditivo e explicativo contribuiria para transformar o homem egoísta e competidor em um ser social cooperativo. Owen desloca a ‘economia política’ de seu tempo para uma ‘economia social’ e uma ‘economia moral’. Por último, Thompson não deixa de lembrar as opiniões de Engels a respeito das idéias de Owen, as quais considerava representativas de um socialismo utópico que projetava um futuro harmonioso no capitalismo que necessariamente deveria superar os antagonismos de classe.

Podmore (2004, pg.80-101) relata que as principais mudanças ocorridas em New Lanark citadas correspondem, de início, à abolição de maus tratos aos trabalhadores, freqüente na época, inclusive com uso de punições físicas. Owen acreditava que o ser humano era naturalmente bom, racional e humano, mas quando submetido a maus-tratos, era corrompido.

O desenvolvimento do ser humano também necessitava de uma escola diferente, que não fizesse uso de punições e ameaças. Neste sentido, uma das primeiras decisões de Owen após tomar o controle administrativo de New Lanark, cujo entorno abrigava uma população de aproximadamente 2 mil habitantes, foi construir uma escola, que buscasse a amorização das crianças. Owen também restringiu o trabalho infantil e compatibilizou os horários da

escola com as necessidades da fábrica. Embora aos olhos atuais tais medidas não pareçam inovadoras, estas o eram para a época. Não havia escolas infantis no Reino Unido e o modelo criado e posto em prática por Owen, fortemente influenciado pelas idéias de educadores contemporâneos como Bell e Lancaster, contribuiu para influenciar a instalação de escolas por toda a nação décadas depois.

Outra importante ação estimulada por Owen foi o estabelecimento de um mercado local que cobrava preços justos e não adulterava a qualidade dos produtos. Além destas vantagens, Owen buscava educar a população a economizar e a cuidar corretamente das economias domésticas. A margem de lucro do mercado, mesmo menor que do comércio tradicional, não deixava de ser significativa e era canalizada para sustentar a escola infantil. New Lanark também oferecia aos empregados o que hoje se chama de plano de saúde – um fundo de recursos destinado às pessoas doentes para que cubram suas despesas médicas.

Muitas das mudanças que Owen introduziu eram definitivamente paternalistas, talvez uma herança da convivência e do aprendizado com antigos dirigentes da fábrica. New Lanark foi planejada por Richard Arkwright e David Dale, em 1783. Dale era um progressista, preocupado com o bem-estar das crianças. Owen aprofundou o paternalismo aprendido com Dale, a tal ponto que, muitas vezes, seu gerenciamento das pessoas não era bem aceito pelos trabalhadores — fato compreensível, se lembrarmos que Owen instituiu, inclusive, inspetores para adentrar nas residências e avaliar a organização e a limpeza das casas.

Muitas outras iniciativas reformistas de Owen foram barradas pelos acionistas e demais proprietários de New Lanark, que desaprovavam quaisquer medidas que não visavam diretamente o lucro e restringiam ações filantrópicas. Nota-se que New Lanark não era um experimento socialista, pois sua direção era pouco democrática e, em última análise, visava o lucro. Tratava-se mais de um humanitarismo paternalista. De qualquer forma, os resultados eram comprovados pelos visitantes da época, conforme mostra Podmore (2004, pg.170), que afirmavam ser um local limpo, organizado e, principalmente, onde as pessoas eram felizes e de boa vontade.

Já neste período, na primeira década do século XIX, ele se esforçou em tornar pública suas idéias, para que fossem difundidas e aplicadas, igualmente, por outros empresários. Owen viajou pelo seu país com tal intento e financiou suas publicações em defesa de um novo mundo moral.

No texto ‘Observações sobre o Efeito do Sistema Manufatureiro’, de 1815, Owen nota que o declínio moral dos indivíduos atingia toda a Inglaterra. Em sua opinião, os ingleses perdiam, em seu caráter, a simplicidade feliz do agricultor camponês. O caráter das pessoas

que viviam em ambiente do comércio e da indústria estava voltado para o ganho fácil e para o aprendizado da enganação, distante de uma honestidade sincera e honesta que é necessária para a felicidade própria e dos outros. É importante observar que, embora Owen defendesse uma moral pré-industrial, não era contra a industrialização. Ele via nas técnicas, na disciplina e na maquinaria passos importantes para o aumento da felicidade humana.

Na Câmara dos Deputados, em 1816, Robert Owen manifestou-se contrário ao emprego de crianças com menos de dez anos, pois o trabalho era prejudicial ao crescimento físico e criava grandes dificuldades de aprendizado. Questionado se o fato de não trabalharem não influenciava as crianças ao cultivo de vícios, Owen afirmou ser exatamente o oposto; era a educação, e não o trabalho, que garantia a presença de bons hábitos.

Também em 1816 Owen fundou o ‘Institute for the Formation of Character’, com vistas à aplicação das soluções advindas de sua visão de mundo exposta em *New View of Society* – “o caráter de um homem é, sem exceção, sempre formado para ele”. No âmbito do instituto, funcionava a ‘New Rational Infant School’. Para esta, Owen procurou selecionar professores novos, carinhosos e amorosos, ao invés de professores mais velhos habituados ao ensino baseado em livros. Owen defendia que as crianças de até 12 anos não deveriam aprender por meio de livros, mas se dedicar exclusivamente à formação do caráter, por meio da observação e experimentação de atividades e de convívio social. Eram ensinados valores como a caridade e a tolerância. Ademais, a dança era muito valorizada, pela sua capacidade de reformar hábitos viciosos, promovendo alegria e retirando a atenção das coisas que são vis e degradantes.

De qualquer modo, Owen não descuidou da importância da educação dos adultos. Em *Address to the Inhabitants of New Lanark*, de 1816, ele diz que “um dos espaços do Instituto será ocasionalmente apropriado para o propósito de dar instruções úteis para as classes mais velhas dos habitantes”, e passa um recado para munícipes: “acreditem-me, meus amigos, vocês ainda são muito deficientes a respeito dos melhores modos de treinar suas crianças ou de organizar seus afazeres domésticos”.

Sua principal obra, *New View of Society*, tem um prefácio escrito, principalmente, para os próprios fabricantes da época. Owen quer convencê-los de que é preciso uma preocupação maior com a ‘maquinaria viva’ – os trabalhadores – a fim de aumentar os ganhos pecuniários dos donos das fábricas. Owen garante que a lucratividade passa a ser muito maior que os habituais 5%, 10% ou 15% com suas propostas de mudança, inclusive a polêmica redução da jornada dos trabalhadores:

“Eu tenho gasto muito tempo e capital em melhorias da maquinaria viva; logo mostrar-se-á que o tempo e o dinheiro gasto na fábrica de New Lanark, mesmo tendo em vista que tais melhorias estão apenas em progresso e com somente metade dos benefícios atingidos ao obter um lucro que excede a cinqüenta por cento, estarão criando lucros iguais a cem por cento dos capitais originais gastos em tais melhorias”. (1816, ‘Manifesto do Terceiro Ensaio’)

Mas o conteúdo do texto não é voltado ao aumento do lucro, mas à redução das desigualdades:

“Atualmente é óbvio que que tal sistema deve ser destrutivo para a alegria dos excluídos, pela observação destes de que os outros aproveitam aquilo que não lhes é permitido usufruir; e também tende a criar oposição justa dos excluídos, que tem sentimentos feridos em proporção à extensão da exclusão, com vistas a diminuir a alegria dos privilegiados: estes últimos, então, não podem ter motivos racionais para a continuidade.

Se, no entanto, ao possuir princípios irracionais pelos quais o mundo tem sido até então governado, indivíduos, ou seitas, ou partidos, procuram ainda, por meio de seus planos de exclusão, retardar a melhora da sociedade, e evitar a introdução da prática do espírito justo e verdadeiro que não conhece exclusão, tais fatos devem ser trazidos à tona porque são esforços vãos”. (1816, ‘Primeiro Ensaio’)

O texto de Owen explicita a urgência de reformas passivas, principalmente no âmbito da educação nas escolas e do treinamento nas fábricas, com vistas à felicidade humana:

“Será, então, a essência da sabedoria da classe privilegiada que coopere sinceramente e cordialmente com aqueles que desejam não tocar uma iota [pequena quantia] das vantagens supostas que eles agora possuem e com aqueles cujo primeiro e último desejo é aumentar a felicidade particular daquelas classes, assim como a felicidade geral da sociedade. Uma reflexão muito diminuta da parte dos privilegiados garantirá esta linha de conduta. A partir deste ponto, sem revoluções domésticas, sem guerras ou derramamento de sangue, sem distúrbios prematuros das coisas que existem, o mundo estará preparado para receber princípios nos quais são unicamente calculados para erigir um sistema de felicidade, e para destruir aqueles sentimentos irritáveis que têm há muito tempo afligido a sociedade somente porque a sociedade tem sido, até então, ignorante dos meios verdadeiros pelos quais os caracteres mais úteis e valiosos devem ser formados”.

Há uma defesa do espraiamento universal da caridade – concepção fruto das reflexões de Owen sobre a religião. Segundo Owen, “alguns dos mais importantes benefícios derivados da introdução destes princípios na prática é, em decorrência, a criação das razões mais convincentes para induzir cada homem a ter caridade por todos os homens”.(1816, ‘Segundo Ensaio’). Os princípios que Owen propõe são amplos, não envolvendo somente os esforços educativos, mas também a melhoria da comunicação com os trabalhadores, a delegação de tarefas, compras subsidiadas de alimentação e combustível, boas casas para morar, etc. A caridade e bondade com os trabalhadores e até mesmo com os criminosos os transformaria em

seres humanos bons e afáveis: “mesmo o pior caráter formado, próximo da insanidade incurável, não resistirá a uma gentileza firme, determinada, bem dirigida e perseverante. Tal procedimento, quando praticado, será reconhecido como o mais poderoso e efetivo corretor de crimes, e hábitos impróprios e indecentes”. (1816, ‘Segundo Ensaio’)

A reforma moral de Owen atinge a religião, que seria uma das fontes de maus hábitos:

“Os erros dos tempos de superstição e fanatismo ainda persistem de algum modo e compelem aqueles que querem preservar uma aparência de respeitabilidade na sociedade a um comportamento exagerado em relação em preocupação com os outros; este comportamento, por vezes, degenera em hipocrisia, que freqüentemente é causa de grande inconsistência. É destrutivo de todo sentimento aberto, honesto, generoso e humano. Enoja muitos, e os dirige ao extremo oposto. Por vezes, é causa de insanidade. É fundamentado na ignorância e derrota seu próprio objeto”.(1816, ‘Terceiro Ensaio’)

Owen propõe, em paralelo, resgatar a dimensão lúdica da vida humana: “tem sido e sempre será mais fácil dirigir a humanidade à virtude, ou à conduta racional, provendo a ela recreações e divertimentos inocentes e bem-regulados, do que forçando-a a se submeter a restrições inúteis, que tendem somente a criar desprezo”.(1816)

No início do Quarto Ensaio, Owen nota a importância da difusão dos princípios propostos por meio de ações governamentais: “os princípios dos primeiros ensaios aplicam-se ao governo. Além de qualquer comparação, é melhor prevenir do que punir um crime. Um sistema de governo que previne a ignorância, e em conseqüência o crime, será infinitamente superior àquele que, ao encorajar o primeiro, cria a necessidade para o último, e acaba por infligir punições a ambos”. (1816) Ademais, Owen propõe a necessidade de mudanças na regulamentação, como proibir a venda de aguardentes e encerrar a loteria estatal — uma herança trazida de New Lanark, onde Owen designava patrulhas para vigiar as ruas e multar os indivíduos alcoolizados, como nos conta Podmore (2004, pg.85) Ao comentar o impacto destas leis, Owen também revela suas próprias concepções de riqueza e valor:

“Estas medidas podem ser pensadas em detrimento das receitas nacionais.

Aqueles que têm refletido sobre a natureza da renda pública, e os que possuem mentes capazes de compreender o tema, sabem que a receita tem somente uma fonte legítima, que deriva diretamente ou indiretamente do trabalho do homem, e que pode ser maior ou menor a partir do número de homens (outras circunstâncias sendo similar), em proporção às suas forças, indústrias e capacidade.

A força eficiente de um estado governado por leis é encontrada no conhecimento acurado da natureza humana, como base para o treinamento de toda a população, assim superando a força representada por um número igual de membros, mas treinados de maneira imprópria e governados por leis fundadas na ignorância.

Assim, os pequenos estados da Grécia eram, enquanto governados por leis comparativamente mais espertas, superiores em riqueza nacional em relação ao extenso império da Pérsia.

Por meio deste princípio óbvio e completo, os recursos e o poder efetivo do império britânico será amplamente aumentado, ao retirar tais leis que, sobre a aparência plausível de adicionar pouco, somente poucos milhões às receitas anuais do reino, na realidade se nutrem das próprias capacidades vitais do estado. Assim, tais leis destroem as energias e capacidades da população, que ao se enfraquecer e ser treinada ao crime, requer gastos maiores para protegê-la e governá-la”.(1816, Quarto Ensaio)

Owen conclui que “cada estado, para ser bem governado, deve dirigir sua máxima atenção à formação do caráter; assim, o estado melhor governado será aquele que possuir o melhor sistema nacional de educação”. (1816, Quarto Ensaio)

A solução da pobreza reside em adquirir conhecimento e aprofundá-lo, ao invés de supor que a existência de pobres e famintos é algo inexorável:

“Mr. Malthus é, porém, correto, quando ele diz que a população do mundo está sempre se adaptando a quantidade de comida cultivada para seu suporte; mas ele não nos falou de quanto mais comida um povo industrioso e inteligente criará do mesmo solo, quanto comparado ao que é produzido por um povo ignorante e mal governado. É, entretanto, como na razão de um para infinito.

O homem não sabe o limite de seu poder de criar comida. [...] Este conhecimento ainda está em sua infância”.(1816, ‘Quarto Ensaio’)

O homem, para Owen, deve trabalhar de modo útil e não depender de caridade para sobreviver:

“O trabalho de cada homem, mulher e criança, possuindo suficiente força corporal, pode ser empregado de modo vantajoso para o público [...]

Não se pretende, no entanto, propor que o governo britânico dever dar emprego direto para toda sua população trabalhadora. Ao contrário, é esperado com confiança que o sistema nacional de educação e treinamento dos pobres e dos estratos inferiores seja tão efetivo que eles todos encontrarão empregos suficientes para manter eles mesmos, exceto em casos de grande depressão súbita na demanda por trabalho e conseqüente depreciação do valor deste.

Para prevenir o crime e a miséria que sempre seguem estas flutuações desfavoráveis na demanda e no valor do trabalho, deveria ser tarefa primária de todo governo que se interessa sinceramente no bem-estar dos sujeitos, prover emprego contínuo de utilidade nacional real, nos quais todos que se candidatassem poderiam ser imediatamente ocupados.

Afim de que somente aqueles que não puderam obter emprego no setor privado sejam induzidos a se dispor aos trabalhos nacionais, a taxa de trabalho público deve ser, em geral, fixada em alguma proporção menor do que a taxa média do trabalho privado no distrito em que o trabalho público for executado.[...]”.(1816, ‘Quarto Ensaio’)

Owen enfatiza que o trabalho nacional deve ser útil, como no caso de obras de infraestrutura em geral – construção de estradas, portos, canais, etc. Sem este programa, os

indivíduos ficam desamparados nos períodos de depressão econômica. Segundo o autor, por um lado, aqueles mais ignorantes e menos empreendedores tornam-se dependentes da caridade das paróquias e municipalidades, e, conscientes de sua degradação, permanecem como um fardo para a sociedade. Por outro lado, justamente aqueles com maior capacidade empreendedora e mais força e energia de corpo e mente percebem as injustiças sociais e procuram retaliar, tornando-se depredadores da sociedade.

Um ano depois, em 1817, Owen propôs ao governo as vilas cooperativas, pequenas cidades de até dois mil habitantes, auto-suficientes economicamente, que poderiam solucionar o grave problema de desemprego daqueles anos. Em carta no jornal Times, em 9 de agosto, Owen afirma que “as cidades manufatureiras são o cúmulo da pobreza, vício, crime e miséria, enquanto as vilas propostas sempre serão o cúmulo da abundância, inteligência ativa, conduta correta e felicidade”.(apud Podmore (2004, pg.226)). A proposta de Owen era semelhante a outras propostas de combate ao desemprego que foram encaminhadas ao governo no mesmo ano e era influenciada por reformistas anteriores como Thomas Spence e John Bellers. Mas Owen superou outros reformistas quanto ao entusiasmo que nutriria pelas décadas seguintes em relação ao projeto e pelos esforços e gastos de divulgação da proposta, marcando, de fato, o início do socialismo moderno britânico enquanto proposta e movimento social. De acordo com Podmore (2004), “o plano de Owen, visto meramente como um esquema de emprego dos pobres, era distante de ser absurdo ou puramente utópico, que não menos do que uma autoridade como Ricardo era a favor de que o experimento merecesse uma tentativa justa”.(pg.243) Em parênteses, é interessante notar o paralelismo com o renascimento da economia solidária no final dos anos 90 no Brasil, cuja preocupação com o desemprego foi o principal desencadeador de novos projetos e alternativas de desenvolvimento econômico local.

Entretanto, o esforço de divulgação de Owen não envolvia debates frontais com problemas inventariados por seus adversários. Na opinião de Podmore (2004), “Owen demonstrou-se desde início incapaz de responder ou até mesmo aparentemente de entender as objeções levantadas contra seu esquema, especialmente duas objeções cardinais: os enormes gastos envolvidos e o perigo da população, que sem barreiras naturais, aumentaria além dos limites de subsistência”(pg.249). Em nossa opinião, o biógrafo subestima Owen, pois este, ao longo da vida, defendeu duas concepções que rebatem as duas objeções cardinais. Em primeiro, o avanço tecnológico provoca tal aumento de produtividade que permitiria aos governos sustentarem projetos ambiciosos de mudança social – ao ponto de Owen sempre ser crítico em relação à lentidão dos movimentos sociais e das conquistas por meio da

democracia. Em segundo, quanto à superpopulação, vale lembrar que Owen, como visto, já discursava contra Malthus anos antes, em favor do aumento da produção agrícola e da potencialidade do campo diante novas inovações técnicas e de caráter. Ademais, Owen sempre acreditou na capacidade de regeneração da moral humana e, em conseqüência, de sua capacidade de controlar as taxas de fertilidade. Não custa lembrar que, em *New Lanark*, Owen instituiu multas pesadas para filhos ilegítimos. Owen acreditava que as mudanças seriam fruto de um caminho evolucionário, a ponto de ser mais um profeta do que um reformista: “qualquer tentativa de parar ou retardar a introdução destas medidas será inócua. Os princípios e a conseqüente prática já estão postos efetivamente além do poder do ataque humano”, dizia Owen em 1818. (*apud* Podmore (2004, pg.254)).

Ao longo dos anos, Owen refinou a proposta das vilas cooperativas. Em 1820, apresentava como deveria ser a divisão dos excedentes: “Parte do excedente será destinado à manutenção das crianças, dos idosos e dos doentes; parte aos ricos, pois ao terem adiantado o capital necessário não esperarão trabalhar eles mesmos; parte será necessário àqueles cujo trabalho não tem caráter diretamente produtivo; e parte será requerida para o pagamento de impostos e tarifas públicas em geral”. (*apud* Podmore (2004, pg.271) Em acréscimo, Owen sugere até mesmo as roupas que devem ser utilizadas na comunidade – o mais simples e claro possível, como a roupa dos antigos romanos, favorecendo os critérios de economia e saúde. Ainda neste ano, Owen apresentou sua concepção de valor, fortemente influenciada pelas discussões da época sobre as causas da pobreza em paralelo ao progresso tecnológico e ao aumento da produtividade, que apontavam para problemas de distribuição e de circulação:

“O padrão natural do valor é, em princípio, o trabalho humano, ou a combinação de poderes mentais e manuais [...] Deixe que a unidade de trabalho seja fixada em analogia com a polegada-libra ou cavalos-força da mecânica; e deixe o preço de todas as mercadorias ser fixado em termos daquela unidade, de acordo com o montante atual de trabalho humano requerido para sua produção. A adoção deste simples e natural mecanismo removeria todos os males que a sociedade civilizada agora sofre. O trabalho humano, não mais sujeito ao capricho dos mercados, adquiriria uma nova dignidade; os preços não iriam mais flutuar ; todas as restrições comerciais seriam removidas e todos os mercados seriam abertos” (1820, *apud* Podmore (2004, pg. 274)

Os planos de Owen concernentes às oportunidades de trabalho chamam a atenção de Singer (2001), que percebe aí uma antevisão das propostas de Keynes e da busca do pleno emprego a partir da década de 30 do século XX.

“Em 1817, Owen apresentou um plano ao governo britânico para que os fundos de sustento dos pobres, cujo número estava se multiplicando, em vez de serem meramente distribuídos, fossem invertidos na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, em cada uma das quais

viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as Aldeias. Com cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada Aldeia, Owen tentava mostrar que haveria imensa economia de recursos, pois os pobres seriam reinseridos à produção em vez de permanecerem desocupados. Em pouco tempo, a desnecessidade de continuar subsidiando os ex-pobres permitiria devolver aos cofres públicos os fundos desembolsados”.(2001, pg.26)

Na década de 20, Owen decidiu viajar para os Estados Unidos, com o intuito de fundar novos projetos comunitários e de difundir suas idéias em um outro país, pois seus projetos não tiveram a receptividade que esperava na Inglaterra. É neste contexto que estabelece a comunidade de New Harmony, em Indiana. A comunidade era dividida em seis departamentos: agricultura; manufatura; literatura, ciência e educação; economia doméstica; economia geral; e comércio. Embora nas atividades produtivas não tenha havido sucesso, os visitantes de então relatavam aspectos positivos como a organização das milícias e da hospedagem local. A vila nunca se tornou a “Comunidade da Igualdade” imaginada por Owen, até mesmo porque, desde início, foram estabelecidas hierarquias de intendentess e superintendentes.

Com New Harmony em dificuldades, Owen deixa-a sob o comando de seu filho Robert Dale Owen e retorna à Inglaterra. A comunidade enfrentou muitos obstáculos e, em 1827, dois anos após ser fundada, entrou em colapso e se fragmentou em dez pequenas comunidades, algumas delas persistindo na vida comunitária por alguns anos. Uma das explicações difundidas para o fracasso de New Harmony é a de que Owen teria sido alvo de parceiros capitalistas americanos especuladores, que objetivavam somente obter lucros. Para Dale Owen, o principal problema era de natureza motivacional, advindo da heterogeneidade de trabalhadores, em parte escoceses disciplinados e envolvidos com os princípios comunitários owenistas, e em parte americanos que não compartilhavam dos mesmos valores de trabalho e de comunidade. Ele anunciou o fracasso da comunidade em março de 1827: “o experimento, para certificar-se, de uma só vez, em que medida uma população misturada e não selecionada poderia governar seus próprios negócios com sucesso enquanto comunidade, foi uma tentativa grosseira e azarada, e pensamos que foi prematura”. Em sua autobiografia, Dale Owen relembra a relutância do pai em passar a terra para a propriedade comum dos cooperados, a insatisfação dos grupos, a falta de participação crescente em assembléias e reuniões, a ausência de confiança entre as pessoas da colônia e as acusações do estabelecimento de um sistema geral de especulação comercial.

Na visão dos próprios cooperados, a explicação para o fracasso da colônia reside em outras razões. A correspondência do líder, professor local e presidente da Academia de

Ciências de Filadélfia William Maclure, publicada em Brown (1972), comenta a falta de homogeneidade da produtividade entre as pessoas. Em várias cartas, o professor é crítico em relação à nova educação proposta por Owen, que em seu pensamento transformava as crianças em monges. Maclure também fala da existência de famílias aristocratas com preferências e privilégios nas lojas da cooperativa, que era, em sua opinião, a loja mais barata do país, na qual muitos compravam produtos para revender em outros locais, desabastecendo a loja e prejudicando os próprios cooperados.

Por sua vez, em carta endereçada à Owen datada de maio de 1827, também publicada em Brown (1972), Joseph Nees contesta as explicações de Owen a respeito do fracasso de New Harmony, lembrando que as pessoas que para lá foram queriam apenas escapar do sistema individual e ter uma boa educação para os filhos. Nees critica Owen por este ter uma prática muito diferente de seu discurso. Owen tratava New Harmony como um negócio; a comunidade nascia com uma dívida impagável e tendo de saldar juros inviáveis. A única maneira de a cooperação funcionar era ser dono da terra a preços justos. Não era uma verdadeira comunidade, pois todas as terras e casas pertenciam a Owen. Ademais, diz que o projeto educacional de Owen era muito dispendioso, a ponto de nenhuma família ter condições de pagar por tal sistema.

Seja quais forem as razões do fracasso de New Harmony, o fato é que Owen lá perdeu quatro quintos de sua fortuna pessoal, nunca mais se recuperando enquanto empresário. Mas o empreendimento não fora em vão, como nos conta Podmore (2004): “embora o grande experimento de Owen tenha falido, um sucesso não procurado em outra direção premiou seus esforços. New Harmony permaneceu por mais de uma geração o principal centro educacional e científico do oeste; e as influências que irradiaram de lá se fizeram sentir em várias direções na estrutura social e política do país”. (pg. 331) Várias comunidades emergiram sob direta influência da propaganda de Owen entre 1825 e 1828, como Yellow Springs, Teutonia e Kendal, em Ohio, Forrest-Ville e Blue Spring, em Indiana, Franklin, Cocksackie e Haverstraw, em Nova York. Owen também influenciou e manteve contato com Francis Wright, uma mulher com visões utópicas de educação, trabalho livre, liberdade, emancipação dos escravos e ideais epicuristas de amizade e estética. Após visitas a New Harmony, Wright fundou sua própria comunidade em Nashoba, que concretizou o sonho de educar as crianças, mas não procedeu com a planejada emancipação dos escravos. Mesmo assim, representou um avanço em relação aos outros empreendimentos comunitários da época, como a própria New Harmony, “aberta para todo mundo, exceto pessoas de cor”.

Na opinião de Podmore (2004), o principal obstáculo destas comunidades foi a tentativa de implantação de igualdade absoluta e propriedade coletiva, que dificultava o reconhecimento de diferenças de status e de quantidade de trabalho. Ademais,

“as sociedades que atingiram maior grau de prosperidade material e o mantiveram por algum período de tempo foram precisamente aquelas em que não se buscava o sucesso material, mas que os membros eram unidos por um entusiasmo religioso comum. [...]

Um membro da comunidade de Oneida, uma das mais bem sucedidas comunidades fundadas em base democrática, e que não adotou o celibato, resume o caso de New Harmony em uma simples sentença: ‘Existem somente dois caminhos’, ele diz, ‘de governar uma comunidade; deve ser feito pela lei ou pela graça. Owen aboliu a lei, mas não estabeleceu a graça’”.(pg.336)

Problema semelhante de sustentação da comunidade acontecia em Orbiston, comunidade inglesa fundada sob os princípios do *New System* de Owen, onde não bastou a instituição de um sofisticado sistema de monitores. Segundo Podmore (2004), no *Orbiston Register* de 9 de maio de 1827, o editorial afirma que alguns dos membros deram aos apontadores um número de horas maior do que eles atualmente trabalharam, e isto inflacionou seus créditos nas lojas”.(pg.366). Estas lojas funcionavam com preços baseados em horas de trabalho. Em geral, os trabalhadores não tinham o costume de trabalhar para o bem comunitário e, progressivamente, passou-se a duvidar da viabilidade do *New System*. Até mesmo a cozinha comunitária, que tinha o propósito de propiciar economias, foi deixada de lado, pois as donas de casa passaram a achar que cozinhar de modo individualista era melhor e, inclusive, mais barato.

No que pese os problemas das comunidades em andamento, Owen e os owenitas estavam mais preocupados, em geral, com a dificuldade de arregimentar fundos para a execução de projetos mais ambiciosos. Paulatinamente e em paralelo, as classes trabalhadoras tomavam a consciência da necessidade de gestar soluções por si mesmo. Segundo Podmore (2004), remetendo a carta de um operário publicada em 1828 na *Cooperative Magazine*:

“O fundo levantado pela Sociedade Cooperativa de Londres reunia £ 4.000 somente quando eram necessários £ 50.000. Mesmo se houvesse um número suficiente de homens ricos disponíveis, como Owen e Combe, para dispor a arriscar seu capital em empreendimentos deste tipo, mesmo neste caso os filantropistas naturalmente quereriam fazer as coisas de seu próprio jeito: “e desde que o jeito deles não é o nosso jeito, dificilmente poderia haver unanimidade e confiança profunda em uma comunidade estabelecida por eles, como a que deveria existir em um sistema de igualdade perfeita, em que cada membro poderia dizer ‘este é nosso e para nós’. (pg.379-80)

As dificuldades para arregimentar fundos geraram uma inovação bem sucedida do movimento cooperativo, a saber, as compras coletivas, que destinariam margens e excedentes

para a formação do fundo cooperativo. Foi assim que surgiu a *Union Exchange Society*, em dezembro de 1827. A experiência foi bem sucedida e sob sua inspiração, menos de três anos depois, em agosto de 1830, já podiam ser contados mais de 300 sociedades com fins semelhantes no Reino Unido. Com vistas a aprofundar os experimentos de trocas, Owen e seus discípulos buscaram instituir a *Labour Exchange*, nos moldes dos bazares já instituídos – projeto que já havia sido objeto de tentativa nos Estados Unidos, sob os moldes de uma loja de tempo, empreendido por Josiah Warren, um líder da comunidade de New Harmony, após o fracasso desta. Para Owen, essas inovações do sistema de trocas seriam capazes de liberar um grande potencial produtivo adormecido pelo má circulação monetária, como ele diz em um editorial do periódico *The Crisis*, em junho de 1832:

“Centenas de milhares de pessoas em vários ramos em existência acordam toda manhã sem saber como ou onde procurar emprego. Eles podem produzir mais se eles tiverem a oportunidade de fazê-lo para eles mesmos, e cada um deles pode querer o excedente da produção do outro [...]

O curso usual perseguido por diferentes pessoas para obter a produção do outro tem sido converter seu estoque em moeda por meio daquele que possui dinheiro, ou intermediário, e então trocar o dinheiro por artigos que possa necessitar, seja com o próprio produtor ou com outro atravessador; mas pode haver uma escassez de moeda, ou o intermediário não se sentir inclinado a comprar o produto oferecido, então o produtor deve fazer um considerável sacrifício para obtê-lo, dando uma proporção maior de sua produção antes de tomar posse dos artigos que quer, assim se tornando inteiramente dependente do intermediário, quem sempre obtém lucro retendo parte da produção [...]” (apud Podmore (2004, pg.406)).

A confiança no empreendimento era tamanha que Owen aconselhava aos comerciantes e atravessadores que desistissem de uma vez de seus negócios antes que fosse tarde, pois a mudança para um novo estado de coisas era inevitável. Nos estágios iniciais, a bolsa de trabalho foi bem sucedida, provocando, até mesmo, a aceitação das notas de trabalho como moeda de troca no comércio tradicional. Entretanto, o empreendimento fracassou em 1834, menos de dois anos após ter sido lançado. Várias razões foram apontadas para o fracasso. Em primeiro, havia problemas administrativos diversos, originados pela dificuldade em lidar com estoques numerosos de mercadoria, diferenciais de valor e com o próprio crescimento do bazar. Em segundo, as diferenças religiosas fizeram se sentir ao longo do gerenciamento do negócio, principalmente porque Owen insistia em proferir seminários para a classe trabalhadora no mesmo horário das missas, o que justificava ser necessário em razão deste período ser o único disponível para as classes trabalhadoras. Em terceiro, os problemas jurídicos se fizeram sentir progressivamente. Ao não serem reconhecidas legalmente, as sociedades cooperativas não conseguiam encaminhar para justiça problemas de fraudes e

roubos. Em quarto e último, na opinião das esposas consumidoras, a qualidade dos produtos era questionável, não havendo garantia de se ter produtos genuínos e não adulterados. Ademais, a título de curiosidade, na opinião da época, na voz de William Lovett, controlador, não havia privacidade nas compras das esposas, pois ao não disporem de papel moeda, mas de um banco de horas utilizado por meio de controles em livro, os maridos tinham exata noção de quanto era gasto em cada mercadoria. (*apud* Podmore (2004, pg.421).

Outra discussão que surge nesta mesma época refere-se às dificuldades relacionadas às mudanças no comportamento dos consumidores. Em carta a Owen, em janeiro de 1834, representantes da filial de Sheffield desabafavam: “Você nos conta que seu objeto é convencer abastados que consomem riqueza a pagar um preço maior do que pago atualmente para nossas produções. Mas você não nos conta como nós podemos convencer os compradores a comprar nossos bens caros, quando eles podem comprar outros bens baratos”.(*apud* Podmore (2004, pg. 436)

Antes de sua volta à Europa, Owen realizou tentativas de implantar reformas sociais, desta vez na região atual do Novo México. O projeto, que envolvia fornecer a Owen a jurisdição de um extenso território formando uma barreira entre o México e os Estados Unidos, onde poderia implantar seu *New System*, não chegou a ser concretizado. A viabilidade do projeto dependia da aprovação pelo parlamento mexicano de uma lei que estabeleceria liberdade de credo religioso, o que não aconteceu, segundo Podmore (2004, pg.340).

O periódico “*The Crisis*”, que permaneceu sendo publicado no período de 1832-1834, marca época em que Owen acreditava ser um estágio de crise do capitalismo industrial, cuja solução passava por um processo de salvamento social que propunha. Embora Owen se tornasse um defensor dos interesses da classe trabalhadora, sua platéia continuava sendo de classe média. A princípio, Owen descartava a possibilidade de movimentos de massa e soluções espontâneas de movimentos sociais, mais acreditando em mudanças impostas de cima para baixo. Ademais, sem nutrir simpatia com os principais movimentos da época, o cartismo e os protestos contra as *Corn Laws*, acreditava ser possível um arranjo pacífico entre capitalistas e trabalhadores, que contornasse as greves, conflitos e revoluções. Entretanto, Podmore (2004) lembra que os pensamentos que Owen disseminava no período, principalmente no que se refere à doutrina do valor trabalho, formaram a base do pensamento da classe trabalhadora reivindicativa e militante. Owen acreditava não ser possível realizar mudanças rapidamente a não ser por meio do próprio governo. Em carta aos cartistas de abril de 1842, republicada em Podmore (2004), Owen escreve: “homens e irmãos, quando vocês e todas as classes trabalhadoras estão rapidamente afundando na pobreza [...] porque

desperdiçar seus tempos em teorias inúteis, ao invés de ir diretamente para o alívio de seus desejos físicos, mentais, morais e práticos?”(pg.458) Para Owen, a solução era a implantação imediata das comunidades socialistas.

Comentando as iniciativas de Owen no primeiro lustro da década de 1830, um ponto que chama a atenção de Singer (2001) é o pioneirismo de Owen na crítica do comércio e na proposição da primeira bolsa eqüitativa de trabalho de dimensão nacional.

“Owen, como muitos socialistas da época, rejeitava o comércio visando ao lucro como essencialmente parasitário: “Os distribuidores, pequenos, médios e grandes, têm todos de ser mantidos pelos produtores e, quanto maior o número dos primeiros comparado ao destes, maior será a carga suportada pelo produtor; pois à medida que aumenta o número de distribuidores, a acumulação de riqueza tem de diminuir e mais tem de ser exigido do produtor. Os distribuidores de riqueza, sob o sistema atual, são um peso morto sobre os produtores e os mais ativos desmoralizadores da sociedade”. (Owen, apud Singer, 2001, pg.30)

Para Singer, Owen, deixando de lado seus discursos e assumindo-se enquanto homem de ação, torna-se, em tal época, praticamente um herói dos trabalhadores:

“A luta dos sindicatos contra os capitalistas, utilizando as cooperativas operárias como armas para disputar-lhes o mercado, estava chegando ao auge em 1833, quando Owen reapareceu, assumindo sua liderança.[...] Owen compareceu e propôs que criassem a Grande Guilda Nacional dos Construtores para suplantarem os empreiteiros privados e tomar toda a indústria em suas próprias mãos, reorganizando-a sob a forma de uma grande cooperativa nacional de construção.

[...] Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele a propôs, não à moda dos utópicos da época aos mecenas para que a patrocinassem, mas ao movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos”.(2001, pg.33)

Em paralelo, apesar do fracasso da *Labour Exchange*, as cooperativas e as uniões de comércio se expandiam. Em 1833, Owen participou da fundação do primeiro sindicato britânico de trabalhadores, e em 1834, organizou a Grand National Consolidated Trade Union, unindo os sindicatos existentes, que reuniu mais de meio milhão de indivíduos: “não existe outra alternativa, então, mas implantar companhias nacionais para cada ramo comercial [...] Todos os ramos devem, em primeiro, formar associações ou representações locais, para se ter um número considerável para conduzir os negócios [...] As comunicações devem passar dos vários departamentos para o grande estabelecimento nacional em Londres. Nenhum segredo deve ser mantido do conhecimento público; qualquer informação a respeito dos custos e do lucro deve ser livremente comunicada” (apud Podmore (2004, pg.446). A reação dos empresários e do governo provocou, entretanto, o colapso da união.

Em 1835 Owen fundou a Associação de Todas as Classes de Todas Nações, com o objetivo expresso de implantar seu sistema socialista:

“O objeto desta Associação é efetuar, de modo pacífico e somente pela razão, mudanças no caráter e na condição da humanidade, estabelecendo sobre o mundo o princípio da religião da caridade para as convicções, sentimentos e conduta de todos os indivíduos, sem distinção de sexo, classe, seita, partido, país ou cor, combinado com um bem elaborado, igualitário e natural sistema de propriedade comunitária; esta propriedade comunitária será criada pelos membros da Associação, sem infringir os direitos de nenhuma propriedade privada agora em existência”.(apud Podmore (2004, pg.466))

Para que se atingissem tais objetivos, Owen propunha que fossem criadas filiais da Associação em todas as partes do mundo, e que estas se esforçassem para criar uma opinião pública nova e favorável à mudança, por meio de reuniões, palestras, discussões, publicações, panfletos e missionários. Estas filiais também praticariam troca mútua de suas produções sob princípios igualitários e sem competição individual. É importante notar que em nenhum momento Owen preocupa-se com critérios de justiça em seu pensamento e em suas propostas, sendo esta a principal razão da ausência da necessidade de se alterar as relações prévias de propriedade privada.

Na publicação *Book of the New Moral World*, de 1836, Owen sintetiza as principais causas da miséria e da pobreza subjacentes à base irracional em que as instituições se desenvolveram. Em síntese, as causas são: 1- a religião; 2- os governos atuais; 3- o contraste entre civis e militares; 4- o sistema monetário; 5- a prática de comprar e vender para lucrar; 6- a prática de conflitos civis, militares, individuais e nacionais; 7- a prática presente de produção e distribuição da riqueza; 8- a formação presente do caráter; 9- a existência das fraudes e do uso da força; 10- os interesses separados e a conseqüente desunião universal; 11- as famílias isoladas e interesses familiares separados; 12- a prática de se educar as mulheres como escravas da família e não como companhias superiores; 13- os casamentos religiosos artificiais e indissolúveis; 14- a falsidade e o engano; 15- a educação, emprego e condição desigual; 16- a opressão dos pobres; 17- os impostos desiguais e mau gastos; 18- a prática de produzir riqueza inferior de todos os tipos, quando a superior seria mais econômica e bem mais desejável. ”.(apud Podmore (2004, pg.479-80)) Nesta publicação, Owen também descreveu as atividades de cada faixa etária nas vilas cooperativas, prevendo apenas duas horas de trabalho para aqueles acima de 25 de anos, sendo o restante de tempo livre dedicado aos estudos e ao convívio social.

Além de preceitos em relação à economia, religião e moral, Owen ataca a família. Para ele, a educação não deveria ser conduzida pelos próprios pais, mas por pessoas especializadas

em educação. Além disso, os casamentos tradicionais, organizados de modo monopolizador pelos religiosos e baseados na ambição e na riqueza, eram uma força negativa na melhoria da raça. Na opinião de Podmore (2004), “A denúncia de Owen do casamento é, em última análise inspirada pela sua percepção de que a estrutura social do Velho Mundo Imoral é baseada na família; e que o rompimento do sistema familiar era uma ação preliminar essencial para a introdução da Nova Ordem Moral”. (pg.492)

O novo mundo moral de Owen, que abordava as mudanças necessárias nas fábricas, confundia-se com a defesa do ateísmo e acusação das religiões em geral. A denúncia dos malefícios das crenças religiosas destruiu sua reputação e dificultou sua luta pela implantação de seus projetos e ideais. Além disso, os inimigos religiosos que Owen fazia passaram a atacar o socialismo com veemência, principalmente a partir de 1837, quando foram organizadas praticamente cruzadas de palestras, de cidade em cidade, a fim de atacar os socialistas. A intolerância dos religiosos chegou em seu ápice em 1840, quando houve perseguição aos owenitas.

De qualquer forma, o ateísmo de Owen alimentou o movimento em defesa da ‘religião racional’, organizado por owenistas no período de 1835 a 1845, período em que acirrou o embate agressivo entre socialistas, por um lado, e bispos e anglicanos, por outro. Conduzida por George Jacob Holyoake, a ‘religião racional’ teve ampla divulgação, tendo vendido em 1839 mais de meio milhão de tratados e arrolando mais de cem mil inscritos. Podmore (2004) relata que a acusação das religiões e a defesa da racionalidade não impediram, entretanto, que Owen se tornasse um espírita ao final de sua vida, interessado nas comunicações espirituais que confirmavam a vinda de um novo milênio. Em 1858, com o intuito de aprofundar a mensagem do novo sistema, Owen revelava:

“Das comunicações que foram feitas para mim, por meio da ajuda de um médium americano, do pai de nossa presente soberania, Jefferson, Franklin e Grace Fletcher, eu fui informado que estas novas manifestações, ou revelações, do espiritual, ou, mais verdadeiramente, do mundo material refinado, são feitas com o propósito de mudar o presente falso, desunido e miserável estado da existência humana, por um verdadeiro, unido e feliz estado, que emergirá da nova educação universal e formação do caráter.

[...] Estas manifestações aparecem neste período para preparar o mundo para a paz universal e para incorporar em todos o espírito da caridade, tolerância e amor.

Estas novas e extraordinárias manifestações não mudaram minha confiança na verdade dos princípios que eu por tanto tempo advoguei, nem minha certeza dos benefícios derivados de sua aplicação prática universal. Ao contrário, a certeza das vantagens permanentes imensas a ser garantidas pela adoção do sistema pela raça humana tem sido confirmada para mim pelos espíritos de Jefferson, Benjamin Franklin, o Duque de Kent e Grace Fletcher”. (pg. 605)

Mais de uma década após o fracasso de New Harmony, em 1839 Owen lançou com alguns sócios um novo empreendimento cooperativo, a *Queenwood Farm*, em Hampshire. Embora fossem previstas centenas de participantes, apenas poucas dezenas de famílias se engajaram no projeto, que durou efetivamente mais de meia década. A principal razão do fracasso de *Queenwood*, segundo Podmore (2004), foi econômica: o grupo não conseguiu o equilíbrio econômico-financeiro necessário para a continuidade da cooperativa, em grande parte por influência de Owen, que não media gastos para a construção de seu novo mundo. “Owen gastou enormes somas em prédios que nunca foram completados; e comprou fazendas quando o dinheiro não era suficiente para que uma única fazenda desse lucro” (pg.568). Além dos gastos com prédios muito luxuosos, jardins floridos e boas estradas, “na comunidade ideal desenhada por Owen todos as necessidades materiais seriam satisfeitas pelo trabalho de crianças e jovens, que encontrariam no trabalho meramente um relaxamento prazeroso após engajamentos rigorosos na educação enciclopédica” (pg.571) Para Owen, todos estes gastos eram justos e não representavam extravagância, pois ele acreditava que a apropriação do excedente por parte dos próprios trabalhadores seria suficiente para pagá-los. Ademais, Owen defendia grandes escalas para os projetos, para ampliar seus efeitos de mudança social, justificando assim a construção de prédios grandes e a compra de grandes extensões de terra. A liderança exercida por Owen e o compromisso sincero da comunidade em relação aos ideais socialistas contribuíram para a duração de *Queenwood*, que durante seus anos de existência, jamais proporcionou lucro de fato.

Concomitante à *Queenwood*, dois outros projetos comunitários inspirados nas idéias de Owen foram desenvolvidos, mas sem obter sucesso. A ‘*Society of United Friends*’ em Liverpool arrendou uma fazenda em Gales para o desenvolvimento do projeto. Porém, a escassez de terras úteis e a generosidade na aceitação de crianças e idosos tornaram o empreendimento inviável. Por sua vez, a *Manea Fen Colony* foi iniciada pela liderança de William Hodson, proprietário das terras e de grande parte do capital da comunidade. Hodson propôs acordos com a comunidade de *Queenwood*, para uma especialização das atividades, com esta se dedicando às atividades educacionais e *Manea Fen* concentrando-se na agricultura. No entanto, dois anos após ter iniciado seu projeto cooperativo, Hodson tomou posse da propriedade à força e expulsou os cooperados.

Mas Owen também influenciou o principal grupo cooperativo do século XIX, os Pioneiros de Rochdale. Eles originaram-se de uma das filiais da Sociedade Racional dos owenitas, sob os princípios comunitários estabelecidos por Owen. Segundo Podmore (2004), “seguiu, de fato, muito perto das linhas desenhadas no Congresso de 1831, exceto pelo fato de

que onde Owen e seus amigos propunham a contribuição de libras, os tecelheiros de Rochdale poderiam somente oferecer *pence* [centavo]. Mas o *pence* era pago.” [...] “Todos olhavam para Owen como o fundador do movimento, apesar do fato de que o mestre expressamente repudiava-os e seus ideais no tempo de começos tímidos”. (pg. 585-6)

O historiador E.P. Thompson, em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, ressalta que o owenismo agrupou diferentes correntes intelectuais e políticas – cristãos racionalistas, radicais, politicamente neutros, artesãos, trabalhadores qualificados, filantropistas, pobres sem-terra e tecelões aspirando por autonomia – dentro de um único princípio, o cooperativismo. Grande parte desta convergência se deve à proposta central de transformar o capitalismo pela educação e pela vontade, sem adentrar em embates políticos. De fato, Owen era contrário aos conflitos. Na publicação ‘The Social System’, Owen sugere uma cooperação internacional, com vistas ao bem de todos, para evitar guerras e consolidar a paz entre as nações.

Na mesma obra supracitada, Owen também sugere o cuidado e o respeito com os mais velhos e com os deficientes físicos. A preocupação com estes últimos têm influenciado, até hoje, iniciativas econômicas para deficientes físicos, envolvendo possibilidades de trabalho, consumo e convivência. Desta forma, Owen tornou-se o patrono da economia dos deficientes físicos

Em *Book of Moral World* (1841, 6ª parte), é a vez das mulheres serem defendidas por Owen: “as mulheres não serão mais escravas ou dependentes dos homens [...] Elas serão iguais na educação, direitos, privilégios e liberdade pessoal. Ainda neste livro, há uma defesa da importância em se preservar o meio-ambiente: “para obter e manter a saúde em melhor estado com vistas a garantir felicidade, o ar puro é necessário. É definitivamente óbvio que as cidades grandes e o grande número de fábricas não são bem calculadas para permitir que o ar puro seja aproveitado para as pessoas que habitam nestas cidades ou trabalham nestas fábricas”.

Outra área em que Owen foi pioneiro é a da arquitetura socialista e utópica. Em ‘*A development of the principles and plans on which to establish self-supporting home colonies*’, de 1841, Owen apresenta seu plano arquitetônico para as colônias cooperativas. Mesmo após o fracasso de New Harmony, Owen continuaria a divulgar suas concepções de cidade, que garantia qualidade de vida à população, dispunha de extensas áreas comuns, tinha a presença integrada de escolas, universidades e jardins. Ademais, a cidade era auto-suficiente, mesclando atividades da agricultura e da indústria.

Outro ramo do conhecimento que reconhece o legado de Robert Owen é a área da administração de empresas. Owen é reconhecido como o primeiro administrador que enfocou o gerenciamento das pessoas, ao invés das máquinas, métodos e processos. Segundo Podmore (2004), “no tempo em que os operários das fábricas eram tratados com menos consideração do que escravos [em outra passagem Podmore lembra que Owen, em visita a Jamaica, considerou os escravos mais felizes e saciados do que a classe trabalhadora inglesa] [...] New Lanark era uma magnífica demonstração de que os manufactureiros seriam capazes de pagar o preço de tratar os instrumentos de sua riqueza como seres humanos”. (pg.650

Em conclusão, a teoria do ‘ambientalismo social’ de Owen, bem como seus estudos práticos, tiveram forte influência em teorias socialistas e programas reformistas no século XIX. Marcaram diferença, principalmente, com as teorias de Smith, ao postular a importância da cooperação e do planejamento harmonioso para a sociedade. Além disso, é atribuído a Owen o germen de uma cultura socialista marcada pela tendência de conceber planos detalhados para a organização social

Em seus discursos, Owen se referia, freqüentemente, à entrada do novo milênio, como tempo em que o ser humano deveria ser feliz, viver em paz, de modo justo, moral e saudável. Até o fim de sua vida, Owen dedicou-se, de modo ininterrupto, a propagar suas idéias, seja entre as classes trabalhadoras, ou seja, principalmente, em realezas, ministros, celebridades e até mesmo com a rainha da Inglaterra, em cinco cartas em 1848. (*apud* Podmore (2004), pg. 598) Em síntese, recusava a violência e pregava a mudança do mundo pelo bem, às vezes mais de modo profético do que reformista. Ainda seguindo Podmore (2004), “a vida de Owen foi um longo protesto contra a pobreza e a infelicidade – desnecessária pobreza e infelicidade, em sua opinião – que ele via em seu entorno”.(pg.638)

1.2 Karl Marx

Neste item, não se objetiva resenhar o pensamento de Marx, mas identificar um conjunto de idéias que influenciam e são utilizadas como referência para a economia solidária. Neste sentido, não se concentra nos debates realizados acerca das ambigüidades do pensamento do autor, embora não deixem de ser apontadas suas críticas em relação à concepções da época semelhantes a algumas defendidas pela economia solidária atual.

Ademais, convém repetir as delimitações já escritas no início do capítulo. Como a obra de Marx é muita extensa, especialmente no tocante à crítica ao capitalismo, optamos por

delimitar a análise às referências para uma economia solidária propositiva, de influência mais freqüente no conjunto dos autores estudados. Além disso, os pontos foram escolhidos para, à medida do possível, propiciar construir quadros comparativos entre os precursores da economia solidária. Afora estas razões, a opção pela ênfase na análise da coerência e da aderência da economia solidária, ao invés de centrar os estudos na avaliação da viabilidade da economia solidária, tema que foge ao escopo desta tese por motivos expostos na introdução desta tese, conjugado ao recorte dos debates por autor, fez com que a célebre discussão a respeito do crescimento das cooperativas, que se origina em Marx e tem continuidade em Rosa Luxemburgo e Bernstein, não tenha sido enfatizada.

Uma das questões controversas na teoria de Robert Owen é a dificuldade em se identificar as origens dos processos educativos. Como vimos, Owen acreditava que os seres humanos se deterioravam com o capitalismo, e supunha ser possível reverter tal tendência, por meio da reorganização do trabalho e da educação. Mas quanto é necessário e suficiente em ações para alterar as forças capitalistas degradantes da moral? Trata-se de uma questão de difícil resposta, que será tratada diretamente por Marx (1845), em *Teses sobre FeuerBach*. A terceira tese de Marx diz:

“A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, [de que] seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado. Ela acaba, por isso, necessariamente, por separar a sociedade em duas partes, uma das quais fica elevada acima da sociedade (por exemplo, em Robert Owen).

A coincidência do mudar das circunstâncias e da atividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como *práxis revolucionária*.” (1845, tese III)

Com a intenção de alertar para excesso de otimismo de Owen, originado por não analisar rigorosamente as forças estruturantes do capitalismo na determinação do meio (ou circunstâncias), Marx nega a existência de comportamentos irracionais, nos indivíduos, ou de alienações passíveis de reversão por meio de ações educativas. Estas estariam por demais envoltas de um contexto capitalista, sendo endogenamente determinadas. Ao negar importância às forças exógenas para libertação dos indivíduos, cai-se, necessariamente, em uma práxis revolucionária, que terá como motor a luta de classes.

A concepção de mudança dialética entre homem e natureza é explicada em *O Capital*:

“Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-

se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece por isso menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais”. (1867, ‘O Capital’, Capítulo 7)

As últimas frases, que devem ser notadas em especial, problematizam um possível otimismo que pode decorrer da *práxis* em Marx. Ao mesmo tempo que ação do trabalho sobre a natureza desenvolve potencialidades, também é possível que estas sejam tolhidas e suprimidas por causa de trabalhos maçantes. Trata-se de uma concepção essencial à economia solidária, pois fundamenta o efeito emancipador do trabalho ao mesmo tempo em que o contrasta com a possibilidade de se alienar. Avança-se teoricamente à medida que busca especificar qual é o tipo de trabalho responsável por emancipar os trabalhadores.

Ao longo de nosso texto, assume-se que a economia solidária desenvolve-se sob duas vertentes – uma economia solidária de ‘baixo-para-cima’ e uma economia solidária de ‘cima-para-baixo’. Observando os textos dos pioneiros, por um lado, fica razoavelmente claro que Owen dá origem a vertente exógena, enquanto Marx se encarrega de encaminhar a vertente endógena das transformações. Por outro lado, há identidade entre as duas posições, centradas na concordância com a décima primeira tese sobre Feuerbach: “Os filósofos têm apenas *interpretado* o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é *transformá-lo*”.(1845, tese XI)

Engels (1845) faz um apanhado das principais experiências de vida comunitária que, em sua opinião, provam ser possível a existência da comunhão de bens. Engels alerta que muitas das principais experiências bem-sucedidas têm origem religiosa, mas em sua opinião isto não possui maiores significados, pelo contrário: se deram certo mesmo com

irracionalidades, teriam sido ainda mais bem sucedidas na ausência destas. Afora o sucesso econômico, notou-se que as pessoas vivem melhor com menos trabalho, tem mais tempo livre para lazer e são pessoas melhores e mais morais do que seus vizinhos privados. Para Engels, trata-se de um ideal que era, então, crescentemente divulgado e que deveria penetrar, principalmente, entre os pobres, destituídos dos meios de produção e submetidos à incerteza. “Para eles, oferece uma perspectiva de uma vida segura e independente, sem ansiedade e com igualdade de direitos em relação àqueles que hoje, por meio de suas riquezas, podem fazer do trabalhador um escravo”.(1845) Em seguida, Engels aponta para as transformações decisivas necessárias:

“Se os trabalhadores são unidos entre si, mantém a união e seguem um propósito, eles são infinitamente mais fortes do que os ricos. E se, além disso, eles definirem suas aspirações sobre propósitos racionais que desejam o melhor para a humanidade, como a comunhão de bens, é auto-evidente que os ricos melhores e mais inteligentes declarar-se-ão de acordo com os trabalhadores e os apoiarão. E já existem muitas pessoas prósperas e educadas em todas as partes da Alemanha que declararam apoio à comunhão de bens e à defesa dos direitos das pessoas às coisas boas na terra que têm sido apropriadas pela classe rica” (1845)

A proposição lançada por Engels se aproxima em muito das ações construídas pela economia solidária de ‘baixo para cima’. Mas é preciso enfatizar uma distinção que é tratada de forma rápida no texto, mas não deixa de estar presente. A união dos trabalhadores parece buscar dois propósitos que não necessariamente coincidem: a comunhão de bens e a luta pelos direitos ‘às coisas boas’. É possível tratá-los de modo separado: por um lado, um grupo de trabalhadores que busca a comunhão de bens não necessariamente luta pelos direitos, como é o caso de muitas agremiações religiosas que praticam a comunhão de bens dentro dos grupos, mas não almejam reproduzir os padrões de consumo das classes mais abastadas. Por outro lado, um grupo que luta pelos direitos ‘às coisas boas’, não necessariamente defende a comunhão de bens, pois esta não é requisito para ampliar o acesso ‘às coisas boas’ – que pode, por sua vez, ser realizado por intermédio do Estado.

Outro ponto interessante na passagem de Engels é o papel dos ricos no processo de transformação. Ao invés de combaterem os pobres continuamente até o esgotamento das forças e recursos – com em uma guerra que produz somente um ganhador – supõe-se a existência de uma transição gradual em que muitos ricos convertem-se e tornam-se simpatizantes dos projetos dos trabalhadores.

Em *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, Marx politiza e desnaturaliza o desemprego, questão essencial para o desenvolvimento da economia solidária, mas muitas vezes esquecida:

“[Smith e a economia clássica] seguem sem dizer que o ‘proletário’, i.e., o homem que, sem ter capital ou renda, vive puramente de trabalho, ainda por cima trabalho abstrato, é considerado pela economia política como um ‘trabalhador’. A economia política pode, então, avançar na proposição de que o proletário, do mesmo jeito que qualquer cavalo, deve ganhar tanto quanto lhe possibilitar trabalhar [sobreviver]. Não considera ele quando não está trabalhando [quando está desempregado], mas deixa tal consideração para a justiça, os doutores, a religião, as tabelas estatísticas e o supervisor assistencialista”.(1844, ‘Salário’)

Na mesma obra, Marx defende a redistribuição da propriedade privada, no caso, as terras, em associações:

“A associação, aplicada à terra, compartilha as vantagens econômicas das propriedades de terra em larga escala, e em primeiro, traz à tona a realização da tendência original inerente da divisão [da terra], a saber, igualdade. Do mesmo modo, a associação também restabelece, agora sob bases racionais não mais mediadas pela servidão, senhorio e tolo misticismo da propriedade, os laços íntimos do homem com a terra, à medida que a terra deixa de ser um objeto de pilhagem e torna-se por meio do trabalho livre e do usufruto livre novamente uma verdadeira propriedade pessoal do homem”.(1844, ‘Renda da Terra’)

A associação, desta forma, é um modo de exercer o trabalho livre e voluntário, ao invés do trabalho forçado. Trata-se de algo de suma importância para o indivíduo, pois o trabalho alienado não pertence ao seu ‘ser essencial’ e “não confirma ele mesmo no trabalho, mas nega ele mesmo, que se sente miserável e não alegre, não desenvolve a mente livre e a energia física, mas mortifica a carne e arruína a mente. Então, [no trabalho alienado] o trabalhador sente-se ele mesmo somente quando ele não está trabalhando; quando ele está trabalhando, ele não se sente ele mesmo”. (1844, ‘Trabalho Alienado’) Ademais, o trabalho alienado (‘estranhado’) negaria a consciência reflexiva do homem, transformando-o de um ser pensante (homem) em um ser vivente (animal) que luta pela sobrevivência, e a capacidade do homem de construir o seu próprio mundo e de produzir para além da necessidade, com vistas à beleza [*beauty*], por exemplo. Como recobrar a consciência do homem? É preciso transcender positivamente a propriedade privada, entendida como a expressão perceptível do auto-estranhamento (alienação) humano – a falta de identificação do trabalhador com a atividade que exerce. Trata-se de reapropriar a vida humana e transcender positivamente outros estranhamentos em outros campos, como na religião, família, estado, etc. Ou seja, é preciso desnaturalizar o que foi naturalizado e reconstruir os campos conforme se requer.

Antes de adentrarmos na relação entre propriedade privada e divisão de trabalho, é preciso retomar uma das linhas argumentativas de Marx acerca das dificuldades geradas a partir desta divisão, em crítica direta aos economistas clássicos como Smith. Em *Trabalho Assalariado e Capital*, mostra-se uma fragilização progressiva dos trabalhadores:

“[...] no mesmo grau em que a divisão de trabalho aumenta o trabalho é simplificado. A habilidade especial do trabalhador torna-se sem valor. Ele é transformado em uma simples força de produção monótona, sem elasticidade física ou mental. Seu trabalho torna-se acessível a todos, e assim os competidores o pressionam de todos os lados. Além do mais, deve ser lembrado que quanto mais simples e mais facilmente aprendido é o trabalho, menor é o custo de produção, os gastos para sua aquisição, e mais baixo devem os salários se reduzir [...] Desta forma, no mesmo modo em que o salário torna-se mais insatisfatório, mais repulsivo, a competição aumenta e os salários reduzem”.(1849, ‘Efeito da Competição Capitalista [...]’)

Marx ainda critica, nesta obra, o suposto reequilíbrio dos mercados de trabalho na visão dos economistas clássicos. A demissão de muitos trabalhadores de determinado setor provoca um rebaixamento de salários em toda a economia, pois os trabalhadores mais velhos, na melhor das hipóteses, competem diretamente com os trabalhadores mais novos nos setores que demandam mão-de-obra. Na pior das hipóteses, esses trabalhadores estão alijados do mercado de trabalho.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx revela a gênese da propriedade privada na própria divisão de trabalho. “Com a divisão de trabalho [...] é dada, simultaneamente, a distribuição, e de fato uma distribuição desigual, quantitativa e qualitativa, do trabalho e de seus produtos, enquanto propriedade: o núcleo, a forma primeira, no qual reside a família, onde a mulher e as crianças são escravas do marido”.(1845, ‘Propriedade Privada e Comunismo’)

Assim sendo, defender-se-á a polivalência funcional, um dos fundamentos da economia solidária que enfatiza a autogestão, enquanto se critica a demasiada especialização de tarefas. Ao invés da divisão de trabalho ser um instrumento de liberdade, como nos economistas clássicos, Marx a nota como instrumento de opressão:

“À medida que a distribuição do trabalho vem à tona, cada homem tem uma esfera de atividade particular e exclusiva, que é forçada sobre ele e da qual não pode escapar. Ele é um caçador, um pescador, um pastor ou um crítico crítico, e assim deve permanecer caso não queira perder seu meio de sobrevivência; enquanto isto, na sociedade comunista, onde ninguém tem uma esfera de atividade exclusiva, mas cada um pode se realizar em qualquer ramo que queira, a sociedade regula a produção geral e assim torna possível para eu fazer uma coisa hoje e outra amanhã, caçar de manhã, pescar à tarde, pastorear à noite e criticar depois do jantar, do jeito que me vem à cabeça, sem ter de se tornar caçador, pescador, pastor ou crítico”. (1845, ‘Propriedade Privada e Comunismo’)

De acordo com Marx, “a propriedade privada tem nos feito tão estúpidos e viesados que um objeto só é ‘nosso’ quando nós o temos – quando ele existe para nós como capital, ou quando é diretamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado, etc., - em suma, quando é usado por nós”. Em conclusão, “a abolição da propriedade privada é, assim sendo, a completa

emancipação de todos sentidos e qualidades humanas”.(1844, ‘Propriedade Privada e Comunismo’) Mas o impacto da propriedade privada não se dá somente nas percepções, mas também nas necessidades, que passam a impedir o enriquecimento da natureza humana: “sobre a propriedade privada seus significados são revertidos: cada pessoa especula criar uma nova necessidade para o outro, de maneira a dirigi-lo ao sacrifício, inseri-lo em uma nova dependência e seduzi-lo em um novo modo de prazer e, assim, de ruína econômica. Cada um tenta estabelecer sobre outro uma força alienígena, de maneira a encontrar satisfação em seu próprio desejo egoísta”.(1844, Terceiro Manuscrito, pg.xvi)

Tal processo de construção de necessidades se relaciona, por sua vez, ao dinheiro, que passa a ser fundamentalmente necessário em resposta à vontade do indivíduo dominar tais forças estranhas. Mas a entrada em cena do dinheiro agrava a condição humana: “a necessidade de dinheiro é, então, a verdadeira necessidade produzida pelo sistema econômico, e a única necessidade que este produz. A quantidade de dinheiro torna-se em mais alto grau a única qualidade efetiva. Assim como reduz tudo a sua forma abstrata, também reduz a si próprio, no curso de seu próprio movimento, a um ser quantitativo. Excesso e destemperança tornam-se a verdadeira norma”.(1844, Terceiro Manuscrito, pg.xvi) O dinheiro também é capaz de confundir e distorcer a natureza humana, à medida que as qualidades, de caráter e sentimento, passam a ser objeto de negociação: é corajoso quem compra coragem, é inteligente quem compra inteligência, segue a vocação nos estudos aquele que paga os estudos – o dinheiro transformaria a incapacidade das pessoas em seus contrários, pois transforma, por exemplo, a feiúra em beleza e a desonestidade em honestidade. Além disso, corrompe as relações sociais, pois rompe com a necessidade de reciprocidade nas relações humanas envolvendo amor e confiança – compra-se o amor e a confiança, ao invés de trocar amor por amor e confiança por confiança.

Marx e Engels (1845) em *A Ideologia Alemã* criticam os socialismos utópicos, como o ‘socialismo verdadeiro’ alemão, por não levar em conta os interesses das classes sociais, o avanço histórico das forças e a existência do proletariado. Tal socialismo é principalmente criticável por não abordar os problemas sociais sob o problema da luta de classes, mas os atribuir a falta de ordenamento social. Sem se apoiar nos interesses do proletariado, torna-se uma proposta curiosa somente para a pequena-burguesia e para os escritores de seu próprio círculo. Tal crítica reaparece no *Manifesto do Partido Comunista*, inclusive reconceituando o socialismo de Sismondi como ‘socialismo pequeno-burguês’, e taxando-o de ser, ao mesmo tempo, reacionário e utópico, e redefinindo o socialismo de Proudhon como socialismo burguês e conservador. Quanto aos socialistas utópicos, como Owen, Saint-Simon e Fourier,

“Continuam a sonhar com a realização experimental de suas utopias sociais: estabelecimento de falanstérios isolados, criação de colônias no interior, fundação de uma pequena Icária, edição de formato reduzido da nova Jerusalém. E para dar realidade a todos esses castelos no ar, vêm-se obrigados a apelar para os bons sentimentos e as bolsas de filantropos burgueses. Pouco a pouco, caem na categoria dos socialistas reacionários ou conservadores descritos acima e só se distinguem deles por um pedantismo mais sistemático e uma fé supersticiosa e fanática na eficácia miraculosa de sua ciência social.” (1848, ‘Manifesto Comunista’)

Pelo menos para estes autores, na opinião de Marx, não se trata de uma questão de ignorância da luta de classes:

“Os fundadores desses sistemas compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhe seja próprio. Como o desenvolvimento dos antagonismos de classes marcha ao lado do desenvolvimento da indústria, não distinguem tampouco as condições materiais da emancipação do proletariado e põem-se à procura de uma ciência social, de leis sociais, que permitam criar essas condições”. (1848, ‘Manifesto Comunista’)

De qualquer forma, o apoio local do proletariado, embora condição necessária, não é condição suficiente para o estabelecimento de mudanças revolucionárias. Segundo Marx, o comunismo “é para nós não um estado das coisas a ser estabelecido, um ideal no qual a realidade deve se ajustar. Nós chamamos de comunismo o movimento real que abole o estado presente das coisas. As condições deste movimento resultam de premissas agora em existência”. O apoio não pode ser meramente local, mas deve ser universal, reunindo uma massa de proletariados universal e intercontinental, interligada, caso contrário a própria interdependência dos grupos aboliria o comunismo local.

As dificuldades vividas pelo proletariado conduziram à percepção da necessidade de uma revolução – a chamada consciência comunista, que não prescinde de grandes escalas de mudanças.

“Tanto para a produção em escala de massa desta consciência comunista quanto para o sucesso da causa em si, a alteração do homem em escala de massa é, necessariamente, uma alteração que somente pode se realizar em um movimento prático, uma revolução; esta revolução é necessária, então, não somente porque a classe governante não pode ser destituída de nenhum outro modo, mas também porque a classe que destitui só pode ser bem sucedida na revolução ao se livrar de toda a sujeira de épocas e tornar-se adaptada a pensar a sociedade como nova”.(1845, ‘Proletário e Comunismo’)

Não devemos perder de vista que Marx está dialogando, em *A Ideologia Alemã*, com os socialistas utópicos. Nestes últimos, as mudanças eram propagadas de forma exógena, sem levar em consideração a própria classe dos proletários. Mas Marx não é, necessariamente,

contra o comunismo local; parece apenas não acreditar que consiga acumular a força suficiente para concretizar de fato o comunismo. O comunismo local corre sempre o risco de se degenerar, pela fraqueza e isolamento das experiências. A degeneração só é evitada quando ocorrem os movimentos em grande escala.

A ânsia de se contrapor às teorias subjacentes aos socialismos utópicos se deve à origem burguesa destes últimos, o que em si já serve de força propulsora para a degeneração das experiências, à medida que são cooptadas pela burguesia. Tal opinião não se altera ao longo de sua obra, nem está sujeita a ambigüidades, como se apreende em carta destinada a Friedrich Bolte, em 23 de novembro de 1871: “A Internacional foi fundada com o intuito de substituir as seitas socialistas e semi-socialistas por uma organização real da classe trabalhadora para a luta. [...] O desenvolvimento do sistema das seitas socialistas e o movimento real dos trabalhadores sempre permanecem na razão inversa em relação ao outro. Assim como as seitas estão (historicamente justificadas), a classe trabalhadora ainda não está pronta para um movimento histórico independente. Tão logo atingem a maturidade, todas as seitas são essencialmente reacionárias”.

O caminho teórico a ser percorrido por Marx passa, então, por propor mudanças geradas a partir dos próprios trabalhadores, em oposição às mudanças de influência burguesa, e mudanças fortes o suficiente para não serem degeneradas por forças burguesas exógenas. Para a economia solidária, representa uma questão de suma importância, pois traça os limites de atuação de cima-para-baixo ao mesmo tempo em que estimula os movimentos endógenos da economia solidária.

Em conseqüência, nasce uma concepção de revolução ‘de uma vez’ [*at once*], que embora tenha sido eficaz para criticar a ausência da concepção de luta de classes nos socialismos burgueses, é naturalizada e de difícil operacionalização no nível da agência humana, mesmo porque, na opinião do autor, tal agência pode até desaparecer da sociedade:

“A sociedade burguesa moderna, com suas relações de produção, de troca e de propriedade, uma sociedade que invocou tais modos de produção e troca gigantes, é como um feiticeiro que não está mais apto a controlar os poderes do mundo inferior em que ele chamou suas mágicas. Em muito, a década passada da história da indústria e do comércio não é mais do que uma história de revolta das forças produtivas modernas contra as condições modernas de produção, contra as relações de propriedade que são as condições de existência da burguesia e sua regra”.
(1848, ‘Manifesto Comunista’, cap.I)

Mas a agência não some por completo. Na evolução, ela parece ser transferida paulatinamente para a mão dos trabalhadores – “proletários de todos os países: unam-se” – concretizando a hipótese da revolução ‘de uma vez’:

“[...]a colisão entre o trabalhador individual e o burguês individual tomam cada vez mais o caráter de colisão entre duas classes. Assim, os trabalhadores começam a formar combinações (Trades’ Unions) contra os burgueses; eles se juntam para manter alto o nível dos salários; eles fundam associações permanentes a fim de se prepararem previamente para as revoltas ocasionais. Aqui e ali, a luta emerge em revolta.

Agora e depois os trabalhadores são vitoriosos, mas somente por um tempo. O verdadeiro resultado de suas lutas reside não no êxito imediato, mas na união cada vez mais ampla dos trabalhadores. Esta união é facilitada pelo aperfeiçoamento dos meios de comunicação que são criados pela grande indústria e que coloca os operários de diferentes localidades em contato entre si. Era apenas este contato que era necessário para centralizar as numerosas lutas locais, todas do mesmo tipo, em uma luta nacional entre classes. Mas toda a luta de classes é uma luta política. E esta união, para atingir o que os burgos da idade média, com suas estradas miseráveis, requereram séculos, o moderno proletariado, graças às ferrovias, atinge em poucos anos”. (1848, ‘Manifesto Comunista’, cap.I)

É preciso notar que, ao menos no *Manifesto Comunista*, não há nenhuma hipótese de apaziguamento exercido pela burguesia para enfraquecer a classe trabalhadora. Não há porque não reconhecer as conquistas locais dos trabalhadores como vitórias de fato. Há dois níveis de ‘vitórias’ – uma vitória local e uma vitória universal. A leitura do texto parece indicar uma interdependência positiva destas vitórias e não um contrapeso das vitórias locais em relação à vitória universal. Portanto, nada indica que as vitórias locais seriam concessões da burguesia com vistas ao apaziguamento e à dominação que prejudicariam o acúmulo de forças necessárias para a vitória universal.

Gera-se um otimismo estrutural. Deixa-se em aberto várias questões de transição relativas, principalmente, à tomada da consciência comunista. De qualquer forma, vale repetir que não se observa em nenhum momento que as experiências comunistas locais sejam prejudiciais à revolução comunista universal.

O problema da relação entre a pequena burguesia e a classe dos trabalhadores é tratado com mais ênfase, dois anos depois, em *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*. Neste texto, o apaziguamento surge em um contexto de embate político entre os proletários e pequenos burgueses e de ampla negociação entre grupos a respeito dos futuros regimes políticos:

“A atitude do partido operário revolucionário em face da democracia pequeno-burguesa é a seguinte: marchar com ela na luta pela derrubada daquela fração cuja derrota é desejada pelo partido operário; marchar contra ela em todos os casos em que a democracia pequeno-burguesa queira consolidar a sua posição em proveito próprio.

Longe de desejar a transformação revolucionária de toda a sociedade em benefício dos proletários revolucionários, a pequena-burguesia democrata tende a uma mudança da ordem

social que possa tornar a sua vida, na sociedade atual, mais cômoda e confortável. Por isso, reclama em primeiro lugar uma redução dos gastos do Estado por meio de uma limitação da burocracia e do deslocamento das principais cargas tributárias para os ombros dos grandes proprietários de terras e burgueses. Exige, ademais, que se ponha fim à pressão do grande capital sobre o pequeno[...]" (1850, 'Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas')

De qualquer forma, é preciso notar que Marx alerta para o risco das negociações desmobilizarem as forças revolucionárias:

"Os democratas pequeno-burgueses acham também que é preciso opor-se ao domínio e ao rápido crescimento do capital, em parte limitando o direito de herança, em parte pondo nas mãos do Estado o maior número possível de empresas. No que toca aos operários, é indubitável que devem continuar sendo operários assalariados; os pequeno-burgueses democratas apenas desejam que eles tenham salários mais altos e uma existência mais garantida e esperam alcançar isso facilitando, por um lado, trabalho aos operários, através do Estado, e, por outro, com medidas de beneficência. Numa palavra, confiam em corromper os operários com esmolas mais ou menos veladas e debilitar sua força revolucionária por meio da melhoria temporária de sua situação.[...]. Mas essas reivindicações não podem satisfazer de nenhum modo ao partido do proletariado. Enquanto os pequeno-burgueses democratas querem concluir a revolução o mais rapidamente possível, depois de terem obtido, no máximo, os reclamos supra-mencionados, os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que cesse a competição entre os proletários desses países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado". (1850, 'Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas')

Assim sendo, é preciso observar que não se trata de uma teoria sobre o apaziguamento do proletariado, mas uma teoria da negociação entre grupos, construída no âmbito das revoluções de 1848. Isto fica mais claro quando, no mesmo texto, Marx aconselha até mesmo as atitudes políticas adequadas ao proletariado durante as negociações, bem como a agenda a ser seguida:

1. Obrigar os democratas a intervir em tantos lados quanto possível da organização social até hoje existente, a perturbar o curso regular desta, a comprometerem-se a concentrar nas mãos do Estado o mais possível de forças produtivas, de meios de transporte, de fábricas, de ferrovias, etc.

2. Têm de levar ao extremo as propostas dos democratas, que não se comportarão em todo o caso como revolucionários mas como simples reformistas, e transformá-las em ataques diretos contra a propriedade privada; por exemplo, se os pequeno-burgueses propuserem comprar os estradas de ferro e as fábricas, os operários têm de exigir que essas estradas de ferro e fábricas, como propriedade dos reacionários, sejam confiscadas simplesmente e sem indenização pelo

Estado. Se os democratas propuserem o imposto proporcional, os operários exigirão o progressivo; se os próprios democratas avançarem a proposta de um imposto progressivo moderado, os operários insistirão num imposto cujas taxas subam tão depressa que o grande capital seja com isso arruinado; se os democratas exigirem a regularização da dívida pública, os operários exigirão a bancarrota do Estado. As reivindicações dos operários terão, pois, de se orientar por toda a parte segundo as concessões e medidas dos democratas”. (1850, ‘Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas’)

Anos depois, em *Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*, Marx relaxaria a hipótese da necessidade da revolução ‘de uma só vez’, e passaria a uma concepção mais gradualista das conquistas da classe trabalhadora.

“Depois de uma luta de trinta anos, sustentada com uma admirável persistência, a classe trabalhadora inglesa, aproveitando-se de uma dissidência momentânea entre os senhores da terra e os senhores do dinheiro, conseguiu implantar a lei da jornada de dez horas.[...] Esta luta sobre a restrição legal de horas de trabalho se tornou mais intensa desde que [...] contou com o grande embate entre a regra cega das leis de oferta e demanda que compõe a economia política da classe média, e a produção social controlada pela previsão social, que compõe a economia política da classe trabalhadora. Assim, a Lei das 10 horas não foi somente um sucesso prático; foi a vitória de um princípio, foi a primeira vez que em ampla luz do dia a economia política da classe média sucumbiu à economia política da classe trabalhadora” (1864, ‘Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores’)

De qualquer forma, o gradualismo não prescinde do esforço revolucionário, conforme se lê em carta dirigida a Friedrich Bolte, em 23 de novembro de 1871: “Quando a classe trabalhadora ainda não está suficientemente avançada em sua organização para determinar uma campanha decisiva contra o poder coletivo, i.e., o poder político das classes dirigentes, deve, em qualquer grau, ser treinada por uma agitação contínua e uma atitude hostil contra a política das classes dirigentes”.

Os efeitos positivos da luta gradual entre trabalhadores e capitalistas também podem ser vistos no Capítulo 8 de ‘O Capital’ (*Das Kapital*), dedicado à análise da jornada de trabalho dos proletários. Nas palavras de Marx, “o estabelecimento de um dia de trabalho normal é o resultado de séculos de lutas entre o capitalista e o trabalhador” (1867). Neste capítulo, Marx, na nota de rodapé nº191, lembra dos esforços precursores de Owen neste sentido: “Quando Robert Owen, pouco depois do primeiro decênio deste século, não só expôs em teoria a necessidade de restringir a jornada de trabalho, mas implantou realmente a jornada de 10 horas em sua fábrica de New Lanark, essa medida foi ridicularizada como utopia comunista, acontecendo o mesmo com sua proposta de ‘combinação de trabalho produtivo e

educação infantil’ e o mesmo com as cooperativas de trabalhadores, que surgiram pela primeira vez por seu intermédio. Hoje em dia a primeira utopia é uma lei fabril, a segunda surge como frase oficial em todas as “Factory Acts” e a terceira serve inclusive para encobrir dissimulações reacionárias” [*the third is already being used as a cloak for reactionary humbug* ou *die dritte dient sogar schon zum Deckmantel reaktionärer Schwindeleien*]. Marx não deixa, portanto, de ser crítico ao uso político das cooperativas, ao menos nesta nota não pela inviabilidade em si, mas pelas circunstâncias históricas do uso apaziguador e pequeno-burguês que vinha sendo feito. Assim, o que é criticado não é o modelo da cooperativa em si, mas o contexto pequeno-burguês no qual muitas das cooperativas são fomentadas.

A luta para a conquista de melhorias na jornada de trabalho é uma luta de classes e não de indivíduos, enfatiza Marx:

“A história da regulação da jornada de trabalho em alguns ramos de produção, e a luta ainda presente em outros a favor desta regulamentação, prova, conclusivamente, que o trabalhador isolado, o trabalhador como vendedor ‘livre’ de sua força de trabalho, sucumbe, necessariamente e sem possibilidade de resistência, uma vez que a produção capitalista atingiu certo grau de maturidade. A fixação de uma jornada de trabalho normal é, por conseqüência, o produto de uma guerra civil prolongada e mais ou menos encoberta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora”.(1867, ‘O Capital’, Capítulo 8)

Antes, em 1864, Marx expõe claramente suas opiniões a respeito do papel das cooperativas dos trabalhadores no movimento proletariado:

“Mas estava reservado uma vitória ainda maior da economia política do trabalho sobre a economia política da propriedade. Estamos falando do movimento cooperativo, especialmente as fábricas cooperativas criadas pelos esforços independentes de poucas intrépidas mãos. O valor destes experimentos sociais grandiosos não pode ser subestimado. Por fatos e não por argumentos, eles mostraram que a produção em grande escala, e de acordo com os mandamentos da ciência moderna, pode ser conduzida sem a existência de uma classe de mestres empregando uma classe de mãos; e que não é necessário para produzir que os instrumentos de trabalho estejam monopolizados como instrumentos de dominação e de exploração contra o próprio trabalhador; e que, como o trabalho escravo, como o trabalho servil, o trabalho contratado não é senão uma forma transitória inferior, destinada a desaparecer perante o trabalho associado que cumpre sua tarefa com motivação, disposição e um coração alegre. Na Inglaterra, as sementes do sistema cooperativo foram plantadas por Robert Owen; as experiências dos trabalhadores tentadas no continente foram, de fato, a aplicação prática das teorias, não inventadas, mas proclamadas em voz alta em 1848” (1864, ‘Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores’)

Embora reconheça a importância das cooperativas, Marx não cede em sua visão a respeito do sistema capitalista. Enfatiza que não se trata de uma invenção externa aos

trabalhadores de cunho individual, mas de uma atitude interna, uma resposta estrutural dos trabalhadores em luta de classes. Daí o tom da defesa de tais experiências é alterado no parágrafo seguinte:

“Ao mesmo tempo, a experiência do período compreendido ente 1848 e 1864 provou, sem dúvida, que embora o trabalho cooperativo seja útil na prática, se ele se manter no círculo estreito dos esforços causais dos trabalhadores privados, nunca será capaz de deter o crescimento em progressão geométrica do monopólio, para libertar as massas ou aliviar de modo perceptível o peso de suas misérias. Este, talvez, seja o motivo pelo qual aristocratas persuasivos, oradores filantrópicos de classe média e economistas políticos isolados de uma hora para outra tornaram-se defensores do mesmo sistema de trabalho cooperativo que eles em vão tentaram matar no ninho ao ridicularizá-lo como uma utopia de sonhador, ou estigmatizá-lo como sacrilégio de socialista. Para salvar as massas de trabalhadores, a cooperação deve ser desenvolvida em dimensões nacionais, e, conseqüentemente, estimulada por meios nacionais. Mas os senhores da terra e os senhores do capital sempre usarão seus privilégios políticos para a defesa e a perpetuação de seus monopólios econômicos. Longe de promover a emancipação do trabalho, eles continuarão a colocar cada impedimento possível para a efetivação desta”.

(1864, ‘Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores’)

Posteriormente, em *A Guerra Civil na França*, Marx esclarece a relação entre o comunismo e as cooperativas:

“A Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que faz do trabalho de um grande número a riqueza de uns poucos. Ela visava à expropriação dos expropriadores. Ela queria fazer da propriedade individual uma verdade, transformando os meios de produção, terra e capital, hoje essencialmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de um trabalho livre e associado. Mas isto é o comunismo, o ‘irrealizável’ comunismo. Por sua vez, os membros das classes dominantes que são suficientemente inteligentes para compreender a impossibilidade de perpetuação do sistema atual – e eles são numerosos – tornaram-se apóstolos barulhentos e importunos da produção cooperativa. Mas, se a produção cooperativa não é para permanecer um engodo e uma armadilha; se é para superar o sistema capitalista; se a união das associações cooperativas for para regular a produção nacional sob um plano comum, assumindo o controle deste e pondo um fim à anarquia constante e às convulsões periódicas que são o destino inelutável da produção capitalista, o que será isto senhores, senão o comunismo, o verdadeiro ‘possível’ comunismo?”

(1871, ‘A Guerra Civil na França’, ‘Terceiro Manifesto’, III)

A continuação do texto, em geral nem sempre citada juntamente ao parágrafo anterior, demonstra a noção gradualista de conquistas de que Marx se aproxima nesta fase:

“A classe trabalhadora não esperava milagres da Comuna. Ela não tinha utopias prontas para introduzir *par decret du peuple*. Ela sabe que para conseguir sua própria emancipação, e com ela esta forma de vida mais alta a que tende irresistivelmente a sociedade atual em virtude de seu próprio desenvolvimento econômico, ela terá de passar por longas lutas, por toda uma série

de processos históricos que transformam as circunstâncias e ela mesma. Ela não tem de realizar um ideal, mas somente liberar os elementos da sociedade nova que a sociedade burguesa em colapso porta em seu ventre. Em plena consciência de sua missão histórica e com resolução heróica de ser digna desta em sua ação, a classe trabalhadora pode se contentar em sorrir das investidas grosseiras dos lacaios da pena e da proteção sentenciosa dos burgueses doutrinários bem intencionados que vertem seus clichês ignorantes e suas encenações sectárias, sob o tom de oráculos de infalibilidade científica”.

Em *Crítica ao Programa de Gotha*, 1875, Marx detalha, em longa passagem, de citação indispensável pela influência na economia solidária, como deve ser a distribuição de recursos na sociedade comunista:

Mas uns indivíduos são física ou moralmente superiores a outros e, portanto, fornecem mais trabalho no mesmo tempo ou podem trabalhar mais tempo, e para que o trabalho possa servir de medida, é preciso determinar a sua duração ou a sua intensidade, senão deixaria de ser unidade. Esse direito igual é um direito desigual para um trabalho desigual. Não reconhece nenhuma distinção de classe, porque cada homem é um trabalhador como os outros; mas reconhece tacitamente como privilégio natural a desigualdade dos dons individuais e, por conseguinte, da capacidade de rendimento. Portanto, no seu teor, é um direito baseado na desigualdade, como todo o direito. Pela sua natureza, o direito não pode deixar de consistir no emprego de uma mesma unidade de medida; mas os indivíduos desiguais (e não seriam indivíduos distintos se não fossem desiguais) só são mensuráveis por uma unidade comum enquanto forem considerados de um mesmo ponto de vista, apreendidos por um só aspecto determinando; por exemplo, no caso presente, enquanto forem considerados como trabalhadores e nada mais, fazendo-se abstração de todo o resto. Por outro lado: um operário é casado, outro não; um tem mais filhos que o outro, etc., etc. Com igualdade de trabalho e, por conseguinte, igualdade de participação no fundo social de consumo, há, portanto, uns que efetivamente recebem mais que os outros, uns que são mais ricos que os outros, etc. Para evitar todos estes inconvenientes, o direito deveria ser não igual, mas desigual.

Mas estes defeitos são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como acaba de sair da sociedade capitalista, após um longo e doloroso parto. O direito nunca pode ser mais elevado que o estado econômico da sociedade e o grau de civilização que lhe corresponde.

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver desaparecido a escravagista subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for apenas um meio de viver, mas se tornar ele próprio na primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento múltiplo dos indivíduos, as forças produtivas tiverem também aumentado e todas as fontes da riqueza coletiva brotarem com abundância, só então o limitado horizonte do direito burguês poderá ser definitivamente ultrapassado e a sociedade poderá escrever nas suas bandeiras: «De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!» (parte I, 1875)

Ainda em *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx nega o papel do estado para a emancipação dos trabalhadores, ao criticar a seguinte proposta do referido programa: “O Partido Operário Alemão reclama, para preparar as vias para a solução da questão social, o estabelecimento de sociedades de produção com a ajuda do Estado sob o controle democrático do povo dos trabalhadores”. Marx é crítico em relação à proposta:

“Em vez de resultar do processo de transformação revolucionária da sociedade, «a organização socialista do conjunto do trabalho» «resulta» da «ajuda do Estado», ajuda que o Estado fornece às cooperativas de produção que ele próprio (e não o trabalhador) «criou». Acreditar que se pode construir uma sociedade nova por intermédio de subvenções do Estado tão facilmente como se constrói um novo caminho de ferro, eis uma coisa bem digna da imaginação de Lassalle!

[...]Em seguida, «democrático» diz-se em alemão *volksherrschaftlich*. Mas então que significa o «controle popular e soberano do povo dos trabalhadores?» E isso, mais precisamente, para um povo de trabalhadores que a solicitar o Estado desta maneira, manifesta a sua plena consciência de que não está nem no poder, nem maduro para o poder!

[...]Dizer que aos trabalhadores querem instaurar as condições da produção coletiva à escala da sociedade e, para começar, no seu país, à escala nacional, significa somente que eles trabalham para derrubar as condições de produção atuais; e isso não tem nada que ver com a criação de sociedades cooperativas subvencionadas pelo Estado. E quanto às sociedades cooperativas atuais, elas só têm valor enquanto são criadas independentes nas mãos dos trabalhadores e não são protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses”. (1875, Parte III)

Uma leitura atenta da passagem afasta uma eventual ambigüidade no pensamento do autor em relação às cooperativas. Marx não é contra as cooperativas e sua organização pública e nacional. Seu alerta é para as relações causais subjacentes ao desenvolvimento das cooperativas: não é o Estado, enquanto entidade autônoma e consolidada com outros interesses históricos, que as fomenta, mas os próprios trabalhadores que as organizam. E se o Estado é mobilizado com este fim, isto só pode ser realizado autenticamente quando os trabalhadores já subverteram as relações tradicionais de poder e tomaram o Estado em suas mãos. Lembra-se que mesmo em suas primeiras obras, Marx é crítico em relação ao estado, pois este serve aos interesses da burguesia, e não aos interesses comuns da população.

“À propriedade privada moderna corresponde o estado moderno, o qual, comprado gradualmente pelos donos de propriedades por meio dos impostos, caiu inteiramente em suas mãos por intermédio da dívida nacional, e sua existência tornou-se inteiramente dependente do crédito comercial que os donos das propriedades, a burguesia, põe à disposição do estado, como refletido no aumento e na queda dos fundos estatais na bolsa de valores. Pelo simples fato de que é uma classe [social] e não mais um estrato [estatístico], a burguesia é forçada a se organizar não mais localmente, mas nacionalmente, e dar uma forma geral aos seus interesses comuns. Por meio da emancipação da propriedade privada da comunidade, o estado torna-se

uma entidade separada, ao lado e fora da sociedade civil; mas não é nada mais do que a forma de organização que a burguesia necessariamente adota para ambos propósitos internos e externos, para a garantia mútua de suas propriedades e interesses” (1845, ‘A Relação do Estado e Lei com a Propriedade’)

Deste modo, o papel do estado é essencial para a transição comunista, ao menos para o os primeiros escritos de Marx, como pode ser observado em quase todos os itens da agenda de mudanças necessárias para o comunismo:

1. Expropriação da propriedade latifundiária e emprego da renda da terra em proveito do Estado.
2. Imposto fortemente progressivo.
3. Abolição do direito de herança.
4. Confisco da propriedade de todos os emigrantes e rebeldes.
5. Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com o monopólio exclusivo.
6. Centralização, nas mãos do Estado, de todos os meios de transporte.
7. Multiplicação das fábricas e dos instrumentos de produção pertencentes ao Estado, uso das terras não cultivadas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral.
8. Trabalho compulsório igual para todos; organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura.
9. Combinação do trabalho agrícola e industrial, medidas com vistas a fazer desaparecer gradualmente a distinção entre a cidade e o campo.
10. Educação pública e gratuita de todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material etc.”(1848, ‘Manifesto Comunista’)

Convém observar, no entanto, que o Marx de *Manifesto Comunista*, ao menos no tocante ao papel do estado, é menos fiel ao materialismo histórico que o Marx de *Crítica ao Programa de Gotha*, que, por fim, nega ao estado o papel da agência das transformações sócio-econômicas: “Então surge a pergunta: que transformação sofrerá o Estado numa sociedade comunista? Por outras palavras: que funções sociais análogas às atuais funções do Estado subsistirão? Só a ciência pode responder a esta pergunta; e não é juntando de mil maneiras a palavra Povo com a palavra Estado que se fará avançar o problema um passo que seja. (1875, Parte IV) O estado não é um força de transformação em si, pois apenas reitera em maior ou menor grau a correlação de forças que emerge da luta de classes. Não à toa, Marx, em carta à Paul e Laura Lafargue, em 1870, aconselha que “a classe trabalhadora não deve ocupar-se com política. Eles devem somente se organizar em sindicatos [*trade-unions*]. Em um dia justo, por meio da Internacional eles suplantarão o lugar de todos os estados existentes”.

Para além das preocupações imediatas acerca do papel do estado e das potencialidades das cooperativas, é preciso retomar a discussão sobre a consciência dos homens para Marx. Marx faz um resumo de suas idéias acerca da consciência no prefácio da obra *Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política*.

“O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais.

O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social.

O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.” (1859, ‘Prefácio’)

O texto, fortemente estruturalista sintetiza os principais pressupostos de Marx, que desembocam em uma concepção de história marcada por revoluções esperadas:

“Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali.

De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela.” (1859, ‘Prefácio’)

Nos trechos iniciais deste subcapítulo sob Marx, apontamos seu esforço em desnaturalizar concepções econômicas e reconstruir conceitos e relações. Neste sentido, em *O Capital*, mais especificamente no primeiro capítulo, Marx faz um longo esforço para desnaturalizar o trabalho enquanto *commodity* e objeto.

“O descobrimento científico ulterior de que os produtos do trabalho, à medida que são valores, constituem expressões materiais do trabalho humano empregado na produção, inaugura uma época na história da evolução humana, mas de modo algum desvanece a aparência de objetividade que envolve os atributos sociais do trabalho” (1867)

O esforço de Marx fica mais claro quando exemplifica as relações de poder e produção da idade média e compara-as em sua contemporaneidade:

“No lugar do homem independente, nós encontramos todos ligados por laços de dependência: servos, senhores, vassallos, suseranos, homens da terra e clérigos. A dependência pessoal caracteriza tanto as relações sociais em que tem lugar a produção material como as outras esferas da vida estruturadas sobre tal produção. Mas precisamente porque as relações pessoais

de dependência constituem a base social dada, os trabalhos e produtos não têm porquê assumir uma forma fantástica diferente de sua realidade. Eles ingressam no mecanismo social na qualidade de serviços diretos e prestações em espécie. [...] O trabalho compulsório se mede pelo tempo, tal qual se faz com o trabalho que produz mercadorias, mas nenhum servo ignora que se trata de determinada quantidade de sua força de trabalho pessoal exercida em serviço de seu senhor. [...] As relações sociais existentes entre as pessoas em seus trabalhos se manifestam enquanto suas próprias relações pessoais e não aparecem disfarçadas de relações sociais entre as coisas, entre os produtos do trabalho”.(1867)

Outra importante contribuição original de Marx, revelada pela mesma metodologia de desnaturalizar e historicizar, é sua peculiar teoria sobre as necessidades, de fundamental importância para a economia solidária, pela intenção explícita desta de reconstruir e problematizar a escala de necessidades humanas:

“Pelo lado da produção, o problema caracteriza-se assim:

- 1) A produção fornece ao consumo a sua matéria, o seu objeto. Consumo sem objeto não é consumo; neste sentido, a produção cria, produz o consumo.
- 2) Porém, a produção não fornece apenas um objeto de consumo; dá-lhe também o seu caráter específico e determinado, dá-lhe o toque final - tal como o consumo dá ao produto o toque final que converte uma vez por todas em produto. Em suma, o objeto não é um objeto em geral, mas sim, um objeto bem determinado e que tem de ser consumido de uma maneira determinada, a qual, por sua vez, tem que ser mediada pela própria produção. A fome é a fome, mas a fome que é saciada com carne cozida e consumida com faca e garfo é diferente da fome do que devora carne crua e a come com a mão, com unhas e dentes. Por conseguinte, o que a produção produz objetiva e subjetivamente não é só o objeto do consumo; é também o modo de consumo. A produção cria, pois, o consumidor.
- 3) A produção proporciona não só um objeto material à necessidade, mas também uma necessidade ao objeto material. Quando o consumo emerge do seu primitivo caráter natural, imediato e tosco - e o permanecer neste estágio resultaria do fato de a produção não ter também ultrapassado o seu estágio natural, primitivo e tosco - passa a ser mediado como impulso pelo objeto: a necessidade que o consumo sente deste último é criada pela percepção do objeto. O objeto de arte - e analogamente, qualquer outro produto - cria um público sensível à arte e capaz de fruição estética. Deste modo, a produção não cria só um objeto para o sujeito; cria também um sujeito para o objeto”. (1857, ‘Introdução à Contribuição...’)

No mesmo texto acima considerado, Marx questiona também a noção de distribuição dos economistas clássicos, que estaria sendo naturalizada enquanto distribuição finalística de produtos:

“Segundo a concepção mais simplista, a distribuição apresenta-se como distribuição dos produtos, como se estivesse afastada da produção e, por assim dizer, quase independente dela. Porém, antes de ser distribuição de produtos, é: 1) distribuição de instrumentos de produção; 2) distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes ramos da produção - e esta é uma

definição mais ampla da relação anterior (consideração dos indivíduos em determinadas relações de produção). Manifestamente, a distribuição dos produtos não é mais do que resultado desta distribuição, que está incluída no próprio processo de produção e determina a estrutura da produção. Se não se tiver em conta a última distribuição, englobada na produção, esta aparece, evidentemente, como uma abstração oca; na verdade, a distribuição dos produtos é determinada por esta distribuição, a qual, na sua origem, é um fator de produção.

[...]À primeira vista, pode parecer que estas condições são fatos naturais, mas o próprio processo da produção transforma-os de naturais em históricos: e, para um dado período, aparecem como condições naturais da produção, para outro período aparecem como o seu resultado histórico”. (1857, ‘Introdução à Contribuição...’)

Marx procura exemplificar como ocorre este processo histórico:

“Todas as conquistas supõem três possibilidades: ou o povo conquistador impõe ao conquistado o seu próprio modo de produção (é o que os ingleses fazem atualmente na Irlanda e parcialmente na Índia); ou então deixa subsistir o antigo e contenta-se com um tributo (por exemplo, os Turcos e os Romanos); ou, por fim, produz-se uma ação recíproca, de que resulta uma forma nova, uma síntese (em parte, nas conquistas germânicas). Em qualquer dos casos o modo de produção - seja ele o do povo conquistador, o do povo conquistado ou o resultado da fusão de ambos - é determinante para a nova distribuição que se estabelece. Mesmo que esta se apresente como condição prévia para o novo período de produção, ela é já de si um produto da produção - não só da produção histórica em geral, mas de uma produção histórica determinada. Por exemplo, ao devastarem a Rússia, os mongóis agiram de acordo com a sua produção - a criação de gado - que apenas exigia grandes pastagens, para as quais os grandes espaços desabitados são uma condição fundamental”. (1857, ‘Introdução à Contribuição...’)

A diferenciação entre valor de uso e valor de troca surge, já em *Contribuição à Crítica da Economia Política*, como fato histórico relevante, e não como proposição teórica. Trata-se de identificar como as relações de troca produzem mudanças nas relações sociais, ou simplesmente, na maneira em que as pessoas se relacionam:

“Por último, é uma característica típica do trabalho que se apresenta enquanto valor de troca fazer com que as relações sociais entre os indivíduos apareçam na forma perversa de relações sociais entre coisas. O trabalho de diferentes pessoas é igualado e tratado como trabalho universal, somente à medida que um valor de uso é comparado com outro por meio do valor de troca.” (1859, ‘Contribuição à Crítica da Economia Política’)

Em linguagem moderna, isto quer dizer que a expressão do trabalho das pessoas por meio de valores de troca não é neutra de valores. A introdução de tal medida provoca a esgarçada dos laços comunitários, pois nem todas as trocas entre as pessoas são redutíveis à expressão monetária – o valor de troca de Marx.

Em *Salário, Preço e Lucro*, Marx esclarece como se desenvolve, historicamente, a cisão da sociedade em duas classes:

“Mas, antes de fazê-lo, poderíamos perguntar: de onde provém esse fenômeno singular de que no mercado nós encontremos um grupo de compradores, que possuem terras, maquinaria, matérias-primas e meios de vida, coisas essas que, exceto a terra, em seu estado bruto, são produtos de trabalho, e, por outro lado, um grupo de vendedores que nada têm a vender senão sua força de trabalho, os seus braços laboriosos e cérebros? Como se explica que um dos grupos compre constantemente para realizar lucro e enriquecer-se, enquanto o outro grupo vende constantemente para ganhar o pão do cada dia? A investigação deste problema seria uma investigação do que os economistas chamam “acumulação prévia ou originária”, mas que deveria chamar-se expropriação originária. E veremos que esta chamada acumulação originária não é senão uma série de processos históricos que resultaram na decomposição da unidade originária existente entre o homem trabalhador e seus instrumentos de trabalho. Esta observação cai, todavia, fora da órbita do nosso tema atual. Uma vez consumada a separação entre o trabalhador e os instrumentos de trabalho este estado de coisas se manterá e se reproduzirá em escala sempre crescente, até que uma nova e radical revolução do sistema de produção a deite por terra e restaure a primitiva unidade sob uma forma histórica nova”.(1865, ‘Força de Trabalho’)

Neste texto, o problema radical da desigualdade de classes reside na disposição injusta dos meios de produção. Desta forma, o problema central dos textos de Marx acerca da propriedade privada é determinado e especificado enquanto propriedade privada dos meios de produção. A ‘escala sempre crescente’ deste movimento de alijar os trabalhadores dos bens de capital parece ser fruto de um movimento simultâneo de centralização de capitais e de avanço tecnológico – evolução das forças produtivas.

“O próprio desenvolvimento da indústria moderna contribui por força para inclinar cada vez mais a balança a favor do capitalista contra o operário e que, em consequência disto, a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o nível médio normal do salário, mas, ao contrário, para fazê-lo baixar, empurrando o valor do trabalho mais ou menos até seu limite mínimo. Porém, se tal é a tendência das coisas neste sistema, quer isto dizer que a classe operária deva renunciar a defender-se contra os abusos do capital e abandonar seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que se lhe ofereçam de melhorar em parte a sua situação? Se o fizesse, ver-se-ia degradada a uma massa informe de homens famintos e arrasados, sem probabilidade de salvação. Creio haver demonstrado que as lutas da classe operária em torno do padrão de salários são episódios inseparáveis de todo o sistema do salariado, que, em 99 por cento dos casos, seus esforços para elevar os salários não são mais que esforços destinados a manter de pé o valor dado do trabalho e que a necessidade de disputar o seu preço com o capitalista é inerente à situação em que o operário se vê colocado e que o obriga a vender-se a si mesmo como uma mercadoria. Se em seus conflitos diários com o capital cedessem covardemente ficariam os operários, por certo, desclassificados para empreender outros movimentos de maior envergadura”.(1865, ‘A luta entre o capital e o trabalho e seus resultados’)

Fica patente neste trecho que Marx deixa de lado sua concepção de revoluções súbitas e descontínuas, e entende que o avanço do operariado é um processo construído e contínuo. Até mesmo o lema “romper com a propriedade privada” parece ser relaxado na conclusão do texto, em que são apresentadas três proposições:

- “1. – Uma alta geral da taxa de salários acarretaria uma baixa da taxa geral de lucro, mas não afetaria, em linhas gerais, os preços das mercadorias.
2. – A tendência geral da produção capitalista não é para elevar o padrão médio de salários, mas para reduzi-lo.
3. – Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas, são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de ao mesmo tempo se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado”. (1865, ‘A luta entre o capital e o trabalho e seus resultados’)

Enfim, observa-se que Marx deixou muitos legados para a economia solidária – uma teoria crítica das necessidades, uma concepção original de práxis, uma contraposição entre alienação e emancipação do trabalho, uma desnaturalização do desemprego e da autorregulação do mercado e uma acusação das relações de poder subjacentes à propriedade privada e à divisão de trabalho. Entretanto, Marx também deixou desafios, ao pensar muito profundamente as dificuldades enfrentadas para a ocorrência de uma autêntica revolução proletária e para a instauração de cooperativas, alertando que é imprescindível pensar este tema contextualizando-o nas questões políticas e no grau de emancipação da classe trabalhadora.

1.3 Muhammad Yunus

Muhammad Yunus é, talvez, o principal responsável pela difusão dos programas de microcrédito no mundo. Em conseqüência, tornou-se um dos principais autores que influenciou a construção da economia solidária enquanto teoria, objeto e movimento social. Sua influência ocorre por meio de seu empreendimento principal, o Grammen Bank, ou Banco da Aldeia, cuja experiência está descrita em *O Banqueiro dos Pobres*, possivelmente a mais lida obra associada à economia solidária na história recente desta. Assim sendo, justifica-se que esta seção se concentre exclusivamente na análise de tal obra de grande relevância e ascendência.

Logo no prefácio, Yunus fornece amostras de sua metodologia, que se baseia no individualismo, na ação e em um institucionalismo de característica evolucionista. Em primeiro, há uma ênfase nas potencialidades, ainda que por vezes estas sejam apenas latentes. “Minha experiência no Grameen deu-me uma fé inabalável na criatividade dos seres humanos” e “toda a pessoa tem um enorme potencial e pode influenciar a vida das outras no seio das comunidades e das nações durante sua existência, mas também além dela”. (pg.9) O Grameen viabiliza tais potencialidades: “o empréstimo do Grameen não é apenas dinheiro; é uma espécie de passaporte para a autodescoberta e a auto-exploração. Quem o recebe começa a explorar seu potencial e a perceber sua criatividade oculta”.(pg.139) Tal atividade é o *leit motiv* do banco: “o Grameen é uma organização de assistência. Queremos liberar a criatividade dos indivíduos, a fim de criar uma vida melhor para eles”.(pg.177)

Por vezes, trata-se de ser criativo para os negócios e alternativas de sobrevivência, como observa Yunus quanto às experiências de microcrédito em Guiné e Burkina Fasso: “lá, como em Bangladesh, percebemos que a taxa de juros pouco importava, desde que os pobres pudessem obter empréstimos. Eles podem pagar até 20% ou 30% de juros sem problema, e a força libertadora do crédito é tal que os financiados se lançam em incontáveis atividades que nenhum economista ou cientista social teria imaginado”.(pg.225) A força libertadora também é aplicável aos países ricos, como nos Estados Unidos: “Mas eu precisava ver como reagiam à minha oferta os americanos presos à miséria talvez há duas ou três gerações”.(pg.240) “Quanto mais passa o tempo, mais me convenço de que os problemas bancários que identifiquei em Bangladesh são os mesmos em todo o mundo” Em principal, Yunus defende que os bancos reconheçam os indivíduos enquanto seres humanos: “o sistema [...] se recusa a reconhecer as pessoas. Só os cartões de crédito são reconhecidos”.(pg.246)

Para bem ou para mal, há pouco espaço para estruturalismos: “cabe a nós decidirmos que rumo tomar. Somos os pilotos e os navegadores de nosso planeta. Se levarmos a sério nosso papel, o destino que nos aguarda será necessariamente o que previmos”(pg.10) Esse ‘nós’ de Yunus parece se circunscrever ao voluntarismo de homens bons, daí a epígrafe com a citação de Edmund Burke, “o triunfo do mal repousa na inércia dos homens bons” (pg.4)

Para Yunus, o Grameen Bank é um teste empírico do voluntarismo, que o aprova. “Estou profundamente convencido de que poderemos livrar o mundo da pobreza se estivermos determinados a isso. Essa conclusão não é fruto de uma esperança crédula, mas o resultado concreto da experiência que adquirimos em nossa prática do microcrédito”. De qualquer forma, enquanto pré-requisito, é preciso superar algum grau de alienação e de cegueira: os seres humanos “não nascem para padecer com a fome e a miséria. Se estas os

fazem sofrer em nossos dias, como aconteceu no passado, é porque desviamos os olhos do problema”.(pg.9)

Ao menos para a pessoa de Yunus, a principal fonte de alienação era a própria vida universitária, que o afastava do que chama de problemas reais:

“Lembro-me de meu entusiasmo ao ensinar as teorias econômicas, mostrando que elas apresentavam respostas para problemas de todos os tipos. Eu era muito sensível à sua beleza e elegância. Mas de repente comecei a tomar consciência da inutilidade desse ensinamento. Para que poderia ele servir, quando as pessoas estavam morrendo de fome nas calçadas e diante dos pórticos?

A partir de então comecei a achar que minhas aulas eram uma sala de cinema onde podíamos relaxar, tranqüilizados pela vitória certa do herói. Eu sabia desde o início que todo problema econômico encontraria uma solução elegante. Mas a partir do momento que saía da sala de aula me confrontava com o mundo real. Lá os heróis eram moídos de pancadas, selvagemmente pisoteados[...]

Eu só tinha um desejo: sair pela tangente, abandonar os manuais, fugir da vida universitária. Queria compreender a realidade que cerca a existência de um pobre, descobrir a verdadeira economia, a da vida real”. (pg.14-15)

É desta forma que Yunus rompe a vida acadêmica e torna-se, ele mesmo, o herói.

A academia surge como um dos principais responsáveis pela cegueira e a alienação: “ao tentar oferecer aos estudantes uma espécie de visão panorâmica, as universidades tradicionais haviam criado uma enorme distância entre os alunos e a realidade da vida. [...] O resultado é que acabamos por imaginar as coisas em vez de enxergá-las” (pg.15). Em resposta, as opiniões de Yunus chamam a atenção para a importância da extensão universitária. “Uma universidade não deve ser uma torre de marfim onde intelectuais se deixam entusiasmar com o conhecimento sem partilhá-lo com o mundo que os cerca”.(pg.85)

Não é só ausência de comunicação entre a academia e o mundo externo que incomoda Yunus. Ele parece insatisfeito inclusive quanto ao *ethos* acadêmico, como se vê nesta passagem a respeito de uma das primeiras funcionárias do Grameen: “Nurjahan tinha mestrado, mas isso não é suficiente para trabalhar num banco de pobres: é preciso uma verdadeira motivação. Para que um colaborador inspire confiança e insuffle a coragem a um financiado deve demonstrar algumas qualidades raras: um grande instinto de sobrevivência, poder de comunicação, psicologia”.(pg.131) Em outra passagem, Yunus lembra que “a presença no local de trabalho ensina mais sobre a vida do que todos os livros do mundo”.(pg.199)

Yunus, então, elabora um programa de treinamento original para os gerentes: “nosso treinamento é simples, mas duro e rigoroso. É simples porque consiste essencialmente numa

autoformação”.(pg.200) Após o recrutamento, realiza-se um semestre de estágio e ambientação:

“Durante esses seis meses o jovem recém-saído da universidade se confronta, pela primeira vez na vida, diretamente com as realidades de Bangladesh.

Ninguém jamais lhe forneceu um ensino desses. No início ele se pergunta o que está fazendo ali. Arrepende-se de ter aceitado o emprego no Grameen. Depois percebe que os outros trabalham com entusiasmo e sobretudo constata que todo esse trabalho dá resultados. Fica motivado pelo que vê. Não é a promessa de uma mudança num futuro distante; tudo se passa aqui e agora, diante de seus olhos, e isso reforça nele o desejo de também agir”.(pg.200)

Nos primeiros anos de trabalho, pesquisando a vida real, Yunus descobre a pobreza, mas não abandona seus modelos, que apontam para problemas de insuficiência de poupança – “no sistema econômico em que vivemos a renda de Sufia era mantida num nível tão baixo que ela não poderia jamais poupar um vintém, investir na expansão de sua base econômica” – e para um contexto de livre concorrência – “se lhes emprestasse 27 dólares, elas poderiam vender seus produtos a quem quer que fosse”. (pg.21-23) Yunus não discute hipóteses de saturação dos mercados para produtos de baixa tecnologia, concentração dos meios de produção, monopólios e ganhos de escala. São negadas causas estruturais provenientes do sistema capitalista para a pobreza. Daí a importância em se encontrar os inimigos que obstruem a acumulação primitiva das pessoas.

Dois são os inimigos principais que Yunus identifica: por um lado, o agiota, por outro lado, os costumes tradicionais. “Toda sociedade tem seus agiotas. Nenhum programa econômico poderá deter o processo de alienação dos pobres enquanto estes permanecerem subjogados aos agiotas”(pg.20) É importante acrescentar que os inimigos atuam em conjunto: “em todo o terceiro mundo as taxas usurárias são corriqueiras. Elas entraram de tal modo nos costumes que nem mesmo o financiado se dá conta do grau em que o contrato é leonino”.(pg.19)

A solução para Yunus não é ‘dar o peixe’:

“Nunca nos passaria pela cabeça a idéia de que alguém poderia viver em desespero porque lhe faltavam 22 cents. Isso me parecia impossível, até mesmo ridículo. Eu deveria tirar do bolso a soma miserável de que precisava Sufia? Isso seria muito simples, muito fácil.[...]

Resisti ao impulso de dar a Sufia o dinheiro de que ela precisava. Ela não pedia esmola. E, além do mais, isso não seria uma solução definitiva”.(pg.21)

Yunus volta ao tema outras vezes, de modo mais conservador:

“Dar dinheiro dispensa-nos tranqüilamente de encararmos o verdadeiro problema. Oferecendo uma soma irrisória ficamos com a consciência limpa. Mas, na verdade, limitamo-nos a nos livrar provisoriamente do problema. Mas por quanto tempo?

A caridade não é uma solução, nem a longo nem a curto prazo. O mendigo passará para o carro seguinte e recomeçará. E acabará por voltar a ver seu ‘benfeitor’, de quem agora precisa para viver.[...]

Do ponto de vista do beneficiário, a caridade pode ter efeitos desastrosos. Em muitos casos, ela desmotiva o mendigo a sair de sua situação. Quanto ao doente, ele nem sequer tenta se tratar, pois a cura significaria a perda dessa fonte de dinheiro. [...]

Em todos esses casos a mendicância priva o homem de sua dignidade. Dispensando-o de prover as suas necessidades, ela o incita à passividade”.(pg.38-39)

“A caridade não é absolutamente a solução para a pobreza. Ela apenas a perpetua, retirando dos pobres a iniciativa. A caridade nos permite prosperarmos na vida sem nos preocuparmos com a existência dos outros. Com ela a nossa consciência fica apaziguada”.(pg.282)

E aborda o tema no âmbito do Estado do bem-estar europeu e no assistencialismo em geral:

“Nos países desenvolvidos, a maior dificuldade é lutar contra os estragos do sistema de amparo social. [...] Muitos até calculam o que perderiam em ajudas e em cobertura social se se tornassem seus próprios patrões. Acabam concluindo que não vale a pena.

[...] mesmo quando a lei garante aos pobres o direito à propriedade, a mentalidade dos responsáveis pelas instituições de caridade não aceita isso. Um jovem que havia acabado de sair da prisão queria se estabelecer por conta própria vendendo batatas fritas, mas a instituição parisiense que o acolheu não podia admitir que ele se tornasse autônomo; eles queriam comprar um estande de batatas fritas e contratá-lo como assalariado, em vez de permitir que ele se tornasse proprietário.

Em outras palavras, a caridade, como o amor, pode se transformar numa prisão”.(pg.231)

E o autor igualmente condena o suposto ‘dar o peixe’ em escala internacional:

“Esse exemplo em escala individual ilustra perfeitamente o que ocorre em escala mundial com a ajuda externa.

A dependência em relação à ajuda cria um ambiente favorável aos governos que são mestres na arte de sempre negociar por mais ajuda.

Essa é uma das razões pelas quais Bangladesh e outros países do Terceiro Mundo têm tido uma cuidadosa política de ressaltar seus desastres naturais” (pg.39)

Yunus fica muito próximo de afirmar que os pobres são pobres porque assim o desejam. Mas a resposta para os problemas não reside no ‘ensinar a pescar’, pois os indivíduos são, ao mesmo tempo, porém sob outras circunstâncias, habilidosos e dispostos ao trabalho. Embora sejam negadas causas estruturais do sistema capitalista, não são negadas causas estruturais institucionais: “ essas pessoas não eram pobres por estupidez ou por preguiça. Elas trabalhavam o dia inteiro, realizando tarefas físicas muito complexas. Eram pobres porque as estruturas financeiras de nosso país não tinham a disposição de ajudá-las a melhorar sua sorte. Era um problema estrutural, e não um problema individual”.(pg.24) Mas é

preciso especificar do que se trata o problema estrutural que Yunus se refere. Ao que parece, restringe-se à questão do acesso creditício, que concretizaria um leque de possibilidades e oportunidades de trabalho aos indivíduos, que já possuem habilidades prévias – “não é o trabalho que salva os pobres, mas o capital ligado ao trabalho”(pg.270). “O microcrédito é ajudar cada pessoa a atingir seu pleno potencial. Ele não trata de capital monetário e sim de capital humano [...] Tudo o que precisamos fazer é suprimir as barreiras estruturais que durante tanto tempo mantiveram uma classe desfavorecida à parte de todo contexto humano”.(pg.327) No trecho abaixo transcrito, Yunus debate com norte-americanos a respeito das medidas necessárias de combate à pobreza:

“– Essas duas sociedades estão a uma distância astronômica uma da outra – sustentavam eles. – Quem é que precisa de microcrédito em Chicago? Aqui as pessoas precisam é de emprego, formação profissional, assistência médica e proteção contra as drogas e violência. Trabalho autônomo é um conceito pré-histórico que só sobrevive no Terceiro Mundo e em sociedades primitivas. As pessoas de renda baixa de Chicago precisam de dinheiro para pagar o aluguel, para se sustentar e consumir diariamente, não para investimento. De qualquer modo, elas investiriam em quê? Elas não têm habilidades.

Eu ficava repetindo os mesmos argumentos que havia usado com os banqueiros de Bangladesh:

– Os pobres são pessoas muito criativas; eles sabem como ganhar a vida e até mesmo o que fazer para mudá-la; tudo o que precisam é oportunidade. Sim, nossas duas sociedades são diferentes e ficam a milhares de distância uma da outra, mas, francamente, eu não vejo nenhuma diferença entre os pobres de Bangladesh e os de Chicago; os problemas e os resultados da pobreza são os mesmos”.(pg.249)

Assim sendo, as instituições nacionais pairam acima dos problemas locais e regionais. Se os inimigos agem livremente, isto ocorre pela omissão das instituições, responsáveis pela regulação das ações microeconômicas. Tal diagnóstico conduz a solução de criar a instituição necessária inexistente ou reformar as instituições. O Grameen Bank surge, neste raciocínio, como uma instituição em nível macro, e não como uma solução local. Ele está acima dos inimigos e não encontra embates difíceis para a implantação de suas soluções. Em Bangladesh, o Grameen preenche um vácuo institucional, enquanto internacionalmente, propõe uma reforma institucional, baseado em novas metodologias. No que se refere à ajuda externa:

“Os principais beneficiados, direta ou indiretamente, por essa ajuda são os ricos, embora tudo seja feito em nome dos pobres. A ajuda externa se torna caridade para os poderosos. Se se pretende que ela tenha algum impacto na vida dos pobres, é preciso redirecioná-la de modo que atinja os domicílios diretamente, sobretudo as mulheres dos lares mais pobres. Acho que uma nova metodologia de ajuda precisa ser pensada com novos objetivos”.(pg.33)

Por fim, a própria ajuda externa deveria ser redirecionada para atender às instituições locais: “a ajuda para o desenvolvimento só serviu para a construção de obras faraônicas – pontes, usinas gigantescas, barragens – e não para corrigir instituições, renovar outras superadas, mobilizar as populações para lhes permitir resolver seus próprios problemas” (pg.34) Yunus é crítico quanto ao Banco Mundial, pela sua passividade quanto aos problemas institucionais nacionais, inércia e distanciamento dos pobres. Yunus entende tratar-se de uma questão técnica, mais do que política, daí a necessidade de revelar metodologias que se coadunem com a necessidade de reforma nas instituições.

Um importante diferencial qualitativo do Grameen em comparação com outros programas de combate à pobreza é sua natureza continuada. “A pobreza é uma doença crônica. Não pode ser curada com medidas improvisadas. [...] A continuidade das relações cria um clima de confiança, que ajuda a estabelecer a base par um nível superior de relacionamento. Nesse sentido, um programa curto é totalmente inócuo”.(pg.133)

Yunus relata suas primeiras ações dedicadas ao combate à pobreza. Tais ações foram gestadas em concepções positivistas a respeito da superioridade da ciência e da racionalidade. Identificou-se a necessidade de se produzir mais em cada colheita, com o objetivo de reduzir a fome que assolava, então, o país: “Impus-me inicialmente o dever de encontrar o meio de produzir mais a cada colheita”. Desta tarefa, surgiram ações nas áreas de irrigação e escolha de sementes. “Convoquei meus alunos e lhes expliquei como era essencial substituir a variedade local de arroz de fraco rendimento por uma variedade de alto rendimento que estava sendo adotada nas Filipinas”. Ademais, “dispúnhamos de um potencial de melhoria de nossa produção graças ao desenvolvimento da irrigação e a uma melhor administração da água durante a estação seca do inverno”.(pg.92)

Após tal decisão, descobre-se que os agricultores não acreditavam na irrigação, pois esta estava baseada em um sistema ineficaz, que utilizava equipamentos sofisticados para os usuários e poços profundos. Era preciso, então, demonstrar que fosse qual fosse o método utilizado, era essencial para aumentar a produção agrícola. Só o positivismo de Yunus não era suficiente. Era preciso que ele orquestrasse ações com fortes efeitos-demonstrativos.

“Então tive a idéia de criar um novo tipo de cooperativa agrícola, que resolvi chamar de Fazenda de Três Terços de Nabajug (Nova Era).

Convoquei os produtores agrícolas locais para uma assembléia na qual lhes propus uma experiência em que os proprietários de terras poriam estas à disposição durante a estação seca, os meeiros ofereceriam a mão-de-obra e eu me responsabilizaria por todas as outras despesas, inclusive o custo do combustível necessário para o funcionamento da bomba, as sementes para

as colheitas de alto rendimento, os adubos, os pesticidas e o conhecimento técnico. Cada uma das três partes (proprietários de terras, meeiros e eu) receberia um terço da colheita” (pg.92)

[...] O primeiro ano foi concluído com um sucesso enorme. Todos os lavradores estavam maravilhados. Não tinham investido nem um tostão e as colheitas foram abundantes. Quanto a mim, perdi 13 mil takas, pois os lavradores me enganaram, dando-me menos do que a terça parte combinada. Apesar de tudo eu me sentia vitorioso: tínhamos obtido colheitas em lugares onde até aquela data nunca houvera produção na estação seca”.(pg.93)

É interessante notar que a experiência conduzida por Yunus não teve importância apenas enquanto efeito-demonstração, mas como aprendizado no combate à pobreza. O autor descobriu que o projeto não estava sendo bem sucedido em melhorar as condições de vida dos mais pobres, que não eram nem pequenos proprietários de terra, tampouco meeiros, mas as mulheres que descascavam arroz. “Essas mulheres, muitas delas viúvas, divorciadas ou abandonadas com crianças para alimentar, eram pobres demais até para ser meeiras. Não tinham nem terra nem bens, e não podiam acalentar nenhuma esperança. Foi assim que passei a me dedicar aos mais pobres entre os pobres” (pg.95) E Yunus já tinha uma solução técnica à vista: “por fim descobri que para a mesma quantidade de trabalho uma mulher poderia ganhar pelo menos quatro vezes mais que o salário recebido se pudesse comprar ela própria o arroz com casca e descascá-lo”.(pg.95) A maioria dos programas de desenvolvimento não atingia este grupo, pois os não-pobres ou os menos pobres colhiam os lucros dos mais pobres. Em consequência, acusa-se o etnocentrismo dos programas de redução de pobreza.

Yunus cita 18 mitos e meias verdades sobre os pobres que sustentariam as visões etnocêntricas e preconceituosas: devem ter formação para poder gerar renda; o crédito deve ser acompanhado de formação; os pobres não sabem economizar e são presentistas; não sabem trabalhar em equipe; não tem aspirações por causa da pobreza; mulheres pobres não tem competência; são irracionais porque são famintos e desesperados; tem visão acanhada da vida; a religião e a tradição impedem de evoluir; a estrutura de poder é muito forte e barra programas de microcrédito; o crédito para os pobres é anti-revolucionário, pois são subornados para aceitar o *status quo*; o crédito é uma forma de unir os pobres contra os ricos; os maridos extorquem todo o dinheiro das mulheres; preferem trabalhar para um patrão do que por conta própria; o crédito é contraproducente pois seu pagamento é um fardo muito pesado; leva à falta de mão-de-obra assalariada, sendo prejudicial para a produção agrícola; perturba as relações tradicionais das famílias e não promove efeitos de longo prazo, nada fazendo para uma reestruturação equitativa da sociedade.

Em outra passagem, relata a crítica daqueles que chama de ‘pessoas de esquerda’: “Um professor comunista me disse certo dia: ‘na verdade o senhor dá pequenas doses de ópio

aos pobres para que eles se desinteressassem de quaisquer questões políticas mais amplas. Com seus empréstimos, eles dormem em paz e não fazem nenhum barulho. O zelo revolucionário deles estanca. O Grameen é o inimigo da revolução”.(pg.263)

O fundamento do sucesso do programa de microcrédito de Yunus é a própria condição de pobreza:

“Para minha grande surpresa, percebi que o pagamento dos empréstimos sem caução funciona muito melhor do que quando a garantia é importante. De fato, mais de 98% de nossos empréstimos são pagos, porque os pobres sabem que essa é a sua única chance de sair da pobreza e não podem recuar ainda mais. Se forem excluídos desse sistema de empréstimo, como irão sobreviver?”(pg.109)

Yunus reconhece que houve resistências para o funcionamento do projeto, principalmente no tocante à preferência dada às mulheres como receptoras do crédito, ao invés dos homens. “Inicialmente, precisamos enfrentar uma enorme resistência da parte dos maridos. Depois a dos *mollahs* [doutor em direito canônico no Islã] e por fim a de alguns profissionais liberais e até mesmo a de funcionários do governo”.(pg.118)

A metodologia de empréstimos elaborada por Yunus possui vários pontos originais. As prestações deveriam ser pagas aos poucos, diferente dos bancos tradicionais que obrigavam o pagamento em uma única vez: “Essa obrigação se torna uma dificuldade para o financiado. Ele tenta empurrar o máximo o prazo, aumentando com isso o montante a ser pago. No final às vezes acaba resolvendo simplesmente dar o calote!”. Como solução, Yunus resolve “fazer exatamente o contrário: as prestações seriam tão pequenas que o indivíduo nem se daria conta da saída do dinheiro. Era um modo de superar o bloqueio psicológico que representa o fato de ‘se separar de tanto dinheiro’. Resolvi optar por um sistema de pagamentos diários”.(pg.134)

Um segundo ponto original é a necessidade de constituição de grupo, de “pessoas não aparentadas, mas que tenham a mesma mentalidade e o mesmo *status* socioeconômico”. Nas palavras de Yunus:

“Descobrimos inicialmente que a constituição de um grupo era essencial ao sucesso de nossa empresa. Individualmente, um pobre se sente exposto a todos os tipos de perigos. O fato de pertencer a um grupo lhe dá uma sensação de segurança. O indivíduo isolado tem tendência a ser imprevisível e indeciso. Num grupo ele se beneficia do apoio e do estímulo de todos e, com isso, seu comportamento se torna mais regular e ele passa a ser um financiado mais confiável”.(pg.135)

Um terceiro ponto original é o processo de seleção dos grupos aptos a receber financiamento. Os grupos são treinados durante um longo período, fazem diversas reuniões,

entendem como o banco funciona e, por fim, são submetidos a exames! “Esse processo de seleção nos dá a garantia de que só os mais desesperados e mais firmes conseguirão integrar o Grameen. [...] Queremos que nossos membros tenham de superar dificuldades e aborrecimentos, de modo que só aqueles genuinamente pobres nos procurem; quem está em situação melhor vai achar que não vale a pena passar por todo esse processo”.(pg.137) Tanto a formação dos grupos e a seleção dos mesmos contribuem para construir relações de confiança entre o banco e seus financiados, aumentando o índice de recuperação de empréstimos sem incorrer em altos custos de coleta de informações como nos bancos tradicionais.

A emancipação propiciada pelo Grameen não ocorre somente no campo econômico, pois produz mudanças sociais que reconstróem os laços comunitários. Yunus apresenta depoimento de uma das contempladas pelo crédito nos Estados Unidos que demonstra tal faceta do microcrédito: “durante quinze anos eu morei aqui e nunca tive uma amiga. Nem mesmo conhecia ninguém. Vivia totalmente solitária. Agora tenho muitos amigos. Minhas quatro companheiras do grupo são como irmãs”.(pg.254-5) Ademais, lembra-se que “a experiência da Noruega é particularmente interessante na medida em que ali o microcrédito não é utilizado como arma contra a pobreza, e sim como instrumento de integração social para pessoas que, de outro modo, teriam deixado as ilhas”.(pg.234-5) Este efeito terapêutico nas comunidades, a partir de metodologias utilizadas para o combate à pobreza, é um dos principais legados de Yunus para economia solidária, pois foi capaz de unificar duas áreas de discussão de desenvolvimento local que anteriormente apresentavam-se desunidas.

Os empréstimos do Grameen também tiram os idosos e aposentados da solidão e do isolamento. “A sobrevivência não é apenas uma questão financeira, mas também emocional e psicológica. A inatividade é cruel, indigna e nociva à saúde, não só para as pessoas individualmente, mas para o conjunto da sociedade”. A crítica é dirigida, principalmente, aos países desenvolvidos. “À força de querer ampliar o amparo social, os países desenvolvidos criaram uma situação desastrosa. [...] Nestes locais, os idosos, que deveriam ser ajudados e cuidados, são destituídos de sua dignidade e auto-respeito”. A solução pode ser viabilizada por meio do microcrédito. “A dignidade passa pelo exercício de uma atividade livremente escolhida que dá àqueles que a praticam o sentimento de ser útil”.(pg.293) É interessante notar que tais observações apontam para a necessidade de se ampliar o conceito de exclusão: “Assim como faz com outros excluídos pelo capitalismo tradicional, o Grameen contribui amplamente para devolver um sentido à vida dessas pessoas idosas”.(pg.293) Ademais, reforça-se uma defesa dos direitos da pessoa: “a idade não deveria ocasionar a privação dos direitos afetivos e psicológicos, direitos que são do ser humano”.

Outra importante decisão do Grameen foi adotar 16 resoluções que deveriam ser cumpridas pelos membros. “Hoje é com orgulho que em qualquer agência, um membro recita as resoluções, explica aos visitantes quais delas foram realmente aplicadas em sua vida e se sente culpado se não cumpriu algumas delas, como inicialmente era sua intenção”.(pg.146) Em seguida, transcrevemos as resoluções com o intuito de enfatizar a importância do esforço de mudança cultural e comportamental estimada por Yunus, ponto, este, de forte influência na economia solidária.

“Eis as ‘Dezesseis resoluções’:

1. Nós respeitaremos e aplicaremos os quatro princípios do banco Grameen: disciplina, união, coragem e trabalho árduo em todas as atividades de nossa vida.
2. Levaremos a prosperidade à nossa família.
3. Não viveremos numa casa em mau estado [...].
4. Cultivaremos legumes durante todo o ano. Consumiremos bastante e venderemos o que sobrar.
5. Durante o período de cultivo, nós plantaremos tanto quanto nos for possível.
6. Tentaremos ter poucos filhos. Limitaremos nossas despesas. Cuidaremos da nossa saúde.
7. Daremos educação a nossos filhos [...].
8. Zelaremos pela limpeza de nossos filhos e do ambiente.
9. Construiremos e utilizaremos fossas para servirem de latrina.
10. Beberemos água de poços salubres. Se não dispusermos deles, ferveremos a água ou a desinfetamos com alume.
11. Não exigiremos nenhum dote para nossos filhos, assim como não daremos nenhum dote para nossas filhas [...] Nós nos oporemos ao casamento de crianças.
12. Não cometeremos nenhuma injustiça [...].
13. Iremos nos propor coletivamente investimentos cada vez mais elevados para obter maior renda.
14. Estaremos sempre dispostos a ajudar os outros [...].
15. Se soubermos que num centro a disciplina está sendo desconsiderada, iremos até lá para restabelecê-la.
16. Introduziremos os exercícios físicos em nossos centros [...]"(pg.146-147)

Trata-se de um amplo programa de reforma cultural nas comunidades em moldes positivistas, com vistas à superar os entraves advindos dos costumes, da tradição e da falta de conhecimento ‘científico’. Para Yunus, “no Grameen a promoção social – a necessidade de satisfazer as carências das pessoas e garantir seu bem-estar – não é uma aspiração secundária; ela constitui nossa principal ambição”.(pg.153) “No Grameen nós procuramos gerar não apenas mudanças econômicas, mas também mudanças sociais. Queremos que as mulheres, de cidadãs de segunda categoria, tornem-se pessoas responsáveis, capazes de resolver sua vida e

a de seus filhos”.(pg.155) O ‘mudar’ está diretamente associado ao ‘desenvolver’ para Yunus: “o Grameen é essencialmente voltado para o desenvolvimento econômico em escala individual, e quem diz desenvolvimento diz mudança”.(pg.189) Há, também, um processo de libertação dos indivíduos: “[...] o microcrédito é uma ferramenta eficaz de mudança contrária às forças do paternalismo e do extremismo que mantém oprimida a população”.(pg.190) Em acréscimo, inclui-se a reforma no conhecimento tradicional, como se vê na passagem a respeito da medicina local. “Devido ao estado deplorável dos serviços de saúde pública, nossos financiados tendem a apelar para curandeiros – homens que oferecem beberagens milagrosas. Dessa forma, longe de consumir serviços de saúde, um grande número dos nossos financiados está se expondo ainda mais aos riscos de doenças”. A superioridade da medicina ocidental é tomada como fato, passível de implantação pela via econômica. “Se conseguirmos persuadir nossos membros a não recorrer aos curandeiros e em vez disso investir num programa de saúde financiado pelo Grameen, poderíamos, com esse investimento, proporcionar-lhes serviços de saúde modernos e eficazes”.(pg.295)

Tal processo de reforma cultural recebeu críticas vindas da antropologia, que Yunus rebate com convicção de quem ama a vida moderna:

“Alguns antropólogos acusam o Grameen de mexer nas estruturas tradicionais e de mudar a sociedade. Mas por que ver nisso algo negativo? Alguns processos são irreversíveis. Eu sou decididamente a favor da mudança. No processo de mudança o velho cede lugar ao novo, é a ordem das coisas. Não poderia haver mudança sem ruptura com o passado. Por outro lado, não acho que seja preciso questionar as tradições quando elas são benéficas à população”.(pg.176)

A defesa de princípios positivistas não deve ser confundida com apologia ao modernismo. Este sofre críticas, ainda que em poucas passagens: “as sociedades ocidentais precipitam a decadência moral e afetiva de seus idosos. Desesperados com a falta de atividade, eles vão morrendo aos poucos”. Desta forma, nem sempre o moderno é melhor. “As sociedades tradicionais compreendem isso bem melhor que a moderna. Nas reservas indígenas vi velhos confeccionando belos tapetes usados em rituais religiosos; na África os velhos da aldeia fabricam preciosos instrumentos musicais”.(pg.294)

A força do positivismo no pensamento de Yunus alimenta uma utopia ou um ideal, que é destacada quanto relata sua palestra proferida em razão da primeira reunião internacional do microcrédito, ocorrida em fevereiro de 1997:

“Cem anos atrás os homens ainda estavam lutando para achar um jeito de voar. Muita gente acreditava seriamente que o homem jamais voaria. As pessoas que empenhavam nessa idéia eram consideradas loucas. Em 1903, os irmãos Wright voaram em seu primeiro aeroplano, que

ficou no ar apenas doze segundos [...] e percorreu 36 metros. Nesse momento foi plantada a semente de um novo mundo.

[...] No campo do microcrédito, estamos num estágio equivalente ao do aeroplano dos irmãos Wright. Cobrimos 36 metros aqui, 150 ali. [...] Podemos garantir que vocês logo voarão em nossos Boeings, em nossos Concorde; logo teremos nossos foguetes propulsores.

Esta reunião trata da criação de um processo que levará a pobreza para o museu.

O homem andou na Lua apenas 65 anos depois do vôo de doze segundos dos irmãos Wright.

Cinqüenta e cinco anos depois desta reunião, nós também caminharemos pela nossa luta.

Criaremos um mundo sem pobres”.(pg.329)

A utopia que move Yunus é a do mundo sem pobreza. “Num mundo sem pobreza [...] ninguém estará à mercê de ninguém, e é isso que faz a diferença entre um mundo sem pobreza e um mundo dominado por ela”.(pg.332) Ademais, as pessoas que vivem hoje na extrema pobreza, passariam a ter renda, favorecendo o crescimento econômico mundial, além de levar o mercado suas capacidades de inovação e criatividade. Os níveis de desigualdade entre as classes seriam diminuídos – “essa diferença seria a existente entre a classe média e a classe abastada”.(pg.333) Tal mundo também teria impacto na redução dos níveis de incerteza micro e macroeconômicos: “uma vez que a pobreza jamais atingiria ninguém, a não ser de modo temporário e limitado, a economia provavelmente não sofreria oscilações graves. Evitaríamos crises cíclicas e seríamos capazes de superar com maior facilidade as calamidades causadas pelo homem”.(pg.332)

O tamanho do Estado deve ser reduzido, na opinião de Yunus, pois “o setor público não cumpriu seu papel, ou, pelo menos, está perdendo velocidade, apesar de todos os nossos esforços. Ele se arruinou pela burocratização, fortalecida com subvenções, proteção econômica e política e falta de transparência. Atualmente a corrupção impera. As boas intenções se evaporam no percurso”. (pg.264) Em virtude de tal quadro, Yunus defende um Estado mínimo: “o Estado, em sua forma atual, deveria se desobrigar quase integralmente (com exceção da fiscalização para o cumprimento da lei e da ordem, da defesa nacional e da política externa) de sua função, para deixar o setor privado – um setor privado organizado de acordo com o modelo Grameen, quer dizer, animado por uma preocupação de bem-estar social – desempenhar seu papel”.(pg.262)

Em geral, o Estado é um ente incapaz de ajudar os pobres:

“Quando o governo quer ajudar os pobres geralmente isso se traduz numa política de distribuição gratuita de dinheiro, terras e outros ativos. Mas, quando isso acontece, raras vezes o que é dado chega até o povo. O Estado está longe dele (...) e há um número enorme de intermediários que sabem muito bem aproveitar esse sistema de distribuição para se beneficiar. Se por acaso algum desses recursos chegar até umas poucas pessoas de sorte, elas não os

conservarão por muito tempo – quer se trate de um açude, quer de um simples cobertor”.(pg.302)

A utopia de Yunus retira a maior parte das funções do Estado:

“Todos, em todas as partes do mundo, terão acesso à educação e ao atendimento médico porque serão capazes de pagar por esses serviços. Ao contrário de hoje, não se cobrará do Estado a oferta subsidiada ou gratuita de escolas ou de serviços de saúde.

Todas as organizações do Estado criadas para atender aos pobres e fornecer-lhes serviços subsidiados ou gratuitos não serão mais procuradas e poderão encerrar suas atividades. Assim, não haverá necessidade de previdência social ou de órgão de assistência social. Não haverá necessidade de esmolas, sopas populares, escolas gratuitas, ambulâncias gratuitas, e tampouco haverá mendigos nas ruas.

Os programas públicos de amparo não terão mais razão de ser, porque já ninguém mais viverá de caridade. Os programas públicos de segurança social, de complementação de receita familiar, serão desnecessários”.(pg.332)

Enquanto a utopia de Estado mínimo não se concretiza, Yunus aponta para a possibilidade de reformas administrativas que corrijam a ineficiência estatal, em passagem que lembra muito Owen: “com os recursos de que Bangladesh dispõe, não há razão para que os pobres permaneçam pobres. Nossas dificuldades se ligam muito mais à má administração do que à falta de recursos. Com estrutura administrativa adequada, esses recursos podem resolver o problema da pobreza”.(pg.305)

Yunus é um admirador do livre-mercado, pela liberdade ao indivíduo que pode fazer suas escolhas, mas reconhece que o setor privado como existe hoje, unicamente voltado ao lucro e à ganância, é insuficiente. Assim sendo, “o Grameen defende a criação de um setor completamente novo – o que eu chamo de setor privado orientado para a consciência social”. Desta forma, “o Grameen não é adepto do liberalismo econômico. Nós acreditamos na intervenção social, mas sem que o Estado se envolva nas empresas e em serviços de promoção”.(pg.265) Mas como funcionariam tais empresas? “A experiência do Grameen me levou a pensar que a ganância não é a única mola propulsora da livre empresa. Objetivos sociais podem substituir a ganância como uma poderosa força motivadora”.(pg.264) “Quem vai se envolver nisso? Indivíduos orientados para a consciência social, capaz de se revelar tão motivadora – se não mais – quanto o atrativo da lucratividade. Por que não lhes arranjar um espaço no mercado para que tentem resolver os problemas sociais e trabalhem pela paz, a igualdade e a criatividade?”.(pg.265)

Entretanto, trata-se de um liberalismo com crítica à desigualdade, principalmente no acesso ao capital:

“Mas se observarmos as coisas na prática, é forçoso constatar que os pobres não são pobres por serem analfabetos ou pouco educados, mas porque não podem conservar os lucros de seu trabalho – isso por não terem acesso ao capital e porque somente quem o controla define as regras do jogo.

Por que eles não podem controlar nenhum capital? Porque eles não herdam nenhum capital ou crédito e tampouco recebem o acesso ao capital, pois fomos levados a acreditar que os pobres não merecem a confiança necessária a um crédito”.(pg.273)

Há, em acréscimo, sugestões quanto ao redesenho dos indicadores sócio-econômicos, tema recorrente na economia solidária: “a qualidade de vida de uma sociedade não deveria se medir pelo estilo de vida dos ricos, mas daqueles que estão no ponto mais baixo da escala social”.(pg.267)

Embora Yunus defenda que o sucesso do programa do Grameen se deva a uma metodologia, a aplicação não prescinde de ativismo. A importância deste é lembrada no contexto de transformação de acadêmico em agente de mudanças: “deixei de ser um economista com uma visão panorâmica, que lecionava teorias numa sala de aula, e me tornei um agente que observava as coisas de perto, para provocar uma mudança real e duradoura na vida do povo”.(pg.328) Além disso, o avanço das comunicações modernas tem um papel fundamental para acelerar os efeitos do ativismo: em 1990, “em apenas catorze minutos a CBS mostrou num filme inspiradíssimo a essência do Grameen, e isso incitou à ação e ao ativismo de um modo mais eficaz do que tudo o que havíamos tentado no passado”.(pg.257) Esta crença positiva nos efeitos da tecnologia das informações, também presente em Marx, em Owen e nos demais autores brasileiros analisados a seguir, tornou-se presença marcante na economia solidária.

No tocante aos problemas demográficos, Yunus posiciona-se contra os neo-malthusianos e a favor da capacidade de decisão dos mais pobres.

“Desconfio que os governos e os organismos internacionais tenham resolvido amedrontar as pessoas para ocultar um outro aspecto das coisas – ou seja, que eles poderiam obter o mesmo resultado em termos de controle demográfico melhorando a situação econômica dos indivíduos em geral e dos mais pobres em particular. Todo mundo é capaz de saber o que é bom para si. Se um casal perceber que é melhor ter menos filhos, vai ter menos filhos, desde que, evidentemente, os meios necessários estejam a seu alcance.

[...] O planejamento familiar deveria ser deixado à iniciativa familiar, em vez de ser assumido por governos e organismos internacionais.

[...] Acredito que a atenção concedida à necessidade de reduzir o crescimento demográfico nos desvie de outras questões importantes, como a implantação de políticas destinadas a tornar a população mais autônoma”.(pg.278-9)

O trabalho autônomo é explicitamente defendido, em relação ao trabalho assalariado. Yunus apresenta as seguintes vantagens: é ecologicamente melhor, a renda e o lucro ficam na comunidade e não vão para o exterior, os horários são flexíveis e se adaptam às necessidades da família, favorece aqueles que têm conhecimentos práticos e não teóricos (como os pobres), podem transformar passatempos em atividades remuneradas, dá oportunidade aos que têm dificuldade de se submeter à hierarquias rígidas, possibilita sair da ajuda social, ajuda os pobres empregados, propicia uma alternativa aos recém-diplomados, dá oportunidade às vítimas de racismo, o custo médio de criar um trabalho autônomo é de dez a cem vezes menor do que de um trabalho assalariado e permite aos pobres retomarem progressivamente a autoconfiança. Ademais, o trabalho autônomo não está circunscrito à pequena escala: “[...] muitas vezes se censura o microcrédito por manter o trabalho autônomo numa escala reduzida, que não favorece a economia de escala. Mas eu acho que a produção familiar pode muito bem chegar a uma produção em massa, embora não seja realizada sob o mesmo teto e por meio do assalariado”.(pg.269)

A luta de Yunus a favor do trabalho autônomo é veemente: “A idéia de que um jovem deva trabalhar duro para servir a um empregador me parece simplesmente revoltante. [...] A vida é preciosa demais para que a desperdicemos assim, preparando-nos para o mercado de trabalho para depois passar a vida inteira a serviço de um empregador”. Fundamentalmente, o trabalho autônomo é o único compatível com nossa herança genética e cultural: o sistema de empregador “é um claro retrocesso em relação ao nosso passado. Quanto nossos ancestrais apareceram nesse planeta, eles não se prepararam para encontrar um empregador no mercado de trabalho. Se o tivessem feito, não estaríamos aqui hoje. Eles assumiram seu destino e criaram suas próprias atividades: a caça e a coleta, e mais tarde a agricultura. Já eram trabalhadores autônomos”.(pg.284)

A ciência econômica tradicional ignorou o trabalho autônomo enquanto objeto de conhecimento – um erro grave na opinião de Yunus – pois principalmente no terceiro mundo a grande maioria da população trabalha autonomamente. “Não sabendo onde colocar esse fenômeno em sua estrutura analítica, os economistas enquadraram-no numa categoria onde cabe tudo, chamada “setor informal”, e simplesmente por não disporem das ferramentas analíticas necessárias para lidar com essa situação concluíram que ela era indesejável e deveria ser eliminada” (pg.285) Assim sendo, a irresponsabilidade dos economistas se difunde. “Os economistas nunca atribuíram a menor importância a esse tipo de atividade, por isso os formuladores de políticas também a aboliram de sua mente”.(pg.284) Trata-se de algo condenável. “É uma falha grave. Em vez de apoiar a criatividade e a energia dos indivíduos

criando políticas e instituições que os capacitem e favoreçam sua autonomia, ansiosamente tentamos introduzi-los em compartimentos inventados por nós. Mas o setor informal é uma criação dos indivíduos, e não de planejadores ou economistas”.(pg.286)

Há, subjacente, uma concepção de economia, ilustrativa e etimológica, enquanto ‘gestão da casa’, e não como crematística, como se depreende, de modo indireto, nos comentários de Yunus a respeito do programa de empréstimos habitacionais: “essa casa não é obra de nenhum arquiteto profissional; ela foi concebida e fabricada, com amor, por nossos próprios financiados. Eles são os arquitetos de sua própria casa, como são arquitetos de sua própria vida”.(pg.292) Além disso, cumpre salientar que a casa, para as mulheres que tem de cuidar dos filhos, também é oficina de produção. “Em Bangladesh, a cada cinco meses, durante toda sua duração, a monção impede nossas financiadas de trabalhar, por elas não terem um teto sólido sobre a cabeça. Para continuar a trabalhar e a gerar renda, elas precisam estar protegidas da chuva. Por isso, queremos lhe oferecer empréstimos para a construção de fábricas. Obviamente, essa ‘fábrica’ também servirá de habitação”.(pg.291)

A idéia do crescimento em redes também está presente em Yunus: “o microcrédito levará a dar a partida nos minúsculos motores econômicos da classe rejeitada da sociedade e com isso pode preparar o terreno para projetos mais amplos. Microfinanciados e micropoupadores podem se organizar para adquirir grandes empresas, inclusive de infraestrutura”.(pg.267)

Yunus acha que a boa idéia do microcrédito lançada pelo Grameen não estará a sós. Ele profetiza: “cedo ou tarde aparecerão inovadores em vários campos, e o vigor da filosofia do capitalismo popular se revelará por meio de muitas aplicações práticas”.(pg.236) Yunus é um profeta, assim como Owen e Marx. Mas antes de adentrar num esforço de síntese comparativa entre os autores, pode-se adiantar uma diferença essencial entre eles. Na profecia de Marx, há pouco espaço para heroísmos, pois a realização das mudanças anunciadas depende de uma longa maturação da classe trabalhadora, de seu próprio esforço emancipador, pouco influenciável por heróis pequeno-burgueses ou professores bem-intencionados. Já na profecia de Owen, o heroísmo aparece em algum grau, mas não parece ser determinante, pois não tem importância maior do que o próprio avanço do conjunto de idéias racionais propagadas que visam superar o mundo baixo do capitalismo, mundo este em que também se encontram os pobres. O heroísmo de Yunus é muito próximo do de Owen, mas é determinante, pois é o único responsável por revelar uma metodologia, até então oculta, capaz de enfrentar os entraves estruturais da superação pobreza. Assim sendo, a economia solidária absorve, de seus precursores, a força das profecias, mas não herda, tão claramente e sem

ambigüidades, a força dos heróis para a transformação histórica, entendida no sentido colocado por Sztompka (1998, pg. 445): “a doutrina do determinismo heróico está enraizada nos pressupostos do individualismo e do voluntarismo. Ela supõe que tudo o que existe na história resulta de ações individuais (individualismo) e que a história é infinitamente maleável e sensível aos esforços individuais (voluntarismo)”.

Em complemento, em outras palavras, por estar presente de modo homogêneo entre os precursores, a profecia, principalmente aquela com fortes raízes histórico-estruturalistas, é um importante fundamento da economia solidária. O mesmo não se pode dizer do heroísmo, de presença heterogênea entre os precursores, ora negando-o e ora exaltando-o. Esta ambigüidade reduz a força de influências de aspectos por nós chamados de weberianos, neste caso, a importância dos líderes e da difusão do espírito da economia solidária por estes e o foco nas ações de modo geral.

1.4 Síntese dos autores e influência na economia solidária

Em seguida, apresentaremos a síntese dos três autores analisados, enfatizando os principais pontos de suas vidas e obras que têm influenciado o desenvolvimento da economia solidária presente. O Quadro 1 abaixo apresentado, para fins didáticos, força uma definição de cada autor a respeito dos itens comentados nesta seção. O objetivo deste esforço é fornecer um guia aproximado para a análise do estudo de caso.

Quadro 1. Síntese dos precursores.

| | Owen | Marx | Yunus |
|-------------------------|--------------------|--------------------------|------------------|
| Natureza do ser humano | Plástica pelo Meio | Plástica pela Práxis | Hábil e Criativa |
| Voluntarismo | Presente | Ausente | Presente |
| Crítica ao academicismo | Presente | Presente | Presente |
| Positivismo | Presente | Presente | Presente |
| Autogestão | Presente | Presente | Presente |
| Estado | Regulador | Distribuidor e Dirigente | Mínimo |
| Caridade e Revolução | Apaziguamento | Conflito | Atraso |
| Luta de Classes | Presente | Presente | Ausente |
| Mudança Cultural | Indireta | Indireta | Direta |
| Tecnologia e Redes | Positiva | Positiva | Positiva |
| Economia como Gestão | Presente | Presente | Presente |

| | | | |
|---------|---------------------------|---|---|
| da Casa | | | |
| Utopia | Harmonia Racionalidade | e | Evolução Dialética Mundo sem Pobreza |

i) Natureza do ser humano:

Em franco contraste com os economistas clássicos, como Smith, que postulavam a natureza egoísta do ser humano, os autores analisados, principalmente Owen e Marx, negam tal natureza. Se o ser humano se comporta de modo egoísta, trata-se da influência do meio capitalista em que vive ou das circunstâncias históricas que o produziu. Tal visão realça a flexibilidade do ser humano, sua plasticidade e adaptabilidade, recusando a imagem de um indivíduo de condutas a-históricas, previsíveis e predeterminadas. Chamamos de ‘natureza plástica’ em virtude de sua capacidade de alterar suas formas por efeito de uma ação exterior.

O ser humano para Yunus também não é egoísta, uma vez que está disposto a realizar ações voluntárias e solidárias. Ele é detentor de uma inteligência capaz de construir sua história, a partir de habilidades e potencialidades inerentes e latentes. Embora tal força possa ser obstruída por condições estruturais impróprias, o voluntarismo humano é capaz de superar tais estruturas.

A influência na economia solidária ocorre na negação da natureza egoísta do homem. Mas é preciso alertar que a economia solidária, por vezes, vai além da crítica herdada dos precursores que apresentamos. Nestes, não se tratava de postular uma nova natureza humana, mas de enfatizar suas múltiplas determinações. Na economia solidária de Arruda, como veremos, procura-se repostular a natureza do homem, não como sujeito egoísta, mas como sujeito amoroso. Há, ainda, espriada na literatura, a crença de uma natureza cooperativa e altruística do ser humano, que estaria sendo oprimida pelo capitalismo.

ii) Voluntarismo:

O voluntarismo é um importante elemento para teorias propositivas da mudança social, como pode ser observado em Owen e Yunus. Owen esforçava-se em difundir suas idéias, pois imaginava que a livre aplicação delas produziria resultados positivos para todos. A ausência deste esforço de propagação deixaria a sociedade vulnerável ao ambiente capitalista nocivo ou à manipulação religiosa. No caso de Yunus, o voluntarismo aparece como força vital para a mudança; sem ele, não há como vencer as dificuldades existentes

causadas pelas barreiras estruturais. A mudança social aparece como resultado subordinado da força de vontade das pessoas de ver o mundo melhor e de ações práticas motivadas por este fim. Para este autor, a ausência de ações coordenadas pelo voluntarismo faz com que a sociedade evolua à deriva, sem direção consciente e reproduzindo os problemas sociais.

Em contraste, Marx não compartilha do otimismo voluntarista de Owen e Yunus. Para Marx, as mudanças não são determinadas por homens supostamente bem intencionados, uma vez que muitas vezes tais boas intenções estão a serviço de encobrir os interesses da classe dominante e atuam de modo apaziguador. Uma vez que as mudanças são produzidas por meio dos conflitos de classe, há pouco espaço para efeitos positivos do voluntarismo originados fora da própria classe. Assim sendo, Yunus e Owen influenciam a economia solidária de origem exógena, enquanto Marx orienta a economia solidária de origem endógena.

iii) Crítica ao academicismo:

À sua maneira, cada um dos três autores mescla vida e obra, não se contentando com observações teóricas passivas. Owen dedicou-se ao longo da vida não só a escrever e difundir suas idéias, mas a aplicá-las na medida do possível com seus próprios recursos, a ponto de muitos reconhecerem nele o pioneirismo do socialismo prático. Yunus, por sua vez, critica a alienação da vida universitária e considera imprescindível o engajamento em projetos de mudança reais para a compreensão da economia e da sociedade, bem como para propor soluções para os problemas destas. Por último, Marx, mesmo pertencendo à classe média e sendo um crítico dos reformistas pequeno-burgueses, esteve muito longe de ser um observador passivo dos eventos advindos de sua visão baseada no materialismo histórico, engajando-se ativamente na luta dos trabalhadores contra os capitalistas e defendendo a concepção de práxis para as transformações sociais.

A economia solidária é fortemente influenciada por este comportamento ativo de seus precursores. Para a maioria dos autores, não basta formular teorias e discuti-las no circuito acadêmico, é preciso exercê-las como militante e ativista. Tal atitude faz com que a economia solidária, ao mesmo tempo em que pode ser considerada uma teoria e um objeto, também deve ser vista como movimento social.

iv) Positivismo

Os três autores são, em maior ou menor grau, positivistas. Criticam a irracionalidade e a superstição, alimentada pelas religiões, e acreditam que a racionalidade e a ciência podem contribuir para a melhoria da vida humana e da sociedade. No caso de Owen, a crítica à religião era bastante forte, a ponto de a defesa do ateísmo ser, por muitas vezes, mais importante que seus ideais cooperativistas e comunitários. No que se refere à ciência, esta é bem vista pelas inovações tecnológicas e confortos que dispõe à sociedade, mas se faz necessário que se administre a produção científica de modo favorável às pessoas.

Marx segue a mesma trilha ateísta aberta pelos iluministas e socialistas utópicos. Condena as práticas religiosas por considerá-las uma forma de dominação e exploração. Há uma defesa no poder da racionalidade do ser humano, que emerge da práxis, em promover mudanças sociais progressivas e resgatar o homem da condição alienada. No que se refere aos efeitos da ciência e dos avanços tecnológicos, eles são negativos no curto prazo, em virtude do impacto na vida dos trabalhadores das crises de destruição criativa que ensejam, mas positivos no médio e longo prazo, uma vez que o avanço das forças produtivas e a melhoria das comunicações aceleram a revolução e derrubam as limitações materiais que restringem o progresso humano.

Por último, Yunus exalta o poder da ciência em produzir avanços positivos na qualidade de vida e no conhecimento humanos. Além da defesa generalizada da racionalidade moderna, contra os conhecimentos tradicionais, há uma visão positivista da própria ciência econômica e social, que estaria descobrindo novas técnicas de inclusão social e de combate à pobreza.

A influência positivista, entendida de modo amplo, se dá tanto na economia solidária de experiência exógena como na endógena. Nesta primeira, surge como crença de que as mudanças na tecnologia da informação e na propagação do conhecimento possuem natureza emancipatória e possibilitam um novo conjunto de ações sociais. Já entre as experiências exógenas, o positivismo é recuperado a fim de legitimar as ações externas de fomento econômico, bem como ampliar a crença na possibilidade de sucesso destas.

v) Autogestão:

Os três autores defendem a autogestão. Owen enfatiza o papel das cooperativas de consumo e de trabalho, com o intuito de propiciar melhor qualidade de vida para os trabalhadores, ao permitir a compatibilização do trabalho com as necessidades da família, da educação e da vida social, e possibilitar melhoria nos níveis de consumo e na qualidade deste.

Yunus trata a autogestão sob o tema do trabalho autônomo, que possui várias vantagens em relação ao trabalho assalariado, ao resgatar a capacidade criativa e empreendedora dos indivíduos, resgatando-os da submissão às hierarquias. Embora não haja uma abordagem do trabalho autônomo enquanto trabalho cooperativo, Yunus entende que o trabalho autônomo pode substituir progressivamente o trabalho assalariado por meio de alterações nas estruturas de custos de transação.

Por último, mesmo Marx, com seu habitual tom crítico aos projetos socialistas utópicos, julgando as propostas cooperativas de pequeno-burguesas, e forte apoio ao realismo, observando que a produção em grande escala não prescinde de um grande esforço central de coordenação de fábrica, não deixa de apresentar-se favorável às cooperativas autogestionárias quando pensa o funcionamento do comunismo. Em pensando tal ponto, Marx expande o conceito de autogestão para além das empresas, com vistas a estendê-la à gestão do mercado, cujo funcionamento deixa de ser anárquico e passa a ser controlado socialmente.

O relativo consenso dos autores precursores em relação à importância das práticas autogestionárias também pode ser encontrado na economia solidária. Nesta, a autogestão surge como elemento aglutinador de experiências exógenas e endógenas, unificando suas identidades e relevando suas diferenças.

vi) Estado

Ao contrário do item anterior, em que vimos um relativo consenso entre os precursores da economia solidária a respeito da autogestão, as opiniões a respeito do papel do Estado apresentam grande heterogeneidade.

As mudanças sócio-econômicas e morais propostas por Owen podem prescindir do Estado, à medida que podem ser efetivadas pelos próprios capitalistas. Entretanto, Owen reconhece a importância do Estado na regulamentação dos limites ao capitalismo e na implantação de um sistema educacional nacional como maneira mais efetiva e rápida de pôr em prática os princípios de suas propostas de melhoria da sociedade. Como o homem é produto das circunstâncias e do meio, o Estado surge como co-responsável pela falta de ações que aperfeiçoem a moral e os hábitos dos homens.

Para Marx, o Estado serve, normalmente, aos interesses da burguesia e não do povo em geral. É preciso que a classe trabalhadora tome o poder do Estado para que as transformações econômicas e sociais sejam realizadas. Mas o Estado surge como ente temporário, cujos esforços redistributivos e de coordenação são realizados até que se viabilize

uma autogestão macroeconômica da sociedade conduzida pelos trabalhadores, condição esta que também pode ser definida como comunismo.

Já Yunus defende o Estado mínimo, em concepção bastante próxima à neoliberal, mas advogando a importância do que chama de setor privado de finalidades sociais. Este setor, que guarda grandes semelhanças com o chamado ‘terceiro setor’, seria responsável pelas tarefas de cunho social que o Estado tem sido incapaz de realizar, em razão de desvantagens competitivas, como a burocracia e a corrupção. É preciso notar que Yunus não faz observações a respeito da natureza redistributiva do Estado, mas se pode inferir que tal natureza é diminuída, uma vez que imagina que muitas das atividades realizadas por entes estatais sem ônus direto ao usuário poderiam ser pagas pelos indivíduos, por um preço supostamente justo propiciado pela competitividade peculiar do setor privado de finalidades sociais, seja este motivado ou não por lucros.

Desta forma, os precursores da economia solidária analisados deixam o legado de três diferentes concepções de poder estatal: regulador, redistribuidor e mínimo. Ao menos duas delas, a de um Estado redistribuidor em mãos dos trabalhadores e de um Estado de dimensão mínima, geralmente emergem como contraditórias.

Destarte, é importante ressaltar que a economia solidária herda tal diversidade. No tocante ao Estado regulador, esta concepção é aceita normalmente, mesmo porque é compatível de modo concomitante com as demais concepções apresentadas. Quanto ao Estado mínimo, não há alinhamento da economia solidária, até mesmo em sua vertente que enfatiza as experiências exógenas conduzidas pelo terceiro setor, pois este tem se demonstrado dependente de recursos públicos ou em expectativa de captação de tais recursos. Alerta-se, porém, que tal setor, em exercício na economia solidária, também tem dificuldade em se alinhar com uma concepção de Estado redistributivo, possivelmente por razões históricas, uma vez que a importância do terceiro setor só foi reconhecida após crise do Estado de bem-estar social.

O alinhamento ideológico com a concepção de Estado redistributivo também tem sido de difícil aceitação pelas vertentes da economia solidária que enfatizam as experiências endógenas, uma vez que, enquanto teoria, postulam autonomia dos movimentos sociais e uma emergência estrutural das experiências, vistas como independentes do fomento estatal, ao mesmo tempo em que se reconhece que, muitas vezes, as cooperativas e grupos têm por objetivo finalístico direto ou indireto a captação de recursos públicos que propiciem atividades geradoras de renda.

De qualquer modo, pode-se adiantar que independentemente das dificuldades teóricas ainda não enfrentadas de forma definitiva, quanto à concepção de Estado subjacente à economia solidária, esta, enquanto objeto formado por um conjunto de experiências autogestionárias de geração de renda, tem, enquanto um de seus objetivos primordiais, a luta pela distribuição de recursos estatais, bem como o aumento global de recursos captados pelo Estado.

Embora este seja assunto da conclusão deste trabalho, também se adianta que é preciso reconhecer que há limitações em se identificar a origem das experiências de economia solidária fora do âmbito do Estado, pois este é um ator indireto fundamental, exatamente por sua capacidade financiadora e redistributiva, que se explicita no forte auxílio concedido aos agentes externos (universidades, sindicatos, sistema S e terceiro setor) ou na perspectiva de auxílio futuro (movimentos sociais e associações).

vii) Caridade e Revolução

Este é mais um item sobre o qual os precursores da economia solidária apresentam divergências. Neste caso, a diferença emerge como oposição, entre Owen e Marx. Para o primeiro, ao menos em suas opiniões expressas em *New View of Society*, a caridade é algo que deve ser fomentado em todo o ser humano, para que se torne amoroso e afável, deixando de lado as inclinações para crimes, violência e guerras. Os princípios preconizados por Owen visam, justamente, contornar a revolução encaminhada pela luta de classes. Em outras palavras, trata-se de uma teoria do apaziguamento, que por meio do bom trato das classes oprimidas consegue conduzir os indivíduos a um maior grau de felicidade. Isto é válido não só para dismantelar a luta de classes, mas a luta entre nações também. Por outro lado, a caridade que Owen defende é mais um sentimento humano do que uma prática social. Quando organizada pela sociedade ou pelo Estado, a caridade não retira os homens pobres da miséria, mas apenas aprofunda sua dependência, torna-os parasitas e nega dignidade a suas vidas.

A montagem da teoria do materialismo histórico encaminhou Marx para uma concepção de revolução bem diferente da advogada por Owen. A revolução pacífica e gradual deste último é vista como um instrumento de manutenção do poder dominante dos capitalistas sobre a classe trabalhadora. Em consequência disto, Marx torna-se crítico em relação aos socialismos utópicos e passa a defender uma revolução que passa, necessariamente, pela ocorrência de conflitos e pelo acirramento da luta de classes. Ademais, Marx toma o cuidado de alertar os trabalhadores para o comportamento correto durante negociações políticas e

revolucionárias: é preciso não ceder às falsas promessas e às caridades capitalistas, que tinham por objetivo desorganizar os proletários.

A discussão entre Owen e Marx é datada historicamente. Ela não pode ser transposta para o início do século XXI sem mediações históricas, pois tem como hipótese básica as teorias de Owen a respeito do comportamento do ser humano oprimido – que se torna violento, criminoso e propenso à guerra – bem como sua ação política dirigida para corrigir a formação de tais hábitos e inclinações. As concepções de Marx sobre o assunto também não podem ser livremente transpostas, à medida que não se pretendiam proposições universais, mas estavam voltadas à dimensão concreta e histórica das lutas de classe de sua época.

Yunus problematiza ainda mais o debate, ao apresentar uma terceira via. Em relação à caridade, discorda que esta apresente um caminho para um mundo mais feliz. Para Yunus, a caridade é contrária a emancipação do ser humano, que necessita instrumentos e meios para exercer suas habilidades e potencialidades, e precisa de reconhecimento por suas atividades. Neste ponto, Yunus se aproxima de Marx, ao defender o acesso de qualquer ser humano aos meios de produção. As diferenças entre esses autores, porém, existem, residindo na concepção de revolução que trabalham: para Yunus, trata-se de um processo gradual, em que os indivíduos livram-se da pobreza, empoderam-se e conquistam meios de produção; para Marx, o gradualismo é insuficiente, pois dissiparia as forças da classe trabalhadora, que para produzir mudanças, deve realizá-las por meio de choques, de revoluções violentas, com vistas a dificultar reações organizadas da classe dominante.

Perante as conturbadas opiniões de seus precursores, não por acaso a economia solidária parece ter dificuldades em lidar com os temas de caridade, apaziguamento e revolução. Na maioria das vezes, esquiva-se de tais debates, decisão possivelmente correta enquanto movimento social, pois seu espectro ideológico não é restritivo e o conjunto das experiências, sejam elas endógenas ou exógenas, representa uma grande diversidade que parece desmentir a existência de nexos causais entre tais temas. Porém, cumpre salientar que, enquanto teoria, carece à economia solidária um debate mais aprofundado a respeito das hipóteses sociais e humanas que estão subjacentes ao conceito de apaziguamento.

viii) Luta de Classes

É preciso tecer considerações a respeito deste tema, uma vez que assume função primordial na teoria marxiana, aparece apenas parcialmente na obra de Owen e não é mencionado na obra de Yunus.

Para Marx, a luta de classes é uma realidade historicamente verificável em diversos modos de produção, que contrapõe uma classe dominante e uma classe dominada. A superação dos modos de produção se dá com o rompimento do poder da classe dominante e a conformação de novas estruturas de poder, que repõe o problema. No capitalismo, esta surge como luta entre trabalhadores e capitalistas, em razão dos interesses opostos que possuem e que conformam um antagonismo insuperável dentro deste modo de produção.

Para Owen, não há propriamente uma luta de classes, mas uma ameaça constante de luta de classes, motivada pelo crescente distanciamento, entre os capitalistas e os despossuídos, de qualidade de vida e acesso a bens de consumo e de capital. Mas a luta de classes, para Owen, não precisa existir. Pode haver paz entre classes, desde que se cultivem bons hábitos e se garanta o trabalho e o comércio justos.

Já para Yunus, a luta de classes, na maior parte de seu discurso, não existe. Por vezes, a presença de agiotas e de proprietários de terra poderia trazer a discussão à tona, mas tal fato não é problematizado, e as soluções para a pobreza emergem sem a necessidade de embates difíceis com aqueles que detêm os meios de produção e o capital. O maior antagonista dos trabalhadores pobres é o próprio Estado, cujas ações, ao invés de auxiliar os indivíduos, os prejudicam em seu processo de emancipação e crescimento econômico. Se há luta de classes em Yunus, ela emerge a partir de um conflito entre burocratas e capitalistas com finalidades sociais, ou entre privilegiados pelo Estado e trabalhadores autônomos.

Assim como em outros temas em que há divergência de opiniões entre os precursores, a economia solidária também se esquivava de discutir este ponto, na tentativa de não prejudicar a conciliação das vertentes que enfatizam as experiências exógenas, por um lado, e endógenas por outro. Entretanto, no tocante à luta de classes, estas vertentes se comportam de maneira distinta. Nas experiências endógenas, como o movimento sem terra, a luta de classes surge como elemento norteador fundamental das ações de economia solidária. Já nas experiências exógenas, a presença de agentes externos situados em outra classe social tem como consequência minimizar a importância da luta de classes como instrumento de libertação dos homens e de geração de renda. De qualquer forma, as duas vertentes convergem ao rejeitar a concepção de Yunus de contrapor burocratas e autônomos, uma vez que, como vimos, ambas almejam acesso direto ou indireto aos recursos mobilizados pelo Estado.

ix) Mudança Cultural

Dos autores analisados, Yunus é quem mais enfatiza a importância da mudança cultural imposta exogenamente. A necessidade de se seguir as '16 resoluções' demonstra haver uma concepção de cultura baseada no doutrinamento, de fundo fortemente positivista. Em geral, os indivíduos possuiriam elementos culturais inferiores, passíveis de livre migração para uma cultura superior, que lhes propicia maior bem estar e harmonia. Mesmo que haja resistências, em virtude da força da tradição, a mudança ocorre pelo reconhecimento do que é melhor, por meio de uma triagem cultural em que os diversos elementos são separáveis e disponíveis para escolha.

Owen e Marx possuem visões mais complexas da cultura, que incorporam a premissa de totalidade. Nesta, a cultura não é formada por um conjunto de elementos separáveis, mas de um sistema em que todos os elementos encontram-se interligados e são interdependentes, de modo que a retirada de um elemento pode afetar todo o sistema.

Assim, Owen reconhece que para mudar a cultura dos indivíduos, observada a partir de seus hábitos e modos, é preciso que se alterem suas causas, que não são discerníveis separadamente, mas se originam de modo conjunto em consequência de um meio hostil em que o ser humano vive. Assim, a mudança cultural não é atingida pela ação direta nos hábitos, com doutrinas, mas pela via indireta da reconstrução de um meio, de um ambiente, que seja justo, acolhedor e caridoso. Ademais, Owen propõe mudanças positivistas no pensamento, em busca de maior racionalidade, trilha esta que também será enfatizada por Marx. Entretanto, Marx irá restringir ainda mais as possibilidades de mudança cultural de origem propositiva. Ele vê, na maioria das vezes, a mudança social como resultado e não como projeto. Mas tal mudança não deixa de resultar de processos ocorridos por meio da práxis. É nesta que reside a condição de projeto; em consequência, a mudança cultural é intermediada pela mudança das condições materiais e da organização do trabalho.

A economia solidária procura conciliar estas diferentes concepções de mudança cultural, principalmente por meio da autogestão. Por um lado, esta surge como intermediária, que permite aos trabalhadores adquirir uma nova cultura, mais participativa, democrática, amorosa e que valoriza o conhecimento. Por outro lado, a tarefa de disseminar a autogestão passa por um esforço pontual de mudança na cultura, seja nas experiências endógenas ou nas exógenas, que exige doutrinamentos e superações da totalidade da cultura, à medida que busca tornar independente o elemento próprio correspondente ao método administrativo autogestionário.

Todos os autores possuem uma visão favorável aos avanços tecnológicos e dão importância à difusão das mudanças por meio de redes. Para Owen, a tecnologia garante o aumento da produtividade capitalista e, em consequência, o aumento do bem-estar. As redes, principalmente originadas de cooperativas, surgem como estratégias de organização social para difusão de informações e para a realização do comércio e do trabalho justo. As redes também assumem uma dimensão internacional, com vistas a reduzir os conflitos entre as nações.

Para Marx, os efeitos do avanço tecnológico são positivos em última instância, justamente por contribuírem de forma determinante para o avanço das forças produtivas em geral, que por sua vez, tem como consequência promover a sociedade a um novo modo de produção, superior ao antigo. Assim sendo, a tecnologia é boa, mas sob a condição de estar sob o comando da classe trabalhadora, pois este é capaz de superar a anarquia de produção, evitando as crises de destruição criativa e de superprodução. A tecnologia está ligada a idéia de redes para Marx, pois a melhoria nos transportes e na comunicação em geral possibilita uma organização melhor e mais rápida da classe trabalhadora, que se une através dos países e continentes e, desta forma, tem sua força revolucionária multiplicada.

Por último, Yunus exalta as descobertas científicas e tecnológicas, sem adentrar, porém, em uma análise pormenorizada do impacto das inovações na economia. Limita-se a projetar os benefícios individuais que as novas descobertas propiciam. Em relação às redes, Yunus acredita que o setor privado de finalidades sociais é capaz de se organizar e se capitalizar, juntamente com as populações pobres, para promover novos empreendimentos de cunho sócio-econômico.

A economia solidária herda, portanto, um relativo consenso quanto à importância da tecnologia, dos avanços nas comunicações e da organização em rede dos movimentos de mudança sócio-econômica.

xi) Economia como Gestão da Casa

Os três autores analisados tecem considerações a respeito da necessidade de se pensar a dimensão econômica na vida dos indivíduos de maneira integrada à comunidade e à família. Owen e Yunus preocupam-se diretamente com a necessidade, principalmente das mulheres, de se conciliar o tempo de trabalho com as tarefas domésticas e o cuidado das crianças. Yunus propõe o trabalho autônomo como solução para tal problema e enxerga na casa não somente

um espaço para relações domésticas, mas um híbrido que também contempla relações produtivas; a casa é, igualmente, a fábrica. O autor, ademais, preocupa-se com os idosos, que nas sociedades contemporâneas são alijados da vida social, por não disporem da possibilidade de exercerem atividades produtivas. Já Owen formula novas instituições comunitárias que sejam capazes de educar as crianças, facilitando o trabalho das mães, e sustentar os idosos, além de propor uma integração entre trabalho e vida doméstica, com as empresas fornecendo facilidades e garantindo o lazer para os trabalhadores.

Marx, por sua vez, defende que a mulher supere a dominação doméstica, da mesma maneira que os trabalhadores devem superar a dominação imposta pelos capitalistas. Além disso, há uma preocupação em Marx a respeito da qualidade das relações sociais, que estariam sendo deterioradas no capitalismo e transformadas em relação entre coisas. Superar o capitalismo não é somente avançar para um novo modo de produção, mas também recuperar a dimensão humana das relações entre os homens.

Sob tais influências, a economia solidária passa a incorporar, desta forma, não só os excluídos do mercado, mas também os esquecidos pela economia em geral – crianças, mulheres e idosos. A melhoria no relacionamento entre os homens também torna-se preocupação central, a ser alcançada por meio de transformações econômicas.

xii) Utopia

Todos os autores possuem teorias utópicas, entendidas como projeções de cenários futuros favoráveis para a organização social e econômica. Owen imagina uma sociedade sem guerras, em que todos são felizes, cooperam entre si, são caridosos e amorosos. A utopia de Owen envolve ainda preservação do meio ambiente, a existência de trabalho agradável para todos e de crescimento econômico, ausência de conflitos e de derramamento de sangue e indivíduos racionais.

Já a utopia de Marx, em geral avesso às utopias pequeno-burguesas, é a utopia do indivíduo social. Por meio da práxis, os indivíduos buscam melhores condições sociais e materiais, até o ponto em que se realizam enquanto sujeitos, livrando-se de condições de alienação e de dominação. No que pese os problemas do capitalismo, estes contribuem para conduzir a sociedade, por meio dos movimentos dialéticos, à síntese de um modo de produção superior, em que o ser humano possa se emancipar e livrar-se da alienação e da exploração.

Em contraste à utopia marxiana, Yunus postula a utopia de um mundo sem pobreza, atingido pelo esforço consciente individual de superar as barreiras estruturais por meio da

motivação e da racionalidade. Outro elemento desta utopia é a possibilidade do ser humano tomar as rédeas do destino, independente das determinações incertas ou estruturais que o condicionam. Além disso, é, também, a utopia do poder do voluntarismo, em produzir mudanças culturais capazes de melhorar a vida de todos em vários aspectos, como saúde, educação, pensamento, relação social, dignidade, altivez, disposição para viver e motivação para o aperfeiçoamento.

A economia solidária, pelo seu duplo foco em experiências endógenas e exógenas, concilia as visões utópicas apresentadas, tornando-se uma utopia das utopias, construída ao postular a convergência de diferentes movimentos de melhoria sócio-econômica de natureza estrutural ou provenientes da agência humana. Principalmente nos movimentos sociais e nos agentes externos que a difundem, a economia solidária é uma utopia das utopias por postular uma utopia maior construída por meio da bricolagem de um grande conjunto de utopias diversificadas provenientes de fontes variadas.

Capítulo 2- A Teoria da Economia Solidária no Brasil

Neste capítulo, é realizada uma exposição de como está estruturada a teoria da economia solidária no Brasil. Cinco autores são analisados: Paul Singer, Marcos Arruda, Euclides Mance, José Luis Coraggio e Luiz Inácio Gaiger. A escolha dos três primeiros autores se dá pela importância destes no cenário nacional de economia solidária. Além de serem militantes, participando ativamente no incentivo à formação de cooperativas autogestionárias, como é o caso de Singer, à formação de redes de empreendimentos solidários, como é o caso de Mance, e à formação de um novo humanismo na economia, como é o caso de Arruda, todos estes três autores tiveram contribuições teóricas de grande influência, em obras de grande escopo, que podem ser vistas, em cada conjunto, como modelos ou teorias completas de economia solidária. Quanto a Coraggio e Gaiger, nós os agrupamos em uma única vertente teórica, seja pela afinidade entre eles, seja pela completude de suas obras, à medida que é Gaiger quem realiza as pesquisas no Brasil, a partir de um corpo teórico desenvolvido por Coraggio de forma majoritária. Ademais, Gaiger não possui um modelo bem definido de economia solidária, uma vez que sua obra é mais carregada de análises empíricas, sempre se baseando em experiências sociais concretas.

A análise bibliográfica de cada autor é abrangente, mas não exaustiva. Nem poderia ser, pois pela natureza militante de seus trabalhos intelectuais, há uma produção muito numerosa e esparsa. Entretanto, cremos que, ao menos no caso de Singer, Mance e Arruda, foram analisados os principais textos que contém metodologias mais rigorosas. Não se procurou manter a mesma abrangência para o caso de Gaiger e Coraggio, em razão das características diferenciadas de seus trabalhos e pela obra de Coraggio escapar, em grande parte, ao recorte brasileiro que nos propusemos.

Cada autor é analisado separadamente. As idéias que compõem suas teorias são distribuídas em três campos, a saber, a crítica do capitalismo, a teoria da transição e a utopia. As citações são usadas em abundância, com o intuito de ser, nesta parte, o mais fiel possível aos escritos dos autores. Também são evitados juízos e críticas, além de comentários sobre debates cruzados eventualmente existentes, para não introduzir ruídos na apresentação estrutural de cada teoria.

Após a exposição dos quatro autores, é apresentado quadro com síntese metodológica das teorias a respeito de suas concepções de crítica do capitalismo, teoria da transição e utopia. Em seguida, realiza-se exposição da consistência lógica da teoria de transição de cada autor, com vistas a subsidiar conclusões a respeito da coerência das teorias da economia

solidária. Isto é realizado por meio da construção de tipologias de 17 elementos: horizonte temporal, sentido temporal, papel do Estado, desencadeador, catalisador, arrefecedor, obstruidor, ponto de partida, economia final, homem inicial, homem final, distribuição de renda, crescimento, efeito militância, papel da tecnologia, redução da incerteza e metodologia. Para cada elemento é apresentada duas, três ou quatro hipóteses diferentes assumidas pelos autores. Nesta parte, a fidelidade estrita ao pensamento de cada autor é, em certa medida, relaxada, pois eventualmente forçamos a diferença entre os autores a fim de enriquecer as tipologias e expor a consistência lógica entre os elementos.

Vale salientar que esse esforço de construção classificatória, em paralelo, pode contribuir para desenvolvimentos teóricos superiores da teoria da transição, sugerindo agenda de pesquisas centrada nesta, que por sua natureza, minimiza utopismos e empiricismos.

2.1- A Economia Solidária de Paul Singer

2.1.1- A crítica ao capitalismo de Paul Singer

Um primeiro problema que chama a atenção de Singer é a exclusão social, vista como inerente ao capitalismo. Em nota de rodapé de *Uma Utopia Militante*, ele esclarece que tal tendência “decorre da insuficiência da demanda efetiva, que impede a compra pelas empresas de toda a força de trabalho ofertada. Ela é perene, mas se acentua sempre que a economia cai em crise ou se mantém deprimida”. (1998b, pg.117)

A tendência excludente foi atenuada pelo que chama de “implantes socialistas” — conquistas dos trabalhadores nos primeiros três quartos do século XX. No último quarto, no entanto, ocorreu uma rejeição desses implantes. (2000d, pg.9) Os implantes socialistas, como por exemplo as cooperativas, são vistos ao longo da história como uma lenta revolução. Exige-se compreendê-los e, para tal, Singer propõe separar o conceito de revolução social do de revolução política, a fim de reconceituar o socialismo.

Singer não deixa de se apoiar na visão materialista para explicar o surgimento e a superação do capitalismo. “É importante notar que o desenvolvimento do capitalismo, no período anterior à Revolução Burguesa, se apóia na exclusão social do modo de produção dominante.” O capitalismo “oferecia uma via de integração à produção social aos excluídos pelas políticas restritivas das classes dominantes”.(1998b, pg. 29) O crescimento intersticial é, adicionalmente, lembrado: “Em todos os países, relações de produção capitalistas foram se expandindo paulatinamente, nos poros do modo de produção precedente.” (1998b, pg.27-8)

Singer ainda esclarece que “a revolução industrial só poderia ter nascido em atividades que — por serem novas, marginais, pouco importantes — não estavam dominadas pelos interesses estabelecidos. É isso o que quer dizer a tese de que o capitalismo se desenvolveu nos interstícios do ‘velho sistema’”. (1998b, pg.39) A consolidação do capitalismo se deu porque era a melhor opção, a mais produtiva, impulsionada pela evolução técnica e servindo de resposta à crise social, com o caráter de fuga para frente. (1998b, pg.57-61)

Nesta última quadra, a falta de “bons empregos” tornou-se um sentimento universal, conformando um mal-estar de fim-de-século — resultado de uma reviravolta político-ideológica ou uma característica estrutural do capitalismo recente. (2000b, pg.11) Esta é uma observação crítica essencial para Singer, pois é a partir daí que economia solidária se desenvolve.

O conjunto político-ideológico foi capaz de transformar a variável desemprego em um elemento secundário, incapaz de estabelecer diretrizes — “o desemprego não é um “mal” mas um efeito funcional de políticas de estabilização exitosas”. A própria linguagem absorveu o discurso dos capitalistas, ao falar de “oferta de emprego”, esquecendo-se que é o trabalhador que oferece seu tempo, ou falar de uma firma que dá o emprego a alguém, apesar de não existir nenhuma dação.(2000b, pg.12-13)

A perda do compromisso com o pleno-emprego ocorre concomitante às ondas de desemprego tecnológico que provocaram calamidades sociais que não devem ser menosprezadas. (2000b, pg.17). Os novos postos de trabalho são criados “provavelmente em menor número” (2000b, pg.18). Em parte, daí a emergência de um desemprego estrutural, agravado por processos de abertura de mercados e desindustrialização, alternando a “correlação de forças entre compradores e vendedores da força de trabalho”.

Para Singer, a desindustrialização brasileira resulta de duas tendências universais: a terceira revolução industrial, elevando a produtividade da indústria e reduzindo o volume de trabalho nela alocado, e a globalização, remodelando a divisão internacional do trabalho. (2000b, pg. 37). As mudanças no emprego ocorreram entre os anos 1985-93, principalmente em 1989-93, envolvendo desemprego tecnológico (bancos e indústrias), terceirização e informalidade. “Fica claro que o processo de desassalariamento, do mesmo modo que o de desindustrialização, é de caráter estrutural” à medida que tais mudanças são fatores de competitividade econômica. (2000b, pg. 44). A pressão competitiva foi estimulada pelas liberalizações comerciais e os choques de competitividade foram responsáveis por expandir a chamada “economia subterrânea”.

Entretanto, Singer parece dar mais importância às decisões políticas do que às inovações tecnológicas exógenas para explicar as origens da crise atual – estas últimas, como veremos, são reservadas para depositar esperanças favoráveis à mudança. “O corte do emprego formal na indústria e no setor financeiro deve ser atribuído ao aumento da competição externa e à expansão das importações, o que acarretou ao mesmo tempo desindustrialização, desassalariamento e informalização”. (2000b, pg. 45) Como agravante, “a liberalização comercial facilitou a importação de equipamentos que economizam mão-de-obra”. (2000b, pg. 116)

Mas a análise do desemprego não pode ser meramente macroeconômica, o que aciona a necessidade de novas leituras. “Talvez melhor do que a palavra “desemprego”, precarização do trabalho descreva adequadamente o que está ocorrendo”(2000b, pg.24). Além disso, “se for verdadeira a hipótese de que o capital se descentraliza ou que ele preferiu cada vez mais explorar o trabalho humano mediante compra de serviços, em vez de contratar força de trabalho [...] neste caso, diagnosticar a crescente exclusão social que se verifica na maioria dos países como resultado do “desemprego” pode representar um engano fatal” (2000b, pg.24) Temos, até este ponto, três categorias, desemprego, precarização e exclusão.

O enfraquecimento do setor formal aciona retro-alimentações negativas: “seus direitos legais se tornam alvos de ataques como privilégios, cuja existência passa a ser denunciada como obstáculo à expansão do emprego formal”. (2000b, pg. 46) Há “um efeito desmoralizante sobre os sindicatos, cuja representatividade é corroída à medida que sua pretensão de falar pelo mundo do trabalho ou ao menos de sua parcela majoritária torna-se crescentemente insustentável”. (2000b, pg.49) “O declínio da participação dos assalariados reverte uma das tendências clássicas do desenvolvimento do capitalismo, conhecido na literatura marxista como proletarianização da classe operária”. (2000b, pg.111)

Até meados dos anos 70, a flexibilidade da força de trabalho era barrada por sindicatos e democracias de massa. O que aconteceu para possibilitar a emergência de modelos de gestão flexíveis da desregulamentação do trabalho e da “criação de uma franja de trabalhadores destituídos de quaisquer direitos”? (2000b, pg. 28). Para Singer a resposta encontra-se na segunda etapa da globalização, caracterizada pela mobilização de capital, transferindo empresas para países com movimentos operários fracos e regulação do trabalho inexistente, “o que em muitos casos condenou à morte econômica e social as sociedades abandonadas”. (2000b, pg. 28). Soma-se a isto, o impacto da crise do Estado, seja pelas crises inflacionárias ou pela conseqüente crise fiscal, que provocou debilitação do cumprimento da legislação trabalhista e fiscal. (2000b, pg. 116). Em suma, “tanto a crescente informalização quanto a

terciarização são tendências mundiais e resultam do consistente processo de abertura das economias nacionais à competição internacional e da revolução nas formas e conteúdos do trabalho trazidas pela informalização.” (2000b, pg. 118)

Há a emergência de uma “nova pobreza” — desempregados oriundos da ampla classe média. Paralelamente, aumentam as desigualdades na distribuição do montante de trabalho, os ocupados trabalham cada vez mais e os sem-trabalho têm suas possibilidades de conseguir emprego reduzidas. Até meados da década de 80, a classe média havia sido preservada. (2000b, pg. 54)

Embora a década de 70 tenha reduzido a incidência da pobreza, ocorreu reversão deste ganho na década perdida. Além disso, a instabilidade ocorria no crescimento e na própria distribuição de renda. (2000b, pg. 53). No Brasil, “a terra da desigualdade”, não há um fator homogêneo explicativo da pobreza: no Nordeste seria o subdesenvolvimento, enquanto no Sul ocorreria menor pobreza por causa da menor desigualdade (2000b, pg. 84).

Analisando outros fatores associados à pobreza, Singer aponta o analfabetismo, a ausência de escolaridade e o trabalho infantil. Crescer sem saber ler, trabalhando e fora da escola exclui “não só do mercado formal de trabalho, como também de todas as manifestações da vida cultural que pressuponham a alfabetização. (2000b, pg. 100) Além disto, a discriminação, por gênero, cor e região de residência são fatores poderosos de exclusão social. Por fim, Singer pontua que se “pode considerar a exclusão do emprego formal como sendo um dos mais importantes processos de exclusão social”. (2000b, pg. 115)

Mas, a educação, entendida como falta de escolaridade, seria a causa ou o efeito da exclusão social? Singer enfatiza que “as famílias pobres não matriculam amiúde suas crianças na escola porque precisam de seus rendimentos” (2000b, pg. 104) Antes de apoiar investimentos em educação, é preciso, então, aliviar a pobreza. Outra resposta para a pergunta pode ser extraída da relação entre diferença de renda e educação — o porquê desta diferença não se reduzir. “A resposta provavelmente é que a educação, afinal, não é o mais importante e persistente determinante da desigualdade de renda. Esse papel é antes desempenhado pela riqueza herdada ou acumulada”. (2000b, pg. 103)

O capitalismo é um sistema de desequilíbrio, ao contrário de sua generalização teórica neoliberal — “a realidade histórica indica que os mercados apenas passam de um desequilíbrio a outro, em função de fatores naturais e sociais [...] que afetam a posição relativa de cada agente, beneficiando alguns e arruinando outros”. (2003a, pg. 11) Ou ainda, na economia capitalista, “os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras” [...] “Vantagens e desvantagens são legadas de pais

para filhos e para netos” e “são conhecidas as histórias, sobretudo de camponeses, cujas dívidas impagáveis passam de pais para filhos e que entregam ao credor insaciável todo o excedente que conseguem produzir durante decênios” (2002b, pg.60). Mas tal sistema não é natural, pois pode haver outro no qual a economia fosse solidária ao invés de competitiva (2002b, pg. 8-9) Mais adiante Singer resgata a crítica operária e socialista ao capitalismo: “o que ela condena no capitalismo é antes de tudo a ditadura do capital na empresa” (2003a, pg. 14)

Sobre a naturalização do *homo economicus*, atesta que “o que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco é.”(2002b, pg.10) Além disso, há espaço para a popularização do *homo cooperativus* – termo cunhado em Singer (2001) – pois “as pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, assim como não são à heterogestão. Poucos optariam espontaneamente por passar a vida recebendo ordens.” (2002b, pg.21)

As críticas ao capitalismo preparam terreno para as propostas de economia solidária. Em nível macroeconômico, é necessário que a classe trabalhadora retome seus poderes, nos moldes da época de ouro keynesiana. Mas ações de cunho nacional neste sentido são insuficientes no sistema econômico contemporâneo, pois não atingem muitos dos excluídos e miseráveis. Assim, é preciso ações específicas na esfera microeconômica, para resgatar indivíduos de círculos viciosos de pobreza. Em consequência, o enfrentamento dos problemas do capitalismo exige ações simultâneas e coadunadas em frentes micro e macroeconômicas, sob pena de não serem efetivas quando isoladas. Esta exigência dá origem a uma teoria da transição para a economia solidária que pode parecer, muitas vezes, ambígua, como veremos.

2.1.2- A transição para Singer.

Singer, muitas vezes, formula hipóteses de transição fazendo suposições e cenários de ausência de mudanças nos mecanismos estruturais de mercado, grau de abertura, reduzido crescimento econômico e elevado desemprego. Este é o contexto em que devemos encontrar soluções.

A medida mais urgente parece ser a introdução de políticas compensatórias para aliviar a “miséria extrema”. Porém, tal ação é insuficiente, como argumentado acima, para reverter o cerne da mudança estrutural ocorrida no último quartel do século XX. É preciso acionar um novo ciclo de crescimento “para aproveitar a capacidade humana de produzir antes que a ociosidade indesejada a deteriore.” (2000b, pg.55-56)

Singer parece achar importante uma fase de experimentação e criatividade. “O desafio essencial está no campo institucional: como gerar as formas de organização adequadas dos produtores, para que estes possam ativar sua capacidade de produção”. Neste caminho, “todas as formas de organização são válidas, de empresas privadas isoladas, franquizadas, associadas, etc. a empresas coletivas como cooperativas, comunidades de produção e o que mais puder ser inventado e experimentado.” Mas o desenho institucional é uma tarefa insuficiente: “o mais difícil não é provavelmente encontrar uma fórmula organizacional ideal, mas mobilizar a iniciativa da grande massa de inativos e marginalizados para que se disponham a empreender”. (2000b, pg.57)

Singer não apresenta uma proposta de economia solidária, mas um piloto a ser testado. “A título apenas de ilustração, se poderia imaginar um sistema de cooperativas de produção e de cooperativas de consumo, formadas durante uma fase embrionária apenas por sub ou desempregados, que se constituiria numa unidade auto-suficiente de oferta e de demanda capaz de crescer sem invadir os mercados das empresas já funcionantes”. (2000b, pg. 57) Trata-se de criar empresas fora do circuito do setor público (em crise) e do setor privado (esvaziado). “A opção que estamos discutindo é, no fundo, apostar que outra forma de empresa [...] pode ser encontrada, se um número suficiente de tentativas puder ser suscitado e viabilizado”. (2000b, pg. 58) Singer apóia-se, portanto, em uma teoria de tentativa e erro. Tal teoria também é vista como prática histórica, no caso dos implantes socialistas. “O socialismo, enquanto utopia militante desencadeou o que se pode considerar ter sido um vasto processo de tentativas e erros no sentido de modificar o capitalismo, compensando suas tendências à concentração e à destruição.” Singer salienta que a maioria das tentativas iniciais, como comunidades comunistas e aldeias cooperativas, “foi ingênua ou baseada em hipóteses inverossímeis sobre a natureza humana. Por isso estava condenada ao fracasso”. (1998b, pg.119) No entanto, Singer não demonstra qual é a natureza humana e não discorre sobre as diferenças das hipóteses dos projetos atuais.

Referimo-nos, acima, à noção de esvaziamento utilizado por Singer. Em uma nota de rodapé ele esclarece: “usamos a palavra esvaziamento e não crise porque se trata da tendência estrutural, produzida pelo atual ciclo tecnológico, a Terceira Revolução Industrial e pela política econômica pré-keynesiana imposta pela contra-revolução liberal em curso “. (2000b, pg. 56) Embora tenha destinado tal conceituação a um espaço secundário, não devemos subestimar sua importância. A palavra crise remete a um diagnóstico econômico cujas receitas envolvem políticas macroeconômicas keynesianas, de estímulo à demanda agregada. Crise pode envolver algo passageiro, retratando os altos e baixos do crescimento econômico

capitalista. Já esvaziamento é uma crise de longa duração, uma incapacidade de crescer endogenamente e um vácuo regulacional, observado na debilidade do poder equilibrador do mercado. Por fim, a luta contra o esvaziamento é realizada no campo político.

A dificuldade de lidar com o problema do esvaziamento conduz Singer, em alguns momentos, a quase ceder às lógicas do individualismo metodológico e a adotar, em alguns contextos, um discurso dialógico. Sem as armas keynesianas, ao menos temporariamente, é melhor recuar e lidar com os problemas presentes dentro do possível. Por vezes ele afasta tal possibilidade, ao menos no campo analítico, com uma resposta keynesiana: “o aumento da qualificação não induz os capitais a ampliar a demanda por força de trabalho” e “todo esse esforço de dar mais formação profissional aos desempregados pode significar meramente uma troca” (2000b, pg.119; 2000c, pg.82) No entanto, em outras vezes, “para cada pequena empresa que consegue um lugar no mercado [nos fala ao discutir a transformação de desempregados em microempresários], há um acréscimo correspondente da demanda, representado pela renda que a empresa gera e faz com que seja gasta.”(2000b, pg.120).

Em outro momento, Singer justifica a ambigüidade, explicando suas hipóteses acerca da geração de empregos no capitalismo, que se deve a três acumuladores: o Estado, o capital e o autônomo, este último sendo gerido pela acumulação autônoma — “a única que se rege pela oferta da força de trabalho”. (2000b, pg. 127) Singer explica, desta forma, como setores econômicos escapam da macroeconomia keynesiana. Viabilizado pela pequena quantia de capital inicial necessário, seu potencial é restrito, pois “os mercados em que os autônomos podem competir são poucos, limitados aos produtos que, pela sua natureza, não podem ser padronizados (e, portanto, não proporcionam vantagens à produção em grande escala).” (2000b, pg.130). Os exemplos são roupas, brinquedos, reparação, bijuterias, cultivo de hortaliças, etc. As dificuldades para o sucesso autônomo, segundo Singer, não são as insuficiências dos microempresários, mas a saturação dos mercados. Novamente a solução da ilha ou totalizadora é resgatada: “isso não aconteceria se a totalidade da economia fosse formada por produtores autônomos, pois neste caso cada novo produtor seria, *ipso facto*, um consumidor adicional.”(2000b, pg.130) Dever-se-ia evitar a fuga de consumo para o sistema capitalista do grande capital.

Como resolver o problema da insuficiência de consumo? “A solidariedade é a solução racional: um conjunto de produtores autônomos se organiza para trocar seus produtos entre si.”(2000b, pg.132) Então, neste caso, o pensamento é dialógico. Já que é possível gerar renda individualmente, então também é possível gerar novos mercados — tipicamente “os mercados em que prevalecem pequenas empresas apresentam elevado grau de realimentação, mediante

a compra local de insumos e de bens de consumo final [...]. Em outras palavras, é possível organizar economias locais de razoável complexidade a partir da competição e da cooperação de grande número de pequenas empresas”(2000b, pg.120-1)

Singer identifica experiência semelhante nas emigrações de massas de desempregados europeus para o novo mundo “onde os trabalhadores tinham oportunidade de se organizarem em pequenas empresas formando mercados locais [...] protegidos da concorrência do grande capital pelo seu relativo isolamento.” (2000b, pg.121) Trata-se de um “capitalismo insular”. A solução envolve, portanto, substituir os fatores geográficos por outros que garantam a proteção — o isolamento — necessário. Em “Uma utopia militante”, é traçada a origem do isolacionismo reformista a partir dos pensamentos de Owen, que igualmente fomentou uma concepção de milenarismo de avanço para o futuro e uma forma de não ser contaminado pelo capitalismo. (1998b, pg.71-2)

Em “Globalização e desemprego”, Singer resume sua ilha: cooperativas de desempregados, comprando e vendendo entre si, utilizando moeda própria, fazendo uso de avais solidários para financiamento e operando com competição interna (para melhorar a qualidade e baixar custos, além de forte apoio institucional para ganhar credibilidade e adesão dos desempregados). Nesta economia há liberdade de escolha do modo de trabalho: “possivelmente, o assalariamento não corresponderá às preferências ideológicas da maioria dos cooperados, mas desde que ele seja espontâneo não deveria ser vetado”. (2000b, pg. 125)

As moedas próprias surgem em locais de grande perda de empregos, onde “a falta de dinheiro inibe a divisão social do trabalho”, quando as pessoas são impossibilitadas de fazer compras, pois “para poder comprar tem antes de vender e no seu meio não há quem tenha dinheiro para poder comprar sem ter vendido antes”. Além das vantagens econômicas, há vantagens culturais: “o clube de troca favorece novos contatos, o início de novas amizades, traz oportunidades de trocas não-econômicas de afetos, favores, gentilezas”. (2002b, pg. 106)

Ao mesmo tempo, Singer nos surpreende ao atestar que “a experiência dos Pioneiros de Rochdale oferece outra lição significativa: não é necessário isolar-se da economia dominante capitalista para desenvolver formas socialistas de distribuição e, eventualmente, de produção.”(1998b, pg. 112)

No discurso do autor, há diferentes concepções de isolamento ao longo do tempo do projeto cooperativo. Não se trata de desejar um isolamento universal, e sim, um isolamento relativo e seletivo. Daí a, apressadamente estranha, necessidade de se criarem câmaras de entrosamento, centros de pesquisa e incubadoras. Por outro lado, reconhece-se os efeitos deletérios do isolamento universal: “o ponto de partida da economia solidária é o

reconhecimento que a causa maior da debilidade da pequena empresa e do autônomo é o seu isolamento”. (2000b, pg. 124) Ou seja, a fragilidade da produção autônoma se deve a sua “pequenez e isolamento”, mas esta natureza frágil pode ser rompida, como mostraram as experiências cooperativas de Mondragón e dos Kibutzin. Ademais, “[...] a proposta de Economia Solidária é para todos, não é para uma minoria seleta que pelo seu exemplo, exclusivamente, vai ajudar a transformar a humanidade.”(2000a, pg.150)

O poder da acumulação autônoma de escapar da macroeconomia convencional é apontado por Singer, ainda que de forma tímida, principalmente nas experiências de organização de produção mediante crédito mútuo. Mas a economia solidária se restringiria à acumulação autônoma? Não. Na acumulação capitalista ela tomaria a forma de autogestão, transferindo o comando das empresas capitalistas para os empregados. “Na empresa autogerida, a preservação dos postos de trabalho substitui a lucratividade como objetivo máximo”. (2000b, pg. 137) De qualquer forma, a expansão da economia solidária, para Singer, passa pelo plano político com vistas a eleger governos que a apoiem. Além disto, seria preciso atrair o apoio de forças que se opõem à exclusão social.

Em obra posterior às acima citadas, quando Singer deixa de pensar a economia solidária enquanto projeto para defini-la enquanto acontecimento histórico, a discussão da necessidade de isolamento é definitivamente afastada e substituída pela noção de necessidade de luta: “A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão ‘desregulamentada’ das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX”.(2002a, pg.83)

Retornando à discussão sobre as concessões à metodologia individualista, pode-se observar que, se Singer em algum momento cede intelectualmente — esta é uma interpretação possível de seu itinerário intelectual— é porque pode desencadear ações militantes que salvam muitas pessoas da miséria extrema. Ao menos em “Globalização e Desemprego” as experiências de organização ou as iniciativas institucionais, que atuam diretamente sob os indivíduos, emergem pela necessidade inadiável para lidar com problemas inaceitáveis ao ser humano como a presença de um grande contingente de miseráveis. Pouco importa afastar-se do materialismo e simpatizar com o estímulo da produção autônoma — é uma questão ética para um contexto histórico de grande força neoliberal. Nas palavras do próprio Singer (2000b, pg. 62) “Os individualistas concebem a inclusão social como resultado de ações individuais — como abrir novos negócios, competir pelos empregos, ir à escola para adquirir qualificação e assim por diante. Os estruturalistas fazem o contrário: acentuam a incapacidade do

capitalismo de engendrar um processo de inclusão social [...]. Consideram como dever do Estado a promoção de um processo público de inclusão social”.

Mas Singer não cede aos individualistas, pois a aversão à miséria extrema e à exclusão social escapam aos limites do individualismo, uma vez que os seres humanos tornam-se incapazes como consequência do capitalismo e não por fatores exógenos. Daí o resgate da influência de Marx: “os marxistas distinguem entre exploração e exclusão. Marx escreveu certa vez que pior do que ser explorado pelo capital é não ser explorado por ele, quer dizer, estar excluído do mercado de trabalho”. “O marxismo propõe o socialismo como modelo de sociedade na qual, em princípio, ninguém é excluído”. (2000b, pg. 73) O colapso do socialismo do Leste Europeu apontou para um redesenho do sistema com liberdade econômica e algum grau de competição de mercado. Falando como observador, Singer nota que “os marxistas conjecturam uma economia de mercado na qual a competição seria limitada por acordos extra-mercado de modo a garantir que todos tenham uma chance justa de integrar a economia através de emprego, de contrato, de associação ou como operadores autônomos”. (2000b, pg. 75)

O combate à miséria extrema pela via individual, para reverter os efeitos danosos do capitalismo, é ética e sensivelmente importante. Mas há outros limites. Singer resgata o keynesianismo para lembrar que os resultados do mercado não são necessariamente os melhores para os indivíduos. “O resultado final atingido no mercado não é sacrossanto; ele pode e deve ser modificado pela intervenção do Estado se a maioria do eleitorado decidir assim”. “Isto faz toda a diferença no que concerne à exclusão social. Os keynesianos reconhecem um círculo vicioso provocado pela concentração de renda que restringe os gastos de consumo agregado e, portanto, o investimento privado”. (2000b, pg. 80) Neste ponto, não há nenhuma concessão ao individualismo — a redução do papel do Estado, propagado na onda neoliberal de final de século, gerou novos processos de exclusão social e frustrou expectativas daqueles que esperavam melhores condições econômicas e de vida em geral.

De qualquer forma, ao menos no início da militância específica da economia solidária, é preciso reconhecer que havia uma posição ambígua, quando Singer (1998a, pg.116) esclarecia que “não é dizer: vamos resolver o problema do desemprego com autogestão; isso seria leviandade”, mas alertava que antes da luta por recursos financeiros, técnicos, educacionais e logísticos, mais importante é criar a consciência, na classe trabalhadora, de querer ser autogerida, indicando ser possível avanços fora de movimentos estruturais.

Outra importante questão de transição é o que fazer com o avanço da tecnologia. Singer afasta soluções neoludistas (rejeição do progresso tecnológico). “Os robôs, o

computador e a comunicação por satélite estão eliminando milhões de empregos no mundo inteiro e de nada adianta lamentar-se por eles. Estes ganhos de produtividade do trabalho beneficiam a todos e seria uma luta inglória tentar barrar o progresso técnico para manter seres humanos fazendo o que máquinas fazem mais barato e melhor”. (2000b, pg. 128) No passado, tais perdas foram compensadas por crescimento econômico e redução da jornada de trabalho simultaneamente. Sem a aceleração da atividade econômica, entretanto, marco dos tempos recentes, a redução da jornada não é factível, ocorrendo o contrário, aumento da jornada dos que trabalham motivados pelo temor de perda dos empregos. Quanto a uma possível influência benéfica das tecnologias da informação no aumento da participação dos trabalhadores, Singer aponta que ainda não há estudos suficientes para apontar mudanças significativas. (1998b, pg.177)

Em outra obra, mais recente, a economia solidária é composta de dois processos. “O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção”. (2003a, pg. 13)

A teoria de transição também se adapta quando a economia solidária é reconhecida como um processo em curso. Neste caso, torna-se uma resposta de traços estruturais — “há indiscutivelmente forte afinidade entre as classes trabalhadoras e os princípios que regem a economia solidária”. (2003a, pg. 15) Seria natural (automático) para os trabalhadores agir sob formas solidárias quando se associam para produzir, vender, comprar ou consumir. Singer só não sabe a gênese desse processo, se é baseado em cálculo de probabilidades de suas chances diminutas de ascender como capitalistas ou se se baseia em luta de classes, tendo como ponto de partida a consciência da classe trabalhadora.

Embora deixe a questão em aberto, Singer parece saber a trilha para a resposta: a empresa solidária “exige dos seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho”. (2003a, pg. 22) Optar parece mais compatível com uma posição política de classe do que com cálculo probabilístico.

Com o maior peso do materialismo, os pobres e excluídos sociais apresentam menos soluções autônomas, pois, segundo o próprio Singer, “não é verdade que a pobreza e a exclusão tornam suas vítimas immanentemente solidárias”. “[...] A mesma pessoa que se mostra solidária com parentes e vizinhos disputa com unhas e dentes qualquer oportunidade de ganho contra outras, que lhe são ‘estranhas’” (2003a, pg. 15)

Com a ênfase na cooperativa, a teoria da transição passa a ser uma teoria da sustentação cooperativa, superando o dilema fracasso-dissolução x sucesso-degeneração que emerge em vários autores, como Eduard Bernstein e Rosa Luxemburgo, que viam contradições na gestão das cooperativas. Singer aponta para a eficiência da autogestão, a melhora das condições de trabalho, a emancipação, o maior poder de luta e, talvez principalmente, a falta de alternativas aos trabalhadores. A administração de empresas não seria uma ciência inacessível aos trabalhadores, mas uma arte — “a gestão democrática é plenamente compatível com o emprego da competência científica” (2003a, pg. 21) Ademais, a integração das cooperativas, nos moldes das redes do norte italiano e de Quebec é condição essencial para fugir do dilema exposto.

Outros fatores também contribuem para a degeneração, como a dificuldade de acompanhamento de transformações tecnológicas “ou, então, porque a geração que fundou a cooperativa não passou aos herdeiros o espírito de solidariedade e de colaboração mútua, que dá sentido ao cooperativismo.”(1998b, pg.126) Em outro momento, sobressai uma explicação de cunho estrutural, não para a cooperativa individual, mas para o movimento cooperativo: “na verdade, quem mudou antes do que a cooperativa foram seus membros [...] reconciliados com o assalariamento, os trabalhadores em sua grande maioria perderam o entusiasmo e o interesse pela autogestão. O cooperativismo passou a ser avaliado, pelos seus membros, somente pelos serviços que ele lhes pudesse prestar.” (2003c, pg.122)

Somente em “Introdução a Economia Solidária” Singer fundamenta e supera a teoria da degeneração: “o perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios”. (2002b, pg.21) A introjeção dos valores democráticos seria suficiente para superar o desinteresse dos sócios — “a recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige”, contornando a lei do menor esforço e evitando a delegação de poderes aos gestores.

Não há, explícita, uma teoria da democratização e introjeção destes valores. Porém, eles parecem advir de um processo histórico mais amplo: “as lutas emancipatórias alteram as instituições, introduzindo práticas democráticas e banindo as autoritárias.” (2002b, pg.22) Tais avanços fazem com que as novas gerações sejam menos reprimidas e passivas, além de propagar a intolerância de se trabalhar sob chefias determinadas pelos proprietários. Tal processo, porém, não diminui a importância da educação, como forma de combate à degeneração. “O princípio do empenho na educação cooperativa é também uma herança owenista. Ela deriva da idéia de que os homens são o que a educação (ou sua falta) faz deles. Para Owen, os vícios e o egoísmo são frutos de uma educação errada.”(2002b, pg.42)

A ênfase materialista muda também o papel dos governos. “O que estas experiências indicam é que o desenvolvimento da economia solidária e sua integração num setor pode se dar de baixo para cima, por iniciativa das próprias empresas e instituições de apoio, sem interferência direta de autoridades governamentais. E que esta alternativa parece preferível”. (2003a, pg. 24) Entretanto, a distância parece se restringir aos aspectos formativos e educacionais. Lembrando que a carência de capital é o calcanhar-de-aquiles das cooperativas, Singer nota que “se o movimento operário, que partilha o poder estatal com o capital, quiser alavancar o financiamento público da economia solidária, a cara da formação social vai mudar. Um novo modo de produção pode se desenvolver, este capaz de competir com o modo de produção capitalista.” (1998b, pg. 182)

O aspecto difuso da economia solidária volta à tona, quando se faz um panorama brasileiro de experiências em “A economia solidária no Brasil” (pg. 25-28) e são arroladas as principais instituições ou movimentos sociais. Qual a importância desse aparato institucional na multiplicação da economia solidária? Para Singer o intenso crescimento das cooperativas “está indubitavelmente associado ao desemprego [...]. Mas a economia solidária está longe de ser uma reação espontânea de pessoas atingidas pela crise. Há um período de tempo, um intervalo de desemprego, até que o trabalhador conheça esta nova possibilidade”. Falando das reportagens sobre as entidades de fomento, “cada vez que reportagens como essas são exibidas na televisão, dezenas de grupos procuram as incubadoras universitárias e outras entidades que apóiam o novo cooperativismo”. (2003a, pg. 27) Novamente, temos uma conciliação entre agência e estrutura, mas novas questões se abrem: se os trabalhadores precisam ver na TV para acreditarem e melhorar as suas probabilidades, então, talvez, o movimento das entidades tenha um papel muito mais importante do que a concepção estruturalista supõe. Além disto, é possível que o crescimento das cooperativas não esteja indubitavelmente associado ao desemprego macroeconômico.

Outro aspecto a ser mencionado é a relativa distância entre a experiência de Singer com incubadoras e sua concepção de economia solidária como “criação em processo contínuo de trabalhadores”, pois “não basta que os integrantes da incubadora tenham conhecimentos básicos de cooperativismo. É necessário que adquiram uma cultura científica no campo da economia solidária, que é mais ampla que o cooperativismo tradicional, abrangendo inovações institucionais mais ou menos recentes como os bancos do povo e os clubes de troca.”(2003b, pg.129)

Também na conclusão de “Introdução à economia solidária” Singer não toma partido quanto à autoria da “reinvenção” da economia solidária, que não se deve apenas aos próprios

desempregados e marginalizados. Ela é obra também de inúmeras entidades ligadas, ao menos no Brasil, principalmente à Igreja católica e a outras igrejas, a sindicatos e a universidades.”(2002b, pg.113) Em outro momento, Singer salienta que “no Brasil, a reinvenção da economia solidária é recente, mas apresenta grande vigor e notável criatividade institucional.”(2002b, pg.121)

A ênfase no desemprego como gênese da economia solidária problematiza sua inconsistência intertemporal, pois “o programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta a do modo de produção dominante”. (2002b, pg. 112) Trata-se de aproveitar uma janela histórica, um momento em que “a economia solidária teria que gerar sua própria dinâmica em vez de depender das contradições do modo dominante de produção para lhe abrir caminho”, como visto em Mondragón que se expandiu em plenos “anos dourados”. (2002b, pg. 113) Caso contrário, novas ondas de crescimento capitalista poderiam frear e contrair a economia solidária.

Em “Introdução à economia solidária”, a autogestão ganha força como variável determinante para desencadear o processo de transformação social. “Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura”. Mais em frente, “Irmanar-se com os iguais, insurgir-se contra a sujeição e a exploração constituem experiências redentoras. Quando reiteradas, modificam o comportamento social dos sujeitos”.(2002b, pg.21-2) É por este caminho que Singer define a economia solidária como “necessariamente uma economia autogestionária”(2000a, pg.149)

A história das cooperativas não apresenta só legitimações à economia solidária, mas lança também dúvidas. Três fatores negativos chamam a atenção na dinâmica do sistema cooperativista: a crescente militância dos empregadores, a hostilidade do governo e o fracasso de aldeias comunitárias. Além disso, o grande capital comercial fez a substituição de cooperativas de consumo por grandes redes de varejo. Isto não implica o desaparecimento do consumo cooperativo. Se referindo ao grande capital, “em termos de preços e qualidade, ele é imbatível. Só que é impessoal, burocrático, voltado a um atendimento em massa, que não pode se permitir atentar para necessidades particulares [...]. Sempre existem demandas por outro tipo de atendimento, em que o consumidor é cidadão, tem direito a ser ouvido e a participar das decisões que o afetam. São estas as demandas que a economia solidária atende melhor que o varejo capitalista.”(2002b, pg.58)

A história do cooperativismo de crédito está conectada, em sua gênese, à filantropia. Mas quando seus idealizadores “descobriram que a motivação para a caridade se exauria mais ou menos depressa, aderiram aos princípios do cooperativismo de Rochdale [...] cujo ponto de partida é a auto-ajuda coletiva unicamente aos interessados, sem depender de assistência alheia”. (2002b, pg. 67) Portanto, Singer parece encaminhar um argumento de insustentabilidade do assistencialismo, embora não adentre em outros aspectos para criticá-lo. Em seguida, Singer passa a realçar as vantagens competitivas das empresas autogestionárias.

As cooperativas de crédito ensinaram aos economistas ao menos dois fatores ou vantagens competitivas: do ponto de vista de cada cooperativa, “a democracia econômica não é um luxo para a cooperativa de crédito, mas condição de seu êxito, que substitui a administração profissional especializada, de alto custo, e seu sistema dispendioso de coleta de informações”. (2002b, pg. 68) Em seu conjunto, há uma segunda vantagem competitiva, que é a constituição de bancos cooperativos, que utilizam o princípio da socialização dos riscos e transferem o excedente às cooperativas mais necessitadas.

Outra vantagem competitiva da economia solidária, embora não explícita no texto de Singer, é o efeito militância. Tal fator é lembrado, no entanto, quando Singer (2002b, pg. 78) relata a experiência de Yunus de recrutar antigos revolucionários políticos para atuarem nas aldeias locais como agentes de crédito. . Ainda em referência a Yunus, Singer cita passagem na qual o autor de *O Banqueiro dos Pobres* diz que pertencer a um grupo dá segurança e proteção, enquanto estar sozinho é estar exposto a perigos e tender a ser imprevisível e inseguro.

As cooperativas também têm de maximizar escalas de produção para serem competitivas. As de compras e vendas “ganham novos espaços para se desenvolver à medida que surgem atividade econômicas que podem ser desenvolvidas em pequena escala, desde que os pequenos produtores se associem para gerar os mesmos ganhos de escala que o grande capital”. (2002b, pg. 89)

A discussão não deixa de dialogar com a questão do cooperativismo como “modo de produção intersticial”. No que se refere ao cooperativismo de compras e vendas, trata-se de se inserir em interstícios da economia em que a tendência centralizadora do capital, entregue ao seu curso natural, destruiria a pequena produção de mercadorias. No caso da agricultura, isto significaria a eliminação total do campesinato [...] A força do cooperativismo impediu esta eliminação”. (2002b, pg. 88) Para que realmente fosse um modo de produção alternativa ao capitalismo necessitaria estender a democracia e a igualdade a todos os trabalhadores cooperados, nos diz Singer.

É nesta linha de pensamento que Singer (2004, pg.4) realiza considerável avanço teórico ao propor a garantia e extensão dos direitos sociais a todos os trabalhadores, independente de serem assalariados, estatutários, avulsos, cooperantes ou terceirizados. Tal proposta supera as discussões sobre o enquadramento legal dos trabalhadores cooperados, ao mesmo tempo em que provê uma ampliação da agenda da economia solidária em direção ao preenchimento dos interstícios do capitalismo.

Definir “modo de produção intersticial” seria de suma importância para entendermos a teoria de transição postulada. Embora não explicita, ele nos dá boas pistas acerca de seus fundamentos quando analisa Mondragón. “Ela é o mais completo exemplo de uma economia solidária que não é intersticial, mas possuidora de sua própria dinâmica”. (2002b, pg. 105) Trata-se de um processo autônomo de acumulação, realimentado por meio de sobras, que garantem o crescimento e torna-o independente da intermediação financeira capitalista, além de apresentar um treinamento contínuo em autogestão, de uma adesão aos valores da economia solidária e uma ênfase em pesquisa tecnológica. Ou seja, uma autonomia tecnológica, financeira e cultural propiciou vida própria e um novo modo de produção.

Mas há uma forte diferença entre autonomia e isolamento. Singer (2002b, pg. 119) critica a auto-suficiência da economia solidária baseada em demanda ideologicamente motivada, o consumo solidário. Esta proposta protege as pequenas unidades lhes poupando “a necessidade de se atualizar tecnicamente, levando-as a se acomodar numa situação de inferioridade, em que ficam vegetando”. Singer acredita que a unidade solidária de produção, quando protegida, “se mostra incapaz de crescer e de elevar sua produtividade ao patamar da produtividade média das empresas capitalistas”. Além disto, a empresa solidária precisa do consumo capitalista para se viabilizar e não depender da pequena fração de consumo representada por cooperados, fiéis de igreja, consumidores solidários ricos e caridosos e comunidades alternativas.

Por fim, atesta-se que a experiência francesa de cooperativismo no século XIX, influenciada por Louis Blanc, dentre outros, foi original ao defender o financiamento estatal das cooperativas de produção. Para Singer, “a ajuda do Estado será um fator importante para o movimento das cooperativas de produção por uma série de motivos”, como a ausência de capital inicial para obter financiamentos, a equiparação de isenções fiscais e favorecimentos de crédito dados às empresas privadas e a extensão às cooperativas do apoio com vistas à superação do atraso tecnológico e econômico (corrida industrial) do país. (2002b, pg. 92)

2.1.3- A utopia de Singer

O ponto fulcral da utopia de Paul Singer é um sistema econômico em que não haja exclusão involuntária. Para tal mundo, está prevista a organização sócio-econômica ao invés de *laissez-faire*, a cooperação ao invés da concorrência e a limitação do poder equilibrador do mercado, em contraponto ao dinamismo sócio-econômico.

Entretanto, há duas razões pelas quais torna-se indesejável acabar plenamente com a exclusão. Em primeiro, deve haver o direito de auto-exclusão — “ninguém deveria ser obrigado à integração social compulsória”, principalmente em países desenvolvidos, onde o direito à alimentação é reconhecido e garantido. (2000b, pg. 75) Em segundo, a economia de mercado envolve riscos como o de falência. “Seja como for, os indivíduos precisam ser estimulados a não quebrar”. (2000b, pg. 76)

Em suma, “o projeto socialista precisa encontrar caminhos para minimizar a exclusão social sem almejar a ausência total de exclusão”. Enfim, “parece que nas sociedades atuais, direitos individuais consensuais impossibilitam um arranjo social que elimine a exclusão social. Assim, a segunda melhor alternativa, a de minimizar a exclusão social, torna-se a meta da elaboração utópica”. (2000b, pg.77)

A utopia de Singer não prescinde da existência de mercado e, neste sentido, salta os olhos um saudosismo da época de ouro, de origem keynesiana, que poderia ser resgatado pela economia solidária: “A existência desse enorme desemprego nas ruas é o que enfraquece hoje a luta dos sindicatos. Na mesma medida em que trabalhadores saem das ruas porque, coletivamente, conseguem se organizar em empresas cooperativas, podem vir a se associar aos sindicatos [...] e, juntos, organizarem suas lutas em comum”. (2000c, pg.91)

Singer não pensa somente em um longo horizonte de tempo, mas também reflete sobre a agenda imediata de ações. Diante do avanço neoliberal, “não se trata mais, como no tempo do cartismo, de lutar por novos direitos políticos, mas de devolver a efetividade aos direitos políticos já conquistados”. (1998b, pg.111)

A utopia de Singer reside em um sistema econômico com outra lógica: “o objetivo almejado deve ser a criação de novas formas de organização de produção com lógica “includora”, ou seja, capacitada e interessada em acolher sem limites novos cooperados, e que ofereça a estes uma chance real de trabalhar com autonomia e de ganhar um rendimento suficiente para ter um padrão de vida digno”. (2000b, pg. 124) Outro objetivo é de ser um laboratório, um espaço livre para experimentação organizacional por tentativa e erro, para aumentar a probabilidade de emergir “sementes” de um novo modo de produção.

Em obra posterior, Singer passa a reconhecer a existência atual de um novo modo de produção. Singer (2003a, pg. 13) tem no título a “economia solidária: um modo de produção e distribuição”. De acordo com ele, “a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”. “A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (2002b, pg. 9)

No mesmo momento, afirma-se que “a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo” e “não é a criação intelectual de alguém”. (2003b, pg. 13) Ela resgata a cidadania de pobres e estigmatizados e inicia revoluções locais, “que mudam o relacionamento entre cooperados e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosos, intelectuais, etc”. Há, portanto, um caráter revolucionário, originado no fato e na vontade de não ter patrão. “Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino coletivo”. (2003b, pg 27-8)

A economia solidária é vista como um fluxo de atividades, passível de estancamento, via degeneração, ou sustentação, via luta ativa: “[...] não é uma receita que se aplica, dá certo, e o sujeito já pode esquecer e ir para outra. É uma luta contínua: descobri que a luta pela democracia, pela igualdade, provavelmente vai prosseguir para sempre.”(2000a, pg.148) Do mesmo modo que existem processos degenerativos, Singer (2001, pg.47) aponta para existência de processos regenerativos, pois “[...] a economia solidária é uma coisa humana. Ela é falível, cheia de altos e baixos”.

O nascimento da economia solidária passa, também, a ser datado. “A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão de máquinas e da organização fabril da produção”. (2002b, pg.24) Relatando os projetos de Owen, observados como não sendo propostas para mecenas mas para operários, Singer lembra: “eis que o cooperativismo, em seu berço ainda já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo”. (2002b, pg.33)

E, afinal, o que é economia solidária? “A idéia básica é assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil, etc. através da solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos”. (2000b, pg. 132) Há uma identificação direta da economia solidária com o socialismo, objeto de discussão em Singer (2000a, pg.150), ao menos em seus aspectos

distributivos: “Se alguém tiver mais necessidade, sei lá, mais filhos, família maior, doença ou qualquer outro motivo assim, deveria ganhar mais do que outro que não precisasse de tanto.” Em Singer (2002a, pg83), “a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo”. Posteriormente, Singer (2005, pg.14) passa a explicitar uma conceituação socialista: “A Economia Solidária foi concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção”.

O entendimento da economia solidária enquanto economia socialista afasta Singer dos entendimentos enquanto economia dos excluídos, em concordância com Coraggio: “a economia solidária não tem que ser uma economia de pobre”, diz Singer (2000a, pg.152), em contexto que realça a importância de não se limitar às esferas locais e a pequenos projetos. Mas a obra de Singer não está isenta de ambigüidades neste ponto, como se observa, principalmente, em texto escrito enquanto Secretário Nacional de Economia Solidária, com vistas a descrever a economia solidária no governo federal, quando adota um discurso menos socialista, identificando a economia solidária como forma de combate à pobreza, reconhecendo uma propensão natural à ajuda mútua para a sobrevivência entre os pobres e revelando viés em relação à ênfase socialista anterior: “[...] os projetos organizados por comunidades pobres assumem quase sempre a forma de economia solidária [...] O desenvolvimento que combate a pobreza é solidário e isso já vem sendo comprovado na prática em diversos lugares.” (2004a, pg.5)

Embora tal economia se desenvolva “à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista”, a utopia de Singer é marcada pelo dia em que “os homens voltarão a poder escolher e experimentar formas alternativas de organizar sua vida econômica e social”. (2000b, pg. 138-9) Isto será possível quando a economia solidária alcançar grandes dimensões e possibilitar competição sistêmica com o grande capital. Além disto, Singer vê no crescimento da economia solidária a eliminação do excesso de oferta de trabalho e a conseqüente, já comentada, restauração da ordem econômica dos “anos dourados”, quando os sindicatos eram representativos e tinham poder de barganha.

Haveria, nos tempos atuais, um senso de autogestão crescente em vários campos de interação social, além de uma democratização das instituições civis, como sindicatos, partidos, igrejas e escolas. (2002b, pg. 22-3) Em “Introdução à economia solidária”, Singer revela o papel do Estado em paralelo à economia solidária: “mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de

um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável”.(2002b, pg.11)

A importância da renda mínima complementa a ação estatal e é resgatada a partir de Fourier. “O sistema é coerente: para que a liberdade humana culmine na paixão pelo trabalho é necessário que ninguém dependa dele para viver, o que requer uma renda cidadã que garanta a todos uma sobrevivência digna”. (2002b, pg. 37)

Embora o principal pilar das cooperativas seja a autogestão, há outra importante característica que deve ser mencionada pelo grande efeito de redução do comportamento competitivo dos indivíduos, a saber, o princípio da porta aberta. “Um princípio básica da cooperativa é que sua porta estava sempre aberta a pessoas de valor, necessitadas de empréstimos, sem distinção de profissão ou classe”, (2002b, pg. 62) refere-se Singer à pioneira cooperativa de crédito Schulze-Delitzsche.

A economia solidária também representa uma concepção de socialismo “de que é possível criar um novo ser humano a partir de um meio social em que a cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros mas serão formas racionais de comportamento em função de regras de convívio”. (2002b, pg. 116) É importante ressaltar o papel da criação do homem e não da evolução. Tal ênfase chama a atenção para um papel maior das militâncias e da luta contra o capitalismo na proposição de um novo ser humano.

Superar o capitalismo ganha, também, o sentido de ser superior, quando a economia solidária “puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de auto-sustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona”. (2002b, pg. 121)

Enfim, a militância de Singer é sustentada pelo que chama de ‘esperança racional’, construída sob razões científicas e teóricas. Se por um lado, “o desenvolvimento mais recente das forças produtivas, quem sabe, exige uma mudança nas relações de produção, numa direção mais liberal, libertária, democrática e igualitária”, por outro lado as experiências que fracassam, embora produzam desânimo, dão lições importantes: “Todas as nossas experiências são válidas [...] à medida que somos capazes de registrá-las, de processá-las, de discuti-las, de transformá-las, dessa forma, em ensinamentos para avançar cada vez mais” (2000a, pg.160; 2001, pg.49)

2.2- A Economia Solidária de Marcos Arruda

2.2.1- A crítica do capitalismo de Marcos Arruda

O ponto de partida da análise de Marcos Arruda é a crise civilizatória que vive a humanidade. Em sua opinião, vive-se em um sistema econômico que escraviza o trabalhador. “Resulta destas relações sociais um ser humano dependente e submisso na esfera objetiva e alienado na esfera subjetiva”. (2003a, pg. 28)

A divisão do trabalho levado ao extremo pelo capitalismo foi responsável por tornar agressiva e competitiva a espécie humana e transformou a educação em um fator que reitera a divisão de classes existentes. — uma educação reducionista e utilitária, embora emerge, “no discurso oficial, como uma espécie de panacéia para curar todos os males gerados pela vocação caótica do mercado capitalista”. (2003a, pg. 38) O trabalho assalariado é visto como “extensão mais sutil do trabalho escravo” (2000a, pg. 199)

Há, outrossim, uma crítica à ciência racionalista, porque “deixa de fora do seu campo de investigação um amplo espectro de fenômenos energéticos e humanos (2003a, pg. 49) Outro ponto bastante criticado é a concepção de evolução universal na qual se baseia a ciência, entendendo a vida como uma série de fenômenos físico-químicos coincidentes, pois “optando por tais concepções, e absorvida pelos seus esforços analíticos, tem sido dominada pela idéia da dissipação da energia e pela tendência da matéria a degradar-se e desaparecer”. (2003a, pg. 98-9) Mas há um segundo movimento na evolução, ascendente, entrópico (ou anatrópico) ao invés de entrópico, gerador de complexidade crescente, portador de uma noogênese (diversidade de pensamento e sentimento), livre e plástico para um caminho de espiritualização, um salto qualitativo da consciência em direção ao ultra complexo e à capacidade reflexiva. Esta evolução ascendente acompanha, em contraposição, como força de equilíbrio, o processo entrópico.

Segundo Arruda (2003a, pg. 51), os conceitos usados em nossa linguagem, refletem os interesses da classe hegemônica e “contribuem para a interiorização do modo de dominação pelos dominados. Há um caráter ideológico nos conceitos e uma naturalização destes, conformando a visão de mundo dos homens.”

Para discutir evolução, a principal referência de Arruda é Teilhard de Chardin. “Ele vê no coração da evolução, agindo como uma força-motriz no sentido de sempre mais complexo, mais organizado, mais pessoal e mais espiritual, um foco energético que ele chama de estofamento cósmico (2003a, pg. 100) Ademais, Teilhard postula que tal estofamento espiritual é suficientemente elástico para servir ao mesmo tempo à evolução (vida) e à involução

(entropia): “a vida não seria suportável se não tivesse consciência de ser, ao menos parcialmente, irreversível e, portanto, superior às atrações inversas da entropia” (Chardin, 1931, pg. 28-9, *apud* Arruda, 2003a, pg. 114)

Arruda nos lembra que grande parte das relações econômicas depende de relações de confiança. “Neste sentido, toda relação econômica implica confiança e a expectativa de que o sujeito que compra não está sendo enganado pelo sujeito que vende” (2003a, pg.227) Contudo, “se as trocas econômicas e as instituições sociais e políticas são baseadas no altruísmo recíproco e na confiança e, ao mesmo tempo, as que hoje predominam resultam em exploração, opressão, exclusão social, violência e guerra, só pode ser porque o lado explorador e opressor trai sistematicamente o modo altruístico de relação e a confiança da outra parte.”(2003a, pg.150)

Outro contraponto ao comportamento individualista vem das religiões. “Do ponto de vista evolutivo, a ética, os códigos de moral e os ensinamentos das grandes religiões são forças poderosas da humanização” (2003a, pg.155). E citando Gribbin (1993, pg. 246), “paz na terra, cooperação, ajuda aos doentes e aos fracos, e tudo o mais constitui um pacote que emergiu no processo de seleção natural.”

No que se refere à competição moderna, ela é distinta da competição biológica. “A vitória é um fenômeno cultural que se constitui na derrota do outro. A competição se ganha quando o outro fracassa frente a mim, e se constitui com o fato de que é culturalmente desejável que isto ocorra. No âmbito biológico não humano este fenômeno não se dá.” (Maturana, 1990, pg.20, *apud*. 2003a, pg. 160)

O capitalismo realça o impulso a preservação individual e, de forma concomitante, oculta um sentido de co-responsabilidade e solidariedade, que é também ignorado pela ciência.(2003a, pg.148)

Um momento crítico no capitalismo ocorre quando os meios de produção deixam de ser meio para ser tomados como fins. “Invertem-se, a partir disso, todas as prioridades. O *homo* passa a ser menos importante que a máquina e o dinheiro, o capital ganha *status* de gente, pois a ele são atribuídas a criação dos produtos, da tecnologia e mesmo da felicidade.”(2003a, pg.205). Torna-se urgente emancipar o trabalho, com vistas a promover “o resgate da alma humana do capital [...] o resgate do prazer em trabalhar, em criar, em gerar conhecimento.”(2003a, pg.206)

A economia capitalista, tendo a competição como modo de relação entre os agentes e tendo os bens materiais como um fim em si, “afasta-se do caminho evolutivo porque joga as pessoas, empresas e nações umas contra as outras. É o sistema dominante que contraria o

caminho natural do mundo e da humanidade!” Mas nem tudo está perdido: “Nosso esforço, na verdade, é resgatar o caminho natural: para seres cooperativos, solidários e amorosos, precisamos de uma economia cooperativa, solidária e amorosa.”(2003a, pg.212)

A competição negaria o amor, à medida que implica a negação do outro. O amor deve ser considerado a fonte de socialização e não o resultado dela. Além disto, o amor seria uma tendência inerente à própria dinâmica evolutiva e o que é especificamente humano é o amar — “o que fazemos no amor enquanto humanos”. Isto implica que tomemos o amor não apenas como um dado da evolução e da vida, mas também como um desafio [...]. O corolário é que a disciplina amorosa tem que fazer parte indispensável dos currículos e programas educativos desde a mais tenra idade.”(2003a, pg.218) Sem a educação amorosa torna-se impossível termos uma economia amorosa, única economia para o ser amoroso.

Outras mudanças curriculares são sugeridas. “A pesquisa do universo social e cultural dos educandos “deve ser” um componente básico e indispensável da elaboração de currículos e programas”. Outra mudança necessária é “uma práxis educativa de caráter permanente, omnilateral — ou que compreenda todos os aspectos da vida do educando [...] — e omnidimensional — isto é, que abranja todas as dimensões e todos os potenciais do seu ser”. (2003a, pg. 245) Tais mudanças apontam para uma partilha do poder e do saber, bem como o estabelecimento de uma relação dialógica e colaborativa com o outro. Há, também, a necessidade de “colaborar ativamente para a formação de uma massa crítica de consciência que contribua para a formulação de uma nova visão, definindo a razão de ser da vida humana”. (2003a, pg. 247)

O maior objetivo do educador da práxis é ajudar os educandos “a libertar-se de si mesmos, a identificar-se plenamente com os outros e o mundo como parceiros do conhecimento”. (2003a, pg. 247) Todas essas considerações sobre educação visam responder a seguinte pergunta: “Como planejar a transição da educação que prevalece hoje e está a serviço da economia reduzida a mera luta pela sobrevivência ou pela acumulação de riquezas materiais para a educação libertadora”. (2003a, pg. 241)

Paralelamente às empresas capitalistas, teve-se um forte desenvolvimento do cooperativismo, mas que não logrou oferecer como alternativa sistêmica, pois se centrou no universo microeconômico, “sem pretender constituir-se num movimento que lute para implantar um projeto macroeconômico e sociopolítico capaz de superar o sistema capitalista.”(2003a, pg.238)

Há uma concepção falha de desenvolvimento no capitalismo como mero crescimento econômico, democracia de direitos apenas individuais e de educação funcional. Refere-se a

um “desenvolvimento exógeno e centrífugo, ou de cima para baixo e de fora para dentro”. (2000a, pg. 65) Em Arruda (2000a, pg. 17), “desenvolvimento seria o processo de construção de uma sociedade caracterizada pelo amor como modo de ser de todas as relações”, ou tratar-se-ia do “desenvolvimento pleno e multidimensional de cada pessoa e comunidade humana, a partir dos recursos atuais e potenciais de cada um, e respeitando a noodiversidade [diversidade de formas de pensamento - fmv]”. (2000a, pg. 52) Busca-se preservar uma visão multicêntrica de mundo. (2000b, pg.203) O progresso material nada teria a dizer neste mundo: “o mesmo sistema que elevou a existência humana a graus inéditos de progresso material, simultaneamente rebaixou o ser humano a níveis mais vis”. (2000a, pg. 41) Embora a crise econômica seja apresentada como panacéia o que se vê é uma grande desigualdade de riqueza e bem-estar que gera “excessos de violência de todo tipo”.

Arruda não faz referência exclusiva ao Brasil em grande parte de sua análise. Sua obra volta-se à humanidade. Quando muito tece considerações sobre o desenvolvimento periférico e subordinado, “marcado por padrões imitativos de produção e de consumo, e à moldagem de valores, comportamentos e expectativas em modelos elitistas ou exógenos”. (2000a, pg. 40) Ao que parece a cultura brasileira apenas agrava aspectos negativos da cultura do capital, à medida que é considerada colonizadora e escravista, colonizada e escravizada, reivindicativa e delegadora. Trata-se de uma “cultura subserviente, subordinadora, imobilizadora, que dá amplo espaço para a manipulação, o clientelismo, a corrupção, e que não promove as pessoas, comunidades nem povos a sujeitos do seu próprio desenvolvimento”. (2000a, pg. 77) Há uma inércia que precisa ser combatida, “superando a cultura da reivindicação e da delegação, com suas alienadoras práticas paternalistas e assistencialistas, por uma cultura do autodesenvolvimento, da auto-ajuda e da complementaridade solidária”. (2000a, pg. 53) Há uma oportunidade histórica de levar a cabo tais mudanças, como respostas à crise do emprego formal, o desemprego e o aumento da informalidade que ocorrem no Brasil.

Mas como a cultura do capital se constitui? “O capital, desvinculado do trabalho humano, que é sua alma e sua origem, torna-se despótico, antropofágico e autofágico [...]. Mas sua principal compulsão consiste em concentrar-se cada vez mais [...]. Destruir o outro para crescer e tornar-se único, este é o seu lema. E todo ser humano que se torna capitalista [...] acaba prisioneiro dessa lógica”. (2000a, pg. 121) Apreende-se dessa crítica, que a ética do suficiente é elemento basilar para a economia solidária de Marcos Arruda, ao menos em seus primeiros escritos.

Muitas das críticas ao capitalismo tomam a forma de crítica à globalização competitiva, como o avanço do neoliberalismo e a conformação de um indivíduo que “vê o

outro como um competidor, uma ameaça, um inimigo contra quem guerrear, numa lógica de derrotar ou ser derrotado.” A globalização também veio com o “império do econômico” (no sentido reduzido ao material de nossas vidas), com a homogeneização do produzir, consumir e pensar (às custas da diversidade), com a desregulamentação (aumento do risco sistêmico) e com a inovação tecnológica, esta última de efeitos ambíguos (negativos, como desemprego e precarização, positivos, como o aumento da produtividade). (2000a, pg. 145-7)

A globalização competitiva opera sob a lógica do grande, anulando a diversidade e as particularidades locais. Já a lógica da socioeconomia solidária, é a lógica que parte do pequeno para o grande. Mas a cultura capitalista é poderosa como obstáculo à difusão de uma cultura cooperativa. Em ambientes de hegemonia da competição, “a existência de outros indivíduos, comunidades, empresas, classes sociais, grupos étnicos e nações inevitavelmente é vista como uma ameaça a ser enfrentada por quaisquer meios, um inimigo contra quem devemos competir e lutar de modo a evitar-nos a ser destruídos”. (2000a, pg. 181)

O capitalismo propicia, para os indivíduos investidores, “oportunidades para reproduzir-se sem esforço, sem trabalho produtivo, sem criação de riqueza real, apenas pela troca de mãos, pela especulação”. É preciso combater a especulação, que desestabiliza governos e dita políticas macroeconômicas. A solução envolve tanto medidas institucionais como individuais. “Para isto, se requer vontade política e um ativo sentido ético por parte de todos os que se beneficiam temporariamente com a bolha”. (2000a, pg. 188)

Em outros textos, Arruda usa cultura como marco teórico, principalmente por meio do contraste entre “cultura do capital” e “cultura democrática”. A cultura do capital teria “deificado o dinheiro, o lucro, o capital e a técnica e, simultaneamente, codificado ser humano” (2000a, pg. 12) Teria gerado também uma religião e uma ética do capital, que justificam todas as atividades que tem como fim a acumulação do dinheiro. Atividades chamadas desumanizantes — comércio de armas e drogas, prostituição, crime — passam a parecer justas. “O problema não é a falta de ética nas relações internacionais [...] mas sim uma ética centrada em falsos valores, apegada apenas aos interesses ligados à riqueza, ao prestígio e ao poder”.(2000a, pg.35). Arruda refere-se a uma “ética cega”, a ética do mercado total — “tudo que impede a liberdade do capital agir, de acumular-se, de concentrar-se é mau” — e à necessidade de uma ética fundada no real. (2000a, pg.41)

A obsessão pelo crescimento a qualquer custo gera “a centralidade da quantidade em oposição à qualidade”, “e a política da obsolescência planejada (produtos feitos propositalmente com qualidade inferior para se deteriorar mais rapidamente e obrigar o consumidor a comprar mais)”. (2000a, pg. 12-3) Para lutar contra as quantidades, “a

perspectiva do desenvolvimento do ser humano integral exclui a produção e o consumo ilimitados de bens materiais”. Faz-se necessária uma economia do suficiente, em que “todo consumo excessivo precisa ser estancado”. Deve-se parar de produzir e consumir o que é supérfluo, excessivo ou abusivo, eliminando a produção e o consumo do que não é necessário ou do que é doentio. (2000a, pg.18)

Arruda (2005, pg.34) observa que “na economia solidária, o parâmetro do crescimento econômico ilimitado como razão de ser da atividade econômica cede lugar ao conceito complexo de *riqueza* como o conjunto de bens materiais e imateriais que servem de base para o desenvolvimento humano e social.” A viabilização de tal economia envolve, também, um redirecionamento das pesquisas tecnológicas. A noção do supérfluo não abarca somente a demanda, como no consumo de artigos de luxo, mas a oferta, como no caso da propaganda e do marketing. (2000a, pg.40)

A ética do suficiente “está relacionada com a ética da co-responsabilidade e inspira uma racionalidade do crescimento limitado e equilibrado em relação aos ecossistemas finitos que formam o nosso meio ambiente”. (2000a, pg. 92) A ética do suficiente “deve guiar o estilo de vida e de consumo de cada um de nós”. (2000a, pg. 131) “Optamos por uma ética do suficiente, por um estilo de vida voluntariamente frugal e simples, capaz de liberar-nos do excesso de posses naturais”. (2000a, pg. 193) Outro ponto fundamental desta ética é a criação de um referencial de limites para que as cooperativas não corram o risco de serem aprisionadas pelo jogo da competição capitalista adotando a racionalidade do crescimento ilimitado.

Do ponto de vista global, a cultura do capital apresentaria ao menos dois problemas graves. Em primeiro, o apoio à indústria bélica e militar como motor da evolução tecnológica. Em segundo, a ausência de um mecanismo de equilíbrio sustentável em relação com a natureza. Lembra-se que a “racionalidade está mais preocupada com a reprodução do capital, a vida é secundária.[...] A morte como mercadoria faz parte da lógica do capital. Contudo, a socioeconomia é uma economia de vida.”(2003c, pg.26)

Por sua vez, a divisão de trabalho perversa “reduz o trabalhador a mera mão-de-obra, e subordina ao capital sua criatividade e seu próprio direito à vida”. (2000a, pg. 14) As relações sociais passam a ser monetarizadas, agravando a coisificação do ser humano. Neste sentido, Arruda (2003c, pg.21) observa que a economia se desencanta no momento em que se materializa, sendo necessário recuperar a perspectiva de cooperação e solidariedade para reencantar a atividade econômica.

A cultura do capital fragiliza a democracia: “existem mecanismos que empobrecem ou até impedem a participação plena de todos os cidadãos no exercício desses direitos. São os grandes grupos econômicos os que controlam os aparatos políticos e os meios de comunicação. Eles exercem efetivamente o poder de “moldar” a imagem da realidade que é transmitida à sociedade”. (2000a, pg. 15)

A crítica do capitalismo de Arruda enfatiza o impacto do sistema econômico na cultura e no comportamento humano. Em resposta a este diagnóstico, a economia solidária é proposta pelo autor com vistas a recolocar o ser humano em sua caminhada evolutiva. Para tal, busca-se desenvolver proposições que reconstruam a cultura cooperativa e remoldem o comportamento. Arruda (2003c, pg.27) nota que “o importante é compreender que esse é o momento de uma luta cultural contra uma ideologia baseada no paradigma da dominação e da mera acumulação de material, fundada numa concepção egoísta que marca toda uma maneira de ver o mundo”. Além disso, “é preciso compreender as raízes desse paradigma e lutar pela sua superação, porque ele é terrível tanto para os dominados, quanto para os dominadores: ele desumaniza ambos.”

2.2.2- Transição de Arruda

A transição para Arruda é o processo pelo qual codificamos um novo paradigma civilizatório, por meio da chamada humanização do ‘infra-humano’ – condição marcada pela violência, agressividade e competição. Esta condição tornou-se hipótese fundadora no capitalismo, “de que somos por natureza agressivos e competitivos, o que justifica as relações sociais de produção e comércio agressivas e predatórias, que caracterizam o mercado capitalista, e também os conflitos, as violências e as guerras” É preciso postular um novo homem cooperativo, solidário e amoroso, pois “todo educador educa a partir de um conceito de ser humano que reside no seu espírito e que ele visa edificar com seu trabalho educativo (2003a, pg. 84) A essencialidade da educação ganha, também, importância quando Arruda busca entender quem somos nós — “extraímos a conclusão de que os elementos de agressividade e competitividade que decerto herdamos de toda a cadeia de seres vivos que nos precederam, e que também foram ingredientes da nossa socialização e aculturação, podem ser superados por meio da aplicação da inteligência e da vontade consciente do *homo*”.(2003a, pg.134)

Não se trata de uma tarefa trivial. Em outras passagens, Arruda nos lembra que somos somente 1% diferentes do chimpanzé, o que mostra “até que ponto continuamos sendo

natureza” e animal-*homo*. O importante, na leitura, é extrair a idéia de que a tendência evolutiva nos afasta cada vez mais dos primatas, para acima de 1%, para 2% ou 3%, no sentido de um “ultra-humano”. A evolução burilou, ao longo de bilhões de anos, “qualidades que vão muito além dos instintos, sobretudo do instinto da reprodução, que está na base do processo que Darwin identifica como o mecanismo nuclear da educação: a seleção natural. Trata-se do altruísmo, da cooperação, da reciprocidade, da solidariedade, do amor.”(2003a, pg.128) Baseando-se em Maturana e referindo-se aos nossos antepassados caçadores e coletores, Arruda nos fala que “as práticas de convivialidade, de partilha e da cooperação estão presentes desde então, como um modo bem-sucedido de vida” (2003a, pg.157) O aparecimento do sexo reforça o impulso à complexificação por diversificação (2003a, pg.137). Além disso, “a reprodução sexual dá início à evolução dos seres vivos no sentido da alteridade”, pois há um gene altruísta tão mais importante que o gene egoísta como motivador da ação reprodutora.(2003a, pg.139). O sexo é entendido como “estrutura relacional que inaugura uma nova etapa da evolução no sentido da crescente partilha e cooperação” (2003a, pg.142)

A importância da linguagem como capacidade de reflexão é enfatizada pelo uso de neologismos — “que sejam vistos como parte do meu esforço de dar novo ao novo que está emergindo do interior da desordem” (2003a, pg. 22) Arruda (2003a, pg. 44) considera tal espaço “um duplo trabalho de “desconstrução” e reconstrução conceitual” É preciso redefinir os conceitos, pois eles envelhecem. Trata-se, também, de buscar uma linguagem para exprimir da melhor forma possível o inexprimível, o indizível — o ultra humano (2003a, pg. 24) Há, também, ênfase na relação da linguagem – “problemática ontológica fundamental do ser humano” – “com o descobrir e conhecer a realidade para além da sua dimensão fenomênica, e sobretudo de comunicá-la a outros” (2003a, pg. 43) Resgatando Maturana, Arruda lembra que a “linguagem tem a ver não com qualquer coordenação de ação, mas com coordenações de ações consensuais” (2003a, pg. 158). A verdadeira peculiaridade no ser humano seria o entrelaçamento entre a linguagem e o emocionar-se. Ademais, formular conceitos é ampliar a consciência do ser ou do fenômeno em questão. “Vale lembrar que “só se vê aquilo que se tem em conceito; tudo o mais permanece invisível”” (Sabbaghi, 1992, pg. 38, apud Arruda, 2003a, pg. 48)

A consciência reflexiva não seria uma característica nem infra-humana (animal, comandada por instintos) nem ultra-humana (um potencial de sobreconsciência intuído por meio de nossa sensibilidade e amorosidade), mas humana mesmo. Esta natureza pessoal tripla (potencial para assumir-se enquanto infra-humano, humano e ultra-humano) gera conflitos:

“vivemos colocados a cada momento diante de escolhas, e tanto mais evoluímos quanto mais esclarecidas e conscientes são as escolhas. Algo como o desafio de escolher entre as trevas e a luz, em cada instante da vida”.(2003a, pg.90) Além da dimensão interna às pessoas, a diversidade dos humanos também é fonte de conflitos. Daí a necessidade de uma filosofia do conflito, um método para lidar com ele ao invés de gerar surpresa, medo, perplexidade e imobilidade. Tal método pode se basear em uma superação construtiva e libertadora, envolvendo diálogo e conscientização, gerando uma “unidade criativa””.(2003a, pg.91) “Um número crescente de pessoas que vivem do seu trabalho e criatividade estão rompendo com a mentalidade da “capitulação incondicional ao capital e ao mercado cego e inconsciente”. (2000a, pg. 136) Há, também, uma revolução de valores em curso. “Hoje, mais que nunca antes, é possível identificar um impulso convergente no sentido do despontar de valores integralmente humanos. As forças da luz começam a fazer-se sentir com maior potência do que antes”. (2000a, pg. 142)

Não à toa, emerge a necessidade de se formular uma nova ciência — a ciência da práxis — capaz de reconhecer fenômenos mesmo quando inexplicados. Mas como se dá a construção social da educação da práxis? “A criação do conhecimento não é um monopólio dos que estudaram nos livros e nas escolas; ao contrário, é um processo acessível a todos aqueles que têm uma prática; é a práxis que faz de uma pessoa ou grupo social o sujeito da criação do conhecimentos. O trabalhador, portanto, não precisa absorver, nem memorizar [...] o essencial é que aprenda a teorizar sua própria prática individual e social [...] e que domine a arte de [...] extrair os elementos para o direcionamento estratégico e tático de sua ação transformadora” (2000a, pg. 22) Tais concepções se contrapõem à capacitação, entendida como educação funcional, de transmissão de habilidades.

A relação entre ciência e linguagem é outro ponto importante na discussão. Arruda (2003a, pg. 54) cita o exemplo de como “através do pensamento teórico aliado à linguagem matemática, se pode chegar a novos conceitos [...] que passam a representar não apenas uma verdadeira mudança de linguagem, mas também uma verdadeira mudança nas idéias científicas, isto é, no próprio paradigma de compreensão da realidade”.

Arruda (2003a, pg. 75) se aproxima de uma concepção ampla e abrangente de ciência. “Hoje parece-nos impossível trabalhar a questão do conhecimento sem integrar num mesmo trabalho reflexivo e experimental os campos humano e social e o campo das ciências físicas”.

Além da integração das ciências, também é discutido o tema da evolução, com vistas a alcançar a complexidade (do simples para o complexo), a indeterminação e incerteza (número infinito de probabilidades de atualização futura), e a conexão com o passado (uma memória

ativa no presente e uma ligação intrínseca ao passado da Terra e do cosmos). Haveria um fluxo evolutivo, mas escolhas erradas “podem retardar ou mesmo estancar este fluxo” (2003a, pg.79). Em suma, na concepção de evolução apresentada por Arruda, inspirada em Teilhard de Chardin, entre outras, está a idéia de que “o *homo convergens* não é mais presa de um processo “automaticamente” evolutivo, mas um ser consciente, reflexivo, com um sempre mais apurado sentido de altruísmo recíproco.”(2003a, pg.81).

O trabalho é visto “como elemento mediador entre o ser humano e o seu processo educativo” e “desempenha no sujeito uma função antropopoiética e emancipadora: é construtor não apenas do mundo mas também da subjetividade do trabalhador (2003a., pg. 27)

Arruda utiliza três hipóteses fundadoras para o novo paradigma civilizatório: 1- o diferencial evolutivo do ser humano foi a sociabilidade, a cooperação e a solidariedade, e não a competitividade ou agressividade; 2- “ao nascermos trazemos conosco uma constelação de potenciais e probabilidades que nos cabe desenvolver” (2003a, pg. 32); e 3- “a educação é um fim em si, enquanto constitui um processo permanente de *homo* realizar sua vocação ontológica e histórica de ser sempre mais” (2003a, pg. 33) De fato, como lembra Arruda (2003a, pg. 37), “não há projeto educativo que não tenha embutido em si, de modo aberto ou velado, consciente ou inconsciente, um determinado projeto de *homo*”

Arruda apresenta uma série de polaridades, como o individual-coletivo, masculino-feminino, capital-trabalho e teoria-prática. É preciso superá-las continuamente, respeitando o “caminho do meio” e vivendo “no fio da navalha”.

Um dos caminhos para superar a alienação individual e coletiva do *homo oeconomicus* e sua redução às dimensões vital e física está num despertar para espiritualidade — o que dá vida e anima a matéria. O impulso para a existência não deveria ser o vital inferior, mas uma força espiritual, que se manifesta de modo fugaz, mas demonstra grande potencial de vida em oposição a mecanismos de morte.”(2003a, pg. 180-185)

Entender o homo em sua unidade e diversidade não é uma empreitada simples, principalmente quando precisamos considerar “o ponto de partida adequado para entender o concreto. [...] Se a definição de *homo* para Marx começa na sua dimensão material, seguramente não acaba aí. Marx fala repetidamente da produção também intelectual, mental, comunicativa e espiritual.” (2003a, pg.195-7) Desta concepção de *homo* em Marx surge a importância da omnilateralidade, “um chegar histórico do homo a uma totalidade de capacidades”.

O homo não só tem relações, mas é relação, de acordo com Arruda, referindo-se a Marx. Tratam-se de relações consigo mesmo, com a natureza, a sociedade, a humanidade e o

outro. “O mediador destas relações é para Marx o trabalho humano, concebido como toda atividade produtiva e criativa — de bens materiais e imateriais”, daí o caráter ontogênico e antropopoiético do trabalho.(2003a, pg.200). A raiz das alienações estaria na escravização do trabalho, que provoca “distanciamentos e estranhamentos do *homo*, enquanto relação consigo mesmo, com a natureza, com a sociedade/humanidade e com cada outro *homo*”. (2003a, pg.200-201). Superar tal problema é religar o homem ao universo de relações do qual se alienara.

Tal religação é realizada, ou iniciada, em grande parte, pela emancipação do trabalho, que pode ser efetuada de várias maneiras: tendo coragem de tomar iniciativas autônomas ao ser demitido; (o Estado) adotar programas de renda mínima ou cidadã e promover a distribuição de renda; converter empreendimentos econômicos em comunidades humanas; e estabelecer moedas comunitárias. Para Arruda (2003a, pg.208), “tudo isto, que parece um sonho, na verdade já está ocorrendo, e em escala crescente.” A importância dos programas de renda mínima se dá pela necessidade de estender a todos a possibilidade de bem viver. De modo semelhante, “a economia estará deficiente e enferma enquanto houver ainda que seja uma só pessoa privada das condições de trabalhar criativamente pelo bem-estar próprio e coletivo”. (2000a, pg.17)

A crítica à ciência racionalista não reduz a importância da ciência, para Arruda, na revelação do homem. Referindo-se à Teilhard de Chardin, Sir Aurobindo e Maturana, Arruda nos diz que “em conclusão, temos diante de nós a opinião de respeitados cientistas que concebem o *homo* como um ser essencialmente amoroso.”(2003a, pg.223)

Em sua proposta de transição, Arruda (2003b, pg. 237) reconhece uma convergência com as idéias de Mance, principalmente na construção de um sistema alternativo baseado em redes de colaboração solidária. Em tal sistema, “a colaboração solidária na propriedade comum e na autogestão seria o principal modo de produção social.”(2003a, pg. 236) Arruda imagina a construção de indicadores quantitativos e qualitativos que sejam capazes de expressar a cultura e a socioeconomia solidárias.

Arruda não propõe um rompimento com o mercado, mas uma recriação deste, regulando-o. “No plano cultural, contudo, um rompimento profundo com a racionalidade e a ética do desenvolvimento centrado no mercado é indispensável”. (2000a, pg.44) A ruptura cultural tem como fundamento “deslocar o eixo da existência humana do ter para o ser.” Apesar disto, é preciso estar atento para o fato de que a coletivização, conduzida de forma estatista e totalitária, levou à “ética do Estado Total”, incapaz de promover uma sociedade consciente e ativa, consistindo na negação do indivíduo. (2000a, pg.74)

Na transição, Arruda (2005, pg.39) prevê uma economia de característica mista. “Durante uma longa etapa, vai ser necessário combinar duas estratégias, a de competir no mercado dominado pela lógica competitiva do capital, e a de construir relações de troca intercooperativa, onde prevalecem as vantagens cooperativas, o planejamento participativo, a complementaridade, a partilha e a solidariedade.” Neste processo, “o Estado irá gradualmente se redefinindo para cumprir o papel de orquestrador da diversidade de sujeitos sociais empoderados para a gestão coletiva das suas comunidades e territórios.”

A economia solidária não é vista como um projeto, mas como algo que tem história e se propaga. Sua proliferação possui dois fatores acelerados, responsáveis pela “concertação e coerência” do fenômeno: “os sistemas de comunicação eletrônica e o Fórum Social Mundial”. (2003a, pg. 240) “Anima observar que do interior mesmo da economia globalizada, dominada pelo capital e pelo consumismo [...] emerge uma diversidade de outras maneiras de organizar o consumo, a produção, o comércio, as finanças, a comunicação e a educação. Não se trata apenas [...] de experiências fragmentárias e isoladas entre si”, mas de construção de redes” (2003a, pg. 224) Arruda (2005, pg.39) reitera a importância de “um efeito de demonstração sempre mais eficaz sobre os que duvidam, temem ou desconfiam de que uma outra economia é possível”. Por esta razão, defende-se, outrossim, uma mídia solidária.

Anos antes, a autonomia da economia solidária é reconhecida em outro âmbito. “A teologia da libertação não quer possuir um projeto de sociedade próprio. Ela assume o projeto que vem sendo elaborado pelo movimento social dos oprimidos, marginalizados e excluídos” Tratava-se de um projeto popular “mais do que um socialismo”, uma democracia integral — “essa é a expressão mais recorrente nos movimentos sociais de base e nos grupos cristãos militantes.” (2000a, pg.10) A autonomia provém da globalização — a “globalização cooperativa e solidária” — quase como uma consequência: “num planeta em que os seres humanos se comprimem em espaços cada vez mais exíguos, dotados de uma capacidade de comunicação cada vez mais rápida e global [...] a única forma racional de interdependência é a que se baseia em direitos e oportunidades iguais para todos, na cooperação em vez da competição, e nos respeito pelos limites da natureza e pelos direitos das gerações futuras”. (2000a, pg.53) Provavelmente, Arruda tem como pressuposto um automatismo nas revoluções molares e moleculares. Por isso, Arruda enfatiza que os movimentos sociais opõem-se “não à globalização em abstrato, mas à forma atual de globalização”. (2000a, pg. 119)

As melhorias na comunicação certamente contribuem para difundir críticas à cultura do capital. “Se espalha pelo mundo o sentimento sempre mais enraizado de que o setor privado hegemônico não consegue gerar um mundo de bem-estar e felicidade para todos e

cada um dos cidadãos, povos e nações.” (2000a, pg.51) Para Arruda, “um mundo centrado nos valores e significados interiores [...] já nasceu no coração e na vida de muita gente. Mas vai ser necessário uma massa crítica de indivíduos e organizações sociais conscientes e empenhadas numa nova práxis para fazer com que o equilíbrio mude em favor do novo.” (2000a, pg.60) A autonomia, então, surge ao lado da luta pela hegemonia do sistema. Nesta luta, há dois processos essenciais atuando, as organizações da sociedade civil e o que chama de proposta do cooperativismo popular. Este “cooperativismo de caráter popular” já estaria emergindo no Brasil e em outros países. (2000a, pg. 85)

A agenda que emerge do diagnóstico de Arruda (2000a, pg. 78-81) é ampla. Envolve ocupar espaço econômico (apropriação de bens produtivos, constituição de novas empresas cooperativas, aumento da eficiência cooperativa, desenvolvimento de redes e educação dos trabalhadores), o espaço político (inclusão das famílias no trabalho sindical, inclusão dos excluídos nos sindicatos, ir além da ação reivindicativa, fazer gradual ocupação do Estado) e o espaço informativo, comunicativo e cultural (introduzir o espírito de comunidade humana, estabelecer meios de comunicação autônoma, aumentar o uso da comunicação eletrônica, construir educação para desenvolvimento integral).

No tocante aos sindicatos, Arruda (2000a, pg. 83) enfatiza a necessidade de “dedicar recursos e energias na organização dos desempregados de suas categorias e no estímulo de sua organização produtiva cooperativa e autogestionária”, processo este, que já se encontra em curso.

Arruda (2000a, pg. 97) não polariza a discussão sobre o papel do Estado na socioeconomia solidária. “Tem que haver planejamento, mas a economia não pode ser totalmente planejada desde o centro”. Trata-se de um planejamento “que tenha por função orquestrar de forma mais harmônica e orgânica possível as unidades organizativas da economia social, cuja autonomia e modo autogestionário de administração devem ser respeitados”

É preciso cautela para que não se elaborem intervenções governamentais alienadoras. “Os objetivos e a metodologia da intervenção governamental são, portanto, os fatores determinantes do caráter alienador e opressivo, ou construtivo e libertador da intervenção”. Arruda, citando o mártir africano Amílcar Cabral, dá uma receita de atitude: “os funcionários públicos tinham que aprender humildade para poderem usar seu poder como meio do povo se empoderar”. (2000a, pg. 172) Caso contrário, o povo se levantará contra eles.

O cooperativismo autogestionário ainda encontra-se em elaboração e há diversos desafios, como o desafio de abolir a mais-valia (os trabalhadores todos como sócios

repartindo as sobras de modo justo), de conceber a cooperativa como comunidade humana (uma eficiência não econômica mas integralmente humana, uma inclusão das famílias e de suas externalidades positivas, e a geração de cooperativas de educação) e de enfrentar a competição dos mercados (maximizar as vantagens cooperativas e usar a práxis do jogo “ganha-ganha” entre as cooperativas). Arruda chama a atenção para a necessidade de uma “dupla estratégia de mercado das cooperativas: “uma orientada para o mercado capitalista, onde a regra é a competição feroz e agressiva; a outra, com respeito ao mercado inter cooperativo”. (2000a, pg. 134) Seja qual for a estratégia, é necessário que não ocorra a exploração de compradores e trabalhadores.

Arruda percebe que as mudanças que propõe perfazem um longo movimento. “A construção de uma cultura solidária e companheira não se dá automaticamente da noite para o dia. Ela é o resultado de uma lenta e profunda transformação da subjetividade dos próprios associados, que está ligada a processos [...] de educação” (2000a, pg. 96)

A igreja possui um papel que vai além dos movimentos sociais, à medida que tem uma missão espiritual, que envolve atitudes proféticas e diacônicas. O desafio profético envolve denunciar a injustiça, os valores centrados no dinheiro e bens materiais e, ao mesmo tempo, anunciar que um outro mundo é possível. “A maneira evangélica envolve valores profundamente incompatíveis com os que hoje prevalecem no mundo do capital e do dinheiro”. (2000a, pg. 156) O desafio diacônico refere-se ao envolvimento com os causas dos explorados, excluídos e oprimidos, bem como a conversão dos exploradores.

Arruda (2000a, pg. 163) critica a expressão “capitalismo cooperativo”. “São termos antagônicos. No capitalismo, o capital compete com o capital, o trabalho com o trabalho, e há uma guerra de interesses permanente entre o trabalho e o capital”.

Quanto ao empoderamento comunitário, Arruda (2000a, pg. 168) vê a necessidade de ter clareza sobre os obstáculos a serem enfrentados. Há obstáculos objetivos (fragmentação de interesses, falta de recursos e de agências) mas os principais seriam os subjetivos, “tais como o medo, o individualismo enraizado, a falta de auto-estima, a falta de confiança nos outros, a falta de experiência em compartilhar decisões e trabalhar cooperativamente, a falta de identidade coletiva enquanto comunidade”.

Arruda é crítico em relação à mera inclusão social enquanto objetivo de ação. A exclusão social é intrínseca ao capitalismo e “serve a finalidades úteis ao capitalista, tais como eliminar um sujeito pensante e problematizador do seu empreendimento, aumentar as margens de lucro e enfraquecer as organizações do trabalhador”. Mas a simples inclusão não resolve porque apenas submete o trabalhador à subordinação ao patrão e ao salário. “O único caminho

verdadeiro e sustentável de superar a exclusão social é emancipar o trabalho humano da submissão”. (2000a, pg. 169)

Discutindo a questão da autonomia das comunidades, Arruda aponta que a internalização de circuitos econômicos (produção, consumo e finanças) “gera um forte sentimento de identidade e auto-estima individual e coletivo, que dá à comunidade um sentimento de autodeterminação tornando mais fácil relacionar-se com outras comunidades e com agências externas com menos medo e confiança”. (2000a, pg. 171)

Enfim, a ação militante a partir da cartilha de Arruda é proposta no que chama de três níveis, micro, meso e macro. Em nível micro, trata-se de desenvolver o cooperativismo solidário. Em nível meso, faz-se necessário fomentar as redes de trocas solidárias. Por último, em nível macro, chama-se a atenção para as alianças globais. (2000b, pg. 216)

2.2.3- Utopia em Arruda

A utopia de Marcos Arruda é construída sobre a noção de que somos “naturalmente solidários — solidamente interconectados entre nós, com a Terra e com o cosmos”. (2003a, pg. 18) O fundamento da “esperança” de uma outra economia provém do processo evolutivo natural no qual emerge a espécie humana, marcado por uma crescente personalização, socialização, espiritualização e amorização. E fala-se “de uma esperança ativa, que tem por fundamento nossa própria pesquisa interior, nossa busca de luz, no mais profundo do nosso ser pessoal e coletivo”. (2000a, pg. 194)

Ele alerta para o perigo do discurso compensador, que sob o pragmatismo, está pronto “para atacar todo sinal de aspiração, proposição e práxis que aponte para o novo”. (2003a, pg. 56) É preciso ser capaz de desenvolver o potencial de inovação no interior da realidade.

Mas como fazer para “ver além do invisível”? Por meio de uma “aventura gnosiológica” baseada na consciência reflexiva que age na apreensão do concreto. Este é um conceito pensado, buscado em Marx e base para teoria do conhecimento da práxis. “Concreto, segundo ele, não é o que os cinco sentidos físicos apreendem de imediato, o fenômeno, mas sim o fenômeno e tudo aquilo que está escondido e precisa ser desvelado através da pesquisa e da reflexão crítica [...]” (2003a, pg. 65-6)

Outro elemento da utopia de Arruda (2003a, pg. 142) é sua própria concepção de evolução, e o discernimento de um sentido da caminhada evolutiva, “da agressividade para crescente cooperação e solidariedade, da solidariedade natural à solidariedade consciente [...]

da coletividade inconsciente à individualização, desta à coletividade consciente; da competição pela sobrevivência individual ao altruísmo da sobrevivência da espécie”.

A cooperação não é um elemento ético-cultural, mas um traço evolutivo. Coletar alimentos e caçar, atividades fundamentais, para sobrevivência dos homens antepassados, são favorecidas pela união do grupo e pela articulação das atividades nas diversas pessoas, além da necessidade de auto-controle de impulsos para uma caça bem sucedida.

Arruda (2003a, pg. 224; 2003b, pg. 232) não faz questão de brigar por nomes. “O termo socioeconomia solidária equivale a economia solidária, tendo como única diferença a ênfase no sentido social que deve ter a verdadeira economia”. A verdadeira economia abarca uma pluralidade de conceitos como humano-economia, colaboração solidária, economia do trabalho, da proximidade, social, solidária, popular e do trabalho antecipado. Tal diversidade de nomes remete a uma busca comum por uma reconceituação da palavra economia, retomando seu sentido original. Arruda (2000b, pg.205; 2003a, pg. 230) lembra que “Aristóteles apontava que a emergência e o predomínio da atividade mercantil vieram desfigurar o sentido original da economia, que se transformou em algo que ficou conhecido como crematística, ou a atividade de acumular riqueza material”. Já a origem do termo solidariedade se dá na “história econômica como reação à cultura do egoísmo, do individualismo, da ficção do *homo oeconomicus*”. (2003a, pg. 225) A conversão da crematística em economia é operada pela revolução molecular, conceito de Foucault e Guattari que designa um poder socializado e socializante.

Qual seria a concepção de Arruda a respeito de sua socioeconomia solidária? “Eu a defino como um sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade e da solidariedade, e organizado de forma autogestionária [...] com o fim de emancipar sua [do trabalhador] capacidade cognitiva e criativa e libertar seu tempo de trabalho”. (2003a, pg. 237) Esta emancipação é crucial para viabilizar o desenvolvimento humano. “Avançamos na hipótese de que só é possível ao ser humano realizar sua vocação histórica e ontológica [...] se conseguir ser o protagonista da sua economia”. (2003a, pg.238) Em texto anterior, Arruda (2000a, pg. 125) definia a essência de socioeconomia solidária em dois aspectos: 1- ter o suficiente; e 2- orientar nossas energias para o trabalho de desenvolver dimensões superiores.

Arruda (2003b, pg.239) esclarece que a liberação do tempo de trabalho não gera uma sociedade do ócio, mas do trabalho emancipado, centrado em uma economia dos serviços, pois “este tipo de economia favorece o valor de uso e orienta sua atividade para o conjunto da comunidade ou da sociedade” Ou seja, ao invés de gerar uma sociedade de lazer e ócio, gera-

se uma “sociedade que conquistou o poder e o saber necessários para gerir o seu próprio desenvolvimento e construir, como sujeito pleno, sua própria história.”(2003b, pg.267) Mesmo assim, Arruda (2005, pg.34) nota que a atividade econômica deve “gerar o suficiente em termos materiais para cada cidadã e cidadão, a fim de que possam liberar seu tempo e sua energia para os trabalhos relacionados com o desenvolvimento das suas dimensões especificamente humanas – a ética, a estética, a comunicação, a convivialidade, a sociabilidade, o amor.”

A socioeconomia é uma economia amorosa ou uma economia do “feminino criador”, que envolve “relações não limitadas aos atos de vender, ocupar, penetrar, controlar (todos estes atributos do masculino) mas também de dar, acolher, receber, compartilhar (atributos do feminino)”. (2000a, pg. 126)

Parte daí uma reconceituação do trabalho, como ação transformadora e consciente “não apenas para sobreviver, mas para realizar seus potenciais superiores de prazer, bem-estar, comunhão e felicidade”. (2000a, pg. 128) Em um nível mais amplo de análise, “o desafio é começar, no interior de um mundo dominado pela economia, uma transição para um mundo que esteja organizado em torno das necessidades superiores do ser humano.”(2003b, pg.240)

Na utopia, administrar a casa, “oikos” — eco, entendida como corpo e o mundo que habitamos, é tarefa essencial. “Esta é a magnífica missão destes sacerdotes do mundo que deveriam ser e sentir-se os economistas. Neste sentido somos todos chamados a ser economistas!” (2000a, pg. 198)

Em uma última observação, é preciso relembrar que Arruda nega a aparência de crescimento caótico da economia solidária, originada na análise a partir da dimensão concreta, pois, como já foi citado, dois fatores têm contribuído decisivamente para uma “crescente concertação e coerência”, o Fórum Social Mundial e os sistemas de comunicação eletrônica.(2003a, pg.241)

A visão de mundo esperançosa e otimista de Arruda tem como consequência teórica dispensar elaborações mais refinadas a respeito dos efeitos obstruidores de avanços supra-humanos do capitalismo. Embora sua referência principal seja Marx, ele está muito mais próximo de Owen, ao propor uma cartilha de ações que seriam suficientes para reverter os efeitos deletérios do capitalismo na cultura e no comportamento. Não se trata de uma defesa do heroísmo, como no caso dos inventores de técnicas sociais de Yunus, mas de um reconhecimento de um caminho iluminado para o desenvolvimento econômico e humano.

Nesta trilha, ganha importância a figura do militante, responsável por divulgar conhecimentos e comportamentos que farão a humanidade retomar sua evolução.

2.3- A Economia Solidária de Euclides Mance

2.3.1- A Crítica ao Capitalismo de Mance

Para Mance, o capitalismo possui problemas de sustentabilidade. Um deles é o processo de saturação de bens tangíveis, que ocorre pela preocupação em sempre se produzir cada vez mais. A rede de colaboração solidária, adianta-se, superaria tal problema, porque tem outra razão para o consumo, e o esforço produtivo seria canalizado para a área de produção científica, que não é passível de saturação, “pois um novo conhecimento supera o anterior.”(1999, pg.36)

Outro problema seria a tendência geral à queda da taxa de lucro, que reduziria o potencial de consumo no mercado capitalista, acirrando a competição neste. “Portanto, do ponto de vista econômico, o capitalismo não é um sistema auto-sustentável”, uma vez que reduz progressivamente os recursos destinados ao consumo. Tal processo é acelerado com a instituição progressiva das redes de colaboração solidária.

Mance se apóia no paradigma da complexidade para construção crítica da economia real. Esta abordagem, na filosofia da libertação, estaria apontando para vários aspectos: questionamento da lógica indutivo-dedutivo-identitária, reafirmação da exterioridade do real, confiança ética no outro, posições dialógicas, ser humano integral, auto-organização a partir da cooperação, reconstrução da categoria de tempo e espaço a partir da proximidade humana, recolocação das relações de autonomia e dependência, e consideração de infinitas conexões entre as pessoas. (1999, pg.55) A necessidade do exercício dialógico torna-se fundamental para o reestabelecimento ético.

Elemento essencial para a crítica é a transdisciplinariedade, “como forma de romper isolamentos” (1999, pg.62), e que envolve um “conjunto de reflexões emergentes em diversos campos científicos que [...] nos permitiram construir idéias que tornam inteligíveis vários outros fenômenos próprios à práxis social”.(1999, pg.54) Daí a influência da cibernética de Robert Wiener, a respeito dos processos de auto-regulação e auto-organização, de Benoît Mandelbrot com a técnica de iteração para a constituição de figuras fractais, de Heisenberg com a idéia de que a observação interfere no resultado do experimento (resgatando a concepção de uma ciência sistêmica). Ao mesmo tempo, tais referências servem de

contraponto crítico aos pensamentos racionais lineares e mecanicistas, e aos métodos analíticos tradicionais de análise.

A criatividade é um elemento de suma importância, daí a necessidade de se raciocinar por abdução — processo de inferência que busca explicações de fatos insólitos, invulgares ou inesperados. Pensar de tal modo é essencial diante da diversidade de culturas e fluxos de informação. (2002, pg.79)

Processo semelhante de rompimento da solidão das idéias ocorreria também no campo cultural: “[...] não apenas [...] uma interfecundação múltipla das ciências é algo a ser buscado, como, especialmente [...] a interfecundação de todas as culturas promovendo uma expansão das liberdades públicas e privadas é uma exigência”. (1999, pg.62) A chamada transculturalidade ocorre em paralelo ao que chama de agenciamentos de singularização ou ainda de subjetivação subversiva (libertando-se da opressão). Gera-se uma cultura democrática, resultado do “ético acolhimento da singularidade humana”. O processo vai além da aceitação do outro — “o ser humano solidário simpatiza e se identifica no outro”, renascendo neste em uma vida em simbiose. “Podemos renascer a cada dia como outros porque a abertura ao diferente nos renova quando somos desejados em nossa liberdade”.(2002, pg.82-3)

A reorientação das práticas de consumo surge como uma forma de libertação pessoal. “O modo como vivemos, nos comportamos, alimentamos, falamos, vestimos, etc. é o fluxo de inúmeras interações semióticas em que nossa subjetividade vai sendo produzida.” (2002, pg.85)

Mance se afasta das concepções evolucionistas que enfatizam a competição entre os seres vivos e recorre a reflexões que enfatizam, como elementos centrais da evolução, a cooperação e a interdependência entre as formas de vida. Além disso, citando Capra, é apresentada a idéia da autonomia de hierarquias na natureza, onde só há redes aninhadas dentro de outras redes.

A rede teria uma “própria tendência intrínseca de tender à maior diversidade”, “uma disposição [...] em desenvolver a maior diversidade possível de bens e serviços”. (2002, pg.95-96)

Há uma crítica ao paradigma da escassez vigente na economia capitalista, por duas razões principais. Em primeiro, gera um critério inadequado de riqueza, pois ignora todos os bens disponíveis que não são escassos. Em segundo, no esforço para gerar valor para escassez, chega-se ao absurdo de forçá-la artificialmente — “cabe, portanto, destruir

alimentos, mesmo se parcelas da sociedade passem fome, para que o capitalismo possa reproduzir-se seguindo a lógica das “leis” de oferta e procura” (2002, pg.119)

A crítica à noção de riqueza no capitalismo aciona um esforço de relativização — não necessariamente é preferível o padrão de vida da sociedade mais rica. Uma tribo indígena pode viver melhor com suas tradições e tempo livre do que com equipamentos tecnologicamente sofisticados. A noção de riqueza econômica capitalista ignora os “valores morais, a liberdade política e civil, a dança, a música, o teatro, etc.” (2002, pg.221) Também não leva em consideração o tempo livre de uma sociedade — se o fosse, uma comunidade indígena poderia ser considerada mais rica que as sociedades modernas. A ênfase no crescimento do PIB produz exploração de recursos naturais e aumento do tempo de não-trabalho involuntário. Conclui-se que “uma sociedade rica é aquela em que eticamente as pessoas se respeitam e se desejam em liberdade[...] Em contrapartida, a pobreza pode ser compreendida como insuficiência das mediações que permitam às pessoas e coletividades existirem dignamente como livres seres humanos” (2002, pg.227)

A democracia é, também, crítica, principalmente no tocante às possibilidades de manipulação das massas. Em resposta, aponta-se que “a gestão democrática que propomos em “A Revolução das Redes” exige mecanismos que evitem qualquer tipo de subsunção de procedimentos democráticos em formas totalitárias de exercício de poder” (2002, pg.140) Lembrando Paulo Freire e Enrique Dussel, ganha a importância a necessidade de mediações educativas e novas construções de sentidos para os mesmos processos históricos, além da ampliação de fluxos de informação. Afinal, “o que parece como autonomia do povo é, muitas vezes, resultado de escolhas que se realizam pautadas em mediações semióticas hegemônicas”. (2002, pg.143) Também surge a necessidade de problematização — que, por sua vez, exige a tomada de consciência —, idéia definida por Paulo Freire, segundo Mance, como processo humano de subjetivação, mediado por diálogo e problematização.

O esforço educacional não é desarticulado. “Na dialógica da práxis desencadeada nas redes solidárias, educação, organização e mobilização são três aspectos de uma mesma ação cultural transformadora.”(2002, pg.146)

A consistência (conjunto de semioses que atravessa as pessoas e as modeliza) é lembrada para revelar a pobreza da existência no capitalismo. “O sentido da consistência, quando é reduzido a um projeto existencial individualista, encontra-se compreendido sob uma temporalidade que tem por limite a morte ou a modificação do existente”.(2002, pg.161)

O capitalismo é visto, de certo modo, como negador de possibilidades: “a liberdade de escolha anterior, ao negar as diferenças, acaba por destruir a nossa própria liberdade de

escolher”. “O capitalismo gera simulacros de preservação da diversidade, unidimensionalizando os substratos”(2002, pg.187) As redes seriam capazes de abrir o campo de possibilidades, daí o seu enlace com a noção de complexidade, entendida como a descrição do universo de conexões e caminhos no campo dos possíveis.

Por fim, há uma crítica explícita ao modelo capitalista neoliberal, que propaga a concentração de recursos materiais, o controle hegemônico do poder político, a saturação de informações, a fragilidade da autonomia crítica da sociedade e uma moral individualista.

2.3.2- A Teoria da Transição de Mance

Para Mance, “a finalidade da vida humana não é a política ou a economia, em particular, mas a ética realização do livre bem viver pessoal e coletivo”. E o que é o bem-viver? “é o exercício humano de dispor das mediações materiais, políticas, educativas e informacionais [...] para garantir eticamente, a realização de tudo o que possa ser concebido e desejado pela liberdade pessoal que não negue a liberdade pública”. (1999, pg. 16-17) Mance faz questão de diferenciar tal conduta do bem-viver capitalista, calcado na posse de bens materiais, na ostentação e nas mensagens publicitárias.

Já existe um conjunto de ações solidárias ocorrendo no mundo conduzido por agentes solidários, muitas vezes agrupados em nações diversas como Terceiro Setor, Setor Sem Fins Lucrativos e Setor Público Não-Estatal. Mance salienta que há ONGs defensoras do modelo capitalista, mas também há muitas ONGs solidárias. De qualquer forma, “todo conjunto de ações solidárias [...] tende aos poucos a se conectar em grandes redes [...] funcionando como um sistema autopoietico — que se auto-reproduz.”. (1999, pg. 24)

Mance vê tal característica como revolucionária, assim como outros dois princípios, o de intensidade e o de extensividade — em outras palavras, crescimento intralocal e interlocal. Há três condições para que estes princípios sejam acionados e gerem um círculo virtuoso, a saber, a diversidade (de áreas de atuação), a integralidade (interação de objetivos, quando em grupo passa a defender os interesses do outro) e a realimentação (agenciamento autônomo de novas ações). O crescimento da rede, na opinião de Mance, implica a necessidade de coordenação, “democraticamente eleita, encarregada de decidir — com base na consulta de todos — a inclusão na rede de novas células [...] podendo sugerir aos proponentes da nova célula que produzam outra coisa ou prestem outro serviço que seja estrategicamente demandado naquela situação”. Acrescenta-se que “a agregação de redes locais em redes

regionais, redes internacionais e, por fim, em uma rede mundial, passará a fortalecer a democracia em todas as esferas”. (1999, pg. 40)

Atualmente, existiriam quatro políticas de consumo. O consumo alienante é o capitalista, agenciado pela publicidade e propaganda e marcado pela carência de formação educativa dos consumidores com vistas à apreciação crítica do ato de consumir. O consumo compulsório é o dos pobres, baseado nas necessidades de sobrevivência, embora desejosos de um consumo alienante. Já o consumo como mediação do bem-viver, defendido por Mance, é praticado por pessoas que “não seguem as ondas consumistas, não se deixando levar pelas publicidades e seus engodos” Nesta modalidade, “as necessidades pessoais variam conforme a singularidade de cada um” Por um lado, tal consumo significa compartilhar, por uma necessidade de se desenvolver habilidades e sensibilidades, o que não poupa “produtos de péssima qualidade nos gêneros de filmes, novelas, desenhos, videogames e outros mais que são consumidos nos momentos de lazer, que em razão de sua péssima qualidade, embrutecem as sensibilidades, anestesiam as subjetividades frente à violência e à opressão”. (1999, pg. 27-28) Por último, o consumo solidário implica escolher levando em consideração não só o bem-viver individual como o bem-viver coletivo. Mance (2002, pg. 40, 1999, pg. 205 e 2003a pg.45) esclarece que o consumo como mediação do bem-viver só difere do consumo solidário ao não incorporar o bem-viver coletivo como critério.

Mance dá dois exemplos de consumo solidário. No primeiro, um choque cambial provoca uma crise nas confecções locais. Ao escolher ou não o produto local ou estrangeiro, “as escolhas de consumo podem influenciar na manutenção de emprego ou na geração de desemprego”. (1999, pg. 29) No segundo, tratam-se de duas indústrias, uma poluente e outra não. Enquanto o consumo compulsório e alienante compraria da empresa irresponsável, degradando o meio ambiente, o consumo solidário o preservaria. (1999, pg. 30) Em obra posterior, Mance (2003b, pg.82) esclarece que “é importante entender que consumo solidário não é comprar para ajudar, mas sim, comprar produtos bons e fabricados dentro de certas normas da economia solidária”. Em complemento, argumenta-se que se o produto não for de boa qualidade, “convém conversar com o produtor” com o intuito de fornecer capacitação técnica e garantir melhorias ao produto que será consumido.

O consumo solidário não é uma proposta, mas uma realidade. “O consumo solidário, em níveis variados, é praticado atualmente em milhares de localidades no Brasil e no mundo”. Os exemplos são produtos alimentícios, vestuário, utensílios domésticos, artesanatos indígenas e produtos agrícolas de assentamentos. Embora o consumo solidário seja considerado sucedâneo ao consumo crítico, eles não se confundem, pois é possível praticar o

consumo crítico comprando produtos de empresas capitalistas, hipótese não aceita para o consumo solidário. (2003, pg.47)

Mance (1999, pr. 188) descarta a necessidade de um consumo sóbrio e limitado: “[...] cabe dizer que não se trata de consumir mais ou menos. Trata-se, com efeito, de praticar o consumo solidário [...] o que supõe também a adoção de critérios ecológicos quando da produção e do consumo”.

A revolução da colaboração solidária possui um encadeamento distinto da revolução industrial capitalista. Enquanto nesta foi o desenvolvimento das forças produtivas que provocou alterações nas relações sociais de produção (o econômico, conectado ao cultural, transformando o político) que por sua vez implica mudanças políticas, a revolução da colaboração solidária inverte esta cadeia causal, à medida que é uma revolução política que promove revoluções econômicas conectadas a transformações culturais. Enquanto resultado, esta revolução cultural abrange cinco áreas: 1- socialização e produção da ciência e tecnologia; 2- difusão da ética solidária; 3- difusão de uma nova política; 4- difusão da arte de livre expressão; 5- expansão dos mecanismos de comunicação.

O consumo solidário não se realiza isoladamente. “A organização de compras comunitárias — como formas de células de consumo — permitirá maximizar os recursos na satisfação das demandas dos consumidores solidários, escoar os produtos elaborados na rede produtiva e baratear a aquisição dos insumos utilizados na produção”. (1999, pg. 50)

As células surgem de quatro modos possíveis: 1- geração espontânea (pela decisão de grupo de pessoas com livre iniciativa solidária); 2- cadenciamento (novas células para atender o consumo produtivo de outras células); 3- fissão (uma célula sobrecarregada se divide); 4- conversão do sistema (unidades produtivas capitalistas se convertem à colaboração solidária) (1999, pg. 50-2)

É interessante notar que Mance vê a conversão de pequenos comerciantes e donos de supermercados, bem como distribuidores autônomos, à medida que seus negócios esvaziam. São eles que formariam células de serviço — cadeias solidárias de distribuição e comércio — para atender as compras comunitárias. Em geral, as micro e pequenas empresas se converteriam por dois motivos: 1- incapacidade de competir com a rede; e 2- preferência pelo bem viver proporcionado pela rede. (1999, pg. 158)

No que se refere à biotecnologia de domínio de consumidores indígenas e populares, seus conhecimentos “poderão ser formalizados em razão das parcerias da rede com universidades públicas, permitindo o patenteamento de novos medicamentos e substâncias ativas que gerarão benefícios para comunidades locais [...] e à rede como um todo que poderá

também comercializar esses produtos com um amplo segmento que não tenha aderido à economia solidária”. (1999, pg. 56)

Outro pilar da colaboração solidária são as finanças solidárias, cujos objetivos envolvem a constituição de sistemas de créditos éticos, com aplicação responsável dos recursos e a internalização da poupança ao destiná-la à colaboração solidária. “Poderão também contar com o estabelecimento de um fundo em que se promovem depósitos privados voluntários, resgatáveis a qualquer momento pelos trabalhadores, mas que não recebem nenhum tipo de remuneração exceto uma proteção frente à inflação — uma vez que receber juros é apropriar-se de um valor produzido pelo trabalho alheio”. (1999, pg. 64)

O surgimento de células por geração espontânea possui três fases: 1-projeção (realização do projeto e avaliação por parte das células de consumo); 2- aprovação (deliberação da coordenação da rede local); e 3- realização.

É condição essencial para o bom funcionamento da rede um adequado sistema de gerenciamento das informações. Há dois princípios básicos relacionados a tal característica: descentralização de poder e circulação entre as células de fluxos informativos, materiais e de valores. Haveria, inclusive, programas de informática para auxiliar na decisão da realização de células e na identificação da necessidade de novas células.

Mance alerta para os perigos da tecnofobia — aversão que impede a percepção do caráter emancipatório dos novos recursos tecnológicos — e da tecnolatria — culto que esconde o potencial destrutivo de muitas tecnologias (1999, pg. 75) Deste modo, “não cedendo à tecnofobia ou à tecnolatria, inúmeras redes solidárias produzem e compartilham tecnologias de informação, permitindo um empoderamento econômico dos empreendimentos” (2002, pg.269)

É apresentada uma seqüência de ações para a implantação de uma rede. É interessante analisar, de modo breve, os primeiros passos. 1- elabora-se o cadastro dos desempregados e trabalhadores precários; 2- com estes trabalhadores organizam-se cooperativas locais; 3- formam-se células de produção e consumo; 4- ampliam-se as células; 5- otimiza-se lista de compras; 6- cria-se um fundo solidário. Nestes passos iniciais, é preciso notar que a coordenação da produção e do consumo não é feita pelo mercado, mas pela rede, que tem de conhecer as carências produtivas e os padrões de consumo da nova célula. Uma possível implicação de tal desenvolvimento é a remoção de trabalhadores para a zona rural, por exemplo — caso não analisado por Mance — com maiores custos de produção de alimentos — ou para a construção civil. A coordenação pelas redes teria, ainda, de enfrentar hiatos intertemporais nos investimentos e na qualificação dos trabalhadores — processos que o

mercado enfrenta a duras penas. Para lidar com tais questões, Mance imagina um exemplo hipotético de 200 famílias e parte do custo de consumo de família com renda de 2 a 3 salários mínimos. Tal grupo poderia organizar uma célula comunitária, uma padaria, uma granja, um salão de cabeleireiro e uma confecção. “Neste caso, por exemplo, um assentamento do MST poderia não apenas fornecer o milho para a granja, farinha para a produção de massas ou mel para fazer pães e doces, mas tornar-se uma nova célula de consumo das roupas produzidas na confecção”. (1999, pg. 82)

Mance (2003a, pg. 173) acredita que o estudo dos fluxos econômicos em redes solidárias pode se constituir praticamente como uma disciplina. Embora ainda em seus primórdios, “o grande desafio que anima essa pesquisa é compreender as propriedades complexas desses fluxos, particularmente dos que se efetivam em laços de realimentação, visando construir referências que permitam projetar ações de planejamento estratégico [...]”

Mance propõe uma tipologia de organizações econômicas solidárias: 1- modelo assistencialista (baixa qualidade de produtos, dependência de repasses, trabalhadores improdutivos); 2- modelo capitalista (empresas assistencialistas na mão-de-obra); 3- modelo socializante (autogestão e posse coletiva dos meios de produção e ideário socialista); 4- modelo autogestionário (gestão democrática, pequena diferença de remuneração, pouco apoio do setor público); 5- economia de comunhão (cultura da partilha, salários justos, ética no respeito às leis e à proteção ecológica); 6- modelo LETS – Local Exchange and Trade System (moedas locais); 7- comércio équo e solidário (baseado nos critérios de distribuição justa de riqueza e solidariedade).

O autor concentra suas críticas aos modelos que envolvem empresas capitalistas, seja no próprio modelo capitalista — “surgem com características assistencialistas, acabam posteriormente recebendo assessoria de entidades governamentais [...] e se convertem, por fim, em microempresas capitalistas que em sua maioria, fracassam depois de algum tempo” (1999, pg. 86) — ou seja no modelo de economia de comunhão, rejeitado pelo autor por não ser uma alternativa viável historicamente para o conjunto dos excluídos (o número de companhias convertidas se estabilizou, não houve aumento do número de empregos nestas companhias e aplicação do lucro não foi fiel à regra da tripartição), além de manter a dependência dos trabalhadores em relação aos capitalistas.

Quanto aos elogios, eles se concentram nos modelos LETS e comércio justo. Mance destaca cinco aspectos (benefícios) do sistema local de comércio e emprego: 1- flexibilidade de finanças pessoais; possibilidade de auto-emprego; 2- estreitamento de laços comunitários; 3- benefício aos negócios locais; 4- benefícios às organizações sem fins lucrativos (indireto

pela realocação de fundos); 5- menor consumo de energia-transporte. Mance ainda critica a observação de Singer a respeito da introdução dos juros no LETS ao tornar-se grande, para evitar a existência de saldos positivos ou negativos e não depender exclusivamente da “pressão moral” como força de equilíbrio (1999, pg. 105)

No que se refere ao comércio justo, Mance cita quatro princípios associados, que podem ser lidos como vantagens que propicia: 1- trabalho e ocupação (oferecer condições de vida digna). 2- justiça (valor justo); 3- desenvolvimento (autogestão e autonomia); e 4- meio ambiente. Há o uso de logomarcas, operações de marketing e eliminação de intermediários no comércio e nas finanças. Mance cita um autor (Tonino Perna, 1998) — que fez uma reduzida pesquisa sobre a relação entre consumo ético, rendimento per capita e educação superior no universo de países ricos e educados da Europa ocidental, não encontrando relação significativa entre as variáveis, concluindo que tal fenômeno não é facilmente determinável por meio de indicadores sócio-econômicos. “Seja como for, parece correto supor que não há uma relação direta entre nível de rendimento e escolarização com a política de consumo ético e que pessoas com níveis de rendimento e escolarização não elevados possam também praticá-lo desde um peculiar exercício de sua própria liberdade”. (1999, pg. 118)

O Estado, para Mance, pode ser um importante auxiliador das redes por meio das compras governamentais, incluindo critérios seletivos para dar “preferência por empresas que pratiquem a colaboração solidária, uma vez que estas geram maior número de empregos na região, com maiores benefícios sociais e preservação ambiental”. (1999, pg. 119) A rede pressionaria o Estado para promover mudanças na legislação, enfatizando critérios de colaboração solidária.

O controle do Estado não é necessário para a superação do capitalismo — “o ciclo histórico dessa subversão [superação] é um processo que não se conclui com a ocorrência [...] da necessária conquista de uma certa parcela de poder político de Estado” (2002, pg. 50) Em outro momento, lembra-se que “não se trata de avançar na democratização do Estado, para depois, então, regular o capitalismo, a fim de que ele funcione melhor”. (2002, pg.182)

Há uma reorientação dos gastos estatais, pois “inúmeras demandas, provocadas pela exclusão capitalista, que buscam no Estado a sua solução, serão resolvidas pela própria colaboração solidária, reduzindo-se a pressão de gastos estatais com essas atividades”. (1999, pg. 162) Mais adiante, Mance é taxativo quando critica a tese da importância do apoio estatal: “contra-argumentamos que, sob o modelo das redes, a intervenção do Estado não é necessária, embora se vier a ocorrer favoravelmente, confira maior velocidade ao seu desenvolvimento”. O erro daqueles que se fiam no apoio do Estado ocorre pela ignorância do modelo teórico de

complexidade, “de como sistemas abertos podem engendrar movimentos autopoieticos quando um conjunto de unidades estrategicamente se conecta na rede”. (1999, pg. 171)

De qualquer forma, é preciso reconhecer que a opinião do autor a respeito do papel do Estado não está livre de ambigüidades. Mance (2001, pg.6) nota que “é preciso pressionar o Estado e propor políticas públicas favoráveis à expansão e consolidação da economia solidária”. Além disso, “é importante que os partidos de esquerda atualizem suas agendas [...] para uma atualização das estratégias de transformação estrutural das relações de produção”.

Os empreendimentos solidários possuem outras vantagens competitivas. Em relação à economia solidária, “o problema dos maus pagadores também não a atinge em geral, pois os consumidores que garantem o seu capital de giro praticam o consumo solidário”. Pode haver, ainda, situação de forte concorrência com as empresas capitalistas, “mas isso não será problema pois os consumidores solidários garantirão, com suas compras, um faturamento mínimo necessário para a manutenção do empreendimento”. (1999, pg. 128) Desta forma, o consumidor surge como um maestro das redes, a quem cumpre tomar decisões que conduzam ao equilíbrio desejado. Em outros momentos ele fica com um papel menor: “administração democrática e tecnicamente eficiente do conjunto de reinvestimentos, contudo, será o maior desafio”. (1999, pg. 130) De qualquer modo, o consumidor interage com a administração na construção da rede. “De fato, a correção de fluxo de valor pode ocorrer de vários modos, em particular, com a alteração de hábitos de consumo ou com a mudança na composição de materiais necessários à produção final”. (1999, pg. 134)

A estrutura econômica formada pelas redes solidárias difere da capitalista. “Ao invés de operar sob a economia de escala, as redes solidárias operam primordialmente em economia de escopo” (2002, pg.264) Em principal pela proximidade geográfica, também é gerada uma economia da velocidade, na logística e no atendimento. Além disso, a incorporação tecnológica, aliada à economia de escopo e a tendência à diversidade, produzem mudanças na natureza do trabalho. “Desse modo o trabalho vai se convertendo cada vez mais em arte, processo criativo e singular, refinando-se as diversas dimensões de sensibilidade vinculadas ao consumo e à produção”(2002, pg.265)

A administração também teria o papel de auditar a rede, buscando coibir o desrespeitos aos princípios da colaboração solidária. “A avaliação periódica de cada célula pelas demais poderá levar a que algumas delas [...] sejam desautorizadas a utilizar o selo de colaboração solidária em seus produtos, estabelecendo-se o desligamento da venda dos produtos daquela célula na rede como um todo” (1999, pg. 158)

A importância da administração, no que pese o papel ativo dos consumidores, é destacada e chega-se ao ponto de se postular uma coordenação mundial, que “estabelecerá critérios para financiamentos regionais, as políticas de câmbio e as melhores alternativas de exportação e importação regional de insumos”. (1999, pg. 162)

Mais em frente, Mance (1999, pg. 178) coloca novamente o consumidor em primeiro lugar: “nenhuma moeda alternativa, contudo, garantirá a viabilidade da expansão de uma rede econômica de colaboração solidária. Somente a livre decisão coletiva de buscar consumir em razão do bem-viver de todos o poderá fazer!”. Ademais, “[...] é a avaliação solidária dos consumidores e não a competição entre as células produtivas o que aprimora a qualidade dos produtos e orienta as inovações tecnológicas a serem adotadas”.

A gestão da rede tem quatro aspectos apontados: 1-descentralização (“uma vez que não há um núcleo central e que a partir de cada célula novas redes complexas podem se construir”, 1999, pg. 208); 2- gestão participativa; 3- coordenação; 4- regionalização. Há, também, outra figura no gerenciamento da rede, intermediária entre o consumidor e a coordenação. “Acordos coletivos no interior das redes permitem ajustar estruturas de custos e preços sob parâmetros que viabilizem sua autopoiese, como uma alternativa à lógica da escassez que regula os preços nos mercados sob o binômio oferta e procura.”(2002, pg.244) Além disso, são sugeridos estudos de formalização do fluxo de valor, com vistas à calcular o ponto e a margem de equilíbrio, a grande realimentação e a taxa de expansão da rede.

Mance (1999, pg. 208) arrola, de modo sintético, as propriedades básicas da rede: autopoiese, intensividade (envolvimento local de maior número de pessoas), extensividade (propagação regional), diversidade (orientação para produzir diversificadamente), integralidade (células todas interligadas), realimentação, fluxo de valor, fluxo de informação, fluxo de matérias e agregação (integração de redes locais). Também são apresentados os critérios básicos de participação nas redes: inexistência de exploração do trabalho e de opressão diversa nos empreendimentos, preservação do equilíbrio ecológico, compartilhamento do excedente para expansão da rede e autogestão. (2003a, pg.220; 2001, pg.1)

Uma das principais contribuições da proposta de colaboração solidária é a ênfase na organização das cadeias produtivas. “Desse modo, mesmo sem aumentar a quantidade de produtos finais vendidos na ponta da cadeia produtiva, a rede continua crescendo porque vai remontando solidariamente a própria cadeia produtiva daquele produto” (2002, pg. 289) Ele propõe que se construam mapeamentos das cadeias produtivas, organizando aquilo que define como “consumo produtivo” e possibilitando a correção de fluxos de valores — e considera tal

esforço o objetivo básico das redes.(2003, pg.26 e 220) O estudo de tais fluxos deve ser estimulado, pois “o grande desafio que anima essa pesquisa é compreender as propriedades complexas desses fluxos, particularmente dos que se efetivam em laços de realimentação, visando construir referências que permitam projetar ações” (2003, pg. 173)

Mance rechaça a idéia da presença da informalidade na rede solidária, principalmente se ela pretende se expandir. “Há que se cumprir todos os quesitos da legislação no que se refere às condições adequadas de instalações exigidas pela fiscalização sanitária, segurança de trabalho, registro dos trabalhadores, previdência social, recolhimento de impostos, etc.” (2002, pg.307)

Em “A Revolução das Redes”, a colaboração solidária era uma proposta, possivelmente com autoria de Mance. O subtítulo do livro é claro: “A colaboração solidária como uma alternativa pós capitalista à globalização atual. “Propomos uma alternativa e não a alternativa”. (2002, pg. 172) Já em 2002, a caracterização da economia solidária de Mance é alterada, deixando de ser um projeto para tornar-se uma realidade histórica: “a proposta de organização de redes de colaboração solidária [...] é uma estratégia que tem sua origem nas práticas dos oprimidos e dos sujeitos solidários”. (2002, pg. 27) Deste modo, Mance lembra que a produção familiar, “nos períodos de crise econômica e aumento do desemprego [...] é superada, em inúmeros casos, por uma produção comunitária que se organiza em função das necessidades imediatas e que surge de maneira quase espontânea”, “[...] o isolamento destas atividades, entretanto, fragiliza a sua estruturação e expansão”(2002, pg.29-30) Recentemente, as redes econômicas estariam se organizando cada vez mais intensamente.

O conceito de iteração é utilizado em “Redes de Colaboração Solidária” para explicar a expansão da rede — “iterações simples em processos de labor e consumo permitem engendrar complexas relações sociais mediadas politicamente e culturalmente em laços de realimentação em favor da expansão permanente das liberdades públicas e privada” (2002, pg.65) O principal elemento iterativo é a replicação (ou investimento) de excedentes produzidos na própria rede.

Por meio de realimentação, a revolução molar aciona revoluções moleculares. De acordo com Mance (2002, pg.88), reportando-se à Felix Guattari, “a revolução molecular significa, grosso modo, a liberação dos fluxos de desejo fora das territorializações modelizadas sob as semioses hegemônicas, sendo também denominada como singularização ou subjetivação, tendo por horizonte ético o desejo do outro em sua diferença”. “Já a noção molar indica a articulação e cruzamento de variados processos moleculares realimentando-se e agenciando a subversão do conjunto das semioses opressivas e das práticas por elas

modelizadas.” Desta forma, a revolução das redes não só implanta um novo modo de produção, como livra os indivíduos das estratificações autoritárias capitalistas, machistas e preconceituosas.

A concepção de revolução molecular aproxima-se da idéia de uma “progressiva aglutinação projetual”. Mance alerta que “não se trata de integrar em redes setoriais as organizações feministas, ecológicas, etc., mas de perceber a dimensão feminista, ecológica, etc., que toda rede que se constitui solidariamente deve assumir.” (2002, pg.240)

O autor faz uma tipologia das necessidades humanas, composta de quatro elementos: 1- necessidades naturais (oxigênio, água, comida, etc.); 2- necessidades culturais (relógios, telefone, alfabetização, motorização, etc.); 3- desejos (pulsões e prazeres); e 4- Desejo (“uma aproximação das pessoas, em um movimento de abertura e acolhimento dos outros, que desejamos em sua liberdade eticamente exercida.”(2002, pg.151) O Desejo (em maiúsculo) tem termos distintos, como pulsão de alteridade, amor de justiça, Desejo do invisível, Desejo do infinito e Desejo da diferença do outro. (2002, pg.153) O amor surge como peça fundamental que embasa o “gozo na morada” (o acolhimento de si e o ser acolhido) e a “festa da proximidade” (o acolhimento do outro). A festa tem o sentido de uma união alegre entre as pessoas, uma “proximidade do bem-viver”. Em linhas gerais, as “dimensões originária, histórica e utópica da proximidade são inerentes à subjetivação solidária em que emerge, em cada pessoa, um dever de responsabilidade pelo outro” (2002, pg.164)

Mance nega a existência de algum desenvolvimento linear do capitalismo que levaria a sua extinção ou superação. “Ora, se cabe aos sujeitos históricos atuar coletivamente para promover essa transformação é porque, mesmo existindo as bases que a tornam possível, ela não ocorre de maneira necessária” (2002, pg.193) Ao mesmo tempo, atesta-se que “o único modo de usufruir da riqueza produzida visando não só assegurar o nosso bem-viver pessoal, mas também coletivo [...] é praticando o consumo solidário”(2002, pg.191) Este consumo é sempre possível e ao alcance de todos: “não há um critério fundamental para o consumo solidário entre produtos no interior das redes cuja identidade — do critério — escape ao dever das próprias redes e de cada pessoa em seu processo de subjetivação”(2002, pg.200) Os selos, por exemplo, têm suas definições construídas democraticamente nas próprias redes.

Há uma preocupação explícita em Mance em conciliar agência e estrutura na determinação das mudanças sociais. É imprescindível um papel ativo dos sujeitos históricos, mas é preciso haver oportunidades revolucionárias abertas. O mundo contemporâneo, com o avanço tecnológico, o aumento da produtividade, as implicações do conhecimento complexo fornece um campo de possibilidades de revolução social que deve ser aproveitado pelos

sujeitos para concretizar a economia solidária. O esforço de concretização parece ser menos relativo à conscientização do consumo solidário – que Mance na maioria das vezes toma como avanço racional, auxiliado pela atuação da militância, sem discutir a presença de comportamentos irracionais no ser humano – e mais centrado na elaboração de uma tecnologia social que viabilize a formação das redes. Neste sentido, há um paralelismo com Yunus, cuja descoberta de novas tecnologias sociais garante que a sociedade siga uma trajetória desejável das mudanças sociais.

Embora a transformação cultural pareça ser um elemento acessório na proposta da colaboração solidária, sua importância emerge quando Mance pensa os elementos desafiantes. “O desafio maior das redes de colaboração solidária [...] trata-se de difundir a cultura da autogestão e da solidariedade em todas as esferas da vida, inclusive na esfera econômica. [...] Para tanto, trata-se de difundir uma nova cultura que combata toda a forma de preconceitos sobre gênero, etnia, orientação sexual, credo, etc...”(2002, pg.256)

2.3.3- Utopia em Mance

Logo na introdução de sua primeira obra sobre as redes solidárias, Mance enfatiza que não está apresentando “a utopia de um mundo a ser realizado em um futuro longínquo. Pelo contrário, trata-se de um projeto que pode ser iniciado desde já” (1999, pg.13)

O projeto de Mance é uma sociedade em que todos pratiquem o consumo solidário, movido pela consciência dos indivíduos, configurando inexistência de lucro e representando uma alternativa viável e concreta. (1999, pg. 13) Na opinião do autor, não se confunde com propostas socialistas ou de cooperativismo capitalista, mas supera-as como modelos, absorvendo elementos de propostas emancipatórias históricas e de novos recursos tecnológicos, como a telemática.” (1999, pg.14)

Na utopia de Mance, a tecnologia tem um papel central. “Todo desenvolvimento tecnológico aplicado ao processo produtivo nas redes de colaboração solidária terá, como contrapartida, a ampliação da produção, a qualificação dos produtos, a redução da jornada de trabalho e a incorporação de um número maior de trabalhadores”(1999, pg. 35) Das diversas conseqüências arroladas, a mais importante parece ser a redução da jornada de trabalho, como depreende-se desta passagem: “Assim, tanto mais rica é uma sociedade quanto menos necessário for trabalhar para bem viver.”(1999, pg. 35) A mesma idéia é remetida à Marx: “É interessante notar que nos *Grundrisse* a riqueza de uma nação seja associada ao tempo livre no qual se podem produzir, entre outros elementos, a arte industrial e a ciência”. (2002, pg. 99)

Ausência de *royalties* ou direitos de cópia contribuirá para a difusão de tecnologias. A idéia é de que os pobres e excluídos sejam capazes de produzir com tecnologias que são socialmente disponíveis. O desenvolvimento tecnológico também impacta, na opinião de Mance, na redução do tempo de trabalho e na geração de tempo livre para atividades de colaboração solidária.

Mance evidencia as diferenças entre o sistema capitalista e o alternativo:

- Ao invés do individualismo, a colaboração (inclusão de todos, bem viver coletivo);
- Ao invés da competitividade, a solidariedade;
- Ao invés do desemprego, a geração de empregos (por meio do uso de tecnologias aplicadas na comunidade local);
- Ao invés da destruição dos ecossistemas, o desenvolvimento ecologicamente sustentável;
- Ao invés da exploração do trabalho, a redução da jornada;
- Ao invés da dependência de capitais externos, o aumento da poupança interna;
- Ao invés da concentração de capitais, a distribuição da riqueza (não interessa o acúmulo de excedentes para as células, mas, sim, distribuir riqueza);
- Ao invés do crescimento das metrópoles, o desenvolvimento sustentado e geograficamente distribuído (o crescimento da rede inclui regiões abandonadas pelo capital);
- Ao invés da livre iniciativa privada, a livre iniciativa solidária.

Mance postula alguns critérios nos quais se basear para saber se as tecnologias desenvolvidas são satisfatórias ou não: 1- ser tecnologicamente adequada; 2- não ser prejudicial à saúde dos trabalhadores; 3- permitir um volume de produção que possa recuperar o que foi gasto em recursos materiais, salários e taxas; e 4- gerar um excedente para reinvestimento. Além disso, quando tecnologia e trabalho forem perfeitamente substituíveis, a opção pelo trabalho é compatível com o crescimento da rede. Mance enfatiza que não se trata de uma tecnologia geradora de desemprego, mas sim de uma progressiva redução da jornada de trabalho, ampliando-se o conjunto de células voltadas ao desenvolvimento de atividades científicas, artísticas, esportivas, etc.” (1999, pg.160) A tecnologia provocaria, ademais, o barateamento dos preços das mercadorias, ampliando o bem-viver.

Mance nega que a inovação tecnológica seja prerrogativa do capitalismo. “Que dizer, considerando apenas alguns exemplos, de toda a melhoria na produção de vestimentas, habitação, irrigação e transporte antes do capitalismo?” (2002, pg. 213) As inovações

tecnológicas não seriam engendradas pela economia de mercado, mas pelo avanço científico, este condicionado pelas transformações culturais, políticas e econômicas.

Com a livre apropriação tecnológica das redes, há menor dependência tecnológica entre os países, reduzindo o diferencial de desenvolvimento entre eles. Outra forma de dependência — a dos capitais — também se reduz, à medida que a rede se autofinancia e não depende de capitais externos. Em suma, há redução generalizada de dependência entre muitos países. Por fim, emerge “um novo padrão monetário mundial, estabelecido e adotado pela rede mundial de colaboração solidária, que não está sujeito à especulação, à inflação e que se mantém estável mesmo com a redução progressiva da jornada de trabalho de todos.”(1999, pg. 161)

O autor rejeita a possibilidade do capitalismo competir diretamente com a colaboração solidária. “Com efeito, a própria disposição de consumir solidariamente em função do bem-viver social e da preservação solidária dos ecossistemas não pode ser utilizada pelo capital senão como propaganda enganosa. Mesmo que isso ocorra, esta é possível de controle, por meio de processo judicial. (1999, pg. 65)

O princípio da agregação — quando várias redes locais se conectam — permitirá o desenvolvimento de “um grande bloco econômico e político solidário, de envergadura mundial. [...] A rede se tornará tão potente que será capaz de incorporar à cidadania o conjunto dos excluídos das regiões por onde se estender, elevar significativamente o poder aquisitivo dos que dela participarem e reduzir a jornada de trabalho”. (1999, pg. 157) Ao mesmo tempo, “considerando a relação da rede com os partidos políticos, destaque-se que ela é suprapartidária. Isso significa que qualquer pessoa filiada a qualquer partido poderá ingressar na rede, desde que assuma os princípios da colaboração solidária e respeite os seus estatutos.” (1999, pg. 181)

Na conclusão de “A Revolução das Redes”, Mance cita que a soma de duas hipóteses, a prática do consumo solidário e a auto-organização dos excluídos em redes, operando sob o paradigma da complexidade, pode gerar uma revolução econômica. Em obra posterior, Mance (2002) reapresenta a colaboração solidária sob um paradigma baseado no que chama de práxis de libertação. No que se refere às práticas sociais, ganha ênfase a idéia de paradigma da abundância em contraposição ao paradigma da escassez.

Mance entende abundância como “dispor das mediações requeridas em níveis maiores do que o estritamente necessário, mas sem extrapolar os parâmetros do máximo adequado”. (2002, pg. 122) “Abundância não se confunde com excesso, com o demasiado; [...] o excesso destrói o bem-viver” (2002, pg. 125)

Há influências explícitas à discussão de utopia em Mance (2002). “Toda práxis tem como referência alguma utopia. Em uma práxis revolucionária democrática, esta utopia deve compor-se em uma formulação coletiva, dialogicamente construída [...] Tal utopia coletiva, que se converte em referencial para a revolução da topia, necessita agenciar a composição das inúmeras utopias particulares de grupos e movimentos sociais”. (2002, pg. 131) Estas utopias individuais estariam surgindo por causa da insatisfação com a topia (condição estável atual) vigente no capitalismo.

O crescimento da rede não implica degeneração da solidariedade. “Se a economia solidária atingir grandes dimensões ou “grande escala”, ela continuará mantendo algumas de suas características e desenvolverá outras”. Com algumas mediações políticas e culturais, “as novas propriedades que nela emergirem contribuirão para expandir ainda mais as liberdades públicas e privadas”. (2002, pg. 216)

A circulação da informação e a geração de interpretantes permitirão “recuperar a sensibilidade, auto-estima e outros elementos de ordem ética e estética, imprescindíveis à realização do bem-viver” (2002, pg. 245)

Por último, uma vantagem significativa das redes é sua habilidade frente à incerteza e aos riscos “a grande vantagem das redes frente às demais formas organizacionais anteriormente conhecidas é a sua capacidade de adaptação e flexibilidade frente aos cenários imprevisíveis”. (2002, pg. 276)

2.4- A Economia Solidária em Coraggio e Gaiger

2.4.1- Crítica ao Capitalismo de Coraggio e Gaiger

Em “Economia dos Setores Populares”, Coraggio inicia sua explanação apontando para o aumento dos excluídos e para a crise econômica motivada pela agenda neoliberal. “A crise da reprodução continuada se torna mais aguda, e a sobrevivência para as maiorias populares se torna cada vez mais difícil”. (2000, pg. 91) Os excluídos têm a percepção “que desta vez a exclusão pode ser permanente”. (2000, pg. 91-2) Para sobreviver, a pessoa aceita qualquer fonte de renda, abandonando sua trajetória anterior como trabalhador na qual desenvolveu suas capacidades.

Há, também, uma redução na capacidade dos trabalhadores de problematizar o desemprego e o emprego. “A perda de poder relativo de classe e de suas organizações faz com

que os trabalhadores tenham pouca capacidade de discutir até mesmo as condições do processo de trabalho”. (2003a, pg. 92)

Coraggio enfatiza a importância da abordagem correta para entender a economia popular. “É muito importante advertir que a unidade de análise econômica que se deve tomar não deve ser nem a do indivíduo que trabalha por conta própria, nem, tampouco, a da microempresa. Se a perspectiva dessa economia é a da reprodução da vida, a unidade de análise mais conveniente vem a ser aquela que os antropólogos denominam unidade doméstica”.(2000, pg.94) A economia popular é vista como uma extensão da economia doméstica. (2003b, pg.33)

O foco da unidade doméstica não poupa, contudo, dificuldades de classificação (economia formal ou informal, múltiplas inserções no mercado de trabalho, empresas familiares). Algo, porém, Coraggio vê como certo: “há uma enorme diversidade de valores. Um conjunto como esse não pode ser visto como um sujeito que corresponderia a uma classe que, nem sequer ao nível teórico, pode ser tratado como homogênea”.(2000, pg.107)

A ênfase na unidade domiciliar conduz ao conceito de fundo de trabalho: “o conjunto das capacidades dos membros de cada unidade doméstica, pelo que estes são capazes seja de obter os produtos que satisfaçam as suas necessidades seja de trabalhar para consegui-los, quer diretamente, quer através do intercâmbio com outros trabalhos ou produtos”. (2000, pg. 95)

A avaliação do fundo de trabalho das unidades domésticas permite entender o funcionamento dos microempreendimentos populares. “Ele é uma extensão da unidade doméstica, e o seu objetivo não é aquele de acumular per se, mas de manter e melhorar a qualidade de vida”. (2000, pg. 96). Principalmente durante as crises, cria-se uma unidade profunda entre produção e reprodução — “esta unidade é que dá sentido à economia humana”. (2000, pg. 97)

Muitos programas governamentais e setores da sociedade, contudo, vêm ineficiência e irracionalidade na interdependência entre produção e reprodução, e procuram promover uma racionalidade contábil e maximizadora aos empreendimentos. “Nessa luta por tentar separar a empresa da unidade doméstica [...] muitos recursos e capacidades são destruídos e se aumentam os riscos”. (2000, pg. 97)

O avanço tecnológico contemporâneo tem um efeito negativo na capacidade de geração de renda da unidade doméstica na economia popular. “Uma parte muito importante das capacidades acumuladas no fundo do trabalho das unidades domésticas foi desvalorizada pela revolução tecnológica”. (2000, pg. 101)

Criou-se uma situação dual no trabalho das classes populares — “ao mesmo tempo que há muito desemprego e subemprego, há também um setor com excesso de trabalho [...] que, pela combinação dos baixos salários com a incerteza e a extrema necessidade, eles são levados a procurar, ou obrigados a aceitar qualquer possibilidade de aumento marginas de suas receitas”. (2000, pg. 103)

Ao conjunto de unidades domésticas dos trabalhadores é dado o nome de Economia dos Setores Populares, ESP, conceito que também envolve o conjunto de recursos administrados pelas famílias, a estrutura e qualidade da oferta de trabalho, a geração de renda e o intercâmbio com a economia empresarial capitalista e a economia estatal. “Também se inclui aqui estabelecer o grau de auto-sustentação desse conjunto enquanto um subsistema da economia; em que medida, por si próprio, ele gera os bens e serviços que satisfazem as necessidades de seus membros e que permitem abastecer-se dos recursos produtivos para sua própria reprodução [...] em escala simples ou ampliada”. (2000, pg. 107)

Coraggio lembra da importância de se analisar a existência de sistemas de regulação dentro da economia popular. O ponto de partida, entretanto, não é otimista quanto aos resultados analíticos. “Esse setor do trabalho independente é muito heterogêneo e, a meu juízo, o que encontramos nele não é idealizável” (2000, pg. 109) Faltam regras de fronteiras. “Achamos que é possível haver pertinência em aplicar aqui o conceito de anomia: a idéia de que, diante da mudança vertiginosa gerada pela reestruturação de capital, não há um sistema claro de regras e valores com respeito ao que se deva fazer para sobreviver”. (2000, pg. 108)

Há um alerta para a impossibilidade do mundo da economia popular ser um mundo de valores positivos, de solidariedade, onde não haveria competição ou exploração. “Ele não é nem pode ser assim, porque ele faz parte da sociedade capitalista e, portanto, em parte, é resultado da subordinação cultural no interior do sistema capitalista” (2000, pg. 109)

Analisando a cidade de Buenos Aires, Coraggio nota uma dualidade, entre uma cidade alta, dos ricos e globalizados, e uma cidade baixa — “segmentada e impedida de se comunicar pelos eixos e espaços inacessíveis da cidade alta”. Trata-se, portanto, de uma segmentação da sociedade e também dos mercados e das culturas. “Tudo isso é estimulado através dos meios de comunicação de massas, especialmente da TV, pela universalização-homogeneização da produção simbólica sobre o que é o bem-viver (viver como os habitantes da cidade alta, em Buenos Aires, gerando frustração na maioria da população”. (2000, pg. 115-16)

Portanto, as mudanças também passam por uma luta simbólica, procurando corrigir a idéia de bem-viver. “E creio que esta luta não divide a sociedade como numa luta de classes [...] os interesses estratégicos de boa parte das classes médias e baixas passam por uma

sociedade mais integrada e não por uma sociedade mais polarizada”. (2000, pg. 128) É uma luta contra “valores regressivos”.

A dificuldade em se combater em tal luta ocorre, muitas vezes, pela persistência de esquemas classificatórios equivocados, como o baseado em classes ou em faixas de renda. É difícil classificar as famílias (as unidades domésticas nas quais é desenvolvida a economia do trabalho) por classes sociais, pois não há identidades claras e, em geral, são complexas em suas influências e ideológicas. O corte pela renda é problemático — “me recuso a ver nível de renda como categoria fundamental” — porque separa a classe média da classe baixa e ao focalizar os pobres nos programas sociais, distingue-os, estigmatiza-os e institucionaliza-os. Embora não seja o caso de descartar o nível de renda como critério, é necessário reconhecer que não é suficiente para se realizar as transformações almejadas pela economia do trabalho.

2.4.2- A Transição em Coraggio e Gaiger

Coraggio vê na crise a emergência de novas possibilidades de organização econômica: “a simples impossibilidade de comprar por falta de receitas parece fazer emergir outros tipos de intercâmbio (como a troca) e fomentar outras formas de produção (trabalho para o autoconsumo individual e coletivo) e circulação (redes de abastecimento para diminuir o custo de vida)” (2000, pg.100) Em resposta, observa-se a capacidade dos trabalhadores em remontar a organização econômica e para o desafio de se superar o uso de tal capacidade apenas contra “as tendências destruidoras da vida”, de modo reativo.

As estratégias de sobrevivência das unidades domésticas dependem, em grande parte, de um capital de conhecimento — acesso à informação para se identificar ações possíveis, conhecimentos de mercados e tecnologias — e de um capital social — rede de conhecidos e de contatos, participação de ações comunitárias. As chamadas “lutas tradicionais”, ou seja, lutas sindicais por salários e melhores condições de trabalho, além de movimentos reivindicativos, também contam.

A economia dos setores populares encontra-se espremida entre outras duas economias, a pública e a empresarial capitalista, ambas fortemente estruturadas e institucionalizadas. O capital-político e o capital-dinheiro predominantes têm conseqüências destruidoras da vida, daí a necessidade “que esse conjunto magmático que conforma a economia dos setores populares se transforme e se desenvolva até se conformar num sistema de economia do trabalho que seja capaz de confrontar [...] a economia do capital e a economia pública.”(2000, pg.109-110) Ou ainda, que a economia popular se organize para gerar uma economia do

trabalho “capaz de representar e de dar força efetiva aos projetos de qualidade de vida em uma sociedade mais igualitária, mais justa e autodeterminada”. (2003a, pg.96)

Há um risco nas análises de que vivemos uma catástrofe societária que não dispõe alternativas. “Tais interpretações catastrofistas nos colocam na situação terrível de só poder contar, como fonte de esperança, com que estes processos entrem em crise.”(2000, pg.110) Enquanto a crise não vem, os modelos econômicos predominantes acabam não sendo questionados com o intuito de gerar novas alternativas no campo da ação.

É preciso recuperar a imaginação social e estar atento para que “quando no campo popular se propõem alternativas, modificações naquilo que é pobre mas aparentemente seguro, sempre se pedem exemplos concretos, já provados, já existentes. Há um grande temor de inovar, de correr riscos”. (2000, pg.111)

O desenvolvimento de uma economia do trabalho passa, necessariamente, pela captação de recursos com o objetivo de se promover transformações estruturais. “Uma via é a de, paulatinamente, redirecionar os recursos públicos que estão dirigidos como subsídios ou doações para os setores populares” com vistas à “promoção de um sistema de economia do trabalho a partir da economia dos setores populares, autonomizando-os dessa dependência do assistencialismo que apaga a criatividade e a iniciativa produtiva”. (2000, pg.120) Além disso, também é preciso “disputar” o excedente econômico captado por monopólios e pelas minorias ricas, realizando uma “re-funcionalização do excedente”. (2000, pg.139)

A economia do trabalho também é inserida no marco das lutas contra o capitalismo. “A economia do trabalho pode ser cabalmente compreendida somente quando em contraponto com a economia do capital” (2003a, pg.89)

Assim como outros autores da economia solidária, Coraggio passa a identificar um processo em curso de avanço da economia popular e crescente resistência e reação ao capitalismo: “[...] nós precisamos combinar a visão utópica de futuro e a visão científica, argumentando que é possível desenvolver outra economia, e apoiar a nossa argumentação mostrando que o processo de construção deste outro sistema também tem respostas imediatas aos problemas, que enfrentam as pessoas.” Em frente, “a conjunção destes dois imperativos pressupõe não somente a conscientização mas também o acúmulo de experiências, gerando uma segunda natureza mediante uma série de práticas exitosas de economia não capitalista.” (2003b, pg. 41) A influência de Marx pode ser traçada no caso dos que se conscientizam: “o mundo se amplia para o sujeito, na medida em que questiona as relações e os processos os quais ele considerava dados.” (2003b, 49) No que se refere às experiências, Coraggio (2003b,

pg.52) diz: “nós estamos falando da emergência/construção de um novo sujeito coletivo como resultado de novas práticas históricas”.

As microintervensões, que, em geral, se concentram na “qualidade humana das relações de produção e distribuição”, embora tenham contribuições e experiências importantes, são incapazes de promover mudanças estruturais. “A transformação ética é algo fundamental, mas não é suficiente para se alcançar um objetivo tão ambicioso [...] Não dá para pensar que esta é uma alternativa que possa se efetivar com base apenas no trabalho humano isolado, sem acumulação”(2000, pg. 120) Isso não significa que as redes de organizações microinterventoras não devem ser apoiadas. O apoio deve ser realizado principalmente para que pensem e façam juntas as ações, pois “não há dúvida de que, se elas se reduzem a um espaço unicamente virtual de intercâmbio de experiências, como tantas vezes acontece, isso não é suficiente.” (2000, pg.121)

Raciocínio semelhante também implica união dos intelectuais: “requer que trabalhem juntos, que vejamos se podemos buscar essa famosa sinergia, trabalhar na mesma direção, não nos dispersarmos, não competir entre nós”. (2000, 131) Depreende-se, desta passagem, que os intelectuais são agentes expressivos das transformações.

Coraggio insiste que é preciso romper com a crença de que um único modelo econômico é possível e de que a economia é uma espécie de segunda natureza, onde o econômico não pode ser mudado. “Assim, boa parte da luta por uma outra economia popular está em disputar um monopólio do pensamento único sobre a economia” (2000, pg.129)

As ações locais enfrentam contextos muito hostis para o desenvolvimento da economia do trabalho. A consolidação deste é improvável “se não houver mudanças no sistema de justiça, se não acabarmos com a impunidade, se não se mudar o sistema policial, e se não forem mudadas a política fiscal e a política econômica em geral”. (2000, pg.129) Tais avanços são inadiáveis, pois “em geral, a empresa capitalista não freará espontaneamente a espoliação do meio ambiente, a exploração do trabalho alheio, o intercâmbio desigual ou a degradação da qualidade de vida”(2003a, pg.89)

Também está presente nas transformações uma revalorização do componente nacional, que “deve ser recuperado [...]. A idéia de projeto nacional [...] não pode ser perdida [...], é o nível intermediário entre o local e o global, e é muito importante recuperá-lo como horizonte da afirmação da identidade e da ação coletiva.”(2000, pg.130) Tal componente esteve presente na Revolução Sandinista, “muito especial pela convergência de três correntes (a marxista, a nacional e a cristã) que dela fizeram uma revolução altamente democrática e extremamente positiva.” (2000, pg.117)

Torna-se necessária a distinção entre crise atual e crise futura. “Nem tanto me preocupa a futura crise do sistema capitalista [...] quanto me preocupa a crise de hoje [...] profunda, degradante, de perda de auto-estima, de perda de identidade, de perda de expectativas” (2000, pg.131) Esta é a crise que deve ser superada. Paralelamente, Coraggio faz uma crítica direta ao materialismo, ao notar que a socioeconomia contribui “para superar uma certa leitura marxista que, às vezes, tem contribuído para independentizar as leis do fator econômico” (2000, pg. 140) Tal teoria, “deixa sem saber o que fazer, porque parece que não há responsáveis”, mas “o processo capitalista atual tem sujeitos, tem responsáveis e são identificáveis.” (2000, pg.141) Assim, “uma das razões pela qual o pensamento único pode calar tão fundo o sentido comum é porque as interrelações complexas da economia global não são advertidas e as decisões provavelmente livres estão atadas a pressupostos falsos não criticados adequadamente” . (2001, pg. 2)

Na economia do trabalho deve-se ter uma diversidade de formas de organização, em contraste com o modelo de firma capitalista. Isto envolve, também, o desenvolvimento de novos mercados, como por exemplo, os de concorrência cooperativa e solidária em que se encontram as redes. É preciso superar a idéia do mercado enquanto instituição hostil, onde somente é possível a concorrência selvagem, o canibalismo e o intercâmbio desigual capitalista. Sem um mercado, “é quase impossível que se consiga um resultado de porte e sinergia através apenas de microintervenção solidárias. Somente em grupos muito reduzidos e em relações cara a cara é que se pode conseguir um controle ético personalizado de comportamentos.” (2000, pg.123)

Gaiger, igualmente, insiste na diversidade: “importa entender que o campo solidário deve ser permeável ao trânsito dos sujeitos e tolerante à manutenção simultânea de diferentes vínculos, pois neles os trabalhadores encontram, por uma estratégia naturalmente oscilante, chances de sobrevivência material e sócio-cultural, e em tais vínculos os trabalhadores operam com identidades simultâneas. (2003a, pg. 12)

Não há sujeitos privilegiados na elaboração da economia do trabalho, mas um pluralismo de iniciativas, que envolve desde “correntes políticas e sindicais, movimentos de direitos humanos, movimentos étnicos, de gênero, de gerações, movimentos consumidores” até professores e agentes de saúde capazes de trabalhar em processos de transformação a partir do ponto de vista da economia popular. Há especial ênfase para mudanças na educação — “é fundamental modificar o que se passa dentro da escola”, reexaminando currículos, pedagogias e desenvolvimento de sensibilidades e valores.

Segundo Coraggio, as novas formas de organização de empreendimentos e de mercado devem engendrar “um processo de autodeterminação da economia das majorias. É necessário o desenvolvimento de sua capacidade sistêmica para que possa competir com as empresas capitalistas”. A proteção dos setores populares ao consumismo, o modernismo e à excessiva inovação pode ser válida para manutenção de valores tradicionais e comunitários, “mas, nem, tanto, se queremos avançar no acesso ao desenvolvimento humano”, principalmente dos excluídos, no qual se faz necessária a ação de outras tecnologias, sistemas de difusão e instituições reguladoras como o mercado, que muito embora possam “ser alienantes se ficam condicionadas à mecânica da concorrência global, [...] são indispensáveis para se coordenarem sistemas complexos e altamente dinâmicos.” (2000, pg.123-4)

Gaiger reconhece no que chama de empreendimento econômico-solidário uma das novas formas de organização econômica que já está se difundindo, principalmente na última década. Seu início no Brasil é datado nos anos 80, com apoio de entidades assistenciais, mas trata-se de um fenômeno mundial, segundo Gaiger (2000a, pg.170). As principais características destes empreendimentos são: combinação de eficiência, viabilidade e princípios cooperativos e democráticos; autogestão e responsabilidade social; obtenção de benefícios econômicos e extra-econômicos (educação, saúde, cultura, etc.) (2000a, pg. 177) Gaiger lembra que o conceito é uma ferramenta, *i.e.*, um tipo ideal, a partir da qual se centra a análise nos “empreendimentos mais carregados dessas características

Gaiger nota um avanço teórico a respeito da ato de pensar experiências alternativas de organização econômica como a economia solidária. “Hoje o grau de resistência — [...] da academia sobretudo [...] a pensar nas perspectivas e num papel histórico relevante que esse campo poderia desempenhar, evidentemente, é muito menor”. (2000a, pg. 178)

Há duas leituras teóricas que podem ser demarcadas, segundo Gaiger (2000a, pg. 178): 1- uma leitura de cunho mais engajado, mais militante, com o risco de uma euforia excessiva e uma mistificação; e 2- “outro tipo de leitura, de cunho mais analítico [...] mais acadêmico”, com o risco de se cair em um ceticismo que paralisa, com agravante, pois “é típico da direita, do pensamento conservador, apoiar a argumentação sobre a realidade existente”. (2000a, pg. 193) Gaiger procura o caminho do meio, sem cair “numa espécie de neopositivismo”, mas reconhece que “não se tem como evitar o risco de “ser um pouco bobalhão, para não ser de todo pessimista”. (2000a, pg. 179) E afirma que “ser realista não se contrapõe a ser utópico: porque significa visualizar a realidade que não é, mas que pode ser”. (2000a, pg. 192)

O conceito de economia solidária tem um papel heurístico e apresenta pistas e possibilidades de análise. Há, também, problemas: o risco de se projetar a realidade, o risco de

“ser usado como um instrumento de poder simbólico e, logo em seguida, de poder político (isto ocorreu em muitas situações históricas)” e em terceiro, o risco de se elevar muito as expectativas. (2000a, pg. 179-80)

Uma das dificuldades enfrentadas na transição para um sistema alternativo é “manter a dinâmica inicial de participação”, que ocorre pela “relação dinâmica entre as expectativas criadas e resultados tangíveis” e a “realimentação autônoma de expectativas e motivações” (2001, pg. 8) Em razão de eventuais percalços e da necessidade de entrada e saída livre dos empreendimentos solidários, “cabe então considerar que os projetos estejam mais abertos ao contexto do mercado capitalista [...] e se conectem mais diretamente com os valores e interesses imediatos. [...] O reconhecimento de outro [...] inclui admitir o pragmatismo que a cultura dominante tem impresso nas pessoas, ao menos como ponto de partida” (2001, pg. 9)

Outro desafio é o obstáculo ao espírito empreendedor causado pela cultura da dependência do financiamento público. Neste ponto, Coraggio é bastante cético quanto à possibilidade de se superar a condição passiva dos beneficiários — “normal é a manipulação simulando um intercâmbio dialógico”. Supor um diálogo entre iguais quando há alguma forma de manipulação das intervenções “pode minar a confiança que se requer para que se estabeleça um contrato claro desde o início: o promotor oferece determinados recursos se são usados de determinadas maneiras, a continuidade depende de certas regras de jogo bem estabelecidas. (2001, pg. 10)

Também é problemática a relação com o mercado. Neste sentido, deve-se ter uma visão mais ampla do que a venda de produtos, para abarcar a idéia de que o objetivo é o reconhecimento social do produto do trabalho, seja na compra e venda anônima dos produtos, na venda da força de trabalho (“algo que parece ficar fora de consideração na economia solidária ou social, mas que é parte fundamental da economia popular”), na compra e venda com dinheiro local e na troca por reciprocidade.(2001, pg. 10) De qualquer forma, “é impossível desenvolver um sistema de economia solidária efetivo e inclusivo em escala global sem incluir alguma forma de mercado dentro do sistema”. (2001, pg. 11)

A dificuldade do empreendimento associativo em ser situado entre a empresa privada e o serviço público retorna as questões sobre os problemas classificatórios. Em primeiro, tal esquema tripartite traz como suposição implícita a competição entre as esferas. Em segundo, o conceito de empresa privada tem um espectro muito amplo e não se presta como um contraponto eficiente. Em terceiro, “a unidade empreendimento associativo deve cruzar-se com a unidade doméstica e com a unidade classe social, se trata-se de desenvolver uma estratégia de resolução das necessidades dos trabalhadores”. (2001, pg. 12)

Da mesma forma que não é possível ter uma visão estreita sobre o mercado, tampouco pode-se ter em relação à economia social, que inclui: 1- setor associativo que produz para o autoconsumo comunitário; 2- setor associativo subsidiado pelo Estado; 3- setor associativo reivindicativo e em contraponto ao poder do Estado e das empresas capitalistas. Tais setores também devem passar pela prova do mercado — significa que os cidadãos e consumidores devam reconhecer sua importância. (2001, pg. 13-4)

Há que se fazer distinção entre a economia solidária no hemisfério geopolítico do Norte e no do Sul, pois as prioridades são outras. Enquanto o Norte prima por questões locais e ambientais, “na perspectiva do Sul há muito mais por fazer prévia ou simultaneamente em termos da democratização do Estado e do poder político [...] No Sul, ao menos, a questão de mudar a relação de poder [...] não pode ser limitada a uma nota de rodapé”. (2001, pg. 16)

Coraggio também vê com ressalvas o uso do empirismo, que teve um ressurgimento contemporâneo em paralelo com a “desvalorização pós-modernista da teoria” e provocou “uma busca desesperada de exemplos práticos em outras realidades [...] para sustentar as próprias idéias”. Em tais casos, “não é difícil cair na tentação de hipergeneralizar e de idealizar as práticas apresentadas ou selecionadas como “exitosas”, “boas” ou “melhores” e pretender transplantá-las ou adaptá-las aos contextos.”. (2001, pg. 2) Mas dois anos depois ele mesmo observa que “nós não podemos fazer a mudança social apenas com idéias, nós precisamos nos apoiar na realidade”, como é o caso da expansão observada da economia popular. (2003b, pg.38-9)

Mesmo levando em consideração os riscos acima apontados, Gaiger (2003a, pg. 1), no artigo “A economia solidária frente a novos horizontes”, nota a aceitação da economia solidária enquanto projeto empiricamente em realização — “a expansão da economia solidária é inquestionável”. Tal fato decorre de uma dupla origem: “se por um lado, os seus protagonistas diretos encontram-se pressionados pela crise estrutural do mercado de trabalho, por outro vêm-se motivados pela ação mobilizadora de movimentos sociais, parcelas do sindicalismo e inúmeras entidades civis”. Além disso, “estímulos adicionais decorrem do importante efeito demonstrativo das experiências já existentes”. Vive-se um momento “portador de futuro”: “O balanço do período recente indica ter havido um processo de experiências modelares, tanto de alternativas de organização dos empreendimentos quanto de mecanismos de sustentação”. (2003a, pg. 10)

A cooperação e a autogestão não são somente ordenamentos éticos ou culturais — “em determinadas circunstâncias, os empreendimentos associativos logram consolidar-se e

alcançar níveis de acumulação que os habilitam a um processo de crescimento endógeno”. (2003a, pg. 4)

Gaiger insiste que a economia solidária tem seu centro de gravidade em um “espaço intermediário, híbrido e relacional”, que pode ser postulado como uma “esfera pública não-estatal” ou, ainda, “um espaço público autônomo. (2003a, pg. 15)

A diversidade é uma característica intrínseca à economia solidária, pois “o principal conjunto de experiências e de fomentos ao solidarismo econômico popular, gerado nos últimos dez anos, ambienta-se nas redes movimentalistas. Tais redes, [...] não obstante ser apelo universalizante, estão circunscritas a um determinado círculo de representações e relações”. (2003a, pg. 16) Esta visão de economia solidária enquanto em andamento gera a necessidade premente de vencer as “barreiras do pensamento e da prática política” e de “derrubar fronteiras artificiais”, “num processo contínuo de fracionamento e recomposição” de identidades, estabelecendo conexões horizontais. Em suma, trata-se de “caminhar decididamente para convergências inclusivas, que sustentem uma ampla integração sistêmica da economia solidária, de modo a convertê-la em base social e econômica efetiva tangível de uma nova construção política hegemônica”. (2003a pg. 2)

O Estado parece também entrar em cena. “Uma questão política, portanto, de escolha entre modelos desenvolvimento, de chamada e fortalecimento de novos atores sociais e de direcionamento dos recursos públicos. Seu avanço requer que a questão seja assimilada pelas instituições políticas e se reflita na conduta do Estado e nas opções de governo”. (2003a, pg. 6)

Quanto à convergência do novo solidarismo enquanto movimento, a aproximação em redes parece estar ligada a um “imaginário anticapitalista que as move”, ao estabelecimento comum de um novo campo de práticas e à difusão de uma nova práxis do trabalho.(2001, pg. 6)

Gaiger nos diz que o conceito de modo de produção representa a forma estruturante de cada sociedade. A economia solidária, não sendo outro modo de produção, é um modo de produção subsidiário, semelhante à economia camponesa, “capaz de dispor de margens de autonomia apreciáveis, ao ocuparem os interstícios do processo capitalista”. (2004a, pg. 4) Assim como o campesinato, “reproduz-se a si mesmo, mas não à sociedade inteira”. Em suma, “a economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, no melhor dos casos as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento”. (2004a, pg. 7).

De qualquer forma, pode-se posicionar que, se o movimento tem traço anti-capitalista, ele está logrando êxito, pois “a conclusão essencial está no fato de que os EES propiciam, em alguns casos, a existência de relações sociais antagônicas ao capitalismo e, em muitos casos, preservam ou revitalizam relações sociais não capitalistas”. (2004b, pg. 394)

Como raciocinar socialmente? Tal questão não é abordada de modo direto, mas Gaiger nos dá pistas: “este espírito distingue-se da racionalidade capitalista — que não é solidária e tampouco inclusiva — e da solidariedade popular comunitária — desprovida dos instrumentos adequados a um desempenho sócio-econômico que não seja circunscrito e marginal”. (2004a, pg. 7)

Ao avaliar as teorias da transição do modo de produção, Gaiger nota a importância dos elementos sócio-culturais. “Seja como for, a introdução de novas forças produtivas, em antítese às que sustentam o modo material de produção predominante, é um processo eminentemente social, [...] não um fruto instantâneo da materialidade”. (2004a, pg. 15) “Assim, a nova forma social de produção é quem deu o impulso definitivo à transformação da base material. Essas não se modificaram em razão de alguma inexorabilidade histórica, mas em resposta a uma nova lógica social”. A transição requeriria a socialização de novas práticas e assumiria a forma de transição cultural no processo de novo acomodamento entre “possibilidades objetivas e capacidades subjetivas de utilizá-las”. Estabeleceria, progressivamente, novas forças produtivas — que incluem “recursos e faculdades intelectuais, o estado geral de conhecimento, sua difusão na população, a adoção e manuseio das técnicas, a capacidade de organização do processo produtivo, etc”. (2004a, pg. 12)

A temporalidade do solidarismo econômico se revela como histórica em “Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil”, com a gestão da economia solidária deixando de ser vista como em seus primórdios. “O solidarismo econômico entre os trabalhadores vem de longa data e materializa-se num conjunto heterogêneo de experiências de diferentes proveniências, em época e lugar, a formar uma história por fios que se entrelaçam em determinados momentos”. (2004b, pg. 373) Tendo isto em vista, Gaiger identifica causas propulsoras: 1- trunfos ou desvantagens da categoria social dos trabalhadores; 2- condição de necessidade dos trabalhadores; 3- grau de adesão aos princípios do solidarismo; 4- competência desenvolvida pelo empreendimento para alavancar recursos externos. “Uma vez atendida essa equação e posto em marcha o empreendimento, a questão fundamental reside em saber como ativam-se mecanismos de retroalimentação”. Tal processo é realizado em múltiplos circuitos, embora chame a atenção a importância da prática da gestão partilhada (inibe a redivisão social do trabalho, via ambiente de confiança mútua, e predispõe ao zelo) e

da prática do trabalho partilhado (polivalência, flexibilidade e desnaturalização da divisão técnica de trabalho). (2004b, pg. 388-9)

A análise macroscópica revela seis circunstâncias que contemporaneamente tem favorecido a emergência de empreendimentos econômicos solidários: 1- a presença de setores populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classe; 2- existência de organizações e lideranças populares genuínas; 3- compatibilidade dos empreendimentos associativos com as práticas de economia popular; 4- presença de entidades e grupos de mediação; 5- estreitamento das possibilidades convencionais de geração de renda; e 6- cenário político e ideológico que reconhece novas demandas sociais.

Assim sendo, Gaiger acha “contraproducente a insistência em explicar a economia solidária a partir dos movimentos de capital”, pois “um melhor caminho seria focalizar as análise na história dos trabalhadores, no seu passado de experiências, de organização, de liderança, nas suas expectativas e no seu senso prático”. (2004b, pg. 380) Mesmo condições negativas ao extremo, “só aparentemente bastam para acender o estopim [...] Aparentemente apenas, pois em verdade encontraram, nesses casos, uma identidade operária ativa, formada em lutas passadas e em práticas solidárias de classe, no trabalho e na vida cotidiana”. (2004b, pg. 378) Além disso, sem a presença reforçadora das outras circunstâncias supracitadas além da dimensão econômica, “a busca premente de alternativas de sobrevivência degenera rapidamente em formas depauperadas de economia popular, quando não se degrada em atividades clandestinas e em delinquência.”(2003b, pg.137)

2.4.3- A utopia em Coraggio e Gaiger

A utopia de Coraggio é a possibilidade de todos terem acesso a uma “reprodução ampliada da vida”. Difere da reprodução simples da vida — “mantimento da vida dos membros de uma unidade doméstica a um nível historicamente variável [...] moralmente aceito como o mínimo para a reprodução”, à medida que apresenta uma “melhoria estrutural da qualidade de vida” (2000, pg. 104). Esta “pode melhorar por alguma mudança, precisamente, na qualidade do consumo, nos padrões de relação social, nas condições de habitabilidade”. (2000, pg. 105)

A economia do trabalho, proposta por Coraggio, não é um novo sistema totalizador para substituir o capitalismo, mas um sistema misto composto de três subsistemas (público, empresarial e popular). “Estamos falando, sim, de um setor da economia que esteja estruturado, organizado e autoregulado para obter a reprodução ampliada de todos os

membros da sociedade”. (2000, pg.112) De qualquer forma, posteriormente Coraggio (2003b, pg.50) observa que “o sistema capitalista está em uma etapa de transição final”.

Sem descuidar dos equilíbrios macroeconômicos, tal sistema deverá prestar atenção, sobretudo, “aos equilíbrios sociais e aos equilíbrios psíquicos, encarnando outro conceito de interesse individual, de sentido da vida”. Não se deverá, para isto, eliminar o sistema empresarial capitalista. “Mas, ao contrário, que ele deve se desenvolver em situação contraditoriamente complementar com as instituições e poderes capitalistas”. O horizonte de tempo para as transformações é relativamente curto. “Não estou pensando para o próximo milênio. Não estou pensando para o próximo século. Estou pensando para os próximos vinte anos”. Mesmo assim, “se o objetivo é conseguir, dentro de uns vinte anos, o desenvolvimento de uma economia do trabalho, estamos diante de um projeto transgeracional”. (2000, pg. 123-4)

Sendo o objetivo a reprodução ampliada da vida, Gaiger mostra que há uma mudança no sentido de viabilidade, eficiência e eficácia. A viabilidade deve ser estendida para abarcar a manutenção do emprego de todos. A eficiência deve levar em consideração fatores ecológicos e sociais. Por último, a eficácia é mensurada pela consecução da reprodução ampliada e não pela acumulação econômica. (2000a, pg. 183) Esses novos sentidos estariam associados a “um tipo de racionalidade econômica diferenciado, em que “o solidarismo e a cooperação no trabalho propiciam fatores de eficiência”. (2000a, pg. 183) — via de regra, os empreendimentos bem-sucedidos são aqueles em que há uma uniformidade de interesses e em que o pessoal pega junto” (2000a, pg. 183) Dentre as vantagens arroladas do trabalho associativo, cita-se: transferência de saberes, menor rotatividade, maior comunicação, maior facilidade de identificar problemas, maior envolvimento e maior vigilância. Tais vantagens geram “o círculo virtuoso de trabalho cooperativo”, “círculo em que há um estímulo moral, além do próprio estímulo material”. (2000a, pg. 184-5; 2000b, pg.278-9) Mas não se deve perder de vista que, segundo o próprio Gaiger (2000b, pg.275), em mapeamento das experiências, “os empreendimentos mais desenvolvidos são invariavelmente pródigos em linhas de contato e articulação, tendo sabido atrair assessorias e apoios de diversos tipos, o que lhes confere maior autonomia e um círculo maior de interlocução.”

Os empreendimentos econômicos solidários que conduzem estes processos são definidos em torno de oito princípios: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autosustentação, responsabilidade social e desenvolvimento humano. Entretanto, não há um formato ideal de empreendimentos econômicos solidários, mesmo que contendo os oito princípios arrolados, uma vez que há grande diversidade no campo solidário. Uma

possível tipologia dos empreendimentos é construída a partir dos seguintes aspectos: a) caráter essencial ou complementar, intensivo ou extensivo, permanente ou sazonal dos empreendimentos para a vida material dos associados; b) ênfase em aspectos sociais ou viabilidade econômica; c) processo material de trabalho herdado ou de livre definição democrática; d) grau de independência de agentes econômicos externos; e e) grande socialização do empreendimento, de cooperação no trabalho e autogestão. (2004b, pg. 384-85)

As experiências mostram que o elemento comum é a emancipação do trabalho. Além disso, “tais empreendimentos funcionam alternativamente como comunidades-projeto, nos quais vem ancorar-se a flexibilidade crítica dos indivíduos, propiciando-lhes um distanciamento do sistema, num processo de subjetivação auto-referenciada, no qual ganham sentido e corpo outras identidades e outros horizontes éticos”. (2004b, pg. 395)

As vantagens cooperativas tornam-se “a mola-mestra da eficiência econômica”. Esta é chamada por Coraggio de eficiência social, em contraponto à eficiência empresarial. Ao invés de orientar-se para acumulação e poder, volta-se para as necessidades sociais e vende produtos com diferentes relações sociais de produção e aspectos de qualidade de vida” (2001, pg. 14) Embora os preços obtidos tenham de ser sustentáveis, “o fundamental está [...] em fazer outra gestão do sistema de necessidades, em vincular de outra maneira necessidades de demandas de ‘satisfatores’ específicos” (2001, pg. 14)

A noção de eficiência também é utilizada para explicar as externalidades positivas, sob a variante de eficiência sistêmica. Esta remete aos efeitos de bem-estar duradouros para a sociedade gerados pelos empreendimentos econômicos solidários, como a sustentabilidade ambiental, a realização de benefícios sócio-econômicos em seu entorno e a organização de mobilizações sociais. (2003a, pg.125-129)

Embora os empreendimentos solidários não imponham mecanismos de exploração dos trabalhadores, não chega a configurar um novo modo de produção — o processo de trabalho, do ponto de vista material, não se distingue do capitalista. Apesar disso, constitui-se outra “forma social de produção”, pois “as relações sociais que se estabelecem nesse processo material de trabalho são diferentes” (2000, pg. 188)

Em linha com Coraggio, Gaiger afirma, como hipótese, que a economia solidária é “uma forma social de produção que, por longo tempo, vai no máximo conviver com outras formas e, talvez, se consolidar conforme sua expectativa”. (2000a, pg. 197)

Gaiger (2004b, pg. 14 e 8) demonstra oscilação entre otimismo futuro e realismo presente, ao ponto de dizer que “a economia solidária é basicamente uma nova

experimentação” e, “ao mesmo tempo, a evolução das experiências já existentes, atestando sua viabilidade e sua capacidade de gerar benefícios para seus membros e seu entorno, despertou a sensibilidade de intelectuais e ativistas, gerando um clima francamente otimista.”

2.5- Síntese das Abordagens

Com o intuito de facilitar a comparação entre os autores analisados, desenvolvemos o Quadro 2, que sintetiza os principais elementos teóricos presentes nos autores acima analisados.

Quadro 2. Síntese das abordagens.

| | CRÍTICA | TRANSIÇÃO | UTOPIA |
|--------|---|--|--|
| Singer | Desemprego Alienação | Políticas compensatórias Fases de experimentação Acumulação autônoma Apoio do Estado e agências Sustentabilidade cooperativa Autogestão Efeito Militância | Fim da exclusão Renda cidadã Homem racionalmente cooperativo e solidário Socialismo |
| Arruda | Crise civilizatória Ethos competitivo Opressão Crescimento Ilimitado | Desconstrução e reconstrução conceitual Ciência e educação da práxis Despertar da espiritualidade Emancipação do trabalho Ocupação de espaços (econômico, político, informativo e cultural) Cooperativa autogestionária | Retomada do caminho evolutivo Ter o suficiente Desenvolvimento de dimensões superiores Reconceituação do trabalho Economia amorosa |
| Mance | Insustentabilidade Paradigma da escassez Estreitamento das possibilidades | Consumo solidário Autopoiése de ações locais Organização em rede Uso de tecnologias Reorientação dos gastos estatais Coordenação Mundial Revolução molar e molecular Organização de cadeias produtivas | Colaboração solidária Geração de empregos Sustentabilidade ecológica Redução da jornada Aumento da poupança interna Distribuição da riqueza Desconcentração geográfica Melhor enfrentamento das incertezas e riscos |

| | CRÍTICA | TRANSIÇÃO | UTOPIA |
|-----------------|---|---|---|
| Coraggio/Gaiger | Crise da reprodução continuada Anomia Homogeneização simbólica do bem-viver | Sinergia de ações locais e intelectuais Revalorização do nacional Pluralismo de iniciativas Diversidade de formas de organização Mudança na relação de poder Importância dos movimentos sociais Redes de solidarismo econômico Ênfase no curto prazo | Reprodução ampliada da vida Viabilidade de manutenção de empregos Emancipação do trabalho Nova racionalidade |

O Quadro 2 apresenta, portanto, uma matriz teórica na qual se desenvolve a economia solidária no Brasil. O desenvolvimento teórico desta matriz não ocorre de modo semelhante às ciências ditas duras, em que questões específicas são debatidas e falseadas, estabelecendo fronteiras de avanço científico. A economia solidária, em sua caracterização teórica, desenvolve-se em interação com os movimentos sociais e agentes externos, pelo interesse em difusão da economia solidária. Por esta razão, a teoria é influenciada pela bricolagem presente nos agentes responsáveis pelas aplicações. Não há avanço linear, tampouco fronteiras. Os autores analisados são fornecedores de idéias, ferramentas e ‘matérias primas’ para as práticas sociais e para novos ensaios em economia solidária. Forma-se um universo variado de componentes, combinados com relativa liberdade e aleatoriedade com vistas à adequação aos momentos históricos e aos campos de debate.

Entretanto, a presença marcante da bricolagem na economia solidária não extingue as divergências e as diferenças entre os autores fundadoras — embora estes mesmos sejam cautelosos no que se refere às críticas e são conscientes da necessidade de atuarem em conjunto em seus itinerários intelectuais.

Tanto a bricolagem, como as marcas individuais, não impedem que sejam reconhecidos pontos de consenso no corpo teórico. O principal deles diz respeito à emancipação do trabalho e à desalienação dos trabalhadores, ainda que nem todos concordem com a concepção de centralidade do trabalho. Outro ponto comum é entendimento, em maior ou menor grau, de que as revoluções devam ser feitas de “baixo para cima” e não de “cima para baixo”.

Em se tratando de um conjunto de conhecimentos utilizado por meio de bricolagem, é preciso fazer uma distinção entre diferença e divergência entre os autores. Como **diferença**,

entenderemos a ênfase que determinado autor coloca na ação solidária. Por exemplo, em um horizonte temporal curto, Singer e Mance são autores diferentes, pois o primeiro enfatiza a produção solidária, enquanto o segundo enfatiza o consumo solidário. Singer não é contra o consumo solidário, nem Mance é contra a produção solidária, pelo contrário, a autogestão é parte da teoria de Mance. Assim, as diferenças apresentam componentes teóricos que não se contradizem na visão dos agentes que estão à frente das práticas sociais, mas que podem ser somados em bricolagem. E o quê seria uma **divergência**? Quando estendemos o horizonte temporal de análise para o longo prazo, notamos que as mesmas variáveis, produção solidária e consumo solidário, demonstram divergências entre os autores. Para Singer, o consumo solidário tem alcance limitado a uma pequena fração da sociedade, e apesar de ser positivo, é incapaz de promover qualquer mudança de natureza estrutural. Para Mance, a ênfase na produção solidária, por sua vez, não elimina a concorrência predatória entre unidades de produção, tampouco incentiva o bem-viver coletivo.

Os agentes sociais que buscam na teoria inspiração para seus vetores de ações o fazem com um horizonte temporal curto, circunscrito em um campo limitado por projetos pessoais, recursos escassos no tempo e prazos. O grupo que luta pela sua sobrevivência vive um horizonte temporal curtíssimo em seus planos e estratégias, sendo assim, pouco afeito aos rigores metodológicos de utopias bem pensadas. Sob tal pressão, as divergências entre autores desaparecem e restam diferenças acionadas conjuntamente por meio de bricolagens.

Raciocínio semelhante à dimensão temporal pode ser aplicado à dimensão espacial. No nível da localidade, muitas das divergências entre os autores se diluem e as diferentes propostas são combinadas de acordo com as disponibilidades de recursos humanos e financeiros. Quando estratégias locais são ampliadas e alcançam dimensões globais, as divergências ressurgem.

Cabe lembrar, também, que uma fonte de divergência adicional é a recusa de se pensar prazos mais longos e espaços mais amplos, postura esta que assume a forma de um empiricismo e de um realismo, em oposição ao espectro teórico mais idealista. Neste ponto, convém alertar que o esforço de construção de tipologias da economia solidária tem estado focalizado sob a metodologia empiricista, buscando, assim, traços distintivos na própria realidade dos empreendimentos. Isto tem gerado um viés localista e imediatista, que enfraquece aquilo que em nossa opinião é a dimensão mais preciosa da economia solidária, a saber, a dimensão de projeto sócio-econômico transformador.

O ponto de partida empírico das tipologias “atropela” a necessidade de se respeitar o “concreto pensado” de Marx, além de tornar menos densa as teorias de economia solidária. É

preciso partir de outros pontos de partida, que abarquem horizontes temporais e espaciais mais amplos. Não há outra possibilidade para os campos intelectual, estatal e coordenador, cujo foco de ação não é localista nem imediatista, mas está centrado exclusivamente em dois elementos: 1- a construção do melhor projeto; e 2- a elaboração da trajetória otimizadora para este projeto. Não podemos esquecer, entretanto, que estamos tratando de uma ciência da práxis: os elementos formadores destes projetos e trajetórias são mediados pela realidade.

Feitas as ressalvas acima, podemos elaborar um novo quadro que busca identificar apenas os elementos divergentes entre os modelos hipotéticos subjacentes aos autores. É preciso levar em conta que as definições abaixo apresentadas não são exaustivas, mas meramente ilustrativas das ênfases dadas pelos autores quando comparados, bem como das tendências e probabilidades associadas às idéias. Em outras palavras, este quadro não deve ser visto enquanto apreensão rigorosa do pensamento dos autores, mas como exemplo de uso da tipologia apresentada, caso contrário poderá ser extremamente grosseiro e errôneo.

Quadro 3. Síntese da Teoria da Transição dos Autores.

| | Singer | Arruda | Mance | Coraggio/Gaiger |
|-------------------------|---------------------|---------------------|----------------------|-------------------------|
| Horizonte Temporal | Longo | Infinito | Médio | Curto |
| Sentido Temporal | Unidirecional | Bidirecional | Unidirecional | Bidirecional |
| Papel do Estado | Apoiador | Regulador | Acessório | Interventor |
| Desencadeador | Produção | Educação | Consumo | Produção |
| Catalisador | Força Política | Amorização | Redes | Intercompetição |
| Economia Final | Heterogênea | Homogênea | Homogênea | Heterogênea |
| Redistribuição de Renda | Média | Média | Forte | Fraca |
| Homem Inicial | Alienado | Egoísta | Irracional | Necessitado |
| Homem Final | Solidário | Amoroso | Solidário | Saciado |
| Crescimento | Ilimitado | Limitado | Ilimitado | Ilimitado |
| Efeito Militância | Direto | Direto | Indireto | Indireto |
| Ponto de Partida | Crise Neoliberal | Crise Civilizatória | Crise do Capitalismo | Subdesenvolvimento |
| Papel da Tecnologia | Destruição Criativa | Emancipatória | Emancipatória | Destruição Criativa |
| Redução da Incerteza | Micro e Macro | Macro | Micro e Macro | Micro |
| Arrefecedor | Degeneração | Entropia | Entropia | Fragilidade |
| Obstruidor | Poder Privado | Infra-humano | Inexistente | Poder Público e Privado |
| Metodologia | Histórico- | Evolucionista | Racionalista | Empiricista |

| | | | | |
|--|----------------------------------|--|--|--|
| | Estruturalista (Materialista) | | | |
|--|----------------------------------|--|--|--|

Antes de comentarmos o Quadro 3, item por item, a fim de compreender a matriz teórica que compõe a teoria da economia solidária brasileira, é preciso notar que ela explicita a coerência dos autores no aspecto da consistência lógica de suas teorias.

A metodologia histórico-estruturalista, ao observar a luta de classes, nota o poder privado enquanto obstruidor. O ponto de partida é, em consequência, a crise neoliberal, que enfraquece a classe trabalhadora. Esta se encontra alienada e sem forças de reação endógena. Depende de militantes e do apoio do Estado, para que se organize em produção autogestionária e detenha os meios de produção. A propagação das formas cooperativas de produção, no longo prazo, gera crescimento econômico contínuo, reduz a incerteza, dá continuidade ao progresso tecnológico capitalista e distribui renda, mas tem de lidar com o risco da degeneração.

A metodologia evolucionista resgata a tendência biológica amorosa dos homens, que é ameaçada em razão de uma crise civilizatória, que obstrui a natureza humana e realça o egoísmo humano. Por meio da educação é preciso superar o egoísmo, com ajuda de um Estado regulador, de distribuição de renda, do esforço militante, de uma tecnologia emancipatória, de um processo natural de amorização e da limitação do crescimento. Entretanto, é preciso estar alerta para o risco da entropia subtrair as capacidades de transformação do ser humano.

O mesmo risco apontado acima é encontrado na coerência da metodologia racionalista, para a qual a tecnologia tem papel emancipador ainda mais realçado, ao propiciar a emergência de novas formas de organização de consumo e de produção, que independem do Estado e da militância e não possuem forças obstruidoras, dando um caráter inexorável a emergência da economia solidária, retirando o ser humano de sua condição irracional, tornando-o solidário e superando as falhas estruturais do capitalismo.

Por último, a metodologia empiricista tem sua coerência fundamentada num horizonte temporal curto, na heterogeneidade de formas de organização produtiva e na coexistência entre economias, com consequente fraca distribuição de renda. O ponto de partida é o subdesenvolvimento, cujos problemas podem ser minimizados por meio de geração de renda autônoma, em projetos que concorrem no mercado. Os obstruidores são os setores públicos e privados, cujas lógicas dominadoras prejudicam o desenvolvimento dos grupos locais. Porém,

não dispensa um Estado interventor com o objetivo de assegurar condições macroeconômicas favoráveis a boa gestão microeconômica, que reduz incertezas neste nível.

Observa-se que pode haver novas teorias de economia solidária com consistência lógica entre seus elementos, diferente das observadas pelos autores. A identificação das diferentes possibilidades, embora importante de ser realizada, foge ao escopo deste trabalho por causa de suas grandes dimensões. Além disso, uma vez que este trabalho é um estudo de caso, que fornece elementos para estudar a aderência da economia solidária, parte-se exclusivamente da exposição, e não da prospecção, da consistência lógica das teorias, para em seguida efetuar a observação da razoabilidade dos pressupostos, a ser realizada no quarto capítulo e em texto conclusivo.

i) Horizonte Temporal

Uma teoria sobre economia solidária pode dispor de diferentes horizontes temporais, mensurados a partir dos efeitos de suas ações iniciais postuladas até o tempo referencial utópico. Alguns corpos teóricos, como por exemplo o de Coraggio e Gaiger, são mais imediatistas em suas concepções, ou seja, possuem um horizonte temporal **curto**. Neste caso, há interpretações que são contrárias à economia solidária de perfil de longo prazo, por considerá-la demasiadamente utópica e ineficaz para apresentar uma agenda de transformação que resolva problemas urgentes.

No caso de um horizonte temporal **médio**, entende-se que a transição esperada não ocorre baseando-se nas necessidades urgentes, mas é pautada por ações possíveis e desejáveis, que embora não sejam desenvolvidas rapidamente, estão prontas para serem iniciadas e não precisam aguardar o avanço de outras medidas e a evolução de outras variáveis.

O horizonte temporal **longo** tem como característica a dependência de transformações estruturais na sociedade para que se desencadeie plenamente as ações da economia solidária. É preciso lembrar, entretanto, que isto não significa que não desenvolva uma agenda momentânea. Porém, tal agenda, à medida que deve compartilhar ações estruturantes de formação com ações imediatistas de sobrevivência do público alvo, pode tornar opaca a ênfase na transformação presente, daí sua natureza de longo prazo.

Um último tipo arrolado de horizonte temporal é o **infinito**. Neste caso, a luta pelo desenvolvimento da economia solidária é a luta pela própria evolução humana, que nos marcos teóricos de Arruda aqui destacados (que por motivo da tipologia ‘forçada’ ignora o reconhecido esforço ativista do autor), é assumido pelo imperativo de afirmar a natureza

amorosa da espécie e o desenvolvimento de aptidões supra-humanas. Este é um componente que escapa ao tempo de vida dos indivíduos e ganha uma dimensão intergeracional e, portanto, infinita.

ii) Sentido Temporal

Chamamos de sentido temporal à concepção de sentido de desenvolvimento da economia solidária ao longo do tempo, ou seja, sua trajetória. Simplificamos a hipóteses possíveis para os sentidos em apenas duas, unidirecional e bidirecional.

No caso **unidirecional**, a economia solidária se desenvolve de modo previsível, em expansão contínua, com a tendência de superação completa do capitalismo quando a variável temporal tende ao infinito. Quando o sentido é unidirecional, o problema de se conhecer a trajetória ótima da economia se assemelha aos problemas clássicos de teoria de controle, como a determinação da trajetória de um projétil. O sentido unidirecional é embasado por meio de duas concepções distintas. Em primeiro, baseia-se nas concepções de economia solidária baseadas na racionalidade do ser humano, que consome e produz solidariamente a fim do bem-viver coletivo e supera a alienação e a ignorância. Em segundo, fundamenta-se no materialismo histórico, que, simplificadamente, sugere a superação de sistemas econômicos por meio de mecanismos dialéticos.

Já o sentido **bidirecional** afasta as tentativas de sínteses teóricas capazes de apresentar modelos que tornam possível a captação do sentido. O termo bidirecional, para não falar de multidirecional, reconhece a possibilidade de coexistirem avanços com recuos, mudanças de ritmo e alterações de pontos iniciais e finais. Na economia solidária, implica reconhecer que há inúmeras conseqüências inesperadas ou não-planejadas das ações, que afetam a totalidade social e exigem adaptações no corpo teórico. Daí a importância da práxis, por facilitar o fluxo de comunicação de resposta e atualizar rapidamente a teoria.

iii) Papel do Estado

A função do Estado na economia solidária é um tema diverso e, por vezes, polêmico. A origem das divergências emerge da maior ou menor crítica ao Estado paternalista e assistencialista, por um lado, que gera homens alienados e dependentes das estruturas estatais, e ao Estado neoliberal, por outro lado, que renuncia suas funções e delega-as a supostos

mecanismos equilibradores de mercado. A força destas duas críticas determina o campo possível do papel do Estado sugerido na teoria da economia solidária.

O papel **interventor** do Estado é enfatizado nos autores que vêem maior risco no Estado neoliberal, cujas conseqüências nas últimas décadas foi o empobrecimento das populações latino-americanas, entre outras. O Estado deve intervir no apoio às famílias carentes — garantindo-lhes condições seguras de sobrevivência em um primeiro momento —, na geração de empregos e na sustentação da qualidade de vida das pessoas, tendo em vista a reprodução ampliada da vida. No que definimos como papel interventor do Estado, há uma preocupação menor com as críticas às posições assistencialistas do Estado, uma vez que se reconhece o caráter emergencial e intransferível das ações necessárias.

Já o papel **regulador** do Estado remete mais a questões de ordem macroeconômica do que de ordem microeconômica — esta última está mais associada ao papel interventor. A necessidade de regulação é imprescindível para a expansão da economia solidária, sem a qual não há condições adequadas para o desenvolvimento econômico e cuja falta tem como conseqüência o enfraquecimento da dinâmica evolutiva da economia solidária.

O papel **apoiador** do Estado não discute explicitamente os aspectos regulatórios micro ou macroeconômicas, mas se preocupa mais com a crítica do Estado paternalista e assistencialista, mais especificamente realçando a ineficiência das ações de cima para baixo e a importância do empoderamento dos indivíduos, que devem aprender a discutir, a pensar e a se autogerir, características indispensáveis para o bom funcionamento da economia solidária. Para tal, o Estado deve apoiar incentivando o fluxo de comunicações entre os grupos, motivando as pessoas a se empoderar e fomentando o espraiamento da cultura democrática em todas as dimensões da vida.

Por fim, o papel **acessório** sugere a não necessidade direta do Estado para o desenvolvimento da economia solidária. Neste caso, o Estado tem a função somente de acelerar as transformações econômicas conduzidas pela economia solidária, desenvolvida de forma autônoma à esfera estatal. Temos, portanto, uma escala do grau de participação do Estado na economia solidária, de mais para menos: Estado interventor, Estado regulador, Estado apoiador e Estado acessório.

iv) Desencadeador

O elemento desencadeador é a principal ação de origem que se concatena posteriormente com o conjunto de transformações estruturais e comportamentais associadas à

economia solidária. Trata-se de pensar como se começa a economia solidária, entendida como um conjunto de atos de produção, consumo e educação, que uma vez postos em desenvolvimento se interagem em sinergia.

A **produção autogerida** adquire o caráter de desencadeador à medida que é responsável por capacitar os trabalhadores à elaboração de uma práxis que possui resultados concretos na percepção, pelos indivíduos, das estruturas dominantes do capitalismo e do esforço necessário para superá-las. Na produção autogerida, o trabalhador se desaliena e se percebe enquanto sujeito histórico responsável pelas transformações. Com uma nova visão de mundo, ele transforma seu consumo acrítico em consumo consciente e solidário e reelabora os procedimentos educacionais, a fim de livrá-los das restrições instrumentais reiteradas pelo sistema capitalista.

Já o **consumo solidário** enquanto desencadeador sugere um outro ordenamento empírico ou maximizador das ações solidárias. As transformações têm origem nas mudanças das práticas de consumo dos indivíduos. No momento em que tomam consciência da necessidade de reorientar seus fluxos de consumo com o objetivo de proporcionar maior bem viver para si e para todos, os indivíduos passam a comprar produtos feitos por meio de produção autogerida, que garante maior respeito ao trabalhador e incentivo aos procedimentos democráticos. Ademais, o consumo solidário também produz transformações na educação, pois desperta para a necessidade de se conhecer em que condições são realizadas a reprodução da vida material, além de fomentar maior sensibilidade, compromisso e respeito mútuo entre as pessoas, exigindo uma educação que resgate valores morais e éticos.

A **educação** enquanto desencadeador se baseia na idéia de que para sustentar a cultura da autogestão e a capacidade crítica inerente ao consumo solidário faz-se preciso que os sujeitos estejam preparados cognitivamente e amorosamente para viver em grupos em harmonia e para consumir em razão do bem-viver.

v) Catalisador

Vimos, no item anterior, a importância dos elementos desencadeadores para a construção da economia solidária. Agora, analisaremos brevemente a existência de catalisadores, elementos responsáveis pela aceleração do processo de transformações esperado. Se não fossem os catalisadores, faltaria força propulsora necessária para tornar crível uma outra economia e para superar as forças conservadoras.

Um primeiro catalisador que a literatura aponta é a própria **intercompetição** entre os diferentes sistemas econômicos que coexistem em diversidade. Isto opera como um catalisador, à medida que impõe um padrão de eficiência e qualidade às cooperativas e empresas autogeridas que deve ser necessariamente alcançado, sob pena de se ver a sustentabilidade delas ameaçada. A intercompetição não se dá somente nas unidades microeconômicas, mas também significa uma concorrência entre sistemas, pela primazia da organização das atividades econômicas, tanto em aspectos de produção como de consumo. As redes de cooperativas competem com redes de empresas em ganhos de escala, intercessão no poder político e defesa de determinados padrões de vida. A intercompetição é um catalisador importante neste sentido, pois impõe um ritmo de desenvolvimento à economia solidária e uma necessidade de inovação e aprimoramento constante.

Outro elemento catalisador bastante comentado na literatura é a organização em torno de **redes**. Em geral, o que se busca destacar neste caso é a exigência de uma “densidade” mínima de experiências em torno de um agrupamento econômico. Enquanto, por um lado, uma cooperativa isolada tem uma grande probabilidade de definhar, por outro lado, quando organizada em rede, surgem novas possibilidades de produção, consumo, gerenciamento e troca de experiências, que dão sobrevida às cooperativas quando se conectam e, após conectadas, engendram uma dinâmica de sustentação endógena na rede de cooperativas criada.

A **força política** é lembrada como elemento catalisador quando a sociedade é vista sob um prisma de luta de classes. Neste caso, a propriedade privada e a concentração dos capitais fundamentam a rivalidade entre os capitalistas e os trabalhadores. Quando os capitalistas tomam o poder, este é utilizado de modo indesejável aos trabalhadores, retirando seus direitos. Por outro lado, quando são os trabalhadores que estão no poder, há um esforço para garantir os direitos das classes trabalhadoras. Assim sendo, deve-se compreender a força política enquanto catalisador em virtude de seu papel central na defesa do operariado, que se organiza em cooperativas autogestionárias.

Um último elemento considerado como catalisador é o processo de **amorização**. Seres humanos mais amorosos aceleram as transformações almejadas pela economia solidária em todos os campos. Na produção, o amor reforça a aptidão autogestionária. No consumo, torna desejável naturalmente o consumo solidário, feito sem força de coerção moral. Na relação entre os seres humanos, supera a desconfiança e o egoísmo, tornando possível a passagem para o sistema econômico traçado pela economia solidária.

vi) Economia Final

A utopia elaborada como referencial teórico e imaginário para as metas e objetivos da economia solidária produz uma composição para o estado final em que o sistema econômico deve-se encontrar após o desenvolvimento pleno da economia solidária. Duas são as conformações observadas na literatura, a saber, um sistema econômico heterogêneo e um homogêneo.

No caso **heterogêneo** não haveria predominância das formas padrões da economia solidária, mas sim uma coexistência entre empresas capitalistas, microempreendimentos individuais e cooperativas autogeridas. De acordo com tal cenário, estas unidades de acumulação competiriam entre si, garantido a evolução tecnológica, as inovações mais gerais e a manutenção da liberdade dos indivíduos escolherem qual sistema econômico aspiram.

Já no caso **homogêneo** ocorreria a superação de formas capitalistas de produção, que seriam deixadas de lado por causa de seu anacronismo, de sua incompatibilidade com o ser humano solidário que foi gestado ao longo do tempo e de sua incapacidade de se sustentar no novo sistema econômico erguido sobre os princípios da economia solidária.

vii) Redistribuição de Renda

A economia solidária, em qualquer de suas vertentes, pressupõe a redistribuição de renda, o que a diferencia marcadamente das teorias econômicas de cunho liberal. Resta saber, porém, qual grau redistributivo é necessário para que se efetivem as transformações esperadas.

Pode-se esperar uma redistribuição de renda **fraca** quando não há intervenção direta na renda e na propriedade das camadas mais abastadas da população. Neste caso, o esforço redistributivo fica a cargo somente do Estado, por meio da arrecadação de impostos progressivos e pela distribuição de serviços focalizando os gastos nas necessidades das camadas sociais mais carentes.

No caso da redistribuição de renda **média**, o esforço redistributivo não se restringe às ações estatais de arrecadação e partilha orçamentária, mas também incorpora uma tomada progressiva, por parte dos trabalhadores, dos capitais concentrados nas mãos dos capitalistas. O aumento do poder dos trabalhadores tem impacto, posteriormente, nas decisões estatais, que passam a regular os fluxos econômicos enfatizando os aspectos redistributivos. Assim sendo,

na distribuição de renda de grau médio não basta redistribuir fluxos orçamentários, mas é preciso alterar os parâmetros de acumulação de capital em prol dos desfavorecidos.

A redistribuição de renda de grau **forte** não faz uso dos mecanismos clássicos de distribuição de renda, a saber, por meio do Estado e por meio da apropriação do capital privado. Ela se baseia na reconstrução do sistema econômico de modo que todas as pessoas possam decidir conjuntamente o fluxo de rendimentos das unidades econômicas. Neste caso, a redistribuição de renda é uma atividade constante e contínua na rede de empreendimentos solidários, que sempre estará procurando corrigir injustiças associadas ao fluxo de capitais. O pleno conhecimento das rendas dos indivíduos possibilita as correções, que não são impedidas à medida que em tal estágio as unidades econômicas em questão já apresentam propriedade coletiva de grupos e redes.

viii) Homem Inicial

A tipologia de homem inicial é empregada para descrever as qualidades do ser humano que vive em um sistema econômico que se está criticando por meio da economia solidária.

O homem inicial **necessitado** é um indivíduo que, principalmente nas sociedades latino-americanas, vive em condições de miséria extrema, excluído do universo das possibilidades de geração de renda dignas e sem nenhum capital que lhe propicie um fluxo de renda. Alterar as condições deste homem inicial, potencializando o seu fundo de trabalho, passa a ser a orientação das atividades da economia solidária.

O homem inicial **alienado** é uma pessoa que trabalha de modo precário, como apêndice da máquina, preso em rotinas e desconhecedor da totalidade dos processos de produção e consumo. Torna-se refém das estruturas capitalistas de dominação, seja por não percebê-las, seja por não possuir os instrumentos necessários para sua libertação. Retirar o ser humano de sua condição alienada na esfera do trabalho é condição essencial para o desenvolvimento da economia solidária, que envidará esforços para promover as práticas de autogestão, responsáveis por remover características alienantes dos processos produtivos. Outras formas de alienação, relativas ao consumo e à política, são posteriormente atacadas, em continuidade ao processo de libertação do homem.

O homem inicial **egoísta** prende-se a uma condição infra-humana em sua existência, em que há um predomínio de relações competitivas entre seres humanos, que prejudica a qualidade de vida de todos, suprime as sensibilidades e, em última instância, ameaça a

sobrevivência da espécie. O sistema econômico capitalista desenvolveu-se sobre o egoísmo humano, marcando em suas estruturas uma concepção de homem baseada nos genes egoístas. O desenvolvimento da economia solidária busca enfatizar o gene humano altruísta, fazendo perceber que não estamos condenados à esfera infra-humana, mas sim predestinados a nos realizarmos como supra-humanos, condição esta incompatível com as determinações comportamentais capitalistas.

O homem inicial **irracional** é uma pessoa que age de modo incoerente com o seu próprio bem-viver. É irracional porque deixa de pautar suas práticas de consumo levando em consideração o impacto no meio-ambiente, na sociedade e em si mesmo, permitindo ser conduzido por semioses originadas das elites capitalistas que atuam como formas de dominação. Também é irracional ao aceitar trabalhar em condições alienantes, renunciando às práticas de autogestão. Neste sentido, a economia solidária clama por despertar os indivíduos para um novo conjunto de ações racionais, iniciando pelo consumo responsável, que conduzam ao aumento do bem-estar coletivo.

ix) Homem Final

A hipótese menos ambiciosa da teoria da economia solidária apresenta o homem final, entendido como o homem que já vive no referencial utópico proposto, como um indivíduo **saciado**. Trata-se de um sujeito que tem garantido as condições mínimas de sobrevivência seja por meio de um programa de renda mínima estatal, ou seja por uma diversidade de oportunidades de geração de renda propiciadas por seu fundo de trabalho. Mas, estar saciado, na concepção que a literatura sugere, não envolve apenas a reprodução simples da vida, mas, sim, a reprodução ampliada da vida, que significa conceder dignidade aos padrões de consumo das famílias, garantir uma vida comunitária intensa e fomentar a cooperação nas várias esferas sócio-econômicas.

No caso do homem final **solidário**, tem-se a situação em que o ser humano, de fato, consegue dominar seus traços egoístas e competitivos, que eram estimulados pelo capitalismo, e passa a cultivar a solidariedade. Esta não é vista enquanto uma forma de mutualismo, mas um meio de libertar o homem, aproximá-lo de sua comunidade e resgatar a confiança no ser humano. Ao invés da competição fatricida capitalista, o modo de produção solidário forma novos homens, mais propensos ao cultivo de valores éticos, morais e cooperativos.

A hipótese de homem final **amoroso** é a mais profunda entre as apresentadas neste item. É mais do que um homem saciado, pois aponta para o imperativo de uma mudança no

modo com o que o ser humano percebe o próximo. E é mais do que um homem solidário, pois há um imprescindível contato com esferas supra-humanas, bem como há o desenvolvimento de novas capacidades, que se encontram além dos aspectos materiais da vida, situados em esferas divinas.

x) Crescimento

Duas formas de crescimento econômico podem ser identificadas na teoria da economia solidária. A primeira apresenta o crescimento como uma força **ilimitada** e, até mesmo, desejável. O problema do capitalismo não estaria no crescimento econômico, mas sim na distribuição dos frutos deste crescimento. É um elemento que se deseja, primeiramente a partir da suposição de que a evolução tecnológica é necessariamente boa. O processo de destruição criativa é importante para o avanço das forças produtivas e da qualidade de vida humana, embora necessite ser monitorado e sustentado por forças de apoio com vistas a minimizar os prejuízos sociais dele decorrente. O crescimento é uma característica louvada do capitalismo, por permitir a todos usufruir de facilidades e confortos em um ritmo evolutivo e incessante. A economia solidária pretende, assim, apresentar um sistema econômico que dê continuidade ao crescimento econômico, pois, neste contexto, um novo sistema só substituirá o velho ao passo que for, reconhecidamente por todos, superior.

Diferente dos outros itens analisados em que as distinções são gradativas entre as várias correntes de economia solidária, neste caso há um antagonismo claro entre as duas posições existentes a respeito do papel do crescimento na formação do novo sistema econômico. Enquanto uma primeira vertente advoga a necessidade de se procurar soluções para continuar o crescimento capitalista sem capitalismo, uma segunda vertente prega a interrupção do crescimento econômico.

Sem adentrar em discussões que remetem a natureza relativa da riqueza e abundância, o que ensejaria um relativismo teórico, este geralmente repudiado por teorias de transformação social, como em nosso caso da economia solidária, a ausência de crescimento econômico na segunda vertente analisada significa, essencialmente, um deslocamento dos anseios de consumo para além das mercadorias materiais, inicialmente. É preciso que o ser humano reduza sua ambição desenfreada pelo consumismo de bens materiais, pois tal posicionamento é incompatível com a sustentabilidade ambiental do planeta. Mesmo com o deslocamento do consumo de bens materiais para bens imateriais, construindo uma permacultura em todas as esferas da vida material, há, ainda, necessidade de se limitar

subjetivamente o consumo imaterial. Embora este seja compatível com os critérios de sustentabilidade, ele é incoerente com as vocações supra-humanas, pois incentiva um estado de insaciedade e competição entre os seres humanos. Neste sentido, o crescimento econômico imaterial também deve ser **limitado** para que se compatibilize com os pressupostos de uma economia solidária, pois só assim assegura-se o desenvolvimento de um ser humano amoroso e sensível.

xi) Efeito Militância

O efeito militância não se refere somente ao reconhecimento de que os indivíduos se influenciam mutuamente na sociedade e são influenciáveis, deste modo, por grupos de pressão. Envolve mais do que uma mera racionalidade instrumental, pois é flexível em meios e em fins.

A crítica ao capitalismo reúne, enquanto componente identitário, pessoas insatisfeitas com o sistema econômico e que dispõem de uma vocação empreendedora, transformadora e revolucionária. Durante décadas, o grupo de militantes se opôs ao capitalismo, por meio de implantes socialistas, favorecendo a classe trabalhadora, ou por meio da defesa do então socialismo real. Com o fim das experiências socialistas do leste europeu, nos anos 90, os grupos militantes continuaram ativos, embora tenham suas agendas de transformações reconstruídas a partir de uma visão crítica da chamada globalização.

Neste item, podemos identificar duas vertentes na economia solidária. Em uma primeira, o efeito militância guarda importância apenas **indireta**, sem ter um papel fundamental no processo de transformação social. O desenvolvimento da reprodução ampliada da vida é uma tarefa que envolve toda a sociedade, caso em que os militantes não têm papel privilegiado, embora contribuam de modo importante por meio de organizações não-governamentais. Quanto ao consumo solidário e à formação de redes, os militantes também apresentam função secundária, pois não se diferenciam dos demais agentes econômicos, apesar de poderem praticar a economia solidária com maior empenho e dedicação, gerando exemplos e modelos para difusão de novos comportamentos.

Numa segunda vertente, que assume a importância explícita de uma luta da classe trabalhadora e dos excluídos e não de uma transformação social consensual e sem confrontos, o efeito militância ganha peso na teoria da economia solidária. Os militantes atuam na “linha de frente” dos combates políticos, históricos e ideológicos. São sujeitos especiais, que abdicam de seus interesses egoístas e agem a partir de um conjunto de valores coletivos. O

efeito é **direto**, pois não é apenas um filtro que aumenta ou reduz a velocidade das transformações, mas é uma peça-chave insubstituível. Esta conformação tem fortes implicações para a teoria da economia solidária, pois força a adaptação da mesma com o intuito de maximizar o efeito militância, de acordo com aspectos históricos e conjunturais. Desta forma, com a presença do efeito militância direto, é compreensível que as teorias de economia solidária sejam menos modeláveis do que as congêneres de efeito indireto, pois precisam ser submetidas constantemente à corroboração militante, que impõe um fluxo permanente de correções e descartam paradigmas positivistas, pois a defasagem teórica é pressuposto ao à teoria que internaliza a militância.

xii) Ponto de Partida

Enquanto no item homem inicial analisamos as hipóteses críticas ao indivíduo que motivam o desenvolvimento da economia solidária, neste item, ponto de partida, entram em consideração as hipóteses críticas em relação à sociedade e ao sistema econômico.

O primeiro ponto de partida é o de **subdesenvolvimento**. Faz-se necessário superá-lo por meio da economia solidária. Neste referencial, que pressupõe a possibilidade de convergência espacial da economia e equilíbrio em diversos mercados, o importante é identificar os entraves que impedem que os países subdesenvolvidos alcancem o mesmo grau de desenvolvimento dos países desenvolvidos. Em consequência, enfatiza-se a necessidade da expansão do capital humano na economia e das reformas institucionais que superam estruturas coloniais, caudilhistas e autoritárias que prejudicam o crescimento econômico e a difusão justa de suas benesses em termos de bem-estar social.

Um segundo ponto de partida considerado na literatura é o da **crise do neoliberalismo**. Neste caso, procura-se retomar o sentido histórico presente nos “anos dourados”, em que se conseguiu conciliar o capitalismo com um fluxo mais ou menos contínuo de implantes socialistas, gerando um crescimento econômico cujos benefícios estiveram ao alcance de todos, mesmo que de forma ainda desigual.

Um terceiro ponto de partida é a **crise do capitalismo**. Este sistema econômico não é estável, possui tendências autodestruidoras e é incompatível com o bem-estar coletivo. A economia solidária enquanto projeto procura superar as características contraditórias do sistema econômico, recolocando o crescimento econômico sob um prisma sustentável, não só do ponto de vista ambiental, mas também do ponto de vista da existência das unidades econômicas.

A posição mais ampla e mais crítica parte do ponto de partida de **crise da civilização**. Não se trata de problemas apenas do sistema econômico capitalista, mas da cultura egoísta e competitiva dos seres humanos, do embrutecimento das sensibilidades, da ignorância das capacidades supra-humanas e da fuga de nossas tendências naturais altruísticas. A economia solidária, sob este ponto de vista, é responsável por gerar uma nova cultura, capaz de recriar valores civilizatórios e reinserir o ser humano em sua caminhada evolutiva.

xiii) Papel da Tecnologia

O conjunto teórico apresentado pelos autores da economia solidária enfatiza dois papéis diferentes para o avanço tecnológico e inovacional, a saber, o emancipador e o de destruição criativa.

No caso do papel **emancipador**, o que se argumenta é que a tecnologia continua, na economia solidária, a ter função primordial no sistema econômico. Entretanto, a tecnologia não é vista como uma possibilidade de ampliar a mais-valia dos capitalistas, mas como um processo que liberta os trabalhadores de tarefas árduas e penosas. Assim sendo, o primeiro sentido de emancipação defendido é o do trabalho. Há, também, outros sentidos. A economia solidária propõe um reordenamento das inovações tecnológicas, com vistas a fins que sejam relacionados ao bem-viver de todos. Deixa-se de investir na produção tecnológica na indústria militar para investir em saúde, por exemplo. Ao invés de se manter mecanismos de apropriação tecnológica, como as patentes, prega-se a livre difusão tecnológica, alterando as características ontológicas da inovação, que passa a ser um bem da humanidade, e não do agente inovador. Como há maiores facilidades na difusão de informações das novas tecnologias em curso, que não são mantidas em segredo, há uma redução na obsolescência não planejada de setores, permitindo a grupos e áreas se anteciparem mais facilmente às mudanças.

O segundo de tipo de ênfase a respeito do papel da tecnologia é o da **destruição criativa**. Remetendo a Schumpeter, mostra-se que a natureza do processo de inovação tecnológica nas economias de mercado, inevitavelmente produz ajustes em mercados particulares, deslocando trabalhadores e investimentos de áreas que entram em obsolescência. Em face à gravidade da queda nos ciclos produzidos pelas inovações, a economia solidária sugere a construção de mecanismos de apoio para que os grupos que estejam em áreas obsoletas não sejam prejudicados pelo processo de obsolescência. Não sendo levada em consideração a idéia de se manter compras solidárias com o intuito de manter a

sustentabilidade dos grupos prejudicados, o que se defende é a instituição de mecanismos de apoio tradicionais, como requalificação profissional e incubadoras para a constituição de grupos cooperativos, financiados pelo poder público que salvaguarda o bem-estar do grupo prejudicado pela destruição criativa.

xiv) Redução da Incerteza

Um dos problemas graves do capitalismo, discutido amplamente por Keynes e pela vertente pós-keynesiana, é a gravidade da incerteza para os investimentos e na geração de ciclos econômicos. Uma das virtudes da economia solidária é justamente reduzir a incerteza, no nível micro, no nível macro ou nos dois níveis simultaneamente.

Na análise que enfatiza o aspecto **microeconômico**, mostra-se a importância do fundo de trabalho das famílias para lidar com as incertezas da economia. Este fundo de trabalho é flexível o suficiente para cobrir as necessidades advindas do desemprego de um dos membros familiares e para incentivar a educação e a requalificação de outro membro que se viu em uma área que se tornou obsoleta. O capital social dos indivíduos, por outro lado, fornece segurança econômica adicional a partir dos laços comunitários e das relações de proximidade entre vizinhos.

Quanto à redução da incerteza **micro e macroeconômica** em simultâneo, argumenta-se a partir da conjuntura de existência de uma economia solidária já consolidada, onde predominam as cooperativas. Neste contexto, há um suavizamento generalizado dos ciclos, por dois motivos principais. Em primeiro, há manutenção dos postos de trabalho nas cooperativas, conduzindo à sustentação da demanda agregada. Em segundo, os investimentos, à medida que não se submetem exclusivamente à racionalidade econômica de maximização dos lucros, mas à outra racionalidade, que leva em consideração outras demandas sociais e comunitárias, é menos afetado por movimentações nas taxas de juros ou na rentabilidade esperada do capital investido.

A análise que estabelece maior peso para a redução da incerteza em nível **macro** chama a atenção para aspectos da sustentabilidade do sistema econômico capitalista. Há incerteza em relação à sustentabilidade ambiental do planeta, seja pelo padrão de consumo corrente, ou seja pelo risco de uma hecatombe nuclear. Há, também, incerteza por causa da falta de regulação dos capitais privados, cujos movimentos internacionais provocam crises, principalmente, nas economias desenvolvidas. A economia solidária, ao propor um novo padrão de consumo e regulação, minimiza o risco enquanto variável estruturante de ações

humanas reativas e reduz a incerteza que aflige os seres humanos e os condena a dimensões infra-humanas.

xv) Arrefecedor

O elemento arrefecedor representa uma força endogenamente criada que involuntariamente reduz a força das transformações da economia solidária e a motivação dos indivíduos que conduzem o processo.

Um primeiro elemento arrefecedor que surge na literatura é a própria **fragilidade** dos grupos coletivos. As cooperativas possuem carências de capital inicial, capital de giro, assistência técnica e gerencial, além de apresentarem isolamento das demais experiências coletivas. Tais problemas afetam diretamente a viabilidade econômica dos empreendimentos que, por sua vez, funcionam como desincentivos para dar continuidade às cooperativas.

Outro elemento arrefecedor amplamente comentado na literatura é a teoria da **degeneração** das cooperativas, que aborda ponto de vista oposto ao da fragilidade, pois as cooperativas degeneram justamente por terem sucesso. O crescimento das organizações solidárias alteraria a natureza dos mecanismos democráticos e participativos, gerando diferenças salariais internas, hierarquias informais e alienação dos trabalhadores. A degeneração age como elemento arrefecedor à medida que atua como exemplo negativo do desenvolvimento da economia solidária, servindo ao processo de naturalização das formas capitalistas de produção e dominação e questionando a possibilidade da emergência de um modo de produção alternativo.

Um último elemento arrefecedor, não menos importante do que os anteriores, é a **entropia**. Esta força, na economia solidária, é entendida como um desgaste na capacidade do sistema de fornecer soluções para os problemas enfrentados durante o processo de transformação almejado, uma perda, de difícil reversão, das qualidades dos motivadores iniciais da economia solidária e uma corrupção dos conceitos teóricos elaborados.

xvi) Obstruidor

Diferente do elemento arrefecedor, que possui natureza endógena, o elemento obstruidor possui natureza exógena. Pode ser de espécie voluntária, originada em grupos explicitamente contrários a difusão da economia solidária, ou involuntária, desenvolvida a partir das características egoístas e competitivas do ser humano.

O **poder privado** é um elemento tipicamente obstruidor do desenvolvimento da economia solidária, ao se opor à difusão de poder, à distribuição de renda, à coletivização dos bens de produção e à redistribuição da propriedade privada. Além disso, o patrocínio pelo poder privado da ideologia neoliberal e sua aplicação por meio da desregulamentação dos mercados vai de encontro às necessidades de mudança advogadas pela economia solidária.

O **poder público**, para outras vertentes teóricas, também pode atuar enquanto força obstruidora da economia solidária, principalmente quando impõe as mudanças por meio da metodologia “de cima para baixo”, desrespeitando a necessidade de empoderar os grupos, imperativo na economia solidária, e assumindo a condição de Estado paternalista e assistencialista, que não fornece incentivos concretos para a emancipação dos grupos coletivos.

Outra ênfase existente na literatura não se refere à sociedade, mas ao indivíduo ou pessoa. A força obstruidora emerge da **natureza infra-humana** das pessoas, que realça comportamentos egoístas e competitivos. Esta natureza pode ser determinada exogenamente à economia solidária, por componentes culturais não econômicos, dificultando a organização das pessoas em torno de cooperativas, a difusão da tolerância intercultural e a construção de uma economia amorosa.

Por fim, há o posicionamento em favor da **inexistência** de mecanismos obstruidores. Por não existirem barreiras significativas neste caso, o desenvolvimento das transformações defendidas pela economia solidária é muito mais rápido e mais racional, pois os esforços, no sentido genérico, de implantação do novo sistema econômico são reduzidos sensivelmente, e não há razões em não se migrar para novos padrões de consumo e novos sistemas de produção que aprimoram o bem-estar coletivo.

xvii) Metodologia

Quatro metodologias diferentes são identificadas na elaboração da teoria da economia solidária. Desde já convém lembrar que cada autor não utiliza uma única metodologia, mas uma combinação de várias, de acordo com o problema particular que enfrenta e os objetivos que almeja.

Uma primeira metodologia empregada é a **empiricista**. Esta metodologia se difundiu na economia solidária após o reconhecimento, pelos principais autores, de que já se tratava de um processo em curso, nascido paralelamente aos movimentos sociais. A principal atividade de pesquisa levada a cabo é a análise das experiências já existentes de economia solidária, em

cooperativas e empreendimentos econômicos populares. Tendo este ponto focal, os temas pesquisados gravitam em torno da viabilidade dos projetos, a relação com as agências de apoio, a importância das incubadoras, as dificuldades em se adensar as redes e as cadeias produtivas e os limites das pedagogias de autogestão, entre outros.

Uma segunda metodologia que se encontra bastante difundida é a que definimos, *grosso modo*, de **racionalista**, menos em relação às correntes filosóficas identificadas pelo mesmo nome, e mais à semelhança ao emprego da racionalidade no individualismo metodológico da ciência econômica. A diferença com a economia neoclássica, entretanto, é bem demarcada. Na economia solidária, ao contrário da racionalidade neoclássica tautológica, há um reconhecimento da irracionalidade dos indivíduos, que se origina em, ao menos, dois pólos. No pólo produtivo, a alienação é uma fonte de irracionalidade, ao passo que impede o indivíduo de ter acesso a informações e a modos de pensamento que lhes são mais favoráveis e mais racionais. No pólo de consumo, o indivíduo é manipulado por semioses que têm como consequência deturpar suas decisões de consumo em direção contrária a maximização do bem-viver coletivo. Assim sendo, o emprego desta metodologia conduz ao esforço de revelar aos indivíduos sua irracionalidade e apresentar um caminho que é mais racional para o alcance do bem-viver coletivo, que é inerentemente superior ao bem-viver individual.

Uma terceira metodologia é a **evolucionista**. Este método não trata da construção de premissas a partir da evolução empresarial, tecnológica ou da evolução do materialismo histórico, mas sim da evolução da espécie humana. A agenda produzida em subordinação à postura metodológica evolucionista chama a atenção para a retomada da trajetória evolutiva da espécie humana, superando o individualismo e a coisificação, a fim de recuperar a harmonia da vida em comunidade e em cooperação. Esta metodologia observa a incompatibilidade do capitalismo com o ser humano natural, que emergiu nos últimos milênios.

Por último, a metodologia **histórico-estruturalista** é, seguramente, a mais difundida entre os autores. Enfatiza a crise do capitalismo, a necessidade de um outro sistema que o supere, o impacto do desemprego na gestação da economia solidária, as consequências da crise do Estado de bem-estar social e a existência da luta de classes, entre outros temas. A economia solidária é encarada como resposta estrutural às falhas e contradições do capitalismo, bem como o esforço dos trabalhadores em romper com o poder dos capitalistas. A economia solidária também é vista, em seus primórdios, enquanto modo de produção intersticial, que coexiste com o capitalismo, enquanto alternativa e como resposta a este.

Capítulo 3 – Debates, Estudos de Caso, Mapeamentos e Críticas

O objetivo principal deste capítulo é rever a bibliografia que avalia as experiências concretas de economia solidária no Brasil, para que sirvam de base comparativa ao estudo de caso realizado em Mato Grosso do Sul. Os diversos mapeamentos e estudos de caso realizados têm, no entanto, forte relação com as discussões teóricas gerais que ocorrem em simultâneo. Em virtude desta inter-relação, revisamos, igualmente, os artigos que almejam refinar os conceitos de economia solidária e contextualizá-la nas discussões de mercado de trabalho e políticas públicas. Isto feito, realizou-se, em acréscimo ao objetivo principal, síntese das opiniões de um conjunto pequeno de autores esparsos cujos trabalhos são voltados a um apreço crítico da economia solidária. Por último, remetemos a revisão a estudos sobre economia de comunhão, a fim de reconhecer as diferenças e semelhanças com a economia solidária e revelar o processo de construção de identidade desta última, cujo entendimento é fundamental para a correta análise das experiências exógenas e endógenas a ser realizada no capítulo 4, destinado ao estudo de caso.

Quatro obras principais, Gadotti e Gutiérrez (1993), Dal Ri *et alii* (1999), Kraychette *et alii* (2000) e Singer e Souza (2000) reúnem artigos frutos dos primeiros amplos debates sobre a economia solidária. Nestes textos, principalmente em Singer e Souza (2000), há um esforço incipiente em se buscar o relato de experiências e estudos de caso, mas na maioria dos casos trata-se de identificar as potencialidades subjacentes à economia dos setores populares, que aos poucos, passa a integrar o campo da economia solidária.

3.1 Debates e Refinamentos Teóricos

3.1.1 Utopia e Esperança

Gadotti e Gutiérrez (1993) é a primeira obra no Brasil que é trata na linha teórica que posteriormente seria reconhecida enquanto economia solidária, sob o prisma da economia popular e suas interconexões com a educação comunitária. Este tema, de importância reconhecida, será novamente abordado com a edição de ensaios, frutos de um seminário, publicados em Kraychette *et alii* (2000). O principal ponto em comum nestas duas obras é a preocupação em debater os significados contemporâneos da utopia e da esperança.

Gutiérrez (1993a) critica os projetos de ajuda comunitária apoiados de cima para baixo, pois mantém intocada a estrutura produtiva e é uma forma de apaziguamento político, de geração de empregos de baixo custo e de cortes de gastos sociais. Em razão disto, o autor

nota a importância das iniciativas gestadas autonomamente nos grupos, baseadas em lutas por melhores condições, numa identidade comunitária, uma intencionalidade e um modelo alternativo de desenvolvimento. A educação se dá por meio da práxis, principalmente por meio de mecanismos de participação direta. O autor enfatiza a importância da visão utópica, como referencial para motivar e retroalimentar as ações comunitárias – retroalimentação que é responsável por transformar a consciência dos sujeitos.

Gorostiaga (1993) critica o modelo atual de desenvolvimento sob o prisma de uma dialética dos sentimentos da esperança x desastre. Daí a necessidade de uma utopia para superar o totalitarismo tecnológico, ao mesmo tempo em que se reconhece a impossibilidade de universalização do padrão econômico dos países desenvolvidos, em razão de limites ecológicos e populacionais e de contradições em sua estrutura. Ademais, haveria uma dialética entre crise econômica e revolução da sociedade civil nos anos 80, gerando um aumento na participação dos sujeitos históricos.

Kraychette (2000) não trata diretamente das concepções utópicas, mas há busca de um ideal, que reside em economias de mercado alternativas. O autor retoma a diferenciação entre economia informal e economia dos setores populares, enfatizando pontos em comum, como uma lógica econômica específica (de economia de mercado, mas não de capitalismo, nos termos de Braudel), as interações com o entorno social e o abandono por parte de estudos e estatísticas. A resistência econômica apresentada por diversos grupos nos últimos anos faz com que “estas iniciativas não se encontrem mais à margem, mas na confluência de fatos e análises que perpassam os movimentos sociais”.(pg.25)

A utopia não é prerrogativa das teorias da economia solidária. Fiori (2000), ao discutir as utopias contemporâneas, propõe a análise da utopia do capital, ou globalização, que apresentaria quatro idéias principais, a saber, o progresso tecnológico e a força autoreguladora dos mercados, a dissolução das fronteiras nacionais, a dissolução das classes sociais e, por último, a convergência da renda das nações. O autor não vê alternativas, pois o sistema capitalista mantém suas mesmas características históricas, mesmo quando há um descolamento da utopia do capital com os acontecimentos.

Oliveira (2000) continua a discutir a utopia, tendo como pano de fundo o fracasso do socialismo real e o reforço do estereótipo da utopia como lugar inalcançável. As duas grandes utopias modernas, o liberalismo e o marxismo, possuem como eixo central a centralidade do trabalho, embora diverjam a respeito da origem de tal centralidade, se no sujeito ou na classe trabalhadora organizada. Partindo da centralidade, o autor chama a atenção que a utopia nova é a utopia do trabalho formal, com vistas a recuperar a trajetória de ações organizadas e

conflitos sociais que questionaram o estatuto de mercadoria do trabalho e construíram direitos sociais, limitando a exploração de trabalho. Mais do que uma exclusão do mercado, deve-se destacar a exclusão dos direitos como problema.

Souza (2000), encerrando debate sobre as utopias e a economia dos setores populares, nota a importância de se pensar a direção do olhar, buscando evitar mundos fechados economicistas e pragmáticos. Daí a necessidade de não renunciar ao novo e de se estimular experimentações históricas. A construção de outro modelo analítico demanda confiança – “temos de acreditar”. Rejeita-se a análise fria, pois são necessárias convicções e mobilizações, que dependem de emoção e adesão. Por último, uma virtude teológica da esperança contribui para enxergar o sentido na história, que pode revelar embriões de novos modos de produção.

Os quatro autores acima podem ser interpretados tendo como fundo comum o modelo ideal da economia solidária. Kraychette e Souza insiste em ter outras visões de mercado, daí o apelo a Braudel a fim de desapropriar o poder simbólico da noção de mercado das mãos capitalistas e abrir novos campos de estudo que propiciem visões alternativas, positivas, de reconstrução dos mercados. Fiori, por sua vez, lembra da necessidade de escapar do modelo ideal neoliberal, enquanto Oliveira mostra para onde escapar. Souza conclui para a necessidade de se pensar um novo modelo ideal, crível, construído sob um princípio esperança e sob análises engajadas.

Após o debate acima desenvolvido, poucos foram os artigos que se concentraram em discutir a importância da utopia como elemento norteador. Cattani (2003) discorre sobre o verbete “Utopia”, resgatando-o como visão crítica do presente, constelação de sentidos e projetos, exploração de virtualidades e superação dos limites sociais e econômicos impostos na realidade. Enfatiza-se, mesmo perante as ondas neoliberais e suas anti-utopias (cujos valores são permanência, imutabilidade, repetição e impotência), que “a razão utópica é atemporal e o sonho de liberdade é permanente”.(pg.273) As novas formas de mobilização social, como a economia solidária, seriam responsáveis por recuperar o chamado “princípio esperança”.

A análise das seis obras cuja discussão sobre utopia possui centralidade evidencia um aspecto frágil da teoria da economia solidária, que tem a utopia como elemento fundamental. Em nosso ver, o principal ponto a ser discutido foi levantado pelo artigo citado de Gutiérrez, que observa a importância da utopia em servir de referencial para as ações comunitárias. Não há nenhum outro artigo que se detém neste ponto, que em linhas gerais pode ser descrito pela pesquisa do modo com que os indivíduos e coletividades são influenciados pela utopia em

suas ações. Sem entender tais passagens intermediárias, resta aos agentes aceitar a utopia do capital e do trabalho formal, como bem apontaram Fiori e Oliveira de modo crítico.

Assim sendo, à medida que a economia solidária corre o risco de não detalhar as mediações entre ação e utopia, esta última atua somente enquanto consolo sentimental, gerador de otimismo possivelmente infundado, quando não ingênuo e ilusório. A correção de tais debilidades passa por não perder de vista os encadeamentos teóricos entre crítica, transição e utopia, elaborados por autores como Singer, Mance, Arruda e Coraggio, e não deixar de pesquisar empiricamente nas experiências de economia solidária em curso a influência das utopias e projeções de mundos melhores nas ações comunitárias.

3.1.2 Racionalidade

Cinco artigos abaixo arrolados analisam a racionalidade na economia solidária — dois deles no âmbito da economia dos setores populares e três deles no âmbito da economia de comunhão.

Razeto (1993) alerta que a economia da solidariedade é uma formulação teórica de nível científico, um modelo abstraído de experiências econômicas da economia popular que compartilham traços de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão. Estes traços, quando em conjunto, conformam uma nova racionalidade, diferentemente da racionalidade econômica, dirigida pelo fator “C” – cooperação, comunidade, colaboração, coordenação e coletividade. Tal economia pode tornar-se um setor operante ao lado da economia privada e da economia pública, mas não um sistema econômico global alternativo. Razeto observa que, embora haja grande heterogeneidade, as organizações, de modo geral, respondem a causas estruturais e a necessidades objetivas.

Gutiérrez (1993b) discute especificamente o fator C. A racionalidade distinta que tal impõe envolve uma racionalidade diferente, do ponto de vista econômico e educativo. As relações econômicas se destacam por serem subjetivas (e não individualistas), qualitativas (e não quantitativas), permanentes (e não transitórias), confiantes (e não desconfiadas), motivantes (e não desmotivantes) e comprometedoras. As relações educativas diferem-se por não se pautarem em fins instrumentais, mas no próprio processo educativo (“apalpar, sentir, degustar e recriar”), que é fortalecido em relações cotidianas, abertas e participativas. “Em síntese, trata-se de dar sentido a uma relação, na qual entram a criatividade, a novidade, a incerteza, o entusiasmo e a entrega pessoal”. (pg. 116)

Bruni (1999) busca explicar a racionalidade subjacente à economia de comunhão. Muito diferente da racionalidade individualista e instrumental, a racionalidade de comunhão possuiria quatro características principais: universalismo (supera a instrumentalidade do eu e do nós grupal para abranger toda a humanidade), relacionalidade (não há indivíduos ou grupos, mas pessoas em relação a outras pessoas), não-condicionalidade (gratuidade ao invés de reciprocidade) e expressividade (desejo de exprimir os valores). O autor exemplifica esta última característica, chamada de racionalidade expressiva: “adiro ao projeto EdC [Economia de Comunhão], colocando em comum os lucros, não porque faço contas meios/fins, mas porque quero exprimir a minha crença em certo modo de conceber a economia e a vida”(pg.61) Na mesma linha argumentativa, Gui (1999) mostra que as empresas de finalidades ideais, como na Economia de comunhão, estão cada vez mais atentas a existência de bens não tangíveis, como os relacionais (inserção numa rede de relações interpessoais positivas) e o envolvimento em atividades dotadas de sentido (significados intrínsecos). Por outro lado, o autor reconhece que “a eliminação (ou pelo menos o enfraquecimento) da motivação do lucro tem o efeito de atenuar os conflitos de interesse que giram em torno da atividade da organização, removendo assim um obstáculo à criação de um ambiente humano marcado pela gratuidade”.(pg.124) Mas manter diferentes motivações não é uma tarefa fácil. Gui (1998) nota que “as motivações que não são de propriedade parecem ser mais instáveis e particularmente vulneráveis a uma queda da intensidade ideal e na coesão do grupo promotor”.(pg.95)

As opiniões de Razeto foram as que mais influenciaram a economia solidária, cujos artigos passaram a citar, muito freqüentemente, a existência de uma ‘racionalidade distinta em comparação com a capitalista’. Entretanto, é preciso ressaltar que a colaboração de Razeto restringia-se à análise de uma economia da comunidade, ao invés da sociedade – para usar a terminologia de Tönnies de *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* – daí a insistência do autor em circunscrevê-la a um setor específico em paralelo ao capitalista, e não como alternativa sistêmica. Tal conceituação, desta forma, era somente válida para a economia solidária enquanto específica a economia dos setores populares, que vigorou no segundo lustro dos anos 90, mas inválida para a economia solidária enquanto projeto sistêmico alternativo, que passou a vigorar a partir do ano 2000, com a constituição de movimento social e corpo teórico relativamente denso. Assim sendo, a ‘racionalidade distinta’ deixa de ser, gradualmente, aquela descrita por Razeto, para passar a ser aquela descrita por Bruni, que embora raramente citado, invoca de modo correto a necessidade de universalismo, relacionalidade, não-condicionalidade e expressividade.

3.1.3 Conceituação

A percepção da economia solidária enquanto movimento não reduziu, ao menos nos primeiros anos, os esforços de esclarecer os principais conceitos e desenvolver uma hermenêutica própria. Deste modo, antes de repassarmos os estudos de caso e os mapeamentos realizados no período, que é o principal assunto deste capítulo, deve-se resumir tais esforços. Estes têm sido desenvolvidos em uma literatura ainda incipiente. De qualquer forma, pode-se observar que uma vez definidos, os conceitos raramente são alvo de discussões. Isto é previsível quando entendemos ser a economia solidária um campo de poder ainda em formação, com poucas dimensões conflitivas de conquista de espaço e de legitimidade.

O artigo pioneiro que se dedica à conceituação é Gadotti (1993), que diferencia economia informal da economia popular, pois esta última apresenta um projeto alternativo de sociedade, um conjunto de valores e a organização em formas associativas de produção. Já nesta obra se aponta para uma racionalidade distinta da capitalista e o reconhecimento de um conjunto distinto de noções e categorias, como articulação, parceria, rede, co-gestão, diversidade cultural e identidade cultural. Do ponto de vista educacional, ao invés de educar para o trabalho, busca-se educar para produzir autonomamente, superando a exploração do trabalho e compreendendo o outro e a alteridade.

Icaza e Tiriba (2003) tecem considerações sobre o conceito de economia popular. Este termo vem sendo resignificado nas últimas décadas, aludindo aos trabalhadores excluídos do mundo do trabalho assalariado. Também passou a ser considerado enquanto projeto de desenvolvimento econômico alternativo, articulado com movimentos sociais. A economia popular, pautada em estratégias associativas e autogestionárias, opera com outra racionalidade, que nega o emprego da força de trabalho enquanto mercadoria, com vistas à reprodução ampliada da vida, ao enfrentamento da lógica excludente do capitalismo e a construção de projetos de emancipação dos setores populares.

Cattani (2003) organiza o livro “A Outra Economia”, que reúne diversos verbetes sobre economia solidária e suas variantes. Na introdução, o autor aponta três problemas graves do capitalismo: 1- a acumulação exagerada e a alienação e espoliação do trabalhador; 2- as desigualdades, fundadas numa meritocracia; 3- o impacto da expansão do “capitalismo turbinado” no meio ambiente. Por sua vez, as alternativas ao capitalismo implicam três desafios: 1- reafirmar a importância fundamental do trabalho para os indivíduos e para a

sociedade; 2- realizar a demarcação entre alternativas sistêmicas genuínas e práticas conservadoras do terceiro setor; 3- ser superior ao capitalismo, proporcionando maiores benefícios sociais advindos do progresso técnico.

No verbete “Emancipação Social”, Cattani alerta que o ato de se emancipar não está associado a abolir o trabalho, mas de resgatá-lo de um contexto opressor e alienante. O corolário é “a apropriação coletiva, a descentralização, a participação consciente no processo produtivo, na vida em sociedade e na criação cultural”(pg.134) Deve-se criticar as formas anti-emancipadoras, representadas por concepções tutelares (práticas assistencialistas e caritativas), de direção das massas e de controles sociais naturalizados pelo capitalismo, como o mercado autoregulado.

Baquero (2003, pg.28) discute o conceito de capital social, a partir da definição inicial sugerida por Putnam (1999, apud Baquero (2003)): “é o processo de desenvolvimento da confiança recíproca entre cidadãos com o objetivo de resolver problemas que exigem a ação coletiva ou o desejo dos cidadãos para confiar nos outros”. Dois componentes são identificados: um estrutural (redes horizontais de instituições que garantem tomada de decisão coletiva e viabilizam desenvolvimento local) e um cognitivo (valores, crenças e normas sociais). O autor nota que o interesse acadêmico no conceito emerge em razão das dificuldades de se explicar a estagnação das democracias representativas, daí o desafio principal apontado é entender quando e como as associações em geral contribuem para solidificar as representações democráticas.

A aplicação dos conceitos de desenvolvimento local e sustentável para a economia solidária é discutida por Jesus (2003) e Milanez (2003). O primeiro autor entende o desenvolvimento local enquanto fenômeno humano, orgânico e não mecânico, pois identifica-se um grande conjunto de personalizações na comunidade local, referentes às lideranças, instituições, empresas e grupos comunitários. Neste contexto, chama a atenção os papéis desempenhados pelos animadores comunitários, que devem respeitar os processos de participação horizontal e manter um fluxo contínuo de aprendizado prático. Já Milanez recupera a conotação ecológica original do conceito de desenvolvimento sustentável, enfatizando as contradições entre desenvolvimento e sustentabilidade, ou entre manutenção da sociedade de consumo e preservação ambiental. O caminho alternativo para o desenvolvimento sustentável, para superar a coexistência de discursos simplificados e práticas negadoras, passa por uma mudança paradigmática em que se salienta o desenvolvimento local, onde se gera empregos locais, economizam-se gastos de transporte, usa-se materiais

locais, desconcentra-se recursos e promove uma pormenorizada discussão sobre os valores e costumes da sociedade de consumo e industrial, tendo em vista uma eco-alfabetização.

Fretell e Roca (2003) listam os principais eixos do comércio solidário: incorporação de custos sociais e ambientais, modificação da divisão internacional de trabalho, humanização do processo comercial, melhoria no relacionamento entre produtores e consumidores e desenvolvimento da confiança (baseado em disseminação de informações e em relações duradouras). Dois desafios apresentados chamam a atenção: 1- alterar as regras atuais do mercado internacional, seja o regulando ou seja o transformando, e revalorizar os produtos do Sul geopolítico; 2- superar as prerrogativas de definição das regras de comércio solidário pelos países do Norte geopolítico, que não são definidas bilateralmente por meio de diálogos Norte-Sul.

As diferenças entre economia solidária e economia social são demonstradas por Wautier (2003), a partir da realidade francesa. A economia social remete a um conceito jurídico que engloba as cooperativas (produção mercantil), as mutualidades e as associações (serviços de proximidade). Já a noção de economia solidária trata de projetos alternativos, desenvolvimento local e pluralidade de formas de organização e de democratização. A economia solidária, enquanto conceito de caráter político, se desenvolveria em torno de quatro eixos principais, o comércio equitativo, as finanças solidárias, o intercâmbio não-monetário e as iniciativas locais, tendo uma missão tríplice, ao promover outra relação ao trabalho, inserção social e criação de empregos. Embora a autora proponha tais distinções entre economia solidária e social, ela destaca que ainda se tratam de campos a procura de identidades melhor definidas.

Jesus e Mance (2003) apresentam duas críticas principais relativas ao conceito de exclusão. O conceito é impreciso pois só se refere à esfera da produção, à medida que o trabalhador continua, enquanto consumidor, inserido no sistema hegemônico. Ademais, outra imprecisão pode ser encontrada ao se supor que os excluídos poder ser reinseridos no sistema produtivo, sem necessariamente subverter o mesmo, cuja lógica é excludora.

Lechat e Schiochet (2003) retomam o conceito de dom e dádiva, associado à reciprocidade e à gratuidade, como crítica ao utilitarismo. A reflexão sobre a dádiva ganhou ênfase a partir da obra de Marcel Mauss, que notava ser um fenômeno universal. O paradigma da dádiva, enquanto explicador de nossas ações, contrapõe-se ao paradigma do individualismo metodológico, em que o sujeito tem ação instrumental, é livre, mas desconfiado, e ao paradigma holístico, em que o sujeito não tem liberdade de ação, pois esta circunscreve-se ao cumprimento de ritos, regras e componentes funcionais. Em comparação, “a dádiva exige,

muito mais do que o mercado, a confiança, em decorrência disso ela é muito mais arriscada e perigosa [...] Inversamente, no outro extremo, o perigo do dom consiste no peso da obrigação que se transforma em coação. Nessas situações, o mercado é preferível”.(pg.87) Assim sendo, os autores notam que a economia solidária não coincide com a economia da dádiva, pois o ideal é que hajam vários princípios organizadores das relações econômicas coexistindo. Mesmo que a economia da dádiva não sirva de inspiração para um único princípio organizador da economia solidária, ela é útil como paradigma de análise para a ação social.

França Filho (2002) faz uma análise do que chama de fenômeno de economia solidária sob o prisma teórico francês. A economia solidária é vista como parte integrante de uma economia plural, enfatizando atividades não monetárias, tendo finalidades sociais, orientadas sob a lógica do dom e abrangendo serviços de localidade e de proximidade, em contraponto à mercantilização crescente da vida.

Lechat (2003) também discute o conceito de economia moral, produzido em crítica à concepção neoliberal de economia, que se pode entender como um conjunto de normas e valores que deveriam ser respeitados pela atividade econômica. Estes valores podem ter origem social e religiosa. O principal deles é a justiça distributiva, que contraria as proposições neoclássicas que procuram dissociar fundamentos morais dos econômicos em esferas estanques. Os movimentos sociais exigem a substituição da moral do interesse pela moral da solidariedade. Daí a conclusão da autora: “os valores preconizados pela economia solidária e por suas práticas, bem como de boa parte da economia social, nos levam a considerá-las, então, como economia moral”.(pg.101)

Lechat (2002) observa que a grande variação terminológica da economia solidária pode ter causa atribuída ao processo de ampliação progressiva do objeto de estudo, que aproximou experiências distintas que tinham o traço comum de se oporem à lógica predominante do capitalismo. Para a autora, trata-se de um debate acalorado, principalmente no que se refere às diferenças de tradição científica originadas na análise da autogestão, de um lado, e do terceiro setor, de outro. Ademais, pontua-se que “os empreendimentos são extremamente variados e dispersos pelo Brasil, mas o fato deles terem ligações com movimentos ou instituições com visibilidade e contatos a nível macro permitiram-lhes aflorar para a consciência social do movimento”.(pg.12)

Santos e Rodriguez (2002) vêem as propostas de produção alternativa como menos grandiosas que a do socialismo centralizado e com teorias menos ambiciosas que a do marxismo clássico. Entretanto, as propostas não negam as utopias, para não se encerrarem na realidade existente. As alternativas desenvolvem uma “hermenêutica das emergências”, ao

invés de uma “hermenêutica do ceticismo”, que surge em virtude de critérios estritos de avaliação. Partem da crítica ao capitalismo, a partir de três pilares: as desigualdades, o empobrecimento das sociabilidades e a exploração dos recursos naturais.

As propostas são variadas, mas na maioria das vezes perpassam pelo desenvolvimento em escala local. Os autores são críticos em relação à ênfase local dos estudos e propostas, cujo caráter alternativo seria garantido pelo isolamento, baseado na idéia de uma comunidade como coletividade fechada. Tal concepção é incorreta do ponto de vista factual, em virtude das relações interdependentes entre as atividades econômicas, e do ponto de vista prático, porque limita o campo de ação das propostas. Desta forma, ao invés da comunidade-fortaleza, fechada e estática, deveria ser adotada a imagem de comunidade-ameba, viva, dinâmica, aberta e articulada com outras alternativas. O localismo, por vezes, é enfatizado em propostas pós-desenvolvimentistas (de ecologistas e feministas, por exemplo) ao se basearem em um pós-modernismo hiperdesconstrutivista que reconhece a irredutibilidade de culturas e não vê possibilidade de ação além do âmbito local.

Nove teses são sintetizadas nas alternativas de produção: 1- não são apenas econômicas; 2- dependem de redes de colaboração; 3- devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado; 4- devem atuar em escala extensa; 5- reconhecem interação entre democracia política e econômica; 6- reconhecem interação entre lutas pela produção alternativa e contra a sociedade patriarcal; 7- reconhecem formas alternativas de conhecimento como fontes alternativas de produção; 8- aplicam critérios de avaliação gradualistas e inclusivos; 9- devem entrar em sinergia com outras lutas.

Estas nove teses não influenciaram a literatura de economia solidária, que já operava com tais idéias. No entanto, a concepção de uma ‘hermenêutica das emergências’ criada por Boaventura de Souza Santos e seu co-autor foi incorporada crescentemente na literatura, contribuindo para discutir de forma permanente a relação entre definições teóricas de economia solidária e o enquadramento e reconhecimento das experiências.

A relação da economia solidária com a ciência econômica ortodoxa, análise quase ausente nos textos que discutem a conceituação, pode ser apreendida, de modo aproximado, por três artigos de economia de comunhão que se dedicam ao assunto e pelos artigos de Lisboa, que se preocupa com questões epistemológicas e espirituais. Lisboa (1999) critica a ciência econômica como crematística, o caráter epistemicida da razão ocidental, o cientificismo e o economicismo. Estas críticas são necessárias para compreender a emergência da economia popular, apreendendo seu núcleo comum – a solidariedade – e identificando suas fronteiras com a economia capitalista na reprodução ampliada da vida, ao

invés da acumulação em si. A economia popular se desenvolve em um circuito paralelo ao estatal e ao mercantil, mas sem se desconectar com o mercado capitalista, no qual se conecta de modo híbrido. Lisboa (2000) resgata a obra de Karl Polanyi, para apontar vários pontos: o desenvolvimento da economia enquanto disciplina científica se distanciou de considerações éticas e a noção de riqueza foi substituída pela de valor e preço, baseando-se na escassez e não na abundância. Além disso, a separação da terra, trabalho e dinheiro em mercados autoreguláveis gerou reificação da vida econômica, barbarização e individualismo. Para superar tais problemas, é preciso uma regulação social e uma reforma no nível moral e religioso (uma inspiração espiritual) – daí a referência direta a Robert Owen, como pessoa que mais apreendeu o conhecimento da sociedade.

A importância da economia de comunhão para a ciência econômica é dramaticamente lembrada por Zamagni (1999). “A ciência econômica moderna teve a sua parte de responsabilidade em contribuir para a legitimação [...] das práticas de exploração e da geração de novas formas de pobreza.[...] Pois bem, cabe a nós, hoje, evitar que um novo crime seja consumado: que a ciência econômica destrua a esperança – sobretudo nos jovens – de uma mutação possível”.(pg.138) Desta forma, a economia de comunhão, enquanto teoria, é responsável pela manutenção de um princípio esperança.

Outro autor que trata das contribuições da economia de comunhão enquanto ciência é Biela (1998). Para este autor, a economia de comunhão propõe um novo paradigma para as ciências sociais, o paradigma da unidade, ao sugerir que as dimensões religiosa, moral, econômica e social devem ser tratadas conjuntamente.

Sampaio (2003) recupera, para a economia, o sentido original de razão, não ligado ao utilitarismo, mas à distinção entre bem e mal, falso e verdadeiro – o que se chama de ética nos tempos hodiernos. O autor exemplifica as empresas filiadas à economia de comunhão, cuja ação compromissada emerge de uma insatisfação moral e de um vácuo institucional, gerado pela ênfase exclusiva em critérios intraorganizacionais dos modelos de gestão.

Verificando os temas debatidos no início dos anos 90, à luz contemporânea, observa-se que muitas discussões foram introjetadas com sucesso, mas outras nem tanto. Em principal, o apontamento de uma racionalidade distinta, as diferenças em relação à economia informal, a educação pela práxis, a necessidade de um norte utópico e a reconstrução de um princípio esperança foram idéias bem sucedidas e incorporadas a literatura. Em contraste, a questão das necessidades será recobrada apenas marginalmente por outros autores. Além disso, a discussão que dá maior autenticidade para os movimentos de ‘baixo para cima’, ao invés de ‘cima para baixo’, passará a ser tratada com cautela cada vez maior, pelo conflito crescente no

campo de poder em formação da economia solidária. Esta discussão encontra-se presente, na maior parte das vezes, nos artigos que se dedicam a pesquisas gerais sobre cooperativismo e autogestão, tema analisado em seguida.

3.2 Cooperativas, autogestão, sindicatos e itcps

3.2.1 Cooperativas e autogestão

A maioria dos textos que discernem sobre as cooperativas a autogestão baseiam-se, de forma intensa, em estudos empíricos. Um dos poucos textos que se dedica a pesquisa das raízes teóricas de tal tema, é Oliveira (2003), recuperando criticamente a noção de divisão social do trabalho de Durkheim, que estava associada a uma fonte de solidariedade entre as pessoas. A solidariedade pode ser mecânica (ação defensiva da sociedade com vistas à coesão social) ou orgânica (que decorre da divisão de trabalho e de sanções retributivas). Entretanto, o capitalismo ameaçaria o surgimento deste comportamento solidário no trabalho. “A solidariedade durkheimiana supõe trabalhadores conscientes, influenciando e sendo influenciados por seus pares, sabedores do lugar que ocupam no concerto produtivo global, donos de um saber e cômicos do sentido daquilo que fazem”(pg.137) A demasiada ênfase no êxito imporá obstáculos nestas formas solidárias.

Dal Ri *et alii* (1999) é uma das primeiras obras que identifica seu título explicitamente com a economia solidária. Dal Ri e Vieitez (1999) analisam as cooperativas sob a perspectiva da economia social. Os novos sujeitos sociais – como são chamadas as cooperativas não-tradicionais e de trabalho – são analisados a partir das experiências da Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil, a Confederação das Cooperativas de Trabalho, o Fórum de Cooperativas Populares, a Anteag e a Unimed. Esta última é lembrada como fenômeno cooperativo de destaque mundial, tão importante quanto Mondragón. Os autores concluem que estas novas cooperativas, organizadas pelos próprios trabalhadores, representam uma nova configuração para a economia social brasileira, abrindo um campo de possibilidades superior para o desenvolvimento de valores democráticos e cooperativos. De qualquer forma, os autores admitem que mesmo as cooperativas bem-sucedidas, em que o controle é realmente dos trabalhadores, não escapam do fenômeno de degeneração ou da reconversão ao modelo empresarial capitalista. Ademais, observa-se o baixo grau de articulação entre as experiências.

Schneider (1999, pg.142) chama a atenção para o conteúdo doutrinário profundamente humanista das cooperativas. Há uma ênfase cultural na compreensão do desempenho autônomo das cooperativas. De acordo com o autor, “para que a autonomia seja assegurada, é preciso haver uma ampla e profunda noção de identidade cooperativista, dos valores, dos princípios e da metodologia própria, que asseguram o caráter específico do movimento cooperativo.” Ademais, em uma análise enfatizando dificuldades de ação, são relatados os principais problemas enfrentados pelas cooperativas: insuficiente grau de cultura cooperativa, gerenciamento em causa própria, conflitos interpessoais, oposição sindical, falta de política de C&T e capitalização, falta de estudos de viabilidade, cooperativas fantasmas e barreiras à entrada em determinados mercados.

Em relação a este tema, chama a atenção o artigo de Nakano (2000), que tece observações sobre a Anteag – a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação. O primeiro modelo utilizado pela associação foi o norte-americano ESOP – Employee Stock Ownership Plans – mas com o passar do tempo houve evolução do modelo, que se restringia à participação dos lucros. Desenvolveu-se metodologia própria para a educação em autogestão e para a concretização de uma cultura autogestionária. É interessante notar que a Anteag sofreu resistência entre as próprias organizações dos trabalhadores, os sindicatos. “Inúmeros atores do movimento sindical mostravam-se radicalmente contra as empresas de autogestão, as cooperativas, as iniciativas autônomas”.(pg.69) Em simultâneo a um distanciamento dos sindicatos que não apoiavam a Anteag, houve uma aproximação de entidades e organizações não-governamentais sensíveis à autogestão e aos ideais socialistas, democratas e emancipadores.

A ênfase da economia solidária enquanto economia das cooperativas e autogestão, realçado pelos autores acima apontados, conduz Gutierrez (1999) a recuperar as contribuições de Habermas para a economia solidária, mesmo levando em consideração que este autor tenha abandonado o paradigma do trabalho e a dimensão estrutural da vida material. A ação comunicativa defendida por Habermas contribuiria para distinguir hétero e autogestão. O agir comunicativo, apoiado em uma força racionalmente motivadora dos atos de entendimento, em oposição ao estratégico, apresentaria a racionalidade mais adequada à prática da autogestão, à medida que representa uma forma de comunicação igualitária, recíproca, espontânea e voltada à inovação. Este agir também permite que os sujeitos se relacionem com outras instâncias externas à organização, ampliando o potencial transformador da ação.

Gutierrez tem razão ao lembrar da importância de um agir comunicativo na prática da autogestão, mas falta discutir até que ponto tal agir é operacional para os próprios

trabalhadores e para a economia solidária. Nos grupos de economia solidária “de baixo para cima” que lutam pela posse dos meios de produção, como o MST e os trabalhadores da indústria, o agir comunicativo pode não ser muito eficaz para organização dos combates necessários e para a emancipação dos trabalhadores referente às várias formas de dominação nas quais estão submetidos. O agir comunicativo pode ser eficaz após a conquista dos meios de produção, mas é difícil conceber que o grupo possa adaptar seu agir de modo instrumental com vistas a condutas maximizantes que ignoram a existência de hábitos. Tendo isto em vista, há de se concordar, por outro lado, que para os grupos “de cima para baixo”, que atuam em conjunto com agentes externos, o agir comunicativo é um fundamento para a boa prática da autogestão e do empoderamento dos cooperados.

Voltando-se a discussões de cunho mais teórico, Albuquerque (2003) entende o associativismo como um modelo de regulação alternativo. Entretanto, o autor nota dois tipos de cooperativismo. A cooperação de tipo 1, chamada de instrumentalizante ou narcisa, se baseia na lógica das trocas de mercado, no pressuposto de que somos egoístas e racionais, gerando relações de participação e cooperação frágeis entre as pessoas. A cooperação de tipo 2, chamada de qualificada ou recíproca, se baseia na reciprocidade, confiança pluralidade e respeito ao outro, e tem como objetivo a autonomia do grupo. O autor se preocupa em analisar as possíveis definições para a autogestão, categoria em que também nota ambigüidade, ao significar tanto necessidades gerenciais relativas a métodos e tecnologias de processos produtivos com vistas a vantagens exclusivamente econômicas, como um fenômeno político que objetiva a emancipação dos trabalhadores, associada a um ideal utópico. Ademais, destaca-se que a maior participação dos trabalhadores não garante, necessariamente, melhores relações de trabalho, nem reduz a ação coletiva à mitologia do bom selvagem.

Ainda a respeito do maior potencial participativo de novas formas de gestão, Verardo (2004) afasta a hipótese de similaridade entre o toyotismo e a autogestão na economia solidária. Distingue-se a participação com dominação e a participação com liberdade. O toyotismo envolve os trabalhadores promovendo a falsa idéia da existência de humanização e efetiva participação das relações de trabalho e não avança na superação do trabalho fragmentado e alienado. Conclui que “não basta participar: é necessário acesso à informação, poder de decisão e controle do negócio”.(pg.11)

Schmidt e Perius (2003) discutem a cooperativa enquanto opção de organização econômica paralela à organização capitalista, e não excludente desta. Segundo os autores, “o cooperativismo, desde que autêntico, é um meio para a formação de uma nova relação entre capital e trabalho para o trabalhador cooperado”, porque romperia com o conflito de

interesses entre o capital e o trabalho. (pg. 71) Embora a maioria das cooperativas não obtenha sucesso em razão de motivos econômicos, e não pela falta de um espírito cooperativo, destaca-se que o fracasso da cooperativa é o fracasso da projeção social e humana do projeto cooperativo.

Jesus e Tiriba (2003) entendem a cooperação enquanto ação e movimento. Ação no sentido de que cada indivíduo deve estar motivado para tomar parte do empreendimento coletivo, a partir de seus valores e de sua visão de mundo. Movimento no sentido de avanço histórico coletivo dos trabalhadores, enquanto classe, em oposição à perspectiva individualista. A partir de Marx, define-se que, “ao contrário da competição, em que um trabalhador ou um grupo de trabalhadores tenta maximizar suas vantagens em detrimento dos demais, a cooperação pressupõe a coordenação do esforço coletivo para atingir objetivos comuns”.(pg.51)

Nascimento (2003) defende a atualidade e a importância do socialismo autogestionário, em um dos poucos textos que abordam de modo explícito a cooperativa enquanto instrumento de transição para a economia socialista. Neste universo, a autogestão tem papel estruturante de uma nova sociedade, pois embora esteja centrado no trabalho, não se limita às esferas produtivas e abrange outras dimensões da vida. Segundo o autor a atualidade da autogestão se justifica em virtude da terceira revolução industrial, que é considerada igualmente uma revolução cultural e civilizacional, que implica possibilidades históricas abertas por mudanças na organização do trabalho e nos meios de produção, crise social e derrota do socialismo estatal.

Os diversos artigos analisados acima têm em comum a aceitação da cooperativa como forma de organização superior quando comparada a empresa capitalista e como base de um modelo de regulação alternativo. Assim sendo, há um esforço de se apresentar as vantagens competitivas e valorativas. No entanto, é possível subentender que pode existir implícita uma crença no voluntarismo com vistas a implantar um maior número de cooperativas, pois não um esforço de procurar distinguir os obstáculos estruturais para o aumento do número das cooperativas, tampouco há uma análise histórica que busque as causas pelas quais não há um número maior de cooperativas contemporaneamente.

A literatura que realça as vantagens do cooperativismo contrasta, porém, com o diagnóstico observado em vários artigos que se concentram em entender as principais causas do aumento do número de cooperativas populares, em geral observadas a partir de diferentes respostas à exclusão. Galvão (1999) nota no crescimento do cooperativismo popular uma resposta alternativa ao processo de desemprego e exclusão social, embora seja de alcance

limitado: “não podemos afirmar que estas experiências coletivas sejam, necessariamente, uma resposta à exclusão capitalista, nem a grande panacéia para solucionar o problema do desemprego. Entretanto, fazem parte da organização social, da organização dos próprios trabalhadores e não podem ser desconsideradas”. (pg. 129)

Tesch (1999) enfatiza duplo efeito positivo da proliferação das cooperativas: a autonomização das classes subordinadas e a redução das margens de lucro do capital. O autor também aponta para a importância da expansão da economia social, por meio de empresas cooperativas e autogestionárias, a fim de que o conjunto de empresas seja capaz de gerar seu próprio mercado. O aperfeiçoamento da informação e a transparência do mercado, estimulados pelo desenvolvimento da economia social, são fatores adicionais que aumentam a competitividade sistêmica das cooperativas e reduzem o poder de mercado das empresas capitalistas.

Culti (2002) associa diretamente o crescimento das cooperativas com o aumento do desemprego. Faz, inclusive, demonstrativo estatístico de como a tendência de desemprego segue *pari-passu* com a a tendência do número de cooperativas de trabalho. Entendida como uma economia que “surge do povo, de maneira espontânea ou por indução de agentes externos”, a economia solidária propicia maior sensação de segurança e seu principal elemento, a solidariedade, “é maior entre os pobres que entre os ricos”.

É muito freqüente na literatura de economia solidária a explicação econômica de cunho estruturalista do surgimento das cooperativas populares autogestionárias a partir do desemprego, a ponto de Culti buscar comprovação estatística. Entretanto, é preciso avaliar com mais zelo tais correlações, pois como se pode lembrar, correlação não implica causalção. Duas variáveis exógenas, a saber, os agentes externos, e a terceirização, tornam complexa a tarefa de se identificar as causalidades, pois ambas as variáveis estão positivamente relacionadas. Os agentes externos se correlacionam de modo positivo, por razões óbvias, pois o aumento das cooperativas é sua própria meta. No caso da terceirização, há efeitos diretos e indiretos. Os efeitos diretos referem-se ao esforço de empresários capitalistas de organizarem empresas autogeridas de seus funcionários. Já os efeitos indiretos envolvem a percepção de trabalhadores desempregados de que as cooperativas são possíveis e viáveis, sejam elas cooperfraudes ou autênticas. Embora um amplo levantamento estatístico permitisse entender os efeitos da terceirização, seria difícil isolar os efeitos dos agentes externos, uma vez que o crescimento do número destes encontra-se positivamente correlacionado com o desemprego, também sem causalção clara. De qualquer forma, a agenda está aberta para novas pesquisas que procurem entender as motivações e o crescimento da autogestão, sem tomar *a priori* ser

consequência do desemprego, postulado que mesmo sendo verdadeiro, é de pouco poder explicativo.

Souza (2000b) vê limites na ação local e alerta para o risco de empobrecer o debate sobre o problema do desemprego ao tratar a solidariedade como alternativa de desenvolvimento. Diferente de autores que negam a proximidade entre economia informal e economia solidária, o autor entende que a economia solidária é um subconjunto da economia informal. “É neste oceano da informalidade que encontramos algumas pequenas ilhas chamadas empreendimentos comunitários. Eles estão ganhando adeptos e visibilidade devido ao seu caráter coletivo, educacional e inovador”.(pg.252) A emergência de tais ilhas ocorre como resposta ao desemprego estrutural. “Estes empreendimentos parecem estar de alguma forma respondendo mais ao problema do desemprego crônico de um mercado de trabalho desestruturado do que a uma situação de desemprego circunstancial”.(pg.257) A formação de redes, intermediadas por organizações, tem a função de superar o amadorismo e encaminhar os grupos para desenvolver melhores competências profissionais, além de romper com o isolamento fragilizador. Em linhas gerais, o autor aponta em seu artigo a existência de um contínuo entre economia solidária e terceiro setor. “A esmagadora maioria, senão todos os empreendimentos comunitários, nasce da iniciativa de agentes e instituições externos que, normalmente, permanecem apoiando-os financeira, técnica e administrativamente”. À medida que isto implicaria uma cultura assistencialista, sustentada por caridade religiosa, solidariedade mecânica e militância político-ideológica, aponta-se para a necessidade de mudança na cultura, “afinal a autogestão se contrapõe radicalmente à lógica do favor, da tutela, do voluntarismo e da filantropia”.(pg.259)

Oscilando entre desemprego e agentes externos como motivadores, não surpreende a consideração de Souza (2000b) de que “os empreendimentos solidários ainda têm pouco peso econômico, mas possuem grande significação cultural, afinal são experiências destacadamente educativas [...] Essas iniciativas parecem ser transformadoras de mentalidades [...] De forma educadora essas iniciativas vêm apontando sinais de uma sociedade baseada na democracia jurídica e econômica, numa palavra, *socialista*”.(pg.10)

O alerta de Souza para a importância dos agentes externos, por vezes subestimada pelo afã em encontrar grupos autônomos, é compartilhada por outros autores. Tão logo foram iniciados os estudos de caso da economia solidária, centrados nos grupos de autogestão, percebeu-se a importância em se analisar a perspectiva dos próprios agentes externos. Soma-se a isto o fato de muitos artigos serem de autoria de partícipes ativos da economia solidária na perspectiva de indutores desta.

Souza (2003) retoma a linha argumentativa de seus trabalhos anteriores de que “a presente crise da sociedade salarial está impulsionando novamente o cooperativismo”.(pg.37) Entretanto, a origem deste, agora, parece ter natureza mecânica. “Há no Brasil atualmente várias empresas, sobretudo no setor industrial, que estão sendo administradas na forma de autogestão ou co-gestão pelos próprios trabalhadores. A grande maioria dessas empresas passou por processos pré-falimentares, vindo a ser transferidas para os trabalhadores como forma de pagamento pelos ativos trabalhistas”.(pg.38) Ao lado das cooperativas, complementariam a economia solidária as associações de geração de trabalho e renda, geralmente apoiadas por agentes externos, formando empreendimentos que “por vezes, confundem e misturam o trabalho profissional produtivo com o assistencial, filantrópico”.(pg.39) A articulação das experiências, fóruns e debates geram uma nova identidade política. “Pouco a pouco, a economia solidária parece avançar do plano teórico e ideal em direção a um crescente movimento social”.(pg.41)

É interessante notar que o autor corrige a visão de seus trabalhos anteriores que apontavam para uma economia solidária majoritariamente formada por experiências exógenas ou de ‘cima-para-baixo’. Desta vez, as experiências são separadas em dois pólos – de acordo com nossa tipologia em experiências endógenas e exógenas – cujas causas passam a ser diferenciadas e especificadas. Outro importante avanço do autor foi a identificação da economia solidária enquanto movimento social, embora se equivoque por associá-lo, possivelmente, em causalidade com a teoria. O movimento não é consequência do plano teórico e ideal. Em verdade, como se vê pelos saltos na literatura demonstrados nos principais autores brasileiros e na mudança de identidade dos grupos praticantes, mais parece ter ocorrido um encontro histórico entre as forças teóricas e sociais reformadoras que contribuíram para a legitimação de ambas enquanto campo da economia solidária, principalmente após o primeiro Fórum Social Mundial.

Nascimento (2002) procura enriquecer tais debates ao recuperar a dimensão histórica fazendo uma síntese sobre a autogestão no Brasil. Ainda no final dos anos 70, em 1978, houve um encontro nacional de experiências comunitárias de produção, que aproxima a autogestão como resposta ao desemprego. Havia resistência de muitos grupos de esquerda, pois viam apenas ações de reformismo diante do desemprego, sem capacidade de articulação entre as experiências para a formação de uma federação nacional e verticalmente organizada. As discussões são retomadas somente no segundo lustro dos anos 90, já sob os auspícios da economia solidária. O autor enfatiza a importância do novo sindicalismo, para a propagação da economia solidária. Esta “precisa do impulso de políticas públicas, da comunidade, e

sobretudo do sindicato, para poder transformar-se em uma nova forma de economia e ter espaço de mercado”.(pg.11) Há uma conexão estreita entre autogestão, sindicalismo e tecnologia, pois é preciso atuar diretamente na organização do trabalho, dos materiais e da repartição dos recursos materiais. Além disso, o autor observa que o ressurgimento das cooperativas está associado a uma maior capacidade de autodeterminação pessoal e a um maior sentimento de auto-competência.

3.2.2 Sindicatos e ITCPs

Oda (2000) discute o reposicionamento do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em relação às cooperativas. Inicialmente, ao praticar um sindicalismo de resistência e de luta, havia resistências em apoiar as cooperativas. Com a passagem para um sindicalismo propositivo, em meados dos anos 90, assumiu-se a importância das cooperativas autogeridas como combate ao desemprego, manutenção dos postos de trabalho e educação política dos trabalhadores. Tal processo culminou na constituição da Unisol – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo – consolidando a participação do Sindicato dos Metalúrgicos no desenvolvimento da economia solidária.

Magalhães e Todeschini (2000) apresentam a relação entre o sindicalismo e a economia solidária a partir da experiência da CUT. Com a crise do trabalho em simultâneo à crise do sindicalismo, houve a necessidade de se repensar a organização sindical, inclusive aproximando os sindicatos das cooperativas, retomando uma estratégia de enfrentamento do capitalismo praticada durante a primeira revolução industrial. Atualmente, “no plano organizativo diminui a base tradicional da ação sindical e torna-se imperativo o trabalho com o setor informal e mesmo com os desempregados, que cada vez mais passam a responder por boa parte do mercado de trabalho real”.(pg. 146) A CUT procurou articular a agenda da economia solidária com a agenda histórica do movimento sindical e quatro frentes de ação foram definidas, a saber: incorporação de desempregados na base sindical, organização de agência de desenvolvimento solidário, propostas de mudança de legislação (para evitar a ressurgência de um dualismo entre assalariados e precarizados) e formulação de políticas públicas.

Magalhães (2001) mostra como a crise do trabalho e a crise do sindicalismo tradicional levaram a um reencontro entre os sindicatos e o cooperativismo. Diante da necessidade de se pensar novas formas de desenvolvimento, empregabilidade e fortalecimento dos trabalhadores, os sindicatos em ação propositiva procuram articular a economia solidária

em suas agendas históricas. A economia solidária é vista como modelo de economia socialista, a ser realizada por meio da paulatina transferência dos meios de produção para os trabalhadores que estejam aptos a assumir tal controle.

Parra (2003) reitera a transformação dos sindicatos em resposta à dupla crise, do trabalho e do sindicalismo. O ponto central transformado refere-se a natureza da agenda dos sindicatos, que ao invés de se restringirem às próprias categorias, passam a atuar tendo em vista a sociedade de modo geral. Neste contexto, a economia solidária passa a ser vista de modo positivo, em uma ação propositiva e criativa, como um caminho para a democratização da propriedade e da renda e um fator de formação, organização e mobilização política. Porém, a economia solidária ainda é uma proposta rejeitada pelo sindicalismo que se baseia em ação defensiva ou restitutiva (manutenção das conquistas históricas), obstando a economia solidária em razão de vê-la como concessão à economia capitalista, contrária à luta política e com trabalhadores despreparados para a autogestão. O autor conclui que o debate avança no sentido de se definir as novas relações de trabalho e as novas institucionalidades, reconhecendo novos sujeitos de direito e gerando uma nova contratualidade social, favorável às conquistas, por um lado, ou à desregulamentação, por outro.

Guimarães (2000) estuda as ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – organizadas nas universidades, a partir de preceitos de extensão universitária, e com vistas a combater a exclusão social e a pobreza. As universidades desenvolvem trabalho diferente das demais agências, segundo o autor, pois atuam sob a imparcialidade, a neutralidade e a continuidade do projeto. Portanto, a universidade evitaria os ciclos políticos dos governos municipais, estaduais e federais. De modo geral, “é um lugar onde os conflitos internos impedem, em princípio, determinadas hegemonias, com um dado essencial: há o ingresso de novas pessoas a cada ano. A massa da universidade é constituída de estudantes, grupos que mantêm a dinâmica e a coragem do novo”.(pg.112). As ITCPs convivem com o desafio de elaborar uma metodologia específica de formação profissional dos trabalhadores, que valorize seus saberes prévios acumulados e que levem em consideração as especificidades de cada área de trabalho. Por fim, lembra-se que a experiência das ITCPs tem o efeito de alterar o eixo de conhecimento e de pesquisas universitárias, redirecionando a atenção dos grupos universitários e de seus projetos de pesquisa para processos de transformação social.

Também construindo suas observações sob o prisma das ITCPs, Heckert (2004) nega ser a economia solidária uma forma compensatória de inclusão no mercado de trabalho, pois estaria ligada a transformações mais profundas, com a criação de espaços de solidariedade e busca da cidadania e realização humana. Em relação às incubadoras, elas pretendem “centrar

a atenção em uma forma de organização econômica que seja simultaneamente viável e emancipatória” e renovam a universidade, ao propor o desafio de formação de profissionais aptos à transferência de metodologias específicas exigidas.

Ainda no âmbito das incubadoras, Azevedo (2003) critica os programas de fomento da economia solidária, por não levarem em consideração problemas de mercado surgidos pela deficiência de capacidade competitiva relacionada à inovação tecnológica. Diante deste problema, a autora, em conjunto com Souza *et alii* (2003), estuda a possível complementaridade entre incubadoras de cooperativas e de empresas de base tecnológica. Entretanto, são observadas mais diferenças do que semelhanças, principalmente no tocante aos objetivos e ao público alvo: na incubadora de cooperativas, o objetivo é geração de emprego e renda para um público de desempregados com baixa qualificação, enquanto para a incubadoras de empresas de base tecnológica o objetivo é aumentar a competitividade da indústria brasileira em setores de ponta, para um público formado por alunos de pós-graduação da própria universidade.

Os artigos acima que analisam a relação da economia solidária com os sindicatos e com as incubadoras revelam vários obstáculos impostos de difícil transposição. Os sindicatos não absorvem a economia solidária de modo atemporal, ‘da noite para o dia’, pois a economia solidária está inserida em debates sindicais advindos de um processo histórico complexo e sua agenda não necessariamente revela convergência automática com a luta dos trabalhadores sindicalizados. Tal fato enfraquece a concepção da economia solidária ‘de baixo para cima’ vista além da exclusão social, pois se observa que suas propostas podem não ser aceitas pelos próprios trabalhadores.

No que se refere às incubadoras de cooperativas, a comparação destas com incubadoras de empresas inovadoras traz à tona os problemas de desenvolvimento e apropriação de tecnologias, pouco abordados pela economia solidária. Em geral, esta tende a assumir um otimismo tecnológico, manifesto na ênfase do caráter emancipador das inovações tecnológicas e na narração da experiência bem sucedida de Mondragón, sem, no entanto, adentrar nas imbricações entre capitalismo e inovação tecnológica, que implicariam o reconhecimento da impossibilidade de movimentos de *catching up* das cooperativas em relação às demais empresas já consolidadas, em virtude de processo de acumulação e apropriação de conhecimento destas últimas. Além das questões de inovações tecnológicas, também pouco se discute a complexidade do processo empreendedor, com o longo tempo necessário para o amadurecimento de iniciativas, para a formação de empreendedores, para a obtenção de conhecimentos tácitos, para o desenvolvimento de redes de negócios.

3.3 Estudos de Caso e Mapeamentos

3.3.1 Estudos de Caso

As experiências e discussões da economia solidária sob o prisma dos agentes externos, associações e sindicatos, não obscurecem a importância dos estudos de caso das empresas autogestionárias autônomas, uma vez que se reconhece nelas casos mais ‘puros’ e ‘ideais’ de economia solidária.

Pedrini (1999) e (2000) faz um estudo sobre a Bruscor, grupo com propriedade coletiva dos meios de produção. Nesta empresa, há polivalência funcional, igualdade salarial e de gênero. As retiradas são acima do nível de mercado e a empresa oferece uma grande gama de benefícios em saúde, escola e lazer aos cooperados. A participação ativa na tomada de decisões, porém, torna o processo bastante lento, mas desenvolve as habilidades comunicativas do grupo e liberta a capacidade latente de solidariedade e comunicação. A convivialidade é exercitada pelo estímulo ao intercâmbio relacional (trocas de afeto e de saberes) e por rituais celebrativos, que resgatam a origem cristã comum do grupo, fundamentada na Teologia da Libertação e sintetizada na expressão “fé e compromisso cristão”. “A implementação de celebrações é citada como uma das estratégias que contribuíram para a continuidade do grupo nestes anos de trajetória” (2000, pg. 43) Por último, destaca-se que o sucesso da continuidade de grupo também se baseia num esforço de criatividade contínuo. As qualidades criativas são componentes indispensáveis para a adaptação frente às mudanças constantes pelas quais passam as empresas autogestionárias.

Holzmann (2000) estuda a Wallig, empresa falida na década de 80 e reorganizada pelos trabalhadores. Ela revela a reprodução da estratificação hierárquica baseada na escolaridade, pois os trabalhadores manuais não tinham a mesma capacidade de comunicação e discurso dos trabalhadores intelectuais, o que gerou perda de capacidade de participação no processo de tomada de decisões. Outro problema foi a diferença entre velhos e novos: “o espírito cooperativista de que se imbuíram os fundadores não foi assumido pelos novatos, freqüentemente criticados por não saberem usar a liberdade existente, não cumprir horários de trabalho, negligenciar suas responsabilidades no coletivo de trabalho”.(pg.56) Por fim, o processo de diferenciação interno, de identidades e hierarquias, negou progressivamente o discurso de igualdade em que estava firmada a cooperativa.

No esforço de coletar casos, a economia solidária amplia-se enquanto campo plural, capaz de incorporar e trazer para seu campo as experiências dos clubes de trocas, cooperativas

rurais, empreendimentos de microcrédito e ecovilas. A autogestão é o principal elemento aglutinador destas experiências, embora a identidade anti-capitalista ou crítica seja também fortemente considerada, pois procura-se ser vigilante quanto as distinções relativas às cooperativas de empresários.

Castro *et alii* (2000) narram a experiência do clube de trocas de São Paulo. Houve duas etapas diferentes. Em uma primeira etapa, inspirou-se no modelo francês de troca de saberes. Em uma segunda etapa, teve como referência o modelo argentino, de troca de produtos e serviços. Vários fatores são mencionados, como a necessidade de se manter uma dinâmica de participação ativa, de diversificar produtos e de aprender durante a própria realização das feiras. Os autores identificam um obstáculo a ser superado no Brasil. “Entre as dificuldades, ressaltamos um aspecto da cultura de nosso povo. Devido aos séculos de exploração a que fomos submetidos, desenvolvemos um ardil de querer sempre levar vantagens. Este traço cultural de cunho egoísta está bastante arraigado no nosso comportamento”.(pg.292) De qualquer forma, os autores relatam que os clubes de trocas de São Paulo demonstram, juntamente com a Rede Global de Trocas, que o dinheiro oficial não é condição necessária para satisfação de necessidades, que a qualidade de vida possui uma dimensão relacional e que a solidariedade e reciprocidade são desenvolvidas nos grupos e geram confiança entre as pessoas, a ponto de se sustentar novas moedas sociais. Búrigo (2000) nota, inclusive, que as moedas paralelas devem ser observadas enquanto criadoras de um novo mercado, que não se confunde com o mercado capitalista. Tais moedas também contribuem para questionar o fetiche do dinheiro e oferecer às pessoas melhores noções do que é o papel-moeda.

Primavera (1999) realça os aspectos positivos da rede de trocas, principalmente no tocante a formação de alternativas ao pensamento único e de modelo econômico. A rede seria sustentável ao longo do tempo à medida que é aberta à diversidade e às inovações sociais, além de apta a lidar com a incerteza. Sua organização evitaria a concentração de poderio, pois a luta para a tomada de poder seria secundária e despropositada em relação ao objetivo de prosumir, que depende da relação entre pessoas e não entre instituições.

Anos depois de escrever sobre o sucesso de moedas paralelas, Primavera (2003) revê a experiência Argentina do clube de trocas, que após uma explosão de crescimento entre 1997 e 2002, experimentou um fracasso vertiginoso, em razão da existência de falsificações, perda generalizada de confiança no sistema, intervenção pública para a estabilização da rede e disputa por *royalties*, produzindo o retorno ao paradigma da escassez. Porém, segundo a autora, “parece fundamental assinalar é que a lógica da abundância – feminina por excelência

– continua vigente nos clubes isolados que estão tentando a salvação do sistema, com iniciativa e paciência, próprias de ... mãe”.(pg.197). Desta forma, nota-se que a moeda social não deve ser vista como um paliativo para a falta de liquidez monetária, mas como uma opção de paradigma de ação econômica. Albuquerque (2003) nota que este paradigma implica, igualmente, o imperativo categórico de construir conexões mais gerais e universais com a vida das pessoas, além de desenvolver mediações que permitam erigir sociedades mais livres e justas por meio da confiança e cooperação.

Uma das experiências considerada talvez como a mais completa de economia solidária — e que mostra, entre outros aspectos, os limites da lógica da abundância e do desenvolvimento econômico insular — é a do Banco Palmas, relatada por Melo Neto Segundo e Magalhães (2003). Trata-se de uma série de iniciativas originada na comunidade do Conjunto Palmeira, na periferia de Fortaleza/CE. Esta comunidade já possuía um histórico de lutas, realizadas desde 1977, com o objetivo de urbanizar o bairro. Embora a urbanização tenha sido bem sucedida, como fruto da contínua pressão das dezenas de organizações populares que se desenvolveram no bairro, concluiu-se, em meados dos anos 90, que era insuficiente para a melhoria de vida dos habitantes, muitos dos quais acabaram deixando o bairro por não ter condições de renda para viver em uma região agora urbanizada. Identificou-se a necessidade de se reduzir a pobreza econômica prioritariamente e, neste contexto, em 1998, inaugurou-se o Banco Palmas, para desenvolver microcrédito associado ao incentivo ao consumo local. Posteriormente novas iniciativas foram agregadas, como a criação de uma escola comunitária de socioeconomia solidária, um sistema de compras coletivas, uma incubadora feminina, um clube de trocas e um laboratório de agricultura urbana. Dentre as dificuldades gerais apontadas para a efetivação e ampliação destes projetos citam-se a falta de infra-estrutura, a falta de parceiros privados, a desconfiança nas soluções locais e a assistência técnica insuficiente. Outros problemas que merecem ser salientados referem-se às esferas da produção e do consumo. Pelo lado ofertante, há pouca diversidade de produtos ofertados (excesso de produtos de confecção e artesanato), com baixo nível tecnológico e feitos em pequena escala, e escassez de serviços profissionais como médicos, dentistas e advogados. Pelo lado consumidor, nota-se que “a maioria dos participantes do clube [de troca] buscam adquirir produtos alimentares e estes não estão disponíveis para trocas causando certo desinteresse de participação”.(pg.59) Problema semelhante ocorre no projeto que clona a moeda oficial, produzindo o mesmo montante de moeda social que é paga a trabalhadores, que por sua vez concentram suas compras em poucos comerciantes que trabalham com gêneros alimentícios e estes acabam entesourando a moeda, sem repassá-la ao restante do

comércio local. Afora os problemas citados, a experiência é considerada bem sucedida pelos realizadores, cujo sucesso é atribuído, em grande parte, à estratégia de se estabelecer parcerias diversas, com o poder público, instituições de cooperação internacional e ONGs.

Há duas questões fundamentais que emergem da observação do Banco Palmas enquanto estudo de caso fundamental da economia solidária. Em primeiro, a confirmação da relativa rigidez das cestas de consumo dos indivíduos e a estreiteza da diversidade da produção local. As famílias consomem gêneros vulgarmente chamados de primeira necessidade, como alimentos. Estes ‘produtos’ não são feitos na comunidade em virtude da ausência de meios de produção para tal, a saber, principalmente a disponibilidade de terra para o plantio. A ausência de meios de produção é generalizada na comunidade, que não consegue efetuar uma acumulação primitiva para gerá-los, uma vez que não se encontram isolados, pois seu esforço solidário de auto-isolamento percebe limites. A expansão da economia solidária passa então, necessariamente, pela inserção do grupo em redes solidárias, cuja concretização encontra-se além dos esforços da comunidade. De qualquer forma, as realizações em curso são suficientes para confirmar a economia solidária enquanto metodologia ótima para o desenvolvimento sócio-econômico local construído endogenamente. Uma segunda questão fundamental emerge da relação entre as associações locais e os agentes externos, públicos ou privados (ONGs). A comunidade provou ser possível fazer uso dos agentes externos, de maneira ativa e sem concessões significativas. Nos moldes do MST, praticamente se omite a importância das ONGs – as associações maximizam com grande eficiência à capacidade de se auto-atribuir a iniciativa, a idealização e a ‘paternidade’ dos projetos. Se existe algum risco de manipulação, sua direção é invertida – são os agentes externos os passíveis de manipulação pela comunidade.

Chaves (2000) conta a experiência da Cooperativa Transdisciplinar Arcoo, criada para lidar com problemas habitacionais. A transdisciplinariedade se dá pelo uso do cooperativismo na economia, do construtivismo na educação e da permacultura na ecologia. O grupo desenvolve ecovilas, definidas como comunidades sustentáveis, em economia de escala e com responsabilidade solidária. O elemento mais importante, porém, é a permacultura, que opera sobre os ciclos da natureza e o aproveitamento das energias locais. “A permacultura nos ensina e alerta para que as estruturas solidárias, as cooperativas, não reproduzam os bens de consumo, as cidades e os edifícios que a sociedade capitalista produz e ensina a reproduzir”.(pg.314)

Bittencourt (2000) apresenta o sistema de cooperativas rurais Cresol, cujos princípios seriam interação solidária, democratização e ampliação do acesso ao crédito e contribuição

para o desenvolvimento sustentável. Os recursos financeiros ficam localizados obrigatoriamente no município sede da cooperativa, favorecendo a localidade e obtendo apoio das prefeituras. Os associados devem utilizar mão-de-obra familiar e explorar no máximo área de quatro módulos rurais. Outros aspectos que devem ser mencionados são a baixa inadimplência e os baixos custos operacionais, quando comparados às cooperativas tradicionais. Na comparação com as experiências de microcrédito urbano, é importante observar que a Cresol tem reunido um maior número de instituições de apoio, não se restringindo ao setor público financiador, sendo apoiado por associações de pequenos produtores, movimentos de sem-terra e pastorais rurais. Este último ponto, diferencia esta experiência de microcrédito, pois afasta a lógica maximizadora de lucros e insere-a no circuito de movimentos sociais que tem sido identificado com a economia solidária.

As experiências de microcrédito no Brasil se descolaram progressivamente dos valores e modelos da economia solidária, afastando-se dos ideais de Yunus. Isto pode ser observado em Barcellos e Beltrão (2000), ao relatarem o processo de criação da Portosol, uma das instituições pioneiras e paradigmáticas na oferta de microcrédito. Tal agência foi criada com aportes majoritários de capital público nacional e internacional, embora procure se identificar enquanto setor público não-estatal. Várias características aproximam a agência, simbolicamente, aos empreendimentos empresariais que visam maximização dos lucros: o treinamento dos agentes comunitários é feito por uma consultoria de microcrédito; os serviços de manutenção são terceirizados; a taxa de juros, considerada vantajosa, é de 3,99% por mês; usa-se tecnologia creditícia inspirada em experiências internacionais. Além disto, a agência se afasta das áreas de capacitação e assessoria dos empreendimentos. Por último, embora sua constituição tenha sido realizado, na maior parte, com capitais públicos, a agência inventaria, como vantagens competitivas, justamente as provindas de sua independência política e a não necessidade de cumprir a legislação do setor público, licitatória e relativa aos recursos humanos.

Em razão do descolamento já mencionado entre o microcrédito e a economia solidária, Coelho (2003) distingue as finanças solidárias do microcrédito, a partir do maior ou menor comprometimento com a fundação de uma economia alternativa, bem como articulação com as demais experiências no âmbito da economia solidária.

A busca de estudos de caso concretos de economia solidária também motivou autores brasileiros a observar as experiências coletivas internacionais. Gomide (2003) estuda os kibutzim, mostrando como as origens do movimento comunitária estavam associadas à reconstrução da vida nacional hebraica e a fundação de uma nova cultura judaica, moderna e

laica. A análise é realizada por recortes históricos, uma vez que os grupos se mantiveram ao longo de praticamente todo o século XX. A evolução dos grupos culmina em conflitos de maior ou menor abertura para o meio externo, que se concretiza pelas discussões de possibilidade de contratação de mão-de-obra externa e de flexibilização interna do mercado de trabalho, com pagamentos de salários aos cooperados e a presença de maiores diferenciais de renda entre as pessoas. Entretanto, vários autores apontam que os kibutzim, ao longo da história, sempre responderam ao derrotismo com dinamismo, e ao invés de colapso e crise previsto por muitos, o que se observa é companheirismo e camaradagem entre vizinhos como chave de sucesso. No que se refere à família, esta passou a ganhar importância e foram abandonadas medidas tomadas nos primórdios dos grupos, como a antiga “casa de crianças”, que retirava as crianças do convívio majoritário com os pais, com vistas à reprimir o chamado “familiarismo”, que criaria sentimentos de posse e privatizaria as relações. De qualquer forma, deve-se ressaltar que os kibutzim são considerados por muitos como um paraíso de qualidade de vida para crianças e idosos.

Ortellado (2003) arrola várias críticas em relação à Mondragón, como a presença de diferenças hierárquicas entre trabalhadores de chão-de-fábrica e administradores e diferencial de renda entre topo e base semelhante às empresas tradicionais. Ademais, diante do processo de reestruturação produtiva dos anos 90, houve retrocesso nas práticas democráticas, com vistas a conciliar incentivos ao trabalho e agilidade nas tomadas de decisões, e agravou-se a precarização do trabalho, com aumento do número de contratados e suspensão do limite de 10% de trabalho não cooperativo. Por último, o autor atesta que “a expansão do grupo tem se dado com o deslocamento de elos da cadeia para países periféricos [...] Nenhuma dessas novas empresas fundadas em outros países é cooperativa”.(pg.189)

Embora a avaliação das experiências internacionais fuja ao escopo deste trabalho, não se pode deixar de analisar como tais experiências são lembradas e citadas na literatura no Brasil. Em geral, os kibutzim e o Mondragón são citados para exemplificar a viabilidade das experiências cooperativas, em dois sentidos: enquanto os kibutzim comprovariam a sustentação intergeracional e histórica da autogestão, que perdurou por quase todo o século XX, a cooperativa de Mondragón comprovaria a potencialidade de dinamismo tecnológico e a capacidade de competir com as empresas capitalistas heterogeridas. Entretanto, ao nosso ver, algumas questões foram deixados de lado inadequadamente.

No que se refere à Mondragón, a insuficiência das discussões se encontra na teoria da degeneração subjacente às críticas. Mantém-se a impressão generalizada de que a degeneração é um destino inexorável das cooperativas que crescem, mas nenhum esforço é

realizado para qualificar esta degeneração. Pode haver diferentes tipos de degeneração, como provenientes do tempo, da entrada de novos grupos, de mudança de princípios, de aumento da competitividade e do crescimento do número de funcionários. Além disso, seria preciso estabelecer diferentes graus de exigência para avaliar a degeneração, especialmente no que se refere a diferenciação entre pequenos e grandes grupos. Neste sentido, faz-se necessário estabelecer outros critérios avaliativos para experiências como Mondragón, por exemplo verificando até que ponto proporciona maior segurança ao emprego e redução das incertezas.

No que se refere aos kibutzim, a aliança entre o nacionalismo e o cooperativismo poderia engendrar novas discussões sobre o tema. Coraggio, como vimos, lembra da importância do nacionalismo, principalmente como elemento identitário que se contrapõe ao neoliberalismo que prega a dissolução de fronteiras nacionais. Mas tal sugestão não se propagou pela literatura, embora, como veremos na análise etnográfica de Motta, trata-se de uma característica fortemente presente do *ethos* dos indutores e teóricos da economia solidária. O receio de tratar da relação entre cooperativismo e nacionalismo na literatura talvez possa ser explicado pelo temor de associação simbólica e histórica entre nacionalismo e autoritarismo, que obviamente, vai contra à defesa da multiplicação da autogestão e conseqüente fortalecimento da democracia.

Outra discussão ausente na economia solidária, mas presente nos kibutzim, é o papel dos idosos e das crianças. Os kibutzim têm um projeto para estes dois grupos, enquanto a economia solidária não é bem sucedida em dar voz ativa a eles. Há uma abordagem somente marginal, que enfatiza as externalidades positivas da economia solidária, por meio das cooperativas, para os idosos e crianças, mas não há nenhum esforço de se pensar a economia a partir da perspectiva desses. Entendemos que a avaliação das externalidades não é suficiente; é preciso adentrar na visão de mundo destes grupos e repensar a economia solidária sob seus valores.

Neste sentido de aproximação da visão de mundo e das necessidades de diferentes grupos, um dos mais interessantes artigos a respeito das experiências cooperativas no âmbito da economia solidária é Dakuzaku (2003), que aborda o cooperativismo de pessoas com deficiência física e com problemas de saúde mental. O trabalho cooperativo, não se restringiria somente às populações especiais, mas possibilitaria a convivência com “pessoas comuns”. Busca-se superar a concepção de que tais pessoas são improdutivas e incapazes. “Neste contexto é fundamental que se faça um trabalho possibilitando o aumento da auto-estima, da confiança, do conhecimento de suas habilidades e possibilidades para que se entendam como cidadãos que são, e não pessoas necessitadas de assistência”.(pg.251) Além

disso, lembra-se, criticamente, da despreocupação com a inserção das populações especiais no trabalho e a associação da promoção do trabalho em um leque de práticas assistencialistas. Quanto aos ganhos da constituição de cooperativas, citam-se a maior autonomia, a vivência real de uma situação de trabalho (e não simulada), a já citada convivência com a população externa e o aprendizado de funcionamento de mercado (valor e qualidade dos produtos e remuneração do trabalho).

Alguns artigos relatam as dificuldades enfrentadas pelo novo movimento cooperativo. Cruz-Moreira (2003) identifica um círculo vicioso nas cooperativas populares de confecção do Estado de São Paulo, em que a baixa escala de produção não permite novos investimentos, excluindo acesso a mercados mais dinâmicos e lucrativos. “Está claro que as cooperativas são pressionadas pela globalização e pela terceirização, vítimas da competição empresarial precarizante [...] e das políticas públicas que não incentivam o desenvolvimento auto-sustentável e que não priorizam pequenos empreendimentos”.(pg.224) Em outra passagem, o autor nota que os projetos de requalificação profissional, conduzidos por incubadoras, perceberam a incapacidade da indústria absorver a mão-de-obra mais qualificada, o que torna imperativa a necessidade de se fomentar a economia solidária.

O autor acima chama a atenção para um ponto fundamental muito freqüentemente citado nos estudos de caso e mapeamentos, mas raramente discutido a contento. Na falta de estudos comparativos com os processos de capitalização de empresas capitalistas de porte semelhante, é possível que transpareça a infundada impressão de que as práticas solidárias e autogestionárias seriam prejudiciais à acumulação de capital, por um suposto presentismo de seus integrantes. Entretanto, os estudos de caso parecem apontar para outra direção comportamental dos agentes: uma das primeiras lições aprendidas pelos cooperados é justamente a necessidade de superar o presentismo e aguardar com persistência o retorno dos recursos que são investidos, sejam eles humanos ou financeiros. Assim sendo, ao afastar a hipótese de má gerenciamento, as dificuldades de capitalização não parecem ser diferentes das empresas capitalistas em condições semelhantes: por um lado, empresas em processo falimentar em descrédito ou inviáveis economicamente; por outro lado, pequenas empresas incipientes, que mesmo no capitalismo enfrentam grandes dificuldades de acumulação de capital e financiamento, em razão das tendências monopolísticas e concentradoras deste sistema econômico.

Cardeal (2003) relata as dificuldades na consecução de uma cooperativa habitacional de jornalistas em São Paulo. Os principais problemas relacionam-se com o excesso de zelo com as práticas democráticas, o chamado democratismo, que trouxe morosidade ao processo

decisório, e com a ética, ao evitar pagar propinas para agilizar os trâmites burocráticas em instâncias públicas e insistir em contratar serviços públicos para o desenvolvimento do projeto. Mesmo assim, observou-se a construção e a manutenção de um espírito cooperativo e de um grau de intimidade, formado nas assembléias, que é entendido como uma conquista do grupo e do condomínio residencial.

Rufino (2003) repassa a experiência autogestionária da Cooperativa do Sabor, formada por ex-funcionários de um restaurante situado no campus da USP. A autora reconhece três momentos de adaptação da força produtiva: 1- rejeição, em virtude do apego às formas de gerir tradicionais; 2- compreensão, com o grupo percebendo a importância de se conhecer e aplicar novas técnicas de gestão, reorganizando as bases do trabalho em conjunto; e 3- inovação, gerando coletivamente soluções criativas para os problemas cotidianos. Neste processo, o retorno aos estudos e à capacitação torna-se uma meta de todos, a fim de obter conhecimentos técnicos e gerais em diversas áreas, facilitando a implementação dos princípios cooperativistas e o funcionamento de sistemas de trabalho polifuncionais. Embora existam crises, há uma consolidação da prática de se decidir em grupo e não individualmente – por exemplo, diante de um convite para trabalhar em eventos, “os cooperados não se sentem à vontade para decidirem individualmente ou em pequeno grupo sobre tal questão e, mesmo sem reuniões, procuram consultar a todos do grupo”.(pg.265)

Icaza e Asseburg (2004) avaliam a viabilidade das cooperativas do setor calçadista no Rio Grande do Sul. Observa-se que as cooperativas crescem de modo inversamente proporcional à conjuntura, pois em momentos de crise há expansão das cooperativas, mas quando há emprego suficiente nas empresas tradicionais, as cooperativas deixam de ser vistas como opção de renda. Quando se analisam as experiências, nota-se que a “cultura da firma” privada entre os trabalhadores é o principal obstáculo para o bom desempenho das cooperativas. Há dificuldade de apropriação de formas organizacionais autogestionárias por parte dos trabalhadores. Outra dificuldade é o baixo grau de autonomia externa: “é a empresa contratante que determina, através de seu supervisor, tanto o modelo a ser produzido – com quantidade e prazos pré-fixados – quanto o seu preço e sua colocação no mercado”.(pg.84) Ter o produto próprio passa a representar um desafio para as cooperativas e um requisito para a concretização de práticas autogestionárias internas. Em conclusão, as autoras apontam que as cooperativas tem sido espaços válidos para o aprendizado da autogestão, além de propiciar maior igualdade de direitos, pequenas diferenças de remuneração, decisões coletivas e ambiente gratificante. No que se refere a políticas públicas, lembra-se da baixa eficácia do

assessoramento técnico externo, pois apresenta-se de modo descontínuo e com uma racionalidade incompatível e desarticulada.

Almeida *et alii* (2004) realizam estudo de caso de duas empresas autogestionárias, mais e menos carregadas de elementos solidários. A principal diferença entre as empresas analisadas é sua origem institucional. Embora ambas tenham nascido sob o desemprego, como realidade vivida ou ameaça, a primeira empresa é organizada por agente externo, uma incubadora, enquanto a segunda empresa surge autonomamente, após crise falimentar. Os autores observam que a segunda empresa é mais autônoma, tem participação efetiva, democracia e solidariedade entre os trabalhadores, enquanto a primeira empresa não apresentou avanços na conquista da autonomia, pela dificuldade de se superar a tutela governamental. Segundo os autores, a vivência do conflito, seja na prática autogestionária cotidiana, ou até mesmo na luta por direitos como cidadãos ativos, é fundamental para o desenvolvimento da autonomia.

Estudos de caso observados a partir da incubadora da Universidade Federal de Juiz de Fora são organizados por Heckert (2003). Musse (2003) narra o processo de divulgação das cooperativas e da tentativa de massificação local do cooperativismo, com o principal objetivo de sensibilizar o empresariado da região para contratar as cooperativas. Em determinado momento, “tornou-se clara qual a resistência que o setor privado, e mesmo o público, tinha para contratar as cooperativas: o “nó da questão” era a falta de segurança dos empresários em relação aos contratos de prestação de serviços. Praticamente todos temiam ser vítimas de alguma ação trabalhista por parte dos cooperados”.(pg.74) Além da resistência do empresariado, as cooperativas não realizavam visitas e não procuravam clientes de forma ativa, pois havia problemas mais urgentes para serem resolvidos, de acordo com os cooperados.

Oliveira *et alii* (2003) analisam, em conjunto, várias cooperativas incubadas que compartilham um mesmo espaço físico, pago pela prefeitura com intermediação da incubadora da UFJF. Os autores enfatizam a ausência de programas de qualidade nas cooperativas, a origem da maioria dos problemas no hábito de assalariamento dos cooperados que passam por um choque cultural e à necessidade de se adaptar as metodologias administrativas clássicas, substituindo o pressuposto de implantação hierárquica pelo autoconvencimento dos trabalhadores. “Desse modo, pode-se concluir que, muito mais que ações focadas nos problemas, há a necessidade de programas que visem mudar culturalmente a visão dos cooperados”. (pg.126)

Heckert *et alii* (2003) realizam estudo de caso da Coopserv, Cooperativa de Serviços Gerais, que reúne desempregados de diversos ramos que habitam o entorno do campus universitário. A relação inicial de desconfiança da população no momento de implementar a cooperativa foi superada com o apoio de vários agentes externos, como centro de defesa de direitos humanos, pastoral da criança, sindicatos e prefeitura municipal. Chama-se a atenção que os cooperados notam desconfiança e preconceito do mercado em relação ao cooperativismo e vêem a desigualdade social como ameaça. A maioria dos trabalhadores participa da cooperativa exclusivamente para ter uma fonte de renda. Caso tivessem poder de escolha das formas de trabalho, muitos escolheriam a relação capitalista. Porém, observa-se que a falta de motivação associa-se a inserção inadequada da cooperativa no mercado. A cooperativa se encontra em relação de dependência com um único cliente.

A fim de se obter um panorama amplo de estudos de caso, a economia solidária também busca aprender com experiências de economia de comunhão. Costa (1998a) escreve artigo baseando-se na experiência dos diretores da empresa Femaq, de Piracicaba. A cultura do compartilhar é vista, pelos empresários, como a base de uma terceira via, alternativa ao capitalismo e ao socialismo, que seriam baseados na cultura do ter e na busca pelo poder. Além disso, os valores da economia de comunhão foram fundamentais para a sobrevivência da empresa ao longo de crises recorrentes. A ênfase dos valores enquanto vantagem competitiva é realçada: “a direção da Femaq está convicta de que as empresas bem sucedidas no futuro serão aquelas que hoje fizeram a opção [...] por uma conduta ética e solidária no campo dos bens de produção”.(pg.129)

O mesmo Costa (1998b), em outro artigo, apresenta diversas cartas de famílias auxiliadas pela economia de comunhão agradecendo a Chiara Lubich, a fundadora da economia de comunhão. A leitura dessas cartas confirma a complexidade do ato de dar referida em outros artigos, principalmente por parte daquele que recebe, que também se doa para assumir o papel de receptor, sem sentir-se humilhado. Nota-se que a gratuidade necessita de sinceridade do doador e de receptividade amorosa e espiritual daqueles que recebem.

Ferrucci (1999) dá testemunho de como foi alterar os métodos de gerenciamento que praticava em direção à economia de comunhão. Lembra-se que a maior difusão de informações para todos os funcionários da empresa do que acontecia na administração propiciou grande unidade entre os trabalhadores, que por sua vez teve como consequência o aumento da competitividade e da capacidade em inovar. O autor, posteriormente, tornou-se proprietário de uma empresa, dando continuidade aos métodos de economia de comunhão. Além de enfatizar a grande gama de motivações de um empresário engajado no projeto,

Ferrucci chama a atenção para a importância do capital relacional desenvolvido. “Numa empresa assim forma-se um ‘capital relacional’, que não pode ser medido em milhões de dólares, um capital do qual ninguém pode apossar-se com manobras financeiras ou especulativas. Um capital que servirá para superar os momentos difíceis. [...] O capital relacional, no entanto, é criado num ambiente de confiança, onde, no respeito pelo próprios deveres, todos são livres para doar”.(pg.39-40)

Pinheiro (2000) sintetiza os fundamentos e as experiências subjacentes à Economia de comunhão, que considera uma experiência peculiar de economia solidária. O princípio do projeto é a divisão dos lucros em três partes: 1- reinvestimento produtivo; 2- distribuição para os trabalhadores e trabalho de formação de novos homens; e 3- assistência aos pobres. Incentiva-se uma prática cultural estabelecida por meio da partilha. Ademais, “trata-se, nesse sentido, não apenas de um “agir econômico estrito, mas de uma experiência de resistência à organização econômica vigente.[...] A atividade produtiva, nesse contexto, extrapola a esfera da produção e da distribuição e entra na dinâmica da comunhão, a única, possivelmente, capaz de exterminar pela raiz a racionalidade capitalista”.(pg.336-7) A autora enfatiza que durante os anos muitas empresas se consolidaram, conseguindo elevar níveis de produtividade, investir em infra-estrutura, tecnologia e qualificação profissional. Nos encontros entre as empresas participantes, observam-se repasses de tecnologia sem usuais contrapartidas.

Como se vê, a literatura que compila estudos de caso é bastante diversificada. Entretanto, pode-se apreendê-la sob o ponto comum da avaliação dos limites da economia solidária, positivos ou negativos. Assim, por um lado há um esforço de superar limites preconcebidos, como nos estudos que enfatizam a lógica da abundância, a consolidação de hábitos de decidir em grupo, a existência de uma cultura da partilha, a confirmação da gratuidade no intercâmbio tecnológico, as virtudes potenciais do capital relacional, a viabilidade intergeracional, histórica e tecnológica, a compatibilidade com movimentos nacionalistas, religiosos e transdisciplinares e a inclusão social de idosos, crianças e deficientes físicos. Por outro lado, infelizmente são descobertos e reconhecidos outros limites: a fragmentação interna das identidades, a persistência de hábitos egoístas e de uma cultura da firma, a acumulação capital precária, o baixo nível de investimentos, o ativismo econômico inversamente proporcional à conjuntura macro, a baixa autonomia comercial das cooperativas, a exclusão do mercado em razão da natureza autogestionária do empreendimento e, principalmente, os limites do desenvolvimento econômico auto-insular.

3.3.2 Mapeamentos

A abordagem de cunho mais empírico para a economia solidária enfatizou a necessidade de se realizar mapeamentos para se conhecer o progresso dos grupos cooperativos populares no Brasil. Além disso, vale mencionar que o surgimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária também estimulou pesquisas neste sentido. Os mapeamentos têm a vantagem de propiciar um retrato sincrônico da economia solidária e de produzir farto material para análise comparativa das experiências e dos processos de desenvolvimento regional.

Icaza (2001), após mapear a economia solidária no Rio Grande do Sul, aponta para a necessidade de se incorporar as cooperativas tradicionais como formas de economia solidária, à medida que não são exclusivamente de mercado. O conjunto de experiências analisadas mostra uma dinâmica contraditória, em que as empresas mais eficientes e viáveis são aquelas com menores traços de solidarismo.

Icaza (2004) reavalia o mapeamento da economia solidária no Rio Grande do Sul, destacando as diferenças das cooperativas autogestionárias surgidas na década de 90 em contexto de crise econômica e as cooperativas tradicionais, principalmente no que se refere às diferentes racionalidades praticadas. Assim, a autora defende a necessidade de outros critérios avaliativos para as experiências de economia solidária além do sucesso econômico, pois reafirma que os empreendimentos economicamente bem sucedidos são os que se aproximam de formas de organização de empresas capitalistas, enquanto as cooperativas de objetivos plurais tendem a uma viabilidade econômica precária. A maioria dos grupos pesquisados restringe suas ações ao espaço local, mas há experiências significativas, como as do MST, que mostram articulação interlocal como opção estratégica. De modo geral, há uma tendência e um esforço de articulação em nível local e nacional. No que se refere as questões educacionais nas experiências estudadas, a autora nota que “chama a atenção o fato de o investimento em educação não estar incorporado à dinâmica de funcionamento e nem às suas prioridades”.(pg.48) Por último, Icaza lembra do risco da economia solidária ser vista como assistência social aos empobrecidos e como compromisso de determinado governo, ao invés de espaço para a construção de novos modelos econômicos e sociais.

Pedrini *et alii* (2004) realizam o mapeamento da economia solidária em Santa Catarina, cujo surgimento é visto como resposta dos trabalhadores à exclusão e ao desemprego. Em relação aos empreendimentos, três pontos são destacados: 1- a identidade multidimensional (economia, política, sociedade e ética) e vinculação com movimentos sociais; 2-incorporação de uma nova cultura de trabalho; e 3- importância de soluções

criativas (enquanto resultado da conjugação de esforços cognitivos e relacionais do grupo) para a continuidade das experiências. Nota-se, além disso, que os setores populares, em resposta à crise, tem produzido saídas coletivas que, “por ser um novo modo de fazer economia, vêm concretizando valores solidários anteriormente presentes na cultura do nosso povo”.(pg.136)

Vieitez e Nakano (2004) mapeiam a economia solidária de São Paulo. Enfatizam sua baixa articulação, mesmo sendo vital para o desenvolvimento e a fragmentação dos processos de trabalho e sua determinação externa, a ponto de notar que, “a rigor, não se pode falar todavia numa economia solidária.[...] O que existe, portanto, são empreendimentos que, embora situados em várias dessas instâncias, não conseguem completar um circuito econômico solidário, mesmo que de modo incipiente”.(pg.167) Em conformidade com outros mapeamentos, observa-se que as empresas com menos elementos de solidariedade são as que possuem maior desenvolvimento econômico. Adicionalmente, é elaborada uma tipologia de empresas, cujo elemento norteador é a questão da solidariedade: 1- empreendimentos de autogestão; 2- empreendimentos com processos de trabalho sujeito a determinações externas; 3- empreendimentos populares do setor de consumo; 4- empreendimentos autônomos com pequeno grau de solidariedade; e 5- empreendimentos cooperativos entre empresas capitalistas. É interessante notar que o mapeamento é feito a partir das chamadas organizações de referência da economia solidária, originadas na década de 90 e que têm “o desemprego como a data de origem e o elemento desencadeador da sua imensa maioria”.(pg.141) Cria-se uma tipologia adicional para explicar o universo das organizações de referência, como 1- ideológicas (Anteag, Incubadoras e Napes), 2- político-ideológicas (Concrab) e 3-pragmático-funcionais (Ocesp, Fetralho e CNM).

O mapeamento da economia solidária em Minas Gerais é realizado por Carvalho e Pires (2004), que mostram a dificuldade de formação de redes, a importância de experiências bem-sucedidas como efeito demonstrativo e motivador para novos grupos autogestionários, o bom ambiente de trabalho, o baixo grau de investimento em maquinário e bens de capital, a tomada de decisões fundamentais feita em grupo, a remuneração igualitária baseada na produção, o ambiente de confiança, a pouca observância de relações de gratuidade e o pequeno empenho em ações de cunho formativo. Os empreendimentos com maior dependência de ajuda externa são os mais carregados de caráter solidário e apresentam maior comprometimento com responsabilidade social, desenvolvimento humano e cultivo de valores éticos. Os autores concluem que os empreendimentos de economia solidária apresentam novas formas de dominação. “A principal forma de dominação está justamente no domínio

pelo saber, no que diz respeito à gestão do empreendimento”.(pg.220) Os dominadores da economia solidária seriam tanto os líderes gerenciais como as organizações de referência e instituições técnicas, que exerceriam dominação pelo saber por detrás de um discurso de solidariedade e luta social.

Nunes (2004) reflete sobre a economia solidária no Distrito Federal. A maioria das cooperativas está inserida na informalidade e deve, para a autora, ser analisada neste contexto. Lembra-se que as cooperativas no Distrito Federal não nasceram em uma história de luta da comunidade, mas da intervenção de agentes externos. Assim sendo, a autora observa que “o fracasso das cooperativas não se deve a um déficit de competências das trabalhadoras, mas às políticas desencontradas que favorecem interesses dos mais diversos, sem priorizar os mais necessitados”.(pg.265) Acrescenta-se que a viabilidade dos empreendimentos é mais sólida quando se evitam formas de dependência. Dentre as características dos grupos pesquisados, destacam-se o companheirismo, a remuneração em função da produção, o isolamento, a participação em programas de apoio do poder público e de igrejas, melhora nas condições de trabalho, democracia nas decisões, partilha de saberes e maior mobilização comunitária.

Jesus *et alii* (2004) pesquisam a economia solidária em Pernambuco e classificam os empreendimentos a partir de sua origem, endógena – que proporciona maior autonomia – e induzida – que proporciona menor autonomia. A presença de espírito empreendedor nos grupos é uma competência fundamental para o sucesso dos grupos. O principal benefício reconhecido do cooperativismo pelos grupos é a manutenção dos postos de trabalho. Em contraste, muitos grupos omitem, em suas estratégias de marketing, que são cooperativas autogestionárias. Por fim, lembra-se que há pouca ou nenhuma intercooperação entre os empreendimentos com vistas à formação de redes.

Oliveira (2004) estuda as experiências de economia solidária realizadas no Ceará. Observa-se que a principal motivação dos grupos é reagir à crise do trabalho. No mapeamento realizado, constatou-se que os empreendimentos com maior grau de solidarismo – índice construído pelos atributos de autogestão, democracia, participação ativa, ações educativas, cooperação no trabalho e igualdade – são aqueles cuja gênese está associada à luta coletiva pelo controle dos meios de produção. “Observa-se também, que os EEAs com “grau de solidarismo” mais elevado estão vinculados a organizações de referência não estatais e que recorrem a aportes externos de recursos, diversificados, tanto de entidades estatais quanto de não-estatais”. Em oposto, “no outro extremo da escala de aferição do “grau de solidarismo”, os níveis menores deste indicador estão associados àqueles empreendimentos que se definiram pela norma do mercado promissor ou que guardam estreita vinculação com o poder

público e com o crédito facilitado”.(pg.355) Um grau de solidarismo mais elevado garante melhores condições de permanência para os empreendimentos e demarca novas formas de sustentabilidade que representam importantes diferenças quando comparadas às empresas capitalistas.

Em geral, os mapeamentos parecem revelar decepção e pessimismo dos autores quanto à economia solidária. Isto não é surpreendente, pois explicitam o problema metodológico da transposição da economia solidária a partir de projeções e proposições teóricas para um objeto empiricamente verificável. A decepção surge da frustração da expectativa inicial de se confirmar nos diversos empreendimentos as várias características associadas à economia solidária, não levando em consideração que as experiências existentes são aproximações de tipos ideais e reenquadramentos legitimadores da economia solidária. Assim sendo, a maioria das experiências mapeadas não nasceu como economia solidária, e desta forma, não necessariamente apresentam correspondência em suas propostas. Os mapeadores, ao não reconhecerem as dificuldades geradas por tal problema metodológico, enfrentam o desafio de selecionarem corretamente as experiências, tendo de resolver um dilema de quantidade e qualidade: por um lado, se há rigor ao enquadrar os grupos autogestionários, corre-se o risco de não se encontrar nenhum grupo de economia solidária; por outro, se há relaxamento, os grupos identificados aproximam-se de modo apenas marginal aos modelos ideais. Seja qual for a estratégia optada pelo mapeador, há o risco constante de se negar a economia solidária, seja pela inexistência de casos concretos ou pela descaracterização.

Neste sentido, várias opiniões emitidas nos mapeamentos lidam diretamente com este risco, ao apontar para a falta de prioridade na educação, a baixa articulação entre as experiências autogestionárias, a emergência de novas formas de dominação de saber, a dependência de agentes externos e a curiosa, mas grave para a economia solidária enquanto movimento, omissão da identidade autogestionária com vistas a melhor aceitação do mercado. As poucas opiniões de cunho mais afirmativo, como a identificação do surgimento de uma nova cultura do trabalho, além de destoantes, são conceitualmente problemáticas, pela inadequação do termo ‘cultura’ para apreender processos sociais incipientes e diversificados.

Feitas as observações acima, deve-se reconhecer a grande importância dos mapeamentos, para que se apreenda as experiências autogestionárias em conjunto, de modo alternativo aos estudos de caso. Deste modo, os mapeamentos permitiram observar a existência de uma contradição entre competitividade e solidarismo — os grupos com maior solidez econômica e inserção mercadológica possuem um número menor de traços de

solidarismo, enquanto os mais solidários enfrentam dificuldades de ser economicamente viáveis. Os autores se limitam à descrição deste achado, sem, no entanto, adentrar em explicações a respeito e avaliação das conseqüências — que poderiam colocar em cheque a crença na capacidade competitiva superior das organizações autogestionárias solidárias. Em nossa opinião, a dificuldade diagnosticada pode ser objeto de tratamento econômico, que explicita os custos do solidarismo, que podem ser inferiores ou superiores aos benefícios organizacionais e inferiores ou superiores aos benefícios individuais. Somente após a busca pelas organizações e indivíduos deste nível ótimo de solidarismo poder-se-á entender os limites da competitividade solidária. Também se faz necessário um conjunto mínimo de organizações solidárias eficientes e competitivas que atuem como efeito demonstração, para a construção de parâmetros comparativos. Caso contrário, a falta de referenciais pode induzir à não comprovada proposição de que o aumento da eficiência e competitividade se dá com a supressão incondicional do solidarismo mesmo em seus níveis ótimos, cuja adoção ensejaria uma piora na utilidade dos indivíduos e na lucratividade das organizações. Ademais, é preciso cautela e vigilância ao realizar os mapeamentos, para que não se caia na armadilha de se projetar, sem um exame econômico minucioso, a falta de viabilidade dos grupos em razão dos custos excessivos do solidarismo. Além disso, os mapeadores devem guardar ainda mais atenção na análise dos empreendimentos competitivos, cujas estratégias não necessariamente percorrem a descoberta de níveis ótimos de solidarismo, mas podem estar pautadas por hábitos, efeitos demonstração e conhecimentos tácitos advindos do universo estritamente capitalista.

3.4 Estado, Cultura e Educação

3.4.1 Educação

Correa (2000) é um dos primeiros autores a retomar a abordagem da educação de jovens e adultos no contexto da economia popular e economia solidária, apontando para a importância em se tratar o trabalho enquanto princípio educativo. “Ninguém acorda ou acordará de um dia para o outro “autogestionário”, se faz necessário um processo de reflexão crítica [...] sobre esta possibilidade concreta de rompermos com a alienação e estranhamento na organização e elaboração dos processos de trabalho”.(pg.8)

Tiriba (2001) faz um extenso levantamento da relação entre a economia popular e o que chama de pedagogia da produção associada. Nega-se o fim da centralidade do trabalho,

ao mesmo tempo em que se busca uma nova cultura do trabalho que liberte o homem. A autora nota que os movimentos sociais e populares encontram-se em encruzilhada histórica, sem saber ao certo quais rumos tomar e sem estar convencidos que as estratégias autogestionárias dos trabalhadores podem se converter em estratégias de sociedade. Perante o caos das relações sociais, aceita-se a possibilidade de ocorrência de um “efeito borboleta”, em que ações desencadeiam processos de transformação social. A noção de “efeito-borboleta” é emprestada da teoria do caos, para ilustrar a incerteza da causalidade dos processos sociais bem como os efeitos inesperados das ações. Citando Villasante (1997, *apud* Tiriba), há três condições necessárias para que o efeito seja engatilhado: situação de consciência de crise, recomposição de grupos e conjuntos de ação em uma cultura coletiva e propostas de melhoria de qualidade sustentáveis e locais.

Retomando as idéias de Gramsci, quanto ao papel dos comitês de fábrica e esta como local de geração de intelectuais de novo tipo, a autora defende uma pedagogia não restrita a questões técnicas, mas que aborde projetos políticos dos trabalhadores. “Mas, desafortunadamente, são poucas as pessoas que conseguem “tornar-se dirigentes”, no sentido gramsciano de “especialista mais político”. Os quadros parecem não se renovar, sendo quase sempre os mesmos trabalhadores que, assumindo (transitoriamente ou não), a função de “educadores-governantes”, estão presentes nos diferentes fóruns de discussão sobre economia popular”.(pg.333) Essas lideranças foram formadas em escolas de longa duração e passaram por processo de rupturas, com o patrão, com a igreja, com a dominação da família e da autoridade pública.

Na pesquisa empírica realizada pela autora, observou-se a amplitude limitada das ações de grupos autogestionários. “Assim, o atual fenômeno do cooperativismo da “apropriação da fábrica” não deve ser compreendido, necessariamente, como sintoma de luta para a transformação da sociedade, mas, fundamentalmente, como alternativa para que os trabalhadores garantam seus antigos postos de trabalho e/ou criem outras formas geradoras de trabalho e de renda”.(pg.175) Ademais, a decisão de manter-se associado está diretamente relacionada com a perspectiva de viabilidade econômica do empreendimento popular. A marca principal da cultura associativista é poder trabalhar sem ter patrão. Apesar de evidências de poucas transformações, pode estar surgindo um novo *ethos* na cultura dos trabalhadores, um *ethos* dos excluídos, com uma forma de produzir menos violenta, menos hierárquica e mais humanizada. Deste ponto, parte a principal conclusão da autora: “o trabalho é o princípio educativo. O trabalho é, também, o fim educativo, no entanto não pode ser qualquer trabalho. O fim educativo é a busca, pela práxis, de um novo trabalho, de um

novo sentido para o trabalho e para a convivência humana”.(pg.364) Além disso, seria preciso superar a solidariedade com vistas à sobrevivência para uma solidariedade de classe. “A solidariedade só pode tornar-se um valor real, à medida que se plasma na própria organização do trabalho e em outras instâncias da relação de convivência”.(pg.364)

Sá (2003) relata as dificuldades de serem desenvolvidas pedagogias para os cooperados. No trabalho realizado pela autora, notou-se que o principal elemento desmotivador era a falta de relação palpável do objeto estudado com a geração de renda, interesse imediato de todos os cooperados. Ademais, tal objeto, a saber, a elaboração de logomarcas, não estava contextualizado no cotidiano dos cooperados. Quando foi realizada esta contextualização, ao mudar o objeto para criação de cartazes de oferta de emprego e produtos, houve um grande ganho em participação, reduzindo a estranheza e distância manifestadas anteriormente. Mas a preocupação com a renda não foi a única barreira observada. Há limites culturais possivelmente intransponíveis: as criações de logomarcas, para atingir mercados de faixas de renda maiores, não podem ser baseadas em valores estéticos populares. “Não o podem, simplesmente, porque não atrairiam os consumidores das camadas médias e superiores”. Em contraste, se baseiam-se nos valores estéticos da elite, “pagam o preço de não serem atraentes para os próprios cooperados”. (pg.99)

A linha de discussão da economia solidária a partir das pedagogias da fábrica, iniciada por Tiriba e presente em Sá, teve continuidade nos debates do papel da educação de jovens e adultos, publicados em Kruppa (2005). Nesta publicação, Cortella (2005) põe-se de acordo com Singer (2005) quanto à importância da pedagogia emancipatória e libertadora, e quanto à economia solidária enquanto ato pedagógico construído sob valores fundamentais precedentes. Ademais, lembra que solidariedade vem de solidez, e não de solidão: “por isso, a intenção da utopia solidária irmanada com a educação é prioritariamente afastar a solidão, isto é, o estado de abandono ou a vida isolada sem proteção”.(pg.8)

Kruppa (2005), tendo como pano de fundo o estudo de caso da Usina Catende, observa que “na empresa capitalista, o trabalhador faz e não tem a oportunidade de sistematizar os processos que desencadeia com seu trabalho ou de desenvolver ferramentas de linguagem para apropriar-se do conhecimento, que é fartamente disponibilizado ao técnico ou ao engenheiro por uma linguagem de códigos pouco acessíveis aos não-iniciados” (pg.24) A economia solidária surge como uma nova escola, que vincula o pensar ao fazer, que rompe com a compartimentalização do conhecimento, integrando-o, e “propõe uma mudança de qualidade e postura do sujeito diante da vida e da organização da sociedade”.(pg.27)

Lopes *et alii* (2005) estudam a introdução de princípios cooperativos e solidários na escola municipal do bairro dos Mellos, em Campos do Jordão, São Paulo, em projeto patrocinado pela Fundação Semco, por meio de um instituto. Conclui-se que “a gestão democrática foi apropriada com relativa facilidade pela comunidade, até mesmo para limitar as práticas pedagógicas propostas pelo Instituto” e que “a experiência na escola dos Mellos demonstra ser possível a construção de uma nova sociabilidade, mais solidária”.(pg.79-80)

A discussão sobre a necessidade de se aprender os códigos escritos é retomada por Mello (2005), sob a experiência do projeto da Escola Itinerante, realizada em Guarulhos, São Paulo, e elaborado pela ITCP-USP. A originalidade do projeto está em convergir três eixos de formação: formação profissional para a construção civil, formação em autogestão e cooperativismo (economia solidária) e formação educacional e para cidadania (pedagogia dialógica de Paulo Freire). De qualquer forma, a autora coloca o projeto no contexto de políticas públicas com vistas à redução da pobreza no longo prazo, ao invés de ações paliativas de frentes de trabalho e bolsas diversas.

Nascimento (2005) aponta a educação como elemento estruturante da economia solidária, mas ao mesmo tempo lembra que “a economia solidária torna-se cada vez mais uma práxis pedagógica”. (pg.62). O autor apresenta a atuação da SENAES, enfatizando seu papel na formação de agentes de desenvolvimento solidário. Estes “atuam nas comunidades e empreendimentos da economia solidária por meio de metodologias participativas de sensibilização, mobilização, formação de monitores ou multiplicadores, acompanhamento, apoio especializado, construção de redes e/ou arranjos produtivos articulados a estratégias de desenvolvimento local, permeadas pela economia solidária e autogestão”.(pg.62)

Uma visão diferente, menos otimista da obtenção, pelas comunidades, de benesses pecuniárias originadas do voluntarismo econômico solidário, é apresentada por Baierle (2005), a partir da experiência do Mova, movimento de alfabetização, de Porto Alegre. A autora indaga a viabilidade da educação popular de jovens, adultos e idosos: “Prepará-los para o futuro, quando eles próprios já são, muitas vezes, o resultado de um futuro de oportunidades limitadas?”. Mas não se trata de uma barreira em si: “Foi recusando aceitar esses limites que aceitamos o desafio de trabalhar com nossos educadores e alunos [...] a sobrevivência econômica dos sujeitos da aprendizagem”. Mas o enfrentamento do desafio conduziu a autora para qual visão? “Em 2003, organizou-se o I Encontro de Economia Popular Solidária do Mova, marco de uma caminhada, não porque se tenha a pretensão de resolver questões estruturais apenas com golpes de vontade, mas por provocação, porque aprendemos, com as comunidades com as quais trabalhamos, que as estruturas só mostram seus verdadeiros limites

pela prática”, criando feiras, redes, grupos autogestionários e moedas sociais. Então, conclui-se de modo otimista, não no que se refere à geração de renda, mas de cidadania. “Diante de um mundo onde só o que tem preço tem valor, afirma-se o valor das pessoas, o prazer de fazer e aprender a fazer para o uso coletivo”(pg.66-67)

Ireland *et alii* (2005) também reconhecem a característica estrutural do problema do emprego entre jovens e adultos e o papel limitado da EJA neste contexto: “não poderá ser essa lógica de mercado que orientará a aproximação da EJA ao mundo do trabalho, pois ela já é por si falaciosa”. Mas a economia solidária surge, enquanto outra lógica, como solução alternativa e viável de geração de trabalho e renda. “[...] A EJA tem um papel fundamental nesse processo, não apenas no sentido de contribuir para que que jovens e adultos coloquem-se diante das relações capital e trabalho por outro prisma, mas também, porque esse pode ser o caminho de mudanças dos próprios prismas da escolarização para esses alunos”.(pg.98)

Embora a educação seja tipicamente uma força não estrutural de formação da economia solidária, existem pelo menos três interpretações possíveis de seu papel estruturante, como se apreende dos artigos analisados acima. Uma primeira visão dá grande importância ao voluntarismo, exercido a partir de agentes, que propagam e constroem a economia solidária que gera emprego e renda. Uma segunda visão questiona a geração de emprego e renda, e entende a importância da educação para economia solidária a partir dos benefícios indiretos e externalidades geradas, mas que não envolvem, necessariamente, reinserção econômica concreta dos indivíduos. A terceira visão é intermediária entre os dois casos, pois nega os efeitos objetivos do voluntarismo, mas não deixa de admitir o papel da educação em ampliar as possibilidades empregatícias das pessoas, condicionadas à viabilidade da economia solidária, ao capacitá-las para os conhecimentos e habilidades exigidos em tal estratégia de subsistência. De qualquer forma, cumpre notar que a maior parte dos estudos é mais compatível com a segunda das três visões, principalmente no tocante a politização dos trabalhadores, geração de novas sociabilidades, preparo para a autogestão e ao melhor acesso ao conhecimento, benefícios estes ligados somente de modo indireto à geração de renda, e não de modo causal. Em outras palavras, tais práticas não necessariamente geram empregos, mas cidadania, que por sua vez aumenta a capacidade sistêmica de competir no mercado.

3.4.2 Cultura

Embora a literatura, tanto a que discute aspectos conceituais como a que se concentra na revisão das experiências, enfatize muito frequentemente a necessidade de se discutir como

se introduz mudanças culturais na sociedade e nas populações-alvo dos projetos de economia solidária, não há trabalhos que se dedicam a esta questão. No entanto, os quatro trabalhos abaixo apresentados tecem comentários a respeito de aspectos culturais presentes na economia solidária.

Tiriba (2000) discute as possibilidades para a introdução de uma nova cultura do trabalho. Embora negue a existência de outra cultura do trabalho, a autora percebe a construção de uma identidade elaborada em oposição às formas assalariadas, que se baseia no trabalho sem patrão, na compatibilidade entre necessidades domésticas e profissionais, na capacidade de se autogerir, no exercício cotidiano da solidariedade e no trabalho flexível, ao invés de ser mandado e explorado, não conseguir compatibilizar casa e trabalho, sentir-se incapaz e subalterna. Apesar de serem várias as motivações dos grupos, enfatiza-se que “em primeiro lugar, o que os move é a necessidade, e depois a esperança de organizar o empreendimento de maneira a torná-lo economicamente viável”.(pg.233) Conclui-se que a cultura do trabalho associativo, embrionária, “não se esgota no interior mesmo do processo de trabalho, mas é síntese das relações que os trabalhadores estabelecem entre si, com os demais produtores associados e com a sociedade em geral”.(pg.235)

As dificuldades concernentes a formação de uma identidade homogênea no movimento cooperativo são lembradas por Trajano e Carvalho (2003). Há uma pluralidade de identificações dos sujeitos com os projetos cooperativos. “Nesse sentido, não podemos falar de um processo homogêneo e harmônico de construção identitária dos sujeitos trabalhadores em configurações sócio-produtivas autogestionárias e solidárias”.(pg.175) Rejeita-se o que os autores chamam de visão idílica ou angelical da organização dos trabalhadores em cooperativas, como conjunto único e harmônico de interesses não conflitantes.

Esteves (2003) faz um levantamento teórico sobre as fontes de desigualdade que desafiam o bom funcionamento das cooperativas. Nas desigualdades políticas, há divisões entre conselheiros e cooperadores (formando duas “castas”), cargos e funções (inserindo uma ideologia gerencial) e fundadores e novatos (gerando “direitos de anterioridade”). Nas desigualdades técnicas, pode haver uma divisão social do trabalho desigual, separando escritório e chão-de-fábrica, e uma divisão técnica do trabalho, distinguindo tarefas entre planejamento e execução. Nas desigualdades econômicas, em primeiro, pode não haver equitatividade das cotas-parte e da integralização do capital social; em segundo, a introdução de diferenciais de renda na cooperativa impõe desigualdades que podem corroer com a adesão cooperativa dos associados com renda inferior. Por último, há desigualdades de acesso e prática da linguagem, uma vez que muitos sentem barreiras invisíveis ao se comunicar e

compreender o que o outro fala, que é diferenciado como “outra cultura”, “outra língua” e “pensamento diferente”.

Barreto (2003) busca discutir a cultura da cooperação enquanto subsídio para a economia solidária. Na opinião do autor, é preciso superar os valores competitivos fortemente enraizados em sociedades urbanas e complexas, que geram violência e desagregação, e retomar os valores cooperativos, que se encontram mais presente em sociedades rurais e não-complexas. Sugere-se uma nova maneira de incubar empresas, que utilize a cooperação durante o processo de incubação, ao invés de uma meta a ser atingida no final, e que faça uso de um método vivencial, aproximando o conhecimento abstrato para o concreto e radicando este conhecimento no campo afetivo e racional. A economia solidária também é um projeto de emancipação psicológica, pois propõe o resgate da auto-estima, a consolidação de identidades e o reestabelecimento de vínculos afetivos e amorosos entre os indivíduos.

É preciso tecer comentários em relação aos quatro artigos acima arrolados. Os três primeiros artigos questionam a concepção de que os trabalhadores autogestionários possuem uma identidade única e harmônica, que provém de uma concepção equivocada do processo de construção identitária. De modo estrutural, a identidade de trabalhador é elaborada por oposição a identidade de capitalista, em meio a diferenças e conflito. O apagar de uma das partes rompe os antagonismos. Ao invés destes também serem apagados, as pesquisas etnográficas mostram que o antagonismo é repostado em diferentes classificações. Na falta de um antagonista à altura do capitalista, emergem várias classificações identitárias novas construídas por oposição. De qualquer forma, mesmo lançando evidências pessimistas a respeito da coesão cultural interna dos empreendimentos autogestionários, fica em aberto a discussão a respeito de como se conforma a identidade inter-cooperativa, que não necessariamente percorre os mesmos encaixos das complexas identidades ‘intra-cooperativas’.

O artigo de Barreto é corajoso por indagar a respeito da necessidade de se introduzir elementos culturais cooperativos na economia solidária. Entretanto, falha no momento em que naturaliza tal cooperação como própria de um mundo rural e de sociedades não-complexas. Desnaturalizar o ser humano é insuficiente para um movimento que se pretende como um vetor de mudanças culturais. Além disso, a vivência de comportamentos cooperativos no processo de incubação não fornece nenhuma garantia da persistência de tais comportamentos, uma vez que tais cooperativas estarão enquadradas em um universo cultural mais amplo, em uma totalidade de relações culturais. De qualquer forma, cumpre salientar a importância deste artigo, praticamente o único que se propõe discutir o assunto de mudança cultural – limbo em que a economia solidária se ampara mas não adentra.

Ainda no que se refere à mudança cultural, é preciso citar dois artigos relativamente pioneiros, escritos no âmbito da Economia de Comunhão. Burckart (1999, pg.68) sugere ser a ‘cultura do dar’ a cultura necessária, até então ausente, para a implementação efetiva do desenvolvimento sustentável. “Ao partir de uma abordagem antropológica diferente, essa nova cultura representa um experimento prático-teórico de organização da sociedade, expressa também pelo paradigma do Desenvolvimento Sustentável: uma sociedade equânime, fonte de felicidade e de realização do gênero humano”. Ferrucci (1998, pg.82) dá a receita de sucesso centrado na cultura: “Para que a economia de comunhão realmente produza seus frutos é preciso que penetremos na nova cultura do dar: é preciso crer verdadeiramente no poder da unidade de intenções [...] abandonando a cultura da competição.” Mesmo sendo anteriores aos artigos que tratam a cultura na economia solidária, é preciso notar que as mudanças preconizadas nestes dois textos, fundamentadas na gratuidade, são mais operacionais do que aquelas fundamentadas em conceitos demasiadamente abertos de cooperação – desde que se aceite, é claro, a hipótese de que a mudança cultural é uma escolha da sociedade ou do indivíduo – pois estes últimos podem incluir, por exemplo, formas de mutualismo que não necessariamente correspondem a mudanças culturais significativas.

3.4.3 Estado

Vários autores concentram-se em discutir a inter-relação entre Estado e economia solidária, debate de suma importância na influência da trajetória futura dos movimentos cooperativos populares.

Cunha (2003) defende a politização da economia solidária, como forma de retirar as experiências coletivas do isolamento. Trata-se de construir propostas, politizar as unidades e ver o movimento como essencialmente político. Mesmo perante o risco de se confundir a economia solidária com práticas assistencialistas e clientelistas (ou com a refilantropização do social), a autora defende a ampliação do debate político sobre a economia solidária por meio da “reflexão sobre o potencial papel do poder público como promotor da economia solidária, inclusive como forma de fortalecer a democracia participativa e ampliar os mecanismos de controle público por parte da sociedade civil”(pg.68) A base de tal concepção é a educação para a prática política que emerge como subproduto da participação em cooperativas da economia solidária, além do resgate do senso de pertencimento, o reconhecimento da alteridade, o reforço dos laços de confiança e respeito mútuos e o aumento da capacidade de expressão, da auto-estima e da capacidade de se planejar projetos de vida.

Uma visão não militante da economia solidária é dada por Pochmann (2004), que observa sua emergência a partir da atuação conjunta de militantes sociais críticos e de uma força de trabalho formada e escolarizada, que responde a um “contexto agressivo e violento de deslocamento do assalariamento” abrindo “novos espaços para a manifestação de modos de produção distintos da economia capitalista”. As ações auxiliares de governo vêm sendo inseridas no bojo de políticas compensatórias e de assistencialismo produtivo, de raio de atuação incompleto, sujeito a ciclos políticos e sem fornecer horizontes de longo prazo para os empreendimentos engajados. A consolidação da economia solidária depende de um amplo conjunto de políticas públicas: a superação do vazio legal, a montagem de um sistema de financiamento, a constituição de uma rede de pesquisa e inovação, a incorporação dos empreendimentos em políticas industriais e de apoio ao comércio exterior e o direcionamento de compras do setor público.

Tauile e Debaco (2002) iniciam o artigo identificando várias fontes de eficiência nas empresas autogestionárias, como maior transparência, maior motivação e flexibilização das funções. Tais fontes não se restringem à maior rentabilidade, pois também abrangem os benefícios sociais gerados pelos projetos. Como a economia solidária encontra-se em estágios iniciais, os autores consideram fundamental o apoio do setor público, mas admitem que não se sabe como fazê-lo: “é necessário que as principais dificuldades sejam melhor catalogadas, classificadas e explicadas de modo que se possa criar ou encontrar meios de ação mais apropriados para que o poder público possa agir direta e eficientemente sobre suas causas”.(pg.15)

Tauile e Rodrigues (2004) desenvolvem artigo com vistas a formular um conjunto de questões que deve ser enfrentado pelos formuladores de políticas públicas. As perguntas, de viés crítico e que não são respondidas, indagam se a economia solidária é uma forma viável de incorporação de trabalhadores no mercado de trabalho, qual o tipo de empreendimento propenso a se engajar, qual o papel da tecnologia, da propriedade coletiva, das comunidades locais e do comportamento democrático. Por último, é perguntado se a economia solidária está fadada a ser um nicho ou pode ter a pretensão de ser um padrão alternativo de desenvolvimento. Observa-se que são questões semelhantes já propostas em Tauile (2001), que lembra a dificuldade dos trabalhadores se sentirem proprietários e responsáveis pela gestão das empresas. A formação de redes é apontada como essencial, mas depende da criação de relações de confiança, melhoria de mecanismos de comunicação e a existência de rotinas de relacionamento.

Amorim e Araújo (2004) discutem as políticas públicas de apoio à economia solidária avaliando a ação da Senaes, criada em 2003. Os autores notam que a execução das políticas propostas necessita ações de médio prazo, que são difíceis de serem realizadas em programas inovadores, que demandam, inicialmente, estabelecer um pré-conhecimento das experiências existentes com vistas a nortear as ações da Secretaria. Os autores, ademais, observam o baixíssimo grau de execução orçamentária da secretaria no primeiro semestre de 2004.

O enfoque nas políticas públicas é, igualmente, realizado por Cruz (2002), que compara a atuação da prefeitura de São Paulo e do Estado do Rio Grande do Sul. Enquanto a primeira enfatizou a economia solidária enquanto política emergencial de geração de empregos, o segundo a viu como estratégia de transformação qualitativa, com vistas a formar uma nova cultura do trabalho. Para o autor, nenhuma das políticas teve sucesso, por causa de deficiências técnicas e políticas. Dois são os pilares fundamentais em se baseia o apoio estatal, a viabilidade econômica e a solidariedade interna construída intersubjetivamente. Este último quesito é o mais difícil de ser trabalhado pelas políticas públicas, uma vez que muitos grupos são reunidos sem possuir nenhum grau de solidariedade prévia. A solução “passa a ser uma canalização das organizações populares, ao invés de uma construção *ex-ante* do poder público”.(pg.17)

Kapron e Fialho (2003) seguem a linha de discussão sobre as políticas públicas para a economia solidária. Os autores consideram que estas não alcançaram espaço relevante nas agendas políticas e variam ao longo do espectro ideológico. “Nos programas “mais à direita”, cedem lugar ao assistencialismo e à iniciativa privada pelo lucro. Nos programas “de esquerda”, são vistos como reformistas ou apontados como incapazes de se generalizar na sociedade”.(pg.218)

A discussão do papel do Estado na economia solidária é uma questão de fundamental importância, cuja produção bibliográfica não faz jus e tampouco reflete a intensidade e o número de debates sobre o assunto no seio da economia solidária enquanto movimento social. De qualquer forma, os artigos acima arrolados são suficientes para apontar as dificuldades que emergem em tal empreitada. Em primeiro, para que o Estado atue de modo eficiente na economia solidária, é preciso conhecê-la, tarefa esta, em si, bastante complexa, pois o relativo grau de abertura das conceituações, ainda não consolidadas, afetam diretamente os mapeamentos. Em segundo, embora a economia solidária lute por ser reconhecida pelo Estado enquanto objeto e movimento social, uma vez alcançado tal objetivo e conquistado novas pastas surgem dificuldades de se expandir no interior do próprio Estado, uma vez que falta uma agenda bem definida de qual deve ser a atuação do Estado. Isto parece ocorrer,

principalmente, em conseqüência de conflitos para delimitar o campo de atuação: ênfase nas experiências endógenas, por um lado, que implica relativa passividade estatal; ou nas experiências exógenas, por outro, que compromete o Estado em postura ativa de fomento aos grupos. Neste último caso, mais uma questão não resolvida emerge: como contribuir para a viabilidade econômica dos grupos, que esbarram em dificuldades estruturais.

Porém, os artigos apontados pensam a relação entre economia solidária e Estado sob o prisma da superioridade estratégica e factual deste último – entende-se que o Estado pode orientar e tutelar a economia solidária. Não há avaliações de como a economia solidária pode influenciar o Estado em sua completude, afetando a distribuição de renda, as compras governamentais, o sistema público educacional, a regulamentação, etc.

Mesmo nas entidades públicas que enfatizam a legitimidade das experiências endógenas, em detrimento das experiências exógenas, torna-se difícil negar a presença de elementos de ‘cima-para-baixo’, uma vez que cabe aos mesmos departamentos definir o objeto da economia solidária ou até mesmo construí-lo. Enfim, trata-se de um assunto de vital importância, já alertado por Marx, a ser desenvolvido mais corretamente no próximo capítulo, tendo em vista os subsídios fornecidos pelo estudo de caso.

3.5 Temas Diversos

i) Líderes

A partir de 2001 há uma percepção de que a economia solidária não é apenas um ideal, uma utopia ou um projeto, mas algo em processo de realização. Mas a economia solidária não é considerada apenas um objeto e uma teoria, é, também, vista como movimento social, cujos líderes são igualmente teóricos idealizadores e ativistas que motivam as pessoas.

Nesse sentido, Rique (2003) demonstra como os principais autores da economia solidária, na sua opinião, Singer, Yunus, Owen e Arizmendiarieta, são capazes de mobilizar vontades e sentimentos de transformação social. Aprendê-los e estudá-los é, na opinião da autora, um “encontro generoso do cérebro com o coração, do prazer da atividade intelectual com a militância política”.(pg.315) Yunus é lembrado a partir de como “a vontade individual é capaz de iniciar um processo de transformação” e Singer como um “incansável aglutinador de corações e mentes que buscam no humanismo, na solidariedade e na justiça a razão de viver”.(pg.316-8)

A força da influência dos principais autores da economia solidária no Brasil pode ser vista em Oliveira (2003). Referindo-se especificamente a Paul Singer, descreve-o como professor sempre aberto, que nega o autoritarismo das cadeiras universitárias, que aprende junto aos seus alunos, que é tranqüilo e carinhoso ao ouvir o outro, que se encantou com a descoberta da economia solidária e que irradiava esperança, sonho, beleza e transformação. Mas sua ação não se circunscrevia ao ambiente acadêmico, se estendendo à militância política e à prática na incubadora. O autor chama a atenção, em particular, para a participação de Paul Singer no movimento Ação e Cidadania, de Betinho, que sensibilizou para a necessidade de se pensar novas formas de geração de emprego e renda. “Na campanha eleitoral de 1996 havia proposto à candidata Luiza Erundina mobilizar todos os desempregados de São Paulo, com o apoio da prefeitura, para que se organizassem e superassem – eles próprios – a situação adversa”. (pg.17)

Os artigos de Rique e Oliveira não devem ser lidos como descrições alegóricas da economia solidária enquanto conexão entre academia e movimento social, mas sim como descrições densas da força do voluntarismo e do poder carismático e heróico de agentes individuais. Trata-se de uma linha de pesquisa pouco trabalhada, mas de fundamental importância, pois se a economia solidária de fato acredita na capacidade estruturante da força de vontade, da militância e da inspiração, é preciso que se entenda quais são os canais de transmissão destas influências na sociedade. Os artigos acima apontam dois caminhos principais: o da sensibilização social — uma espécie de processo de tornar consciente e palpável dificuldades sócio-econômicas reprimidas — e, o mais importante, o da incorporação de um espírito de economia solidária — cujos traços principais envolvem nova razão para viver, abertura para outro, militância, gratuidade e esperança. A difusão deste espírito não ocorreria somente por meio de pregações individuais, mas por intermédio de instituições, como empresas autogestionárias, partes da academia e segmentos da sociedade civil, que afirmam aos indivíduos modelos de conduta ideais.

ii) Feminismo

Outro assunto pouco abordado, mas que ganha destaque em Nobre (2003), é a identificação do entrelaçamento entre a agenda da economia feminista e a economia solidária, verificada em três pontos. Em primeiro, ampliar a discussão sobre a divisão social do trabalho para incluir o questionamento da divisão sexual do trabalho. Em segundo, valorizar não só a produção, mas a reprodução do mercado de trabalho (comer, limpar e conservar) e dos

serviços sociais e de proximidade, que geralmente são realizados pelas mulheres sem a devida mensuração de valor e reconhecimento. Em terceiro, estender a desnaturalização da economia capitalista para abarcar, também, a desnaturalização da sociedade patriarcal.

Porém, o artigo de Nobre abarca apenas a dimensão da economia solidária enquanto movimento social, e não como objeto. Em geral, a literatura de cunho mais empírico é bastante omissa a respeito do tema, no que pese a existência de referências precisas dos precursores e dos teóricos contemporâneos sobre o assunto que não são resgatadas. Uma possível explicação para tal silêncio, além da suposição de pesquisas negligentes, envolve uma diferença na distribuição desigual dos gêneros de acordo com o tipo de experiência, se endógena ou exógena. Embora seja uma proposição difícil de generalizar, observa-se uma tendência de que as experiências endógenas possuem maior participação de homens, enquanto as experiências exógenas apresentam maior participação de mulheres. Uma possível razão para este fato se deve à herança de distribuição desigual de gênero que as experiências endógenas recebem de empresas falimentares, associações de bairro e movimentos sociais. Alternativamente, tal diferença pode ser, em si, fruto de um problema de gênero, uma vez que o bom funcionamento ‘de cima-para-baixo’ demandaria maior gratuidade, submissão e habilidade de comunicação dos indivíduos, relacionada ao *ethos* feminino, ao passo que o sucesso ‘de baixo-para-cima’ implicaria a correta organização de conflitos, exigências, luta por poder, enfrentamento e capacidade empreendedora, características, estas, associadas ao *ethos* masculino. Como muitas vertentes da economia solidária legitimam prioritariamente, por outras razões, as experiências endógenas, o papel das mulheres se reduz — reproduzindo, por conseqüência e de modo grave, ainda que de modo não intencional, as desigualdades de gênero no interior da conceituação de economia solidária. Uma possível saída para tal impasse é introduzir a agenda feminista, apontada rapidamente por Nobre, ao mesmo tempo que se legitima as experiências exógenas como economia solidária igualmente válida, caso contrário não se avançará no empoderamento feminino, pré-condição para participação das mulheres em igualdade aos homens nas experiências endógenas.

iii) Redução da Incerteza

Outro assunto esquecido pela literatura dedicada às experiências é a redução da incerteza proporcionada pela economia solidária. Nenhum artigo dedica-se especificamente a tal tema, talvez porque ele somente ganhe maior relevância em caso de maior densidade e articulação entre as experiências. No entanto, a maioria dos estudos empíricos toca no

assunto, mas apontam para direção contrária aos pressupostos teóricos, ao observar o aumento das incertezas nos projetos autogestionários, explicitado no sonho dos indivíduos do emprego formal, estimado como mais seguro.

Mesmo perante tais diagnósticos, ainda é possível identificar aspectos positivos de redução de incerteza em nível organizacional. A capacidade de lidar com as crises é relembrada por Molteni (1999). No artigo, lembra-se que a liberdade é um elemento chave da economia de comunhão, a ponto do princípio da subdivisão dos lucros ter alterado ao longo do tempo. “Inicialmente estava prevista uma divisão em três partes em sentido estrito; em seguida, este critério assumiu o caráter de referência, passível de adaptação às circunstâncias concretas”(pg.95) Adicionalmente é feita importante análise de como os projetos surgem na prática. Trata-se de uma via existencial e não uma dedução de uma teoria. Na origem das empresas, há uma pessoa que vive experiências evangélicas e de trabalho. Com o tempo, estas experiências são compartilhadas. Cria-se uma necessidade de responder às demandas. A resposta é concretizada por meio de uma imagem ideal – semelhante aos casos de sucesso na administração de empresas que formulam ‘visões’ e ‘sonhos empresariais’ capazes de fornecer orientação profunda. Em seguida, tem-se a experiência de campo e a reflexão desta.

iv) Indicadores

Ainda tratando de assuntos que tem sido pouco abordados pela literatura, a preocupação o desenvolvimento de novos indicadores econômicos que dêem conta da economia solidária é levantada por Wautiez, Soares e Lisboa (2003), que criticam o extenso uso do PIB atualmente, índice que desincentiva comportamentos morais, cívicos, solidários e ecosustentáveis, enquanto incentiva comportamentos imediatistas e destaca demasiadamente os empresários como únicos agentes relevantes para a economia. Novos indicadores devem ser produzidos para superar as insuficiências e falhas dos indicadores antigos e para mensurar uma riqueza originada no grau de participação democrática, nível cultural, acessibilidade aos serviços essenciais e qualidade do ar, água e das relações sociais.

A necessidade de novos indicadores passou a ser recorrentemente citada na literatura de economia solidária, contudo sem se submeter a uma apreciação crítica. Esta é imprescindível, pois é preciso que se conheça até que ponto a economia solidária é passível de tradução e a apreensão numérica. A existência de capital social e relacional, comportamentos de reciprocidade e gratuidade, adensamento das redes sociais, resgate de valores comunitários, mudanças valorativas culturais, sensibilidade intergeracional e social,

voluntarismo e militância não são quantificáveis. Grande parte dos benefícios trazidos pela economia solidária também não o são, por existirem fora do universo monetário. A observação direta de quantidades, por exemplo a renda das famílias participantes de experiências autogestionárias, é uma observação míope para a economia solidária, cuja força reside, entre outros aspectos, nas externalidades positivas e na flexibilidade. Assim sendo, é preciso cautela em tal assunto, pois o tema ‘indicadores’ parece ser fruto da própria cultura capitalista, em seu afã de precificar tudo o que for possível com vistas à potencial mercantilização. Ao mesmo tempo, tal esforço, ainda que de difícil consecução metodológica pelos problemas mencionados acima, não deixa de ser uma estratégia militante válida para conscientizar a respeito de concepções alternativas de riqueza.

v) Socialismo

Embora o socialismo seja tema recorrente na economia solidária, que por vezes sugere ser sucessora do chamado socialismo real, experimentado historicamente, há uma grande escassez de discussões de como ocorreria a convergência entre o projeto socialista e o de economia solidária. Na maioria das vezes, o assunto é tratado superficialmente no estrito âmbito da viabilidade de economias formadas por empreendimentos majoritários.

O único autor verificado que se dedica com afeição ao tema, sem restringi-lo, é Machado (2003), que avalia de modo crítico a proposta das cooperativas como passagem para o socialismo. Para ele, os chamados implantes socialistas são necessariamente frágeis, pois mediante a ação burguesa, acabam descaracterizados e esvaziados de seu conteúdo combativo e anti-capitalista. Assim sendo, embora a economia solidária enfatize o caráter coletivo e solidário de suas instituições, Machado lembra que este caráter pode ser perdido, sendo preciso entendê-lo em um campo de disputa permanente. Sobre a manutenção do mercado, o autor apresenta duas exigências para uma relação capital-trabalho aceitável: 1- ninguém deveria ser obrigado a ter patrão e todos deveriam ter a oportunidade de trabalhar por conta própria; 2- os assalariados devem ter direitos de acesso às informações e de participação nas decisões da empresa. Nega-se a necessidade de se construir o socialismo na própria formação capitalista, pois se tem o risco de arrefecer a luta política, em virtude de se concentrar a ação em novas relações econômicas socialistas, que correm o risco de ineficiência, falência e degeneração. Por fim, propõe-se três eixos de atuação do movimento socialista: 1- mudança do Estado (controle social, democratização, estatização e regulamentação de mercados); 2- mudanças na relação capital/trabalho, privilegiando formas democráticas e justas (limitar o

“direito” de demitir trabalhadores e criar câmaras setoriais); e 3- articular as formas de economia solidária, possivelmente no sentido realizado pelo MST, que vinculam as cooperativas a referências políticas, ideológicas e culturais anticapitalistas.

É interessante perceber que ao pensar o entrelaçamento entre projetos socialistas e de economia solidária, ressurgem de modo central questões que têm sido deixadas relativamente de lado por estes últimos, como o papel dinâmico do Estado e os efeitos da relação capital/trabalho. Além disso, cumpre salientar novos pontos de vista e leituras do projeto autogestionário, fundamento da economia solidária, que ao invés de ter sua eficiência e racionalidade valorizadas, são entendidas no âmbito de direitos dos trabalhadores à recusa do patronato e ao acesso de informações micro e macroeconômicas. Trata-se, em nosso ponto de vista, da mais importante observação de toda a literatura que estuda e debate a economia solidária.

vi) Necessidades

A discussão acerca das necessidades dos indivíduos é uma importante lacuna na economia solidária. Mesmo quando presente, como no caso dos precursores, Owen e Marx, e em autor contemporâneo, Mance, a discussão é apresentada de modo pouco articulado com as propostas de mudança sócio-econômica. Em geral, são apresentadas teorias críticas das necessidades, sem abordar aspectos dinâmicos de como estas podem ser alteradas.

A relevância deste assunto já havia sido apontada por Gutiérrez (1993a). Segundo o autor, há dois tipos de necessidades: 1- as sentidas e 2- as não sentidas, mas reais. “O diagnóstico participativo, ao envolver no processo de pesquisa os beneficiários, propicia a objetivação não só das necessidades sentidas, mas a das necessidades reais não sentidas”.(pg. 30)

Outro ponto observado por Tiriba (2001) é a prevalência, na economia popular, da produção de valores de uso ao invés de valores de troca. “Dito de outra maneira, essas organizações não estão produzindo “quinquilharias da Xuxa”, ou outros bens supérfluos que contribuem para o consumismo e o desperdício, mas produtos cujo valor é a satisfação das necessidades elementares da população: casas populares, chinelos, vestuário, produtos alimentícios, de higiene, etc.”(pg.257) Ressalva-se, porém, que isto não implica melhor acesso ao mercado, pois as próprias comunidades querem pagar um preço menor, por se tratar de cooperativas, ou se recusam a comprar produtos que não sejam de marca. Daí “o desafio é

como contribuir para mudar a cultura dos moradores das comunidades locais quanto à importância de abandonar “satisfatores” tradicionais, trocando-os por outros novos”.(pg.298)

Observa-se, na análise desta incipiente literatura, a existência de um campo teórico aberto a debates e novos estudos. Por um lado, é preciso mais estudos a respeito de quais são as necessidades reais não sentidas ou inconscientes. Por outro lado, faz-se necessário entender como as necessidades são construídas na economia de mercado.

É surpreendente a passividade da economia solidária em relação ao tema, tendo em vista sua forte presença entre os precursores. Dentre as possíveis causas para a atitude passiva, podem ser arroladas a dificuldade inerente ao tema, que parece exigir análises densas de aspectos cognitivos e comportamentais relacionados ao consumo, e a potencial frustração dos projetos economia solidária ao revelar agentes providos de vetores de necessidades capitalistas de difícil mudança voluntária.

vii) Economia de Comunhão

Uma revisão bibliográfica sobre a economia solidária no Brasil não pode prescindir de analisar e comparar os desenvolvimentos paralelos da chamada economia de comunhão, que teve sua origem em nosso país, a partir de uma visão de Chiara Lubich, religiosa fundadora e presidente do Movimento Focolares, em uma viagem a São Paulo, em 1991. Os principais artigos publicados em língua portuguesa a respeito da economia de comunhão são revistos abaixo, para que se discuta brevemente, em um segundo momento, a dificuldade da literatura de economia solidária, em geral, de incorporar as experiências da economia de comunhão como legítimas. Trata-se de uma discussão essencial, pois revela de modo peculiar a identidade e as fronteiras da economia solidária.

Lubich (1999) enfatiza a importância de uma economia fundada na ‘cultura do dar’ e não na ‘cultura do ter’. As empresas filiadas ao movimento comprometem-se a dividir seus lucros em três partes: 1- reinvestimento na empresa; 2- doação para os pobres e necessitados e 3- investimento na formação de novos homens, cultivando relações humanas de abertura e confiança e difundindo a cultura do dar, da paz, da legalidade e do meio ambiente dentro e fora da empresa. Além disso, a intervenção divina também é aventada como força transformadora. “Não podemos, contudo, esquecer um outro elemento essencial, que vem acompanhando constantemente o desenvolvimento da Economia de comunhão durante esses anos. Nessas empresas deixa-se espaço para a intervenção de Deus”.(pg.18) Sorgi (1998, pg.46) explica em outras palavras: “muitas vezes pensamos como os que não têm fé: ao

tentarmos reformar a sociedade e aperfeiçoar o caminho da humanidade, cremos ter de ‘contar somente com as próprias forças’. Esquecemo-nos de que ‘não estamos sós’ e que ‘um Pai, uma Providência Divina está acima de nós e nos acompanha’.”

Araújo (1998) acredita que a Economia de comunhão pode alcançar três objetivos definidos pelo movimento: atacar a pobreza, construir solidariedade e criar oportunidades de educação. Araújo (1999) enfatiza que não há como postular uma nova cultura sem a necessidade de se propor o nascimento de um novo tipo de homem. A economia de comunhão propõe a introdução do *homo donator*, para superar o *homo consumens*, podendo praticar um modo de dar evangélico “que encerra toda uma gama de valores que definem o próprio gesto de dar: gratuidade, alegria, generosidade, abundância, desinteresse”(pg.24) A autora faz observações originais a respeito da teoria da transição particular: “podemos dizer que a economia de comunhão requer, por um lado, ‘homens novos’, capazes de praticar a ‘cultura do dar’, e uma sociedade nova que tenha como mentalidade relacional a solidariedade e a partilha. Por outro lado, é ela própria, como economia de comunhão, como estrutura econômica, como empresa, que tem condições de propagar a ‘comunhão’.”(pg.30)

Tendo em mãos estas passagens a respeito da economia de comunhão, é preciso adentrar, ainda que de maneira sucinta, na análise de suas diferenças e semelhanças com a economia solidária. A comparação entre os dois projetos contribui para explicitar os elementos teóricos constitutivos e as especificidades de cada um, além de fornecer referenciais analíticos alternativos para o estudo de caso.

Em geral, a economia de comunhão só é marginalmente reconhecida enquanto economia solidária. A principal razão para isso, em nosso entender, encontra-se na ausência de concepções em sua proposta que levem em consideração a presença de lutas de classes em nossa sociedade. Em contraste, o projeto ideal de economia solidária, ao menos para a vertente histórico-estruturalista, é visto como emergente dos próprios trabalhadores, sem a intervenção direta, mas apenas acessória, dos agentes externos. Na economia de comunhão, em primeira vista, as mudanças geradas no sistema econômico, por outro lado, são impulsionadas exclusivamente “de cima-para-baixo”: são os donos das empresas que promovem as alterações fundamentais nos princípios da organização, retirando dos trabalhadores a iniciativa de tais mudanças, e reservando a estes o caráter passivo de fornecer uma resposta positiva e harmoniosa às decisões postas. Tal processo guarda semelhança com as proposições de mudança sócio-econômica advogadas por Owen.

Entretanto, a diferença apontada acima pode sofrer relativização sem grande esforço teórico. Os mapeamentos empíricos vistos confirmam que a economia solidária está longe de

ser vista homogênea como uma economia dos trabalhadores, mais parecendo um conjunto heterogêneo de experiências simultaneamente exógenas e endógenas, muitas das quais dependem diretamente de agentes externos para se sustentar, negando a característica “de baixo-para-cima”. Por outro lado, a economia de comunhão não se configura para seus membros necessariamente como de “cima-para-baixo”, pois antes de qualquer decisão empresarial, encontram-se pessoas ligadas a movimentos sociais religiosos, que necessitam ser sensibilizadas espiritualmente em contextos extra-econômicos. Desta forma, a economia de comunhão também possui um agente externo, que é o próprio Movimento Focolares.

A diferenciação da economia solidária enquanto economia de trabalhadores e a economia de comunhão enquanto economia de capitalistas é possível, mas deve ser avaliada sob testes etnográficos. Estes testes podem ser realizados à medida que ambas economias envolvem dimensões locais e não macroeconômicas. Os mapeamentos e etnografias realizados mostram que a grande maioria dos trabalhadores da economia solidária vê-se enquanto ‘trabalhadores sem patrão’. Trata-se de uma categoria não muito firme, quiçá contraditória, pois a categoria ‘trabalhadores sem patrão’ encontra-se muito próximo da própria categoria ‘patrão’, ao passo que produz duas inversões de significado – ‘trabalhador’ é o inverso do ‘patrão’ e o ‘sem’ é a negativa deste inverso. Mas o sonho dos participantes da economia solidária não é necessariamente ‘ser patrão’, no sentido tradicional, de comandar os empregados, mas sim, sair do patronato, entendido como tornar-se patrão de si mesmo. Se o objetivo é sair do patronato, a situação, em linhas gerais, é muito próxima da economia de comunhão, que faz o mesmo esforço de diluir o patronato nas organizações das empresas, propondo uma comunhão entre patrões e empregados. Assim sendo, conclui-se que a diferença entre as duas economias, a solidária e a comunhão, ao menos neste aspecto, refere-se a origem em trabalhadores ou em capitalistas das transformações propostas, mais do que a natureza destas, que parece ter um fundamento comum de diluir o patronato. Neste ponto, há uma convergência de princípios entre as duas economias, embora atuem em áreas diferentes, com pressupostos distintos. Também é preciso lembrar que a hipótese de convergência, que assumimos, depende da aceitação de que o esforço de diluição do patronato não é realizado como forma de apaziguamento político dos trabalhadores.

Outra possível diferença entre a economia de comunhão e a economia solidária envolve o tratamento e a difusão da gratuidade. Para a economia de comunhão, é essencial difundir uma cultura do dar e uma cultura da partilha. A opção pelo assistencialismo é clara, mas não deixa de ser crítica. Não é um ‘dar’ apaziguador e criador de dependência, por duas razões principais. Em primeiro, receber a doação não é um ‘almoço grátis’ como os

economistas descrevem, pois exige do doado uma receptividade e uma abertura ao outro que nem todos estão dispostos a realizar. Em segundo, fazer a doação exige comprometimento, emocional e espiritual, do doador. No caso da economia solidária, a gratuidade, desejada de modo semelhante à economia de comunhão, é tratada de maneira mais cautelosa, por riscos já mencionados de apaziguamento político dos trabalhadores. Desta forma, trata-se de uma característica ovacionada quando desenvolvida entre grupos e vizinhanças, em relações de proximidade, mas vista com ressalvas quando realizado de modo institucional. Em geral, pode-se notar que ambas as teorias defendem o mesmo tipo de gratuidade. A diferença não reside no tipo de gratuidade defendida, mas no modo com que é propagada. Como a economia de comunhão se propaga por meio de indivíduos, e não de instituições, não há necessidade de tanta cautela como no caso da economia solidária, cujas ambições de ação por meio de políticas públicas e globais são mais presentes na maior parte das linhas teóricas. Como resultado, a economia de comunhão consegue propagar a ‘cultura do dar’ de modo mais efetivo e claro que a economia solidária, que tem de diferenciar a ‘cultura do dar’ dos indivíduos e das instituições.

A ausência de ação de conflito e embate nas proposições da economia de comunhão distingue-a de muitas vertentes da economia solidária que pregam o controle dos meios de produção pelos trabalhadores ou a renúncia do consumo capitalista. A economia de comunhão é possivelmente avessa a protestos e linguagens mais críticas do sistema econômica capitalista, e, neste sentido, é praticamente inconciliável com a tradição que vem se firmando na teoria da economia solidária, muito embora o universo dos projetos de economia solidária seja bastante heterogêneo e capaz de incluir modelos de ação acrílicos de desenvolvimento local e de empoderamento dos chamados pobres.

Tendo comentado as diferenças relativas a gratuidade e a conflitividade, é preciso refletir sobre os modos que a economia solidária e de comunhão operacionalizam tais elementos na cultura que propõe. A economia de comunhão sugere uma propagação universal para a ‘cultura do dar’. Todos devem comungar os valores evangélicos preconizados, que parecem ser contraditórios às atitudes combativas e agressivas. A cultura da solidariedade da economia solidária é mais difícil de ser operacionalizada pelas pessoas, pois exige demandas contraditórias em nível pessoal emotivo, como grande reciprocidade e gratuidade dentro dos grupos, por um lado, mas força, crítica e conflito para reverter os quadros de dominação fora dos grupos, por outro. Neste sentido, parece não propor uma cultura universal, mas particular, ao menos para o curto e médio prazos. A realização desta cultura é mais fácil de ser concretizada quando a economia solidária é feita de ‘de baixo-para-cima’, pois neste caso

cada grupo consegue ter identidade própria e escapa da necessidade de uma solidariedade universal. Mas é muito difícil de ser realizada por meio de agentes externos que atuam enquanto instituições e situam-se, de acordo com a própria terminologia, externas à identidade dos grupos.

Por último, a questão religiosa é, naturalmente, uma diferença marcante entre a economia de comunhão e a economia solidária na maioria das vertentes. Para a economia de comunhão, Deus representa uma força de transformação do mundo. Uma vez que o sistema econômico volta-se para o divino, podem emergir soluções criativas e inesperadas para problemas sistêmicos e organizacionais. Deus atua como força benevolente em direção à sustentabilidade, amorosidade e unidade. Na economia solidária, há pouca influência de Deus. A maioria dos autores, como Singer, Mance e Gaiger/Coraggio não abordam questões religiosas, mas ao fazerem assim, consentem com a tradição socialista e positivista, de ver a religião enquanto uma irracionalidade, como em Owen, ou enquanto uma forma de dominação, como em Marx. Arruda é um autor que incorpora diretamente as questões de religiosidade e espiritualidade diretamente à economia solidária, de modo semelhante à economia de comunhão. A espiritualização do homem, para Arruda, e sua amorização, podem ser vistas como condutoras de mudanças no sistema econômico. Mas a causação, para Arruda, não é bem definida como na economia de comunhão, cuja crença no divino é, em si, força de transformação. Para Arruda, esta crença não é suficiente se o homem encontra-se em uma condição dominada e infra-humana e é incapaz de desenvolver seus potenciais.

A economia solidária é flexível e heterogênea a ponto de que suas versões mais conservadoras sejam em muito compatíveis com a economia de comunhão. Enfim, é preciso discutir até que ponto a economia de comunhão se enquadra nas tipologias de transição desenvolvidas no capítulos anterior, a fim de proporcionar um marco teórico adicional para analisar o estudo de caso. Neste sentido, faz-se necessário avaliar, de forma breve, item por item da tipologia.

O Horizonte Temporal da economia de comunhão é infinito, por não possuir limites para a concretização. Seu Sentido Temporal é unidirecional, pois não se estabelece hipótese de refluxo da evangelização. O Papel do Estado é acessório, pois não altera a propagação da nova cultura. O principal Desencadeador é a experiência individual de evangelização. O Catalisador das mudanças é a intervenção divina. A Economia Final é homogênea e capitalista. A Distribuição de Renda é fraca, pois se baseia unicamente na vontade dos capitalistas. O Homem Inicial é egoísta e competitivo. O Homem Final é generoso e cooperativo. O Crescimento é ilimitado, pois acompanha os novos valores propagados. O

Efeito Militância existe, por meio da propagação da ‘cultura do dar’. O Ponto de Partida é a ausência da evangelização na esfera econômica. O Papel da Tecnologia é o da destruição criativa, à medida que são valorizadas as inovações em conjunto com os trabalhadores. A Redução da Incerteza ocorre em nível microeconômico. O Arrefecedor é a falta de fé dos dirigentes das empresas quanto à importância da ‘cultura do dar’ e das diretrizes para o direcionamento dos lucros. O Obstruidor é o ateísmo das pessoas, incapazes de se sensibilizarem para os novos valores. A Metodologia é a evangelista.

O fácil enquadramento da economia de comunhão na tipologia sugere que a economia de comunhão possui uma teoria de transição implícita semelhante à economia solidária. Porém, se verificarmos a estrutura, pode-se notar que a economia de comunhão não se constrói sobre três grandes pilares – uma crítica ao capitalismo, uma teoria da transição e uma utopia – como a economia solidária. Não há uma crítica ao capitalismo, o que não gera a necessidade de romper com qualquer sistema. A teoria da transição não se constrói sobre a crítica de um sistema antagônico aos interesses que se defende, mas se desenvolve sob a hipótese de estar atuando em um campo virgem, povoado por gentios, ainda carentes de evangelização. Para a economia solidária, o campo não é virgem, mas cercado, fortemente, muitas vezes até armado.

De qualquer forma, em uma economia solidária marcada pela bricolagem – a combinação de diferentes elementos de diversas teorias – as fronteiras são vazadas e não bem definidas. Apesar das diferenças já identificadas, a bricolagem tende a absorver o universalismo da economia de comunhão, à medida que muitos agentes indutores procuram discursos e propostas mais universalistas. Isto tem ocorrido no primeiro lustro da década de 2000. A ênfase da discussão nas políticas públicas insere uma força universalizante na economia solidária, pois tipicamente as esferas governamentais não podem segmentar, privilegiar ou separar grupos e classes.

O poder universalizante da economia de comunhão pode ser usado na bricolagem, igualmente, quando se busca atuar em duas classes que têm sido descuidadas pela economia solidária: os religiosos e os capitalistas. Para os primeiros, a economia solidária não propõe uma mensagem clara, no que pese a grande influência da igreja nos projetos de geração de renda, de conscientização e luta pela terra. A questão da igreja e da religião são tratadas apenas marginalmente pela literatura acadêmica da economia solidária, que insiste em cultivar um secularismo, cultivo que perpassa para as pesquisas empíricas, ao ignorar as determinações sociais de origem religiosa. Ademais, há uma grande militância religiosa, fortemente engajada na economia solidária dos anos 90, mas em processo de distanciamento

na economia solidária dos anos 2000 – institucionalmente construída enquanto campo de poder secular. Essa militância experimental, muito provavelmente, um afastamento identitário.

No que se refere aos capitalistas, a economia solidária tem poucas propostas, pois se baseia implicitamente – e até de modo velado – em concepções de luta de classes. Como no caso dos religiosos, não há uma mensagem clara de como os capitalistas devem proceder. A teoria com visão marcadamente negativa em relação aos capitalistas recusa-se a formular ações propositivas para esta classe. Os empresários são vistos como sujeitos egoístas e ardilosos, cujas ações de benefícios sociais e de melhoria das condições de trabalho são meramente instrumentais para aumentar o lucro por meio de ganhos de produtividade e de apaziguamento político. Já a economia de comunhão integra os capitalistas em um projeto de transformar a sociedade, mesmo tendo em vista a diluição do poder dos empresários e redirecionamento dos lucros.

3.6 Trabalhos Críticos

Um conjunto pequeno de autores e pouco citado pela literatura dedicou-se a criticar a economia solidária. Em geral, as críticas concentram-se na inviabilidade da economia solidária enquanto projeto alternativo de desenvolvimento.

Lisboa, em viés crítico, busca redefinir as fronteiras da economia solidária. Lisboa (2001) não exclui a possibilidade de alianças entre grandes empresas capitalistas e empreendimentos populares, pois não há antagonismo radical entre os grupos. “A Economia Popular Solidária não está vocacionada para ser um sub-sistema fechado, mas constrói-se de forma aberta, mesmo sendo organicamente integrada”.(pg.7) Defendendo o mercado enquanto espaço de trocas, o autor chama a atenção para a necessidade de rediscuti-lo, com vistas a subordiná-lo ao interesse coletivo. Ademais, é preciso recuperar caminhos não eurocêtricos, fundados em uma racionalidade e lógica latino-americana.

A empresa cidadã e a responsabilidade social das empresas é discutida por Lisboa (2003), para o qual a emergência de tal fenômeno faz com que a economia contemporânea possa deixar de ser pura crematística. “Num mundo onde 51, das 100 maiores economias, são empresas, a responsabilidade social empresarial não é irrelevante nem desprezível, podendo representar uma conquista política da sociedade civil”.(pg.147). A empresa cidadã pode ser competitiva ao incorporar custos sociais e ambientais em seus preços, à medida que o mercado seja pautado por valores éticos. Do ponto de vista organizacional, o maior diálogo interno e abertura à participação permite reduzir os custos de controle interno e a aumentar a

motivação – “o ético torna-se um elemento rentável”.(pg.145) Vale lembrar que o avanço de novos modelos organizacionais não dispensam a necessidade de ações de vigilância social, com vistas a auferir a efetividade do discurso subjacente a cada empresa cidadã.

O mesmo autor também discute o mercado solidário enquanto legitimação, por parte da economia solidária, do mercado como instituição alocadora de recursos. Aceitar sua convivência na economia solidária não implica negar a especificidade desta, que reside num controle genuinamente social dos meios de produção, e não em uma alocação alternativa. “A economia solidária não tece redes fechadas, pois quer superar a sociedade de mercado através do próprio mercado”(pg.191) Desta forma, o autor retoma a diferenciação, inicialmente sugerida por Braudel, de economia de mercado e economia capitalista.

Lisboa (2003) é crítico em relação aos discursos naturalizantes da solidariedade. Para ele, por um lado, não há uma essência a-histórica solidária comum à humanidade. Por outro lado, a mundialização, enquanto crescente interdependência e sistema fechado, também não garante a emergência de uma globalização solidária, pois “a solidariedade como projeto político, como valor social conscientemente assumido, não emerge automaticamente daquela realidade primária e estrutural, não é um ímpeto que surge irrefletidamente por força do entrelaçamento natural. Nossa sociabilidade não é naturalmente solidária”.(pg.245) Lisboa lembra que muitos autores, como Hayek, além de não serem favoráveis à solidariedade, a combatem explicitamente.

No que se refere às ONGs, Lisboa (2003) as vê como elos de conexão entre o local e o global. Distingue-se as ONGs como movimentos sociais (ação coletiva, demandas pontuais, intensa participação e baixa grau institucional), organizações populares (instâncias democráticas representativas de interesses locais) e agências (entidades de financiamento). Elas podem ser hegemônicas (compatível com os discursos dominantes) ou contra-hegemônicas (promovem transformação social). O entrelaçamento das ONGs com a economia solidária se dá por meio de iniciativas de microcrédito e miniprojetos com o objetivo de promover o desenvolvimento local. O autor alerta para a degeneração democrática que existe em ONGs financiadas por agências do Norte, à medida que estas impõe padrões normativos e condicionalidades, impondo novas formas de imperialismo.

A diversidade das ONGs igualmente perpassa o terceiro setor, situado em um campo de conflitos conceituais. Porém, o terceiro setor está, na opinião de Lisboa, mais apropriado por uma vertente conservadora, que delimita o conceito ideologicamente, opera sob um contexto despolidizado e filantrópico, ignorando sindicatos e movimentos sociais contra-hegemônicos, como o MST. Independente de qual seja a matriz teórica, “o que legitima o

terceiro setor não são as falhas de mercado ou as insuficiências do Estado, mas primariamente as transformações contemporâneas, as quais requerem uma relação social mais personalizada, humana e solidária”.(pg.255)

Críticas ao terceiro setor e ao movimento de responsabilidade social nas empresas são, também, apresentadas por Arantes (2004). O autor aponta para o dismantelamento da sociedade civil e para as dificuldades advindas de processos de deslizamento semântico, responsáveis por esvaziar conteúdos revolucionários e progressistas. Em geral, quer-se deixar a lição de que “a coalizão dos dominantes globais, quando não busca descaradamente a cooptação pura e simples, se encarna na destruição sistemática de todo e qualquer coletivo que se organize na defesa de direitos ou na promoção da ‘cidadania ativa’, na desqualificação e desautorização de ‘espaços públicos’ efetivos de representação e negociação”.(pg.178) Trata-se de uma questão pouco discutida pela economia solidária, mas de suma importância. Em geral, não é discutido nem reconhecido o impacto de forças contrárias à economia solidária e à defesa de direitos.

Motta (2004) tece um trabalho original sobre a economia solidária, redefinindo-a “como o conjunto de indivíduos e organizações que têm em comum a idéia de que é possível uma ‘outra economia’ na qual prevaleçam os valores de solidariedade e da cooperação sobre o egoísmo e a competição”.(pg.v) Por meio de observação participante nos encontros, a autora notou a existência de inúmeras práticas voltadas à criação de coesão e identidade. Há estimulação de toques físicos, como cumprimentos e abraços, refeições em mesas coletivas. As principais palavras demonstrativas de valores são vida, igualdade, espiritualidade, amor, autonomia, autogestão, comunhão, solidariedade e socialismo.

Em alguns momentos, há divisão dos participantes por classe, em assessor, empreendedor e gestor público. Observa-se uma importância maior dos gestores públicos, seja pela composição majoritária de gestores públicos em mesas de encerramentos de encontros, pela conflitividade entre militantes e gestores e pelas polêmicas em torno de qual serão as políticas públicas de apoio à economia solidária. Interpreta-se que “a relação com as políticas públicas é uma dimensão da tensão revelada pelos profissionais no que diz respeito a uma definição das fronteiras com Estado”.(pg.36)

A autora nota uma pedagogia da economia solidária que se desenvolve “a partir do esforço para afirmar um vocabulário comum, condutas e comportamentos considerados adequados à teoria defendida” e que atua sobre “formas de agir individuais em todos os momentos, tanto nas discussões em plenária quanto nas refeições e até na hora de dormir”, fazendo uso de diferentes recursos como visualidade, construção de cenários, musicalização e

corporalidade. O principal simbolismo utilizado é o círculo, que remete à ausência de hierarquia e à facilidade de discussão e troca de idéias. Outros símbolos estão ligados à terra e à produção agrícola, como as sementes e a imagem do homem simples do meio rural. Embora muitos eventos pareçam procissões, com velas, músicas e meditações, observa-se que “não existe porém, uma tentativa de identificar a ES, e suas práticas de integração com qualquer religião específica, mas sem dúvida há um sentimento que se poderia chamar de religioso, no sentido de se dirigir a um bem comum, a uma ligação transcendente e a igualdade supostas”.(pg.28)

Existe nos comportamentos observados o resgate de dimensão nacional, por meio da valorização do país e de elogios freqüentes à cultura brasileira e a à riqueza da nação. Os participantes tem o cuidado de não utilizar palavras estrangeiras, principalmente em inglês. No conjunto, mostra-se que “essas demonstrações práticas da possibilidade de uma relação diferente entre pessoas, e entre pessoas e coisas, embora por fora da atividade tida como central na teoria da ES, que são os empreendimentos, são cruciais para a legitimação ‘prática’ da teoria sobre a ES”.(pg.33) Além disso, há um “esforço quase obsessivo dos profissionais da ES em construir coesão”, que é interpretado como luta pelo poder e como tentativa de se estabelecer no campo político e governamental.

A diversidade não é tratada de forma homogênea. “Pode-se reconhecer que algumas diferenças são consideradas positivas e são festejadas (como a diversidade de faixas etárias, de origem, de cor etc.), enquanto outro tipo de diferença é negada (de poder, de capacidade de formulação, de profissão etc.). (pg.34)

As figuras carismáticas têm maior legitimidade enquanto porta-vozes e lideranças da economia solidária. São vistas como gurus, por vezes de forma paternal, têm uma trajetória de militância e são precursores no campo de idéias. No entanto, verifica-se que “o fato de os dois [Singer e Arruda] serem economistas sugere que seu capital acadêmico tenha relação com a legitimidade reconhecida em suas palavras [...] ao que parece, se reconhece uma relação entre os economistas e a ES como se esses fossem especialistas habilitados para tratar dela”.(pg.42). Afora a questão do carisma, a autora nota um entrelaçamento do capital acadêmico com o capital político que vale ser mencionado: “é possível supor que [...] profissionais não apenas transportem os seus capitais acumulados enquanto acadêmicos para o mundo da ES, mas que o mundo da ES também ofereça recursos para suas atividades na academia, como seria o caso do sucesso em se instituir um novo nicho dentro da disciplina econômica”.(pg.48) Além disso, “a universidade é um espaço de intersecção entre o mundo da ES e a academia, mas também da ES com o Estado, através das atividades dos

profissionais acadêmicos, que são chamados, levando em conta também seu capital acadêmico, a formular políticas públicas diretamente”.(pg.51) Por vezes, não se restringem a auxiliar no desenho de projetos, mas por meio do capital social construído na ES, com contatos políticos, assumem cargos na burocracia. Referindo-se a Bourdieu (1996, apud Motta), a autora lembra que o Estado, como entidade, tem a capacidade de criar realidades, nomeando, regulando e controlando. Os profissionais da ES reconhecem nesta capacidade do Estado um importante instrumento de ‘fazer existir’ a ES”.(pg.53)

A produção escrita tem grande destaque na formulação das visões de mundo da economia solidária. Porém, a autora nota que “o destaque aos títulos universitários e às publicações dos autores é demonstrador de que o capital acadêmico tem influência na legitimidade daquilo que os profissionais escrevem.” Por outro lado, “a omissão das informações sobre os títulos acadêmicos de lideranças carismáticas também sugere a negação de que o diferencial de capital educacional seja aquilo que os torna especiais”.(pg.62)

A similaridade lógica dos modelos neoclássico e de economia solidária é alertada por Motta. “Os fundamentos dos argumentos da ES não diferem em natureza dos argumentos da teoria econômica que justifica o capitalismo. Ou seja, recorre da mesma forma a uma suposta natureza humana, às práticas econômicas como estruturantes da sociedade e capazes de produzir bem estar de todos. Pode-se dizer que a ES como teoria econômica é uma tentativa de ‘jogar no mesmo campo’ do suposto adversário”.(pg.74)

Motta conclui: “o que fica bastante explícito na teoria da ES é que existe um reconhecimento de que exista um ‘espírito do capitalismo’[...] Isto significa que faz parte do instrumental argumentativo da ES a percepção de que o capitalismo possui dimensões diversas e que é preciso também disputar no terreno das motivações pessoais”.(pg.80) Explica-se que “as representações no mundo da ES se assentam em pressupostos morais, de idéias sobre o que é a essência humana e o que deve ser a relação entre as pessoas e delas com o mundo que as cerca, concepções estas nas quais se baseia a construção da ES como teoria econômica”.(pg.85)

Alcântara (2003) avalia as teorias de economia solidária de Singer e Mance. A autora revela que, em Singer, a motivação dos trabalhadores a se engajarem em cooperativas se resume a falta de opções de geração de renda, mas nada é dito a respeito de como a ação coletiva ocorre. “As idéias da organização, da solidariedade, do uso coletivo dos instrumentos e do local de trabalho não se encontram soltas esperando que os indivíduos as percebam e adotem”. Em seguida, as idéias de Singer são testadas pelas teorias de Olson e Mary Douglas. De acordo com Olson, haveria três problemas para a constituição das cooperativas: a

voluntariedade individual (não existe), a horizontalização das relações de trabalho (é necessária centralização de poder para coordenação) e racionalidade individual (que não dispensa coação e incentivos seletivos). Estes problemas surgem em razão dos caronas e do tamanho dos grupos, dois quesitos que não são considerados por Singer. No teste perante a teoria de Mary Douglas, também não são identificadas afinidades, à medida que a última aponta para a necessidade de que exista alguma instituição que condicione os indivíduos a optarem pela cooperação, por meio da criação de categorias de pensamento que justifiquem e reproduzam a estratégia de cooperar.

A autora conclui que tanto Olson como Mary Douglas apontariam para o fracasso do modelo de economia solidária. A solução seria criar centralizações de poder, mas neste caso, se estaria descaracterizando as cooperativas. O desafio, portanto, passa a ser criar organizações centralizadas que possibilitem a expansão das cooperativas sem descaracterizá-las. No estudo de caso realizado pela autora observa-se a preocupação primordial dos indivíduos com a geração de renda, que também é a principal motivação pela qual decidem cooperar – “a horizontalização das relações de trabalho não influencia mais, no momento da escolha, do que a possibilidade de renda”. Isto acontece até mesmo com os trabalhadores que investem recursos na cooperativa. “O que acontece, por vezes, com as cooperativas é que os trabalhadores se associam e transferem seu direito de decisão a terceiros. Mesmo quando não transferem, certamente, não se importariam em transferi-lo”.(pg.56)

Em relação à economia solidária das redes, de Mance, Alcântara observa que “a adesão e a permanência na Rede são práticas influenciadas por instituições mais do que por raciocínios lógico-causais de maximização de benefícios” (pg.179) Para que a rede se materialize, é preciso que se construa a cooperação, naturalizando-a e institucionalizando-a. Isto é realizado aumentando a relação entre as cooperativas, dentro e fora do trabalho, compartilhando uma mesma identidade: “antes de implantarmos uma organização que terá mecanismos próprios de preservação e auto-reprodução, seria prudente tipificar, tornando habituais, as práticas cooperativas entre as células, indiferentemente se do campo do trabalho ou não”.(pg.197) O estudo de caso mostra que a rede começaria com ações simples, não necessariamente organizada de forma complexa, como a catalogação de informações de fácil acesso sobre quem compra e quem vende e a definição de selos de identidade.

Um dos principais autores críticos da economia solidária, embora muito pouco citado, é Pedro Demo, principalmente por sua obra *Solidariedade como Efeito de Poder*, de 2002. Outros escritos do autor já apontavam uma trajetória crítica das intervenções em nível local e assistencialistas. Em Demo (1995), o autor posiciona-se contra a renda mínima. Argumenta

que a pobreza no Brasil é majoritária e não minoritária. Ao invés do ideal de emancipação, tem-se o de assistência, que não atinge as relações de mercado, fornece a falsa sensação de que não há problemas de falta de recursos e reforça o parasitismo estatal. “Uma coisa é reconhecer que o mercado é excludente – outra coisa é aceitar que assistência é solução para este tipo estrutural de exclusão”.(pg.94) O autor propõe, então, produzir uma política de emprego e redistribuição de renda, que por consequência demanda o ‘confronto direto com a perversidade das relações de mercado e tempo de maturação’. O processo emancipatório é inevitavelmente de confronto; “o sujeito emancipado luta pelos próprios direitos, porque faz parte de sua competência perceber que direito não é dado, mas conquistado. Quem não luta pelos próprios direitos, permanece massa de manobra”. (pg.156-7) Tais opiniões são reiteradas em Demo (1996). A respeito da renda mínima, “embora aparente interesse pelos excluídos, no fundo consagra esta mesma exclusão, ao colocá-los, de vez, fora da lógica de mercado”.(pg.151) Na opinião do autor, a emancipação ocorre, de fato, com a inclusão econômica dos pobres via mercado de trabalho.

Demo (2002) realiza uma apreciação crítica da economia solidária, tendo como eixo central a idéia da solidariedade como efeito de poder. Se a busca de alternativas for efetivada por meio da solidariedade, é essencial que seja composta dialeticamente com a noção de confronto, elaborada e praticada pelos excluídos, sem a qual a solidariedade revela-se apenas como uma trama ideológica feita pelos dominantes. “Por exemplo, a solidariedade que produz ajuda assistencialista representa fantástico processo de imbecilização”.(pg.40) A importância do confronto deve ser enfatizada: “embora sempre se possa pregar que o oprimido não deva odiar o opressor, por óbvias razões evangélicas, o oprimido não sai da opressão se não souber confrontar-se com o opressor”.(pg.149)

O autor analisa os fundamentos biológicos da cooperação. Antes de mais nada, parte do pressuposto que o poder é sempre fenômeno precário, pois ao mesmo tempo que oprime, provoca. Haveria, portanto, uma margem de manobra, a politicidade, que conforma as forças de seleção natural para a sobrevivência dos mais aptos. Duas forças, em movimento dialético e ambivalente, definem a caminhada evolutiva, a saber, o egoísmo individual e o altruísmo grupal. O vetor correspondente, em análise das sociedades igualitárias e hierárquicas, sustenta a tese de uma hierarquia de dominação reversa nos seres humanos – “ou seja, não existe só este ou aquele lado, mas o entrelaçamento dos dois com preponderância histórica e genética de sociedades hierárquicas”.(pg.121) Esta análise, inspirada em Boehm, “abre caminho para, diante do tema da solidariedade, afirmar que se trata de outra arrumação do poder, incluindo-se também a possibilidade de imbecilização por parte do poder dominante”.(pg.124) Daí a

importância da boa comunicação, construída cuidadosamente e vigilante, pois os subalternos devem sempre avaliar se a clivagem hierárquica é inadequada ou injusta, com vistas a implantar outro ordenamento social vindo de baixo. Esta observação recupera as discussões sobre pobreza política. O efeito de poder mais abusivo origina-se no discurso de responsabilidade social das empresas: “o golpe maior está em ocultar que a origem principal da marginalização das maiorias se apresenta como redentora”.(pg.183)

Embora a solidariedade seja tipicamente utopia, por alimentar expectativas alternativas viáveis, ela pode degenerar em utopismo, “quando imagina implantar na história a sociedade em que todos cooperam para o bem comum, mantendo-se a este como paradigma social exclusivo e intocável”.(pg.145) Para Demo, as sociedades humanas são marcadas por guerras, colonialismos, prepotência física e cultural, e não é uma intenção de discurso em prol da solidariedade, uma pretensão evangélica ética, um modismo do advento de uma era da solidariedade, uma defesa de um povo eleito e uma universalização de experiências localizadas que irão, de fato, introduzir práticas de solidariedade e combater seus efeitos de poder. “Pregar a solidariedade a partir da posição de um professor bem inserido no sistema é coisa tranqüila, mas, a partir da posição de marginalizado, não se poderia deixar de ressaltar a necessidade de controle articulado”.(pg.158) Em frente, “há que afastar os utopismos, em particular a idéia de que arroubos voluntários e residuais possam abalar sistema firmemente plantado na competitividade econômica capitalista e supremacia dos Estados Unidos e do Ocidente em geral”.(pg.164).

A economia solidária, em suas vertentes de economia dos setores populares, é insuficiente para postular uma alternativa sistêmica, na opinião de Demo. À medida que se define em espaços não ocupados, não deixa de ser decorrente da lógica do capitalismo e não há como supor que estaria sendo forjada uma alternativa capitalista. Ademais, a lógica da reprodução da vida, ao invés da proveniente do lucro, é insuficiente para a construção de novos projetos sociais. “Com certeza, apenas reproduzir a vida é muito pouco para um ser que sabe formular utopias infinitas”.(pg.197)

Demo se alinha com Coraggio, na necessidade de conviver, ainda que contraditoriamente, com a produção de mercadorias. Tal pensamento é compatível com a hierarquia reversa, pois identifica capacidade de confronto dos que estão embaixo, visão não funcionalista (submissão final ao sistema dominante) e não purista (contraposição total). “Essa maneira de ver imprimiria, ademais, sentido mais realista à expectativa solidária: primeiro, vem a solidariedade da sobrevivência dos interessados, traduzida na capacidade de confronto dotado de possível êxito; segundo, comparece a necessidade de convivência no

conjunto da economia”.(pg.207) Não há como livrar-se do percurso evolucionário e histórico-cultural: “podemos humanizar o exercício do poder e as estruturas de mercado, mas não podemos nos livrar do mercado e do poder”.(pg.211) Demo também não poupa críticas à Singer: “sua visão me parece rósea em excesso, além de conter contradições lógicas desnecessárias: quem acredita na dinâmica da degenerescência da cooperativa não pode afirmar a democracia total”.(pg.217)

Demo observa que a discussão baseada nas experiências é pouco conclusiva sobre os rumos da economia solidária. “Provavelmente, a ciência não tem o poder de decidir se as expressões econômicas dos marginalizados significam condenação às sobras do sistema ou gestação de alternativas. Talvez as duas, porque, na ambivalência da realidade, é bem possível que da miséria ressurgam alternativas, como também é possível que a pobreza política ainda nos domine”.(pg.221) Em consequência, também é criticada a proposta de hermenêutica das emergências de Boaventura de Souza Santos, que propõe combater a impressão generalizada de que não há alternativa ao capitalismo hegemônico. Porém, Demo concorda com Boaventura que as alternativas só serão efetivadas com uma orquestração globalizada da luta em sentido planetário, em um projeto contra-hegemônico realizado como obra coletiva acima das querelas possíveis.

Remetendo a Dugatkin (1999, *apud* Demo), complementa-se que há quatro caminhos de cooperação: cooperação motivada por dinâmicas familiares, por transações recíprocas (*tit-for-tat*), por equipe de egoístas (uma caça organizada pelo auto-interesse de todos) e pelo altruísmo grupal (em que efeitos positivos grupais superam os efeitos negativos em nível individual).

Em nossa opinião, Demo constrói importantes críticas à economia solidária, mas é preciso ser cauteloso em relação a sua metodologia. Ele procura retomar os ‘portos seguros’ teóricos, que não seriam bem quistos pelas teorias pós-modernistas. Daí recorrer a Boehm e a princípios naturalizados como o de hierarquia reversa. Ora, ao menos nos estudos antropológicos, os chamados ‘portos seguros’ não são bem vindos porque são muito facilmente falseáveis. Se entre 1.000 sociedades por hipótese independentes, 900 são competitivas e 100 são cooperativas, não se pode afirmar que o ser humano é competitivo, mas sim que pode ser cooperativo. É falacioso, neste sentido, a negação de uma sociedade cooperativa diante de tantas evidências de guerras e conflitos. O que os estudos culturais comprovam é a flexibilidade da cultura humana e sua riqueza de possibilidades. Este é o ‘porto seguro’, tão bem lembrado mesmo por um estruturalista como Lévi-Strauss, que alimenta o princípio esperança para a economia solidária.

Um segundo ‘porto seguro’ de Demo é a história, que nos provê fundamentos para uma teoria da dominação. Em linhas gerais, os dominantes dominam por meio da força e da imbecilização. Os dominados devem atuar sobre estes dois elementos. Contra a força, usa-se o conflito. Contra a imbecilização, usa-se a emancipação. A teoria de Demo é logicamente coerente, mas não se presta enquanto teoria de transformação, pois o poder dos dominantes é sempre muito grande, porque detém o monopólio da inteligência. Talvez se Demo, ao invés de usar o conceito de imbecilização, usasse o de conformação (no sentido de resignação), sua teoria abriria mais o campo dos possíveis. De modo alternativo à Demo, podemos imaginar que o regulador corre atrás do regulado, pois este, por meio de sua inteligência, encontra alternativas não antevistas pelo regulador. Parece claro que, se retirarmos a possibilidade dos regulados serem inteligentes, não precisaria haver tanto esforço dos dominantes.

Ademais, Demo não apresenta nenhuma teoria da imbecilização e do apaziguamento político. Fica-se sem entender porque a assistencialismo diminui a capacidade reativa dos dominados. Demo toma isto como fato dado, sem examinar, em campo, o que os indivíduos pensam ao serem ajudados. Outra hipótese forte, decorrente, é a de que a ausência de assistencialismo produz reação política qualificada dos dominados. Uma terceira hipótese *ad hoc* emerge neste ponto: a reação política proveniente da ausência de assistencialismo não produzirá novos assistencialismos.

Não à toa, a agenda política defendida por Demo remete ao keynesianismo da época de ouro. Sem dúvida, a grande maioria dos indivíduos preferem um emprego a uma cesta básica. Mas como agir se, por hipótese, não há empregos? Neste caso, imaginamos que Demo deva insistir que o indivíduo deve ir ao governo pedir, e não o governo ir até o indivíduo. Sem dúvida, trata-se de algo positivo, mas está longe poder ser considerado o pilar principal de uma teoria de reversão de dominação. Além disso, há uma heterogeneidade muito grande de ‘ações de ir até o governo’ que não são necessariamente agrupáveis. Em cidades pequenas, ir até o governo significa estar sujeito aos ciclos políticos e a personalização da ajuda por parte do prefeito, quase eliminando a capacidade dos beneficiados de regular o governo. Em cidades grandes, o indivíduo livra-se dos ciclos políticos, mas não se livra da burocratização, que em si arrefece a capacidade dos indivíduos regular o governo, pelo grande número de instâncias que separam os beneficiados daqueles que tomam as decisões sobre seus benefícios. Outra alternativa, é os indivíduos realizarem os pedidos e o controle por meio de grupos e movimentos sociais. De fato, instituições como o MST tem mais poder de regular e monitorar o governo, reduzindo as chances de ser apaziguado, como sugere Demo. Mas não se trata de uma solução definitiva, pois há um novo problema para os indivíduos, que passam

a ter de lidar com os mesmos problemas em nível intragrupal, ou seja, correm o risco de serem apaziguados ou de terem de se submeter aos ditames do grupo para conseguirem obter os mesmos benefícios que outros indivíduos obtêm em balcões burocráticos. Em suma, para não nos alongarmos nesta discussão, nota-se que o ato do próprio indivíduo determinar o que precisa e o que vai pedir não é nenhuma garantia de enriquecimento político, pois pode adentrar em uma grande rede recíproca e institucional. Para que o hoje considerado assistencialismo não seja objeto de reciprocidade, por meio de alguma modalidade conotativa de compra de votos, em nível local ou nacional, ele deve ser considerado um direito social.

Quanto às críticas explícitas à economia solidária, elas também são problemáticas. Demo vê contradição na hipótese de Singer que incorpora degeneração de cooperativas e democracia total, mas parece não entender que aparentes contradições são inerentes aos modelos ideais, como os da economia solidária. O modelo ideal não é necessariamente observável na realidade, mas serve como parâmetro para explicar e identificar fatos que fogem aos eventos estilizados pelo modelo. É a presença de elementos arrefecedores, como a degeneração, que garantem que a economia solidária não se encontre em uma trajetória explosiva. Esta, sim, seria problemática, pois encerraria o potencial analítico do modelo, cuja dinâmica culminaria em um único cenário inexorável.

Outro elemento incompreendido por Demo na teoria da economia solidária refere-se à solidariedade. Com exceção de autores mais empíricos, como Coraggio/Gaiger, para a maioria dos autores, como Singer, Arruda e Mance, a solidariedade envolve confronto e não o chamado assistencialismo imbecilizante, abrangendo ações como posse dos meios de produção, boicote ao consumo e luta por uma ampla gama de direitos ao trabalhador. De qualquer forma, as críticas de Demo servem como recomendações de vigilância para os agentes indutores e de alerta para a academia em seu afã de determinar a economia solidária enquanto objeto empírico sem mensurar os riscos teóricos de tal ansiedade. Demo foi alvo da mesma confusão que mistura objeto com modelo teórico ao analisar as perspectivas da economia solidária ser uma alternativa sistêmica, vista por seus olhos críticos como não muito mais do que um capitalismo de migalhas, ao mesmo tempo em que acredita em proposta contra-hegemônica orquestrada, que é exatamente o que pensam Singer, Arruda e Mance.

A mais abrangente crítica à economia solidária foi realizada por Assman e Mo Sung (2000). Eles introduzem o livro apelando para a necessidade de um salto ético e de novos projetos alternativos de sociedade que sejam articuláveis a vida cotidiana, sem redundar na ‘síndrome de Atlas’, que carrega o mundo em suas costas, sente-se culpado e não consegue introduzir mudanças significativas. Esta síndrome ocorre também na busca obsessiva pela

‘solidariedade perfeita’, “tornando pessoas amargas e agressivas” e “impõe-se sobre pessoas e grupos sociais um fardo pesado demais para carregar.[...] Os ‘efeitos colaterais’ desta busca de ‘construir a utopia’ são demasiadamente dolorosos”.(pg.158)

Mas é preciso perceber que os apelos éticos só adquirem potencial estruturante quando introduzidos em formas de pensamento estratégico e operacional. Daí ser necessário duas pré-condições: que haja dúvidas na nossa maneira de conhecer a realidade e que ocorra uma valorização da sensibilidade como conhecimento, “sensibilidade no sentido de experiências físicas de visão, audição e tato” e “no sentido da ‘sensibilidade humana’, a capacidade de sentir a empatia e a compaixão, de se deixar tocar pelas vidas, sofrimentos e alegrias, esperanças e desejos das outras pessoas”.(pg.98) É preciso superar a invisibilidade da miséria. “A cultura do mercado tende a invisibilizar a pobreza. Para amplos setores das populações dos países ricos e para os setores acomodados de países, como o Brasil, os pobres são tão ou mais imperceptíveis com as entidades imaginárias”.(pg.236)

As observações específicas sobre economia solidária são introduzidas para mostrar que “as linguagens sobre a solidariedade estão parcialmente colonizadas e que, portanto, a noção de solidariedade não só não é óbvia, mas sua serventia para campos do sentido abrangentes requer um distanciamento consciente dos usos reducionistas da noção de solidariedade”.(pg.66) Este conceito é usado em dois sentidos diferentes: 1- descritivo, como descrição da interdependência entre seres, e 2- normativo, como um dever-ser ético. Haveria uma crise de percepção, de origem cultural e epistemológica, que impõe dificuldades no reconhecimento da interdependência e da coesão social, fazendo as pessoas viverem como se não houvesse ninguém em sua volta. O conhecimento desta interdependência pode ser adquirido por meio de uma educação transdisciplinar e de perspectiva sistêmica, mas o reconhecimento está situado no campo afetivo e emocional. Daí, “o reconhecimento nosso de que esse reconhecimento existencial sobre a interdependência pressupõe um conhecimento, mas que não é um resultado necessário deste conhecimento, nos dá uma idéia das possibilidades de contribuição da educação, sem colocar, ao mesmo tempo, demasiado peso sobre os seus ombros”.(pg.86)

O contraponto da ênfase na importância da interdependência é a crítica a projetos de desenvolvimento local que pressupõe algum grau de isolamento. Também são criticadas concepções de reorganização de mercado baseadas em critérios sociais e em redes. “É ilusório imaginar-se uma ampla dinâmica ao mesmo tempo economicamente produtiva, socialmente solucionadora e culturalmente instigante como resultado de ações humanas inteiramente desinteressadas e gratuitas. Não existe sujeito histórico imaginável para tão vasta operação de

gratuidade. Nesse sentido, a civilização do amor não é viável com a espécie humana na fase atual de sua evolução”.(pg.110) Tal civilização, além das visões de sociedades sem exploração ou desigualdade, são construções baseadas na crença de que nossos desejos são prenúncios do futuro. Além disso, as experiências locais de sucesso não podem ser livremente estendidas para níveis mais amplos, uma vez que não há garantias que suas propriedades se conservem na passagem entre níveis. Também é lembrado que devem coexistir múltiplos princípios organizativos na sociedade, e não um único, como pretendem certas vertentes da economia solidária.

Quanto ao consumo crítico necessário para mercados sociais, destaca-se que “uma forte disciplina implica coerção moral ou legal, imposta ou assumida. E nos sonhos da nova sociedade não está prevista essa noção de coerção. Pois estes grupos que lutam pela ‘sociedade justa e solidária’ compartilham uma das aspirações fundamentais da modernidade, a liberdade como ausência de coerção”.(pg.141) No que se refere às mudanças almejadas, destaca-se que “o reconhecimento da necessidade de determinações no campo jurídico, político, econômico e social não levou a reconhecer os limites que a necessária institucionalização da sociedade impõe ao nosso desejo de substituir competição e regras sociais pela solidariedade pura”.(pg.141) São as instituições que produzem regras, controles e hierarquias e possibilitam a reprodução dos grupos. “Entretanto, a institucionalização da solidariedade mata um pouco da sensibilidade solidária, pois a solidariedade é realizada de modo institucional, isto é, com regras baseadas em mecanismos ao mesmo tempo auto-organizativo e burocrático. Mas não há outro jeito”.(pg.158)

Os autores são críticos em relação ao entrelaçamento de exclusão social e projetos alternativos de sociedade, em proximidade às negações de Demo quanto ao potencial de geração de novos sistemas. “É engraçado que geralmente são só os que podem satisfazer um nível razoável dos seus desejos, como os intelectuais ou atores políticos, que investem os seus desejos em ‘outro mundo’. Parece que quem tem que se virar neste mundo para realizar algo dos seus desejos, como os pobres, investe suas energias e desejos neste único mundo que temos”.(pg.95) A falta de entendimento dos desejos igualmente foi notada nos socialismos, pois “haveria um erro antropológico na proposta marxista: os seres humanos não se preocupam apenas com suas necessidades, mas também – e muitíssimo – com seus desejos”.(pg.156)

É lembrada a importância da esperança, que surge a partir da negação das certezas. “Esperança só é esperança quando não se funda em certezas. Quando há bases seguras, “científicas”, para as nossas projeções desejantes, temos otimismo. Esperança é quando nós

esperamos apesar das nossas incertezas, apesar das atuais condições humanas e sociais que não nos dão garantia da possibilidade de realização dos nossos desejos”.(pg.103) Ademais, “é a negação do mundo atual como absoluto que nos abre a possibilidade para a esperança e para a sensibilidade solidária”.(pg.105) Mas, são feitas ressalvas: “há, no entanto, uma tentação perniciosa de exagerar nas esperanças possíveis. Custa-nos muito admitir que não podemos transformar o mundo como desejaríamos”(pg.259) Os autores até arriscam uma antropologia do conhecimento brasileiro: “a ‘consciência infeliz’ não pega no Brasil. Em termos gerais, só a pequena burguesia intelectual se deixa contaminar pelo negativismo eternamente amargurado. Talvez por isso mesmo, e a partir desse pendore para o positivo, somos também presa fácil de visões ingênuas”.(pg.288)

Por fim, as soluções passam pela educação. Assmann e Mo Sung concluem para a necessidade de se educar para lutar contra a exclusão, o que significa, em suas opiniões, realmente salvar vidas. Em suma, “a educação se confronta com essa apaixonante tarefa de formar seres humanos para os quais a criatividade, a ternura e a solidariedade sejam ao mesmo tempo desejo e necessidade”.(pg.297) Ou, ainda, “acreditamos que a educação tem a missão de criar acessos para a construção de campos do sentido para a vida e o desmantelamento dos campos do sem-sentido da atividade”.(pg.305) Por sua vez, a sensibilidade seria adquirida por “uma espécie de exercício espiritual” e de “uma demanda de envolvimento em reciprocidades”, resgatando, por meio de uma cultura solidária, a acolhida existencial e o processo de humanização relacional.

A maioria das concepções de Mo Sung e Assmann são compatíveis com a economia solidária. Não se tratam de proposições que rejeitam a economia solidária, mas que a aprimoram em nosso entender. De qualquer forma, é preciso tecer algumas considerações pontuais.

Os autores vêem incoerência e falta de identidade entre intelectuais e atores políticos, por um lado, e pobres, por outro lado, pois enquanto os primeiros insistem em outro mundo ideal para os últimos, estes insistem neste mundo. Mas para a economia solidária isto não é necessariamente contraditório, uma vez que a inclusão dos pobres neste mundo passa a ser considerado, por imposição da realidade, uma utopia. Trata-se de duas diferentes visões de mundo que confluem possivelmente em um único modelo ideal.

Mo Sung e Assmann criticam implicitamente modelos ideais projetados a partir de utopias, pois entendem que possivelmente se baseiam na crença de que os desejos são prenúncios do futuro — daí a necessidade de diferenciarem o otimismo da esperança. Mas a economia solidária rompe com tal passagem, pois postula uma teoria da transição, inclusive

em nível individual. Não basta ter desejos. A afiliação dos indivíduos à economia solidária cobra ações presentes. Essas ações não são necessariamente um fardo muito pesado para se carregar. É provável que assim o sejam para uma parcela significativa da população, mas não serão para todos os indivíduos, que se distribuem em um contínuo de graus de dificuldade e de adaptação.

Ademais, mesmo entre os indivíduos para os quais a economia solidária é um fardo pesado, os autores ignoram a existência do efeito militância. Os militantes são sujeitos que se dispõem a carregar este fardo, mesmo com custos pessoais grandes. De qualquer forma, fica a recomendação de que não se sintam culpados e amargurados.

O restante das críticas tentam tocar, de modo não surpreendente, a validade dos pressupostos utópicos da economia solidária. Mais tais críticas são uma consequência lógica de uma teoria da frustração implícita, que em nossa tipologia, seria mais um elemento arrefecedor. A mensagem é que não nos exaltemos em esperanças e ideais, pois o preço a pagar por meio das ações em nível individual é muito custoso, em razão da falta de viabilidade ou de realismo. Mas é neste ponto, infelizmente, que a obra, sem dúvida fruto de grande sensibilidade dos autores, se contradiz. Ao postular o incremento da sensibilidade solidária, os autores não estimam corretamente os incentivos envolvidos, pois esquecem de contabilizar os custos de sofrimento que tal nova sensibilidade implica. Em virtude desta contradição, a obra mais se parece como uma grande sessão de psicanálise, onde entra nas sessões um militante cansado e sai um militante pronto para outra briga novamente. Mas no que consiste esta psicanálise? Trata-se de um processo de rever as expectativas e ideais constantemente, refazer, sempre, as teorias da transição, verificar a consistência de nossos desejos, a precisão dos conceitos e a distância dos horizontes considerados.

Aforas as críticas, para a bricolagem da economia solidária fica a lição de que, possivelmente, será muito difícil realizar consumo e produção solidárias sem que haja um longo processo prévio de construção da sensibilidade solidária. Esta exigência esclarece a dimensão maior do que esperado das mudanças necessárias para a transformação do sistema econômico que almeja a economia solidária. Tudo isto ainda depende da hipótese de que a sensibilidade solidária não é variável endógena subjugada pelos mercados.

Se assumirmos que a falta de sensibilidade solidária é produto do capitalismo, será preciso, muito provavelmente, abdicar das estratégias de produção e economia solidária, pois de fato não há variáveis candidatas facilmente identificáveis para causar 'tão vasta operação de gratuidade'. Como alternativa, tal hipótese conduz a uma economia solidária fortemente baseada em confrontos.

3.7 Síntese das Experiências e Questões Conceituais

Com o intuito de auxiliar as discussões realizadas no capítulo 4, elaboramos o Quadro 4 que sintetiza os principais pontos da literatura que merecem avaliação perante os estudos de caso do próximo capítulo.

Quadro 4. Síntese da Literatura.

| Assunto | Autores | Pontos de Discussão |
|---------------------------|---|--|
| Utopia e Esperança | Gutiérrez (1993a); Gorostiaga (1993); Fiori (2000); Oliveira (2000); Souza (2000); Cattani (2003) | <ul style="list-style-type: none"> — Utopia como referencial para ações comunitárias; — Deslocamento favorável da oposição esperança e desastre; — Otimismo do sentido da história e no mercado braudeliano; — Utopia do capital; — Utopia do trabalho formal; |
| Racionalidade | Gutiérrez (1993b); Razeto (1993); Bruni (1999); Gui (1998); Gui (1999) | <ul style="list-style-type: none"> — Fator C como racionalidade da economia dos setores populares incapaz de gerar alternativa global; — Universalismo, relacionalidade, não-condicionalidade e expressividade |
| Cooperativas e Autogestão | Dal Ri e Vieitez (1999); Galvão (1999); Tesch (1999); Schneider (1999); Gutierrez (1999); Nakano (2000); Albuquerque (2003); Schmidt e Perius (2003); Jesus e Tiriba (2003); Oliveira (2003); Culti (2002); Souza (2003); Nascimento (2002); Nascimento (2003); Verardo (2004); | <ul style="list-style-type: none"> — Degeneração e baixa articulação; — Valores democráticos e cooperativos; — Vantagens comparativas enquanto modo de organização e regulação; — Causas da expansão das cooperativas populares; — Solidariedade orgânica e agir comunicativo; — Socialismo autogestionário; — Insuficiência na participação e necessidade de acesso ao poder e informação. |
| Conceituação | Gadotti (1993); Kraychette (2000); Souza (2000b); Cattani (2003); Jesus (2003); Milanez (2003); Fratell e Roca (2003); Wautier (2003); Jesus e Mance (2003); Lechat e Schiochet | <ul style="list-style-type: none"> — Projetos alternativos na economia popular; — Emancipação social; — Capital social; — Desenvolvimento local e sustentável; — Comércio solidário; — Submissão do consumidor; |

| | | |
|-------------------------|--|--|
| Conceituação (Cont.) | (2003); Lechat (2003); Lechat (2002); França Filho (2002); Santos e Rodriguez (2002); Lubich (1999); Araújo (1998); Zamagni (1999); Sampaio (2003); Lisboa (1999); Lisboa (2001) e Lisboa (2003) | — Dom e dádiva; — Economia moral; — Hermenêutica das emergências; — Novo paradigma de ciência; |
| Estado | Cunha (2003), Pochmann (2004); Tauile e Debaco (2002); Tauile e Debaco (2004); Amorim e Araújo (2004); Cruz (2002); Kapron e Fialho (2003) | — Dimensão reduzida de ação estatal; — Atuação limitada para a viabilidade econômica dos grupos; — Falta de conhecimento prévio do objeto de apoio; — Desconhecimento de como apoiar os grupos; — Definição excludente: endógena ou exógena; |
| Cultura | Tiriba (2000); Trajano e Carvalho (2003); Esteves (2003); Barreto (2003); Burckhart (1999), Ferrucci (1998) | — Identidades múltiplas e conflitantes; — Dificuldades em fomentar uma cultura da cooperação; — Importância da gratuidade; |
| Educação | Gutiérrez (1993a); Correa (2000); Tiriba (2001); Cortella (2005); Kruppa (2005); Lopes <i>et alii</i> (2005); Nascimento (2005); Baierle (2005), Ireland <i>et alii</i> (2005); Sá (2003) | — Anterioridade da educação na autogestão; — Educação para cidadania ao invés da geração de renda; — Integração e não compartimentalização do conhecimento; — Pedagogia com projetos políticos; — Distanciamento com objetivos imediatos do educando; — Educação para nova sociabilidade; — Práxis e pedagogia dialógica |
| Sindicatos ITCPs | Oda (2000); Magalhães e Todeschini (2000); Parra (2003); Guimarães (2000); Heckert (2004); Azevedo (2003); Souza <i>et alii</i> (2003) | — Resistência sindical; — Novo sindicalismo; — Reorientação da pesquisa e conhecimento universitário para processos de mudança social; — Barreiras à inovação tecnológica. |
| Estudos de Caso | Pedrini (1999); Pedrini (2000); Holzmann (2000); Castro <i>et alii</i> (2000); Búrigo (2000); Primavera (1999); Chaves (2000); Bittencourt (2000); Barcellos e Beltrão (2000); | — Processo de diferenciação interna das identidades; — Capital relacional; — Cultura da firma e hábitos egoístas; — Cultura da partilha e intercâmbio tecnológico; — Consolidação do hábito de decisão em grupo; |

| | | |
|--|--|---|
| Estudos de Caso (Cont.) | Gomide (2003); Ortellado (2003); Dakuzaku (2003); Cruz-Moreira (2003); Cardeal (2003); Rufino (2003); Icaza e Asseburg (2004); Almeida <i>et alii</i> (2004); Melo Neto Segundo e Magalhães (2003); Primavera (2003); Musse (2003); Sá (2003); Oliveira <i>et alii</i> (2003); Heckert <i>et alii</i> (2003); Ferrucci (1999); Costa (1998); Pinheiro (2000) | <ul style="list-style-type: none"> — Lógica da abundância; — Transdisciplinariedade; — Viabilidade intergeracional, histórica e tecnológica; — Nacionalismo; — Vivência de idosos, crianças e deficientes físicos; — Acumulação de capital precária e baixo nível de investimentos; — Crescimento microeconômico inversamente proporcional ao macroeconômico; — Exclusão das cooperativas dos mercados e baixa autonomia comercial; — Limites do crescimento insular |
| Mapeamentos | Icaza (2001); Icaza (2004); Pedrini <i>et alii</i> (2004); Vieitez e Nakano (2004); Carvalho e Pires (2004); Nunes (2004); Jesus <i>et alii</i> (2004); Oliveira (2004) | <ul style="list-style-type: none"> — Dilema competitividade x solidarismo; — Educação não prioritária; — Baixa articulação; — Novas formas de dominação do saber; — Dependência de agentes externos; — Omissão da identidade autogestionária; — Variedade de organizações de referência (políticas, ideológicas e funcionais) |
| Socialismo Feminismo Indicadores Incerteza Necessidades Líderes | Gutiérrez (1993a); Rique (2003); Oliveira (2003); Nascimento (2003); Machado (2003); Nobre (2003); Molteni (1999) | <ul style="list-style-type: none"> — Sensibilização social; — Difusão do espírito da economia solidária; — Agenda feminista; — Reprodução teórica das desigualdades de gênero; — Redução da incerteza; — Capacidade de enfrentar crises; — Indicadores de economia solidária; — Direito à informação e à autonomia |
| Economia de Comunhão (comparação) | Lubich (1999); Araújo (1999) | <ul style="list-style-type: none"> — Ausência de luta de classes; — ‘Diluição’ do patronato; — Gratuidade e religião; — Teoria acrítica do capitalismo; — Disponibilidade de agenda para capitalistas e religiosos |
| Crítica | Lisboa (2001); Lisboa (2003); Motta (2004); Alcântara (2003); Demo (1995); Demo (1996); | <ul style="list-style-type: none"> — Campo de poder e fronteiras do estado; — Existência de forças contrárias à economia solidária; |

| | | |
|-----------------|---------------------------------------|--|
| Crítica (Cont.) | Demo (2002); Assmann e Mo Sung (2000) | <ul style="list-style-type: none">— Obsessão por construir a coesão;— Espírito da economia solidária;— Ênfase na natureza humana;— Ausência de governança e instituições nas cooperativas e redes;— Hierarquia reversa e apaziguamento;— Insuficiência da economia dos excluídos como alternativa sistêmica;— Impossibilidade da ciência estimar o potencial das experiências de economia solidária;— Inviabilidade histórica de grandes operações de gratuidade;— Esperança sem certezas e crítica a modelos fechados e otimistas |
|-----------------|---------------------------------------|--|

Capítulo 4- Estudo de Caso

Este capítulo está estruturado em três partes. Na primeira parte, faz-se uma breve introdução histórica do MST nacional e especificamente de Mato Grosso do Sul. Com vistas a complementar a revisão bibliográfica realizada nos primeiros capítulos, também é adicionada uma pequena revisão bibliográfica sobre o tema, focando, dentro do possível, cooperativas de produção em assentamentos do MST.

Não se fez uma longa revisão bibliográfica porque fugiria demasiadamente do tema desta tese, que é o estudo da economia solidária a partir de um estudo de caso, a saber, o desenvolvimento da economia solidária no interior de Mato Grosso do Sul com ênfase nos coletivos de produção do MST.

A grande maioria dos estudos sobre os assentamentos não se desenvolve sobre temáticas próprias da economia solidária, mas sim sobre a reforma agrária em geral, discutindo aspectos normativos, analisando as decisões governamentais e enfatizando uma agenda de pesquisas orientada sob a questão principal da viabilidade e da estruturação dos assentamentos. Outra linha de pesquisas bastante comum busca analisar o MST e os assentamentos sob o ponto de vista dos movimentos sociais, enfatizando os aspectos políticos e tornando secundários os aspectos econômicos. Assim sendo, a rápida revisão bibliográfica que realizamos tem o objetivo de verificar as principais questões e observações que emergem de outras pesquisas, para incorporá-las a análise do estudo de caso.

Em uma segunda parte, a avaliação das experiências de economia solidária é realizada tendo como base as entrevistas e depoimentos realizados, disponibilizadas no Apêndice I. A maior parte destas foi realizada com integrantes do MST, principalmente os militantes. Embora estejamos cientes da existência de um possível viés das visões da militância, a imparcialidade é uma variável de difícil controle em qualquer caso, pois são os militantes os principais informantes e interlocutores; são eles que produzem o discurso nos assentamentos e atuam como porta-vozes das associações e coletivos. Outras entrevistas e depoimentos foram realizadas com funcionários do governo, agências e ONGs, principalmente com intuito de verificar o impacto de decisões de “cima para baixo” na organização da economia solidária. Por último, foram realizadas quinze entrevistas com grupos de economia solidária do interior do Estado de Mato Grosso do Sul com o intuito de compará-los com a experiência do MST e de entender o desenvolvimento da economia solidária fora dos grandes centros urbanos. Vale

mencionar que, embora as entrevistas e depoimentos estejam arrolados em apêndice, consideramos sua leitura indispensável para a compreensão das análises desenvolvidas.

Na terceira, quarta e quinta partes, busca-se consolidar os principais resultados das pesquisas, enfatizando o impacto dos coletivos de produção, inserindo-os nos marcos teóricos da economia solidária e comparando-os com as outras experiências. São retomadas as tipologias de síntese desenvolvidas ao final do primeiro, segundo e terceiro capítulos a fim de testá-las e entendê-las sob o prisma do estudo de caso realizado.

4.1- O Desenvolvimento do MST e dos Coletivos de Produção nos Assentamentos

Um histórico sintético do MST é encontrado em Morissawa (2001), que se baseou na tese de doutorado de Bernardo Mançano Fernandes para compilar os principais fatos e acontecimentos ocorridos no movimento desde sua fundação. A síntese apresentada a seguir se baseia na contribuição destes autores. Como veremos, os depoimentos apresentados no decorrer deste capítulo realçam e confirmam a cronologia factual e a relevância dos episódios.

Traçar a história do MST é uma tarefa que requer o reconhecimento, em suas origens, do papel da CPT, a Comissão Pastoral da Terra, cujos esforços remontam à época da ditadura. Nesta fase, o apoio da igreja foi imprescindível para que o movimento se sustentasse em meio às ações repressivas do governo e dos latifundiários.

Dois encontros organizados pela CPT foram de fundamental importância para os sem-terra. O primeiro foi o encontro regional do Sul, realizado em julho de 1982, reunindo lideranças dos Estados de RS, SC, PR, SP e MS. Neste encontro, já se concluía que o principal inimigo dos trabalhadores era o modelo de desenvolvimento econômico que privilegiava interesses de latifundiários e grandes empresários.

Dois meses depois houve um segundo encontro, o seminário nacional em Goiânia, onde se levantou a idéia de se estender as ações do movimento para que tivessem alcance nacional. De acordo com Morissawa (2001), “alguns participantes consideravam suficiente ter a CPT como forma de organização. Mas foi um dos representantes da própria CPT que colocou em debate a idéia de que os trabalhadores deveriam ter seu próprio movimento”.(pg.137)

O 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra ocorreu em janeiro de 1984, nas dependências do seminário diocesano de Cascavel, no Paraná. Durante o encontro, Dom José Gomes, bispo de Chapecó e presidente da CPT, manifestou apoio à fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Em consequência, fundou-se o MST, que

em seu nome incluiu “trabalhadores rurais” para destacar tratar-se de um movimento de agricultores.

Em janeiro de 1985 realizou-se em Curitiba o 1º Congresso Nacional dos Sem-Terra. A palavra de ordem escolhida foi “ocupação é a única solução”. Paralelamente, a UDR também se organizou, ao inaugurar sede nacional em Brasília em junho de 1986, buscando iniciar campanha para desmoralizar a Igreja, em razão do engajamento na luta dos sem-terra, desarticular os apoios da sociedade civil ao MST e eleger representantes para a Constituinte.

Em 1987, nos encontros do MST, emergia a noção de que a conquista da terra era só o início da luta. A cooperação surgiu, então, como resposta adequada para resistir economicamente e se manter assentado na terra. Ainda no fim deste ano, decidiu-se começar a vincular as greves nas cidades às ocupações no campo, com fins de aumentar a pressão exercida no governo.

O primeiro Laboratório Organizacional para Formação de Organizadores de Empresas foi realizado em outubro de 1988, em Palmeira das Missões/RS. Com o objetivo de incentivar a formação de cooperativas de produção, os laboratórios foram realizados em diversos Estados. Entretanto, como a maioria das experiências não foi bem sucedida, ao longo dos anos 90 a metodologia foi sendo progressivamente abandonada.

No 5º Encontro Nacional, definiu-se nova palavra de ordem do movimento: “ocupar, resistir, produzir”. O 2º Congresso Nacional foi realizado em maio de 1990, em Brasília. Neste ano, a prioridade do movimento foi dar impulso à organização de cooperativas.

O 3º Congresso Nacional ocorreu novamente em Brasília, em 1995, quando se reiterou o repúdio à política econômica do governo. O massacre de Corumbiara em 1995 e o de Eldorado de Carajás em 1996, além do calote dos latifundiários no Banco do Brasil e a crise na agricultura, contribuíram para a ocorrência de um grande reconhecimento da sociedade em relação à importância do MST e o absurdo da concentração fundiária no Brasil.

Pesquisas mostravam o MST como uma das instituições com maior credibilidade do país. Dia 17 de fevereiro de 1997, foi iniciada a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. A chegada ocorreu, conforme programado, dia 17 de abril, em protesto a um ano do massacre de Eldorado de Carajás, reunindo mais de cem mil pessoas em Brasília. A Marcha teve o apoio das igrejas, sindicatos e prefeituras das cidades onde passava, para organizar os alojamentos e a alimentação. No final de 1997, inaugurou-se a Escola de Ensino Supletivo Josué de Castro, em Veranópolis/RS, para ensinar o curso de Administração em Cooperativismo para assentados.

Outro ano que reuniu importantes protestos foi 1999. Houve a Jornada Nacional de Lutas, em março, e a Marcha Popular pelo Brasil, de julho a setembro, em protesto às medidas de reforma agrária então recém implantadas pelo governo FHC.

Em abril de 2000 houve a primeira ocupação só de mulheres — 70 trabalhadoras ocuparam o engenho Gutimba, na Zona da Mata Pernambucana. O acampamento foi batizado de Dorcelina Folador, em homenagem à prefeita de Mundo Novo/MS, militante do MST, assassinada em outubro de 1999. O 4º Congresso Nacional do MST, realizado em agosto de 2000, muda a palavra de ordem, para “por um Brasil sem latifúndio”.

Em uma revisão histórica sobre as lutas no campo, é preciso chamar a atenção para a gravidade dos conflitos e a dificuldade em organizar a resistência. Segundo dados apresentados em Morissawa (2001), “desde a redemocratização do país (1985-1999) foram assassinados 1169 pessoas no campo (lideranças de trabalhadores, religiosos, sindicalistas, advogados dos trabalhadores, dois deputados etc.) Apenas 58 pessoas foram incriminadas e julgadas; dessas, apenas 11 foram condenadas e 47 foram inocentadas apesar das provas; dos 11 condenados, apenas 3 continuam presos.”(pg. 164)

Em Mato Grosso do Sul, a primeira reunião importante dos sem-terra foi organizada no final de 1982, no município de Taquaruçu, em encontro promovido pela CPT reunindo mais de mil famílias, formadas por arrendatários, assalariados, posseiros, desempregados urbanos e brasiguaios. Com a articulação feita, somente no final de 1983 definiu-se o local da primeira ocupação no Estado — o latifúndio de Santa Idalina, no município de Ivinhema. A ocupação, relatada de modo dramático em virtude do esforço policial repressivo, só ocorreu em 28 de abril de 1984. A resposta dos latifundiários foi rápida, com entrada de pedido de reintegração de posse e conseqüente despejo realizado pelo batalhão de polícia.

Com o objetivo de arrefecer o movimento, o governo tentou levar os acampados de volta para seus municípios de origem, para isolar as famílias e reduzir o poder de pressão do grupo. Entretanto, Dom Teotardo, bispo da diocese de Dourados, alojou as famílias em 4 hectares de terra pertencentes à igreja e localizados em Glória de Dourados. A CPT organizou o acampamento, arrecadou alimentos em várias paróquias e formou várias comissões (mulheres, saúde, educação, jovens, etc). Após cinco meses de negociação, o governo comprou área de 2.500 hectares em Nioaque, formando o assentamento Padroeira do Brasil.

Outro episódio digno de nota ocorreu em 1986. Neste ano, 4.600 famílias brasiguaias foram barradas na fronteira do Estado de MS com o Paraguai. Houve uma transferência provisória de 1.200 famílias para Dois Irmãos do Buriti. A demora para assentá-los provocou a ocupação da Fazenda Monjolinho, em Anastácio.

Uma dissensão entre o MST, em um lado, e a CPT e os sindicatos, pelo controle da organização dos acampamentos e assentamentos, fez com que o movimento se afastasse e só retomasse as ocupações no início de 1989, na fazenda Itasul, em Itaquirá, reunindo 1280 famílias. Outras três ocupações ocorreram no mesmo ano, em Jateí, em Bataiporã e novamente em Itaquirá. Em 1990, na jornada de Luta pela Terra, 300 trabalhadores rurais caminharam de Dourados a Campo Grande, mobilizando a sociedade.

Santos e Lima (2003) e Ferreira(1999) enfatizam, ademais, que o Estado de Mato Grosso do Sul tem, comparativamente, grande concentração fundiária e influência muito forte das oligarquias rurais atuando em conjunto com o governo. O esforço de neutralizar o poder de pressão do MST em meados dos anos 90 resultou, como resposta do movimento, em uma das maiores ocupações realizadas no Brasil, a saber, da fazenda Santo Antônio, somando 24.900 hectares localizados em Itaquirá, ocupados em 1997.

Os mesmos autores acima citados relatam a história do assentamento de Andalucia. Após relatarem as lutas, os despejos e as ocupações, centram suas análises na formação e na crítica da escola presente no assentamento. Ainda quando acampados, havia grande participação da comunidade em questões concernentes a organização escolar, mas tal processo sofre um refluxo após o assentamento definitivo das famílias. Segundo o militante Ferreira (1999), “quando essas famílias estão acampadas é uma realidade, todos participam, desde a estruturação e organização da escola até o planejamento de aula, através do conselho escolar ou equipe de educação formada por pais, educadores(as), educando(as). [...] Após serem assentados a comunidade se acomodou, se desvinculando quase que totalmente da escola. Conselho escolar ou equipe de educação não existe mais, agora a preocupação é fazer o assentamento produzir”.(pg.26) Concluindo pela ausência de características comuns à formação defendida pelo MST, o autor aponta que em Andalucia “a pedagogia viva do dia-a-dia acaba não sendo suficiente dentro da cultura arraigada da propriedade privada e do individualismo que domina em nossa sociedade. E a história tem mostrado de que não basta estudar ou conversar sobre a cooperação. É preciso formar pela vivência de práticas cooperativas”.(pg18)

Santos e Lima (2003) — autores que são assentados do Andalucia e militantes do MST — relatam a força política de outras organizações e associações na constituição do assentamento. É dado destaque à ECOA, Ecologia em Ação, cujas parcerias, efetuadas desde 1997, foram bem-sucedidas para a conscientização ambiental e para a consecução de pequenos projetos econômicos. Fala-se sobre o projeto do BIRD, que alimentou esperanças e soluções, mas que foi interrompido pelos agentes financiadores por suspeita de

irregularidades da principal associação logo no início na execução do projeto. Desde então, houve abandono da associação Marçal de Souza e novos grupos políticos emergiram no assentamento.

Na história do MST, há dois pontos de transição e avanço do movimento bem definidos. Um primeiro é quando deixam de ocupar grandes latifúndios para ocupar áreas públicas com o objetivo de maximizar a pressão política para a realização da reforma agrária. De acordo com Silveira (2003), em seus estágios iniciais, o MST ocupava apenas grandes latifúndios, fazendo destas ações formas de denúncia da estrutura agrária do país. A existência da repressão policial, a reação crescentemente organizada dos fazendeiros e o escasso poder político mudou o foco das ações para a ocupação de áreas públicas, método mais eficiente para pressionar os governos a negociar e acelerar a reforma agrária. Este processo se consolidou com a eleição de uma bancada de 5 deputados na câmara federal. Um segundo ponto de transição é a ênfase nas formas coletivas de produção, defendida como a única viável para a reforma agrária e para a sustentação do movimento.

Silveira (2003) analisa a visão de mundo do movimento a partir da contraposição entre ideologia e utopia. Pela primeira, constrói-se uma crítica social. Já pela utopia, entendida no sentido grego, como algo possível de se construir, desenvolve um sentido profético no agente utópico, da necessidade de transformação social, a partir de uma dialética entre denúncia e anúncio de um mundo justo. Este novo mundo se baseia nas propostas e sonhos propagados pelo MST, de democracia na terra, nova política agrícola, industrialização do interior, novo modelo tecnológico, alfabetização e a acesso aos direitos sociais básicos.

O esforço do MST em organizar ações educativas é tratado por Arelaro (2005), que narra o processo de criação de curso de graduação na USP, com o nome de 'Pedagogia da Terra', com vistas a atender os sem-terra. A autora relata que "o MST trouxe as diretrizes do seu desejo e do que seria, para eles, a Pedagogia da Terra, um projeto formulado por inteiro, com cerca de trinta páginas. Foi um pouco 'chocante', pois a universidade está acostumada a ter uma relação de consultoria com os movimentos". (pg.42) É interessante enfatizar o ineditismo de tal iniciativa, em que o movimento social consegue questionar e romper com exclusividade do poder acadêmico em determinar previamente as disciplinas, conhecimentos, processos seletivos e o público-alvo.

Fabrini (2001) analisa os assentamentos do MST sobre dois pilares principais, o de inclusão e o de viabilidade. Antes de mais nada, é o desejo organizado de ser incluído que dá identidade aos sem-terra e os diferencia dos demais incluídos. A inclusão seria um objetivo principal norteador das ações. O autor nega que exista um desencantamento do mundo,

expressão proposta por Abramovay (1994, apud Fabrini (2001)), para ilustrar os efeitos da passagem do acampamento para o assentamento (refluxo e passagem da visão utópica para a produtiva), embora veja na conquista da terra exatamente o assumir da condição de incluído.

Em relação à viabilidade, Fabrini (2001) posiciona-se que a viabilidade econômica passa pela viabilidade política, caso contrário o movimento cairia em práticas economicistas, transformando-se em empresas, ao invés de sustentar seu caráter revolucionário, não subordinado ao capitalismo. De qualquer forma, “esta parece ser uma discussão marcada por duas orientações políticas dentro do MST. Uma que entende o assentamento como lugar de produção e voltado prioritariamente para as lutas econômicas; e outra, que concebe o assentamento como lugar de continuidade das lutas dos sem-terras, com uma orientação mais política do que econômica.” (pg.25)

Brenneisen (2002) propõe uma visão crítica do papel do MST nos assentamentos e nos coletivos. A autora analisa o CPA do assentamento Verdum, formado por agricultores transferidos da fazenda Papagaios, em Inácio Martins, em virtude da proposta da central do movimento de se fazer uma CPA em Verdum. Salienta-se que as escolhas dos agricultores foram pautadas não por razões políticas, mas pela terra mais fértil, pela possibilidade de se dedicarem a lavouras que já conheciam e pela maior possibilidade de efetivar a conquista da terra.

Em Verdum, foi realizado laboratório, que apontou a necessidade de obediência aos horários, de disciplina e da correção dos vícios, a fim de adequar o comportamento dos trabalhadores rurais às exigências do empreendimento empresarial. O laboratório foi relativamente bem sucedido, principalmente por ter iniciado após 2 anos de funcionamento prévio da cooperativa e pela maioria dos participantes serem diretamente ligados a ela. Tentou-se a continuidade das rotinas de laboratório no dia-a-dia.

Várias razões concomitantes provocaram desgastes do coletivo de produção analisado. O trabalho na lavoura era muito mais intensivo do que em outros setores, não havia revezamento e muitos achavam que quem estava nas tarefas administrativas, em geral mais leves, deveria ganhar menos. Os trabalhadores sentiam-se discriminados pelas lideranças internas do MST. Em depoimento, fala-se que “quem trabalhava mesmo não tinha valor” (pg.157). Com poucas ou nenhuma sobra, houve frustração dos trabalhadores, que haviam se mudado para Verdum por razões estritamente econômicas. Houve desconfiança em relação aos administradores. Outro fator de desconforto citado foi a despesa com os visitantes. Os trabalhadores se queixavam das refeições fornecidas e das horas de trabalho perdidas para

atender os grupos, na maioria enviados pela direção central do movimento para fazer experiência e que em 6 meses somaram mais de 5.000 pessoas.

A autora relata que foi necessário um período de tempo até que os trabalhadores superassem a submissão às lideranças e ganhassem voz ativa nas decisões internas. Procurou-se mudar o estatuto, alterando as regras de distribuição de sobras e mudando a remuneração de horas trabalhadas para produção, mas a proposta foi rejeitada pela direção central do movimento, que insistia na manutenção dos princípios norteadores do modelo. Em consequência das cisões internas, houve oposição definitiva entre grupos e dissolução da CPA. O MST entrou em confronto com os agricultores, responsabilizando-os pela situação financeira ruim e pela geração de conflitos. A autora, que em linhas gerais, chama a atenção para as relações de dominação impostas pelo MST e pela resistência dos agricultores alvos da dominação, conclui que “a teia de acontecimentos que procuramos reconstruir provocou não só o fim da cooperativa, mas cisões de tal ordem, que dificultam hoje a reorganização do movimento”. (pg.168)

Leandro (1999) faz um estudo de caso do assentamento da Fazenda Reunidas e da Coopajota – Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josimo Tavares, organizada sob a iniciativa do MST no município paulista de Promissão. Esta CPA surgiu após a realização de um laboratório organizacional do campo. Com o passar do tempo, houve uma cisão no grupo, e parte dele fundou a Apronor, uma associação de produtores, o que demonstra que, embora os coletivos sejam pouco aceitos, há diversas formas de associação bem vistas pelos agricultores. Os principais entraves para as formas coletivas de organização, de acordo com o autor, são a herança cultural dos trabalhadores rurais, sua ideologia, seu imaginário e sua identidade.

Ferreira (2000) faz um apanhado geral do desenvolvimento das CPAs no Brasil. A autora, considera que a implantação das CPAs tem demonstrado que se trata de uma forma superior de organização da produção. O padrão de vida dos cooperados é superior ao padrão dos demais assentados e da população que trabalha em atividades semelhantes, uma vez que os coletivos de produção não se restringem a geração de renda, mas realizam atividades de distribuição, saúde, educação e embelezamento. Há uma diversificada produção primária, que garante bons níveis de autoconsumo. Ademais, o ato cooperativo leva a racionalização dos bens e recursos naturais e aperfeiçoa a tomada de consciência dos indivíduos, construindo um novo tipo de camponês, que valoriza a convivência social, a organização comunitária, a solidariedade, a voluntariedade e o respeito à vida, elevando seu nível cultural, resistindo economicamente e definindo estratégias de preservação ambiental. A autora, por fim, chama a

atenção que as CPAs não podem ser avaliadas como se fossem empresas, por três razões principais: 1- possuem um caráter político; 2- realizam uma ampla gama de objetivos sociais extra-econômicos; e 3- tem alcance econômico limitado, pela pequena dimensão da atividade produtiva, pouca capitalização, escassa experiência de gestão e atuação em mercados pouco rentáveis.

Três artigos debatem o MST no âmbito da economia solidária. Singer (2002b), ao analisar as experiências concretas de economia solidária no Brasil, dedica um item a parte para o MST, focando a autogestão na reforma agrária. Ele relata as dificuldades de implantação dos coletivos de produção: “o fracasso das CPAs foi causado possivelmente porque a maioria dos assentados prefere a pequena produção de mercadorias, mesmo que ela resulte em menor padrão de vida e maior risco, dada a grande oscilação dos preços dos produtos agrícolas”. (pg.105) Ao contrário dos trabalhadores de empresas industriais, que possuem hábito de trabalhar conjuntamente, os trabalhadores rurais estariam mais acostumados ao trabalho individual. Analisando estudos de caso citados por Souza(1999, apud Singer(2002b)), três são as principais motivações para a desistência nos coletivos: 1- frustração com o retorno econômico; 2- falta de incentivos para os que trabalham mais; e 3- insatisfação com o papel do trabalho familiar. Porém, notou-se uma melhora na qualidade de vida das famílias.

Em razão do relativo fracasso das CPAs, houve um recuo tático do MST, que passou a sugerir vários arranjos possíveis cooperativos e associativos. “O contínuo de solidariedade, construído desta forma, é um modelo que o movimento popular poderá desenvolver nas cidades. Cada modalidade de cooperação combina em graus diferentes autonomia individual com trabalho coletivo e depende tanto da vontade dos membros quanto das características da produção”. (pg.107) Entretanto, Singer é otimista, uma vez que os estudos de caso mostram que as propostas coletivas são bem aceitas entre os jovens, bastante interessados em trabalhar com maquinários e industrialização de produtos, o que “abre a perspectiva de que a aceitação do coletivo por parcela crescente dos assentados seja só uma questão de tempo.”(pg.116)

Carvalho (2002) recoloca a questão da emancipação, a partir do ponto de vista do próprio movimento, que foi bem sucedido ao se emancipar da tutela da igreja e dos sindicatos rurais, além de partidos políticos, do Estado e do próprio centralismo burocrático interno. Lembra a autonomia relativa de cada instância, dos assentamentos e das direções regionais, estaduais e nacionais, além de apontar para a impossibilidade de se cristalizar estruturas organizacionais burocratas, pela diversidade e velocidade de alterações políticas e pela luta social ser determinada pela necessidade e não por aspirações e utopias. Um exemplo das

diferenças é a participação de dezenas de sem-terra em reuniões e audiências com autoridades governamentais, prática diversa das representações de organismos em que predominam formas hierárquicas de organização. Ademais, construiu-se uma identidade social de resistência e um conjunto de valores, lições e símbolos compartilhados.

Lopes (2002), na mesma obra, posiciona-se de modo contrário à constatação de uma organicidade vertical articulada a uma centralidade militarizada do MST e do uso dos assentados como massa de manobra. A explicação reside no fato de que “os assentados – pelo menos no contexto com o qual convivemos – cultivam uma postura exacerbadamente oportunista: seu vínculo com o sistema de produção promovido pelo Movimento é calibrado em função das vantagens que são momentaneamente oferecidas”(pg. 298) Porém, o autor não nega que o MST se desvirtue quando suas ações se confundem com a obtenção de poder ou exercício da força.

A literatura que aborda assentamentos em geral, não focalizando especificamente o MST, é bastante extensa. Para não fugir de nosso tema central, o estudo de caso dos coletivos de produção a partir do referencial teórico da economia solidária, somente citaremos estudos que revelam temas de interesse que são escassamente discutidos em outras linhas de pesquisa.

As relações de gênero nos assentamentos são analisadas por Rua e Abramovay (2000). Elas revelam que o trabalho doméstico ainda é exclusividade das mulheres, enquanto a responsabilidade da atividade econômica é dos homens. As mulheres também permanecem em segundo plano nos processos de negociação política, pois a tomada de decisões é prerrogativa masculina. Na maior parte das vezes, o trabalho feminino não é remunerado e a maior escolaridade das mulheres não implica avanço na superação das desigualdades. Por fim, as autoras corroboram a teoria do desencantamento: “verifica-se que a relativa equidade entre os sexos, observada no ambiente dos acampamentos, se esgarça e perde significado nos assentamentos, quando a participação feminina se torna surpreendentemente restrita” (pg.286)

Outro texto que aborda questões de gênero é Salvaro (2003). Estudando o coletivo de produção do MST Sepé Tiaraju, em Santa Catarina, e concentrando sua análise na distribuição das horas trabalhadas, ela salienta que não houve alterações significativas na divisão sexual do trabalho. Há dupla jornada de trabalho feminina e cuidar da casa e das crianças é responsabilidade exclusiva das mulheres. Na produção agrícola, enquanto os homens trabalhavam oito horas, as mulheres trabalhavam quatro horas, sendo a remuneração das horas a mesma. As atividades leves eram destinadas às mulheres, as pesadas aos homens. Em relação aos núcleos, as mulheres participavam nos setores social e subsistência, que não envolvem os setores geradores de renda comandados por homens.

As implicações da aliança entre igreja e movimentos sem-terra são discutidas por Grzybowski (1990). O autor enfatiza que a identidade do grupo não é necessariamente ligada à questão rural, mas à situação de carência e exclusão social. A relação inicial com a igreja criou uma ambígua identidade política-religiosa. Com uma visão demasiadamente ruralista, em que a luta pela terra assume conotação sagrada e caráter bíblico-político, a igreja restringiu as articulações possíveis e estreitou as críticas ao sistema econômico. De qualquer forma, o movimento herdou uma simbologia cristã, por meio do uso de cruz no assentamento, romarias da terra e elementos messiânicos.

Alentejano (1996) faz uma síntese sobre as três principais visões a respeito da reforma agrária. Na primeira, representada por autores como Graziano da Silva, vê a reforma agrária como política social compensatória, pois não é necessário atuar na reestruturação agropecuária, que se encontra em processo de modernização. Na segunda, expressa por Abramovay e Carvalho Filho, vê-se a reforma agrária como política distributiva, garantindo a segurança alimentar e aumentando a demanda agregada. Na terceira visão, refletida por D’Incao, Germer e Stédile, a reforma agrária seria necessária para a transformação do modelo de desenvolvimento vigente, pois o modelo atual é insustentável, uma vez que é ecologicamente agressivo, socialmente perverso e dependente de subsídios. No que se refere às experiências socialistas, Alentejano lembra que elas fornecem duas lições: a dificuldade de se desenvolver a produção coletiva e a dificuldade dos trabalhadores manterem o controle do processo.

Andrade (1990) alerta para os “assentados” enquanto categoria produzida de cima-para-baixo, a partir de intervenções oficiais da burocracia estatal. “O próprio termo, em si, denota a ação de terceiros sobre os trabalhadores, ocultando uma ação anterior destes que, antes de serem alojados, relocados, fixados, assentados, lutaram renhidamente pelo direito de cultivar a terra”. (pg.66) A maioria das propostas são etnocêntricas, “são propostas para os trabalhadores e não construídas junto com eles” (pg.73). As marcas do etnocentrismo podem ser encontradas na imposição da agricultura moderna, com racionalização das tarefas e aumento da produtividade, ao invés do que entendem como agricultura tradicional. Como resultado, as agências estatais, de trabalhadores e de fomento sugerem a adoção de formas coletivas ou semi-coletivas de organização da produção.

Uma pesquisa ampla sobre resultados sócio-econômicos dos assentamentos foi organizada por Medeiros e Leite (2004). Os autores apontam para a dificuldade de se estabelecer de modo taxativo o sucesso ou o insucesso dos assentamentos em virtude da diversidade existente. Entretanto, apontam para o fortalecimento político das comunidades,

gerando acréscimo nas demandas por serviços públicos e acesso ao crédito. Ademais, há impactos positivos no comércio local e pode ser observado aumento do nível de renda das famílias. A comercialização dos produtos agropecuários é dependente de atravessadores e das cadeias tradicionais pré-existentes. Os autores concluem que “grande parte dos assentamentos foi resultado de um processo de luta pela terra, o que implicou um certo nível de organização e constituição de lideranças e organizações e/ou entidades de representação que, não raro, acabaram por participar dos processos políticos locais após o assentamento, tornando-se porta-vozes do grupo e de suas demandas. [...] Isso é particularmente visível nas áreas onde é forte a presença do MST, pela capacidade que essa organização tem de formar lideranças e capacitá-las para o debate político e econômico. A rigor, pode-se dizer que essa entidade é, ela mesma, um efeito da constituição dos assentamentos”(pg.49) Assim sendo, nesta conclusão, os autores reiteram a interpretação do MST como movimento social de ‘baixo para cima’.

Benedetti (2004), Bergamasco *et alii* (2004), Medeiros *et alii* (2004), Fernández e Ferreira (2004), Lopes *et alii* (2004) e Paula *et alii* (2004) enfatizam a melhoria das condições de saúde, habitação, alimentação e renda das famílias, a participação ativa dos assentamentos na política local, movimentação do comércio e alteração da dinâmica demográfica. Em paralelo, indicam a presença limitada de iniciativas coletivas nos assentamentos, a desigualdade de gênero quanto ao acesso aos lotes e os problemas de falta de preservação ambiental. Algumas questões específicas, de grande importância, também são levantadas. Benedetti mostra que o acesso ao crédito é intermediado pelas cooperativas do MST ou por meio de atravessadores, que o fazem com condicionalidades. Esta observação é reiterada por Paula *et alii*. Lopes *et alii* notam na relação com atravessadores “de dependência e subordinação, que não pode ser explicada exclusivamente por fatores de natureza econômica. Na maioria das vezes, o intermediário era alguém conhecido de longa data do assentado, integrante do seu círculo de amizade – que lhe emprestava dinheiro quando precisava, adiantava o adubo e a semente, não lhe cobrava juros quando passava do prazo de saldar a dívida contraída”.(pg.249) Complementa-se que os intermediários gozam de prestígio e confiança, ao mesmo tempo que tolhem o esforço de buscar alternativas de comercialização. Bergamasco *et alii* apontam que a natureza restritiva do crédito: “o sistema de créditos se limitava, em grande medida, a direcionar os assentados aos sistemas produtivos mais ‘exógenos’, ou seja mais ‘modernos’, de financiamento, comercialização e processamento”. (pg.133).

Fernández e Ferreira observam dois aspectos interessantes. Em primeiro, a importância observada da educação para o melhor relacionamento com os bancos, com a assistência técnica e com o mercado. Em segundo, a importância da economia do entorno do assentamento, geradora de convergências de renda, ponto fundamental mas raramente comentado pela literatura. “Os assentamentos com melhor infra-estrutura produtiva e organizacional, situados em municípios e regiões que ofereciam melhores oportunidades de integração ao mercado regional, desenvolveram sistemas de produção ou outras alternativas capazes de elevar a geração de renda das famílias assentadas”. Em contraposição, “os assentamentos com reduzida capacidade de investimento, desprovidos de infra-estrutura básica para produção e moradia e situados em regiões que não ofereciam oportunidades de integração ao mercado regional, desenvolveram baixa capacidade de geração de renda, obtendo renda inferior à linha exógena de pobreza”.(pg.216)

Além das questões econômicas, a principal observação do conjunto de autores é a respeito da conquista de direitos, bem resumido por Paula *et alii*: “é inegável que os assentamentos abriram a passagem para a conquista de direitos elementares, outrora negados pelo Estado. A maioria da população rural acreana não dispunha sequer de documentos de identidade pessoal, direito à escola para seus filhos, assistência médica etc. [...] na condição de assentados passam a ser portadores de direitos e, à medida que tomam consciência deles, passam a reivindicá-los ao Estado”.(pg.300)

A conclusão acima não é afetada por falhas na organização da pesquisa, a saber, duas, que afetam em grande parte a avaliação econômica dos assentamentos — que não se resume a taxá-los como sucesso ou fracasso. Em primeiro, é preciso diferenciar os assentamentos novos dos velhos. É claro que os últimos tendem a apresentar melhores resultados econômicos, pois as famílias em dificuldade já se evadiram e há, concomitante, um processo de concentração de renda e de capital que propicia auferir maiores ganhos monetários. Assentamentos novos e velhos se tratam de objetos diferentes de análise, que não podem ser agrupados e generalizados. Em segundo, também é preciso diferenciar assentamentos próximos e distantes de centros econômicos comerciais e industriais, pois as externalidades que estes geram, bem como as forças de convergência, afetam de modo determinante o desempenho econômico das famílias nos lotes. Sem estes dois recortes, o estudo das variáveis econômicas dos assentamentos é prejudicado.

Mas o esforço político do MST extravasa o nível local, como bem notou Haddad (2004). “Revolucionariamente, o MST quer crédito, apoio técnico e autonomia para organizar suas cooperativas. Apesar do seu escopo limitadíssimo e ainda não muito nítido, as demandas

do MST tem caráter universal, aplicável a todo ramo de atividade econômica, em pequena e grande escala”. Gera-se uma inspiração para ações políticas de outras classes. “São iniciativas dessa natureza, progressivas em todas as dimensões da vida social, que devem sempre chamar a atenção dos socialistas e lhes servir de inspiração para sua conduta política. Pois são elas que congregam as três classes não-proprietárias e isolam a classe dominante de uma forma cristalina e politicamente profícua”.(pg.227).

Finda esta revisão bibliográfica com o intuito de fornecer suporte para a análise do estudo de caso, procedemos com a avaliação direta do caso observado. Esta é feita tematicamente, uma vez que propicia exame sintético das questões relevantes para a economia solidária, sem precisar adentrar em descrições minuciosas dos acontecimentos subjacentes a história dos coletivos de produção do MST e dos demais grupos autogestionários utilizados com fins comparativos. É preciso observar, no entanto, que o acompanhamento dos casos em si é fortemente recomendável e pode ser realizado por meio da leitura das entrevistas dispostas no apêndice e editadas com o objetivo acessório de fornecer descrições fatuais do funcionamento dos grupos.

4.2- Resultados do Estudo de Caso:

4.2.1- Oposições binárias estruturantes e identitárias nos assentamentos

A leitura e a realização das entrevistas nos assentamentos revelam duas oposições binárias presentes na vida dos assentados que vivem ou viveram em coletivos que são essenciais para nossa análise: a oposição coletivo x individual e a oposição militante x trabalhador. Tais eixos determinam o pensamento dos indivíduos a respeito das probabilidades objetivas e expectativas subjetivas, bem como das visões de mundo.

Ao decidirem viver em um coletivo, as pessoas marcam suas vidas de modo singular e inédito e rompem com um conjunto de valores que não é definido *a priori*, mas em movimento sincrônico com a ruptura cultural em jogo, representado pela ruptura com o individualismo. A nova identidade é forjada em torno da afirmação aos valores coletivistas e crítica ao individualismo.

Tal oposição binária ganha força estruturante à medida que os sujeitos são compelidos a corroborarem suas decisões iniciais em prol do coletivo. A crítica ao individualismo é uma

forma explícita de defender a escolha coletiva e acaba repercutindo em seu modo de vida cotidiano.

A simples análise da primeira oposição binária posta não traz, entretanto, nenhuma riqueza analítica para o pesquisador dos coletivos de produção nos assentamentos. O ganho analítico se revela quando se observa o complexo não reconhecimento da oposição pelo outro oposto. No caso analisado, o individual recusa a oposição binária coletivo x individual como categoria de pensamento e tende a elaborar outra oposição, a militante x trabalhador, para compatibilizar suas visões de mundo. Ao todo, em virtude das combinações geradas pelas duas oposições binárias em uso, geram-se quatro identidades duplas, quais sejam, militante-coletivo, militante-individual, trabalhador-coletivo e trabalhador-individual.

No meio do turbulento processo de disputa pela primazia explicativa das oposições binárias encontra-se o trabalhador-coletivo. Uma análise funcionalista revela que ele é o *leit motiv* das construções realizadas. Vive em permanente tensão em meio às duas oposições. Por ora se identifica enquanto coletivo e por ora enquanto não-militante.

Este sistema de dupla oposição binária gera duas recusas. Em primeiro, a recusa do militante da oposição trabalhador x militante. Em geral os militantes não enfatizam tais diferenças, lembrando que todos fazem parte do movimento, embora alguns tenham mais destaque enquanto lideranças, em um processo considerado natural, não necessariamente político. A naturalidade é argumentada a partir da experiência dos acampamentos, em que os papéis exercidos acabam por selecionar as pessoas com maior aptidão para liderança em determinados setores. Além disto, o militante sente o movimento enquanto grupo unificado, de interesses comuns, enquanto defende uma visão de mundo atribuída a entidade “movimento”. A oposição trabalhador x militante ameaça a legitimidade da militância, à medida que introduz uma clivagem a um grupo que se necessita uno para seu bom funcionamento. Ademais, tal oposição caracteriza o militante como *carona (free-rider)*.

A segunda recusa gerada é da oposição coletivo x individual para os próprios individuais. Isto pode ocorrer porque o individual nota tal oposição como uma ameaça e como uma concorrência. Do ponto de vista da ameaça, trata-se do risco de coletivização das terras e da perda da propriedade privada sobre o lote individual conquistado. No que se refere à concorrência, o coletivo apresenta como concorrente forte e privilegiado na competição pelo sucesso no assentamento. Daí a necessidade de exercer a recusa cotidianamente torcendo contra o coletivo.

A recusa da oposição binária formulada pelo outro se dá pelo esforço de homogeneização dos extremos ou suavização dos opostos. Os individuais negam a existência

de diferenças entre coletivos e individuais, pois os coletivos não seriam comunitários pela livre vontade de seus membros, mas por um arranjo mutualista precário, em que na maioria das vezes os trabalhadores acabam prejudicados, sendo alvo de manipulação. Já os militantes relativizam as diferenças entre militantes e não-militantes, referindo-se ao caráter democrático do coletivo e do movimento e lembrando que tal crítica é baseada no individualismo, este sim condenável, ao ignorar a importância da luta pela terra e a defesa de interesses coletivos.

O decorrer da disputa pela oposição binária determinante pode servir de indicador para o avanço ou retrocesso da prática da economia solidária (aqui entendida enquanto coletivos de produção e valores comunitários). Quando os militantes reconhecem como válida a oposição militante x trabalhador, há um retrocesso, à medida que, implicitamente, nega-se como estruturante a oposição coletivo x individual. Caso contrário, quando os individuais vêm sentido na oposição coletivo x individual há um avanço, pois a presença da economia solidária, por meio dos grupos, é reconhecida como válida. Tal movimento não é contínuo ao longo do tempo, mas discreto, se processando enquanto microrevoluções epistemológicas, principalmente no caso de fracasso. No primeiro caso, de retrocesso, o coletivo tende a acabar rapidamente, tendo como estopim o reconhecimento que não é um sonho, mas um arranjo mutualista débil, em cuja vivência não deixa de resultar em novos sonhos, desta vez individualistas, referentes a ter o próprio lote e cuidar de sua própria vida. No segundo caso, de avanço, ocorre quando os individuais reconhecem no coletivo uma opção válida e viável para produzir e viver, passando a incorporar a proposta em seu universo de possibilidades.

Vamos nos deter brevemente no caso de avanço, que é mais amplamente debatido academicamente na economia solidária, por razões já discutidas em capítulos anteriores. Há uma distinção clara entre tipos comportamentos encontrados nos individuais quando vão ao encontro do coletivo. Por um lado, há várias referências de individuais que têm proveito da existência do coletivo. Recebimento de doação de alimentos, orientação técnica, orientação conjugal e arbítrio de conflitos são ações que associam o coletivo aos militantes. Os individuais, neste caso, em suas opiniões, não recebem a solidariedade do coletivo, mas dos militantes, replicando a oposição binária de militância e classe trabalhadora e fazendo uso de experiências de resolução de problemas vividas nos acampamentos. Neste caso, não há avanço. Por outro lado, há progressão quando os individuais recorrem ao maquinário e ao equipamento dos coletivos, quando comparam a eficiência econômica dos dois sistemas e quando reconsideram suas escolhas pretéritas e futuras. Neste caso, há, portanto, um abandono da oposição militância e classe trabalhadora e uma incorporação da oposição coletivo e individual.

Este estudo de caso é limitado para tecer considerações a respeito de quando e porque ocorre este avanço, pois para tal haveria necessidade de técnicas etnográficas de presença mais intensiva junto aos assentados. Pode-se dizer, entretanto, que a experiência dos assentamentos em estudo vêm a corroborar as suspeitas presentes na literatura de economia solidária de que o avanço da economia solidária depende da densidade das experiências em curso. Foi no assentamento Itamarati, em que o coletivo é mais denso (no sentido de maior participação e significância) e há outras experiências de coletivos de outras entidades, que se observa a aceitação, por parte dos individuais, da oposição coletivo x individual como categoria explicativa. Ademais, é também no Itamarati que ocorre a existência de um grupo coletivo em que não existe militância, formado por ex-empregados da fazenda, indiretamente questionando a relevância da oposição militante x trabalhador. Esta microrevolução epistemológica torna possível a existência de individuais arrependidos por não ser coletivos.

É importante destacar que o ponto-chave de transição (*threshold*) que estamos nos referindo não é somente o reconhecimento de que a experiência coletiva é válida. É mais do que isso. É a introjeção profunda nos individuais de que são eles próprios que estão fazendo algo de errado, ou inferior, ao não viverem coletivamente, seja qual for seus motivos. Não nos esqueçamos deste ponto! É ultrapassando este *threshold* que a economia solidária se concretiza, se corporifica e ganha existência como categoria estruturante do processo social e como elemento da totalidade.

Deve-se ressaltar que a existência deste *threshold* não implica nenhum modelo subjacente quanto às trajetórias futuras da economia solidária. É possível que desperte um crescimento muito mais veloz do apresentado anteriormente, mas de características pouco previsíveis e não-lineares.

4.2.2- Elementos Motivadores.

A presença de ações do MST há mais de 20 anos em Mato Grosso do Sul torna complexa a discussão dos elementos motivadores, pois se pode identificar uma variação ao longo do tempo das características essenciais da motivação dos indivíduos e grupos.

No início do movimento, a luta pela terra era circunscrita aos pequenos agricultores e aos arrendatários, motivados com o objetivo principal de manter a natureza do seu trabalho e continuar vivendo em meio rural. Era uma luta pela continuidade, pelo direito de se manter vivendo da terra. Neste sentido, a luta pela terra tinha dimensões maiores do que a mera luta por um meio de produção.

Com o passar do tempo, o perfil do sem-terra se alterou. As pessoas que se agrupavam em acampamentos não eram mais rurais, e sim, urbanas. Para estas pessoas, desprovidas de oportunidades de trabalho nas cidades, a luta pela terra tem um significado restrito à luta por um meio de produção, por um capital inicial e por alguma estratégia de sobrevivência que pode ser criada a partir da posse do lote, seja para arrendá-lo, ou seja para vendê-lo com o intuito premeditado de abrir um negócio.

Em nosso estudo de caso, observa-se, nas narrativas, que se pode contrastar claramente os sem-terra da década de 1980 e os sem-terra da década de 2000. Antes, lutava-se para trabalhar nas terras. Recentemente, a luta é por possuir a terra, mesmo sem saber exatamente o que fazer com ela. Antes, eram indivíduos em que muito provavelmente a única experiência profissional era o manejo da terra. Recentemente, tratam-se de pessoas que somente têm herança rural — seus pais e avós eram agricultores — mas que desconhecem o trabalho rural, apesar de estarem atentas para estratégias de vida urbanas que não eram possíveis para seus antepassados.

A análise das fontes primárias do estudo de caso é convincente ao apontar o indivíduo urbano como um sujeito mais individualista, egoísta, desconfiado e oportunista — em suma, mais capitalista — do que o sujeito rural. Este último seria, por outro lado, mais honesto, mais cooperativo e mais solidário. Embora as evidências de tais características sejam claras e aceitas por todos, a raiz de tal diferenciação está longe de ser bem explicada. Afora a explicação de cunho materialista, centrada na análise das condições materiais de reprodução da vida, há, também, razões históricas para tais diferenças. A crise econômica apenas se encontra em seu início nos anos 80, com indivíduos e famílias ainda com plenas esperanças de recuperar seus postos tradicionais de trabalho. Já nos anos 2000, há um número muito maior de excluídos com estratégias de sobrevivência que competem entre si, incentivando comportamentos competitivos, além de uma crise do trabalho que retira a segurança do trabalhador em relação à continuidade em uma profissão qualquer e nega uma identidade relacionada à sua atividade profissional. Outra explicação possível remete às teorias que enfatizam as características diferenciadas dos pequenos grupos. As pessoas de vida rural têm uma visão de mundo e um *ethos* próprio de pequenos grupos, pautado pelo fato do reconhecimento mútuo entre as pessoas, enquanto as pessoas urbanas possuem marcas culturais de grandes grupos, onde o próximo pode ser um estranho.

Seja como for, o mais importante para as discussões de economia solidária é reconhecer que variáveis referentes aos valores e à cultura podem condicionar o sucesso dos empreendimentos coletivos, facilitando-os ou dificultando-os. O estudo de caso dos coletivos

de produção do MST mostra que a desconfiança entre os seres humanos, a maximização individual e várias formas de oportunismo geram entraves significativos para a evolução da economia solidária. Simultaneamente, à medida que o movimento teve de enfrentar o surgimento de vários destes problemas, encarados e definidos como “vícios”, há lições preciosas para a economia solidária. Em primeiro, a vida no acampamento é uma forma de reintroduzir as pessoas à lógica dos pequenos grupos, em que há maior interação e reciprocidade entre os indivíduos, em que é exigido maior confiança no ser humano e em que é preciso aprimorar as habilidades comunicativas a fim de promover a qualidade de vida de todos e o respeito mútuo. Em segundo, o esforço militante e de formação é imprescindível para apresentar para as pessoas a possibilidade de um modelo alternativo de desenvolvimento familiar e local. Tal esforço envolve desde visitas às experiências bem sucedidas de coletivos de produção, até a construção e reconstrução da chamada mística do movimento — um conjunto de práticas ritualizadas que reiteram os valores e as ações do MST. Em terceiro, há uma aproximação dos ideais do movimento com a agenda crítica do capitalismo, pois faz-se necessário romper com as ideologias de dominação existentes, que tem como resultado a redução das oportunidades econômicas das famílias mais pobres e a concentração de renda nos ricos. Neste esforço, busca-se demonstrar que os vícios das pessoas são produtos da própria dominação a que estão submetidos.

A metodologia desenvolvida pelo MST se encaixa adequadamente na estrutura teórica que buscamos desenvolver para explicar a construção da economia solidária, baseada no tripé crítica-transição-utopia, mas traz à luz um encadeamento das partes distinto nos indivíduos daquele suposto nos cânones teóricos estudados e hipotéticos. Vimos que a economia solidária é desenvolvida sobre uma crítica ao capitalismo, tendo em vista um referencial utópico atingível e uma teoria da transição que une, muitas vezes linearmente, estes dois cenários ao longo do tempo. Quando deslocamos o foco para a ação das pessoas, analisando os coletivos de produção do MST, nota-se que as pessoas não são necessariamente motivadas por um modelo fechado de desenvolvimento alternativo. As motivações se dão de modo difuso e espalhado em diversos elementos que ganham coerência somente na esfera individual. Para exemplificar, podemos citar os informantes Borborema, Ferrari e Laura como pessoas cujo componente utópico é a guia mestre de sua vida no movimento. Já o componente de transição aparece realçado em Zezinho e Cido, marcados pela vida de acampamento, ou em João Luís, cujas idéias guardam características pragmáticas. Por último, a mentalidade mais crítica pode ser vista em Maria Clara e Vera. Assim sendo, observa-se que não há

necessariamente um esquema de ação, associada a uma visão de mundo, preponderante entre os militantes.

Considerando tal diversidade de motivações, compreende-se porque muitas vezes o MST é criticado por uma suposta falta de coerência e de organização interna, com a presença freqüente de ações e discursos contraditórios. Entretanto, esta crítica se baseia em pressupostos falsos acerca do funcionamento de um movimento social. Diferente de uma empresa em que o objetivo é a maximização intertemporal dos lucros e os meios para isto envolvem uma confrontação de despesas e receitas, no caso do MST o objetivo não é unicamente a maximização intertemporal da utilidade de seus membros, uma vez que toda a sociedade é membro em potencial, bem como os meios envolvem o agir de uma base militante motivada, como vimos, por heterogêneas razões e em distintas conjuntas históricas e políticas.

A aparência possivelmente caótica do MST e da economia solidária em geral, para muitos autores, pode provir da não percepção da variedade de meios e fins característicos das atividades desempenhadas pelo movimento. Mas não basta reconhecer que há outra racionalidade subjacente aos movimentos sociais e aos empreendimentos de economia solidária. É preciso descrevê-la. Em nossa opinião, a racionalidade em tela desenvolve-se a partir da combinação ótima de pilares e elementos motivadores da economia solidária — que no MST emergem como uma luta (a crítica ao capitalismo), uma vida diferente (a teoria da transição) ou um sonho e um milenarismo (a utopia). São esses elementos que dão força à economia solidária e ao MST enquanto *outra economia*. A mera vontade de melhorar as condições de vida não é suficiente para desencadear forças revolucionárias. Tampouco a presença isolada de utopias, pois para que estas se prolonguem ao longo do tempo sem se desfazerem como ilusões, é preciso que estejam suficientemente sustentadas por lutas contínuas e pela constatação de uma vida diferente ao alcance. Por esse motivo, o distanciamento entre a utopia e o realizado em concreto conduz ao acirramento dos conflitos, que pode ser considerado um instrumento de ação com vistas a não esmorecer os indivíduos na luta e a proteger a utopia da percepção que a vê como ilusória.

Enfim, a racionalidade da economia solidária é a combinação ótima desses três elementos acima apontados de modo com que se produza, agora sim, a melhoria no padrão de vida das famílias. A incerteza do mundo, entendida como variabilidade de recursos motivadores e de cenários, traz desafios para a determinação da trajetória não-linear ótima de um movimento social de economia solidária. Sua plasticidade, ao invés de significar a desordem e o descontrole, mais parece ser um fluxo inovacional e adaptativo incessante.

4.2.3- Educação e Formação.

A educação, conjugando o ponto de vista da economia solidária e o estudo de caso dos coletivos de produção do MST, deve ser abordada em três aspectos distintos, a saber: i- o processo educacional no período de acampamento; ii- a continuidade deste processo no assentamento; e iii- a educação regular, baseada no ensino infantil e fundamental.

No acampamento, a educação, em seu sentido genérico, é considerada de fundamental importância em paralelo com as ações de formação, para a desalienação dos trabalhadores rurais, para a conscientização a respeito dos problemas políticos, sociais e econômicos e para a preparação para a vida em coletivo existente no acampamento e cogitada para os assentamentos. O principal instrumento utilizado são as reuniões e assembleias, conduzidas por líderes, que orientam a população acampada para as regras de convívio, os valores e a mística do movimento, a discussão crítica das ideologias e a retroalimentação dos sonhos e da esperança da conquista da terra.

A educação regular também é conduzida nos acampamentos, mesmo sob condições precárias, em barracas improvisadas. Nos primeiros acampamentos, montava-se uma estrutura de ensino para-estatal, num esforço auto-organizativo do próprio grupo. Posteriormente, com os acampamentos sendo reconhecidos de modo legítimo como núcleos urbanos periféricos, com um grande contingente de crianças oficialmente desassistidas, a escola formal adentrou nos acampamentos, embora ainda com resistência de muitos prefeitos. Muitas vezes os professores são originados do próprio acampamento. Isto é explicado mais por dificuldades de professores de outras localidades se deslocarem do que por força política do acampamento interessado.

Entretanto, parte da militância tem um sentimento ambíguo a respeito da entrada da educação formal. Do ponto de vista de suas vidas domésticas e familiares, ficam satisfeitos pelas crianças terem acesso às facilidades da educação formal, que mesmo funcionando de forma precária (seja por estar no acampamento ou seja pela situação da educação pública no interior de Mato Grosso do Sul), proporcionam facilidades como merenda e material escolar. Por outro lado, do ponto de vista do movimento, lamentam-se por perder autonomia e oportunidade para estruturar uma formação voltada às lutas e a realidade sem-terra.

Antes de passarmos para a educação nos assentamentos, deve-se comentar a respeito do laboratório organizacional do campo realizado em São Manuel e em Itamarati. O objetivo principal do laboratório é ensinar as pessoas a trabalhar no campo coletivamente. Para isto, a

metodologia ensina desde aspectos técnicos do trabalho rural, até a importância das reuniões e assembleias, passando pela constituição de associações e cooperativas, pela necessidade de mudança da mentalidade campesina para uma mentalidade mais empresarial (racional e engajada) e pela importância da superação dos vícios do individualismo, inculcados historicamente na cultura das pessoas vivendo sob a dominação capitalista.

Observa-se que nenhum dos dois laboratórios realizados obteve sucesso. Pelo contrário, apreende-se dos depoimentos para o laboratório do Itamarati e da memória do laboratório de São Manuel que os efeitos obtidos foram reversos, desincentivando e desestimulando os indivíduos a trabalhar coletivamente, seja pelas diferenças culturais que foram explicitadas nos laboratórios e posteriormente seriam reconhecidas como principal obstáculo para a instauração de coletivos no Estado ou seja pelo reconhecimento dos vícios como obstáculos às organizações grupais. O primeiro fator é observado a partir da idéia de que as duas culturas presentes contrapostas não são compatíveis, intercambiáveis ou redutíveis. Já o segundo fator de desestímulo se agravou no laboratório, a ponto de os vícios serem naturalizados e se descolarem da explicação estudada, a saber, de sua origem nas formas capitalistas de produção. Enfim, o laboratório fomentou o ceticismo entre as pessoas em relação à capacidade de convergências de valores culturais por meios comunicativos e à capacidade do ser humano superar a cultura egoísta e subalterna.

A instituição da educação formal e pública nos assentamentos passa por processos semelhantes de luta, implantação e perda de autonomia observadas ainda nos acampamentos.

Com a conquista da terra nos assentamentos, de forma provisória ou definitiva, há uma luta inicial pela implantação do ensino infantil e fundamental. Esta luta começa pela disputa por um local a ser improvisado — geralmente alguma estrutura da fazenda original, quando é o caso, ou um barracão no lote do professor líder do coletivo de educação. No caso dos primeiros anos do movimento, este professor, igualmente, tem o papel de improvisar o ensino, que neste estágio, mantém a estrutura para-estatal. Nesta estrutura, o ensino também é adaptado, elaborando-se um currículo específico, que leva em consideração a experiência enquanto sem-terra, os hinos, a mística e a cultura do movimento em geral. No bojo da luta pela implantação do ensino no assentamento, reproduz-se as contradições vividas pelos acampamentos mais recentes. Luta-se por algo — a existência da escola formal — que implicará uma perda, representada pelo abandono nas especificidades curriculares locais dos sem-terra, seja relativo à luta política ou a econômica.

Nos anos recentes, porém, com os acampamentos já dispendo de ensino público gratuito, toda a transição é mais rápida, pois o ensino nos acampamentos é transferido junto

das famílias, na medida do possível, para os assentamentos. De qualquer forma, depreende-se da análise acima construída que a educação é um campo rapidamente tomado pelas estruturas de poder dominante, no que pese conquistas nacionais dignas de nota como a escola em Veranópolis e as parcerias com as universidades, bem como conquistas do coletivo de educação no Estado, com a consolidação de cursos de magistério para os sem-terra. Em geral, nos assentamentos estudados, observa-se um processo bastante rápido em que o governo proíbe a instituição de hinos, de bandeiras e de adaptações curriculares, impondo a educação pública maciça e universalista e relegando a experiência e as necessidades específicas dos sem-terra ao apêndice de temas transversais.

Não à toa, observa-se, após a passagem, que os objetivos funcionais e exclusivamente instrumentais da educação ganham ênfase nos discursos dos técnicos do governo e dos próprios assentados. Em paralelo, à medida que a educação deixa de ser um campo bem-sucedido de lutas para o movimento dos sem-terra, a discussão política e a disputa de poder passa a concentrar-se cada vez mais nos aspectos econômicos dos assentados, reiterando e aprofundando as características funcionais e instrumentais da educação. O andamento deste processo nega a importância de outros procedimentos de formação política dos assentados e elimina com a tentativa de se dar continuidade aos aspectos formativos do movimento social. Consolidados em lotes individuais, a grande maioria dos assentados se reúne em torno de formas mutualistas de cooperação e associação, abdicando de uma visão crítica do sistema capitalista e dos sonhos de uma vida coletiva, dois aspectos amplamente trabalhados originalmente no processo educativo e formador nos acampamentos.

No que se refere à educação cooperativa, presente nas ações de formação do MST, o militante Borborema, cujos pensamentos são relatados por meio de entrevista anexa, nos dá uma teoria para além dos modelos demasiadamente estruturais para explicar o abandono, entre os assentados, da linha-mestre educativa e formativa dos acampamentos. Se tal processo está de fato ocorrendo, como ele mesmo nota, então é preciso aprofundar a vida no acampamento, as experiências em coletividade e a percepção das barreiras a entrada do sistema capitalista. Se os valores não estão sendo introjetados, não é porque tal tarefa é impossível, mas sim porque falta tempo de formação nos acampamentos e quadros formadores, que vivam coletivamente no dia-a-dia e pratiquem todas as diretrizes estabelecidas. Em suma, a principal dificuldade é a falta de recursos humanos e não propriamente a indisponibilidade das famílias para se introduzirem em novos modos de produção. De qualquer forma, não se trata de uma concepção irrealista, como se nota na negação da possibilidade de todos absorverem adequadamente o conteúdo formativo. O

objetivo do processo de formação estaria plenamente realizado se convertesse integralmente um ou dois decis dos acampados aos ideais de instauração de um novo modo de produção.

Os coletivos de produção se interagem com os problemas acima mencionados. É preciso lembrar que um dos principais fundamentos dos coletivos, além das questões econômicas, técnicas e humanas, é a possibilidade de liberar militantes para a linha de frente do movimento, para que este seja auto-sustentável, para dar continuidade ao trabalho de pressionar as autoridades e para ajudar os acampamentos. Ao menos na visão funcionalista e pragmática da militância. Entretanto, principalmente para os militantes mais antigos, como Borborema e Ferrari, engajados por uma força milenarista e utópica mais presente, é o papel de formação e educação das lideranças o mais importante de todos. O coletivo de produção propicia a existência continuada de militantes que não exercem sua liderança de forma momentânea nos acampamentos para depois da conquista da terra abandonar a participação ativa no movimento. São estes “militantes continuados” que atuam como multiplicadores e formam novos líderes do movimento, mesmo que passageiros. Assim sendo, os coletivos de produção são insubstituíveis na organização do MST, pois fornecem sentido continuado às lutas e concentram-se em aspectos de formação sem perder a linha-mestra de valores que sustentam o MST por mais de duas décadas.

As entrevistas e depoimentos realizados questionam a ocorrência de um efeito de desencantamento na transição de vida de acampado para assentado na área de formação. São razões de cunho econômico e não de cunho político-ideológico que determinam o afastamento dos indivíduos da educação. Enquanto nos acampamentos o custo de se engajar em atividades educativas e formativas é baixo, pela disponibilidade de tempo e pela proximidade grupal, nos assentamentos este custo é significativo, uma vez que há um custo implícito no tempo gasto com tais atividades e um esforço de deslocamento muito dispendioso. Desta forma, observa-se que não há desencantamento, mas mudança de condições objetivas para o exercício de ações educativas e de formação.

Quais as lições, quanto à educação e formação, que as experiências dos assentamentos fornecem para a teoria da economia solidária? Em nosso ver, a principal, é a de que a educação não é um campo estruturante, mas subordinado às estruturas econômicas e políticas. Daí a continuidade de seu papel instrumental. Papel este que em um primeiro momento assume a importância de preparar os indivíduos para a luta pela posse da terra e que num segundo momento restringe-se à obtenção de melhores condições de acessibilidade ao crédito e à cidadania em geral. Não há propriamente o desenvolvimento de uma práxis educativa,

pois a estreiteza das ações almejadas — posse da terra e sustentabilidade agrária — não abre campo propício para tal.

Outro importante ponto que necessita ser discutido é o impacto da educação universalista na tentativa dos assentamentos e coletivos construírem um processo educativo autônomo. A falta de flexibilidade curricular, para não dizer da impossibilidade de se politizar a educação local, é um arrefecedor significativo das forças militantes e transformadoras. Porém, é preciso reconhecer que tal impossibilidade não é necessariamente negativa para o movimento, pois também impede que forças conservadoras insiram nos currículos conteúdos negativos à luta dos sem-terra. Daí depreende-se a relativa falta de resistência dos assentados quanto à retirada dos currículos e práticas escolares de conteúdos específicos dos assentamentos, reiterando a posição da educação fora do campo de lutas. É provável que decorra disto a aceitação da natureza funcional e instrumental da educação por parte dos assentados. Os maiores elogios à educação são de natureza positivista — capacidade de planejamento e absorção de conhecimentos agrários técnicos — ou inclusiva — aprender a ler, a escrever, a fazer contas e ganhar acesso a educação pública universal. O aprendizado para a vida em coletividade é posto inteiramente fora do campo educacional, mas dentro de uma práxis ou prática, a partir de experiência e observações individuais.

Se um dos principais pressupostos da economia solidária é ser um movimento de baixo para cima, democrático e que deseja empoderar as pessoas, é preciso reconhecer os limites da educação para o desenvolvimento da economia solidária, à medida que os grupos populares são incapazes de questionar o caráter instrumental e funcionalista da educação. Os grupos apenas redirecionam este caráter para um novo conjunto de fins com meios instrumentalizáveis, pois é a crítica que está ao alcance de suas mentes. Para outros assuntos, porém, como a universalidade e adequabilidade dos currículos, não se rompe com o monopólio simbólico dos critérios valorativos dos educadores, que passam a ser respeitados hierarquicamente, reproduzindo a estrutura de poder do campo educativo. Por isso, o sonho dos assentados é simplesmente ter uma escola no assentamento e ter acesso a educação pública e universal, que se supõe boa e adequada para todos.

Outro fator que precisa ser mencionado quando discutimos aspectos educativos e de formação nos assentamentos refere-se à dependência de condições econômicas adequadas de subsistência para que tais processos sejam desenvolvidos a contento. Não são poucas as evidências, nos assentamentos pesquisados, de uma forte correlação entre má desempenho na escola e pobreza. Em geral, trata-se de pobreza afetiva e de pobreza emocional, mas nota-se que as duas estão interligadas. As famílias que são bem sucedidas na geração de renda

adquirem altivez e auto-estima, elementos que influenciam na educação doméstica dos filhos, estimulando-os a estudar e retirando-os de uma possível “exclusão infantil” — neologismo sugerido para relatar as condições de carência das crianças, que engloba fatores inseparáveis relacionados ao cuidado (*care*), como bom padrão nutricional, atenção afetiva e bem-estar familiar. Enfim, tais observações implicam, para a economia solidária, a primazia da economia em relação à educação, justificando um ordenamento de ações de curto prazo que privilegie possibilidades de geração e redistribuição de renda, bem como realocação social de bens produtivos.

4.2.4- Viabilidade Econômica

Esta talvez seja a questão campeã em frequência de discussões acadêmicas sobre a reforma agrária. E não se trata de um problema simples, pois as análises são carregadas de um viés etnocêntrico, de valores tecnocratas e burocratas. Neste sentido, vale retomar, abaixo, os argumentos de que grande parte do conteúdo discursivo da reforma agrária conduzida pelo governo faz parte de estratégias do jogo de poder dominante.

A ênfase da viabilidade dos assentamentos posiciona o debate sob o ponto de vista das elites técnicas e sociais. Em tal visão de mundo, é preciso estimar os custos da reforma agrária e avaliar até que ponto há um retorno efetivo para a sociedade dos recursos investidos para os assentados. Não haveria nada demais em tal esforço reflexivo, se não fosse sua aplicação desigual nos diversos setores econômicos e investimentos públicos, sendo raros recursos destinados diretamente ao setor privado financeiro, industrial e agricultura em grande escala que passam pelo mesmo crivo crítico. Daí ser problemática a reprodução, na academia, do mesmo enfoque economicista para análise dos assentamentos, pois reproduz as estruturas de poder das classes dominantes. Assim sendo, a abundância de estudos que abordam a viabilidade dos assentamentos contrasta com a escassez de estudos que avaliam o impacto dos incentivos ao investimento privado na viabilidade de seus projetos. Na linguagem do poder dominante, não se estranha a falência de uma grande empresa financiada por recursos públicos — que é o caso na maioria das vezes, uma vez que o único banco de investimentos brasileiro de recursos de longo prazo é público — ou a necessidade de auxílio financeiro estatal para o sistema bancário ou para sustentar os níveis de emprego em setores em crise, mas muito se questiona a viabilidade da reforma agrária.

É interessante notar que até mesmo a direção central do MST reconhece e faz uso da ideologia dominante. O apoio aos coletivos de produção não é recomendado pelas virtudes da

vida em coletivo, para explicitar a necessidade de viabilizar a sustentação da militância do movimento pela via da solidariedade e para o reconhecimento da importância da continuidade do movimento social, mas sim, — lamentavelmente — para a viabilidade da reforma agrária.

Talvez fosse mais adequado à academia e ao MST se apoiar definitivamente no discurso nativo, que ao menos para este caso, reduziria o conteúdo ideológico presente nas discussões sobre reforma agrária. Os assentados, em geral, não se apóiam em explicações estruturais para o fracasso ou sucesso econômico dos lotes ou dos coletivos. A análise é feita tendo em vista as ações individuais, sem fazer projeções abstratas ou universalizantes acerca do gênero humano ou da cultura dos assentados. Um lote não dá certo por causa do mau gerenciamento de seu proprietário. É claro que razões de cunho estrutural são lembradas, como a falta de assistência técnica, a oscilação de preços da produção e o custo dos insumos, mas são sempre arroladas em segundo plano, pois em primeiro lugar encontra-se a capacidade de cada indivíduo. Tal análise, focada na ação dos indivíduos, embora dê um peso pequeno demais aos fatores estruturais para a visão de mundo acadêmica, ao menos aproxima os assentados de microempresários de toda a sorte (cujo desprezo pela estrutura é preponderante e a ênfase recai sobre as ações originadas nas qualidades individuais) para a sociologia do pensamento. A vantagem de tal aproximação é clara: valida os assentamentos enquanto estratégia de geração de renda igualmente válida quando comparada aos mais diversos tipos de iniciativas privadas.

Há, ainda, outro fator que precisa ser mencionado. A viabilidade econômica está longe de ser uma categoria de pensamento importante para os próprios assentados. Eles não têm uma racionalidade marginalista de empresários que compararam várias estratégias de investimento e constroem curvas de risco e retorno, porque, recém saídos da exclusão, não possuem nenhuma outra estratégia de sobrevivência equiparável. Assim sendo, os assentados nem saberiam pensar em questões de viabilidade econômica que lhes são estranhas.

A pequenez dos capitais iniciais e dos créditos disponíveis restringe as possibilidades de planificação econômica. Nos primeiros anos, a insistência de muitos grupos na lavoura, principalmente em virtude da continuidade de suas experiências agrícolas progressas, trouxe muitas dificuldades. Mais recentemente, a escolha de se investir em gado leiteiro, impulsionada pela necessidade de uma fonte de renda mensal, ainda que baixa, constante, tem melhorado as condições econômicas das famílias. Mesmo assim, a sustentabilidade das famílias em nada se compatibiliza com as questões de viabilidade econômica, pela inexistência de possibilidades de investimento alternativas.

Mesmo que se insista na discussão da viabilidade econômica dos assentamentos, a economia solidária dispõe de um modelo teórico, como vimos no capítulo anterior, capaz de avaliar positivamente a experiência dos sem-terra assentados. Diferente das análises de cunho liberal, que enfatizam o equilíbrio dos mercados, inclusive do mercado de trabalho, e criticam os programas assistenciais aos indivíduos, principalmente os de complementação de renda, a economia solidária se contrapõe consensualmente em dois pontos, a saber, o reconhecimento da exclusão social de caráter continuado, permanente e pouco reversível diante da retomada do crescimento econômico, e a necessidade de programas de renda mínima e geração de renda para as famílias.

Partindo do paradigma da economia solidária, não há dúvidas que os assentamentos são viáveis e bem-sucedidos, pois são eficazes na geração de renda de subsistência mensal e na inclusão das famílias, que ressentem ter deixado a condição de excluídos, pois passam, mesmo em condições precárias, a ter acesso à água, à luz, à educação, à moradia e ao crédito. O contraponto de custos que a economia solidária propõe é diferente da economia neoliberal. Enquanto nesta última ganha relevo os custos de desapropriação — fazendo os cálculos de quanto custa um assentado — a economia solidária inverte os cálculos, estimando os custos sociais de se manter famílias na exclusão e a transferência de renda direta necessária para a sobrevivência das mesmas — fazendo os cálculos de quanto custa um não assentado.

Feitas estas ressalvas, pode-se passar para a discussão propriamente dita da viabilidade econômica dos coletivos de produção nos assentamentos.

Quando se discute a viabilidade econômica dos coletivos de produção, o principal argumento levantado parece ser extremamente favorável a sua implantação e ao seu crescimento. Trata-se da possibilidade de se obter os mesmos ganhos de escala que a agricultura comercial normalmente obtém com a extensão das terras, com o uso de maquinários e com emprego de tecnologias.

De fato, a extensão das terras permite uma maior diversidade de culturas no coletivo de produção. Enquanto os assentados individuais acabam por ter de optar por uma única cultura — falta de opção que teve um alto custo nos primeiros assentamentos em que se insistiu na lavoura — os coletivos de produção podem diversificar a produção, reduzindo-se os riscos de flutuações de preço e de problemas técnicos. A compra de cabeças de gado, geralmente ocupando somente uma pequena parcela do assentamento, logo no início dos coletivos revelou-se uma decisão acertada, que proporcionou renda mensal as famílias e melhoria dos padrões nutricionais. Muitos assentados individuais que erraram em seus

prognósticos e estimativas não tiveram segundas chances para corrigir seus investimentos iniciais.

O uso de maquinários é outro elemento de fundamental importância amplamente citado como fator importante de viabilidade econômica dos coletivos de produção. Nos lotes individuais, além de ser ineficiente manter um trator para uma área pequena, não há crédito disponível ou garantias suficientes no montante necessário para se efetuar a compra. No coletivo, o valor do crédito obtido com a soma de todos os créditos individuais, somado a maior facilidade de conceder garantias, é um fator decisivo para adquirir maquinário. Além disso, a maior extensão das terras justifica, sob os critérios de eficiência econômica, a compra de um trator, por exemplo.

Seguindo os exemplos acima, também pode ser citado as facilidades com o emprego das tecnologias. Em primeiro, a implementação de mecanismos de irrigação exigem altos investimentos iniciais não acessíveis aos assentados individuais. No que se refere à aplicação de adubos e fertilizantes, os coletivos também parecem ser mais eficientes, pois não sucumbem à tentação de canalizar recursos para investimentos potenciais em consumo presente, bastante comum nos lotes individuais. O controle coletivo das decisões de investir, ao menos no que se apreende dos depoimentos colhidos, segue mais rigidamente critérios racionais focalizados em ganhos de médio e longo prazo e na sustentabilidade dos empreendimentos — ou seja, há preferências por taxas de desconto intertemporal distintas entre coletivos e individuais.

Mas, afinal, se há tantas vantagens de escala nos coletivos, porque eles não se expandem em Mato Grosso do Sul? No pensamento nativo, os coletivos têm viabilidade econômica, mas carecem de viabilidade social. As potencialidades econômicas são bem maiores do que as apresentadas aos assentados em lotes individuais, mas elas não se realizam, pois esbarram em dificuldades humanas, de origem cultural. Dentre as várias dificuldades colhidas nos depoimentos, citam-se as diferenças culturais irreduzíveis de diferentes origens de trabalhadores rurais, os vícios herdados de formas capitalistas de dominação, os hábitos de julgamento do que é certo e errado e os padrões sociais de sucesso individual. Em suma, as pessoas não estariam suficientemente preparadas para usufruir do potencial econômico que representam os coletivos de produção.

Na contraposição entre individual e coletivo, no peso de prós e contras, os argumentos econômicos ficam em segundo plano quando comparado às rixas individuais, às desconfianças, à insatisfação com a divisão de trabalho entre militantes e trabalhadores e, talvez principalmente, com o sonho de ter o próprio lote e o próprio negócio. Deste modo,

mesmo que o coletivo fosse comprovadamente um bom negócio — o que nos parece uma proposição razoável — mesmo assim, a viabilidade econômica talvez ficasse em segundo plano nas decisões das pessoas em ingressarem em coletivos.

Se a viabilidade econômica fica em segundo plano, a importância da viabilidade política fica em terceiro plano. O argumento de que os coletivos serviriam a fins políticos da organização é lembrado marginalmente e não se trata de uma condição introjetada nas pessoas. Tal importância é relatada de modo superficial, quase acadêmico, como um item decorado a mais no rol de justificativas alegadas para a implantação dos coletivos. Não à toa, constata-se, com o amadurecimento de cada coletivo, a diminuição de militantes liberados do trabalho nos coletivos para exercer a militância em acampamentos, restando apenas aqueles que se dedicam à organização estadual central, que podem trazer benefícios diretos e indiretos ao coletivo.

Quais as lições que a questão da viabilidade econômica dos coletivos de produção traz para a economia solidária? O caso típico documentado na literatura, como visto, é a do grupo precário, cujo desempenho econômico é inferior aos congêneres capitalistas, mas que proporciona incentivos positivos não econômicos aos indivíduos, como relações de reciprocidade e gratuidade. Estes incentivos proporcionam benefícios que superam os prejuízos advindos do diferencial de renda negativo dos empreendimentos econômicos solidários. Tal caso típico não é sustentado por um exame etnográfico dos coletivos de produção, como vimos. Em primeiro, porque o diferencial de renda, seja ele positivo ou negativo, não é calculado exatamente em contraposição aos outros incentivos não econômicos quando os indivíduos detêm alternativas de geração de renda (o lote individual), mesmo porque as relações pessoais não são quantificáveis, assim como os sentimentos de pertença e de identidade em relação aos grupos.

Uma segunda observação refere-se, outrossim, aos incentivos indiretos, extra-econômicos. A literatura parece enfatizar os aspectos positivos que emergem do trabalho em grupo. Isto se explica pelo foco da literatura em projetos em andamento existentes, na maioria das vezes os mais bem sucedidos e representativos que se dispõem. Há poucas análises sobre os fracassos e as desistências, pelo receio de se negar a economia solidária enquanto movimento crescente. A ênfase nos sucessos viesia a análise dos incentivos. O estudo etnográfico dos coletivos de produção do MST mostra que estes incentivos podem ser negativos (fofocas, brigas, discussões, identidade de estranho no assentamento, alvo de competição pelos vizinhos individuais, desconfiança, acusações, pregações religiosas

contrárias, etc.), afetando a continuidade dos projetos, mesmo quando a viabilidade econômica não parece ser um problema.

4.2.5- A Organização Interna dos Coletivos

A metodologia dos laboratórios organizacionais de campo norteia os sistemas administrativos utilizados nos assentamentos. No exercício prático realizado por meio do laboratório enfatiza-se a importância de se gerir os coletivos de produção e as cooperativas de modo profissional, como se fosse uma empresa. Os métodos de trabalho sugeridos têm origem taylorista, recomendando a especialização dos trabalhadores, o planejamento, a disciplina no horário de trabalho e a instituição de controles.

Talvez por falta de outro método a ser testado inicialmente, todos os grupos coletivos examinados iniciados em Mato Grosso do Sul aplicaram as práticas tayloristas em seus primeiros anos de funcionamento. Uma das principais razões da insistência em tal método se deve, em princípio, justamente à instituição dos controles. A desconfiança entre os trabalhadores rurais do movimento em relação à capacidade e à disciplina de trabalho de cada um é muito forte. Esta desconfiança é, em grande parte, explicada pelo choque cultural existente entre a cultura pantaneira, marcada pelo passado de trabalho assalariado e pela experiência com gado bovino, e a cultura sulina, desenvolvida sobre o trabalho autônomo, em pequenas propriedades, e na lavoura. Para a maioria dos assentados provenientes da cultura sulina, trata-se de um problema insuperável, daí a necessidade premente de se aplicar controles, sem os quais, em suas opiniões, haveria um desequilíbrio nos trabalhos exercidos no coletivo e um atraso em seu desenvolvimento.

Entretanto, são exatamente os controles que se tornam o principal elemento de dissensão e fracasso da metodologia inicial dos coletivos de produção. O primeiro problema que emerge é a observação da pouca eficácia dos controles. Tenta-se remediar, em alguns casos, tornando mais rígida as regras: ao invés de se observar os dias trabalhados por cada indivíduo, passa-se a observar as horas.

Com o maior rigor implantado, surge uma segunda classe de problemas, diretamente relacionado entre as pessoas. No esquema taylorista, os controles são eficientes porque reportam a uma estrutura hierárquica em que o trabalhador tem pouco ou nenhum poder de barganha diante da acusação de faltas. No caso dos coletivos de produção, à medida que funcionam sobre regras cooperativas e não hierárquicas, a mesma eficiência das empresas heterogeridas não é alcançada. O apontador, sujeito encarregado de realizar o controle das

tarefas e das horas trabalhadas, não tem o mesmo poder do controlador na heterogestão, por não estar em posição superior ao controlado. Os coletivos de produção demoram a perceber que a razão dos problemas é o sistema de controle. Na maioria das vezes, a acusação recai sobre a má-vontade dos apontadores, quando não a incompetência e a cumplicidade dos mesmos em relação aos apontados. Porém, o comportamento dos apontadores é compreensível, pois são eles e não o grupo que se desgastam ao apontar problemas nos trabalhadores.

Além da já comentada ausência de hierarquia nas cooperativas, outra fator que dificulta o trabalho dos apontadores é a lógica dos pequenos grupos e das comunidades, ao invés da lógica dos grandes grupos e das sociedades. Controladores em grandes empresas privadas vivem a segunda lógica: apontar os erros de um indivíduo não possui nenhum impacto em sua vida familiar e social. Vivendo em pequenos grupos, o custo social de se acusar alguém de fazer algo errado é muito alto, pois o acusado faz parte da rede de relações sociais, de amizade e não raramente de parentesco, do apontador.

Uma terceira classe de problemas emerge quando o apontador de fato realiza seu trabalho de identificar as faltas dos trabalhadores. Uma vez apontado o problema, discute-se publicamente em uma assembléia quais serão as penalidades imputadas ao faltoso. Esta é uma difícil decisão para assembléia, pois qualquer que seja a decisão, há impactos negativos na sustentação do grupo. Se há, de fato, penalização, os penalizados tendem a progressivamente se afastar do grupo. No médio e longo prazo, a tendência é dos penalizados se agruparem em um grupo de oposição ao coletivo, tentando fracioná-lo em lotes individuais, inviabilizando o coletivo. Tendo em mente os riscos para a integração do grupo, muitos cooperados rejeitam a aplicação das penalidades. Surge outro problema: a existência de um grupo mais disciplinado e dedicado ao trabalho que se sente injustiçado perante a desigualdade de produtividade no interior da cooperativa.

Não à toa os grupos que não relaxam os mecanismos de controle, não os tornando mais flexíveis, são os que não se viabilizam ao longo do tempo. O histórico de conflitos que estes grupos desenvolvem parece ser irremediável e o resultado é o abandono progressivo do coletivo, principalmente quando não há regras de saída punitivas. Por outro lado, os grupos que identificam a ineficácia dos mecanismos de controle e os relaxam, tornando-se mais tolerantes às diferenças de produtividade e aptidões internas ao grupo, são os grupos bem sucedidos.

O Coletivo Sul-Bonito e o Itamarati encontraram diferentes metodologias de trabalho que contornam a necessidade dos mecanismos de controle tayloristas. O coletivo Itamarati

começou seus trabalhos utilizando as técnicas de apontadores e penalidades, mas diferente dos outros coletivos que acabaram, houve um reconhecimento das dificuldades sociais de se seguir à risca as regras admitidas e o planejamento acordado. Em consequência, dois tipos de ações foram tomadas. Em relação ao trabalho, ao invés de fracioná-lo em horas trabalhadas e distribuí-lo para cada indivíduo que se especializava em diferentes tarefas, decidiu-se aplicar esquemas de mutirão em quase todas as atividades, sistema esse que reduziu a funcionalidade dos controles individuais de trabalho, pois há um controle informal e indireto do grupo e não de um apontador. Em relação aos controles e penalidades, houve um relaxamento progressivo, após a percepção de que as penalidades iniciais causavam problemas. O principal instrumento de pressão para corrigir falhas individuais passou a ser as assembléias. Diferente dos coletivos que não se sustentaram, onde a assembléia de definição de penalidades era pouco freqüente, às vezes até de periodicidade anual, no caso do coletivo Itamarati as reuniões são semanais. Nestas, os problemas do coletivo de produção são avaliados, incluindo aí as falhas individuais e desvios de comportamentos, que são chamados a atenção, sem, entretanto, instituir penalidades formais. Embora as penalidades não tenham sido abolidas formalmente, a pressão do grupo tem sido suficiente para corrigir os problemas que surgem.

No caso do Sul-Bonito, adotou-se a especialização de funções. Cada trabalhador é responsável por uma área, em geral, a que tem mais aptidão e experiência. Certamente há um grau de diferença de horas trabalhadas, mas há limites informais. Como o trabalho no coletivo possui componentes sazonais, dependendo da época todos os trabalhadores ajudam o setor mais necessitado de mão-de-obra. Há uma naturalidade neste processo, pois se fundamenta na confiança entre os seres humanos — as pessoas se ajudam porque acham e sentem ser injusto que um companheiro esteja sobrecarregado de trabalho. É importante ressaltar que há relações de reciprocidade e de gratuidade. Esta última, a nosso ver, é a mais importante de todas, pois rompe com a desconfiança entre os seres humanos e o cálculo individualista de custos e benefícios do trabalho pessoal, evitando comparações que geram insatisfação. As relações de gratuidade também se estendem à vizinhança individual, que é favorecida por doações, empréstimos de maquinário e cessão da infra-estrutura. As relações de gratuidade parecem ter fundamento na cultura cristã, compartilhada pela maioria dos membros cuja origem no movimento remonta às ações da CPT e aos valores da Igreja então cultivados.

Assim sendo, o Coletivo de Produção Sul-Bonito parece evidenciar que não bastam relações de reciprocidade para a sustentação de grupos cooperativos no médio e longo prazo, pois elas envolvem cálculos de registros sociais positivos e negativos ao longo do tempo, que geram desequilíbrios sociais. Em sociedades abertas, como representa o assentamento, o

indivíduo é facultado a optar pela via do lote individual. Quando o desequilíbrio gerado na relação de reciprocidade é muito grande, há dissolução dos elos que unem os indivíduos no grupo e são reconstruídas as estratégias de subsistência. As relações de reciprocidade, citadas em abundância na literatura de economia solidária, muitas vezes são erroneamente compreendidas a partir de analogias a sociedades menos abertas — para não dizer fechadas —, comunidades tribais ou sociedades ditas primitivas. Neste caso, as relações de reciprocidade não provocam reações de ruptura entre os indivíduos como as observadas nas sociedades modernas, uma vez que os indivíduos tem escassas estratégias de subsistência fora de sua tribo e de seu círculo social. Sem ter onde ir, há de se produzir novas configurações de equilíbrio à força, por coação e até mesmo por meio da violência, situação, esta, pouco praticável em sociedades abertas.

Se as relações de gratuidade são importantes para a viabilidade dos empreendimentos coletivos e para a organização dos métodos de trabalho, até que ponto elas podem ser desenvolvidas endogenamente pelo movimento? Os depoimentos das pessoas mais velhas, que no início das lutas pela terra estavam associadas à CPT e aos trabalhadores rurais, demonstram receio em relação a este aspecto. Pessoas ligadas à igreja e exclusivamente à vida rural tem maior propensão às relações de gratuidade do que as pessoas urbanas. Estas últimas, vivem traços individualistas intransponíveis, na opinião dos militantes mais envolvidos com a transformação social.

O acampamento, enquanto único espaço disponível para o esforço transformador dos homens, é insuficiente. Os acampamentos atuais diferem-se dos mesmos há 20 atrás. Antes, eram uma organização organizada em torno de valores da solidariedade. Hoje, o acampamento não cultiva os aspectos solidários com a mesma força, pois ao reproduzir a estrutura social e econômica periférica das grandes cidades, já se inicia permeado de empreendedores privados e líderes temporários oportunistas. É o problema do *free-rider*, que parece ser mais intensivo em sociedades abertas e atua como elemento desagregador da solidariedade nos grupos.

Não há soluções fáceis ao problema da ética, da moralidade e da gratuidade nas relações sociais do acampamento. Como se nota, o mero agrupamento de pessoas em torno de necessidades de sobrevivência não possui nenhuma implicação concreta no desenvolvimento da solidariedade e dos comportamentos éticos, morais ou gratuitos. Neste ponto, a experiência analisada traz um alerta para as teorias de economia solidária: o reagrupamento de indivíduos isolados pelo modo de produção capitalista não é condição suficiente para a restauração do universo solidário. Tampouco a necessidade de sobrevivência. Esta última idéia é fortemente

cultivada na economia solidária por remeter a metáforas biológicas evolutivas, nas quais a cooperação reforçaria as chances de sobrevivência dos grupos. De fato, a cooperação nos acampamentos recentes certamente ocorre, mas não supera o mutualismo e não produz transformações na sensibilidade dos indivíduos em relação ao outro e na reflexão ética. O mutualismo que sustenta o grupo é a força de pressão social, maior, exclusivamente, por causa do número de indivíduos envolvidos.

Até que ponto seria possível um retorno ao universo de solidária genuína dos primeiros sem-terra, que se calcaram em um catolicismo politicamente engajado e na identidade de trabalhador rural? Ao que nos parece, tal retorno é pouco provável, ao menos por duas razões. Em primeiro, ao menos para a geração atual de acampados e recém assentados, a identidade não é mais do indivíduo que viveu toda sua vida no mundo agrário, mas de um sujeito que compartilha, em meio urbano, um fundo de trabalho com sua família, e divide seu tempo em estratégias de sobrevivência que se alternam entre opções rurais e urbanas, e que está acostumado com os valores desta última. Em segundo, mudanças no campo de poder religioso também introduziram novos obstáculos. O praticamente monopólio da igreja católica da religião gerava um sentimento de gratuidade e doação em suas ações, pois estas não se voltavam à retroalimentação do poder terreno da igreja, mas pelo contrário, muitas vezes eram opostas aos interesses dominantes.

O novo cenário religioso dos acampamentos e assentamentos rompe com o monopólio da igreja católica e transforma a religião em um campo de lutas acirrado, onde várias igrejas competem por novos fiéis. O clima competitivo faz alusão aos valores capitalistas e as relações de gratuidade são ameaçadas, pois pode gerar a percepção de que tudo se transforma em um 'jogo de interesses'. Ademais, muitas igrejas, ao reproduzirem a teologia da prosperidade conservadora aplicada em centros urbanos, não produzem um teologia adequada às lutas e conquistas dos sem-terra, e não surpreendentemente, acabam por condenar as ocupações de terra e os métodos de pressão utilizados pelo movimento. Outro impacto da competição entre as igrejas é o confronto direto entre lideranças no assentamento. No esforço competitivo, a liderança dos pastores se choca com a liderança de militantes e de presidentes de associações. Como já visto, na cultura dos assentados há muitos traços remanescentes do modo de vida conduzido no acampamento, em que os militantes são pessoas de referência para a resolução de conflitos e têm capacidade de liderança legitimada pela via carismática. Ora, esta é, possivelmente, a mesma via utilizada pelos pastores. É neste ponto que os campos de luta se interagem e torna-se fácil de entender mais um motivo porque os pastores condenam as ocupações.

Um tema diretamente relacionado às formas de organização utilizadas em cada indivíduo são as regras de entrada de novos integrantes e saída de cooperados. Nos primeiros coletivos de produção, a saber, de São Manuel e de Andalucia, as regras de saída eram benevolentes com os indivíduos que desistiam das cooperativas. Nestes dois casos, os indivíduos poderiam sair a qualquer momento, levando seus lotes e, por vezes, parte da produção e do capital investido na cooperativa. O resultado das regras benevolentes foi o desgaste progressivo dos coletivos, pois o desmembramento dos indivíduos afetavam os ganhos de escala do coletivo e deterioravam o planejamento realizado.

Mudanças na regra de saída, como realizado em Tamacavi e em fases avançadas em São Manuel e Andalucia, retiraram o caráter favorável aos dissidentes, que passaram a sair unicamente com seus lotes, sem nenhuma participação na produção, no maquinário e na infraestrutura da cooperativa. Em um primeiro momento, houve desaceleração das desistências, mas em um segundo momento tais regras incentivavam os indivíduos a formarem grupos de oposição ao coletivo com objetivo de dissolvê-lo.

O coletivo de produção mais recente do Estado, o Itamarati, aprendeu com as experiências dos outros coletivos de produção e instituiu regras rígidas para a saída dos associados. Quem quer sair não tem nenhum direito em relação às terras do coletivo. Mesmo assim, ainda há quem desista, embora haja acordos entre o grupo e o dissidente para distribuir os resultados da produção ao fim do ano. De qualquer forma, houve um radical aumento de desincentivos para o indivíduo sair do grupo — inclusive gerando fama de se tratar de um grupo duro e rigoroso — quando comparado aos assentamentos anteriores. Hoje, quando um indivíduo deixa o coletivo, a vaga correspondente é preenchida a partir do rol de acampados. Estas regras de saída fornecem dinâmica própria ao coletivo, que, ao menos teoricamente, pode ser realimentado frequentemente com novas pessoas, em um possível processo de regeneração grupal.

4.2.6- Contribuições Econômicas e Políticas

A principal fonte de renda do MST, segundo os informantes, é a contribuição de 1% sobre o faturamento dos assentados. O escritório central, em Campo Grande, coleciona, em suas paredes, prêmios concedidos pelo reconhecimento de sua importância enquanto movimento. Ser reconhecido trouxe, ao longo dos anos, um volume significativo de doações ao MST, como de computadores, mas tais doações, em sua maioria, apenas contribuem para o patrimônio da organização e não são geram renda contínua.

Uma vez que o funcionamento correto do MST depende, de fato, da contribuição dos assentados, é compreensível que tal necessidade realmente influencie nas práticas políticas e econômicas do movimento. A defesa da implantação de coletivos, cooperativas e associações vai ao encontro de seu esforço de sustentação.

De qualquer forma, é preciso antecipar que não se percebe comportamento maximizador da geração de renda por parte do escritório central, ao menos em nossa interpretação neste estudo de caso de Mato Grosso do Sul. Dentre as possíveis razões, podem ser arroladas: a percepção de que o MST não é uma empresa, mas um movimento social; a baixa dependência de recursos financeiros para apoiar as principais ações e a organização de grupos de pressão; a estrutura relativamente democrática que dificulta a cristalização de hierarquias que eventualmente poderiam ser beneficiadas com o aumento da renda; e a extensão do aprendizado da maioria das pessoas em se adaptar à escassez extrema de recursos — das observações de campo nota-se que o MST se sustenta com muito menos recursos do que ONGs organizadas por pessoas advindas de estratos de renda médios.

Voltando à discussão relativa aos 1% do faturamento que os assentados contribuem, há uma degeneração nítida da fidelidade e disciplina dos pagamentos pelos assentados. Esta degeneração atua em duas frentes. Na primeira delas, observada nos assentamentos pioneiros, a grande maioria dos assentados mantinha as contribuições de modo fiel, ao menos nos primeiros anos de assentado. A contribuição era motivada por razões éticas, morais e de compromisso com a luta pela reforma agrária, mas estas não eram suficientes para que a contribuição durasse vários anos, à medida que a grande maioria dos assentados se afastava das discussões e assembléias do movimento e tornava-se progressivamente estranha.

Uma segunda frente de degeneração é representada pelos assentamentos contemporâneos recém demarcados. Nos anos 2000, a degeneração ocorre de maneira mais rápida, quando comparada aos anos 80. Lembrando que os assentados contemporâneos possuem cultura diversa quando comparados aos assentados pioneiros, é possível compreender os fundamentos de tal mudança. Não há mais frequência significativa de critérios éticos, morais e de compromisso com a transformação social, que guiem as ações dos indivíduos. O individualismo capitalista gera práticas de cooperação mutualista, com relações reciprocitárias sem gratuidade. O resultado prático para o MST destes novos comportamentos é a dificuldade de se atuar nas mesmas bases utilizadas desde sua fundação. Os indivíduos que não vêem benefícios imediatos de seu alinhamento ao MST tendem a se retirar do movimento o mais rápido possível. A lógica utilitarista é reiterada quando surgem novos benefícios, como no caso de compras coletivas e lutas por crédito organizadas pelo MST, capazes de regenerar,

ao menos em parte, o compromisso político das pessoas, que voltam a contribuir temporariamente. Trata-se um comportamento perigoso ao próprio MST, que corre o risco de ser englobado pela lógica utilitarista em suas ações, baseando-se no dito popular de “toma lá dá cá”, que certamente enfraqueceria a crítica à ideologia capitalista e ameaçaria sua legitimidade enquanto movimento de transformação social.

Para minimizar os efeitos de queda da participação e de contribuição, o MST procurou, ao longo dos anos 90, reforçar a então já reconhecida importância dos coletivos de produção. Estes funcionariam como células econômicas e políticas privilegiadas do movimento. Os coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul tiveram início sob estas circunstâncias. Mas mesmos nos coletivos, embora em grau menor, há também degeneração participativa em relação ao movimento, observada, principalmente, pelo menor número de militantes que os grupos, com o passar do tempo, liberam para atuar nos acampamentos e na organização central. A contribuição de 1% não é interrompida nos coletivos, muito provavelmente pela força da posição das lideranças militantes.

Mas a degeneração não é a única fonte explicativa do menor esforço participativo e contributivo dos assentados. Há uma segunda fonte, mais próxima do conceito de regeneração. O depoimento de João Luís lamenta o fato de que, no início, no acampamento, todos estão em uma só voz, e quando se mudam para o assentamento, surgem diversas vozes e dissidências. Ao nosso ver, tal processo é consequência da vitalidade da democracia nos assentamentos. Muitas clivagens não explicitadas no acampamento emergem violentamente quando os grupos se tornam assentados. As divergências são postas à mesa, as lideranças são questionadas e os grupos se fragmentam em torno dos mais diversos interesses. Há um reordenamento político, integralmente realizado de baixo-para-cima e em direção ao reforço das práticas democráticas e participativas. O lote dá voz, autonomia e altivez aos indivíduos, aumentando seu capital político, seja para barganhá-lo com alguma nova liderança ou seja para romper com as lideranças anteriores.

Como resultado deste processo, multiplicam-se as associações de produtores em todo o assentamento. Isto provoca um estranhamento nas autoridades tradicionais, como as de governo, que ao invés de notarem os aspectos positivos da distribuição de poder, criticam os assentamentos pela fragmentação política, por uma suposta anomia e pela dificuldade de se encontrar interlocutores que concentram o poder de todo o assentamento. Em outras palavras, a cultura hierárquica fora do assentamento contrasta com a cultura democrática dos assentamentos, e isto não ocorre sem embates. O lado hierárquico, principalmente representado pelas diversas instâncias governamentais, insiste que a hierarquia é a

organização social correta, seja por razões instrumentais — para facilitar negociações — ou por razões conservadoras, com vistas à obstruir tentativas mais gerais da sociedade de distribuição do poder. De qualquer forma, vale enfatizar que é preciso ser cauteloso na análise política dos assentamentos, para não cair nos imaginários e nas linguagens do poder dominante, que tendem a associar os assentamentos ao caos e à desordem.

Uma última observação importante a respeito da estruturação política dos assentamentos refere-se a relação entre os coletivos e associações, por um lado, e as prefeituras municipais, por outro. Os coletivos atuam como núcleos políticos altamente representativos dos assentados e como formadores de opinião. Os coletivos sofrem com os ciclos políticos muito mais do que grupos políticos urbanos. Nas cidades, há um relativo espraiamento dos serviços públicos: mesmo que o prefeito procure prejudicar uma região, bairro ou comunidade que vota em candidatos de sua oposição, a eficiência negativa da focalização dos serviços públicos em determinadas comunidades não é tão grande, por dois fatores. Em primeiro, os serviços nas comunidades são substituíveis pelos serviços das comunidades da vizinhança, que são contíguas e pouco distantes. Em segundo, as comunidades são heterogêneas politicamente, sendo pouco freqüente que a comunidade inteira concentre seus votos em um único candidato; em geral, há relativa dispersão dos votos, além da possibilidade de se reverter o quadro das posições políticas ao longo do ciclo político. Já os assentamentos, principalmente os coletivos, não dispõe de nenhuma destas características, pois encontram-se isolados de outras comunidades e há pouca heterogeneidade de posições políticas — no caso dos coletivos não há diversidade de posições e no caso dos assentamentos, há grande homogeneidade no início e só com o desenvolvimento de diversos grupos alinhados em associações rivais é que se criam condições de emergir heterogeneidade de posições políticas no plano municipal. De qualquer forma, no caso dos coletivos que concentram as diferenças apontadas, os ciclos políticos são sentidos fortemente, afetando serviços essenciais como saúde, educação e transporte.

4.2.7- Comparação entre Grupos dos Coletivos e outros grupos de economia solidária nos assentamentos.

O primeiro fator que chama a atenção ao se comparar as experiências dos coletivos de produção em relação aos demais grupos de economia solidária no assentamento é o de gênero. Os três projetos analisados nesta categoria, a saber, Ecoa/Cepec, Casa Verde e Mulheres de

Fibra, são empreendimentos majoritariamente femininos. Não há nenhum homem trabalhando nestes projetos, tampouco nos principais agentes que os apóiam.

Nos coletivos de produção do MST analisados nota-se que não houve emancipação e empoderamento das mulheres. As evidências confirmam as observações da literatura que apontam para um refluxo da participação das mulheres em questões políticas e administrativas na transição do acampamento para o assentamento. Embora haja uma militância feminina nos coletivos, que debate ativamente questões de desigualdade de gênero, como Vera e Laura, no Andalucia, Ana Carla, no Itamarati e Maria Clara, no Sul Bonito, tal esforço tem atuação isolada e as líderes acabam por responder a papéis geralmente reservados para mulheres na visão de mundo dos assentados, como representações nas áreas de saúde, educação, cultura e o próprio gênero.

A opção pelas mulheres nos demais grupos de economia solidária no assentamento não é acidental. É um desenvolvimento de natureza dialética, que responde ao refluxo da participação das mulheres e a predominância masculina nas questões econômicas. Mas é preciso alertar que não basta a mera participação das mulheres em grupos de produção solidária. A experiência da Ecoa, salientada por Rosane, e do grupo de Casa Verde fazem uma associação indiscutível entre renda e emancipação. No caso da Ecoa, o ponto de transição ocorre quando as assentadas passam a ter renda maior do que seus maridos. No momento em que isto ocorre, há alteração nas relações domésticas, seja pela divisão de trabalho no lote ou seja pela participação no processo de tomada de decisão de questões concernentes aos meios e fins produtivos.

Processo semelhante à emancipação feminina na Ecoa ocorreu nos grupos Casa Verde e Mulheres de Fibra. De início, o grupo interessado era taxado de aventureiro pelos assentados, principalmente homens. Com a venda das primeiras mercadorias, tal opinião é revertida rapidamente e há um reconhecimento da viabilidade do projeto. A ampliação das parcerias com agências de apoio vem a reforçar esta tendência.

Em relação ao gerenciamento de recursos, os coletivos de produção são homogêneos, enquanto os grupos são heterogêneos. Todos os coletivos de produção analisados enfatizam a reinversão do faturamento em investimentos e menores retiradas para o consumo do que os individuais. Já nos grupos, várias situações são encontradas. O grupo de Casa Verde se aproxima dos coletivos, sendo frugal em suas retiradas, limitando-as às próprias peças produzidas e reinvestindo o faturamento. O grupo Mulheres de Fibra tem baixa taxa de poupança e investimento. A renda obtida com os produtos vendidos é repassada para a pessoa que produziu, exceto por pequena porcentagem para cobrir despesas gerais. No caso da

Ecoa/Cepec, a preocupação com os investimentos não entra em cena, uma vez que os investimentos são realizados com capitais externos ao grupo mediante o cumprimento de condicionalidades.

Outro ponto que merece atenção quando comparamos os grupos coletivos de produção aos demais grupos de economia solidária refere-se às regras de entrada e saída de participantes. Como já vimos, os coletivos de produção, com o passar do tempo, instituíram regras de entrada e saída mais rigorosas, a fim de que as alterações na constituição da cooperativa não afetassem o desempenho da mesma. Aprendizado semelhante ocorre nos grupos de economia solidária. No começo, há um grande incentivo para que novos integrantes participem das iniciativas, materializado pelo treinamento gratuito oferecido pelas agências de apoio. Os primeiros meses de trabalho possuem função parecida ao acampamento para os coletivos: realizam uma triagem inicial dos indivíduos, que experimentam os aspectos positivos e negativos do trabalho em grupo autogerido, optando por ingressar e continuar, por um lado, ou não permanecer no grupo, por outro.

Em relação às desistências, parece haver diferentes razões quando comparamos coletivos de produção e os demais grupos de economia solidária. Nos primeiros, não se questionam as vantagens econômicas, provenientes de ganhos de escala e outras facilidades que os coletivos proporcionam. A motivação para deixar o grupo parece mais provir de problemas de relacionamento entre o indivíduo e o grupo, que vão desde acusações de irregularidades, disputa interna de poder e insatisfação com os processos de trabalho e controle, até adultérios e brigas entre vizinhos. Nos coletivos, os conflitos comunitários interagem com os trabalhos na cooperativa. Já nos grupos de economia solidária, há uma preocupação e um cálculo maior relativo à viabilidade econômica do empreendimento. A frustração com os ganhos diminutos nos primeiros anos é a principal fonte de desistências.

Outro fator facilita as saídas nos grupos de economia solidária quando comparados aos coletivos: o menor capital investido na cooperativa. Nos coletivos, a parcela correspondente ao lote individual possui um valor muito alto comparado com o faturamento da cooperativa, o que impede que o grupo absorva, mesmo com algum esforço, o capital daquele que desiste. No caso dos outros grupos, como o capital fixo investido é relativamente pequeno, há maior facilidade do grupo absorver as saídas.

Em relação aos novos entrantes, tanto os coletivos como os demais grupos são praticamente fechados, embora exista um discurso contrário. No caso dos coletivos, a entrada se dá somente por trocas, não estando aberta a possibilidade de aumento do número de cooperados. Mesmo no caso de troca entre um individual e um coletivo, o grupo não abdica

do poder decisório de selecionar as pessoas que julga apropriadas para a vida em coletivo. No caso do grupo Casa Verde, deixa-se claro que novos entrantes devem aportar recursos em montante equivalente ao capital per capita já investido, devem ter experiência de trabalho e treinamento especializado e, por último, devem pertencer a famílias que não sejam machistas. Na Ecoa, o projeto já possui um número de vagas delimitado e não há planos de expansão em vista, caracterizando-o como grupo que se fecha para o restante da comunidade.

Pelas regras de entrada observadas acima, nota-se que o potencial de crescimento endógeno dos grupos de economia solidária, incluindo os coletivos de produção, é bastante limitado. Outro fator atua como agravante: a ausência de destino da produção para dentro do assentamento tem como consequência o ‘vazamento’ de recursos para fora da comunidade assentada. Um dos principais projetos da economia solidária é organizar uma produção insular, de modo com que se assegure a permanência do fluxo de rendas em um único grupo. Isto não tem ocorrido. As atividades econômicas dos coletivos estão organizadas para a subsistência do próprio grupo ou para a venda em mercados externos ao assentamento. Não há diversidade de produção necessária para fomentar as trocas entre as famílias. No caso da Ecoa e do grupo Mulheres de Fibra, a mesma dificuldade pode ser observada, à medida que a grande maioria da produção está voltada para turistas, de estratos de renda médios. Nesse item, o grupo Casa Verde difere dos demais, ao perceber o potencial de consumo do próprio assentamento e ao direcionar parte da produção para a sua comunidade, oferecendo serviços personalizados e atendendo às especificidades das demandas locais.

Uma última observação neste esforço comparativo refere-se à consolidação de redes. Esta encontra-se em estado incipiente. Em nossa análise, isso se deve a dois motivos. Em primeiro, talvez em menor grau, organizar-se em redes nem sempre é algo desejável. Isto ocorre porque os negócios desenvolvidos não são necessariamente complementares, mas competitivos. Uma possível fonte de competição entre os coletivos produção é pelo *status* de serem os mais representativos no Estado de Mato Grosso do Sul, seja como experiência de exercício de outro modo de organização produtiva, ou seja como concretização da principal proposta do MST para o desenvolvimento dos grupos assentados. Já nos outros grupos de economia solidária, há uma competição por recursos provenientes das agências. Existe a percepção que estes recursos não são infinitos, mas limitados e condicionados ao sucesso dos grupos. Uma fonte adicional de competição entre os projetos analisados é o fato de que tanto a Ecoa, como o grupo de Casa Verde e o Mulheres de Fibra, com pequenas variações, trabalham na mesma área, por vezes disputando as mesmas segmentações do mercado — o

principal mercado sobreposto é justamente a pequena demanda por produtos de economia solidária.

Entretanto, mesmo a competição sendo um fator importante para explicar a não formação de redes, não parece ser o mais importante, quando comparado às dificuldades de entrosamento entre os grupos. A distância estrutural entre estes não pode passar despercebida da análise. Embora para a maioria dos analistas exista uma percepção de proximidade, em razão das categorias analíticas utilizadas, em verdade estes grupos são estruturalmente distantes uns aos outros. Para exemplificar, os assentamentos não possuem sistemas de telefonia eficientes, e mesmo se tivessem, é possível que não fossem efetivos, em razão dos preços. Os custos de transporte também são impeditivos para que eventualmente se consolide trabalhos conjuntos em organizações semelhantes, divisões de mercado e troca de experiências. Em suma, os grupos encontram-se realmente afastados. No caso dos grupos solidários, as poucas ocasiões em que se encontram tratam-se de feiras e eventos com apoio externo de agências. Mas estas são justamente o alvo na competição por recursos.

4.2.8- Comparação entre os Grupos Coletivos e os grupos exógenos de economia solidária no interior de Mato Grosso do Sul

A primeira observação na análise comparativa entre a economia solidária exercida por grupos coletivos de produção nos assentamentos e outros grupos de economia solidária refere-se a natureza das relações com agências externas. Nos coletivos de produção, as agências são vistas como instituições neutras ou antagônicas aos sem-terra, que devem ser pressionadas para que se promova a reforma agrária e a atenção dos assentados de modo correto. Há a noção que não existe nada dado, mas conquistado, por meio de pressão e luta. A força motriz da economia solidária, no caso dos coletivos de produção, vem de baixo para cima, à medida que as agências acabam por subordinar suas operações aos interesses dos sem-terra. Já no caso dos outros grupos de economia solidária, a força motriz é de cima para baixo e são os grupos produtivos que se subordinam às regras determinadas pelas agências. Estas, por sua vez, não são vistas como neutras ou antagônicas, mas como assistencialistas ou voluntaristas. Tal conformação produz uma atitude de submissão dos grupos como forma de maximizar a ajuda obtida pelas agências, ora buscando comprovar o merecimento do auxílio, ora demonstrando profissionalismo e desenvolvimento para justificar e atestar a efetividade da ajuda obtida.

Vale ressaltar que os grupos indígenas não se encaixam no enquadramento acima apresentado, pois fundem características dos dois tipos ideais. Por um lado, atuam como grupo de pressão nas agências, exigindo ativamente uma grande gama de recursos e atuando claramente de baixo-para-cima. Por outro lado, à medida que não possuem um projeto claro de desenvolvimento econômico, como no caso dos coletivos de produção, acabam se submetendo, ainda que precariamente, aos projetos das agências externas, que atuam com força de cima-para-baixo.

As diferentes formas de relacionamento com as agências externas na economia solidária produz menor ou maior grau de subordinação. No caso dos coletivos de produção, regidos de baixo para cima, não há, praticamente, nenhuma dependência em relação a agentes externos. Verifica-se que o desenvolvimento dos grupos reduz qualquer tipo de dependência pré-existente, como em relação à própria coordenação estadual do MST, às associações dos assentamentos e, no médio e longo prazos, até mesmo aos ciclos políticos. Já nos grupos regidos de cima-para-baixo, a tendência é esta dependência se cristalizar ou aumentar ao longo do tempo, pois o grupo se habitua ao apoio externo e aprende a captar recursos continuamente em agências assistencialistas e voluntaristas. A captação de apoio, eventualmente, pode se transformar em um próprio fim do grupo solidário, ao invés de um meio para se consolidar e ganhar autonomia.

No que se refere à formação de lideranças e as estruturas democráticas de organização interna, é preciso notar que, em princípio, todos os grupos se consideram autogeridos — fato que na percepção nativa significa não ter patrão. Mas há diferentes graus de resistência ao desequilíbrio político interno. Nos coletivos de produção, há uma vivência política que impede abusos das lideranças, bem como há relativa rotatividade nos papéis de direção. Grande parte da consciência política dos assentados nos coletivos é possivelmente associada à posse igualitária da terra, capital e trabalho. Em grupos exógenos de economia solidária, a liderança é bastante personalizada e cristalizada, há baixa rotação e pobreza política dos membros. Uma interpretação possível para tal diferença reside no processo de formação de capital destes grupos, que é, basicamente, constituído a partir do capital relacional dos líderes, capazes de angariar recursos, treinamentos e subsídios das agências externas. À medida que o capital relacional é pouco transferível, gera-se uma estrutura desigual no poder de comando dos grupos solidários.

No que se refere às melhorias nas condições de vida dos cooperados, observa-se que os coletivos de produção são mais efetivos. Em primeiro lugar, o coletivo de produção proporciona emprego, enquanto os outros grupos solidários não conseguem propiciar

emprego, na opinião dos cooperados, mas apenas subemprego, complementação de renda ou somente externalidades positivas. Os coletivos de produção também parecem proporcionar segurança aos assentados, em virtude da geração de renda continuada por meio de um emprego pessoal e da posse do lote, bem de produção de alto valor. Os outros grupos de produção solidários não proporcionam segurança, pois são temerosos quanto à perda de apoio das agências externas e não possuem bens de capital em valor considerável. Quanto às externalidades em geral, é preciso alertar que os grupos solidários exógenos parecem proporcionar mais positivas do que negativas, quando comparados aos coletivos de produção. Nestes últimos, regras de saída mais rigorosas, falta de alternativas de geração de renda no âmbito do assentamento e escassez de capital social fora do próprio grupo tendem a aprisionar o indivíduo em seu universo de trabalho, usufruindo de pouca liberdade de emprego e restringindo as soluções possíveis para processos que gerem externalidades negativas. Estas não se cristalizam em grupos de economia solidária exógena, pois com regras de saída flexíveis e outras alternativas de ocupação, é compreensível que o indivíduo deixe o projeto quando se torna prejudicial aos seus interesses.

No que se refere à formação de redes, reitera-se para esta comparação as observações já realizadas anteriormente, a respeito de fatores desestimulantes como a distância estrutural entre os grupos e a competição entre eles. A organização das compras e das vendas objetivando a implantação de cadeias produtivas solidárias e evitando a fuga de recursos para fora da economia solidária também não acontece nos grupos de economia solidária exógenos, com exceção dos grupos indígenas. Nestes, há uma percepção clara das vantagens de se reduzir a entrada de insumos externos e de se produzir para dentro. De qualquer forma, é preciso salientar que este compromisso nos grupos kaiowás é bastante distante da idéia de comprometimento ético, econômico ou ideal proposto por determinadas vertentes da economia solidária. Trata-se de algo imerso na totalidade de sua cultura, não sendo um elemento separável. Faz parte de uma visão de mundo que aborda aspectos ecológicos, como o uso de recursos renováveis, e aspectos culturais, como o resgate da cultura kaiowá. A identidade indígena, mesmo desgastada, ainda é capaz de ordenar as trocas com o mundo moderno, visto como mundo exterior.

A contraposição interno e externo, aplicada à economia, parece ser uma condição essencial para a viabilidade do desenvolvimento endógeno da economia solidária. Caso contrário, as exigências de totalidade se sobrepõe às melhores propostas endogenizantes, pois a identidade de grupo solidário, do modo em que vem sendo pautada, é fraca e maleável, dificilmente se contrapondo aos valores e às visões de mundo capitalistas de que estes grupos

são caudatários e restringindo-se a contraposições pontuais às pessoas e comunidades que vivem no capitalismo.

Ao contrário dos grupos kaiowás, os grupos coletivos de produção não se orientam de forma determinante sob oposições binárias internas e externas. O principal eixo de análise é o coletivo x individual, de alcance extremamente limitado quando se tem em mente processos abrangentes de transformação social. O sonho dos assentados, sejam eles individuais ou não, é o mesmo: a inclusão sócio-econômica. Os valores que pautam a inclusão não deixam de ser valores capitalistas — posse de bens como fogão, geladeira e carro, e acesso à saúde, educação e viagens. Há uma grande homogeneidade no que todos querem; as divergências surgem no diagnóstico de porquê as pessoas não têm o que elas acham que deveriam ter por direito e trabalho e de qual a melhor forma de se alcançar o padrão de vida digno semelhante que todos almejam. Não há oposição interno e externo pois todos sonham com o externo e, dentro de suas possibilidades, se identificam com ele. Não é à toa que a maioria dos grupos solidários gasta a maior parte de seus recursos e suas energias com vistas ao mercado externo, aposta esta baseada no suposto maior poder de inclusão deste mercado, uma vez conquistado. O problema é que tal suposição nem sempre é verdadeira, como se observa na fragilidade econômica da maioria dos grupos. Em geral perde-se a oportunidade de realocar a produção e o consumo para dentro da comunidade, pois o nível de inclusão provável para esse caso é indesejado. Quão diferente, neste aspecto, são os grupos de economia solidária kaiowás! Capitaneados pelos caciques, que também são os pajés e os repositórios da cultura, eles são capazes de produzir o mesmo objeto sabendo de antemão que não haverá venda externa e que será estocado, mas mantendo sua força ritualizante de resgatar a cultura, o significado exclusivo aos kaiowás de cada produto, o prazer estético de reproduzir o objeto, a lembrança de quem ensinou, a alegria de quem é ensinado, a segurança de praticar trocas recíprocas e a satisfação de dar gratuitamente, em conformidade com uma razão expressiva, e não necessariamente instrumental.

Nas próximas seções, o estudo de caso é abordado a partir do conjunto das experiências do MST e das experiências de economia solidária exógenas utilizadas principalmente para fins comparativos. Em outras palavras, os elementos teóricos sintetizados nos três primeiros capítulos são avaliados tendo em vista as especificidades dos grupos endógenos e exógenos.

4.3 Aderência das proposições dos precursores da economia solidária.

No primeiro capítulo deste trabalho foram analisados três precursores da economia solidária, quais sejam, Owen, Marx e Yunus. Tal revisão se fez com dois objetivos em mente. Em primeiro, tratava-se de construir uma introdução teórica e simultaneamente histórica da economia solidária, enquanto objeto, teoria e movimento social. Em segundo, e não menos importante, tratava-se de fazer um levantamento das principais questões legadas à economia solidária, tanto as portadoras de consensos como as de dissensos. Nesta seção, estas questões são recuperadas, uma a uma, com o intuito de confrontá-las com as revelações do estudo de caso.

i) Natureza do Ser Humano

O estudo de caso do MST reitera as concepções de Owen e Marx quanto à natureza plástica do ser humano. A plasticidade pode ser verificada na diferença de comportamento dos indivíduos nos acampamentos e assentamentos. Os indivíduos moldam-se conforme às necessidades de seus trabalhos, em proximidade aos conceitos marxianos de práxis. No acampamento, são desenvolvidas habilidades de organização grupal, motivação política, luta e liderança, relacionadas diretamente com o trabalho cotidiano, que é essencialmente político e exige manejos de discursos. Quando os indivíduos tomam posse da terra, novas habilidades são desenvolvidas, de acordo com as necessidades produtivas de seu lote, muitas vezes em direção oposta às habilidades e conhecimentos previamente adquiridos nos acampamentos, como a percepção dos contornos da propriedade privada.

Entretanto, parece haver limites para o desenvolvimento do ser humano por meio da práxis. As mudanças contemporâneas no perfil dos assentados demonstram que, muito freqüentemente, o meio é mais forte que a práxis, condicionando-a. As populações urbanizadas estariam desprovidas de condições necessárias para o estabelecimento de coletivos de produção, que demandaria comportamentos que não são facilmente formados nos acampamentos ou por meio da doutrina geral do MST.

Assim sendo, a concepção da natureza do ser humano plástica por meio da práxis deve ser apreendida perante limites estruturais do meio, conforme alertou Owen e de modo não diferente dos pensamentos de Marx, caso contrário seu estruturalismo perderia força. Não basta, portanto, que a economia solidária se escore na idéia de práxis, sem reconhecer os limites de transformação por tal caminho.

E o que dizer da natureza hábil e criativa do ser humano de Yunus? O estudo de caso demonstra que esta parece ser uma questão mais complexa e não pode ser submetida a um tratamento simplificado que ignore as diferenças de classes. Yunus enfatizou tal ponto buscando se contrapor às teorias que advogavam a necessidade de gastos com educação e treinamento dos pobres — aumento do capital humano — principalmente porque tal capital não se materializava em oportunidades concretas, e que a emergência destas não estava relacionada com a disponibilidade de capital humano, mas de capital financeiro. Em tal nível de análise, o estudo de caso comprova as proposições de Yunus — mais importante do que ensinar o manejo da lavoura e as técnicas pecuárias é a cessão de capital financeiro e terra para que a produção se viabilize. É claro que a assistência técnica não deixa de ser importante, mas o acesso a esta é realizado de modo difuso e criativo — por meio de vizinhos, movimentos sem terra, comerciantes e “até mesmo” agrônomos e técnicos governamentais. Desta forma, as experiências endógenas estudadas corroboram a concepção de natureza do ser humano proposta por Yunus. No entanto, quando se comparam experiências exógenas, notam-se limites à habilidade e criatividade dos indivíduos, principalmente porque não são atividades cujos conhecimentos tácitos são facilmente obtidos pela comunidade, movimento ou trocas recíprocas. Mesmo empreendimentos aparentemente simples, como tecelagens e oficinas de artesanato, deparam-se com inúmeras dificuldades de aprendizado.

Desta forma, pode-se notar que a habilidade e criatividade estão condicionados à própria difusão dos conhecimentos técnicos. É preciso reconhecer claros limites ao exercício de tais faculdades, três dos quais são de suma importância: 1) limites comunitários – o estoque limitado de conhecimentos disponíveis ao grupo e à comunidade que pode ser apropriado às atividades produtivas, — o que acarreta, em geral, excesso de oferta e competição forte em setores de baixo grau tecnológico; 2) limites etnológicos, ou seja, barreiras culturais que dificultam o acesso a mercados de outras classes e nichos sociais — fazendo com que as habilidades e criatividade dos pobres não sejam suficiente para que acesse às oportunidades de outras classes sociais, no máximo propiciando alívio à pobreza imediata; 3) limites capitalistas — conhecimento tácito e apropriado têm um custo de obtenção, não sendo gratuitos.

De qualquer forma, a presença de tais limites não invalida as críticas implícitas de Yunus em relação ao alívio à pobreza por meio do incremento do capital humano. Tal constatação impõe desafios às ações dos agentes externos que apostam no potencial da economia solidária de “cima-para-baixo”, uma vez que revela os limites do voluntarismo nos processos de treinamento e motivação dos grupos. Uma melhor abordagem seria entender os

agentes externos como doadores de capital, financeiro, técnico e científico, reconhecendo explicitamente as dificuldades concernentes à apreensão de conhecimentos tácitos e previamente apropriados por outras empresas competidoras, caso contrário incorre-se, de modo subjacente, à visão de mundo conservadora de que os pobres são pobres porque assim querem ou de que boa vontade basta para retirá-los da pobreza e da alienação.

ii) Voluntarismo

Como vimos no item anterior, as experiências endógenas e exógenas vistas no estudo de caso apontam fortes limites ao voluntarismo, em conformidade ao pensamento de Marx. Nas poucas vezes em que o voluntarismo é bem sucedido, como no caso da ECOA, dá origem a insegurança e dependência do grupo, que tende a sofrer com a descontinuidade de ações voluntárias, como narrado por vários informantes a respeito da grande maioria de iniciativas fracassadas.

Outro obstáculo ao voluntarismo é sua falta de autenticidade, problema persistente desde os socialistas utópicos acusados de possuírem interesses escusos. A grande maioria dos agentes externos não tem suas ações originadas em ideal voluntário, pois muitas ONGs atuam de modo profissional captando recursos públicos de fontes diversificadas, e a maior parte dos agentes são estatais, para-estatais ou dependentes de recursos públicos.

Assim sendo, o voluntarismo, que se nota no estudo de caso, não é força transformadora relevante, pois não se comprova sua origem autêntica, tampouco conseqüências amplas, em razão de descontinuidades. Ademais, os próprios beneficiários não acreditam, por razões empíricas, na força do voluntarismo, percebendo os graus de dependência a que estão presos, as várias formas de dominação existentes e as probabilidades exíguas de êxito — suficientes para manter os indivíduos mais esperançosos e idealistas engajados aos projetos.

iii) Crítica ao Academicismo

Os estudos de caso não corroboraram as críticas ao academicismo dos precursores da economia solidária. Tanto no MST, como nas experiências exógenas analisadas há uma confiança nos técnicos e cientistas de modo geral na capacidade em prover soluções gerais para os problemas, bem como para propiciar parâmetros de julgamento para os grupos, acerca

do sucesso, eficácia e eficiência. Não há um desprezo com a torre de marfim acadêmica por parte dos cooperados.

De qualquer forma, no que se refere aos agentes externos, a opinião de Yunus parece ser válida, pois se encontra presente a crítica às teorias e à academia como irreais, distantes, frias e desprovidas de capacidade de aplicação. Há, ainda, na militância própria dos agentes externos, uma crítica aos discursos que não implicam ações práticas de fomento e concretização da economia solidária.

iv) Positivismo

O positivismo é um traço presente de modo consensual entre os precursores da economia solidária. Na contramão da diversidade de pensamento pós-modernista, ele parece ser corroborado de modo unânime nos grupos que foram objetos do estudo de caso realizado.

Os grupos, sejam eles endógenos ou exógenos, tem o método taylorista, combinado no possível com a autogestão, como meta de organização produtiva principal. Há, portanto, o sonho de se implantar linhas de produção racionais. Além disso, há uma busca incessante pela modernização tecnológica e pela superação de práticas consideradas atrasadas na agricultura, indústria ou serviços.

O positivismo também se manifesta na crítica às mentalidades, que estariam por demais presas à ignorância da falta de educação formal, aos costumes de submissão ao sistema capitalista e aos tradicionalismos e superstições. A luta pela modernização também passa, desta forma, pelas mentalidades. Neste sentido, valoriza-se muito o acesso à informação, proveniente das mais diversas origens.

Em nenhum momento os grupos defendem métodos de produção tradicionais que poderiam estar associados à necessidade da manutenção de costumes tradicionais. Até mesmo nos grupos exógenos, dedicados ao artesanato, há uma ênfase na produção para o mercado, em detrimento da função de expressividade de valores culturais, encontrada somente entre os indígenas praticantes de economia solidária. Exceto por este caso, a grande maioria dos grupos está disposta a aperfeiçoar os métodos produtivos ou alterar os produtos com vistas a maximizar a geração de renda.

v) Autogestão

A autogestão é outro ponto consensual entre os precursores, ainda que apresente algumas diferenças. A autogestão de Yunus enfatiza a necessidade de trabalho autônomo. O estudo de caso demonstra ser este um aspecto pouco relevante. Na maioria das vezes, tanto no MST como nas experiências exógenas, o que se busca é a empregabilidade e a geração de renda a qualquer custo. Na ausência do emprego formal, qualquer expectativa de geração futura de renda é suficiente para que desempregados se engajem em qualquer projeto, seja este promovido pelo MST ou por um agente externo como o Sebrae.

Ademais, os grupos percebem os limites do trabalho autônomo, principalmente o MST, que entende os custos de transação envolvidos e chama a atenção para a necessidade de se ampliar o papel das cooperativas.

Já a autogestão na concepção de Marx, de característica mais política, é mais facilmente apreendida pelos grupos e tem sua importância reconhecida pelos integrantes. De qualquer forma, cumpre salientar que os indivíduos nem sempre fazem o que dizem. Assim sendo, embora a autogestão seja bradada por todos, não deixam de existir comportamentos com vistas a concentrar poder e criar novas formas de dominação e liderança. Estas atitudes, porém, engendram resistências e contra movimentos democráticos — surgimento de facções, dissolução de lideranças, fragmentação em vários grupos — consolidando, assim, a autogestão por um processo dialético.

Por último, a autogestão de Owen, de cunho mais organizacional e materialista parece ser compatível no estudo de caso principalmente no que concerne à geração de externalidades, por meio da união dos trabalhadores e decisão conjunta a respeito de educação, treinamento e uso de pressão política.

vi) Estado

Um ponto polêmico para os precursores da economia solidária é o papel reservado ao Estado. O Estado mínimo defendido por Yunus não é compatível com o estudo de caso realizado. Tanto nas experiências endógenas como exógenas há um enorme esforço dos grupos em captar recursos estatais, ainda que por diferentes estratégias, como protestos deliberados e dependências consentidas. Até mesmo os agentes externos, como já se alertou em outro momento, têm como objetivo fundamental enquadrar suas atividades a medida do possível em programas governamentais, responsáveis por fornecer a maior parte dos recursos para sustentação das atividades, complementado por fundos de entidades para-estatais ou privadas.

Tal diagnóstico parece ser mais compatível com a concepção marxiana de Estado, ao mesmo tempo distribuidor e dirigente, ainda que comandado pelos trabalhadores. O principal ponto defendido pelos indivíduos nas experiências é o aumento dos recursos estatais — não apenas sua captação. Subjacente à idéia de aumento, encontra-se a noção de um Estado redistribuidor, não só de recursos finais mas também de meios de produção. Não basta que o Estado se restrinja a benefícios sociais, também é necessário que forneça o acesso à terra, incube cooperativas, dê crédito subsidiado e, essencialmente, possibilite indiretamente a todos o desempenho de uma atividade produtiva. Isto ocorre em paralelo a um distanciamento com a burocracia estatal e a burocracia dos agentes; não se sonha com um emprego no governo ou até mesmo nos quadros dirigentes do MST ou do Sebrae, mas sim com uma atividade remunerada justa. A ausência de tal sonho burocrata se dá pelo estreito campo de possibilidades em que os indivíduos estão inseridos, o que não ocorre no caso do sonho da economia popular em ser microempresário ou fazendeiro, que possui várias atividades produtivas no campo do possível, mas precisa de condições específicas para exercê-las — na opinião nativa, capital barato ou acesso aos meios de produção.

Mas observando o MST, nota-se que as demandas do Estado não são tão diretamente analisáveis. Há vários níveis de demanda. Inicialmente o indivíduo pensa que o Estado deve lhe dar uma oportunidade e que isso é suficiente para seu sucesso empreendedor. Somente com a conquista de tais pré-requisitos surgem novas demandas. É preciso cautela na análise destas novas demandas: elas não ocorrem por “choradeira” dos beneficiados, que querem sempre melhores condições, mas sim pela descoberta que terra e capital não são suficientes para obter o mesmo sucesso comercial na agricultura que seu vizinho capitalista grande produtor. A luta por uma “chance” no capitalismo ganha complexidade e uma nova pauta de demandas é constituída, preços mínimos, assistência técnica, mecanização, subsídios, etc... O ponto fundamental aqui é entender que o indivíduo não nasce do dia para a noite com uma pauta de reivindicações pronta, mesmo que tenha muita clareza do que almeja: os mesmos bens e direitos de seu vizinho capitalista, ainda que em uma versão empobrecida.

Mas qual a trajetória de distribuição e assistência que o Estado deve seguir? Trata-se de uma questão complexa, pois o Estado já conhece a pauta de reivindicação futura dos hoje inicialmente beneficiados com os primeiros programas de auxílio. Muitos agentes externos, até mesmo o MST, também conhecem agendas futuras, mas enfrentam um difícil dilema: quando se antecipam, distanciam-se de sua base de apoio, em virtude da diferenciação dos interesses e ações políticas; quando postergam, perdem a chance de antecipar demandas que se farão necessárias. O MST há anos trabalha com este dilema; sua principal ferramenta é a

conscientização política e a formação nos acampamentos, a fim de assegurar a força de mobilização para uma agenda ampla, para além dos interesses imediatos e conscientes e reconhecidos dos indivíduos da economia solidária.

A vivência deste dilema contribui para mostrar porque a defesa de um Estado regulador pode ser considerado algo pequeno-burguês, em conformidade aos ataques de Marx a Owen. Os trabalhadores e desempregados da economia solidária não defendem um apanhado de marcos regulatórios, ainda que estes venham ao exato encontro dos interesses dos trabalhadores. A discussão sobre regulação, em geral, não é acessível aos setores populares, por não deterem conhecimento codificados para acompanhá-la e por não terem revelado muitas necessidades relativas à sua economia autônoma, autogestionária ou popular. Mesmo que reguladores bem intencionados quisessem ajudar a economia dos setores populares, enfrentariam forte resistência das classes favorecidas que possuem uma agenda de fácil implementação — a desregulamentação e o corte de impostos — e com rápida mobilização de defensores. Trata-se de uma luta, até mesmo no aspecto numérico, desigual — meia dúzia de bem intencionados com uma base distante, desconhecida e dessensibilizada contra incontáveis grupos de pressão organizados por forças de mercado, mídias e formadores de opinião de classe média. Assim sendo, o engajamento da economia solidária iria em defesa de um Estado regulador torna-se contraditório, pois distancia-se e se enfraquece enquanto movimento social e projeto alternativo.

Tendo visto as dificuldades do Estado regulador, a defesa de Estado mínimo de Yunus perde sua aparência absurda. Já que o Estado é, por hipótese, incapaz de defender os pobres, que não conseguem beneficiar-se diretamente da ação do Estado, objeto de briga entre burocratas e capitalistas, então é melhor que ele não exista. Isto coloca um desafio às concepções de Estado dirigente, pois observa que os burocratas não necessariamente atendem seus eleitores, podendo concentrar mais esforços em defender seus próprios interesses corporativos apartidários.

Então qual seria o Estado ideal para a economia solidária? Não se trata do Estado mínimo, incapaz de redistribuir recursos e prover oportunidades reais aos indivíduos. Também não se trata de um Estado amplo, com empresas estatais e uma numerosa burocracia. Também se exclui o Estado regulador forte, à moda anglo-saxã, independente de seu tamanho. O Estado da economia solidária é uma mescla de Yunus com Marx: um Estado grande na captação e redistribuição de recursos e mínimo em seu aparato burocrático, proporcionando oportunidades privadas aos indivíduos para o trabalho autogestionário. Vale

salientar, ademais, que o estado distribuidor que emerge é palco de intensa luta de classes com vistas a controlar seus recursos.

vii) Caridade e Revolução

Um tema muito debatido entre os precursores é o impacto de medidas semelhantes à economia solidária nas revoluções políticas. O estudo de caso do MST mostra o quão complexo é o debate e revela vários pressupostos subjacentes às opiniões dos autores que nem sempre são lembrados. Owen e Marx trabalham com a oposição apaziguamento e força revolucionária. Mas tal conflito não parece ser facilmente verificado empiricamente, porque as ações políticas são contínuas na maioria das vezes, não se limitando a um ponto isolado no tempo — em grandes revoluções. Há uma mistificação do poder revolucionário, que conduz a possível falsa noção de que quanto pior melhor, pois mais próximos estaríamos do estopim revolucionário. Neste contexto, até a fome é vista como auxiliadora da revolução, pois mobilizaria o povo contra os poderes instituídos. A pobreza, em geral, atuaria no mesmo sentido. Daí a preocupação de Owen em impedir a emergência de tais contextos e a de Marx de estimular tais contextos.

O estudo de caso do MST mostra que não há tal ação mecânica nos indivíduos e massas. A fome, longe de mobilizá-los, desarticula-os, pois não é um problema que atinge a todos, mas sim minorias, que muitas vezes são incapazes de atribuir culpados externos concentradores de poder, como o Estado e os capitalistas, e tendem a infligir a culpa da fome e a pobreza a si mesmos muito freqüentemente. Ademais, a fome acirra o imediatismo dos indivíduos, que passam a buscar soluções apenas de caráter nutricional. Desta forma, uma das principais medidas do MST é a arrecimação de cestas básicas para os acampados, sem as quais se torna quase impossível o trabalho de doutrinação e formação de quadros e lideranças nos acampamentos. Uma legião de militantes famintos pode ser eficiente para promover “quebra-quebras” em centros urbanos — e, em consequência, ser presa ou condenada pela justiça — mas é incapaz de defender uma agenda transformadora perante os órgãos competentes.

O estudo de caso do MST demonstra que ações de cunho assistencialista, como a distribuição de cestas básicas, não só não são apaziguadores como também permitem que os grupos se dediquem a atividades de treinamento e formação, preparando-se para agir como grupo de pressão e ampliando o entendimento dos limites das oportunidades do capitalismo.

Outra hipótese da teoria do apaziguamento e revolução é de que as negociações se resumem a uma única rodada. De fato, se toda negociação entre trabalhadores e capitalistas, ou entre desempregados e capitalistas se resumisse a uma única rodada, qualquer decisão para além dos limites extremos pode significar apaziguamento ou revolução. O estudo de caso do MST mostra que as negociações perfazem uma seqüência ininterrupta, que não é necessariamente afetada de acordo com a resposta recebida dos centros de poder. O não atendimento das demandas só arrefece as mobilizações no longo prazo, pois na maioria das vezes, há persistência dos grupos em suas demandas, pois o custo implícito em manter ativas tais demandas é relativamente baixo para grupos majoritários de desempregados sem alternativa de emprego de tempo em atividades produtivas. Já no caso do atendimento das demandas, é mais comum observar um avanço na agenda do que uma interrupção nas mobilizações. Ao se obter conquistas na educação básica, luta-se para uma escola de ensino médio; após conseguir a melhoria das estradas, luta-se para o transporte público gratuito. Ao se obter os meios de produção, luta-se para conseguir assistência técnica, preços mínimos, maquinários, organização de compras governamentais e até mesmo a instalação de agroindústrias para geração de valor agregado local.

Poder-se-ia tecer comentário crítico de que a posse da terra desmobiliza os grupos, o que pode ser interpretado como apaziguamento. No entanto, em nosso entender, não se trata de grupos apaziguados com a conquista das terras, mas sim de um processo de reconfiguração de poder local, com a realização de cisões e reagrupamentos, em virtude do empoderamento instantâneo que a posse da terra proporciona. A desconcentração de poder muitas vezes é erroneamente interpretada como desorganização, principalmente por aqueles que possuem uma visão de mundo pautada por hierarquias rígidas e distribuição desigual de poder. Nada impede, porém, que os diversos grupos representantes dos assentamentos se alinhem para novas lutas em comum, inclusive formando alianças com pequenos fazendeiros para obtenção de subsídios e melhores condições de crédito.

Nos grupos exógenos estudados, também não se observa apaziguamento. Pelo contrário, há uma altivez nos grupos derivada de suas habilidades em captar recursos públicos ou para-estatais. Novamente, estas não são exercidas em uma única rodada na história dos grupos, mas estão sempre sendo colocadas à prova para maximizar os possíveis benefícios obtidos a partir dos agentes externos.

Em conseqüência do quadro exposto acima, da economia solidária endógena e exógena, há evidências em prol de adequação das opiniões de Yunus sobre o tema, apontando como falsa questão, mas cujos resultados podem significar atraso na progressão material dos

mais pobres, seja por impedir auxílio efetivo com a intenção escusa de promover a revolução ou seja pretender apaziguar os pobres sem um real conhecimento de suas demandas.

viii) Luta de Classes

O estudo de caso do MST revela a existência de uma luta de classe na sociedade, mas não tão explícita como gostaria Marx. Mesmo entre os desempregados desprovidos de meios de produção e oportunidades, ela não existe *a priori*. Ela necessita ser construída por meio da formação militante e educativa. Desta forma, há necessidade de uma revelação ou de uma aceitação do fato *a posteriori* óbvio de que o excluído não dispõe das mesmas oportunidades de sucesso dos mais abastados ou até mesmo da chance de ser empregado.

A percepção mais contundente da luta de classe é dada por Borborema, que no pensamento nativo, inova em relação à Marx, separando a luta de classes de sua gênese na exploração dos trabalhadores. Num universo de superprodução, os próprios empregos são praticamente bens intangíveis que proporcionam atividade digna às pessoas, e desta forma, eles não são mais destinados aos pobres e dispostos no mercado. Em consequência da escassez do emprego, uma vez em mãos, convém aos possuidores obstar a produção autônoma dos pobres por meio de regulamentos técnicos que atuam como barreiras à entrada. De qualquer modo, Borborema tem a luta de classes como construção central de seu discurso, que busca revelá-la para que a militância e os sem-terra não se percam nas falsas promessas de inclusão social pelo trabalho sem luta do capitalismo.

Tanto Borborema como Ferrari beberam da fonte da teologia da libertação, lá aprendendo a operar as categorias de liberdade e opressão, aparência e essência. A militância mais jovem não recebeu tal influência, em contraposição, e parece não conseguir transcender as dificuldades cotidianas para encontrar as raízes dos problemas em causas estruturais. Para Borborema e Ferrari, a noção de luta de classes se torna mais nítida à medida que avançam na agenda de demandas ao Estado e passam a entender os mecanismos que obstem seu atendimento. O individualismo surge como fator de atraso à emergência do reconhecimento da existência da luta de classes. A estrita preocupação com o sucesso individual tem como parâmetros os vizinhos em condição de renda semelhante e não as classes médias e altas dos centros urbanos ou o fazendeiro rico. Concentrado em tal missão — ganhar mais que o vizinho —, aprendida na periferia dos centros urbanos, falta aos indivíduos, principalmente os mais jovens, uma instituição que os convide a pensar a sociedade em conjunto, bem como a totalidade dos fenômenos sociais, papel exercido no início dos anos 80 pela igreja, não

substituído nos anos 90, gerando um vácuo institucional que o MST tem dificuldade em preencher.

A idéia da luta de classes como condição latente, passível de ser revelada, é bastante próxima da concepção de Owen. Entretanto, o capitalismo parece ser mais eficiente na redução das probabilidades de emergência de tal condição do que pensava Owen. Este autor imaginava a necessidade de se elaborar planos com vistas a apaziguar a população, chantageando-a para evitar levantes destrutivos. O apaziguamento é exógeno ao sistema e fruto de um voluntarismo estratégico. A análise do estudo de caso parece mostrar que a luta de classes é oculta por razões endógenas ao sistema, quase automáticas — ao competir entre os próprios vizinhos pobres, e não com os abastados, a luta de classes escapa da visão de mundo daqueles que são explorados pelo sistema. Não se faz necessário pão e circo, mas apenas falsas promessas, que não deixam de ser verdadeiras de acordo com a posição relativa dos indivíduos nos estratos sociais. Sem referenciais de pensamento alternativo, a competição capitalista na economia dos setores populares estreita a visão de mundo dos indivíduos para oportunidades de libertação coletiva, que é a promessa positiva da luta de classes. Não é à toa que Yunus passa ao largo de tal assunto, ignorando-o. Conhecedor da cultura econômica das classes necessitadas, parece saber que a urgência das necessidades e a preocupação diária com a sobrevivência estreitam a visão de mundo e reduzem a liberdade.

Soa curioso, mas não surpreendente, que a revelação da luta de classes seja mais rápido nos grupos apoiados por agentes externos. O contato intenso com indivíduos de outras classes, detentoras de maior capital humano e financeiro, empodera os cooperados por diversos canais não acessíveis aos seus vizinhos. Tal empoderamento parece ter efeito ambíguo quanto à percepção das possibilidades objetivas da vida dos indivíduos. Ao mesmo tempo que o empoderamento atua como força competitiva de sucesso em relação aos vizinhos, ele revela ao indivíduo a existência de uma vida — a do agente externo — na qual ele não tem acesso. Antes o indivíduo sabia disto, mas não era sensibilizado para tal. É a proximidade com o agente externo que produz uma sensibilização capaz de revelar a luta de classes.

O estudo de caso mostra que a economia solidária não deve negar assunto tão relevante quanto à luta de classes para a transformação social. Em simultâneo, lembra a necessidade de se superar explicações apriorísticas, materialistas e estruturalistas para a luta de classes, em direção à uma teoria do papel da agência humana na sensibilização para a existência de tal luta.

ix) Mudança Cultural

O estudo de caso do MST e das experiências de “cima-para-baixo” demonstram que a mudança cultural é difícil de se realizar. Os tempos de formação no acampamento sempre foram considerados muito importantes para a preparação dos sujeitos para a luta da reforma agrária e por direitos econômicos em geral. No entanto, observou-se, progressivamente, que o potencial de mudança de cultura se reduz no acampamento, em razão do perfil dos novos acampados — indivíduos urbanos sem emprego vivendo precariamente na periferia das cidades. De acordo com os informantes, a principal diferença é a falta de confiança no outro, gratuidade, reciprocidade e comprometimento. Em decorrência, estas são características essenciais para que se produzam mudanças culturais estimuladas. Assim sendo, pode-se notar que a mudança cultural apresentada e incentivada por Yunus parece ter limites, não explicitados pelo autor, mas observáveis no estudo de caso. Yunus analisa a cultura justamente do grupo mais propenso a mudar. Seus relatos são verídicos, mas deles não se pode extrair qualquer proposição universalista de mudança cultural.

As dificuldades de implantação de programas de mudança cultural também podem ser verificada nos grupos exógenos. Ao invés de ocorrerem mudanças de fato, por meio da aceitação de novos valores, parece essencial perceber que os indivíduos agem por meio de dissimulação cultural ou por reflexo identitário. À medida que novos valores são defendidos pelos agentes externos, mas não são necessariamente praticados, demonstrados ou expressos, não só não há gratuidade como também não há canais afetivos para a construção da mudança. Assim, a mudança cultural estimulada por agentes externos é ainda mais improvável do que a presente nos grupos sem-terra, limitando-se a replicar, no possível, a defesa de concepções positivistas e produtivistas.

E o que dizer a respeito da mudança cultural indireta, obtida por meio da educação e da prática autogestionária? O estudo de caso mostra que em muitos indivíduos que tem alta estima pela educação, dificilmente ela perde seu caráter instrumental e raramente atinge efeito emancipador — quando este é atingido, o principal canal é a renda ou o capital relacional e social. Porém, é preciso reconhecer que a educação é bem sucedida na introjeção de valores em muitos indivíduos, principalmente entre os mais jovens, no tocante à formação de uma consciência crítica e à propensão a aceitar formas de produção alternativas.

Já a autogestão é efetiva na mudança cultural, sendo realmente um instrumento de emancipação e de mudança de mentalidades, preparando os indivíduos para elaborar novos traços culturais. A principal mudança que a autogestão proporciona é uma preparação

contínua e constante para lidar com o poder. Seja nas experiências endógenas, seja nas experiências exógenas, os sujeitos aprendem a ser vigilantes em relação aos abusos e concentração de poder, entendem as vantagens subjacentes a posse deste e, ainda mais importante, engajam-se de modo contínuo e diário pela luta de seus direitos. Estes dois efeitos, de vigilância e reivindicação, parecem extravasar a cooperativa, e se estendem a outras esferas da vida dos sujeitos, afetando as relações familiares, comunitárias, sociais e em relação ao Estado.

x) Tecnologia e Redes

O estudo de caso mostra que os grupos autogestionários estimam a tecnologia positivamente. Na maioria das vezes a tecnologia está associada ao aumento da produtividade e ao conforto. Este se relaciona tanto para superar a necessidade do trabalho árduo como para proporcionar bens de consumo que tornam a vida melhor, como a televisão, a geladeira e a motocicleta.

Nenhum grupo demonstrou qualquer traço ‘ludista’ (rejeição do avanço tecnológico). Os grupos de maior potencial contestador não pensam em destruir as máquinas de seu vizinho que obtém uma produtividade superior, mas de compartilhá-las coletivamente. Defendem, portanto, o livre acesso às benesses tecnológicas.

Ademais, mesmo os grupos com maior consciência crítica das diversas facetas de desigualdades e injustiças do capitalismo não demonstram tendência de reconhecimento do avanço tecnológico como motor de desenvolvimento capitalista e facilitador da concentração e da centralização dos capitais, que geram inúmeros problemas da má distribuição de recursos. Desta forma, dissocia-se, ao nosso ver, erroneamente, o avanço tecnológico de acumulação capitalista.

A visão positiva da tecnologia é compartilhada com os precursores, mas não há confirmação do impacto da melhoria das comunicações na formação de redes. Os grupos constatam que a troca de informações é custosa — a telefonia é cara, a gasolina é impeditiva e até os ônibus municipais oneram a baixa renda familiar. O alto preço da comunicação de “baixo para cima”, mobilizadora, contrasta com o baixo preço da comunicação de massas, de “cima-para-baixo”.

O falseamento da relação entre tecnologia e redes ainda é reiterado pelos grupos exógenos de economia solidária. A atuação dos agentes externos é até mesmo contrária à

formação das redes, pois à medida que fornece recursos escassos aos grupos, estes tendem a lutar pela exclusividade no atendimento, para maximizar as doações.

Mesmo que a informação tivesse baixo custo, nos acampamentos ela atua de forma ambígua: ora resgata a força de acúmulo de pressão política a fim de obter algo ou um direito, situação em que a corrida das informações é benéfica; ou ora é motivo de apropriação, com o intuito de não compartilhar benefícios ou distribuí-los entre os vizinhos. Como tal ambigüidade no comportamento não é totalmente racionalizável, pois é intermediada por hábitos, memória e relações de confiança, reciprocidade e gratuidade, observa-se que o maior fluxo de informação proporcionado pela tecnologia não necessariamente converte-se em maior aptidão para a formação de redes.

xi) Economia como Gestão da Casa

Todos os precursores analisados lembram da necessidade de se integrar a produção econômica com a vida doméstica. O estudo de caso mostra que esta não é uma capacidade inerente aos grupos autogestionários, mas deve ser desenvolvida por meio do voluntarismo.

Os grupos, sejam eles endógenos ou exógenos, que apresentam melhor entrelaçamento entre os setores domésticos e produtivos são aqueles cuja visão de mundo não está encerrada a concepções economicistas, mas é fortemente influenciado por componentes religiosos, estéticos e messiânicos.

Desta forma, a gestão da casa não surge endogenamente na formação de uma economia alternativa, mas é fruto de uma intenção prévia de organização social que só é possível de ser efetivada após a conquista da autonomia do trabalho. Mas deve-se, portanto, atentar que não há mão dupla: a conquista de autonomia do trabalho não necessariamente conduz a melhor gestão da casa, como comprovam grupos coletivos do MST — os que não deram certo — cuja forma de organização taylorista de trabalho é claramente contrária à integração da vida produtiva à vida doméstica.

Como se trata de um tema cujo voluntarismo apresenta-se como importante, ele vem a ser um *locus* de atuação privilegiada dos agentes externos, capazes de lembrar os indivíduos da importância da integração, mesmo que a duras penas. O efeito dos agentes externos ocorre no sentido de desfazer hábitos apreendidos e inculcados pelo setor produtivo capitalista, hierárquico e controlador, que são prejudiciais à gestão doméstica, e mostrar que esta é mais eficiente com trabalhos autônomos. Tal informação certamente não é novidade aos indivíduos, em geral quase perfeitamente cientes de suas probabilidades objetivas. O que é

novo é o surgimento de uma autoridade externa que chancela e valida o comum acordo dos indivíduos quanto à importância insubstituível de suas vidas domésticas. Sem tal chancela, os acordos podem ser mais facilmente fragilizados em razão dos diferenciais nas preferências dos indivíduos em relação à vida doméstica.

A passagem acima desenvolvida ajuda a esclarecer, também, o papel da religião. Os comportamentos e hábitos ritualizados das igrejas, ainda que defendam uma ética protestante em relação ao trabalho, reiteram a importância da família e oferecem um contraponto recorrente aos valores externos produtivistas e economicistas. Tal presença é capaz de ser expressa principalmente quando os indivíduos se engajam em trabalhos autogestionários.

Mas nem todas as conquistas na melhoria da gestão da casa são providas por seletas instituições externas. Em paralelo, o empoderamento dos indivíduos mais diretamente envolvidos com a vida doméstica — idosos, crianças e mães — é potencialmente modificador de escalas de valores, pois dá maior sentido à coesão familiar e o cultivo de hábitos extra-econômicos.

Seja pelo empoderamento ou pela aprovação de agentes externos, ao invés de novos valores, a economia solidária propicia espaço para a expressividade de valores familiares. Sem este componente racional, tais valores são oprimidos pelo impacto da dinâmica produtivista e economicista na vida doméstica e comunitária, uma vez que a expressividade de valores produtivistas e economicistas é endógena ao capitalismo.

xii) Utopia

O estudo de caso realizado revela uma ampla gama de possibilidades utópicas plausíveis, em compatibilidade com as opiniões de todos os precursores da economia solidária, com maior ênfase para Yunus e menor para Owen.

Certamente a utopia de um mundo sem pobreza de Yunus é a mais compatível com o estudo de caso da economia solidária realizada, mas a grande maioria dos indivíduos tem ciência que isto não depende só deles. Daí a compatibilidade paralela da utopia de Marx, de uma evolução dialética mediada pelo conflito, pois é esta que conduz ao mundo sem pobreza.

Mesmo sendo o conflito necessário, a utopia de um mundo em paz e harmonia, emprestada de Owen, não está descartada; é o que motiva os indivíduos a lutar. A luta não é vista como atividade incessante e interminável, mas como uma etapa insubstituível para que algum dia se consiga a almejada paz.

Estas observações são principalmente válidas para os grupos endógenos, como o MST, mas não para os grupos exógenos. Nestes, a utopia não está integrada ao programa de transformação social em que os indivíduos se engajam. Eles não possuem uma proposta conjunta para o mundo, mas para eles mesmos; neste sentido não se trata de uma utopia, mas de um objetivo, que geralmente é o sucesso mercadológico ou a complementação da renda. Mas estes grupos não deixam de absorver influência utópica, uma vez que são influenciados pelos agentes externos, cujo voluntarismo, quando realmente existente, traz em seu bojo uma concepção utópica de mundo.

4.4 Aderência das teorias de economia solidária

Neste item, segue-se a análise do estudo de caso à luz dos dados sintetizados no Quadro 3, no segundo capítulo, responsável por proporcionar uma tipologia para a teoria da transição e um marco comparativo entre os principais autores da economia solidária no Brasil. Dezesete elementos são comentados, um a um, a fim de possibilitar a aceitação e a rejeição pontual das teorias, sem negá-las ou aprová-las em sua totalidade, o que não seria pertinente em um corpo de conhecimento marcado pela interação com movimentos sociais e agentes externos fomentadores operando por meio de bricolagem.

i) Horizonte e Sentido Temporal

O estudo de caso elaborado mostra que a economia solidária praticada pelos agentes concentra-se em ações voltadas ao curto e médio prazos. O planejamento e a estratégia de longo prazo são demais abstratos e de difícil operacionalização pelos grupos, concentrados em desenvolver soluções para problemas cotidianos de sustentação econômica.

Tal ênfase, no entanto, não nega a intenção dos grupos em refletir prazos mais dilatados, mas na maioria das vezes, tanto a impressão de existir um alto nível de incerteza como o estreito campo das probabilidades objetivas os relembram das vantagens em concentrar seus planos, táticas e estratégias em um horizonte vivenciável. Somente a melhoria na renda ou na posição nos estratos sociais é que permite ao indivíduo perder-se no infinito, mantendo a operacionalidade de tal pensamento no campo econômico. Em outras palavras, é a emancipação econômica que, em consequência, emancipa o futuro do indivíduo e estende seu

horizonte temporal atuante, inclusive abrindo a possibilidade de solidariedades intergeracionais.

É preciso observar, porém, uma diferença importante entre grupos endógenos e exógenos. À medida que lidam diretamente com a questão da posse de bens de capital — principalmente da terra e maquinário — e a gestão coletiva dos meios de produção, os grupos endógenos se educam para pensar horizontes temporais mais longos, principalmente quando comparadas com grupos exógenos com dependência de agentes externos, cuja indefinição na posse dos bens de capital não os educa para o planejamento intertemporal.

No que se refere ao sentido temporal, os grupos de economia solidária estudados não percebem as mudanças conquistadas como irreversíveis ou desencadeadoras de processos de acúmulo, crescimento, propagação ou de efeito-borboleta. O sentido das mudanças é visto como bidirecional, capaz de sofrer avanços e recuos, com baixo grau de previsibilidade. O sentido unidirecional da propagação da economia solidária não é visto nem mesmo entre os agentes externos, que não se arriscam a se engajar por completo em um projeto possivelmente falho e inconsistente, preferindo tratá-lo como uma tentativa histórica, em uma visão positiva, ou uma voga, na visão negativa.

ii) Papel do Estado

Embora, como vimos, o estudo de caso aponte para um Estado redistribuidor amplo, ele não é contraditório às concepções de Estado defendida pelos formuladores da economia solidária no Brasil. Para Coraggio e Gaiger, o Estado deve ser interventor, enquanto Arruda enfatiza mais o papel regulador. Ambos aspectos lembram a importância de atuação macroeconômica dos Estados, mas o texto dos autores, geralmente, não descuida de ressaltar que a atuação microeconômica é indispensável. Feita a ressalva, supera-se a regulação de cunho parlamentar enfatizada por Owen.

A concepção mais original, de Estado acessório de Mance, embora insuficiente para abranger as diversas demandas das classes desfavorecidas, chama a atenção para um ponto crucial para os grupos pesquisados, que é o papel da compra governamental nos pequenos produtores e entre autônomos e autogestionários. Embora esta demanda só surja após a constituição das atividades produtivas construídas por meio de lutas progressas, trata-se de uma demanda consensual entre os assentados e de grande frequência entre os grupos exógenos.

A concepção de Estado que parece mais se encaixar com a expectativa dos grupos de economia solidária é a do Estado apoiador, cuja principal característica é atuar em resposta às demandas dos grupos, sem imposições de planos e planejamentos estatais que afirmam *a priori* o que é melhor para os pobres sem consultá-los. Tal concepção também engloba o Estado acessório de Mance, pois como vimos, é capaz de atender demandas em diferentes momentos de maturação das atividades produtivas dos indivíduos em processo de inclusão. Assim sendo, o Estado apoiador é o mais compatível com o Estado distribuidor desejado pelos grupos.

Além da diferença proveniente da ênfase macroeconômica do Estado regulador/interventor em contraste com a ênfase microeconômica do Estado apoiador e acessório, a distinção fundamental parece residir na hipótese de origem das ações de economia solidária. Enquanto os primeiros responsabilizam o Estado pela iniciativa, os últimos atribuem aos grupos. Embora esta diferenciação possa parecer preciosismo, o estudo de caso revela ser uma dimensão essencial que define as interações entre indivíduos e Estado na economia solidária. A apropriação da iniciativa pelo Estado ocorre de maneira autoritária, tecnocrática e burocrática, sem considerar as opiniões e culturas dos próprios beneficiários. Há quem realmente acredite que esse seja o melhor caminho, porque garante decisões tecnicamente melhores e anula problemas de coordenação que porventura existam nas coletividades democráticas, como é o caso dos sem-terra. Mas o fato é que a iniciativa do Estado, quando realizada de modo distante da comunidade, é conflitiva, opressiva e por vezes até prejudicial.

Os agentes externos também parecem desejar um Estado apoiador, ao invés de um Estado interventor. Eles não desejam seguir programas emanados de uma autoridade central, mas ambicionam construí-los conjuntamente com os beneficiários, a fim de atender as especificidades de cada grupo, que não são passíveis de universalização sem perda de eficiência no processo de inclusão social.

iii) Desencadeador

Três desencadeadores são sugeridos pela literatura teórica de economia solidária: produção, educação e consumo. De início, pode-se descartar o consumo, à medida que, dentre outras razões, não se consegue efetivá-lo em pequenas comunidades desprovidas de capital suficiente e diversificação para replicar, ainda que precariamente, cestas de consumo tradicionais. Para além da hipótese do desenvolvimento auto-insular, o consumo da elite e dos

incluídos poderia atuar como desencadeador, mas o estudo de caso demonstra que as ações neste sentido são incipientes e não deixam de esbarrar em barreiras à entrada tipicamente capitalistas — problemas de marketing e distribuição, dificuldades em abertura de firmas, falta de conhecimento técnico e questões legislativas. Em outras palavras, o produto dos pobres, em geral, não está disponível aos mais ricos; as poucas vezes que consegue espaço de mercado, o atributo da solidariedade não fornece vantagem competitiva suficiente para superar deficiências típicas de novos entrantes, pequenos produtores e grupos desprovidos de capital e tecnologia.

É preciso alertar que o estudo de caso não nega a importância do consumo solidário, mas parece excluí-lo enquanto desencadeador atual da economia solidária. Embora o consumidor contemporâneo seja pouco afeito a parâmetros de escolha baseados em gratuidade, ética e desenvolvimento solidário, é possível que não existam impedimentos para que tal comportamento seja desenvolvido no longo prazo, no que pese a existência de forças endógenas do capitalismo contrárias a essa mudança.

No que se refere à educação, ela produz efeitos positivos no campo de probabilidades objetivas e expectativas subjetivas dos indivíduos, mas não na magnitude necessária para desencadear mudanças profundas, seja nas pessoas ou na comunidade. Em nível individual, exceto no caso de projetos pedagógicos revolucionários, ela não deixa de entrar em cálculos de utilidade. Nestes, o custo financeiro da educação e da disponibilidade de tempo atuam como variáveis fundamentais.

A abundância de fatores como tempo e gratuidade na educação é o principal fator de sucesso dos processos educacionais nos acampamentos. Mas quando as famílias tornam-se assentadas, o interesse pela educação arrefece — já não há mais abundância de tempo e é preciso dispender custos de locomoção até a localidade onde ocorre o processo educativo.

Ademais, os indivíduos não confundem correlação de causação entre as variáveis renda e nível educacional. Sabem que ao se educarem, podem aumentar suas chances de empregabilidade e de competitividade no mercado de trabalho, mas isto não lhes dá garantia nenhuma de conseguirem efetivar sua sobrevivência econômica. Tratam-se de indivíduos que não podem se dar o luxo de viverem de estados probabilísticos, porque os prejuízos dos estados piores são demasiadamente altos. O trabalho autônomo e autogestionário surge como alternativa de minimização deste risco e por vezes dissocia-se da educação, por esta ser, na opinião dos trabalhadores, pouco instrumental em curto prazo — o que vai de encontro à defesa muito enfatizada na literatura de economia solidária por uma educação menos instrumental e mais humanizadora.

É justamente em razão do caráter instrumental da educação que esta aparece como consequência do aumento da renda dos produtores autônomos e cooperativas autogestionárias — em contradição à propalada idéia da educação, enquanto capital humano, como causa do aumento da renda. O acúmulo de capital e o aumento da produção tem como impacto a percepção da necessidade crescente de conhecimentos codificados para o avanço econômico dos grupos, motivador que emerge em paralelo à redução da incerteza da sobrevivência econômica, convergindo para um maior estímulo à educação, expresso principalmente nas novas gerações, como pôde ser visto na grande propensão ao estudo dos filhos dos cooperados nos assentamentos.

Feitas estas observações, nota-se que o grande desencadeador de mudanças sócio-econômicas advogadas pela economia solidária é a produção, em principal a autogestionária. Se por um lado propicia uma mudança nas mentalidades tornando os indivíduos mais propensos a reclamar por seus direitos bem como a tentar ampliá-los, mais esperançosos, mais habilitados ao desenvolvimento de grupos de pressão e mais cientes da existência de exploração, lutas de classes e monopolização, por outro lado o empoderamento obtido com o aumento da renda e do capital acumulado constrói paulatinamente a agenda de demandas ao Estado, incita os indivíduos à melhoria da educação e, em um último estágio, incentiva os indivíduos a refletir sobre suas estratégias de vida e perfis de consumo.

iv) Catalisador

Tendo em vista que a produção é o principal desencadeador da economia solidária, é preciso enfatizar a importância dos catalisadores associados, a saber, a força política e a intercompetição. Sem dúvida é a força política o principal catalisador da economia solidária, e é por meio deste que emergem as principais experiências bem sucedidas. A luta é o mais importante meio de ação do MST, é o *leit motiv* do movimento. Tal importância é amplamente reconhecida no caso dos grupos endógenos, mas o mesmo não se pode dizer em relação aos grupos exógenos, cuja questão política é, por vezes, considerada irrelevante. Entretanto, a maturidade dos grupos exógenos parece apontar para direção semelhante a grupos como o MST. O único modo que dispõem para dar continuidade as atividades do grupo é minimizar a dependência de um único agente externo, por meio do fortalecimento político do grupo e da luta de captação de recursos do maior número de agentes possíveis, como fica claro no caso do banco Palmas. Outro processo interessante que vale a pena ser lembrado refere-se aos grupos cooperativos de pequenas cidades do interior, pesquisados

em nosso estudo de caso. Mesmo formados por incentivo exógeno, uma vez firmada a coesão grupal, torna-se um grupo essencialmente político na municipalidade, cujas ações ganham fôlego e amplitude quando imbricados no poder público e privado local e conectados em laços comunitários.

A constatação de que a força política é crucial para o desenvolvimento da economia solidária nega a hipótese da intercompetição como catalisador, entendendo a capacidade competitiva dos empreendimentos de forma restrita à caracteres intrínsecos relativos à eficiência e eficácia organizacionais. Assim sendo, a força da propagação dos grupos autogestionários não se dá na esfera econômica, mas na esfera política, pois caso contrário as próprias empresas capitalistas converteriam seus modelos de organização por completo, e não em características seletas — participação marginal dos funcionários nas decisões — como ocorre hoje.

No caso do consumo solidário, não parecem ser as redes os catalisadores principais, pois estas não tem a capacidade de consolidar conscientização endógena das responsabilidades de consumo, mas apenas de fomentá-la marginalmente. De qualquer forma, não há como negar que as redes atuam como catalisador, ainda que em segundo plano, pela força militante que retroalimentam. Porém, em primeiro plano parece estar a própria renda relativa à satisfação de um nível geral de necessidades de consumo das comunidades. É a abundância, mesmo a vivenciada por meio de um salário mínimo em um assentamento, que possibilita aos indivíduos tomar consciência crítica dos atos de consumo, ainda que de modo não causal, dependendo de um agente externo militante ou de uma consciência autogestionária.

A renda também atua como catalisador principal da educação, mas também não nega a existência de catalisadores secundários, como a amorização. Mas neste caso, deve-se alertar que não é um catalisador, pois mais se parece com um circulador auto-alimentado, pois a educação alimenta a amorização que alimenta a educação e assim por diante. O estudo de caso das experiências autogestionárias corrobora a existência de tal mecanismo. É justamente quando o processo educativo, seja este promovido interna ou externamente, consegue obter um comprometimento do grupo com a comunidade, com a sociedade e com diversas concepções de vida e cooperação é que conseqüentemente garante-se força e coesão grupal que aumentam a amplitude das ações e estruturam as expectativas subjetivas em prol da transformação social.

O estudo de caso observado confirma a projeção de uma economia heterogênea após o desenvolvimento da economia solidária. A avaliação das cooperativas do MST mostra haver um contínuo de participação cooperativa — do indivíduo isolado ao coletivo de produção, passando por infinitas formas intermediárias de maior ou menor grau de cooperação. Com os grupos exógenos, em geral, o mesmo fenômeno se apresenta, havendo, por um lado, grupos com indivíduos unidos por fracos motivadores mutualistas, e por outro, grupos que compartilham visões de mundo, sentimentos e ações generalizadas de reciprocidade e gratuidade.

Assim sendo, observa-se que a economia final é heterogênea contínua, e não heterogênea polarizada, muito embora do ponto de vista identitário e não hipoteticamente objetivo surja tal polarização com grande força, com identidades se pautando por oposições do tipo cooperativos e competitivos.

De qualquer forma, a idéia de uma economia final de um sistema econômico homogêneo não é necessariamente inválida no longo prazo, pois certos traços identificadores da economia solidária, como a autogestão e a consciência de consumo, podem ser aceitos generalizadamente a ponto de enfraquecer as diferenças polares teóricas assumidas. O mesmo ocorre com a amorização, que pode se difundir extensamente na sociedade. Entretanto, parece ser necessário afirmar que a homogeneidade final pressupõe consenso societário da importância de determinados elementos, ausência de obstruidores significativos e presença fora do âmbito da luta de classes, o que certamente posiciona hipóteses de homogeneização em prazos muito longos, demandando movimentos intergeracionais.

vi) Distribuição de Renda

O estudo de caso analisado mostra que a distribuição de renda esperada pelos indivíduos é de força média, situada entre a fraca e a forte redefinidas a seguir. A distribuição de renda fraca corresponde a instituição de impostos progressivos e programas assistencialistas focalizados, inclusive de renda mínima com condicionalidades. Por outro lado, a distribuição de renda forte exige uma intervenção direta do Estado ou de outra instituição com o objetivo explícito de obter a igualdade econômica entre os cidadãos. A distribuição de renda média, por sua vez, parece abdicar de igualdade entre os indivíduos, admitindo algum grau de diferencial de renda e status, sem que este deixe de proporcionar padrões de vida semelhantes, ao mesmo tempo em que redistribui não só renda, mas bens de

capital e oportunidades de trabalho, garantindo o direito, de modo geral, de acesso a confortos e facilidades de vida moderna. Remetendo diretamente ao observado no estudo de caso, os indivíduos acham que todos devam ter carro e televisão, ainda que uns tenham um carro velho e uma TV pequena, enquanto outros tenham carros novos e TVs grandes. Embora tal opinião possa parecer por demais conciliadora, ela é presente na cultura das comunidades pesquisadas, que parecem não tolerar a percepção de falta generalizada de privação de consumo dos indivíduos, mas aceitam a existência de mecanismos microeconômicos que premiam o trabalho, a persistência, o planejamento correto dos gastos, a disciplina do consumo e que propiciam diferenciação da identidade, como são os casos de bens conspícuos, ainda que em uma versão popular.

Esta concepção de distribuição de renda média é também compatível com a ação dos agentes externos e até mesmo das lideranças dos movimentos de baixo para cima, cuja defesa de igualdade incondicional não seria considerada crível e sincera pelos indivíduos liderados e empoderados.

De qualquer forma, é preciso reconhecer que os argumentos acima não passam de impressão do trabalho de campo. Trata-se de um tema polêmico, pouco consensual e em estado de constante debate, sendo muito freqüente a existência de opiniões francamente contrárias principalmente a programas explícitos de distribuição de renda, como bolsas e repasses mensais, mesmo que com condicionalidades. A justificativa para tais críticas em nenhum momento observada no estudo de caso foi o risco de apaziguamento das classes desfavorecidas, mas a mais conservadora de todas, de que serve como estímulo à vagabundagem e à manutenção da pobreza, ao desincentivar os indivíduos a buscarem trabalho — mesmo sabendo que não há trabalho para todos, o que gera uma contradição que é contornada sem enfrentamento.

vii) Homem Inicial

A teoria da economia solidária apresenta características diferentes para o homem inicial — alienado, egoísta, irracional e necessitado. Dentre as quatro sugestões teóricas, a idéia do homem com necessidades é a que mais tem aderência ao estudo de caso observado. É justamente devido a condição de pobreza, extrema ou não, que os indivíduos são conduzidos a se engajar em projetos alternativos de geração de renda com elevado grau de incerteza — sejam assentamentos ou associações mutualistas de produtores autônomos.

O ser humano alienado também é visto na economia solidária, mas ele em geral é um privilegiado que teve acesso ao emprego formal e relativamente seguro durante muitos anos. A alienação é uma característica de uma classe média baixa que possui emprego formal. Este quadro, embora não deixe de apontar para a existência da alienação, que se torna saliente diante da importância em se adaptar ao trabalho autogestionário, retira a primazia da superação da alienação como pré-condição das mudanças sócio-econômicas.

No que se refere à característica egoísta do homem no capitalismo, o estudo de caso mostra que há maior complexidade no relacionamento entre os homens, além do antagonismo egoísmo e altruísmo. A observação dos grupos não comprova ser este um componente influenciável pelo sistema econômico, uma vez que a vivência em cooperativas não estimula a gratuidade, mas a reciprocidade. O estímulo à gratuidade, tipicamente uma característica altruísta, é desenvolvido em sua maior parte exogenamente, por meio de expressividade, que pode ser exercida em religiões, comunidades e em grupos autogestionários. Também não há somente egoísmo no sentido competitivo, pois o comportamento dos indivíduos é suficientemente flexível para assumir uma multiplicidade de comportamentos acionados em ambientes cooperativos ou competitivos. Ademais, o controle da competitividade no comportamento não é inovação da economia solidária, mas está fortemente presente nas relações de parentesco, de amizade e nos laços comunitários em geral.

Por fim, os estudos de caso mostram que o homem inicial não é irracional. Na verdade, a estreiteza de possibilidades econômicas não é fruto da falta de racionalidade, mas sim da dificuldade em coordenar ações de luta e reivindicação de direitos, por um lado, e da organização da sociedade em luta de classes, por outro lado, que produz mecanismos desmobilizadores de ações coletivas endogenamente, em principal por meio da individualização de probabilidades e expectativas.

viii) Homem Final

O avanço da economia solidária é capaz de conduzir a uma condição de saciedade de necessidades básicas, como se vê no estudo de caso do MST. No que se refere a solidariedade final dos homens, o estudo não é conclusivo, pois muitas vezes aponta para lado oposto, no sentido de reconhecer os custos intrínsecos em se conduzir processos autogestionários, principalmente no tocante ao desgaste das relações sociais — ao ponto de uma informante lembrar que as relações de vizinhança melhoram muito após a dissolução do coletivo de produção.

Embora não se torne integralmente solidário com o avanço de formas de organização da economia solidária, é preciso reconhecer que há um avanço no processo de amorização, se entendido como maior esperança, aumento da propensão à gratuidade e reciprocidade, melhora da auto-estima e maior abertura ao outro. Embora estas características também possam ser invocadas para descrever o homem final solidário, entendemos que este se distingue pela vinculação de tais traços a compromissos estabelecidos pelos grupos ou pelas comunidades. Como em cooperativas e redes, diferindo da amorização enquanto processo, que não visa grupos focalizados, mas a humanidade em geral.

Se a hipótese acima estiver correta, de que o ser humano final é mais amoroso do que solidário, qual é a gênese deste novo comportamento? O estudo de caso mostra que a gênese encontra-se na “travessia autogestionária”, no aprendizado obtido na vivência de uma forma de organização que aproxima os sujeitos, expõem suas fraquezas, necessidades, sonhos e desejos, possibilita ampliar o campo dos possíveis pela ação conjunta de luta e reivindicação e forma os indivíduos para a participação democrática e o questionamento da consolidação do poder.

Mesmo que a experiência não tenha sido bem sucedida economicamente, os indivíduos se transformam cognitivamente, em uma autêntica práxis, em prol de uma percepção mais amorosa do mundo. Em paralelo, e de modo pouco glamouroso, deve-se reconhecer, também, que a amorização está conectada positivamente com o aumento da renda e das condições gerais de sobrevivência — efeito este que não implica apaziguamento, pois a própria luta, como no MST, é favorecida por processos de amorização.

ix) Crescimento

O estudo de caso, principalmente do MST, mostra que as pessoas têm progressivamente tomado consciência dos limites ao crescimento econômico caso os padrões de consumo atuais sejam continuados e ampliados. Esta percepção surge na vida no acampamento, onde a escassez de recursos naturais antes considerados abundantes, como água e lenha, vem à tona. Mas as conseqüências de tal consciência são ambíguas: se por um lado instala-se uma nova preocupação, por outro se exige a participação justa na sociedade de consumo que por sua vez teria impacto poluente. Essa ambigüidade é superada com discussões a respeito do desenvolvimento sustentável, que ensina a necessidade de se lutar conjuntamente para o estabelecimento de outro padrão de consumo e de produção econômica.

É importante reter no parágrafo acima a idéia subjacente de que a limitação do crescimento não é necessariamente ruim, mesmo porque caso o crescimento ocorra, é possível que suas benesses sejam apropriadas pela classes detentoras de poder. Por exemplo, o avanço da soja, um dos pilares do crescimento econômico rural brasileiro no primeiro lustro dos anos 2000 foi prejudicial aos excluídos no campo; gerando poucos empregos, teve como efeito a valorização da terra e o acirramento dos conflitos, pois o custo de uma invasão ou da própria reforma agrária aumenta, e os benefícios não alcançam os sem terra, que não possuem escala e bens de capital suficientes para produção de soja de modo competitivo. Este pequeno exemplo mostra como o crescimento econômico não é necessariamente favorável aos excluídos. A fuga para o crescimento pode ser vista como um projeto burguês. Ao invés de aguardar pacientemente por alguma externalidade — vista como migalhas do sistema — os indivíduos acirram as lutas.

Ao menos no estudo de caso do MST, enfatiza-se que não se trata de discutir o crescimento antes de se efetivar a distribuição de recursos e oportunidades. Seguindo tal lógica, pode-se inferir que os limites do crescimento econômico só podem ser corretamente discutidos quando se admite como hipótese uma futura relativa homogeneidade no consumo de recursos naturais, como no caso dos países desenvolvidos. O já evidente problema ecológico torna-se, em tal exercício ainda mais grave. Esse exercício também contribui para precificar mais corretamente os recursos naturais, que em conseqüência permitiria a alteração progressiva dos padrões de consumo e produção.

No caso dos grupos exógenos, enfatiza-se a idéia de crescimento ilimitado, mesmo porque há uma crença de que a estreiteza de possibilidades não se deve a razões estruturais do capitalismo — como concentração e centralização de capitais — mas a conjunturas recessivas desfavoráveis. Além da crença positiva da ampliação do mercado, muitos indivíduos que pertencem aos grupos exógenos vêm-se na iminência da empregabilidade formal e, ainda que pouco provável objetivamente, aguardam melhores chances. No que se refere ao grupo cooperativo em si, imagina-se que se cresça a mesma taxa que a economia, e jamais a uma taxa menor — hipótese esta que poderia alimentar maiores restrições ao crescimento econômico nos moldes atuais, como é o caso do MST, onde há consciência de que quando a economia cresce perde-se em posição relativa, mesmo ganhando em posição absoluta, ou seja, aumentam as desigualdades.

Em conclusão, o estudo de caso demonstra que a politização e conscientização dos problemas do crescimento econômico ocorre de modo mais eficaz em virtude de uma sinergia entre questões ecológicas e distributivas. Em primeiro, a necessidade de maior equalização

dos padrões de consumo caso corretamente atendida agravaria o problema ecológico, explicitando-o. Em segundo, a preocupação com o problema ecológico contribui para que perceba a natureza excludente, concentradora e predatória de recursos naturais do capitalismo.

A consciência que emerge destes processos de politização também questiona a capacidade autoreguladora da economia no que se refere ao crescimento ilimitado, ao menos por meio de mecanismos de mercado. Resta a idéia de câmaras e instituições que redirecionam o crescimento econômico em direção sustentável, por meio de decisões exógenas impostas, como em Mance e Marx, o que é a mesma coisa do que reconhecer a necessidade de se limitar os automatismos endógenos do crescimento econômico.

x) Efeito Militância

A necessidade do efeito militância para o impulso das transformações sócio-econômicas é confirmado pelo estudo de caso. Tanto nas experiências exógenas como nas endógenas, observa-se que sua importância se dá de modo direto. Embora os indivíduos sejam racionais, a mera racionalidade é incapaz de agregar os indivíduos em objetivos comuns.

O principal efeito da militância é prover a conexão entre os indivíduos que almejam objetivos semelhantes. No MST, a militância lidera os encontros e os acampamentos, é responsável pelo estabelecimento das comunicações entre diferentes grupos, pela motivação dos indivíduos e pela arbitragem dos conflitos. Além disso, a militância dá continuidade às ações, evitando que sejam interrompidas ou desorganizadas por forças externas.

No caso dos grupos exógenos, a militância geralmente encontra-se situada no próprio agente externo, cujas ações, mesmo pautadas de modo institucional e com racionalidade própria, só ganham efetividade quando acrescidas de conteúdos militantes dos facilitadores. Estes atuam de modo semelhante ao MST, como comunicadores, motivadores e árbitros.

Mas como é a gênese do efeito militância? O estudo de caso demonstra ser tanto um papel (uma função no grupo) como um “espírito” — sendo necessário a coexistência destes dois fatores para que o efeito militância realmente produza transformações. O papel, enquanto fator, contribui para a arbitragem e a comunicação; já o “espírito” dota o militante da habilidade de motivar o grupo.

A motivação na economia solidária é uma característica fundamental pois é capaz de alterar rapidamente as expectativas dos indivíduos quanto à coesão grupal e a firmeza dos propósitos, características essenciais para o sucesso de lutas e reivindicações. É o militante que contrapõe-se às forças desmobilizadoras e individualistas do capitalismo.

xi) Ponto de Partida

A análise dos grupos estudados, bem como dos agentes externos, não parece corroborar a idéia de uma crise civilizatória. A principal prova disto é a pequena preocupação com a mudança cultural, e quando esta é enfatizada, segue-se o mesmo programa iluminista e positivista dos últimos séculos. Não só não há crise, mas ainda desejo reprimido de pertencer a esta civilização, compartilhar seus valores judaico-cristãos e exercer o *ethos* protestante.

Também não é pretensão dos grupos e agentes da economia solidária superar o subdesenvolvimento. O ideal econômico não é o padrão de consumo e produção dos países desenvolvidos, mas a busca da satisfação de necessidades básicas e a luta por direitos, amplos e condizentes com o acesso a confortos e facilidades da vida moderna. Há consciência de que superar o subdesenvolvimento dentro do capitalismo envolve mudanças aquém da força de vontade de grupos e indivíduos.

Embora a superação do subdesenvolvimento pareça improvável, a superação do capitalismo em sua vertente neoliberal é vista como indispensável, e este é o ponto de partida para a grande maioria dos grupos. Os indivíduos compartilham a sensação de que as promessas endógenas do capitalismo são falsas e que se faz necessária a conquista de oportunidades em campos extra-econômicos. Vale enfatizar, porém, que tal sensação é provida essencialmente pelo desemprego estrutural, e é por meio desta variável que se candidata a crise do neoliberalismo como ponto de partida. Não é claro até que ponto a possível existência de uma economia neoliberal em pleno emprego afetaria o ponto de partida. É mais provável que este não se dê pela perda de direitos específicos, mas pela sensação de que a comunidade melhora ou piora sua condição econômica absoluta. Daí parece ser descartável que o ponto de partida seja o subdesenvolvimento, pois historicamente tal modelo tem conseguido prover melhorias substanciais na vida das comunidades.

xii) Papel da Tecnologia

Os principais autores da economia solidária atribuem dois papéis principais à tecnologia, de destruição criativa e emancipação, mas nenhum destes papéis se destaca na análise do estudo de caso. Do que se refere à destruição criativa, não se reconhece a função de monopólio e acumulação que a tecnologia exerce no capitalismo. Ao invés de uma destruição, crê-se numa construção criativa, em que boas idéias e inovações são incorporadas

socialmente. O caráter nocivo para aqueles que usam tecnologias ultrapassadas não é considerado relevante, pois se imagina que não haveria dificuldades em se atualizar tecnologicamente. De novo, o caráter maléfico da tecnologia não deve ser superado pelo mercado, mas pelos direitos — como o direito à mecanização agrícola, à quebra de patenteamentos, para citar dois diferentes casos de barreiras, de natureza econômica e legal. Assim, entende-se que o direito à livre apropriação tecnológica reduz a destruição de produtores, embora não seja capaz de intervir sobre os efeitos do aumento da produtividade entre os produtores, que não são estimados de modo grave.

Quanto ao papel emancipador da tecnologia, há mais ênfase na liberação de trabalhos penosos do que na ampliação dos canais comunicativos, muito enfatizado pela literatura. Uma possível razão para esta ausência é a falta de acessibilidade aos meios de comunicação. Contudo, mesmo que houvesse acesso, encontros remotos são apenas secundários quando se necessita forte comprometimento do grupo e motivação para ação de luta e reivindicação. De qualquer forma, deve-se reconhecer que o maior fluxo de informações, mesmo a um custo alto, como já escrito, conduz a um aumento de produtividade de atividades que dependem de troca de informação — no caso prático de nosso estudo aumentam as possibilidades de contato entre beneficiados e agentes externos, por um lado, e entre excluídos que se agrupam para dar força as lutas e reivindicações. Entretanto, tal aumento global não é suficiente para que se introduza novas propriedades ao sistema econômico vigente — é por isto que é difícil reconhecer qualquer natureza emancipadora na tecnologia informacional. O que é verdadeiramente emancipador é a ação coordenada dos indivíduos com objetivos em comum, como é o caso do MST, que se faz com ou sem tecnologia informacional. Especificamente em relação ao MST, não há evidências de que o aumento de informações seja variável preponderante na determinação da “produtividade” reivindicatória do movimento.

xiii) Redução da Incerteza

Os autores teóricos postulam que a redução de incerteza pode ocorrer em nível microeconômico e em nível macroeconômico. O estudo de caso do MST revela que a economia solidária possui um importante papel para a segurança econômica dos indivíduos. O principal fator que garante tal condição é o bem de capital em posse; no caso, a terra. A posse desta muda a perspectiva econômica dos indivíduos em virtude de vários quesitos.

Em primeiro, aumenta a segurança alimentar das famílias, que enriquece sua alimentação com esforço produtivo de subsistência. Em segundo, na maioria das vezes é

capaz de gerar um fluxo de renda mensal relativamente previsível. Em terceiro, fornece ao indivíduo acesso ao crédito, pois ele passa a ter garantias para oferecer. Em quarto e último, é utilizada como poupança, que pode ser vendida para atender dificuldades econômicas imprevistas de várias ordens. Esse rol atua como redutor da incerteza econômica simultaneamente em vários aspectos microeconômicos.

Entretanto, a observação acima não parece ser replicável por completo às cooperativas, sejam elas exógenas ou endógenas. Embora nestas o indivíduo conta com a solidariedade de seus colegas para superar dificuldades individuais, esta não parece ser suficiente para superar a incerteza que advém na própria organização cooperativa. Para exemplificar, pode-se ver o caso dos coletivos de produção do MST. Eles propiciam maior segurança alimentar, renda mensal e solidariedade individual, como no caso dos demais assentados individuais, mas as semelhanças se encerram aí. O acesso ao crédito é disciplinado pelo grupo e não pode ser reorientado para a redução da incerteza individual. Seu único bem de capital, a terra, não pode ser vendido facilmente, convertendo-se em dinheiro — o princípio da porta aberta não é uma realidade nos coletivos e cooperativas em geral, que punem dissidentes pela ameaça à coesão da solidariedade orgânica e pelos prejuízos à continuidade das operações produtivas. Uma terceira fonte adicional de incertezas nos coletivos é quanto à própria forma de organização autogestionária, considerada trabalhosa e difícil de ser conduzida.

Assim sendo, o estudo de caso mostra que a verdadeira fonte de redução da incerteza é a posse de bens de capital que propicia o trabalho autônomo, de preferência individual. Grupos e organizações coletivos de produção adicionam graus de incerteza interna, a ponto de arregimentar trabalhadores com características de propensão ao risco, idealismo e interesse intrínseco (militante). Entretanto, nem sempre a economia solidária dispõe de uma estrutura de custos de transação que permite a escolha entre formas individuais ou coletivas de se produzir. Neste contexto, é importante observar que a incerteza autogestionária ainda é menor do que a incerteza presente nos períodos de desemprego estrutural ou até mesmo friccional. Sem nenhuma garantia do retorno à empregabilidade formal, o engajamento do indivíduo em projetos autogestionários, mesmo que incipientes, é certamente uma posição melhor, pois ao menos oferece alguma probabilidade de sucesso.

No entanto, é bom lembrar que a incerteza autogestionária, embora saliente para os indivíduos, não deixa de ser produto histórico e cultural. Enquadrados em uma sociedade heterogestionária em sua maior parte, é preciso grande dispêndio de esforço para que se

aprenda autogestão. Uma vez aprendida e habituada, ela implicará menores níveis de incerteza.

No que se refere à redução em nível macroeconômico, o estudo de caso demonstra que os efeitos são ambíguos, embora os negativos sejam maiores que os positivos. Antes de adentrar na caracterização destes efeitos é preciso salientar que o conceito de incerteza macroeconômica é, em grande medida, burguês, pois se pauta em variáveis de mercado elaboradas sob a ótica do investidor capitalista, e não sob a ótica dos trabalhadores. Feita esta ressalva, pode-se avaliar os efeitos da economia solidária da incerteza macroeconômica.

O principal canal de atuação da economia solidária é a luta por direitos e reivindicações dos excluídos e dos trabalhadores. Dependendo do que é defendido, do objeto, pode haver redução da incerteza ou aumento. No caso da redução, pode-se citar o controle de capitais — embora não há consenso a respeito do tema, pois para muitos, principalmente neoliberais radicais, toda regulamentação do mercado é negativamente interventora. Em contraste, há consenso no “mercado” que estima a incerteza macroeconômica, que ações como as do MST, interpretadas como desrespeitos à propriedade privada, aumentam a incerteza de modo geral. O mesmo raciocínio parece valer e ser aplicado para a defesa dos direitos dos excluídos e trabalhadores ao emprego, ao crédito e às oportunidades, ações estas entendidas como ameaçadoras da autoregulação do mercado. Em conclusão, o impacto negativo pronunciado da economia solidária aponta para a necessidade de se desenvolver outros conceitos de incerteza, que não a meçam sob o ponto de vista autoregulatório do mercado, mas sob o ponto de vista dos trabalhadores e excluídos. Caso contrário, a alternativa que se dispõe é criar outro mercado, regulado diretamente, como postula Mance, mas tal opção encontra-se distante do horizonte temporal tático das classes desfavorecidas.

xiv) Arrefecedor

O estudo de caso realizado confirma os principais arrefecedores apontados pelos autores da economia solidária, a saber, fragilidade, entropia e degeneração.

A fragilidade é percebida pelos grupos no início das atividades bem como na maturação. No início, não atua como elemento arrefecedor, pois a motivação dos grupos bem como a continuidade do aprendizado compensam as dificuldades vivenciadas. Porém, os grupos não parecem tolerar a fragilidade após alguns anos de trabalho, quando há alguma estabilidade e maturidade nas atividades produtivas que conduzem. Neste caso, generaliza-se

a percepção da inviabilidade do projeto econômico alternativo e buscaram-se atividades econômicas mais conservadoras, como o trabalho autônomo e o emprego formal e informal.

A degeneração enquanto arrefecedor está presente, ainda que de forma diminuída quando comparada à fragilidade, que a antecede. Uma vez que o grupo superou sua fragilidade, enfrenta a degeneração, que se caracteriza principalmente pela consolidação das estruturas de poder latentes que presidem os grupos cooperativos. Consolidadas e reconhecidas, reduz-se o potencial emancipador da autogestão e aumenta-se a governança heterogestionária. Entretanto, é preciso reconhecer que há uma diversidade de reações à solidificação do poder — desde a acomodação até mesmo a fragmentação de áreas de especialização dentro dos grupos, o que dificulta aceitar proposições mecanicistas de degeneração relacionadas ao tempo e ao tamanho das empresas. Ademais, qualquer observação neste sentido demanda um esforço comparativo com o processo de degeneração capitalista, expressa por perdas de escala e atraso tecnológico, entre outros fatores. Problema metodológico semelhante ocorre na fragilidade como arrefecedor, pois esta também está presente nas empresas capitalistas em seus estágios iniciais.

Resta-nos analisar a entropia como arrefecedor. Ao contrário da fragilidade e da degeneração, que não parecem ser fatores exclusivos da economia solidária, mas da economia em geral, a entropia, ainda conceitualmente pouco operacional, é um fator legítimo da economia solidária. No estudo de caso, ela revela-se no cansaço de muitos indivíduos em relação à experimentação de diferentes formas organização econômica e à dinâmica das lutas e reivindicações, que está diretamente relacionada ao nível de motivação dos indivíduos. Vários fatores contribuem para afetar a motivação, mas de modo abstrato, pode-se citar a desconfiança em relação à plasticidade do ser humano como fator principal. Fatores secundários correspondem à lentidão das mudanças sócio-econômicas almejadas e o custo de oportunidade incorrido no engajamento de projetos de retorno com risco. A entropia, então, caracteriza-se pela conjunção destes fatores que induz os indivíduos e grupos, até mesmo nos militantes, a perda da capacidade de propor e construir soluções criativas e conflituosas (embate de luta de classes) para os problemas sócio-econômicos que vivenciam.

xv) Obstruidor

O estudo de caso revela a existência de obstruidores para o desenvolvimento da economia solidária. Nestes parágrafos, vamos nos restringir a análise dos três principais

obstruidores citados pela literatura, o poder político, o poder privado e a natureza infra-humana.

O poder público, embora seja exatamente a força que se quer cooptar, também atua como obstruidor. Sua estrutura burocrática e tecnocrática, regida por regras próprias — não sujeitas à maleabilidade de grupos de pressão — e distante dos próprios beneficiários, apresenta dificuldades para a consecução de objetivos finalísticos que prejudicam o andamento das atividades de economia solidária, com variados graus de dependência de recursos públicos. O caso mais sintomático é a relação entre o Incra e o MST mesmo em um governo estadual e federal alinhados como o programa de reforma agrária, como é o caso estudado em Mato Grosso do Sul.

O setor privado só aparece como obstruidor nos grupos mais maduros, em que há uma consciência de classes bem desenvolvida. Nos grupos iniciais, o obstruidor é mais identificado na inépcia do setor público do que em sua incapacidade em se contrapor a interesses privados com o objetivo de atender a economia solidária.

O grau de obstrução percebido como vindo do setor privado varia significativamente nos grupos exógenos e endógenos. Nos grupos endógenos, como o MST, há um conflito identitário aberto, que contribui para mostrar que comerciantes e fazendeiros obviamente não contribuirão e apoiarão a economia solidária. Já no caso de grupos apoiados por agentes externos, a obstrução privada se dilui, quase desaparece, e busca-se convergência de interesses com objetivos subjacentes de maior participação nos mercados. Além disso, é pouco provável que o agente externo, em geral discursando de alguma posição privilegiada nos estratos de renda, convença os indivíduos do grupo de economia solidária do poder privado obstruidor, pois há uma proximidade identitária entre o agente externo e seus comuns bem inseridos na economia do setor privado.

Um último obstruidor considerado na literatura corresponde à natureza infra-humana. O estudo de caso mostra que os grupos parecem corroborar tal indicativo. Em geral, os agrupamentos que possuem um ideal religioso e moral com objetivo de alcançar o supra-humano, além de exercícios de ritualização de pensamento e comportamento, como é o caso da mística do MST, obtêm coesão grupal e convergência de propósitos com maior sucesso. Ao revés, aqueles que não possuem hábitos e cultura de expressividade quanto aos valores de grupo, ressentem esta falta e, por conseqüência, fragilizam-se por cisões, individualismos e divergências.

Desta forma, o estudo de caso mostra que, embora o capitalismo exerça força endógena em direção ao infra-humano, os grupos dispõem de um cabedal de ações

expressivas, ainda que por vezes difícil de ser implementado, que elevam a condição humana a maior altruísmo, gratuidade e espírito cooperativo.

xvi) Metodologia

Por fim, é preciso que se avalie qual a melhor metodologia para se entender a economia solidária praticada em nosso estudo de caso. De início, todas as metodologias usadas pelos autores — histórico-estruturalista, evolucionista, racionalista e empiricista — têm suas vantagens e são compatíveis com o caso estudado.

A metodologia empiricista apresenta a vantagem de maior proximidade com os indivíduos da economia solidária e com os agentes externos. É adequada para se entender as necessidades, lutas e reivindicações dos grupos, e para se postular metodologias de trabalho efetivas para os agentes externos.

A metodologia racionalista é eficiente para ‘arquitetar’ organizações econômicas alternativas e otimizar o impacto de recursos externos, públicos ou voluntários. Ademais, o racionalismo enquanto metodologia é eficaz em solidificar a relação entre os elementos de programas positivistas e simultaneamente utópicos, resgatando a importância do planejamento e encadeamento das ações da economia solidária. A metodologia evolucionista também é adequada por razões semelhantes, mas integrando elementos positivistas com outros distintos, de cunho individual — necessidade de uma razão expressiva e de um avanço na amorização — e coletivo — tendência a emancipação. Esta metodologia é a principal para o desenvolvimento e explicação de aspectos motivadores da economia solidária gerados exogenamente — caracterizando-se como um evolucionismo voluntário e militante.

Apesar das três metodologias acima apresentadas terem aplicações úteis para o entendimento da economia solidária, a metodologia que melhor abrange as complexidades da economia solidária é a histórico-estruturalista, pois só ela enfatiza, conjuntamente, o papel da luta de classes, do Estado, da desigualdade crescente, da exclusão social, e chama a atenção para a existência incisiva de mecanismos arrefecedores e obstruidores, reconhecendo limites no voluntarismo e elaborando uma agenda baseada em lutas e reivindicações, assim em conformidade à essência das ações dos grupos de economia solidária analisadas no estudo de caso.

4.5 Aderência de mapeamentos, outros estudos de caso e debates

A última atividade a ser realizada neste capítulo com o intuito de explorar o estudo de caso dos grupos endógenos e exógenos em Mato Grosso do Sul é procurar entendê-los à luz dos mapeamentos, debates e outros estudos de caso realizadas para a economia solidária, apresentados no Capítulo 3 e sumariados no Quadro 4.

i) Utopia e Esperança

O estudo de caso do MST e a comparação com grupos exógenos mostra que muitos indivíduos engajados pautam suas ações sobre um referencial utópico, principalmente os agentes externos e os militantes do MST. No entanto, no caso dos grupos exógenos, é preciso reconhecer que os indivíduos estão preocupados diretamente com a sobrevivência material e, em consequência, são presentistas, o que invalida o uso de referenciais de médio e longo prazo.

A militância do MST, por sua vez, age com referencial utópico, centrado em valores relacionados a busca de justiça e a reivindicações de direitos, que conformam um conjunto de ações encadeados para a construção de uma outra sociedade, mas simultaneamente relacionados com benefícios imediatos. No que se refere aos coletivos de produção, muitas vezes os indivíduos superam a razão instrumental e adentram em utopias, dirigindo suas ações para uma expressividade de cunho ético e cristão, muitas vezes conectadas a referenciais utópicos.

Entre os agentes externos, a utopia surge porque muitas ações ganham legitimidade quando escoradas em referenciais utópicos e afastam o risco de que o diferencial identitário entre facilitador e facilitado corra o processo de treinamento e aprendizagem. A vontade de estabelecer um ‘mundo melhor’, desta forma, cria uma identidade entre agente externo e beneficiado que é essencial para o compromisso de ambos no empreendimento autogestionário em formação.

O deslocamento favorável da oposição esperança x desastre, em favor do aumento das expectativas otimistas, não é prerrogativa das construções utópicas. Nos grupos endógenos, como no MST, em que não há agente externo que influencie em tal construção, o deslocamento é construído com a mobilização dos grupos para a luta. Em decorrência desta, são as conquistas dos sem-terra que alimentam a esperança de que é válido lutar e reivindicar.

É neste sentido, e somente neste, que há o desenvolvimento de uma atitude esperançosa em relação à história e à reestruturação do mercado.

Ainda no assunto deste tópico, resta analisar até que ponto a utopia do capital e do trabalho formal está presente nos indivíduos. De início, é preciso afastar a hipótese de presença da utopia do capital, pois a boa autoregulação dos mercados que defende não é reconhecida pelos indivíduos. Já no que se refere ao trabalho formal, ele certamente pode ser considerado como um sonho para a maioria das pessoas, mesmo aquelas envolvidas com economia solidária. Mas sonho não é a mesma coisa que utopia, pois não engendra e reorganiza ações de curto prazo consistentes com sua objetivação; ademais, seu alcance pode ser visto como fortuito e improvável. Mesmo assim, é preciso reconhecer que o uso mais crítico do conceito de utopia, de lugar que não existe, e não o uso como na economia solidária analisado no texto acima, de estruturação de ações presentes, é adequado para descrever o comportamento dos indivíduos em relação à empregabilidade formal.

ii) Racionalidade

O estudo de caso confirma a existência do fator C postulado por Razeto (1993) — cooperação, comunidade, colaboração, coordenação e coletividade — para a economia das comunidades e corrobora a dificuldade de estender tais componentes racionais para a geração de alternativas globais. O *locus* privilegiado para a confirmação e corroboração é a passagem da vida de acampamento para a vida de assentamento. O fator C é abundante nos acampamentos, quando há maior proximidade das pessoas, convergência de interesses comunitários e disponibilidade de tempo para seu exercício. Quando os indivíduos vão para os assentamentos estes três fatores tornam-se limitados e reduz-se o espaço para ocorrência do fator C, que permanece ativo, mas não na mesma intensidade do que antes. Desta forma, observa-se que há determinantes estruturais no uso de racionalidades específicas, que não dependem do maior ou menor voluntarismo das pessoas. De qualquer modo, a existência desta força estruturante não impede os indivíduos de construir laços comunitários alternativos que, em consequência, fortaleçam o fator C, sem perder de vista que este é outrossim uma consequência das estruturas sócio-econômicas, além de uma opção, ideal ou utopia apta ao engajamento.

A melhor descrição da racionalidade específica à economia solidária verificada no estudo de caso é aquela que postula as características de universalismo, relacionalidade, não-condicionalidade e expressividade. O sucesso dos grupos e empreendimentos está relacionado

à conscientização e à operacionalização destas características, que diferentes do fator C, podem ser adotadas pelos indivíduos, por meio do compromisso com religiões e místicas. No caso observado do MST, os valores do movimento enfatizam o exercício da razão na relacionalidade, gratuidade e expressividade. Nos grupos exógenos com maior compromisso a conjunto de valores também são observadas ênfases em tais características.

O único traço racional, entre os citados no parágrafo acima, que não está presente, seja nos grupos exógenos ou nos endógenos, é o universalismo, que pretende superar a instrumentalidade do eu para abranger toda a humanidade e é o mais importante para a alimentação de movimentos utópicos. Isto condiz com as observações tecidas a respeito da fraqueza dos referenciais utópicos na ação dos grupos. A racionalidade universalista, no entanto, está presente entre os agentes externos, justamente pela razão oposta, a força dos referenciais utópicos.

iii) Cooperativas e Autogestão

A literatura que estuda as cooperativas enfatiza a importância dos valores democráticos e de cooperação. O estudo de caso realizado demonstra que os grupos autogestionários exercitam constantemente estes valores, por meio de assembleias e discussões internas. No caso de grupos que não são necessariamente democráticos e cooperativos, há uma preocupação maior e central a respeito da necessidade de se criticar este quadro e revertê-lo em prol de todos os cooperados. Isto remete a outro aspecto levantado pela literatura que é a observação da insuficiência da participação como critério exclusivo da prática autogestionária. De fato, mais do que a existência de instrumentos de participação, o que é relevante para mensurar o grau de autogestão dos grupos é o acesso que possuem acerca das informações da cooperativa e do poder de fato. No estudo de caso realizado, o estudo de caso demonstrou ser este um fator chave para a compreensão do avanço na organização autogestionária. Tanto nos coletivos de produção, por meio de militantes, como nos grupos exógenos, por meio de empreendedores iniciais, há um processo de acúmulo e concentração de informação em determinados indivíduos que pode vir a comprometer a prática autogestionária e a crença de que se trabalha em um grupo autogerido.

Um tema muito difundido pela literatura das cooperativas é o conjunto de vantagens comparativas que apresenta enquanto forma de organização econômica. O estudo de caso aponta para a necessidade de que se identifique estas vantagens ao mesmo tempo em que reconheça as dificuldades e esforços subjacentes à manutenção do gerenciamento

autogestionário. Tipicamente, citam-se ganhos motivacionais, por um lado, e menores perdas derivadas de interesses adversos entre empresa e trabalhador, por outro lado. No entanto, o estudo de caso dos coletivos de produção mostra que tais problemas continuam a existir, pelo problema pronunciado do carona, o *free rider*, que obtém benefícios ao menor custo possível, apontando para o resgate das concepções olsonianas a respeito da ação coletiva. Este problema, aparentemente simples, é crucial para explicar o desgaste nas relações internas entre cooperados nos grupos-alvo de nosso estudo de caso. Além disso, tal fenômeno também explica o porquê do sucesso dos grupos com maior presença de expressividade, relacionalidade e não-condicionalidade. Essas diferentes formas de razão, de papel relevante confirmado, vão ao encontro da importância destacada pela literatura do agir comunicativo intragrupo e da solidariedade orgânica dos trabalhadores.

No que se refere à degeneração e a baixa articulação dos grupos de economia solidária, o estudo de caso induz a pensar que não há evidências suficientes para que se argumente que ambas características estariam mais presentes nos grupos autogeridos do que nas demais empresas capitalistas. Tanto no MST, como nos grupos exógenos, revela-se que o risco de degeneração e a baixa articulação não é necessariamente maior do que empreendimentos congêneres heterogeridos e de propriedade capitalista, cujas fases de maturação são marcadas por decadência tecnológica, inércia administrativa e descapitalização, e cujos estágios iniciais são reconhecidamente marcados por insucessos, processos de tentativa e erro e necessidade de acesso a conhecimentos tácitos. Nota-se que os problemas de controle e acumulação guardam grandes semelhanças entre cooperativas e empresas capitalistas. De qualquer forma, é preciso reconhecer que tal constatação não invalida a hipótese da degeneração identitária dos projetos cooperativos.

Quanto à discussão sobre as causas da expansão do número de cooperativas populares, o estudo de caso realizado confirma as hipóteses acerca da importância de um duplo movimento em sua gênese: em primeiro, o desemprego estrutural age estreitando as probabilidades objetivas dos sujeitos em relação à empregabilidade formal; em segundo, a economia solidária enquanto movimento social de transformação sócio-econômica, endógeno ou exógeno, atua nas expectativas subjetivas dos sujeitos, ainda que sem demonstrar resultados efetivos no campo das probabilidades objetivas, estimadas como pequenas e arriscadas pela maioria dos indivíduos, mas suficientes para superarem os custos de engajamento dos sujeitos nos grupos autogestionários.

Uma última questão levantada pela literatura é a do socialismo autogestionário. Os experimentos estudados mostram que é possível sua construção paulatina, mas desde que

respeite a vontade de exercício da autonomia produtiva dos indivíduos. A autonomização dos produtores e dos coletivos de produção, possivelmente até o nível individual, certamente implica custos de transação significativos, como se observa simplificada nos assentamentos de produtores em pequena escala, mas os indivíduos podem estar dispostos a pagar tais custos para preservarem suas liberdades e decisões particulares relativas à intensidade do trabalho, natureza da atividade desempenhada e relação risco-retorno.

iv) Conceituação

O esforço de conceituação da economia solidária levanta vários pontos que podem ser pensados com o auxílio das experiências observadas em nosso estudo de caso. A formulação pioneira da economia solidária aproximava-a da concepção de projetos alternativos de economia popular. O estudo de caso demonstra ser esta uma linha de investigação coerente, pois a origem popular é um fator de identidade entre grupos exógenos e endógenos. Além do mais, os agentes externos dirigem seus trabalhos entendendo a economia solidária como uma economia específica dos setores populares.

Outra formulação semelhante para a economia solidária é sua aproximação a uma hermenêutica das emergências. Esta concepção de economia solidária é mais complexa, à medida que incorpora componentes utópicos e de inovações sociais em suas determinações. O estudo de caso do MST mostra que não há uma preocupação em ser novo ou ideal, pelo contrário, na maior parte das vezes o movimento prefere identificar-se com mártires do passado e movimentos sociais pretéritos bem sucedidos. Mais — ou menos, dependendo do ponto de vista — do que uma emergência, o MST se vê como uma ressurgência, um resgate das lutas sociais e do processo histórico de reivindicação sócio-econômica. Neste sentido, a idéia de emergência, principalmente quando voltada a identificação de movimentos endógenos, autônomos, geradores de novos modos de produção ou sistemas econômicos, não parece condizente com a experimentação da economia solidária realizada pelo MST. No caso dos grupos exógenos, ocorre a mesma impressão: a economia solidária não é a produção de novos agentes externos ou o surgimento de inovações desconhecidas na prática de desenvolvimento local, mas um novo termo cunhado com o intuito de proporcionar uma renovação metodológica para o mesmo desenvolvimento local. Isto é confirmado pelos próprios beneficiados, que reclamam da falta de continuidade nas ações dos agentes externos ao longo dos anos de existência das comunidades e temem novamente pelo abandono das ações de apoio de modo unilateral.

As observações acima, no entanto, não necessariamente negam a importância da citada renovação metodológica. As discussões que a literatura abrange de capital social, emancipação social, dom e dádiva têm contribuído para uma melhor percepção das especificidades da economia comunitária e de pequenos grupos. Esse avanço no entendimento produz melhoras de comunicação entre agentes e beneficiados, ou entre lideranças e liderados, contribuindo para o melhor desenho dos contratos implícitos firmados entre as partes. Há uma correção das expectativas subjetivas de ambas as partes, principalmente ao reconhecer em simultâneo a dificuldade de geração adicional de renda e a relativa facilidade em se gerar externalidades para o grupo e para a comunidade nos campos da educação, vida familiar e social, cidadania, participação democrática, capacitação para o trabalho autogestionário e motivação para o engajamento em lutas e reivindicações. O ajuste nas expectativas subjetivas no sentido apontado compatibiliza-as com as probabilidades objetivas enfrentadas pelos indivíduos no campo econômico, não causando ou reduzindo a frustração diante dos resultados produzidos pelos grupos de economia solidária, ao mesmo tempo em que há valorização efetiva das externalidades produzidas. Em suma, a renovação metodológica atua enquanto revolução epistemológica, pois o que anteriormente era visto como fracasso passa a ser aceito como sucesso, estimulando a continuidade e o aumento das ações de economia solidária. Para a pesquisa científica, a principal consequência desta revolução é reafirmar a importância do estudo da economia das comunidades e da práxis — o que não é certamente não é novo do ponto de vista teórico, mas pode ser considerado novo enquanto paradigma, provocando um entrelaçamento entre diversas disciplinas, como a economia, a antropologia e a psicologia cognitiva.

No esforço conceitual da economia solidária, há uma grande preocupação em integrar o consumo como área privilegiada das mudanças sócio-econômicas. Entretanto, a avaliação dos grupos mostra que se trata de algo difícil de ser concretizado, principalmente pela identidade prioritária dos grupos em relação a um projeto produtivo e não a um projeto de consumo. Mesmo assim, as diversas experiências de compras coletivas do MST e dos grupos exógenos revelam que há uma conscientização atuante dos consumidores dos grupos, principalmente no sentido de evitar gastos desnecessários com os chamados atravessadores. Nota-se, portanto, que não há submissão evidente do consumidor. As dificuldades para ampliar as compras coletivas e para a utilização de critérios valorativos extra-econômicos na escolha residem nos altos custos destas operações, que demandam acurada organização e captação de um grande volume de informação. Estes custos tornam o mercado mais eficiente do ponto de vista distributivo para grande parte da cesta de consumo dos indivíduos quando

dispõe de meio circulante para tal. Na ausência de papel moeda, o estudo de caso confirma a tendência dos indivíduos às trocas recíprocitárias, mas é preciso observar que tal sistema substituto não é capaz de se reproduzir enquanto mercado, pois as ações produtivas dos indivíduos não se voltam a atender à reciprocidade, mas à obtenção de meio circulante para arcar com despesas que se sabe serem impossíveis de trocas recíprocitárias — energia elétrica, gasolina, bens de capital e bens de consumo durável, entre outros. Assim sendo, mesmo que exista comércio solidário e produção solidária, a coexistência destes não configura um circuito econômico solidário. Este só existe quando a produção e o consumo são planejados com fins autárquicos — hipótese negada taxativamente pelo estudo de caso, seja pela força dos hábitos de consumo capitalistas pouco plásticos em relação à vontade local ou seja pela amplitude das possibilidades reconhecidas nos mercados externos.

v) Estado

A literatura de economia solidária que estuda a relação com o Estado a partir das experiências existentes de apoio levanta importantes pontos críticos. Um deles é o desconhecimento de como apoiar os grupos, que eventualmente refletiria na existência de orçamentos não utilizados nas repartições especializadas em economia solidária.

O estudo de caso da economia solidária em Mato Grosso do Sul não confirma a hipótese de desconhecimento e passividade dos órgãos públicos em relação à economia solidária. No caso do MST, as demandas do movimento social são efetivadas em vários fóruns públicos distintos — Secretaria da Educação, Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, Secretaria da Saúde, Idaterra, Prefeituras Municipais e, de maneira mais distante, Governo Federal. No caso dos grupos exógenos, há uma grande interação com as prefeituras municipais — que salvo raras exceções não pretendem dispor de uma secretaria específica para a economia solidária e na maioria das vezes atendem os grupos por meio das secretarias de assistência social e do trabalho.

O diagnóstico de inação do Estado em relação à economia solidária parece derivar de dois componentes principais. Em primeiro, o foco na ação da Senaes. Esse foco é problemático seja pela dificuldade dos órgãos do governo federal atuarem na ‘ponta’ ou seja pela natureza incipiente do órgão. Desta forma, a análise da Senaes não é representativa das relações do Estado com a economia solidária. Em segundo, as análises concentram-se em departamentos específicos de economia solidária, sem atentar para o fato de que a multidisciplinaridade inerente aos programas de economia solidária e a natureza heterogênea

das demandas e reivindicações dos grupos correspondem a uma estrutura departamental previamente segmentada em áreas de especialização. Em outras palavras, os órgãos públicos estaduais ou municipais responsáveis pela economia solidária atuam mais de forma complementar, preenchendo as lacunas de programas na área, do que como órgão centralizador, que distribui tarefas para outros órgãos correlatos e define as ações de planejamento. Em conclusão, o estudo de caso nega a idéia de que há uma dimensão reduzida de ação estatal, pois demonstra que esta ação existe e é ampla, mas se encontra difusa.

Quanto ao argumento da literatura de que há um desconhecimento de como se apoiar os grupos, o estudo de caso também nega tal hipótese sob o ponto de vista nativo (dos beneficiários) tanto das experiências endógenas como exógenas. Por um lado, no caso destas últimas, a ação do Estado ocorre de maneira descentralizada por intermédio de agentes externos que aplicam metodologias de desenvolvimento local e grupal. Mesmo que exista um debate acalorado a respeito das melhores alternativas e estratégias metodológicas, há uma continuidade histórica de ações, mesmo que desencadeadas, com vistas a desenvolver comunidades em relação a aspectos sócio-econômicos, nas quais a contribuição da economia solidária se dá mais pela inovação metodológica do que pela revelação da necessidade de se atuar em nível local no tocante ao desenvolvimento econômico. Por outro lado, no caso dos grupos endógenos, como o MST, não há porque se falar em desconhecimento de como se apoiar os grupos, pois eles próprios se encarregam de tal tarefa. Não há uma diretriz superior e hierárquica a respeito da estratégia de atuação que não seja realizada em conjunto com os próprios beneficiários.

Outro ponto levantado é a dificuldade da atuação no sentido de auxiliar a viabilidade econômica dos grupos. O estudo de caso indica que este problema não é prerrogativa das cooperativas de economia solidária, mas de qualquer empreendimento econômico, capitalista ou não, de condições semelhantes — pouca acumulação de capital, falta de conhecimento produtivo tácito e exclusão inicial do mercado. A idéia dos limites de apoio do Estado não seriam diferentes se aplicadas aos empresários capitalistas falidos e em ramos produtivos decadentes, de atividades excluídas pelas forças mercadológicas.

De qualquer forma, é preciso enfatizar que os grupos de economia solidária discordam veementemente dos limites da atuação estatal para a viabilidade dos grupos e apresentam uma agenda própria, que inclui a doação de bens de capital, a garantia de capitais de giro a custos baixos, facilidades de incubação, e principalmente, compras governamentais. Assim sendo, não há proposições válidas *a priori* a respeito dos limites da ação estatal para superar tais

problemas, principalmente quando se leva em consideração a existência de um Estado que esteja realmente comprometido a implantar a economia solidária.

Entretanto, pode-se interpretar que a idéia de desconhecimento de como apoiar os grupos de economia solidária não se refira ao apoio dos grupos já existentes, mas ao fomento à emergência destes grupos. Neste caso há margens para discussão, muito embora o estudo de caso demonstre que implica ações semelhantes, pois o apoio dos grupos já existentes exerce forte influência nas probabilidades objetivas de alternativas econômicas e nas expectativas subjetivas daqueles que ainda não estão engajados em grupos de economia solidária. Desta forma, não há ‘desconhecimento’; o que há, ao menos para os beneficiários, é fraqueza estatal no tocante às ações diretamente relacionadas à luta de classes.

vi) Cultura

A literatura que se ocupa da análise das experiências concretas de economia solidária chama a atenção para a existência da fragmentação das identidades nas cooperativas, de modo múltiplo e conflitante. O estudo de caso confirma esta proposição, mas a faz de modo cauteloso. O fato de haver várias identidades não é necessariamente conflitivo, principalmente se os indivíduos manipulam estas identidades racionalmente. Assim, embora existam cisões internas nas cooperativas que não unem os indivíduos, quando imersas na sociedade de empresas capitalistas os indivíduos acionam sua identidade cooperativa, deixando de lado as cisões internas. A cautela na análise das identidades é justamente o processo de não se perder de vista a natureza relacional das identidades e sua variabilidade ao longo do tempo e do espaço, lembrando que a multiplicidade é operacional para os indivíduos e não necessariamente problemática. Os coletivos de produção, como vimos, apresentam situações ricas para análise da dinâmica identitária dos indivíduos. Para a economia solidária, a principal conclusão apreendida é a compatibilidade de múltiplas identidades internas nas cooperativas com uma identidade homogênea de cooperado quando se dialoga com a sociedade em geral.

A questão acima levantada traz à luz o debate sobre as dificuldades em fomentar uma cultura da cooperação. O principal aspecto confuso neste debate é o raciocínio mecânico de que a identidade cooperativa dos indivíduos induziria a maior cooperação e de que a identidade competitiva (pessoas que são empregadas ou capitalistas) se traduziria por maior competição. Este raciocínio é falho à medida que observa a definição identitária somente quando expressa em uma dimensão macroscópica na sociedade. Quando se desloca a análise

para o chão da fábrica, é bem possível que se descubra maior solidariedade entre os empregados de uma empresa capitalista, que possuem um rival de identidade oposta muito bem definido, representado pelo superior, chefe ou dono, do que entre empregados de uma cooperativa, cujas diferenças internas produzidas pela construção das identidades ameaçam o alinhamento solidário entre os trabalhadores. A má compreensão deste processo de elaboração cultural dos grupos tem induzido muitos autores a achar que o comportamento solidário de empregados pode ser simplesmente estendido e aumentado com a instauração de uma economia de cooperativas.

Processo semelhante ao acima descrito pôde ser observado na passagem dos acampamentos para os assentamentos, quando há uma reformulação das identidades que rompem com a solidariedade previamente desenvolvida nos acampamentos. Outro evento interessante observado é a solidariedade dos coletivos de produção com a vizinhança individual, que muitas vezes é maior do que a solidariedade interna ao próprio grupo, que é afetada pela instabilidade organizacional, pelas cisões e pela fragmentação identitária. Em simultâneo, tal comportamento não é contraditório com a união dos cooperados do coletivo de produção quando há conflitos políticos entre as várias associações do assentamento; neste caso, a identidade de cooperado é acionada com força e orgulho.

A complexidade destes fenômenos observados no estudo de caso é útil para exemplificar a dimensão da totalidade em que as culturas estão inseridas — interrelação causal entre componentes culturais. Esta dimensão aponta não só para a dificuldade, mas para a impossibilidade de se fomentar uma cultura da cooperação, pois não se trata de um elemento cultural que se impõe por decreto, mas que é definido em uma totalidade.

O pessimismo que pode advir da negação da possibilidade de se intervir diretamente na cultura não extingue, porém, a adequação de intervenções indiretas comportamentais pontuais por meio de ações de cunho educativo que são inerentes à nossa cultura. Os experimentos estudados confirmam a importância da gratuidade apontada por diversos autores, principalmente da economia de comunhão. Cooperativas e coletivos de produção são fortemente influenciadas pelo nível de gratuidade dos indivíduos. Grupos mais gratuitos são mais dispostos a tolerar diferenças de produtividade e de capacidade das pessoas e a valorizar com mais ênfase as externalidades produzidas pela cooperativa em comparação com a geração de renda — duas vantagens que contribuem para reduzir o risco dos projetos coletivos. Ademais, a gratuidade tem outra característica positiva: ela é operacionalizável. Ou seja, à medida que já está presente em nossa cultura judaico-cristã, grande parte dos indivíduos reconhece muitos instrumentos para fomentá-la e expandi-la, como a prática

religiosa, a reciprocidade descompromissada do meio rural e o voluntariado em centros urbanos.

A principal vantagem da gratuidade para a economia solidária é justamente não implicar uma reconstrução cultural, mas em aprofundamento de traços que já estão presentes em nossa cultura. Assim sendo, não introduz algo novo, como a pretensão de uma cultura cooperativa cujos resultados culturais, uma vez inseridos na totalidade pré-existentes e em formação, podem resultar em conseqüências incertas, desconhecidas e indesejadas.

Outra vantagem da gratuidade é seu significado estritamente comportamental, ao contrário da cooperação que possui várias dimensões. O comando ‘seja gratuito’ é mais simples do que o comando ‘seja cooperativo’ — este último tem múltiplos significados, muitas vezes contraditórios, como cooperar com a empresa capitalista em novas formas de participação, engajar-se em uma cooperativa e cultivar um espírito cooperativo. Enquanto o primeiro traço é rejeitado pela maior parte da literatura enquanto elemento distintivo da economia solidária, os dois últimos são geralmente confundidos. O estudo de caso mostra que a intenção de trabalhar em uma cooperativa e a intenção de se cultivar um espírito cooperativo estão dissociadas e correspondem a quadros de ação muito distintos, cuja semelhança se reduz apenas ao uso do mesmo termo lingüístico — fato suficiente para confundir a literatura e a ação conjunta dos indivíduos. A solução para os grupos é a presença simultânea de ambas intenções, mas os indivíduos esbarram na dificuldade em operacionalizar o ‘espírito cooperativo’, pela confusão semântica existente e pelos problemas de totalidade já vistos, o que não ocorre quando atuam sob o comando ‘seja gratuito’. Enfim, o estudo revela que os grupos mais consolidados de economia solidária são aqueles que apresentam simultaneamente gratuidade e engajamento à forma de organização cooperativa.

vii) Educação

A análise dos grupos coletivos confirma a maior parte das conclusões advindas dos artigos que se concentram em tecer maiores considerações a respeito da educação na economia solidária. Também corrobora a anterioridade da educação na autogestão — ‘ninguém nasce autogestionário’ — e a necessidade de se superar hábitos de trabalho heterogestionários por meio de ações formativas. Entretanto, tal aprendizado emerge somente da práxis e não por meio de uma reflexão teórica isolada. No caso do MST, a vida e a economia dos acampamentos providenciam o meio necessário para que os indivíduos aprendam a autogestão. Já no caso dos grupos exógenos, apoiados por agentes externos, a

aprendizagem se dá em um longo período de incubação, em que as falhas advindas da falta de conhecimento tácito e dos hábitos capitalistas são compensadas diretamente com subsídios exteriores.

No que se refere à educação de cunho mais informativo e conceitual, nas salas de aula, ainda que de característica instrumental, corrobora-se seu grande distanciamento com a expectativa e as probabilidades de geração de renda dos indivíduos, mas sua relativa proximidade com a formação para a cidadania. Assim, educadores e educandos consentem que os ganhos da educação estão mais relacionados com a formação cidadã do que com a ampliação da renda. O estudo de caso também confirma que outro problema que a educação enfrenta é horizonte temporal presentista dos educandos, o que dificulta ações de longo prazo e desestimula a permanência no ensino formal.

Outro ponto enfatizado na literatura é a necessidade de superar a compartimentalização do conhecimento, integrando-o além das especialidades. A análise das experiências mostra que tal tarefa é de difícil consecução, principalmente porque, quando não há um esforço consciente em defesa da polivalência funcional, há uma tendência à especialização em virtude do aumento da produtividade e das facilidades de coordenação.

Em relação à necessidade de um projeto pedagógico que seja, em simultâneo, político e emancipador, o estudo de caso do MST confirma sua viabilidade, sua importância e sua eficácia. Grupos endógenos e exógenos que não conseguem desenvolver tal projeto pedagógico, que inclui o fortalecimento de fatores da razão como expressividade, não-condicionalidade e relacionalidade, tem dificuldade de se estabelecer coesos no médio e longo prazos. Além disso, somente os projetos autogestionários que não se restringem à preocupação com a geração de renda, mas incorporam maior riqueza de externalidades em aspectos culturais, políticos e emancipadores podem, potencialmente, gerar novas sociabilidades caso haja densidade de experiências suficiente para tal.

viii) Sindicatos e Itcps

Embora os grupos avaliados cubram experiências de economia solidária fora dos grandes centros urbanos, onde se concentram os sindicatos e as incubadoras, pode-se inferir algumas observações relevantes para o assunto.

No tocante aos sindicatos, dois temas são ressaltados pela literatura empírica, o novo sindicalismo e a resistência sindical. O estudo de caso do MST mostra que estes dois fatos históricos são determinados por duas variáveis principais: o desemprego estrutural e a disputa

de poder pelas lideranças. É a interação destas variáveis que estabelece a definição conservadora, de resistência, ou progressista, de mudança dos sindicatos. No exemplo estudado, o contingente de desempregados é cooptado por alguma liderança. Historicamente, são os sindicatos os principais provedores de lideranças que se ocupam com os interesses dos trabalhadores. São estes os líderes mais capacitados para lidar com desempregados ávidos por encontrar alguma forma de obtenção de renda. Mesmo que as ações destes líderes não sejam institucionalmente advogadas pelos sindicatos, há grande proximidade entre estes e a economia solidária em virtude de compartilharem os mesmos líderes. No entanto, é preciso reconhecer que nem sempre há compatibilidade entre os papéis de líder sindical e líder de grupo de economia solidária, situação que pode motivar resistências.

No caso das incubadoras tecnológicas de cooperativas, o estudo de caso não identificou a existência de relações significativas entre as universidades e centros de pesquisa e tecnologia com os grupos de economia solidária em Mato Grosso do Sul. A pouca interação existente é mais relacionada a um esforço de governo e de políticas públicas marcadas por ciclos políticos do que por uma aproximação do conhecimento universitário e dos profissionais da universidade com processos de mudança social. Esta ausência, tendo em vista o presente desenvolvimento da economia solidária, revela a independência desta em relação à mobilização e militância universitária — independência enfatizada nos relatos dos grupos, que apontam para a existência de grande número de pesquisadores relacionados aos temas de cooperativas, coletivos de produção e reforma agrária, sem proporcionar vantagens positivas salientes para as comunidades pesquisadas.

ix) Estudos de caso

Vários pontos levantados nos diversos estudos de caso da economia solidária já foram abordados nos parágrafos anteriores, como, por exemplo, o processo de diferenciação interna de identidades. Entretanto, outros pontos merecem complementação. Muitos estudos de caso focalizam suas análises em aspectos culturais, mais precisamente na existência de uma cultura da firma e hábitos egoístas, por um lado, e uma cultura da partilha e de intercâmbio tecnológico, por outro. Além disso, os trabalhos lembram da importância do capital relacional no desenvolvimento dos grupos. Nosso estudo de caso corrobora todas essas observações. De início, todos os grupos enfrentam de maneira mais pronunciada a cultura da firma e hábitos egoístas. Se o enfrentamento é bem sucedido, o grupo tem continuidade, caso contrário a tendência é sua dissolução. É por meio de um grande esforço de formação que os grupos

procuram superar tais traços — para a maioria dos informantes é uma tarefa que leva vários anos e que não pode ser realizada de modo intensivo, por meio de laboratórios ou vivências específicas. No caso do MST, os indivíduos dispõem do acampamento para exercitar o convívio, desenvolver o capital relacional e debater sobre a pertinência dos hábitos egoístas e originados na cultura de firma. Já no caso dos grupos exógenos, tal passagem só é concretizada se houver continuidade do apoio dos agentes externos. Há muitos percalços organizativos para o desenvolvimento deste programa de mudança de hábitos, desde o descompromisso dos acampados contemporâneos, até a descontinuidade dos agentes externos e o presentismo — a falta de paciência — dos indivíduos em relação aos resultados obtidos.

Já no caso dos grupos bem sucedidos, nosso estudo de caso confirma as principais observações da literatura. Desenvolve-se uma cultura da partilha, não só internamente ao grupo, mas também em relação à vizinhança. Esta partilha também se estende ao intercâmbio tecnológico, com a troca de conhecimentos, insumos e bens de capital entre grupos ou entre vizinhos. Outro traço essencial comum que pode ser levantado é a consolidação do hábito de decidir em grupo, que é amplamente disseminado, ainda que as habilidades de discussão em grupo não sejam tão bem distribuídas.

Nosso estudo de caso também confirma a melhoria de vida para os indivíduos em condição de dependência econômica nas famílias, como os idosos, crianças e deficientes físicos. Em relação aos idosos, a melhoria de vida nos assentamentos se dá pela igualdade de acesso aos lotes, que lhes empoderam e lhes devolvem a dignidade de sentir-se novamente incluído ao sistema produtivo. No caso das crianças, especificamente nos coletivos de produção, há uma grande melhoria na qualidade de vida, pelo aprimoramento das condições nutricionais, pela interação com outras crianças vizinhas e pelo acesso à educação próximo ao local de morada. A melhor condição de vida para idosos e crianças não foi observada, no entanto, no caso dos grupos exógenos. Nestes, os benefícios são, em geral, concentrados nas mãos dos chefes de família (homens e mulheres), não alcançando os demais integrantes familiares, salvo quando há algum objetivo caritativo explícito — situação distinta do grupos endógenos, cujos benefícios dos outros integrantes são apropriados diretamente como direito e não como caridade.

Dois pontos apontados pela literatura que avaliou estudos de caso internacionais, como Mondragón e os Kibutzim, a saber, o nacionalismo e a viabilidade intergeracional e histórica podem ser observados, ainda que em seus estágios iniciais, em nosso estudo de caso. No que se refere ao nacionalismo, ele aparece no MST como uma percepção de que a luta do movimento é nacional e não se restringe à localidade. Há intenções de se ter um projeto para o

Brasil de reforma agrária e, indiretamente, de ‘economia solidária’. Já no caso da economia solidária de ‘cima para baixo’, o nacionalismo é introduzido pelos agentes externos, cujos discursos vão, com muita frequência, além da dimensão local, para abranger elementos da cultura brasileira e de projetos de desenvolvimento nacionalistas. Quanto ao segundo ponto, da viabilidade intergeracional e histórica, o MST também demonstra estar realizando este processo, como se observa no comportamento dos filhos das primeiras lideranças, que tem seguido o movimento e avançado em termos de formação técnica e educacional, obtida, por exemplo, por meio dos colégios técnicos agrícolas.

A literatura de estudos de caso enfatiza com rigidez a fragilidade econômica dos grupos de economia solidária, que carecem de suficiente acumulação de capital e apresentam baixo nível de investimentos. Nosso estudo de caso não revela serem estas características específicas das cooperativas em estágio inicial, mas de todas as empresas em estágios iniciais. Não há preocupação na literatura em avaliar essa precariedade vis-à-vis a semelhantes empreendimentos capitalistas — tampouco nosso objeto de estudo, impedindo qualquer posição conclusiva a respeito do tema. A literatura também aponta o crescimento microeconômico dos grupos de economia solidária inversamente proporcional ao macroeconômico, alijando a economia solidária como uma opção de subemprego. Os grupos estudados não negam tal proposição, mas apontam para a necessidade de qualificá-la. A economia solidária não é só formada por cooperativas iniciantes, assim como o capitalismo não é só formado por empresas iniciantes. Diante do desemprego estrutural, há uma busca por soluções autônomas, sejam elas capitalistas ou de economia solidária, cuja precariedade inicial ameaça a subsistência econômica e é suficiente para que, caso haja oportunidade concreta, o indivíduo retorne ao emprego assalariado. No caso de cooperativas já consolidadas, com mercados conquistados e apropriação de conhecimento tácito e tecnológico, não há o mesmo refluxo. Tais práticas são corroboradas nos exemplos estudados — para os indivíduos em cooperativas ou coletivos de produção trabalhando há mais tempo, não vale a pena voltar ao trabalho assalariado, pois já conseguem obter maior renda por meio do trabalho autônomo, seja ele cooperativo ou não.

Outros assuntos abordados pela literatura dedicada a estudos de caso merecem menção. Em geral, associa-se a transdisciplinariedade às experiências de economia solidária. Nosso estudo demonstra que não há natureza transdisciplinar significativa, pois esta exige uma especialização dos indivíduos e um acúmulo de capital humano que não dispõem. Mesmo os agentes externos, quando constroem ações transdisciplinares, o fazem de modo

compartimentado, contratando profissionais, sem haver troca de saberes entre os especialistas, mas a manutenção de seus status.

Outro ponto abordado pela literatura é a lógica da abundância, que emergiria a partir de redes de comércio solidário e economias comunitárias. Nosso estudo aponta, principalmente nos coletivos de produção do MST, a existência de relativa lógica de abundância, mas cuja importância não pode ser superestimada. A lógica da abundância não possui papel central quando comparada ao esforço dos indivíduos e famílias de atuarem sob a lógica da escassez, que se faz necessária para ‘pagar as contas de casa’ – despesas em moeda oficial. Em consequência disto, no tocante ao comércio solidário e as redes de troca, são corroboradas as conclusões a respeito dos limites do crescimento insular que podem ser observadas em outros estudos de caso de economia solidária densa, como no Banco Palmas.

A literatura também aponta para o problema de exclusão de mercados enfrentado pelas cooperativas e a dependência de compradores. Nosso estudo de caso mostra que os grupos coletivos do MST têm avançado politicamente na superação da dependência e na inclusão aos mercados, mas este avanço não tem proporcionado ganhos econômicos significativos. Ou seja, há uma conscientização e uma politização a respeito do problema, que passa a incorporar as pautas de reivindicações, embora isto ainda não tenha resultado em ganhos monetários efetivos para os assentados. No caso dos grupos exógenos não há o mesmo comportamento. Ao contrário, a dependência de um cliente famoso é algo ambicionado, até sonhado pelos indivíduos, principalmente pela força simbólica do elo estabelecido que representa a inclusão econômica do grupo e a aceitação pelo mercado. Em nenhum momento, tanto nos grupos endógenos como nos grupos exógenos, foi observada falta de altivez cooperativa em relação ao mercado — os grupos têm orgulho de produzir cooperativamente e querem ser identificados como cooperativas e não como empresas capitalistas.

x) Mapeamentos

A literatura de mapeamentos tem a vantagem de propiciar uma comparação de várias experiências de economia solidária. Com base nos levantamentos realizados, algumas questões emergem e podem ser avaliadas à luz dos coletivos autogestionários verificados. Aponta-se que a educação, de natureza formal em escolas e universidades, não é prioridade para os grupos. Vimos que isto se confirma em nosso estudo de caso, mas necessita que se diferencie entre a educação formal e o esforço educativo de formação para a economia solidária – projetos pedagógicos revolucionários – pois este último não deixa de ser

importante. Outro ponto levantado já visto é quanto à omissão da identidade autogestionária. Não se trata de um ponto visto em todos os mapeamentos, mas em estudos localizados; em nosso estudo de caso, não há a presença de tal comportamento nos grupos. Mais uma observação geral é a existência de novas formas de dominação de saber que emergem, também presentes nos grupos estudados neste trabalho.

Os mapeamentos surpreendem os pesquisadores ao notar a variedade de organizações de referência, de natureza política, ideológica ou funcional, e a dependência dos grupos de economia solidária em relação aos agentes externos. Nosso estudo de caso confirma tal observação, mas a pondera: trata-se de uma dependência mais de cunho econômico do que ideológico ou político, pois os grupos são ágeis e inteligentes o suficiente para buscar novos apoios e estar em constante prática de prospecção de novas oportunidades criadas por outros agentes externos, fato que gera grande preocupação destes últimos em proteger seus grupos do contato ou do relacionamento com outras entidades, para que não se perca a ‘propriedade intelectual’ sobre os grupos-projetos.

Um ponto pacífico e presente em todos os mapeamentos é a baixa articulação entre as experiências, ocorrência também verificada nos grupos estudados, mas que demanda advertir sobre as dificuldades conceituais subjacentes à busca de tal característica. A baixa articulação não parece ser um problema de formas de organização econômicas solidárias que pode ser resolvido por meio de maior voluntarismo ou treinamento. Há pelo menos três razões, além da mera boa vontade dos agentes e grupos, que concorrem para a baixa articulação verificada. Em primeiro, como já comentado, os custos de comunicação — telefonia, internet, viagens, congressos e encontros — embora pouco significativo para as cestas de consumo da classe média de onde provém os pesquisadores e agentes externos, é muito significativo para os indivíduos que ganham um salário mínimo ou menos, como é o caso dos participantes dos grupos da economia solidária. Em segundo, não há densidade de experiências suficiente para que estas se agrupem em interesses comuns e fundem instituições que intermedeiem a articulação — problema que também afeta empresas capitalistas distantes de *clusters* e economias de aglomeração e micro e pequenas empresas em geral. Em terceiro, muitas vezes os próprios grupos não têm interesse em fomentar as articulações, pois encaram seus semelhantes como competidores do campo de poder de economia solidária e de seus recursos.

Por último, o mais importante e homogêneo achado dos mapeamentos é o dilema competitividade e solidarismo. Embora tenha alcançado a concordância de todos os mapeadores, nenhum autor arriscou explicá-lo teoricamente, o que é algo problemático, pois é uma hipótese *ad hoc* sem um quadro teórico que a sustente. Nosso estudo de caso concorda

apenas parcialmente com este dilema, em principal porque os coletivos de produção bem sucedidos são justamente aqueles que construíram o solidarismo de modo compatível com a eficiência econômica, evitando armadilhas do presentismo e do solidarismo idiossincrásico. A análise deste dilema não prescinde do desenvolvimento de um quadro teórico adequado, pois enquanto a competitividade é um adjetivo carregado de características econômicas positivas, a solidariedade é ambígua, possuindo força negativa e força positiva. O dilema só é analisável se as experiências são comparadas separando o que são traços competitivos positivos e negativos e o que são traços solidários positivos e negativos. Sem este quadro, o solidarismo sempre estará sendo associado a um custo e não a um benefício, e a falta de competitividade tende a ser explicada por este custo e não por outras razões de cunho tecnológico e mercadológico. Isto posto, observa-se dificuldade dos grupos em calibrar os graus de solidarismo adequado, a ponto de ponderar seus custos e benefícios e de eventualmente arcá-los, dificuldade esta que não é prerrogativa de grupos de economia solidária, mas se estende a produtores autônomos, empresas familiares e até mesmo de sociedades anônimas sob o risco do gerenciamento presentista de seus diretores. Em suma, fica a lição de que o solidarismo não é necessariamente bom para as organizações sem procedimentos racionais que o disciplinem.

xi) Economia de comunhão

Cabe analisar até que ponto as proposições da economia de comunhão são compatíveis para a economia solidária. Uma primeira discussão refere-se à ausência da luta de classes no referencial teórico da economia de comunhão. Nosso estudo de caso revela que os grupos capazes de perceber a luta de classes são aqueles que avançam de forma mais eficaz na montagem de uma agenda de reivindicações e nas estratégias de lutas. Muitos grupos que não desenvolvem a percepção de luta de classes, principalmente os exógenos, tendem a atribuir o fracasso dos empreendimentos a motivos internos, relativos aos indivíduos ou à forma de organização de cooperativa escolhida.

A economia de comunhão procura propor mudanças sem partir de uma teoria crítica do capitalismo. Assim como no caso da luta de classes, o estudo de caso mostra que os grupos que possuem maior conhecimento da dinâmica concentradora, centralizadora e excludente do capitalismo são os que conseguem persistir nas atividades de economia solidária, aprofundando suas demandas para o Estado e para os agentes externos e introduzindo

melhorias contínuas no processo produtivo, sem as quais estariam inaptos a competir nos mercados.

Outra proposta da economia de comunhão é a diluição gradativa do patronato como meio de melhorar as relações entre capital e trabalho. Embora o estudo de caso pareça confirmar, principalmente pelo MST, que tal medida é considerada apaziguadora pelos indivíduos — que não deixa de ser o propósito da economia de comunhão — seus efeitos sobre o movimento dos sem-terra bem como o engajamento em cooperativas e projetos autônomos não são tão claros, por várias razões. Em primeiro, o que motiva principalmente os trabalhadores ou excluídos da economia solidária não é a opressão do patronato, apesar desta existir e ser reconhecida por todos, mas a oportunidade de gerar renda alternativa em condições de risco diferentes das vividas pelo assalariamento. Em outras palavras, embora ninguém goste de trabalhar para um patrão, a precificação deste desgosto não parece ser significativa o suficiente para que os indivíduos abandonem o emprego assalariado, quando o têm, para se engajar em cooperativas. No caso específico dos coletivos de produção que apresentam maior consciência crítica e de classe, não é a raiva antiga de seus patrões que alimenta tal conhecimento, mas os anos de formação nos acampamentos, que garantem a construção de um saber que não parece ser motivado pelo recalque da fúria de ex-trabalhadores oprimidos, mas sim pelo empoderamento. Este é o ponto central revelado no estudo de caso, que fornece subsídios para questionar as teorias de apaziguamento incapazes de reconhecer contradições na proposta de diluição do patronato, pois esta, primeiramente, é uma proposta de empoderar os trabalhadores. Ainda que esta seja realizada buscando direção favorável à empresa capitalista, não há como negar um efeito global sobre o aumento da capacidade dos indivíduos de gerirem negócios, discutirem em grupo e pensarem o capitalismo e as relações capital-trabalho.

A economia de comunhão provê uma agenda para capitalistas e religiosos. Em relação aos primeiros, os grupos de economia solidária pesquisados vêm de bom grado sua participação, seja por meio da responsabilidade social ou seja por meio de iniciativas pontuais de comércio solidário. Embora possa haver preocupações de dependência, não há desconfiança quanto a um potencial desvirtuamento dos objetivos dos grupos. Ao contrário, a captação de recursos privados é vista com altivez, de modo semelhante à captação de recursos públicos ou para-estatais junto aos agentes externos. Altivez esta que, ao invés de desestimular os grupos a prosseguirem em suas reivindicações, conforme teorias do apaziguamento, os encorajam para reforçá-las e ampliá-las. No tocante aos religiosos, a relação dos grupos de economia solidária não é tão harmônica quanto foi historicamente no

caso das CPTs. No presente, há uma preocupação de que os religiosos possam competir diretamente com o poder em desenvolvimento nas comunidades e nos grupos de economia solidária, com vistas à interferir nas decisões sócio-econômicas. Ademais, as religiões mais próximas dos grupos de economia solidária e mais ativas são as de linhagem neopentecostal, que não estão livres de condutas ambíguas em relação à economia solidária, pois ao mesmo tempo que defendem uma favorável teologia da prosperidade, o fazem de modo conservador desfavorável a experimentos e lutas sociais. De qualquer forma, cumpre salientar que os grupos mais antigos de economia solidária ressentem das alianças com a igreja no passado, que eram importantes para a formação moral e messiânica dos indivíduos, duas características consideradas imprescindíveis para a luta e para vida cooperativa.

xii) Assuntos Diversos

Quanto à importância de indicadores alternativos para mensurar corretamente a riqueza e demais impactos favoráveis da economia solidária, o estudo de caso corrobora apenas parcialmente tal sugestão. Confirma-se a importância de indicadores macroeconômicos alternativos ao PIB ou ao PIB per capita, enfatizando indicadores que mensurem variáveis sociais, como o índice de desenvolvimento humano ou o coeficiente de Gini, porque as políticas econômicas centradas nestes indicadores são mais compatíveis com o desenvolvimento da economia solidária quando comparadas às políticas cujo alvo são metas de crescimento econômico ou metas de inflação. Entretanto, o estudo dos grupos coletivos chama a atenção para a natureza agregada dos indicadores, que não é favorável à maior atenção com o desenvolvimento local e com a economia das comunidades, cujos resultados dificilmente são captados por índices, pela impossibilidade de se isolar as externalidades positivas produzidas e precificá-las ou quantificá-las para as traduzir em indicadores com unidades de medidas comum. Tendo em vista a dificuldade desta empreitada metodológica, a renda ainda pode ser considerada uma boa medida de sucesso da economia solidária, pois está relacionada à estabilidade dos projetos e ao maior ou menor engajamento dos indivíduos.

A avaliação dos grupos confirma as tendências de redução da incerteza e do aumento da capacidade de enfrentar crises. Entretanto, ambas as tendências merecem comentários a respeito de sua origem. Elas não se devem às características econômicas dos projetos, cujo sucesso melhora as condições de sobrevivência econômica dos indivíduos. A observação dos grupos aponta que tal evolução se deve ao capital social e relacional desenvolvido nas experiências, que fornece segurança aos indivíduos de que, na pior das hipóteses, de

desemprego ou falência, alguém será solidário com suas dificuldades. Já do ponto de vista macroeconômico, o estudo de caso mostra que não há densidade de experiências de economia solidária em grau suficiente para que sejam instituídos novos padrões de regulação que mensurem as variáveis indicativas de incerteza do ponto de vista dos trabalhadores, bem como atuem nestas. No presente, como já comentado, o conceito de incerteza é essencialmente burguês — mensura a disposição dos capitalistas em investir — e, desta forma, as ações de economia solidária, ao menos no estudo de caso, prejudicam esta incerteza macroeconômica, pelo canal da luta e reivindicação por novos marcos regulatórios e distributivos.

Há um avanço gradual quando à introdução da agenda feminista nas experiências de economia solidária. No caso do MST, há uma preocupação explícita em fomentar as discussões de gênero. O estudo de caso confirmou, porém, o refluxo das desigualdades de gênero apontado pela literatura na transição entre acampamento e assentamento. Isto foi visto de modo possivelmente agravado, pois até as próprias lideranças feministas do acampamento, que decidiram pela formação de coletivos de produção, arrefeceram a luta pela igualdade de gêneros. Em relação às experiências exógenas, foi confirmada a presença majoritária de mulheres nos empreendimentos, ainda que por vezes lideradas por homens. Esta faceta dos empreendimentos tem contribuído positivamente para as discussões de gênero a partir da necessidade de empoderamento das mulheres. Enfim, observou-se que as mulheres estão sendo empoderadas e, em conseqüência, têm colaborado com a definição de uma agenda feminista.

Um ponto fundamental apontado pela literatura de economia solidária, como visto, é o direito à informação e a autonomia produtiva. No que se refere a este último elemento, o estudo dos coletivos de produção aponta para a necessidade de que a autonomia produtiva seja uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que ninguém deve ser obrigado a ter patrão e ser assalariado, de forma semelhante ninguém pode ser obrigado a trabalhar em coletivos e cooperativas. Ou seja, a harmonia do sistema econômico ou do modo de produção parece pressupor, ao menos no presente, a coexistência de formas distintas de organização de trabalho, em que os indivíduos possam livremente optar de acordo com suas preferências. Quanto ao direito à informação, trata-se de um ponto fundamental que ambas a literatura e as experiências têm passado ao largo. Três problemas cruciais que afligem os grupos são a falta de acesso aos mercados, a existência de atravessadores e a dificuldade do acesso à tecnologia. Estes três problemas estão, em maior ou menor grau, associados a deficiências de informação. A superação dos atravessadores não se faz, necessariamente, pela formação de redes

solidárias de comercialização, conforme propõe a literatura de economia solidária, em principal porque os mercados solidários ainda não existem na maioria das vezes. Na ausência destes, faz-se necessário outras soluções, como as compras coletivas e as vendas coletivas, que lidam diretamente com problemas de informação que afetam o acesso aos mercados e são apropriados lucrativamente pelos atravessadores. Os coletivos de produção do MST apresentam avanços significativos nas compras e vendas coletivas, sem atravessadores, o que representa um grande progresso em termos de acesso à informação, ainda que isto não tenha sido politizado como um ‘direito à informação’, deficiência esta que também aflige, em nosso entender, a literatura de economia solidária.

Um último assunto abordado é a importância dos líderes teóricos e do movimento social da economia solidária como sensibilizadores sociais e propagadores de um espírito da economia solidária. Como já visto neste capítulo, as experiências mostram que estas realizações não se relacionam diretamente aos grupos que constroem as experiências de economia solidária, mas a motivação dos agentes externos. Não obstante, a propagação não deixa de ser algo importante para a difusão de novas práticas, pois tal motivação implica, por meio dos agentes, aumento da luta pela captação de recursos estatais, para-estatais e privados-sociais em prol da economia solidária.

xiii) Crítica

Nosso estudo de caso confirma a pertinência de grande parte das críticas dirigidas à economia solidária. Inicialmente, observou-se que a economia solidária é um ativo campo de poder, cujos embates ocorrem se sobrepondo à redefinição das fronteiras do Estado. Esta caracterização da economia solidária afeta consideravelmente o apontado esforço obsessivo para construir a coesão e para propagar um espírito da economia solidária. Em outras palavras, a natureza conflitual inerente ao movimento cujo campo de poder inclui a menor ou maior participação estatal impede que seja aflorado um novo espírito e uma nova coesão social, conforme ambiciona partes do movimento social. No que se refere aos próprios grupos de economia solidária, o principal elemento distintivo que dispõem não é a coesão ou o espírito solidário, mas o espírito de luta, que também está presente nos grupos exógenos, pela reafirmação ativa recorrente dos indivíduos, por meio da razão expressiva, do compromisso em relação aos projetos cooperativos. Assim, a maioria dos grupos de economia solidária estudados rejeitaria a idéia de ênfase em uma natureza humana cooperativa e solidária como guia comportamental, e optaria pela defesa de uma natureza humana propensa à luta pela

melhoria das condições de vida e intolerante às injustiças percebidas, independente de seu caráter coletivo ou individual autônomo.

O comportamento dos grupos estudados indicam a existência de hierarquia reversa, ao invés de uma natureza cooperativa que rejeita hierarquias ou de uma natureza competitiva que impede cooperações. Os sujeitos aceitam ser liderados, mas até certo ponto. Há uma avaliação constante do balanceamento entre os custos e benefícios da submissão e da rebelião. Quando os pesos da balança se alteram, os indivíduos não hesitam em mudar de posição — isto é visto na passagem do acampamento para o assentamento, na multiplicação das associações e na dinâmica dos grupos exógenos. A presença da hierarquia reversa em ambientes democráticos reduz, por sua vez, o impacto do apaziguamento, pois os indivíduos operam politicamente em um ‘contínuo’ de oportunidades de negociação, em jogos de rodadas infinitas. Em consequência, os apaziguamentos são vistos como conquistas pelos indivíduos e motivam novas demandas.

Outra crítica para a economia solidária refere-se à explicação acerca da baixa articulação entre as experiências. O estudo de caso confirma que as redes não são construídas por voluntarismo, mas exigem instituições responsáveis pela conexão dos empreendimentos. As instituições também devem ser capazes de regular as redes e ditar comportamentos. O estudo de caso mostra que as instituições de formação de redes existentes, como o próprio MST atual, são incapazes de prover regulação econômica alternativa àquela provida pelo mercado. Corroborando as críticas, isto torna-se um problema, quiçá insuperável no curto e médio prazo, para a pretensão de suficiência da economia dos excluídos como alternativa sistêmica ao capitalismo.

O estudo de caso também confirma a crítica da inviabilidade histórica de grandes operações de gratuidade, agravada pelas tendências contemporâneas de mudança cultural urbana e laica. Entretanto, não nega a importância da gratuidade para os processos de mudança sócio-econômica. Sem um grau mínimo de comportamento gratuito, não há como conduzir demandas, lutas e reivindicações de caráter coletivo, bem como empreendimentos de natureza cooperativa.

Uma última crítica refere-se à própria teoria econômica solidária, seja pela impossibilidade de se estimar o potencial das experiências ou pelo uso de modelos fechados otimistas. A análise realizada não corrobora tais críticas. Em primeiro, a experiência do MST mostra que há como se estimar o potencial das experiências, principalmente se realizarmos uma leitura da economia solidária não restrita aos coletivos de produção e cooperativas, mas que também inclua a ação enquanto movimento social voltado a mudanças econômicas. A

literatura sobre assentamentos é farta em estimar os potenciais destas experiências, bem como a literatura de estudos de caso de grupos conduzidos por agentes externos. No entanto, se as críticas forem lidas como referências a eventuais ‘efeitos borboleta’, o estudo de caso dá razão a elas, ainda que de modo indireto, por demonstrar que as conquistas da economia solidária não ocorrem por causa de fatores exógenos isolados, mas por um longo processo de formação política e econômica, que prepara os indivíduos para a luta, reivindicação e conhecimento crítico do mercado capitalista. Em segundo, quanto à crítica aos modelos fechados e otimistas, nosso estudo de caso não nega sua importância, mas exige uma leitura correta deles. São importantes para formalizarem comportamentos verificados empiricamente na economia solidária, validando-os na academia, nas instâncias governamentais e na sociedade em geral. No entanto, são pouco significantes quando almejam propor de forma militante e externa modelos de ação e de comportamento individual e espíritos de economia solidária, que podem ser automaticamente incorporados pelos grupos. Feita a ressalva, a leitura correta permite conciliar a existência de modelos fechados e otimistas com uma realizada complexa e aberta, alimentando esperanças sem certezas.

Conclusão

A teoria da economia solidária contemporânea passou por uma importante mudança na passagem do milênio. Até o final dos anos 2000, todos os principais autores brasileiros de referência apontavam a economia solidária como um projeto a ser realizado. Assim sendo, as teorias construídas são estruturadas como proposta alternativa de organização sócio-econômica, com começo, meio e fim. Elas possuem uma crítica ao capitalismo, uma teoria da transição e uma utopia.

O 1º Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre em dezembro de 2001, foi um acontecimento chave para uma mudança radical na teoria da economia solidária. Os autores percebem que muitas das experiências que projetavam idealmente já estavam ocorrendo em diversas partes do país e do mundo. O corpo teórico desenvolvido em um período anterior passa a ser visto como uma antecipação, uma visão profética, do que já vinha ocorrendo, mas até então não possuía visibilidade. Em outras palavras, o Fórum Social Mundial revelou a emergência de processos sociais que já vinham sendo previstos. Se antes os autores eram arquitetos sociais com vistas a propor soluções para o desemprego estrutural e para exclusão, depois eles se tornam porta-vozes de movimentos sociais e de trabalhadores autogestionários.

A transição foi benéfica para os trabalhadores, que ganharam exposição midiática e tiveram reconhecimento externo por suas atividades produtivas autônomas e originais. Porém, do ponto de vista teórico, a transição ocorrida foi realizada sem nenhuma adaptação nas propostas de economia solidária. Todas estas foram reiteradas, mas não mais como propostas, mas como um memorial descritivo do processo de emergência de alternativas sócio-econômicas, com ênfase nas populações excluídas e marginalizadas. O principal problema advindo desta transição sem adaptação foi o apressado reconhecimento de que se tratava ou se trata de um processo crescente. Concomitante, houve a propagação da imagem de uma vitória dos excluídos, pela capacidade demonstrada de se contrapor à opressão do sistema capitalista.

Tais reconhecimentos foram postos à prova em um esforço nacional de realizar mapeamentos e estudos de caso, a fim de se conhecer as dimensões da economia solidária no Brasil. Nenhum trabalho envolvido neste esforço, em paralelo ou diretamente, dedicou-se a rediscutir o conceito de economia solidária à luz da mudança de paradigma apontada. Em consequência, houve uma frustração generalizada muito grande dos pesquisadores acerca da fragilidade das experiências estudadas, da ausência de autonomia no processo de geração dos

grupos coletivos autogestionários, da inexistência de redes entre os empreendimentos, do descolamento dos indivíduos em relação aos aspectos comportamentais advogados e dos limites à expansão da economia solidária. A raiz da frustração é a mudança de paradigma, pois a maioria dos pesquisadores avaliou as experiências tendo como base uma teoria da economia solidária fundada em um projeto carregado de elementos utópicos, e não construída a partir das experiências em curso. Por causa disto, houve uma elevação das expectativas infundada, a ponto de não serem passíveis de confirmação empírica.

A frustração gerou uma literatura centrada no diagnóstico dos desafios para a implantação da economia solidária, remetendo-a a um processo circular, uma vez que, novamente, recuperou sua dimensão de projeto. Mais uma vez surgiram problemas teóricos não abordados. Esta segunda mudança de paradigma se fez à custa do reconhecimento de que a economia solidária não necessariamente emergia endogenamente do sistema capitalista, como solução autônoma dos desempregados estruturais e excluídos de toda sorte. Daí o uso do termo ‘implantar’ e a crescente discussão a respeito do papel do setor público no fomento à economia solidária. Debates acerca deste tema foram acirrados com a criação da Senaes, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, no âmbito do Ministério do Trabalho. Assim, a imagem da vitória dos excluídos e da emergência de um sistema econômico alternativo vigoroso e promissor cedeu espaço para a percepção da economia solidária como um campo de poder, em que investimentos públicos e privados competem entre si para fomentar a criação e o crescimento dos grupos autogestionários.

Duas mudanças de paradigma para um corpo de conhecimento em formação foram suficientes para gerar uma abundância de confusões e conflitos de natureza conceitual e estratégica. Estas confusões referem-se, em principal, à ênfase em experiências endógenas ou exógenas, aos diferentes papéis de Estado previstos e às estratégias de apoio em geral.

A fim de propiciar uma conciliação entre as diferentes concepções de economia solidária, foram assumidas duas proposições básicas sob economia solidária, capazes de, ao nosso ver, superar o mal entendimento gerado pelas duas mudanças de paradigma supracitadas. A primeira proposição é: a economia solidária enquanto conceito possui uma tripla natureza. Ao mesmo tempo em que é um objeto empiricamente verificável, também é um movimento social e uma teoria da mudança sócio-econômica. A segunda proposição é: os grupos de economia solidária podem ser classificados em grupos endógenos e grupos exógenos. Há, ainda, uma proposição paralela, de que a teoria da economia solidária possui uma dimensão descritiva e uma dimensão propositiva, não necessariamente convergentes.

O uso das proposições acima apresentadas evita grandes frustrações advindas da busca de evidências empíricas das teorias de economia solidária, uma vez que, por pressuposto, os modelos ideais não são necessariamente baseados nas experiências pré-existentes. Assim, a separação entre teoria e objeto dá liberdade para o avanço teórico em simultâneo com o entendimento dos grupos. Além disso, há uma separação entre o movimento social e as experiências em si. Desta forma, evita-se buscar uma desnecessária identidade comum entre militantes, agentes externos e os próprios trabalhadores coletivos. Assume-se que os agentes externos não necessariamente compartilham com a difusão do mesmo espírito dos trabalhadores. Quanto à separação entre teoria e movimento social, ela é importante para entender a influência mútua destas duas facetas da economia solidária. Se por um lado o movimento social utiliza a teoria a fim de fortalecer suas ações militantes, por outro lado há um esforço consciente da teoria em prover o movimento social com conhecimentos, muitas vezes realizado por uma bricolagem de elementos teóricos diversos.

No caso da segunda proposição, supera-se, ao menos em certa medida, os debates acerca do modelo ideal de empreendimentos econômico solidário, pois aceita-se como igualmente válidas experiências endógenas e exógenas. É importante notar que a segunda proposição só se torna válida com a primeira proposição. A falta de reconhecimento da natureza tripla da economia solidária induz o pesquisador a cair nos erros já apontados provenientes da mudança de paradigma. Em consequência do erro da primeira mudança de paradigma, o pesquisador pode negar muitas experiências exógenas, por considerá-las artificialmente fomentadas. Já no caso do erro da segunda mudança de paradigma, o pesquisador pode negar experiências endógenas, por não verificar nelas um ponto de partida com comprometimento explícito ao programa de economia solidária.

As duas proposições foram utilizadas para a análise do estudo de caso, cuja conclusão será apresentada em seguida. Para tal, far-se-á caminho inverso ao da tese, ou seja, partir-se-á das dimensões concretas para progredir em questões abstratas. Em outras palavras, em um primeiro momento, serão demonstradas sinteticamente as principais conclusões da economia solidária enquanto objeto, realçando os pontos em comum e as diferenças entre as experiências endógenas e as experiências exógenas. Em um segundo momento, será analisado o impacto do movimento social na economia solidária. Por último, serão sintetizadas as principais conclusões a respeito da teoria da economia solidária.

Uma primeira conclusão a respeito das experiências de economia solidária é sobre a presença ou não crítica da ao capitalismo. Neste quesito, há uma diferença marcante entre

grupos exógenos e endógenos. Os primeiros não desenvolvem críticas ao capitalismo, seja porque ambicionam adentrá-lo, seja porque lidam de modo subordinado a agentes externos reproduzindo as hierarquias capitalistas. Já os segundos criticam o capitalismo e colocam os capitalistas como pólo antagônico. O estudo de caso mostrou que a crítica ao capitalismo é uma condição essencial para a emancipação das classes trabalhadoras e subalternas, pois somente por meio desta que os indivíduos se livram da pecha de serem culpados pela própria condição de pobreza. Esta emancipação específica tem dois efeitos pronunciados: em primeiro, elevam a auto-estima dos indivíduos e, em segundo, dão um caráter contínuo às lutas por melhores condições sócio-econômicas.

No sentido acima exposto, a luta de classes, produto da crítica ao capitalismo, também só é percebida nos grupos endógenos. Entretanto, o sentido da luta de classes não chega a todos os indivíduos envolvidos nos grupos endógenos e, desta forma, os benefícios da crítica não alcançam a todos. Para que a luta de classes seja aprendida, faz-se necessário um longo período de formação, construído sob projetos pedagógicos revolucionários. Além disso, contribui para a percepção da luta de classes uma cultura religiosa engajada em questões políticas capaz de alertar para a existência de opostos estruturantes como liberdade e opressão. Um efeito adicional da luta de classes, não comentado, é fomentar a solidariedade na própria classe e afastar uma competição intraclasse. Este efeito é encontrado com maior intensidade nos grupos endógenos do que nos grupos exógenos.

A discussão sobre a viabilidade econômica dos empreendimentos também está relacionada com a percepção crítica do capitalismo e o reconhecimento da luta de classes. Nos grupos endógenos, enfatiza-se com maior rigor os limites estruturais que impedem a viabilidade econômica dos coletivos e que são independentes do bom gerenciamento dos coletivos. Nos grupos exógenos, em contraste, os fracassos, na maioria das vezes, são introjetados como fragilidade, inexperiência e deficiência gerencial dos grupos. A diferença presenciada neste assunto dificulta posicionamentos definitivos a respeito do caráter intersticial da economia solidária. Enquanto nos grupos endógenos se nota a intenção de superar a dimensão intersticial, com propostas estruturantes, muitas vezes em conflito com o capitalismo, manifestando ações não toleradas pelos capitalistas, no caso dos grupos exógenos há uma intenção de ocupar esses interstícios de modo compatível com o capitalismo, muitas vezes até mesmo auxiliado por este. Essas diferenças observadas tornam infrutífera a tarefa de tentar definir a economia solidária como modo de produção intersticial ou como força de embate ao capitalismo.

A presença de elementos utópicos também é diferente entre grupos endógenos e exógenos. Nestes últimos, não há propriamente uma utopia, pois não existe a incorporação de mudanças sócio-econômicas em nível estrutural, mas somente em nível individual. Assim sendo, os indivíduos possuem, ao invés de utopias, sonhos pessoais de inclusão nos mercados. No caso dos grupos endógenos, a utopia está presente nos indivíduos de papel militante e naqueles que possuem uma visão crítica do capitalismo e um reconhecimento da luta de classes. A utopia existe à medida que o indivíduo vê seu sucesso como condicionado a determinantes estruturais. Mas não se trata de qualquer determinante estrutural, pois são rejeitadas as indeterminações dos acontecimentos sociais e aceitas concepções sobre a capacidade de definir trajetórias sócio-econômicas futuras por meio de lutas de classes e de esforços militantes. Em acréscimo, pode-se lembrar que os agentes externos também possuem a utopia como elemento importante para suas visões de mundo. A utopia atua como referencial motivador para o trabalho dos agentes, que necessitam forte comprometimento com os grupos auxiliados, caso contrário o apoio torna-se descontínuo e desacreditado, afetado diretamente os resultados esperados.

As diferenças acima apontadas comprovam a eficácia da separação das experiências de economia solidária entre exógenas e endógenas, cujas diferenças residem, em resumo e em principal, à visão de mundo com ou sem crítica do capitalismo e luta de classes. Até aqui, infere-se que a economia solidária enquanto teoria propositiva não possui aderência, pois os grupos exógenos não replicam os referenciais de crítica, transição e utopia. Porém, é preciso reconhecer que enquanto teoria descritiva da ação dos grupos endógenos a estrutura conceitual da economia solidária possui aderência, à medida que tais grupos utilizam os mesmos marcos teóricos apontados.

Embora tenham sido apontadas diferenças, há um amplo espaço de convergência verificado entre as experiências endógenas e exógenas. Os grupos superam a razão instrumental, passando a pensar sob critérios de relacionalidade e não-condicionalidade, e em menor grau, expressividade e universalidade. Esta última razão ainda é prerrogativa dos grupos endógenos com consciência estrutural, mas não se encontra fechada aos grupos exógenos, que podem desenvolvê-la com o intuito de captação de oportunidades. No que se refere à expressividade, ela é uma característica de grupos mais maduros, capazes de elaborar suas próprias metodologias para a manutenção de valores culturais e para a reafirmação de visões de mundo. Quanto à relacionalidade, trata-se de uma razão rapidamente aprendida pelos grupos, uma vez que o capital relacional que fomenta é uma das principais externalidades positivas dos coletivos de produção.

A mais importante das razões acima mencionadas para o desenvolvimento dos grupos é a não-condicionalidade, também chamada de gratuidade. Trata-se de uma razão fundamental para o boa organização produtiva dos grupos, pois sem ela há uma corrupção progressiva dos mecanismos de governança das cooperativas, que despendem enormes recursos no controle dos indivíduos e na definição de critérios igualitários de distribuição de resultados. A gratuidade absorve parte dos diferenciais de produtividade e poder, suavizando conflitos e aceitando diferenças internas entre os indivíduos. Desta forma, contribui para gerar grupos mais estáveis e duradouros. A gratuidade fornece, assim, inúmeros benefícios aos grupos, mas também representa um desafio, à medida que não é possível fomentá-la diretamente. Os grupos são incapazes de estimular a gratuidade por meio de processos formativos e, em geral, ela provém de características culturais externas, como a religião dos indivíduos, atuante sobre o comprometimento solidário do indivíduo em relação ao seu entorno.

Observou-se, em compatibilidade com o restante da literatura, a baixa articulação dos empreendimentos econômicos solidários. Entretanto, as razões levantadas para tal fato diferem dos argumentos normalmente arrolados para explicar o ocorrido, que em geral se apóiam na falta de estímulos externos e organização de redes, provenientes de agentes ou do Estado. Verificou-se que dois fatores concorrem para a falta de articulação: o alto preço dos instrumentos de comunicações para a população pobre e excluída e a natureza concorrencial das experiências de economia solidária. Nenhuma destas razões é compatível com a idéia de que um maior esforço voluntário da militância e dos agentes externos contribuiria decisivamente para a conformação das redes.

Outro ponto de convergência entre os grupos exógenos e endógenos é a relação com o Estado. Nenhum grupo estudado manifestou interesses e discursos contra o Estado. Há uma percepção clara de que o poder público deve ser apropriado pela economia solidária, com o intuito de combater a pobreza, solucionar a exclusão social e garantir indiretamente trabalho a todos, por meio de apoio à produção. Os grupos esperam apoio cada vez maior do Estado. O apoio não se restringe aos investimentos iniciais. Espera-se que o Estado interfira, também, em treinamento, financiamento da modernização dos bens de capital, elaboração das cadeias produtivas e até mesmo na comercialização.

Quanto à educação, há uma dificuldade muito grande em superar sua dimensão instrumental. Em virtude de uma visão de mundo presentista, em grande parte derivada das necessidades imediatas de sobrevivência, os indivíduos são pouco propensos à investir recursos em esforços educativos de resultado de longo prazo para suas vidas ou, ainda, de impacto estrutural na sociedade. Os poucos grupos que conseguem superar a dimensão

instrumental combinam a presença simultânea de vários fatores: disponibilidade de tempo – baixo custo de oportunidade para participar de práticas pedagógicas revolucionárias –, educação gratuita e um conjunto de valores centrado na gratuidade e no comprometimento com mudanças sócio-econômicas propositivas. O caso típico de grupo que reúne todos estes fatores é o Coletivo de Produção Sul Bonito, cujos integrantes vivenciaram um longo processo de formação de liderança no acampamento e no movimento em geral, dispondo de uma formação cultural de cunho cristão libertador que fazia da luta pela terra uma luta de todos e não somente do indivíduo. Feitas estas observações, cumpre salientar que há um avanço considerável na própria educação instrumental, pois se percebe que é uma condicionante de grande importância para o acesso de recursos em geral, em bancos, ONGs e agências de apoio à economia solidária em geral, e para a competitividade dos indivíduos no mercado de trabalho formal.

Nem grupos exógenos nem endógenos estabelecem fronteiras precisas para além da esfera conceitual entre a economia solidária e a economia capitalista. Embora haja um reconhecimento de que não se trata de uma empresa capitalista, isto é feito sem um processo de conversão ou comprometimento ao coletivismo. As fronteiras são vazadas e os indivíduos transitam livremente entre empreendimentos capitalistas e solidários. Suas escolhas são pautadas, em principal, pelo diferencial de renda e pela valorização das externalidades. Embora estas últimas fujam da esfera econômica e perpassem a visão de mundo dos indivíduos, elas não deixam de ser precificadas para fins comparativos. Ou seja, não se tratam de externalidades imprescindíveis das quais os indivíduos não abrem mão por princípios. Assim sendo, em outras palavras, com exceção dos militantes – que se enquadram na lógica dos movimentos sociais – o engajamento em projetos de economia solidária não é definido em última instância por motivos ideológicos e culturais – mesmo que estes existam em alguns indivíduos, eles fazem parte de um conjunto de características positivas dos empreendimentos cooperativos que podem ser superados, eventualmente, por um bom salário no mercado de trabalho formal ou por uma microempresa própria promissora.

Muitos são os benefícios indiretos obtidos tanto nos grupos endógenos como nos exógenos. Em primeiro, há uma grande ampliação do capital social, na comunidade, e relacional, no grupo, que interfere fortemente na capacidade dos indivíduos em promover seu ‘fundo de trabalho’. Em segundo, há uma melhoria na auto-estima, que se revela condição indispensável para a superação da exclusão social. Em terceiro, e em principal, há um empoderamento dos indivíduos, que aumenta a capacidade reivindicatória, abre novas oportunidades de geração de renda pela maior visibilidade, reconhecimento e acesso às

agências, e altera as relações domésticas e a gestão da casa. É importante observar que os benefícios indiretos supracitados têm impacto redutor da incerteza microeconômica enfrentada pelos indivíduos, o que representa um benefício adicional amplamente reconhecido. No que se refere à gestão da casa, o empoderamento realizado entre as mulheres, preponderantes em muitos grupos, é capaz de alterar as relações de poder domésticas. Além disso, a possibilidade de conciliação entre trabalho autogerido e vida em casa, propiciada pelos empreendimentos solidários, produz uma melhoria na qualidade de vida que se estende para os demais familiares.

A organização interna também é similar em grupos exógenos e endógenos. A prática autogestionária, sintetizada na frase ‘trabalhar sem patrão’, é comum a todos os grupos. Mesmo que haja cristalização de lideranças, os princípios gerais da autogestão são, em maior ou menor grau, respeitados. Há uma atitude ativa dos grupos contra a instituição de privilégios e diferenças internas, o que provoca uma grande plasticidade na organização, cujas regras são sempre rediscutidas, há um fluxo contínuo de desistentes e, quando não há barreiras à entrada, surgimento de novos entrantes. No entanto, esta postura ativa, proveniente do empoderamento dos indivíduos, nem sempre é favorável à organização interna, principalmente quando desacompanhada de uma razão não-condicional. Este é o caso da maioria dos grupos, cuja autogestão torna-se custosa, em virtude do tempo gasto em efetivá-la e dos conflitos vividos, a ponto de causar a dissolução e a degeneração da cooperativa. Este é o sentido da degeneração observada no estudo de caso, que não pode ser confundido com outros efeitos degenerativos de qualquer empreendimento econômico, seja ele capitalista ou solidário.

No que se refere aos aspectos culturais, tanto os grupos exógenos como os endógenos não demonstraram a gestação de uma outra cultura do trabalho, uma cultura da cooperação ou uma identidade oposta à capitalista. Os coletivos de produção do MST avançaram, quando muito, na definição de uma identidade cooperativa. Mas é preciso reconhecer que isto foi desenvolvido, muitas vezes, em um contexto agressivo de disputa de poder nos assentamentos.

Estas são as principais conclusões a respeito do objeto da economia solidária que puderam ser estendidas a partir do estudo de caso realizado. Tendo em vista o exposto acima, nota-se que a separação das experiências endógenas e exógenas é fundamental, pois há diferenças essenciais quanto à crítica ao capitalismo, à utopia e à luta de classes, além de diferenças pontuais em práticas pedagógicas e em valores.

Estas diferenças implicam processos dinâmicos específicos para a economia solidária, no que pese o grande número de semelhanças encontradas que representam um campo de convergências amplo a ser explorado em questões teóricas e estratégicas. Esse campo pode ser desenvolvido partindo-se de uma definição de economia solidária mínima, construída sob os elementos em comum nas experiências, a saber, ser humano plástico, saciado, recíprocatório e prático; projeto positivista e evolucionista, crença na tecnologia; horizonte amplo e bidirecional, economia heterogênea; estado distribuidor; autogestão, militância, gestão da casa.

Visto a primeira natureza da economia solidária, o objeto, deve-se tecer breves considerações a respeito da segunda natureza, a saber, o movimento social. A identidade deste é a implantação de um conjunto de mudanças sócio-econômicas com o intuito de contribuir para a conformação de um sistema econômica alternativo ao capitalismo. Para fins de simplificação, define-se militante o indivíduo engajado no movimento social.

O estudo de caso mostra que não há, necessariamente, compatibilidade entre a ação e o pensamento dos militantes e dos atuantes nos grupos coletivos. A principal diferença consiste na pretensão de superar o capitalismo, presente nos militantes, que contrasta com a pretensão de estender as benesses do capitalismo (mantendo-o) aos excluídos, presente nos cooperados. De qualquer forma, dependendo do diálogo que se forma entre militantes e cooperados, percebe-se a emergência de pontos em comum para a formação da agenda. Se por um lado os cooperados, ao longo do tempo, adquirem a percepção de que somente com transformações profundas no capitalismo será possível estender seus benefícios a todos, por outro lado, os militantes aceitam que o objetivo dos cooperados não é fundar um novo sistema econômico, com outros valores não capitalistas, mas ser incluído no capitalismo e poder usufruir das liberdades de consumo e empreendedorismo de que o sistema dispõe.

A vocação dos militantes para transformar a sociedade, que não é necessariamente compartilhada pelos cooperados de modo geral, enseja outras diferenças próprias do movimento social. A difusão de um espírito de economia solidária, cultivando valores cooperativos, ao invés de competitivos, estimulando novas atitudes perante o trabalho, recuperando o nacionalismo, incentivando a amorosidade e fomentando o solidarismo universal são características típicas de um *ethos* a ser difundido pelos movimentos sociais, mas que não são absorvidos pelos cooperados não-militantes. Isto ocorre pelo diferente posicionamento destes agentes em relação à economia solidária. Para uns, trata-se de ser incluído socialmente e poder viver uma vida que usufrui de padrões de consumo capitalistas,

ainda que em versões empobrecidas. Para outros, trata-se de mudar interiormente e se comprometer com um conjunto novo de valores. Estas diferenças não implicam contradições para a agência da economia solidária, pois as ações preconizadas para tais indivíduos de *ethos* diferentes podem ser as mesmas: formação de organizações autogestionárias, maior distribuição de renda, ampliação dos direitos e crítica ao capitalismo enfatizando a luta de classes, entre outras.

Quanto à terceira natureza, a primeira conclusão a respeito da teoria da economia solidária, tendo em vista o modo como ela foi criada, é a de que ela deve ser vista como um modelo ideal propositivo. Chamamos de “modelo” uma descrição aproximada, lógica e formada por um número limitado de variáveis explicativas. Definimos “ideal” como uma tendência inerente ao modelo de descrever trajetórias otimistas de eventos e montar quadros plausíveis de um mundo melhor. Adicionamos o termo propositivo para contrapor às teorias de mudança sócio-econômica descritivas.

No entanto, embora a teoria tenha sido originalmente elaborada em sua dimensão propositiva, seu avanço em direção a uma teoria descritiva questiona até que ponto existe um núcleo comum entre estas, que possa ser usado para a designação genérica de teoria da economia solidária, com rigor, em um núcleo duro. Por uma questão de primazia lógica, a teoria descritiva genérica tem de priorizar a experiência endógena, pois não pode ser mudada. As experiências exógenas, como podem ser moldadas pelos agentes externos, condicionam-se aos modelos teóricos aplicados. Assim sendo, para que a teoria propositiva seja compatível com a teoria descritiva, ela tem de partir necessariamente das experiências verificadas endogenamente. A teoria propositiva, em consequência, ensina a economia solidária das experiências endógenas e não se enquadra em projetos utópicos pequeno-burgueses. Neste sentido, o desafio é como ensinar, de cima-para-baixo, luta de classes, crítica ao capitalismo e a noção de barreiras estruturais. Feitas estas considerações, observa-se que nada impede a formulação de outras teorias propositivas, desde que devidamente delimitadas em seu escopo e sem usar a designação ampla e genérica de teoria da economia solidária.

Um esforço secundário desenvolvido neste trabalho foi analisar estas teorias, de modo fiel ao significado científico de dividir em partes e entender os elementos em separado. As teorias foram decompostas em dois níveis: em um primeiro nível, tratou-se de entender o pensamento dos autores sob três rubricas, a saber, crítica ao capitalismo, teoria da transição e utopia. Em um segundo nível, realizou-se decomposição das teorias de transição, em

dezessete elementos. Destes, quatro deles descrevem estados iniciais e finais constantes, quais sejam, homem inicial, homem final, ponto de partida e economia final. Três deles tratam de efeitos finais da mudança, a saber, distribuição de renda, crescimento, redução da incerteza. Outros três, o horizonte temporal, o sentido temporal e a metodologia, dedicam-se a questões de cunho metodológico. Os sete elementos restantes são variáveis de controle, que afetam a trajetória da mudança sócio-econômica: papel da tecnologia, desencadeador, catalisador, arrefecedor, obstruidor, papel do Estado e efeito militância. Cada elemento supracitado fornece uma tipologia para a compreensão das diferenças teóricas da economia solidária. Estas tipologias foram testadas no estudo de caso e as principais conclusões são arroladas neste trecho final nas passagens que descrevem o objeto da economia solidária, acima, e traçam um núcleo e um campo em comum, abaixo.

A análise do objeto da economia solidária vis-à-vis a contribuição dos precursores e teóricos da economia solidária permite entender uma primeira diferença essencial entre as teorias: assim como o objeto pode ser endógeno como exógeno, as teorias podem enfatizar elementos propositivos ou descritivos. Owen e Marx são os principais pólos representantes desta classificação. Owen dedica-se a propor projetos de mudança sócio-econômica, enquanto Marx descreve a transformação encabeçada pela classe trabalhadora e posta em movimento por razões estruturais. Implicitamente, em paralelo à separação de elementos propositivos e descritivos, desenvolve-se uma economia solidária de cima-para-baixo e de baixo-para-cima.

Todos autores contemporâneos têm procurado mesclar elementos propositivos e descritivos. Singer é o mais marxista (no sentido do materialismo histórico) dos autores, enfatizando as experiências endógenas. Mance, em oposto, é o mais owenista, pois apresenta um projeto pronto para ser aplicado socialmente e, neste sentido, é o autor mais propositivo. Demais autores, como Yunus, Arruda, Coraggio e Gaiger encontram-se em posição intermediária.

Feita a classificação acima, é preciso concluir a respeito da compatibilidade das teorias, não esquecendo dos conflitos existentes desde o século XIX, iniciados entre Marx e Owen e reproduzidos por outros autores contemporaneamente. O núcleo comum das teorias, que permite avaliar a coerência descritiva, emerge da observação das características semelhantes nas experiências exógenas e endógenas. Como concluído anteriormente, a principal característica é a autogestão. A presença desta, concomitante à formação dos grupos, gera uma seqüência de transformações. No indivíduo, há uma melhoria na auto-estima, um aumento do capital social e relacional, uma maior segurança econômica, um comprometimento a projetos pedagógicos (ainda que instrumentais na maior parte das vezes)

e, mais importante, um empoderamento, capaz de aumentar o número de soluções aos problemas sócio-econômicos de maneira endógena e desenvolver uma capacidade reivindicativa. Assim, no núcleo comum, o desencadeador é a autogestão, que pode ser efetivada nas esferas de produção, consumo e educação de modo convergente.

A existência de catalisadores deve ser procurada sob a autogestão. Dois deles podem ser destacados: força política e redes, lembrando que estas últimas referem-se a organizações federativas mais do que circuitos fechados de economias paralelas. O papel do efeito militância é importante e convergente em um núcleo comum, pois há militantes atuando em grupos endógenos e exógenos. Outros pontos deste núcleo comum são: o papel positivo da tecnologia, a redução da incerteza microeconômica, o papel do Estado interventor e apoiador, uma economia heterogênea de fronteiras vazadas e uma maior distribuição de renda.

Também há obstruidores no núcleo comum. O principal deles é o poder privado, seja pela posse dos meios de produção ou pelo monopólio de mercados. Em nível individual, há obstruidores infra-humanos, representados por hábitos e vícios capitalistas ou pela ignonância e falta de estudo básico.

Do mesmo modo que existe um núcleo comum entre experiências endógenas e exógenas, também é possível identificar um campo comum entre as experiências verificadas empiricamente e as propostas teóricas – ou seja, entre teorias descritivas e teorias propositivas. Este campo comum permite avaliar a coerência das proposições da teoria da economia solidária. Assim sendo, é possível construir uma economia solidária que concilie modelos descritivos e propositivos. Neste caso, vale notar, é importante perceber que o desenvolvimento deste campo comum acaba por apontar a primazia das experiências endógenas, pois à medida que são acontecimentos históricos não passíveis de mudança por decreto, não podem ser consequência de propostas. Já o mesmo não se pode dizer das experiências exógenas, que possivelmente podem ser desenvolvidas a partir das propostas.

A economia solidária que respeita o campo comum minimiza o risco de propagar utopismos, uma vez que parte de um contraponto empírico para construção de seus projetos. Este método não elimina o risco de empiricismo, mas se trata de um risco menor para a economia solidária fundada sobre o tripé crítica, transição e utopia, que possui tendência natural de ser mais utópica do que empírica.

Este método também impede que a economia solidária ganhe uma coloração pequeno-burguesa, à medida que assume a primazia das respostas endógenas. Os sonhos pequeno-burgueses de um mundo sem lutas, em princípio, ficam enfraquecidos. Assim como nos

tempos de Owen, os projetos de mudança sócio-econômica só são aceitos quando postos em prática pela iniciativa dos próprios trabalhadores.

O método acima exposto é utilizado para definir a economia solidária. Nada impede que se continue construindo teorias propositivas adicionais, mas isto deve ser feito tendo em vista a complexidade deste campo e reconhecendo a abrangência limitada da proposta no âmbito da economia solidária.

Para fins conclusivos, serão realizados dois exercícios. Um primeiro exercício envolve definir o que é economia solidária à luz das discussões realizadas acima e do estudo de caso, e tendo como guia as tipologias arroladas nos primeiros capítulos. Um segundo exercício envolve elaborar, ainda que de modo breve, uma teoria propositiva da economia solidária. Vamos ao primeiro exercício.

O ser humano da economia solidária é plástico. Durante sua passagem pelo capitalismo, tornou-se cheio de vícios e desvios, e desacostumou-se a trabalhar por conta própria. Não é um sujeito nem egoísta nem irracional, mas também não é altruísta e racional. Oscila entre esses dois pólos em razão da lógica reciprocitária e de um forte presentismo que impede condutas que envolvam planejamento de ações. É também um homem necessitado, em luta pela sobrevivência com poucos recursos e possibilidades estreitas, não necessariamente apoiando-se em uma natureza hábil e criativa, pois a exclusão social nega esta última. A projeção de homem final não é a de uma pessoa solidária e amorosa, mas de uma pessoa saciada e, por meio da práxis, autoconfiante de sua capacidade de resolver problemas sócio-econômicos. Pontos para Marx e Coraggio.

A economia solidária é um projeto positivista e evolucionista. Há uma crença fortemente presente de que o mundo caminha para melhor e de que os processos sociais são passíveis de apreensão técnica e científica. Em menor grau, mas ainda presente, acredita-se na existência de técnicas sociais e inovações metodológicas de combate à pobreza e à exclusão.

O avanço tecnológico é estimado positivamente, pois nota-se nele a possibilidade do ser humano livrar-se de tarefas pesadas e insalubres, a geração de maior produtividade e possibilidades de negócio, e a emancipação do ser humano, por meio de facilidades de comunicação e transporte, e por meio da facilitação da introdução de processos democráticos e participativos nas formas de organização produtiva. Ademais, acredita-se que estes efeitos mencionados contribuem para ampliação das redes e federações.

A economia solidária possui um horizonte temporal amplo. Embora o curto prazo tenha ênfase perante tempos mais longos em razão do presentismo e das necessidades imediatas, o médio e longo prazo também são desenvolvidos com a maturação dos grupos. As

mudanças ao longo do tempo não são vistas de maneira unívoca, mas possuem sentido bidirecional. A evolução para um bom futuro, que se acredita, tem de ser efetivada com um presente de lutas e reivindicações.

A economia solidária é tolerante quanto a presença simultânea de outras formas de organização produtiva. Ter o seu próprio lote, ter sua microempresa, conquistar um emprego formal são alternativas econômicas inteiramente válidas e em nenhum momento condenáveis. Há o cultivo de um ecumenismo econômico, seja pela liberdade de escolha dos indivíduos ou seja pela diversificação possível de estratégias de composição do “fundo de trabalho” que possibilita. Neste sentido, a economia solidária propicia redução da incerteza em nível microeconômico. Infelizmente, não há o mesmo efeito de redução da incerteza em nível macroeconômico, pois os parâmetros de aferição desta ainda se baseiam em critérios do poder privado.

A economia solidária exige um Estado distribuidor, mas que não interfira na condução microeconômica dos indivíduos e dos negócios, mas de todas as condições necessárias para trabalhar e produzir. Entre os autores analisados, é Marx que mais se aproxima do Estado da economia solidária, um ente sob o comando dos trabalhadores e na medida do possível sem tornar-se um poder em si, sem cristalizar uma burocracia. As demais concepções de Estado veiculadas nos outros autores, a saber, acessório, mínimo, regulador, interventor e apoiador são insuficientes. O Estado distribuidor também é necessário para efetivar a distribuição de renda média esperada pela economia solidária, propiciando padrões de consumo material semelhantes a todos, mas garantindo escolhas e mantendo diferenciais de riqueza entre indivíduos em determinada amplitude. Não se pode deixar de notar, em complemento, que a dimensão distributiva do estado torna-o um *locus* privilegiado da luta de classes.

O traço distintivo dos empreendimentos e desencadeador da economia solidária é a autogestão. Em conformidade com Owen e Marx, é a reunião de indivíduos em torno de um objetivo comum de mudança sócio-econômica que produz mudanças significativas que emancipam e empoderam. A cooperação pode se dar para produzir, consumir ou educar. Seus efeitos são ampliados quando atingem grandes escalas, desenvolvidas por redes e federações. Cumpre salientar, não há porquê estabelecer um local privilegiado para o exercício da autogestão a ser definido entre atividades de produzir, consumir ou educar. A aceleração dos efeitos depende da conquista de força política, que está relacionada com o alinhamento das unidades autogestionárias com processos em comum.

A economia solidária, formada por empreendimentos autogestionários propicia um conjunto de benefícios indiretos e externalidades que são compatíveis com a noção de

economia como gestão da casa. As relações humanas deixam de ser coisificadas, há uma recuperação da identidade humana, há um fortalecimento da capacidade inventiva, uma recuperação das condições para o exercício da práxis, uma reconstrução do tecido social e uma extensão das redes recíprocitárias. Em nível doméstico, há emancipação das mulheres, resgate da dignidade dos idosos por meio da reinserção das atividades produtivas e respeito à qualidade de vida das crianças, assegurando maior convívio delas com os pais e com a comunidade.

A economia solidária reconhece que não é possível obrigar um excluído ou um trabalhador alienado a ser autogestionário, a se emancipar e se empoderar. Mas isto não significa que não se deve fazer nada. Mesmo havendo riscos de manipulação, apaziguamento e ilusão, os benefícios da ação militante são maiores. No mínimo, os militantes são os agentes que atuam sobre a razão expressiva, reafirmando valores autogestionários e demonstrando experiências, tendo como consequência a abertura do leque de possibilidades objetivas de geração de renda, o fornecimento de novas identidades e a construção de outros vetores comportamentais. Assim sendo, reconhecem-se efeitos benéficos no voluntarismo, ainda que este exerça papel limitado para mudar o mundo. Tais efeitos são suficientes para justificar críticas ao academicismo, entendido como corpo de conhecimentos descompromissados com a mudança social.

A economia solidária é crítica em relação ao capitalismo. Para propiciar a superação da pobreza, sofrimento e exclusão social, a primeira tarefa é convencer o indivíduo de que não é culpado por sua condição e de que esta não é vontade de Deus. Para que se cumpra tal objetivo, resgata-se todo o conjunto de críticas revisadas em diversos autores, como a degeneração moral que o capitalismo produz, a naturalização das desigualdades e dos mecanismos de mercado reguladores, a alienação, a centralização, a concentração, a distribuição de recursos naturais e a manipulação das necessidades humanas. A discussão sobre o subdesenvolvimento e a crise neoliberal é realizada no contexto de crítica ao capitalismo. A existência de limites ao crescimento também são exploradas na crítica.

Há um segundo nível de críticas desenvolvido durante o período em que as experiências encontram-se em curso. As dificuldades de inserção dos grupos no mercado e de continuidade das experiências revelam a existência de elementos obstruidores. Embora seja possível reconhecer em separado elementos obstruidores provindos do ser humano no capitalismo e de poderes privados e públicos, a melhor caracterização é a fornecida pela luta de classes, praticamente nos moldes de Marx. Os conflitos de interesses entre possuidores e

não possuidores marcam fronteiras, revelam barreiras estruturais para ascensão sócio-econômica e redefinem estratégias de ação coletiva.

Em geral, o espírito prático e presentista dos grupos rejeita promessas advindas de mitos da abundância e de progresso capitalista inexorável. Este mito, que tem a raiz em Owen, que achava que com bom senso na organização produtiva era possível atender às necessidades de todos, foi retomado sob hipóteses de crescimento insular, que são incompatíveis com as experiências de economia solidária. Sem tais ilusões, resta a luta de classes.

Realizar a economia solidária não é uma tarefa fácil. A autogestão proporciona inúmeros benefícios, como se viu, mas não é fácil de ser executada. Os custos implícitos na autogestão são altos, pois gasta-se mais tempo em tarefas administrativas, pode ocorrer mais desgaste nas relações sociais internas e os mecanismos de controle são de difícil operacionalização. A degeneração das cooperativas existe enquanto processo de ajuste desses custos e benefícios, mas possivelmente não é diferente da empresa capitalista que introduz práticas democráticas e elimina as autoritárias regenerando aspectos de economia solidária. Outros arrefecedores que as cooperativas enfrentam não diferem dos capitalistas. A degeneração devido ao crescimento não é prerrogativa das cooperativas também estando presente nas empresas capitalistas grandes, cujas ineficiências administrativas crescentes se ocultam nos monopólios. A fragilidade inicial das cooperativas também não guarda muitas particularidades quando comparado às nascentes microempresas capitalistas e sua alta taxa de mortalidade.

A economia solidária admite a existência de um escopo muito limitado de mudança cultural. Não se muda cultura por decreto; é algo produzido historicamente e sob a totalidade de fatos sociais. Mudanças culturais pontuais são de difícil realização. Mesmo assim, é possível, com anos de formação, mudar a propensão dos indivíduos na direção do trabalho autogestionário e no comprometimento com mudanças sócio-econômicas universais. No que se refere ao vetor de necessidades dos indivíduos, ele é muito difícil de ser mudado. Quanto à superação da razão instrumental, há indícios de que é possível de ser efetivada por meio de um longo processo de formação. O fortalecimento da gratuidade, universalidade e relacionalidade contribuem para tornar o indivíduo mais apto à cooperação e menos centrado em ações competitivas.

Uma penúltima consideração a respeito do campo em comum que define a economia solidária envolve a utopia. Ela é utilizada pelos grupos e, principalmente pelos militantes,

como elemento motivacional e universalizante. Por vezes, também é associada pelos grupos como sonhos de inclusão e de participação no mercado.

Enfim, a economia solidária é um conjunto de propostas de aprimoramento fundadas em críticas ao sistema capitalista. A solidariedade, em sua definição, está no engajamento na luta pelos direitos dos outros e não em comportamentos cordiais, afetuosos e caritativos.

Observou-se que a teoria da economia solidária despende grandes esforços em propagar o otimismo. Há quase uma obsessão por encontrar vias otimistas de transformação social. Esta obsessão é derivada do vácuo político e ideológico aberto após o fracasso das experiências do socialismo real e pretende ser uma resposta às pretensões de modelos únicos capitalistas. Três vias são preferidas para resgatar o otimismo: a tecnológica, a da hermenêutica das emergências e a do efeito borboleta.

O avanço tecnológico é visto como uma força redentora, capaz de engendrar mudanças econômicas, políticas e de comportamento. Em geral, são arrolados efeitos de democratização dos meios de produção, possibilitados pelo barateamento das tecnologias e por sua facilidade de replicação. Além deste, também são lembrados os efeitos de estímulo a comunicação, capazes de propiciar um aumento geral nas capacidades cognitivas e reativas das pessoas, além de democratizar os meios midiáticos. Por último, há uma crença, de cunho mais geral, de que o avanço das forças produtivas invariavelmente conduzirá mudanças positivas.

No caso da hermenêutica das emergências, esta idéia se funda em experiências econômicas alternativas que estão sendo gestadas ao redor do mundo, mas com suposições fortes. A hipótese heróica é a de que estas experiências encontram-se em trajetória ascendente, ou seja, há um número cada vez maior destas experiências e, as que existem, estão endogenamente destinadas à ampliação.

Por último, o efeito borboleta é uma tentativa desesperada de resgatar a esperança. Assumindo que é improvável ou até impossível verificar soluções sistêmicas alternativas geradas pelo capitalismo global, tal efeito evoca a imprevisibilidade dos fatos sociais, a incerteza dos estados da natureza e as limitações das inferências de caráter estrutural.

Todas as três vias não garantem nenhuma trajetória otimista para a mudança sócio-econômica. A única trajetória otimista cientificamente comprovável, mas raramente arrolada pela economia solidária, é a melhoria absoluta das condições materiais de sobrevivência das populações, ainda que ocorra em simultâneo uma piora em termos relativos. Rejeitar tal linha argumentativa envolve assumir um conjunto de valores alternativos nem sempre explicitados, que envolvem sustentabilidade ecológica, redução das desigualdades, justiça social,

empregabilidade, emancipação humana e redução de sofrimentos de cunho psicológico e existencial. Retomando as três vias arroladas anteriormente, não há evidências que o avanço tecnológico atue na melhoria das trajetórias das variáveis acima citadas. No caso da hermenêutica das emergências, há um problema grave de encadeamento lógico não discutido. As emergências observadas podem ser uma resposta a uma piora generalizada da trajetória das variáveis, não gerando processos autônomas de mudança social. Neste caso, as emergências podem estar retratando somente efeitos compensatórios. A terceira via, do efeito borboleta, ao menos não é ilógica, embora não afaste o irracionalismo. Alternativas para fomentar o otimismo e a esperança envolvem introduzir Deus e destinos. Ambas soluções envolvem um forte grau de profetização, à medida que crê na capacidade de Deus em dirigir nossas vidas e nossa sociedade para um rumo justo e bom, ou se apóia em evolucionismos radicais que demonstram a impossibilidade do ser humano fugir de seu caminho evolutivo amoroso e cooperativo por um tempo demasiadamente longo. Feita esta análise, nota-se que a profecia tem sido um elemento fundamental desde os precursores da economia solidária.

O segundo exercício a ser realizado, que é expor uma teoria da economia solidária de cunho propositivo, começa exatamente no ponto acima discutido. A economia solidária pode prescindir de utopias e profecias responsáveis por criar imagens de sistemas econômicos alternativos ao capitalismo. É uma tarefa muito mais fácil prover melhorias gradativas e pontuais no capitalismo do que propor um sistema econômico inteiramente novo que ninguém conhece ao certo e não tem certeza de que sua implantação é viável. Se assumirmos que o positivismo não foi bem sucedido, mudanças sócio-econômicas baseadas em projetos globais alternativos são ainda mais improváveis, pois não se tem conhecimento suficiente dos processos sociais para que se interfira neles e se obtenha trajetórias desejáveis. Infelizmente, a engenharia social demonstrou-se ser, *a priori*, um projeto científico de cunho utópico.

Em conseqüência do exposto, uma primeira proposta é a de uma economia solidária que abra mão da imagem utópica de um sistema revolucionário, ao invés de um sistema gradual. Embora isto possa se traduzir como uma diminuição de pretensões universalistas otimistas, isto não implica a necessidade de abdicar de imagens de otimismo e esperança para o bem-estar dos grupos coletivos. Bons resultados devem ser atingidos em todas as etapas da transformação sócio-econômica, e não em uma revolução final emancipadora e irreversível. Os processos sociais não são discretos, mas contínuos e reversíveis. A luta pela economia solidária se espalha no tempo e em diferentes escalas de atuação. Neste sentido, a ênfase na utopia é reduzida e substituída por uma visão de conquistas graduais e de acúmulo da capacidade de provocar mudanças. Nesta visão o referencial utópico só é útil para indivíduos

com propensão inerente a mudar o mundo, como os militantes, pois os grupos agem tendo em vista os benefícios próximos e não os mais distantes. Em outras palavras, abrindo mão da imagem utópica nos projetos torna-se mais fácil realizar a aproximação entre militantes e não-militantes. É mais fácil para os militantes alterarem sua visão de mundo deixando de lado utopias para enfatizar melhorias gradativas do que convencer não-militantes da viabilidade de um mundo que nunca viram e que é descolado de suas vivências empíricas.

Uma segunda proposta é tornar-se alerta para as falsas promessas positivistas e tecno-evolucionistas. Tratam-se de promessas apaziguadoras e de traços proféticos, pois não se sustentam em evidências históricas. Inovações sociais positivistas produzem resultados limitados, ao custo de propagar a imagem de que a pobreza, a exclusão e outros problemas do capitalismo são males cujas soluções ainda estão por vir. Já o tecno-evolucionismo não se detém em uma análise mais acurada da interface entre tecnologia e capitalismo, passando ao largo do caráter opressor, aos pobres e aos países em desenvolvimento, do avanço tecnológico altamente concentrado em poucos centros e empresas oligopolistas dos países desenvolvidos. São deixados de lado problemas de apropriabilidade tecnológica, difusão das tecnologias e o caráter tácito do conhecimento relacionado. Em outras palavras, a dinâmica capitalista observada não confirma que a tecnologia contribui para aprimorar o capitalismo na direção requerida pela economia solidária.

No que se refere à teoria da transição, o modelo proposto segue os elementos apontados acima quando se identificou núcleos e campos em comum. Recapitulando, o horizonte temporal é diverso, com ênfase no curto prazo, o sentido temporal é bidirecional, o papel do Estado é distribuidor, o desencadeador é a autogestão, o catalisador é a força política, a economia final é heterogênea, a distribuição de renda é média, o homem inicial é necessitado e alienado, o homem final é saciado, o efeito militância é direto, o ponto de partida é o subdesenvolvimento, a redução da incerteza é em nível macro, o arrefecedor é a degeneração, o obstruidor é a luta de classes, a metodologia é histórico-estruturalista e empiricista. Dois elementos guardam diferença peculiar. Em primeiro, a tecnologia, que não é vista como emancipadora, mas como opressora. Em segundo, o crescimento, que no aspecto material, deve ser limitado.

Seguindo os passos de Marx, estima-se que a crítica ao capitalismo é tão ou mais importante do que a própria proposta de mudança. A crítica é, em si, uma emancipação, ao desnaturalizar um conjunto de proposições naturalizadas que cegam, oprimem e excluem.

Além do exposto acima, é preciso alterar a disposição dos indivíduos para com o trabalho autogestionário. Sendo este o desencadeador por excelência da economia solidária, é

preciso baixar, de forma genérica, os custos e aumentar os benefícios. Custos baixos estão associados a seres humanos que cultivam gratuidade e forte comprometimento grupal. Historicamente, o fomento destas características tem sido realizado por meio de religiões e, em menor grau, por nacionalismos ou localismos. Mas como estes também foram sujeitos a excessos e desvios, a existência destes processos não foi suficiente para impedir a degeneração de habilidades autogestionárias no ser humano. Infelizmente, ao menos na cultura ocidental, a economia solidária parece ser incapaz de promover gratuidade e comprometimento, pois são elementos cuja guarda se encontra em outras instituições, como a igreja e, contemporaneamente, o esporte. Isto implica redesenhar as alianças da economia solidária com as instituições que contribuem para estimular habilidades autogestionárias. Neste âmbito, trata-se de fortalecer os resquícios de comportamento não-capitalista para, a partir daí, gerar processos endógenos de mudança cultural, que são passos intermediários para uma mudança sócio-econômica bem sucedida, como o foi, por exemplo, a ocorrência da aliança de uma igreja comandada sob a Teologia da Libertação com o movimento dos sem-terra.

Se a oposição entre materialismo e espiritualismo, como descrita pelos tipos culturais ideacional e sensível de Sorokin (1937, *apud* Sztompka, 1998) que se revezam em ciclos históricos, for válida por hipótese, é preciso que ocorra um deslocamento em direção à ênfase de assuntos de cunho espiritual. Essa mudança deve alterar, muito provavelmente, o vetor de necessidades humanas, reorientando as organizações econômicas para esferas abstratas de produção e resgatando a dimensão de expressividade de valores, exercida em ritos, mitos e lendas, tão importante para o ser humano, mas que no capitalismo foi centrado no consumo conspícuo. A mudança nos valores proveniente deste movimento é provável que seja capaz de facilitar o engajamento do ser humano em organizações autogestionárias.

Ao longo do trabalho, foi visto que a maioria dos coletivos de produção bem-sucedidos dos séculos XIX e XX possui uma forte relação com movimentos religiosos e nacionalistas. A diferença destes grupos para os demais, tecnicamente falando, é que a propensão ao trabalho autogestionário dos indivíduos alterou-se radicalmente a favor da cooperação. É preciso reconhecer este fato, historicamente demonstrado, e admitir que mudanças sócio-econômicas profundas no sentido defendido pela economia solidária não podem abdicar de adaptações paralelas nos valores e nas visões de mundo só realizadas indiretamente por outros movimentos.

Outra hipótese que pode ser admitida é a de que a época de ouro keynesiana talvez tenha sido uma afortunada coincidência de fatores históricos e quiçá nunca mais volte. Se ter

um emprego bom e seguro for algo muito difícil ou impossível, é aconselhável que não se valorize tanto o trabalho e o emprego. É preciso desnaturalizar a idéia de que o trabalho é central na dignidade humana. Ninguém poderia se sentir culpado por não ter um emprego. Ninguém deveria ser alijado da vida social, ter sua sobrevivência ameaçada, infligir dificuldades para outros entes da família e ter seu campo de possibilidades radicalmente estreitado por não ter um emprego. Ninguém deveria se sentir envergonhado e ter sua autoestima rebaixada por não ter um emprego. A economia solidária surge para salvar os indivíduos da condição miserável de não ter um emprego. Ela lhes dá uma atividade produtiva, possivelmente de baixa remuneração, mas, em simultâneo, proporciona um conjunto de externalidades positivas cuja presença desincentiva a valorização do emprego formal.

A economia solidária não deveria se engajar em promessas de pleno emprego que não pode cumprir, ao menos no curto e médio prazos do horizonte das gerações que vivem e não no longo prazo de Keynes. O que ela pode fazer e tem feito muito bem, como se viu no estudo de caso, é melhorar a qualidade de vida das pessoas, pelo amplo espectro de ação que possui, envolvendo desde grupos que se reúnem para realizar terapias ocupacionais, grupos que ampliam sua capacidade reivindicativa e até grupos que almejam competir em mercados externos. Este leque de oportunidades, de abertura muito maior do que a oferecida pelos empreendimentos heterogestionários capitalistas, é o grande diferencial da economia solidária. A promessa que se pode cumprir é de que o aumento da diversidade de organizações econômicas abre o campo das possibilidades de transformação social.

Talvez nunca mais haja um mundo repleto de sindicatos capazes de lutar pelos direitos da classe trabalhadora. Mas é muito possível que haja um mundo repleto de grupos autogestionários lutando por ampliar a gama de direitos. É neste ponto que a economia solidária emerge como forma superior de organização sócio-econômica. O conjunto de direitos defendidos é muito mais amplo do que o defendido pelos sindicatos na época de ouro, e é realizado em um contexto muito mais adverso, pois não dispõe da capacidade de endividamento estatal e da dinâmica demográfica, para citar dois fatores cruciais dentre outros, de que dispõe a época de ouro. Não defende somente o direito do trabalhador, em geral um homem urbano. Os direitos são amplamente estendidos, atendendo mulheres, crianças, idosos, deficientes físicos, homossexuais, negros, índios, quilombolas, rurais e periféricos. Mesmo em um Estado como Mato Grosso do Sul, com uma população pouco politizada e sem hábito de engajamento social, o estudo de caso revela uma economia solidária defendendo direitos de tais grupos. Além disso, há uma ampliação temática dos

direitos. Muito além do direito ao emprego, defende-se o direito à educação gratuita, à saúde, ao amparo assistencial dos doentes e idosos e à segurança nutricional.

No campo da organização econômica, a ampliação dos direitos defendida pela economia solidária é ainda maior quando comparada às reivindicações tradicionais dos sindicatos, que se restringiam ao salário, às melhorias de condições nos locais de trabalho e à redução da jornada. Os grupos de economia solidária defendem os direitos de acesso ao crédito, de acesso ao mercado interno, de acesso ao mercado externo, de preços mínimos, da posse de bens de produção, de subsídios, de treinamento técnico e gerencial, de intermediação comercial e de industrialização, entre outros.

O desenvolvimento da economia solidária em nível macro passa por consolidar estes direitos acima apontados e avançar para a conquista de novos direitos. Alguns direitos ainda são objeto de polêmica entre os próprios excluídos, como é o caso da renda mínima. Neste caso, chama a atenção a importância da crítica ao capitalismo, nos moldes ensinados por Marx, com vistas a desnaturalizar muitos comportamentos e valores culturais que se pensam como provenientes da natureza humana mas que são derivados da cultura capitalista. Neste sentido, pode-se citar que, além do direito à renda mínima realizado com a devida dignidade, é essencial que se avance nos direitos à informação sobre os negócios conduzidos no mundo capitalista – o direito de saber como é produzida a mercadoria, por qual margem de lucro, com quais matérias-primas –, o direito à disseminação de conhecimentos tecnológicos e o direito à livre formação em conhecimentos tácitos. Ou seja, trata-se do direito a abrir as portas das caixas-pretas do capitalismo, a ser conquistado na linha de frente da luta de classes.

A capacidade de avançar nas reivindicações de direitos é a principal ação estruturante da economia solidária. É por meio desta que se pode nutrir a esperança de que há progresso em direção a um mundo menos injusto e desigual.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. “Associativismo”, “Autogestão” e “Moeda Social 2”. In: CATTANI, A.D.(org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. “Institucionalismo, racionalidade e solidariedade em cooperativas populares” e “Rede de economia solidária: estrutura do modelo organizacional e sua relação com as instituições sociais”. In: HECKERT, Sonia Maria Rocha. (org.) *Cooperativismo Popular: Reflexões e Perspectivas*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2003.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. “O sentido da Reforma Agrária no Brasil nos anos 90”. Caderno CEAS, nov/dez 1996, nº166.
- ALMEIDA, Elmir de *et alii*. “A participação efetiva e a conquista de autonomia”. In: GAIGER, L.I.G. (org.) *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- AMORIM, Brunu Marcus F. e ARAÚJO, Herton Ellery. “Economia solidária no Brasil: novas formas de relação de trabalho?” *IPEA Mercado de Trabalho*, 24, agosto de 2004.
- ANDRADE, Maristela de Paula. “A coletivização da produção nos assentamentos da reforma agrária”. Caderno CEAS, nº142, 1990.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.
- ARAÚJO, Vera. “Economia de Comunhão e comportamentos sociais”. In: COSTA *et alii*. *Economia de Comunhão: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha*. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 1998.
- ARAÚJO, Vera. “Que pessoas e que sociedade para a Economia de Comunhão?”. In: BRUNI, L. (Org.) *Economia de Comunhão: uma cultura econômica de várias dimensões*. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2002.
- ARELARO, Lisete R.G. “A pedagogia da terra: novos ventos na universidade”. In: KRUPPA, Sonia M.P. (org) *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: INEP, 2005.
- ARRUDA, Marcos e BOFF, Leonardo. *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos*. Petrópolis: Vozes, 2000a.
- ARRUDA, Marcos. “Um novo humanismo para uma nova economia” In: KRAYCHETE, G. *et alii* (orgs.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes/Capina/Cese, 2000b.
- ARRUDA, Marcos. *Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003a.
- ARRUDA, Marcos. “Socioeconomia solidária” e “Trabalho emancipado”. In: CATTANI, A.D.(org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003b.

ARRUDA, Marcos. “Situando a economia solidária”. *Cadernos FLEM*, nº5, 2003c.

ARRUDA, Marcos. “Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos”. In: KRUPPA, Sonia M.P. (org) *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: INEP, 2005.

ASSMANN, Hugo e SUNG, Jung Mo. *Competência e Sensibilidade Solidária: educar para a esperança*. Petrópolis: Vozes, 2000.

AZEVEDO, Alessandra de. “Inovação tecnológica em empreendimentos autogestionários: utopia ou possibilidade?”, 2001. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

BAIERLE, Maria de Fátima. “Educação popular e Economia Solidária em Porto Alegre”. In: KRUPPA, Sonia M.P. (org) *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: INEP, 2005.

BAQUERO, Marcello. “Capital social”. In: CATTANI, A.D.(org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

BARCELLOS, Jane Athayde e BELTRÃO, Ernesto Vasquez. “Instituição Comunitária de Crédito Portosol: construindo uma economia solidária.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

BARRETO, André Valente de Barros. “Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária.” In: SOUZA, André Ricardo de, *et alii* (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

BENEDETTI, Adriane Cristina. “Os impactos dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul”. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de, e LEITE, Sérgio.(orgs.) *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

BERGAMASCO, Sonia M.P.P. *et alii*. “A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em São Paulo”. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de, e LEITE, Sérgio.(orgs.) *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

BIELA, Adam. “Uma revolução ‘copernicana’ para as ciências sociais”. In: COSTA *et alii*. *Economia de Comunhão: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha*. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 1998.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. “Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural: uma experiência de economia solidária entre os agricultores familiares.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. Relações de poder, dominação e resistência. O MST e os assentamentos rurais. Cascavel: Edunioeste, 2002.

BROWN, Paul. *Twelve months in New Harmony*. Philadelphia: Porcupine Press, 1972. Disponível em <<http://www.newlanark.org>>. Acessado em 25/03/2005.

BRUNI, Luigino. “Rumo a uma racionalidade econômica capaz de comunhão”. In: BRUNI, L. (Org.) *Economia de Comunhão: uma cultura econômica de várias dimensões*. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2002.

BURCKART, Hans. “Desenvolvimento sustentável e gerenciamento empresarial: elementos para um novo paradigma de gestão”. In: BRUNI, L. (Org.) *Economia de Comunhão: uma cultura econômica de várias dimensões*. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2002.

BÚRIGO, Fábio Luiz. “Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária”, 2000. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

CARDEAL, Maria Regina. “Cooperativa habitacional dos jornalistas: uma história inconclusa.” In: SOUZA, André Ricardo de, *et alii* (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

CARVALHO, Horácio Martins de. “A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro)” In SANTOS, Boaventura de Souza (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Ricardo A.A. e PIRES, Sanyo Drummond. “Para além dos aspectos econômicos da economia solidária”. In: GAIGER, L.I.G. (org.) *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

CASTRO, Carlos Henrique de, *et alii*. “O Clube de Trocas de São Paulo.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

CATTANI, Antonio David. “A outra economia: os conceitos essenciais”, “Emancipação social” e “Utopia”. In: CATTANI, A.D.(org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CHAVES, Otávio Urquiza. “A intercooperação de trabalho, crédito e habitação no Rio Grande do Sul.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

COELHO, Franklin Dias. “Finanças solidárias”. In: CATTANI, A.D.(org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CORAGGIO, José Luis. “Da economia dos setores populares à economia do trabalho”. In: KRAYCHETE, G. *et alii* (orgs.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes/Capina/Cese, 2000.

CORAGGIO, José Luis. “Problematizando la economía solidaria y la globalización alternativa”, 2001. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

CORAGGIO, José Luis. “Economia do Trabalho”. In: CATTANI, A.D.(org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003a.

CORAGGIO, José Luis. “Economia do Trabalho”. *Cadernos FLEM* nº5, 2003b.

CORREA, Luís Oscar Ramos. “Economia popular, solidária e autogestão: o papel da educação de adultos neste novo cenário”, 2004. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

CORTELLA, Mario Sergio. “Prefácio”. In: KRUPPA, Sonia M.P. (org) *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: INEP, 2005.

COSTA, Rui. “Uma experiência em curso” e “Ação pelos 5000”. In: COSTA *et alii*. *Economia de Comunhão: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha*. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 1998.

CRESPO, Carlos Frederico, *et alii*. “Cooperativas populares: estudo de caso”. In: HECKERT, Sonia Maria Rocha. (org.) *Cooperativismo Popular: Reflexões e Perspectivas*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2003.

CRUZ, Antônio “Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária”, 2002. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

CRUZ-MOREIRA, Juan Ricardo. “Cooperativas populares de confecção do Estado de São Paulo.” In: SOUZA, André Ricardo de, *et alii* (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

CULTI, Maria Nezilda. “O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade”, 2002. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. “Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária.” In: SOUZA, André Ricardo de, *et alii* (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

DAKUZAKU, Regina Yoneko. “A cooperativa como alternativa de trabalho à pessoa com deficiência.” In: SOUZA, André Ricardo de, *et alii* (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

DAL RI, Neusa Maria e VIEITEZ, Candido Giraldez. “A economia solidária e desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil”. In: DAL RI, N.(org.) *Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

DEMO, Pedro. *Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.

DEMO, Pedro. *Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade*. Campinas: Autores Associados, 1996.

DEMO, Pedro. *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002.

ESTEVES, Egeu. “Os desafios à igualdade nas cooperativas autogestionárias.” In: SOUZA, André Ricardo de, *et alii* (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

FABRINI, João Edmilson. *Assentamentos de Trabalhadores Sem-Terra. Experiências e Lutas no Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2001.

FERNANDÉZ, Antonio João C., e FERREIRA, Eudson de Castro. “Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso”. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de, e LEITE, Sérgio.(orgs.) *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FERREIRA, Elenar. “A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

FERREIRA, Francisco Edmar. “Escola de Assentamento”. Veranópolis, Monografia para curso de Magistério, 1999.

FERRUCCI, Alberto. “Considerações sobre a economia de comunhão”. In: COSTA *et alii*. *Economia de Comunhão: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha*. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 1998.

FERRUCCI, Alberto. “Uma dimensão diferente da economia: a experiência Economia de Comunhão”. In: BRUNI, L. (Org.) *Economia de Comunhão: uma cultura econômica de várias dimensões*. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2002.

FIORI, José Luís. “Utopias e contradições do capital nos tempos de globalização”. In: KRAYCHETE, G. *et alii* (orgs.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes/Capina/Cese, 2000.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de e LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. “Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos)”, 2004. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

FRETELL, Alfonso Cotera e ROCA, Humberto Ortiz. “Comércio Justo”. In: CATTANI, A.D.(org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

GADOTTI, Moacir. “Educação comunitária e economia popular”. In: GADOTTI, M. e GUTIÉRREZ, F.(orgs.) *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

GAIGER, Luiz Inácio. “Sentido e possibilidades da economia solidária hoje”. In: KRAYCHETE, G. *et alii* (orgs.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes/Capina/Cese, 2000a.

GAIGER, Luiz Inácio. “Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000b.

GAIGER, Luiz Inácio. “A economia solidária frente a novos horizontes”, 2003a. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

GAIGER, Luiz Inácio. “Eficiência sistêmica”, “Empreendimentos econômicos solidários”. In: CATTANI, A.D.(org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003b.

GAIGER, Luiz Inácio. “A economia solidária diante do modo de produção capitalista”, 2004a. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

GAIGER, Luiz Inácio. “Apresentação” e “As emancipações no presente e no futuro”. In: GAIGER, L.I.G. (org.) *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004b.

GALVÃO, Marisa Nunes. “Cooperação e solidariedade nas relações de trabalho”. In: DAL RI, N.(org.) *Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

GOMIDE, Denise. “Kibutzim: uma visão brasileira do modelo israelense de cooperativa integral.” In: SOUZA, André Ricardo de, *et alii* (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

GOROSTIAGA, Xabier. “Começou o século XXI: o Norte contra o Sul – o capital contra o trabalho”. In: GADOTTI, M. e GUTIÉRREZ, F.(orgs.) *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Vozes/Fase, 1990 (1987).

GUI, Benedetto. “Empresa e economia de comunhão: algumas reflexões” In: COSTA *et alii*. *Economia de Comunhão: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha*. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 1998.

GUI, Benedetto. “Organizações produtivas com finalidades ideais e realização da pessoa: relações interpessoais e horizontes de sentido”. In: BRUNI, L. (Org.) *Economia de Comunhão: uma cultura econômica de várias dimensões*. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2002.

GUIMARÃES, Gonçalo. “Incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

GUTIÉRREZ, F. “Educação comunitária e economia popular” e “Alcances educativos do “fator C””. In: GADOTTI, M. e GUTIÉRREZ, F.(orgs.) *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. “Autogestão e teoria da ação comunicativa: gestão, lazer e educação”. In: DAL RI, N.(org.) *Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

HADDAD, Fernando. *Trabalho e Linguagem para a renovação do socialismo*. Rio de Janeiro: Azougue editorial, 2004.

HECKERT, Sônia Maria Rocha. “A emergência e potencialidades da economia solidária e autogestão no contexto das transformações do mundo do trabalho: a participação da universidade.” *IPEA Mercado de Trabalho*, 24, agosto de 2004.

HECKERT, Sonia Maria Rocha. (org.) *Cooperativismo Popular: Reflexões e Perspectivas*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2003.

HOLZMANN, Lorena. “Limites e obstáculos à participação democrática.” *In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo: Contexto, 2000.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. “Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul”. *In: GAIGER, L.I.G. (org.) Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.* Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria e ASSEBURG, Hans Benno. “Autogestão e viabilidade em cooperativas de calçado no Rio Grande do Sul”. *In: GAIGER, L.I.G. (org.) Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.* Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria e TIRIBA, Lia. “Economia popular”. *In: CATTANI, A.D.(org.) A Outra Economia.* Porto Alegre: Veraz, 2003.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. “Terceiro Setor y Economia Solidaria en el Sur de Brasil: características y perspectivas”, 2004. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

IRELAND, Timothy D., MACHADO, Maria M. e IRELAND, Vera Esther J. da Costa. “Os desafios da Educação de Jovens e Adultos: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada”. *In: KRUPPA, Sonia M.P. (org) Economia solidária e educação de jovens e adultos.* Brasília: INEP, 2005.

JESUS, Paulo de e MANCE, Euclides André. “Exclusão/Inclusão”. *In: CATTANI, A.D.(org.) A Outra Economia.* Porto Alegre: Veraz, 2003.

JESUS, Paulo de e TIRIBA, Lia. “Cooperação”. *In: CATTANI, A.D.(org.) A Outra Economia.* Porto Alegre: Veraz, 2003.

JESUS, Paulo de *et alii*. “Introdução ao estudo da economia solidária em Pernambuco”. *In: GAIGER, L.I.G. (org.) Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.* Porto Alegre: UFRGS, 2004.

JESUS, Paulo de. “Desenvolvimento local”. *In: CATTANI, A.D.(org.) A Outra Economia.* Porto Alegre: Veraz, 2003.

KAPRON, Sérgio e FIALHO, Ana Lúcio. “Políticas públicas para a economia solidária”. *In: CATTANI, A.D.(org.) A Outra Economia.* Porto Alegre: Veraz, 2003.

KRAYCHETE, Gabriel. “A economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia”. *In: KRAYCHETE, G. et alii (orgs.) Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.* Petrópolis: Vozes/Capina/Cese, 2000.

KRUPPA, Sonia M.P. “Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano”. *In: KRUPPA, Sonia M.P. (org) Economia solidária e educação de jovens e adultos.* Brasília: INEP, 2005.

LEANDRO, José Benedito. “A autogestão no assentamento Fazenda Reunidas de Promissão”. *In: DAL RI, N.(org.) Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho.* São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

LECHAT, Noëlle Marie Paule e SCHIOCHET, Valmor. *In: CATTANI, A.D.(org.) A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. “As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil”, 2002. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. “Economia Moral”. *In: CATTANI, A.D.(org.) A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989.

LISBOA, Armando de Melo. “A crítica de Karl Polanyi à utopia do mercado”, 2004. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

LISBOA, Armando de Melo. “Os desafios da economia popular solidária.” Sítio www.ecosol.org.br, 2004.

LISBOA, Armando de Melo. “A emergência das redes de economia popular no Brasil”. *In: DAL RI, N.(org.) Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

LISBOA, Armando de Melo. “Empresa cidadã”, “Mercado solidário”, “Organizações não-governamentais”, “Solidariedade” e “Terceiro Setor”. *In: CATTANI, A.D.(org.) A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

LOPES, Eliano S.A., *et alii*. “Organização produtiva e impactos dos assentamentos rurais do Estado de Sergipe”. *In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de, e LEITE, Sérgio.(orgs.) Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

LOPES, João Marcos de Almeida. ““O dorso da cidade”: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade” *In SANTOS, Boaventura de Souza (org)*. Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LOPES, Maíra L.A., SINGER, Helena e JUSTO, Marcelo Gomes. “Economia Solidária e sistemas públicos: uma experiência de democracia em uma escola pública”. *In: KRUPPA, Sonia M.P. (org) Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: INEP, 2005.

LUBICH, Chiara. “A experiência Economia de Comunhão: da Espiritualidade da Unidade, uma proposta de agir econômico”. *In: BRUNI, L. (Org.) Economia de Comunhão: uma cultura econômica de várias dimensões*. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2002.

LUBICH, Chiara. *Economia de Comunhão. História e Profecia*. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2004.

MACHADO, João. “Cooperativas e sindicalismo.” *In: SOUZA, André Ricardo de, et alii (orgs.)*. São Paulo: Contexto, 2003.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales e TODESCHINI, Remígio. “Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. “Sindicatos, cooperativas e socialismo.” Sítio www.ecosol.org.br, 2001.

MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANCE, Euclides André. “Socio-economia solidária: considerar as pessoas - Entrevista ao CEPAT.” *CEPAT Informa*, ano 7, nº79, dez. 2001, pp.75-82.

MANCE, Euclides André. *Redes de colaboração solidária: aspectos econômicos e filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MANCE, Euclides André. “Cadeias produtivas solidárias”, “Consumo solidário”, “Fluxos econômicos em redes solidárias” e “Redes de colaboração solidária”. In: CATTANI, A.D.(org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003a.

MANCE, Euclides André. “Redes de economia solidária”. *Cadernos FLEM*, nº5, 2003b.

MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. 1871. Disponível em <<http://www.marxists.org>>. Acesso em 10/05/2005.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 1857. Disponível em <<http://www.marxists.org>>. Acesso em 10/05/2005.

MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. 1875. Disponível em <<http://www.marxists.org>>. Acesso em 10/05/2005.

MARX, Karl. *Ideologia Alemã*. 1848. Disponível em <<http://www.marxists.org>>. Acesso em 10/05/2005.

MARX, Karl. *Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política*. 1859. Disponível em <<http://www.marxists.org>>. Acesso em 10/05/2005.

MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. 1848. Disponível em <<http://www.marxists.org>>. Acesso em 10/05/2005.

MARX, Karl. *Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*. 1864. Disponível em <<http://www.marxists.org>>. Acesso em 10/05/2005.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. 1844. Disponível em <<http://www.marxists.org>>. Acesso em 10/05/2005.

MARX, Karl. *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*. 1850. Disponível em <<http://www.marxists.org>>. Acesso em 10/05/2005.

MARX, Karl. *O Capital*. 1867. Disponível em <<http://www.marxists.org>>. Acesso em 10/05/2005.

MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. 1845. Disponível em <<http://www.marxists.org>>. Acesso em 10/05/2005.

MARX, Karl. *Trabalho Assalariado e Capital*. 1849. Disponível em <<http://www.marxists.org>>. Acesso em 10/05/2005.

MARX, Karl. *Salário, Preço e Lucro*. 1865. Disponível em <<http://www.marxists.org>>. Acesso em 10/05/2005.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. *In: Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/Edusp, 1974. (1ed.1924)

MEDEIROS, Leonilde Servolo de, e LEITE, Sérgio. “Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate”. *In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de, e LEITE, Sérgio.(orgs.) Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de, *et alii*. “Os impactos dos assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro”. *In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de, e LEITE, Sérgio.(orgs.) Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MELLO, Sylvia Leser de. “Saber e fazer, fazer e aprender: escola itinerante, política pública e Economia Solidária”. *In: KRUPPA, Sonia M.P. (org) Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília, INEP, 2005.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim e MAGALHÃES, Sandra. *Banco Palmas ponto a ponto*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

MILANEZ, Francisco. “Desenvolvimento sustentável”. *In: CATTANI, A.D.(org.) A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

MOLTENI, Mario. “Os problemas de desenvolvimento das empresas de ‘motivação ideal’”. *In: BRUNI, L. (Org.) Economia de Comunhão: uma cultura econômica de várias dimensões*. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2002.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. “A ‘outra economia’: um olhar etnográfico sobre a economia solidária.” Dissertação de Mestrado do PPGAS/UFRJ, 2004.

MUSSE, Christina Ferraz. “A comunicação e as cooperativas populares: alternativas de intervenção no espaço local”. *In: HECKERT, Sonia Maria Rocha. (org.) Cooperativismo Popular: Reflexões e Perspectivas*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2003.

NAKANO, Marilena. “Anteag: a autogestão como marca.” *In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

NASCIMENTO, Cláudio. “Autogestão e economia solidária”, 2001. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

NASCIMENTO, Cláudio. “Educação como elemento estruturante da Economia Solidária”. In: KRUPPA, Sonia M.P. (org) *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: INEP, 2005.

NASCIMENTO, Claudio. “Socialismo autogestionário”. In: CATTANI, A.D.(org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

NOBRE, Miriam. “Mulheres na economia solidária”. In: CATTANI, A.D.(org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

NUNES, Christiane G.F. “Introdução à economia solidária no Distrito Federal”. In: GAIGER, L.I.G. (org.) *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ODA, Nilson Tadashi. “Sindicato e cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a Unisol cooperativas.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

OLIVEIRA, Aécio Alves de. “Significado e inferências sobre a economia solidária a partir do quadro empírico do Ceará”. In: GAIGER, L.I.G. (org.) *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. “A crise e as utopias do trabalho”. In: KRAYCHETE, G. *et alii* (orgs.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes/Capina/Cese, 2000.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. “Uma fonte de solidariedade: a divisão do trabalho social em Durkheim”. In: SOUZA, André Ricardo de, *et alii* (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. “Uma trajetória em companhia de Paul Singer”. In: SOUZA, André Ricardo de, *et alii* (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, Vanderlí Fava de, *et alii*. “Organização da produção de cooperativas populares: problemas, soluções e mudanças culturais”. In: HECKERT, Sonia Maria Rocha. (org.) *Cooperativismo Popular: Reflexões e Perspectivas*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2003.

ORTELLADO, Pablo. “Mondragón e os impasses do cooperativismo.” In: SOUZA, André Ricardo de, *et alii* (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

OWEN, Robert Dale. *Threading my way: an autobiography*. New York: Carlton & Co., 1974. Disponível em: < <http://www.louisville.edu/a-s/english/subcultures/colors/red/jtrieb01/RDO3.html>>. Acessado em 25/03/2005.

OWEN, Robert. *A development of the principles and plans on which to establish self-supporting home colonies*”. London: Home Colonization Society, 1841. Disponível em < <http://www.newlanark.org>>. Acessado em 25/03/2005.

OWEN, Robert. *Book of the New Moral World*. 1841. Disponível em < <http://www.newlanark.org>>. Acessado em 25/03/2005.

OWEN, Robert. *The New View of Society*. 1816. Disponível em: < <http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/owen/newview.txt>>. Acessado em 25/03/2005.

OWEN, Robert. *The Social System*. 1815. Disponível em < <http://www.newlanark.org>>. Acessado em 25/03/2005.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. “Sindicalismo e cooperativismo: entre a criação e a destruição.” In: SOUZA, André Ricardo de, *et alii* (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

PAULA, Elder Andrade de, *et alii*. “Os assentamentos rurais no Acre: nos labirintos da modernização capitalista

PEDRINI, Dalila Maria *et alii*. “Apontando caminhos: a solidariedade na economia catarinense”. In: GAIGER, L.I.G. (org.) *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

PEDRINI, Dalila Maria. “Bruscor: uma experiência que aponta caminhos.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

PEDRINI, Dalila Maria. “Bruscor: tecendo a autogestão entre fios, laços e nós”. In: DAL RI, N.(org.) *Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

PINHEIRO, Márcia Baraúna. “Economia de comunhão: uma experiência peculiar da economia solidária.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

POCHMANN, Márcio. “Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites.” *IPEA Mercado de Trabalho*, 24, agosto de 2004.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRIMAVERA, Heloisa H. “Política social, imaginación y coraje: reflexiones sobre la moneda social”, 1999. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

PRIMAVERA, Heloisa. “Moeda social 1”. In: CATTANI, A.D.(org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

QUINTELA, Sandra e ARRUDA, Marcos. “Economia a partir do coração.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

RAZETO, L. “Economia de solidariedade e organização popular”. In: GADOTTI, M. e GUTIÉRREZ, F.(orgs.) *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

RIQUE, Mônica. “As idéias podem virar ações solidárias.” In: SOUZA, André Ricardo de, *et alii* (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

RUA, Maria das Graças e ABRAMOVAY, Miriam. *Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”?* As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: Unesco, 2000.

RUFINO, Sandra. “O processo produtivo autogestionário: a experiência da Cooperativa do Sabor.” *In: SOUZA, André Ricardo de, et alii (orgs.).* São Paulo: Contexto, 2003.

SÁ, Cristina. “Cooperativas populares e mensagens visuais”. *In: HECKERT, Sonia Maria Rocha. (org.) Cooperativismo Popular: Reflexões e Perspectivas.* Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2003.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. “Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST” *Estudos Feministas*, 12(1), jan-abr/2003.

SANTOS, Boaventura de Souza e RODRÍGUEZ, César. “Para ampliar o cânone da produção” *In SANTOS, Boaventura de Souza (org).* Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Laurentina Aparecida dos e LIMA, Sebastião Valentim de Lima. “Comunidade e Escola”. Campo Grande, Monografia de curso de prática de ensino, 2003.

SCHMIDT, Derli e PERIUS, Vergílio. “Cooperativismo – cooperativa”. *In: CATTANI, A.D.(org.) A Outra Economia.* Porto Alegre: Veraz, 2003.

SCHNEIDER, José Odelso. “Desafios e perspectivas das cooperativas de trabalho”. *In: DAL RI, N.(org.) Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho.* São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

SILVEIRA, Ubaldo. *Reforma Agrária: a Esperança dos Sem-Terra.* Franca: Unesp-Fhpps, 2003.

SINGER, Paul e MACHADO, João. *Economia socialista.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, Paul. “Mercado e cooperação: um caminho para o socialismo”. *In: HADDAD, Fernando (Org.). Desorganizando o consenso: 9 entrevistas com intelectuais dissidentes.* Petrópolis: Vozes, 1998a.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante: Repensando o socialismo.* Petrópolis: Vozes, 1998b.

SINGER, Paul. “Economia dos setores populares: propostas e desafios”. *In: KRAYCHETE, G. et alii (orgs.) Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.* Petrópolis: Vozes/Capina/Cese, 2000a.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas.* 4.ed. São Paulo: Contexto, 2000b.

SINGER, Paul. “A cooperativa é uma empresa socialista”. *In: GUIMARÃES, Gonçalo (Org.) Sindicalismo e Cooperativismo. A economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho.* São Paulo: Unitrabalho, 2000c.

SINGER, Paul. “Economia solidária: possibilidades e desafios” *Proposta*, nº88/89, Mar./Ago., 2001.

SINGER, Paul. “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil” In SANTOS, Boaventura de Souza (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002b.

SINGER, Paul. “Economia solidária: um modo de produção e distribuição.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003a.

SINGER, Paul. “Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003b.

SINGER, Paul. “Economia solidária”. In: CATTANI, A.D.(org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003c.

SINGER, Paul. “A economia solidária no governo federal.” *IPEA Mercado de Trabalho*, 24, agosto, 2004a.

SINGER, Paul. “Em defesa dos direitos dos trabalhadores”. *Texto para Discussão*. MTE/SENAES: Brasília, 2004b.

SINGER, Paul. “A Economia solidária como ato pedagógico”. In: KRUPPA, Sonia M.P. (org) *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: INEP, 2005.

SORGI, Tommaso. “A cultura do dar”. In: COSTA et alii. *Economia de Comunhão: projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha*. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 1998.

SOUZA, André Ricardo de. “Economia solidária: um movimento nascente da crise do trabalho.” In: SOUZA, André Ricardo de, et alii (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, André Ricardo de. “Os empreendimentos comunitários de São Paulo” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, André Ricardo de. “Um instantâneo da economia solidária no Brasil.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. “Para se discutir uma economia dos setores populares: perguntas que ficam”. In: KRAYCHETE, G. et alii (orgs.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes/Capina/Cese, 2000.

SOUZA, Maria Carolina de Azevedo Ferreira de. “Incubadora Tecnológica de Cooperativas - ITCP x Incubadora de Empresas de Base Tecnológica - IEBT - diferenças e semelhanças no processo de incubação”, 2003. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.(1st.ed.1993)

TAUILE, José Ricardo e DEBACO, Eduardo Scotti. “Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores”, 2002. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

TAUILE, José Ricardo e RODRIGUES, Huberlan. “Economia solidária e autogestão: a criação e a recriação de trabalho e renda.” *IPEA Mercado de Trabalho*, 24, agosto de 2004.

TAUILE, José Ricardo. “Do socialismo de mercado à economia solidária”, 2001. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 14/10/2004.

TESCH, Walter. “Identidade e desenvolvimento da economia social: fortalecimento da autogestão e da cidadania”. In: DAL RI, N.(org.) *Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol.III

THOMPSON, N.W. “Owen”. In: New Palgrave Dictionary of Economics. 1987. Disponível em: <<http://staff-www.uni-marburg.de/~multimed/theorie/klassik/owen/bios/Owen.html>>. Acessado em 25/03/2005.

TIRIBA, Lia. “A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho.” In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Unijuí, 2001.

TRAJANO, Ana Rita Castro e CARVALHO, Ricardo A.A. de. “Identidade e trabalho autogestionário”. In: CATTANI, A.D.(org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

VERARDO, Luigi. “Transformações no mundo do trabalho e economia solidária.” *IPEA Mercado de Trabalho*, 24, agosto de 2004.

VIEITEZ, Candido Giraldez e NAKANO, Marilena. “A economia solidária no Estado de São Paulo e os diferentes tipos de empreendimentos”. In: GAIGER, L.I.G. (org.) *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

WAUTIER, Anne Marie. “Economia social na França”. In: CATTANI, A.D.(org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

WAUTIEZ, Françoise *et alii*. “Indicadores da economia solidária”. In: CATTANI, A.D.(org.) *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YUNUS, Muhammad e JOLIS, Alan. *O Banqueiro dos Pobres*. São Paulo: Atica, 2000.

ZAMAGNI, Stefano. “Fundamento e significado da experiência de Economia de Comunhão”.
In: BRUNI, L. (Org.) Economia de Comunhão: uma cultura econômica de várias dimensões.
Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2002.

Apêndice - Depoimentos e Entrevistas

Nesta parte, são apresentados os principais depoimentos que embasam o estudo de caso, dando voz ativa aos realizadores da economia solidária. A maioria dos depoentes não se restringiu a comentários passivos em resposta às perguntas realizadas, mas colaboraram na construção de uma história oral dos coletivos de produção e das demais experiências de economia solidária, e refletiram conjuntamente suas práticas e propostas.

1- Entrevista com Borborema. Itaquiraí, Coletivo Sul Bonito, dezembro de 2004.

Borborema trabalha o dia inteiro na lavoura e costuma receber pesquisadores, eventualmente, no final da tarde em Itaquiraí. Mesmo após um longo dia de trabalho na roça não deixa de estar disposto a falar sobre sua concepção de vida e de militância.

Seu pai era um pequeno arrendatário em Naviraí. Em um sistema bastante tradicional no Estado, permanecia três anos com as terras, até desmatá-las e limpá-las, entregando-as posteriormente aos proprietários. Tal sistemática, entretanto, é limitada pela disponibilidade de terras virgens que podem ser abertas. Com o passar do tempo, escassearam-se as terras para estes fins e veio e emergiu a crise dos trabalhadores no campo.

Ainda jovem, Borborema sofria com o desemprego, disputando os poucos serviços disponíveis com seus próximos — “era eu ou meu irmão; só tinha emprego para um de nós”. Isto motivou Borborema a deixar sua vida em Naviraí e partir para a vida no acampamento, pois ao menos as remunerações das diárias ficariam com seu irmão. Não foi tarefa fácil deixar seu bairro e sua comunidade. Com 20 anos de vida, ele já era líder comunitário, coordenava o grupo de jovens em sua igreja e era técnico de futebol do time local.

No acampamento aprendeu as virtudes da vida cooperativa e as críticas ao individualismo. Foi, em sua opinião, o modelo atual de desenvolvimento que individualizou o povo. O individualismo gera desconfiança entre as pessoas e impede que a iniciativa dos grupos seja bem sucedida de imediato, sem uma fase de preparo para a vida coletiva.

Ele praticamente desenvolve uma teoria da assimilação dos valores coletivos — modo pelo qual as pessoas aceitam trabalhar e viver juntas. “Ninguém adere uma coisa de goela abaixo. É preciso estar convencido da proposta.” Para fazer o povo assimilar, é preciso muitas discussões, debates, visitas a experiências concretas e a forte presença e dedicação dos formadores nos acampamentos, de modo direto e permanente. “É preciso trabalhar mais de

um ano para que de 1.000 acampados em processo de formação, 200 assimilem as propostas de fato.” A proposta dos coletivos é difícil de entender, reconhece Borborema, mas “quebraria” os problemas, diz ele.

Há um grande problema cultural a ser enfrentado, tanto em relação ao individualismo, como nas questões de diferenças culturais (hábitos e modos de trabalho distintos) e no imediatismo das pessoas, que gera um quadro de carência nos grupos. “As pessoas esperam resultados a curto prazo. Vivem dando chutões”.

A assimilação é o enfrentamento dos problemas que entravam a organização do grupo. “Aqui também tínhamos diferenças, mas foram superadas — a maioria das pessoas era coordenadora de grupos, o que proporcionou melhores oportunidades de cursos de cooperativismo e uma maior visão da proposta.”

A forma individual de vida é um desperdício, diz Borborema. No coletivo, uma única antena parabólica é compartilhada por todos. A água do poço é coletiva. A carroça é uma só e atende todas as pessoas. Mesmo assim os assentados individuais têm grande resistência à vida em grupo. Embora não queiram entrar no Coletivo Sul Bonito, muitas vezes vêm o grupo como salvação para seus problemas individuais, uma vez que só o coletivo possui trator e mangueira (curral), que acabam servindo a toda vizinhança. Houve ajuda até no combate à fome de famílias vizinhas, fornecendo leite gratuitamente, em principal no período de escassez de crédito do governo FHC. Mesmo assim, ele alerta para o incitamento, com frequência, “de um clima de querer arrebentar o coletivo, só porque os individuais acham que o coletivo é privilegiado.”

A reclamação sobre a falta de crédito é recorrente nas palavras de Borborema. O crédito é destinado, em geral, para as pessoas que já têm grandes capitais — “só têm quem têm”. O Pronaf é insuficiente para a produção agrícola nos assentamentos, principalmente no modelo individual. De qualquer forma, é elogiado o impedimento da venda de lotes, presente na nova proposta do Incra para reforma agrária.

Borborema vê uma dívida social do governo em relação ao povo — “é uma dívida social impagável”. O governo tem a obrigação de fornecer terra e prestar assistência técnica. Embora a reforma agrária tenha amenizado o problema social, o povo não vive direito — não tem, por exemplo, quadra de esporte. Outra dificuldade é a falta de incentivo à produção, pois o Estado não se impôs para quebrar a burocracia da venda dos produtos dos assentamentos. “Quem vai pagar o custo de obtenção do SIF e outras exigências burocráticas?”, pergunta, consternado. “Ninguém pode mais vender as coisas na rua”. A proibição da venda do leite *in natura* é um exemplo da dificuldade de inserção de produtos no mercado, relegando às

pessoas a condição de excluídas do sistema de mercado. “O problema é o confronto com o que já está estabelecido.”

A comercialização é um problema grave nos assentamentos e no coletivo. Houve várias experiências de vendas na cidade. No caso de hortaliças, a distância e os conseqüentes gastos com combustíveis dificultam o negócio. O calor também agrava as dificuldades de transporte das mercadorias. Uma saída que se enxerga é a compra governamental ou o incentivo direto para a industrialização. Se o governo tivesse uma farinheira, haveria maior garantia da compra da produção de mandioca.

“O povo gosta dos produtos daqui”, fala Borborema com convicção, dando como exemplo concreto as vendas de pescados. Ao mesmo tempo, o povo não tem como comprar, pois não se pode vender no supermercado se não tiver tudo empacotado. O leite precisa estar industrializado e não há como enfrentar a concorrência das grandes empresas. O governo precisa, então, disponibilizar uma empacotadeira e uma indústria.

O sistema atual é resumido como 20% de incluídos e 80% de excluídos. O grande impede que o povo se organize. Os patrões amedrontam os empregados. Os pequenos ficam com medo de se prejudicar, mas tem raiva. Desta forma, os 80% pobres não conseguem “virar o jogo”, e o pequeno só confia no grande, “que usa paletó e gravata”.

O sistema não gera novos empregos para atender o povo. Os ricos vão gerar empregos à medida que seus filhos precisem. Para os excluídos, “é o mundo do salve-se quem puder”. Apesar de não haver perspectiva de resolução do problema de desemprego, sabe-se que a reforma agrária ajudaria. Há muitas pessoas com tendência rural nas periferias que podem morar no campo.

Os assentamentos também geram empregos na cidade. “Os comerciantes não têm a leitura certa. Enriquecem conosco, mas são contra o movimento”. De fato, o comércio em Itaquiraí cresceu muito com os assentamentos.

Muitos argumentam criticamente em relação à inexperiência agrária das pessoas assentadas. O problema não é a experiência ou o conhecimento, na opinião de Borborema, mas a disposição e a coragem das pessoas. É preciso mostrar que os negócios são viáveis, tornando mais fácil a assimilação do povo dos projetos coletivos e cooperativos, como, a título de ilustração, os barracões de suíno e frango, em que há um aproveitamento integral da mão-de-obra.

A formação de coletivos é uma saída real para o problema da venda de lotes. “Mas não posso ser eu para dizer para o povo”. Eles têm de assimilar. Enquanto isto não ocorre, muitos querem vender os lotes para abrir pequenos negócios ou replicar o padrão de consumo dos

fazendeiros. Porém, “os negócios quebram e os carros velhos se acidentam”. As poucas iniciativas de estabelecimentos comerciais que deram certo foram botecos montados no próprio lote do empreendedor. A assimilação, contudo, está cada vez mais difícil. Com a expansão do movimento, faltam quadros para formar o povo para querer o coletivo.

Apesar de todos obstáculos, a vida no assentamento é ótima. Não há nenhuma distinção religiosa — a maioria é católica e bastante coesa. As crianças são felizes — quando viajam, sentem muita falta de seus colegas vizinhos, como numa grande família. Os adolescentes já falam em fazer escola técnica agrícola e aguardam oportunidades no coletivo.

Há, também, qualidade nas condições de trabalho, que é discutido entre todos. Nos primeiros dois anos todos trabalhavam juntos, mesmo porque só havia trabalho de lavoura, por insistência da política governamental. Com a diversificação das atividades, principalmente com o leite, os trabalhos foram setorizados. Mas, “de vez em quando, nos momentos em que cansa, há um revezamento”. Afinal, a profissão exige que se notem melhorias — “da enxada para o animal, deste para os implementos agrícolas, no caminho do menor esforço”. É preciso, ademais, ser criativo para o trabalho não enjoar e não cansar.

Borborema é amplamente reconhecido como líder. Seu jeito extremamente simples de ser contrasta com a força de suas palavras, que provocam, instigam e produzem transformações, boas:

- “Aqui nós guardamos a semente”;
- “Militante tem o sonho de ver todo mundo bem”;
- “O militante tem de ter uma causa, senão não milita nunca”;
- “O militante não gosta de ver injustiça; está lá nem que apanhe.”

2- Entrevista com Maria Clara Domingos dos Santos Meurer. Itaquiraí, Coletivo Sul Bonito, dezembro de 2004.

Conhecida por todos como Clara, ela trabalha no Idaterra — órgão do governo estadual de MS — na cidade de Itaquiraí e mora no Coletivo Sul Bonito. Todos os dias vai e volta de ônibus, vencendo a distância de 19 km que separa a cidade considerada como a vanguarda da reforma agrária em MS e o sonho realizado de viver coletivamente, no alto de uma colina, com uma bela vista do rio Paraná.

Clara formou-se em Serviço Social. A conquista do ensino superior não foi fácil. Seu primeiro semestre foi pago por freis capuchinhos. Depois, conseguiu bolsas parciais, perdeu-as e se endividou, sem deixar de se graduar. Um padre e um irmão também lhe ajudaram em

sua subsistência. Egressa da vida religiosa — chegou a ser noviça — ela não tinha nenhuma fonte de renda.

Em Rondonópolis, Mato Grosso, conheceu o Movimento dos Sem-Terra por meio das freiras e achava muito injustas as prisões de José Rainha. Com grande afinidade com a ação do movimento, ela entrou para trabalhar na burocracia no MST em 1996, como secretária, e não para atuar na linha de frente da militância — a compatibilidade dos ideais dela e do movimento foi decisiva para ser escolhida. Entretanto, aceitar tal decisão não foi fácil. Sua irmã, temerosa de que o MST não fosse pagar os salários, propunha outras alternativas. Clara não cedeu às pressões familiares e aceitou o desafio de ingressar no movimento, argumentando que poderia conseguir um lote ou poderia dar consecução a uma vida religiosa progressista.

Decidiu participar de uma grande ocupação, em 7 de março de 1997, que mudou o curso de sua vida. Naquele momento sentiu uma grande experiência interior ao presenciar a grande esperança manifesta pelas pessoas e ao ver o rompimento com a propriedade privada. Motivada por tal experiência, abriu um debate em sua universidade e em seu curso, para discutir o movimento e a realidade do campo.

A relação entre a vida religiosa e a vida no movimento não é uma característica somente de Clara. Os principais líderes da ocupação de 07/03/1997, como Lúcio, Borborema e Ferrari, eram ligados às pastorais da igreja, lideravam grupos e representavam o ideal de jovens cristãos sonhadores — “eles são heróis”, nos diz Clara, ponderando racionalmente. Tamanha admiração corre em paralelo com seu casamento com Lúcio, ocorrido em 1998, em meio aos estudos universitários e com o pacto de que findo o curso iriam morar juntos no lote paradisíaco, parte do Coletivo Sul Bonito.

Independente das vantagens de escala econômica, a proposta de organização do Coletivo, gestada nos acampamentos pelo grupo de líderes responsável pelo assentamento de 2.136 famílias em março de 1997, tinha o intuito de propiciar a liberação de militantes para o movimento. De fato, isso foi conseguido, com a morada de Ferrari na cidade, há anos, facilitando os contatos políticos e administrativos que fazem parte do dia-a-dia do movimento. No início do Coletivo, dos dez integrantes, quatro — Lúcio, Ferrari, Borborema e Giovanni — se dedicaram à ajuda aos acampados.

O esforço militante da linha de frente está longe da imagem possível de um trabalho confortável na burocracia central do movimento. Ferrari e Borborema foram alvos de perseguição pela polícia e já passaram dezenas de dias na cadeia como produto da articulação

de invasões anteriores. Tais adversidades não cessam a militância nem enfraquecem o esforço de mostrar as conquistas e formar novos líderes.

Clara fala com satisfação da vida cotidiana no Coletivo. O padrão alimentar das famílias melhorou profundamente, quando comparado com os individuais, segundo ela. A socialização das crianças do Coletivo é muito boa e elas estão crescendo em um novo modelo. Isto não significa que não haja divergências —diferenças (Clara se apressa em corrigir) —, pois cada um se origina de uma família e de um costume, mas que são superadas pelo hábito de sentar, conversar e avaliar.

Das dez famílias que iniciaram o Coletivo, três saíram para trabalhar individualmente, mas não reduziram a socialização com o grupo. Em princípio, o Coletivo é fechado para novos entrantes, mas pode haver permuta entre as famílias.

Com um pouco de perspicácia, Clara identifica resistências nos acampamentos e no assentamento quanto à organização coletiva de produção. Há um imaginário conservador de que se trata de um “povo comunista”, que há trocas de mulheres, etc. Porém, em geral os individuais ignoram a necessidade de escala e do montante de financiamento necessário para viabilizar a produção agrícola. Individualmente, os recursos em torno de R\$ 9.000,00 são insuficientes para comprar, por exemplo, equipamentos agrícolas. O Coletivo procura contornar o descaso com a agricultura familiar do governo.

Perguntamos se os coletivos de produção irão se difundir em MS. “As pessoas precisam se convencer que querem viver coletivamente. Eu acredito nesse assentamento, penso que é melhor para a gente”, responde Clara. O coletivo tornou-se uma grande família, com um vínculo muito grande entre as pessoas.

Em relação ao fracasso do Coletivo de Tamacavi, também localizado no município de Itaquiraí, não houve amadurecimento por parte daquele grupo. Ficaram pouco tempo acampados, limitando a vivência coletiva prévia ao assentamento, ao contrário do grupo Sul Bonito, em que a triagem se deu na vida de acampamento. Além disso, as pessoas do grupo de Tamacavi vieram de outro estilo de militância. O grupo Sul Bonito amadureceu longamente a idéia, viajaram para o RS para conhecer experiências concretas e contavam com a experiência de serem líderes.

Atualmente, a divisão de tarefas ocorre por setor — roça, gado, peixe — mas não é rígida e há cooperação entre setores quando necessário. No final do ano, nas festas, houve um rodízio para que uns folgassem no Natal e outros no Ano Novo.

A principal fonte de renda é o leite. A mandioca complementa a renda, além do feijão, que é vendido diretamente para o governo federal, por meio da Conab, e do peixe, negociado

com um frigorífico. Com a renda, o Coletivo passou também a empregar mão-de-obra externa, por meio da contratação de diaristas — os próprios vizinhos em geral. Espera-se que haja logo uma divisão de sobras.

Como funcionária do Idaterra, Clara é responsável por abrir oportunidades para o Coletivo — “trago muitas informações”. De qualquer forma, o Idaterra, enquanto instituição, acha interessante o Coletivo enquanto experiência. Já Lúcio faz a mediação com os governos estadual e federal, negociando, por exemplo, o tanque de peixe e um veículo, este a fundo perdido, para o assentamento. Lúcio também negocia procurando angariar recursos para a coordenação do movimento. Houve, ademais, apoio a fundo perdido para uma estufa, que proporcionaria renda para as mulheres, mas faltou assistência técnica e hoje a estufa está abandonada.

A emancipação feminina ainda não está à vista no Coletivo. As mulheres não têm poder de decisão e continuam dedicadas às tarefas domésticas. Não se conseguiu romper com o machismo.

Também não houve avanço nas propostas de educação no campo. Não houve alteração nos currículos e não há perspectivas de adaptações.

O Coletivo já recebeu muitos pesquisadores, mas nunca teve uma ONG que implantasse um projeto. Em geral, o papel das ONGs se resume a apoiar as ações de formação do movimento, a partir da coordenação central, sob um prisma ideológico.

Fora do Coletivo de Produção, Clara também contribui com outro projeto de Economia Solidária. Ela auxilia o grupo “Mulheres de Fibra”, do assentamento Indaiá, vizinho do assentamento Sul Bonito. Este grupo trabalha com a fibra da bananeira — matéria-prima obtida no Coletivo Sul Bonito — e depende da ajuda de Clara, por meio do carro do Idaterra, para transportar as cooperadas para feiras, cursos e contatos. Clara visitou a ECOA para conhecer projeto semelhante. Embora tenha consciência da dependência do Idaterra, corporificado nela, para a viabilidade do grupo, ela reconhece o perigo de dizer “meu projeto”, “meu assentamento”, ao lado da importância em manter um discurso marcado pelo “andar com as próprias pernas”, “construir a própria história”.

3- Entrevista com Carlos Ferrari. Itaquiraí, dezembro de 2004.

Ele começou com a militância na Igreja Católica, em 1975, participando de vias sacras. Foi então que começou a pensar na organização de comunidades locais. Ao mesmo tempo em que começara a aprender a ler a bíblia — “antes eu achava que a ler era um bicho-

papão” — acompanhava os discursos de uma freira que aplicou um curso de marxismo e pensou em criar a CPT local.

Aos poucos, na igreja, surgiam lideranças que tinham mais o lado social, que se despontavam, ao lado de muitos outros centrados somente na atividade religiosa. Alguns eventos históricos — como o programa de erradicação da laranja em razão de doenças em pomares — geraram revolta e engendraram lutas. Discutiu-se a criação do sindicato dos trabalhadores rurais e lá começou-se a questionar os preços dos produtos, principalmente do café e do algodão. Em virtude desta movimentação, houve o fechamento de uma ponte como meio de se mobilizar.

Em paralelo, desde 1979 apareceram os conflitos no campo, principalmente em decorrência da escassez de oportunidades de arrendamentos — sistemas em que os proprietários permitiam a ocupação temporária de suas terras, por um período de três anos, com o intuito de desmatá-las e limpá-las. Em 1982, houve o assassinato do advogado dos arrendatários e um espraiamento dos conflitos em Taquarussu, Naviraí, Itaquiraí e Eldorado.

Em 1983, começou a discutir o processo de ocupação de terra, junto a CPT, com o apoio da diocese, por meio de contatos e organização do povo. Ferrari também acompanhava as discussões na Fetagri, a Federação de agricultores do Estado de Mato Grosso do Sul.

Em janeiro de 1984, houve um encontro nacional para discutir os conflitos da terra, que contribuiu para motivar a tomar ações concretas. Em abril de 1984 houve a primeira ocupação, no município de Novo Horizonte do Sul, em grande parte para atender os chamados brasiguaios, brasileiros que reingressaram ao Brasil vindos do Paraguai. Desde então, Ferrari continuou militando nos sindicatos e no movimento sem-terra, além de participar de encontros, como o Congresso Nacional dos Sem-Terra em janeiro de 1995.

Em 1985 e 1986, ocorreu um afastamento da igreja em relação ao movimento, por causa de disputas por liderança e representatividade nas lutas — “a igreja trabalhava como se fosse direção do movimento”. Tais fatos deram origem ao estabelecimento da 1ª coordenação estadual, bem como da primeira secretaria em Campo Grande.

Em 1988 houve a criação da CUT-MS. Ferrari foi presidente durante 3 anos, até 1991. Tal posto serviu para tentar aproximar as organizações. Sempre houve muita dificuldade da Fetagri reconhecer a organização do MST — havia muitas brigas na partilha das terras e a Fetagri dizia que o MST não tinha estatuto formal e, portanto, não tinha legitimidade.

De 1990 a 1993, ajudou a organizar o departamento rural da CUT nacional. Esta experiência contribuiu para melhorar a “compreensão das coisas”, que por sua vez, melhora a ajuda local nos acampamentos. A participação nos sindicatos aumentou a compreensão da

problemática agrária. Entretanto, no que se refere às preferências pessoais de trabalho, não há margem para dúvidas: “sempre preferi o acampamento, a ocupação, do que a política em São Paulo”.

A longa experiência de Ferrari lhe propiciou um bom conhecimento comparativo dos acampamentos entre 1984 e 2004, um intervalo de 20 anos. Segundo ele, nos primeiros anos a grande maioria das pessoas tinha forte ligação com o meio rural, com raízes bem definidas. Havia um outro comportamento nas atividades. Hoje em dia, o acampamento é mais urbanizado, formado por um grupo de pessoas urbanas conectadas com a periferia das cidades. Embora tenham ligações históricas com a luta no campo, há muitos vícios urbanos que provocam grandes diferenças — “o pessoal urbano é mais difícil de mexer”. Como o acampamento é um espaço democrático, não há filtros, e se acolhem drogados, por exemplo, que trazem o vício e a presença de traficantes, mesmo embora o tráfico não esteja presente nas áreas do acampamento. Há, também, aqueles que reproduzem seus hábitos da periferia para sua nova realidade. Se tinha um boteco, sua primeira ação no acampamento é reabri-lo ali mesmo.

“Trabalhar hoje nos acampamentos é muito mais difícil”, desabafa Ferrari. É preciso intensificar a assistência técnica e as discussões sobre plantação e produção no campo, ainda no acampamento. Muitos já estão na terceira geração na cidade e comentam que seus avós plantavam e viviam na roça. Houve, portanto, uma grande mudança de valores, com a predominância gradativa de valores urbanos relacionados ao individualismo e ao imediatismo. Se antes já era difícil propor a concepção de coletivo de produção, agora as possibilidades são ainda menores. “O pessoal olha atravessado quando a coisa é coletiva, acha que alguém vai tirar proveito. Ninguém acredita que as pessoas possam fazer algo de graça”. Além disso, difundiu-se a idéia de que para se conseguir as coisas é preciso pagar corretagem — divulgase uma cultura de marreteiro. Há casos concretos de “malandragem”, pessoas que se tornaram líderes no acampamento, estabeleceram redes de confiança e aplicaram golpes.

Mesmo em meio a tantas dificuldades, conseguiu-se montar, nos últimos anos, um coletivo de compras. Inicialmente, o grupo foi reunido para fazer boas compras de gado leiteiro. Formou-se uma comissão, com apoio de assistência técnica do governo para a escolha dos animais. Composta por 6 pessoas em seu núcleo central e representando 125 famílias, conseguiram ótimas condições para compra de 60 carroças de tração animal e centenas de rolos de arames — “pois o assentado quer cercar o seu lote antes de fazer qualquer outra coisa.”

Houve uma degeneração do interesse das famílias pelas compras coletivas, uma vez que “com o passar do tempo diminui a participação, mas quando se leva “pauladas” volta-se a participar”. Em geral, há uma cultura do imediatismo — “a pessoa participa até resolver seu problema imediato; não tem idéia da importância da organização coletiva e não consegue avaliar que virão outros problemas”. Muitos não têm conhecimentos práticos de como tirar leite ou vacinar o gado, mas não se antecipam em resolver o problema que irão ter de enfrentar.

A degeneração também atinge a contribuição de 1% do faturamento dos assentados para o movimento. No começo todos dão a contribuição, mas há uma desistência ao longo dos anos, motivada pela vontade de sentir-se andando com as próprias pernas e pela decrescente necessidade de apoio direto. Afastando-se das reuniões, com o tempo acaba procurando outras referências, em geral conservadoras, como “o vereador, o comerciante e os espertos de dentro que também se tornam intermediários e atravessadores”. Observa-se que a degeneração atualmente é bem mais rápida do que antigamente, quando predominavam as pessoas de hábito rural. Há, ainda, uma parcela de pessoas que continuam fiéis ao movimento, em principal por causa das compras coletivas.

Perguntamos a Ferrari sobre a história do grupo coletivo de Tamacavi. O grupo começou em 1999, ainda no acampamento, e foi encerrado em meados de 2001. Quanto houve a repartição das terras pelo Incra, o grupo coletivo, por ser um grupo não individual e tendo presente lideranças, ficou responsável pela manutenção da sede da antiga fazenda. Também ficou com as melhores terras — comprovado pela análise posterior de solo — localizadas no entorno da sede.

O coletivo teve primeiros passos acertados, com a compra de um trator e de gado leiteiro com os recursos creditícios. Era formado por oito famílias. Quando uma saiu, outra entrou em substituição. Entretanto, o grupo não tinha a mesma coesão do coletivo Sul Bonito, nem o mesmo compromisso com a coletividade, principalmente por causa da influência das famílias individuais vizinhas. — “a pessoa no coletivo olha o vizinho comprando o supérfluo, um carro, uma moto ou um sofá. Daí as pessoas acham que os individuais estão melhores.” Mas Ferrari alerta que é uma questão de ponto de vista. Muitos vendem uma vaca para comprar um fogão, ou seja, trocam seus investimentos, suas fontes de renda, por consumo presente.

Um evento externo à questão coletiva serviu de desencadeador de eventos que ocasionaram o rompimento do grupo coletivo. Houve o assassinato de um assentado que havia pertencido ao coletivo. Embora o crime tenha sido motivado por ciúme e suspeita de

adultério, o assassino implicou o grupo coletivo como cúmplice, pois a arma pertencia a um dos líderes do coletivo e, ademais, alegou-se a existência de dívidas e questões mal resolvidas na partilha dos bens quando da saída do coletivo. Cícero, o coordenador do grupo, foi preso injustamente, e passou um ano e dois meses na cadeia — “houve perseguição política”, nos conta Ferrari, também revoltado por ter passado 78 dias na cadeia sem motivo.

A prisão de Cícero enfraqueceu o coletivo. Duas famílias propuseram a dissolução do coletivo, uma com o intuito de vender suas posses e outra de progredir individualmente, mesmo tendo, por muitas vezes, discursado calorosamente pela importância dos coletivos e da propriedade coletiva. Houve até invasão do lote de uma dessas famílias, pela revolta popular diante da incoerência do discurso.

A falta de regras de saída certamente prejudicou o coletivo de Tamacavi. De qualquer forma, Ferrari fala das vantagens dos coletivos de modo extremamente confiante, principalmente ao lembrar de Cícero, indivíduo que não possuía nenhum bem, mas hoje, com aprendizado técnico e político de vida coletiva, consegue tirar diariamente dezenas de litros de leite de vacas de boa qualidade genética e consegue ter uma vida digna.

4- Entrevista com João Luís e com Nei (filho de José Flávio). Escritório central do MST em Campo Grande, janeiro de 2005.

João Luís trabalha, hoje, no setor de transportes do MST. Ele tem orgulho de dizer que é, junto com Ferrari, um dos mais antigos do movimento que continuam na linha de frente da luta pela terra. Já Nei é jovem, filho de José Flávio, assentado que participou do coletivo em São Manuel. Ele é formado em técnico agrícola em Veranópolis/RS, em colégio dirigido em parceria do MST, governo estadual e federal. Eles nos contaram sobre a experiência coletiva no assentamento São Manuel, localizado no município de Anastácio.

O primeiro núcleo do grupo coletivo começou na colônia Padroeira do Brasil, em 1988, enquanto ainda acampamento e assentamento provisório, formado por 6 famílias. No período de 1990 e 1991 houve mudança para as terras posteriormente regularizadas como assentamento São Manuel, onde as atividades coletivas continuaram, informalmente, e abrangeram 17 famílias. Nesta época, havia alternância de práticas individuais e coletivas.

Em 1994, 14 famílias formalizaram, por meio de estatuto, a COPAC — Cooperativa Agropecuária de Canudos. Foram formados vários setores, como os de produção, máquina, horta, gado e outros. Houve um esforço inicial maior, para realizar o desmatamento e a construção do núcleo urbano. O conjunto das casas continua conservado até hoje, onde

moram 10 famílias, mas muitas pensam em construir ou estão construindo casas em separado, nos próprios lotes, principalmente para facilitar a criação de porcos e frangos e tornar independente o manejo de hortas e pomares.

O grupo coletivo teve uma importante experiência de aprendizado em laboratório organizado em torno de oficinas (mecanização, culinária, transporte, costura, cultura, horta, gado, etc.) disponibilizado para as 148 famílias do assentamento, conforme ficou marcado na memória de Nei e João Luís.

No início, após a formalização da COPAC, nome dado ao grupo coletivo, os trabalhos eram divididos e contabilizados por diárias. A divisão era feita por indivíduos e não por famílias. As mulheres e os adolescentes trabalhavam normalmente. Com o tempo, mudou-se a contabilização do trabalho, para horas trabalhadas. Os planos de trabalho eram elaborados quinzenalmente, sob ampla discussão. Embora houvesse a separação dos trabalhos por setor, havia ajuda e colaboração entre os setores.

Quando o grupo se formou oficialmente, o objetivo era tratar a cooperativa nos moldes de uma empresa. A divisão do trabalho por setores almejava a especialização dos indivíduos em determinadas áreas, com vistas ao aumento da produtividade. Nei nos diz que “foi um processo muito importante. Despertou nas pessoas a capacidade de planejar e organizar o trabalho”.

Houve um vagaroso desgaste do grupo enquanto coletivo ao longo do tempo, motivado por diversos fatores. Não houve fortes investimentos. A pequena produção era destinada quase integralmente ao consumo próprio. Por outro lado, priorizou-se a produção agrícola (arroz e milho), mas a terra era fraca, sendo melhor aproveitável para a pecuária. Em outras palavras, houve falhas técnicas, que se revelaram com a frustração da produção e quebra da safra ano após ano, sempre aquém das expectativas. Por fim, surgiram problemas administrativos e emergiram sentimentos de desconfiança.

Dois exemplos de dificuldades de administração foram citados. Em primeiro, falou-se da estufa, elaborada com o intuito de viabilizar a produção de tomates. Nos primeiros dois anos logrou-se produzir satisfatoriamente, mas se esbarrou em grande dificuldade de comercialização, dependendo de atravessadores oportunistas. Posteriormente, houve falta de água para irrigação e o negócio foi abandonado. Na opinião de Nei, houve falta de capacidade de planejamento, além de ter sido realizado com uma visão de mercado falha. João Luís relembra, além do fracasso com os tomates e hortaliças, os insucessos dos plantéis de banana e maracujá — “foi desanimando”.

O segundo exemplo refere-se ao sistema de penalidades desenvolvido pelo grupo com vistas a controlar desvios dos planos de trabalho e das normas de convivência — “tem que funcionar como uma empresa, senão não dá certo. Tem de ter disciplina”, disse João Luís. A instituição de tal sistema levou a designação de apontadores, pessoas que eram responsáveis pela mensuração das horas trabalhadas. “Para um coletivo funcionar bem, precisa ter regras de como se comportar dentro do grupo”. Entretanto, alguns apontadores não eram rígidos, “esqueciam” o regimento e eram maleáveis dependendo das relações de parentesco e proximidade. Além disto, aqueles que eram de fato penalizados sentiam-se injustiçados, não aceitavam as penas e tentavam revogar as decisões do grupo. De safra em safra, muitos conseguiram revogar as penalidades, o que gerou descontentamento dos que cumpriam fielmente as regras e teve como consequência a perda de credibilidade do sistema disciplinar. Ademais, começou-se a suspeitar da existência de fraudes na cooperativa.

Embora o problema da falta de controle tenha sido identificado desde 1993, antes da oficialização da cooperativa, o grupo subsistiu até 2000, em um longo processo de decadência e crise. As conversas sobre o encerramento se estenderam por 2 anos, até que se decidiu, em assembléia, pela dissolução da cooperativa. Tal decisão não foi fácil, pois o esforço de desmatamento dos lotes, nos anos anteriores, havia sido desigual, sendo privilegiados aqueles com melhores terras. De acordo com João Luís, houve compensação para os lotes com maior área ainda por ser desmatada. Tais problemas já haviam sido vivenciados anteriormente, quando uma das famílias, justamente a proprietária do lote onde estavam construídas as casas do coletivo, decidiu sair do grupo. Como do ponto de vista geral não era possível impedir a pessoa de sair, segundo João Luís, a única solução era realizar acordos entre as partes envolvidas, tendo como consequência o enfraquecimento do coletivo, que se vê destituído de uma importante parcela de capital.

João Luís é enfático ao dizer que não há chances de retomar o coletivo, embora aponte para a continuidade das discussões nos acampamentos e relembre da dificuldade de outras experiências sem o apoio direto do Incra, no sentido de se coletivizar a posse dos lotes. Ele parece satisfeito com seu lote individual e relata que as outras famílias também perceberam melhora no nível de renda, principalmente por causa da priorização à pecuária leiteira.

Embora a posse coletiva da terra, trabalho e capital não tenha dado certo, o grupo continua mantendo ações de cunho cooperativo. Ocorreram compras coletivas de carrinhos de tração animal, arame e cabeças de gado, além de se organizar o desmatamento de modo cooperado.

No campo educacional, Nei apontou várias conquistas. “Os jovens do grupo conseguiram entender porque há pobres e ricos, classes sociais, eleições democráticas e, principalmente, cooperativas e coletivos. O grupo proporcionou a vontade de estudar nos jovens, à medida que tinha projeção de crescimento e da necessidade futura de pessoas com melhores conhecimentos técnicos e administrativos. A juventude realmente acreditava que iria dar certo.” Nei cita o exemplo de sua própria família; dos 9 filhos do seu pai, incluindo ele, 6 queriam fazer suas vidas no coletivo, 2 tinham um pouco de receios e somente um não aceitava a idéia de coletivo (irmão que hoje se encontra com seu lote individual, em outro assentamento).

São Manuel é um dos dois únicos assentamentos no Estado de MS que possuem escola de ensino médio na própria área. Nei acredita que o coletivo tenha contribuído para esta conquista, por motivos mais gerais de estímulo ao desenvolvimento — “aos poucos, o grupo coletivo foi dando uma linha para o assentamento”.

Já enquanto adolescente Nei gostava da vida no grupo, pois aprendeu a respeitar as outras pessoas, gostando de tal aprendizado. Na escola, havia resistência quanto a ser do grupo — “aquele aluno é do grupo”, acostumou-se a ouvir — mas ressalta que não era discriminatório.

Nei conta que os individuais viam o grupo como uma afronta ao modo que queriam trabalhar e achavam correto. Havia por ora uma observação passiva, para verificar se a experiência dava certo ou não, e por outrora uma “torcida para dar errado” e uma tentativa concreta de “desviar as pessoas”, de convertê-las ao trabalho individual.

Mas, afinal, por que o coletivo fracassou? Além das respostas já mencionadas, Nei pareceu enfatizar a existência de um questionamento constante acerca da distribuição dos rendimentos e uma comparação individual de produtividade, uns trabalhando mais que outros. “No coletivo, aos poucos se vê que algumas pessoas têm vícios”. O principal deles seria o de caroneiro (*free-rider*), para usar um termo de economia. “Estas pessoas acham que vão ganhar a mesma coisa, trabalhando ou não, se esforçando ou não, porque no final o resultado é distribuído por todos”. Entretanto, o próprio Nei aponta outra explicação, de cunho mais cultural. Teria havido um choque cultural entre a cultura pantaneira, cujas pessoas estavam mais acostumadas a ser empregadas de grandes fazendas e lidarem exclusivamente com gado, atividade supostamente menos demandante de horas trabalhadas, e a cultura agrícola da região sul de MS, acostumada com os trabalhos intensivos na lavoura, representadas no grupo por pessoas que tinham vindo de outro assentamento anterior, o Santa Idalina. João Luís concorda com o diagnóstico, apontando que muitos estavam acostumados a ser peões e havia um

desnívelamento muito grande no grupo quanto à cultura e o nível de renda em que estavam acostumados. Segundo Nei, como resultado das diferenças de culturas, “dá contradição, pois um quer ficar folgado, enquanto outro quer trabalhar muito”.

E por que o Mato Grosso do Sul tem menos coletivos quando comparado a outros Estados? João explica lembrando as ações das próprias lideranças do movimento. Muitos líderes foram oportunistas, aproveitando-se do movimento somente para conseguir seus lotes e depois abandonar a luta. A prática negativa do próprio discurso conduzido por anos é percebida rapidamente pelo povo, gerando reflexos diretos quanto à avaliação das melhores opções de vida.

Nei, por outro lado, aponta que a educação é a principal barreira. O grau baixo de escolaridade não propiciava entendimento adequado de regras, doutrinas e estatutos cooperativos. E por que os coletivos deram certo em outras regiões? No Rio Grande do Sul já havia uma longa tradição cooperativa nos moldes tradicionais e os agricultores eram pequenos proprietários de terra e não empregados. No Nordeste, as piores condições climáticas e de solo implicaram a necessidade de cooperação para a própria subsistência. A organização do acesso à água é um exemplo da necessidade que exige a cooperação — “quando os acampados vão para o assentamento, já têm de ir cooperado”.

Nei fez questão de registrar que a experiência do coletivo de produção em São Manuel não deve servir de referência de concepções contrárias à organização coletiva. “Quero salientar que a experiência é sempre válida. Este fato isolado não deve servir para criticar a idéia de coletivo. O funcionamento do coletivo depende do nível de consciência dos participantes”.

Não há perspectiva de avanço na organização de coletivos, como se pode depreender das falas de João Luís. Comparando os anos de 1984 e de 2004, ele lembra que há vinte anos atrás, quando participou da primeira ocupação de terra, em Ivinhema, os ocupantes eram, em grande maioria, pequenos agricultores. Hoje, o movimento trabalha com pessoas da periferia das cidades, menos propensas a aceitar a posse coletiva da terra, capital e trabalho. Uma segunda mudança refere-se à heterogeneidade cultural dos assentados. Comentando especificamente sobre a religião, ele lembra que nos primeiros anos “todos falavam uma só língua”, havendo uma grande afinidade nos discursos e nas idéias das pessoas. Hoje há muitas divergências no discurso. No campo religioso, há várias igrejas, de seitas diferentes, com muitos pastores pregando contra as ocupações de terra.

A Ecoa foi fundada em 1989 e desde então tem se especializado na condução de políticas públicas. O acompanhamento do assentamento Andalucia se deu desde o processo de sorteio e distribuição dos lotes, sugerindo a importância de se considerar os aspectos ambientais, como a preservação de nascentes e a demarcação de reservas.

A área formada pelo Andalucia apresenta grande riqueza ecológica, por ser uma área de transição de cerrado e mata tropical, abrangendo, ainda, pantanal e a serra de Maracaju. A Ecoa se interessou em trabalhar, inicialmente, a forma de uso da terra. Porém, o recorte dos lotes, em dezembro de 1996, não levou em conta aspectos ambientais que já tinham sido apontados pela Ecoa como importantes. Foram feitas reuniões com as famílias assentadas em 1997, com vistas a apresentar os aspectos ambientais da área.

Rosane, que já tinha experiências em outros assentamentos do MST, entrou na Ecoa para desenvolver um projeto de fauna e flora no Andalucia. Em 1999, os recursos do FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, em pequeno montante, possibilitaram a elaboração de um viveiro local, a capacitação de viveiristas e o mapeamento das espécies nativas, com vistas a identificar o potencial dos recursos naturais do assentamento, principalmente no tocante às árvores frutíferas, plantas medicinais e espécies fornecedoras de fibra.

Após este pequeno projeto, o ano de 2001 foi marcado por dificuldades, pois a continuidade das ações foi ameaçada. Sem recursos, houve voluntariado por parte das pessoas para que se mantivessem no Andalucia. Novos recursos só adentraram em março de 2002, após aprovação de projeto para receber recursos do PNUD, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O novo projeto foi fruto de muitas discussões, principalmente entre as mulheres, sobre as possibilidades locais de geração de renda. Fez-se um diagnóstico local e identificou-se potencial relacionado ao artesanato voltado para o turismo em rota para o pólo turístico de Bonito. Tal idéia era factível, não só pelo reconhecimento do mercado consumidor carente de um artesanato portátil e com identidade local, mas pela disponibilidade de matérias-primas locais.

Os primeiros recursos do projeto foram destinados à capacitação das tecelãs, em um primeiro momento em Campo Grande, com despesas pagas pela Ecoa, e num segundo momento no próprio Andalucia. Foi contratada uma profissional na área, já com sensibilidade para lidar com assentamentos, por conta de experiências alternativas no ramo da tecelagem.

A chegada dos teares se deu em agosto de 2002, juntamente com um pedido inicial de 600 bolsas. Esta demanda inicial foi importante para reforçar a credibilidade do projeto. Além

disto, muitas mulheres encontravam resistência em suas casas, pois os maridos não as incentivavam, com argumentos variados, como de não poder ficar viajando por conta do projeto, ausentar-se de casa e de não conseguir compatibilizar a atividade de tecelagem com os afazeres domésticos. Tal resistência foi sendo rompida pela produção da tecelagem e pelas vendas. Em virtude dos rendimentos, os maridos passaram a aceitar a nova realidade do trabalho das mulheres. Enquanto antes obrigavam as mulheres a tirar leite antes de ir para a tecelagem, agora eles mesmos fazem a comida, levam a comida e ajudam a tecer.

Outro importante avanço verificado neste período refere-se ao projeto de geração de renda por meio do extrativismo, mais especificamente com vistas ao aproveitamento de castanhas de plantas nativas. No início não se deu muita importância à preservação da árvore nativa. Após o sucesso das tecelãs e com o levantamento de todas as árvores de Andalucia, para confirmar a viabilidade comercial da atividade extrativista, houve uma mudança no sentido de preservar as árvores, mesmo entre os mais descrentes no início do projeto.

A descrença era muito forte nas fases iniciais. Ainda no final de 2001, chegou-se a fazer reuniões para uma única pessoa. Rosane explica que não se tratava de uma atitude negativa em relação específica com a Ecoa. Desde o início dos anos 90 até o presente houve vários projetos e experiências alternativas de desenvolvimento e geração de renda. As pessoas se cansaram de ver novos projetos, de ter esperança em melhoras e de ver o abandono, o fracasso de iniciativas e a falta de continuidade destas.

Tornar o projeto uma ação contínua foi, na opinião de Rosane, a principal vitória. Ademais, uma condição fundamental para o bom funcionamento do projeto foi sua independência em relação aos grupos políticos, representados por diferentes associações, muitas delas provenientes desde os acampamentos do MST e da Fetagri, que travam disputas políticas no Andalucia e conformam um ambiente de fortes rivalidades. Rosane sempre procurou deixar claro que se tratava de um projeto para todas as famílias do Andalucia e não para grupos em particular.

Esta atitude de imparcialidade, que foi importante para o encaminhamento adequado do projeto, contudo inseriu Rosane como um novo centro de poder do assentamento, capaz de competir na arena política. Há, segundo Rosane, um medo político de uma possível candidatura de sua parte ao posto de vereadora. O reconhecimento de seu capital político pôde ser confirmado pela sua participação na mesa de autoridades no aniversário de 11 anos do assentamento. Entretanto, o fato por ela relatado de não ter tido a palavra é significativo de seus limites ante ao poder já consolidado e de sua natureza estranha ao local, por ainda ser considerada alguém de fora.

Ser “de fora” não é um atributo somente de Rosane, mas da própria Ecoa. Foi necessário muito tempo até ter reconhecido o trabalho realizado, por parte da Idaterra, da Prefeitura e das associações. Concomitante à “ciumeira”, entendida como disputa do campo político, há, de acordo com Rosane, uma negação para não legitimar as ações da Ecoa.

Processo semelhante de negação tem sido entendido à cooperativa, responsável pela tecelagem e palco de novos projetos. Há uma resistência em relação ao grupo, uma marca de alteridade em um universo de territórios demarcados, onde, como nos diz Rosane, todos são donos de algo e querem saber quais são as pretensões das pessoas.

A forte divulgação externa e publicidade do projeto teve um grande impacto para as participantes do grupo, mas pouco melhorou no que se refere ao reconhecimento local. Na cidade de Nioaque, não há identificação da população urbana com o trabalho realizado, como pôde ser notado na pequena repercussão da reportagem sobre o Andalusia veiculada em programa televisivo, o Globo Rural, em outubro de 2004. Da parte dos assentados, há uma negação do processo de ganho de visibilidade do assentamento por causa da tecelagem. Ou seja, as vitórias da tecelagem não são vistas com vitórias de Nioaque ou do assentamento, reiterando a importância das rivalidades políticas para a compreensão das lógicas comunitárias.

Já para as participantes, com a divulgação e, principalmente, com as viagens para feiras e encontros, pagas pelo projeto, houve um grande efeito emancipatório ao se perceberem e se assumirem como protagonistas ao invés de espectadores, capazes de falar do projeto e comercializar ativamente os produtos. Mas Rosane lembra que o principal fator diferencial das mudanças nas mulheres foi mesmo a renda. Muitas delas passaram a manter suas casas, cobrindo mais da metade das despesas e comprando bens que antes não tinham acesso. O rendimento foi definitivo no encontro da identidade como tecelãs e na atitude de deixar de trabalhar na roça. Em suma, a emancipação se deu pela renda.

Com boa geração de dinheiro, não houve nenhuma desistência do projeto. A observação externa do sucesso econômico fez com que muitos assentados procurassem o projeto e se candidatassem para participar. Rosane lembra que não há barreiras à entrada de pessoas, mas ao mesmo tempo não há vagas, pois há um limite no número de teares, seja pelo espaço físico, seja para manutenção do caráter artesanal do empreendimento. Muitas pessoas chegaram a perguntar se era preciso fazer prova para entrar no projeto.

Mas, se a continuidade foi o principal fator de sucesso para a tecelagem, como lidar com o término do projeto e a saída da Ecoa e Rosane? Há um trabalho constante de desmistificação da Ecoa e de preparação para a saída de Rosane. Seguramente elas

continuarão precisando de ajuda — “como todo mundo precisa de ajuda”. Haverá um grande impacto, acha Rosane, que pode ser minimizado se elas acharem um jeito próprio de conduzir a tecelagem, sem tentar imitar a Ecoa, que tem vantagens no campo de infra-estrutura, contatos e escoamento de produção que não são replicáveis pela tecelagem autonomamente.

Ao menos no que se refere à emergência de líderes substitutas, Rosane pode ficar tranqüila. Sua quase xará Rosana, a Preta, é uma líder nata em sua opinião, pela grande capacidade de se comunicar. Há também outros tipos de liderança, como a liderança de trabalho, personalizada por Angélica. Rosane lembra que são lideranças voltadas ao coletivo e não a ganhos pessoais. A decisão sobre quem viaja para as feiras é submetida à votação. Embora em muitas vezes sejam as líderes que viajam, gerando ciúmes, há um trabalho de encorajar todas as integrantes para que ninguém se sinta despreparada para a viagem.

Por fim, a saída de Rosane é difícil para ela mesma. Há mais de 5 anos trabalhando no Andalucia, ela criou uma forte relação de afetividade ao vivenciar passo-a-passo os problemas e se emocionar com as vitórias e conquistas do grupo. Em sua opinião, o que se viveu não é uma experiência, mas sim um empreendimento. Não há ratos de laboratório, mas pessoas que obtém renda. Também não houve empoderamento no sentido de concessão de poder, pois cada pessoa foi soberana em suas escolhas e decisões, sem ter sido influenciada por uma poderosa, uma ativista ou uma intelectual.

6- Entrevista com tecelãs, do Grupo de Tecelões da Andalucia, novembro de 2004.

As tecelãs do Andalucia trabalham na sede da cooperativa, localizada em uma colina do assentamento. Por vezes, quando o calor é muito extenso, reúnem-se ao ar livre, apenas cobertas por uma choupana. É lá que conversam sobre os trabalhos, as perspectivas e os assuntos cotidianos da comunidade.

Embora o grupo seja autogerido, a tecelã Rosana desponta-se como líder quando entrevistamos o grupo, atuando como porta-voz. Iniciamos a entrevista indagando sobre o impacto do programa Globo Rural, que duas semanas antes veiculara reportagem sobre a tecelagem e sobre o assentamento. Então, foi enfatizado o potencial turístico do assentamento, mostrando a antiga residência do fazendeiro holandês cujas terras o governo retomou em razão do plantio ilegal de entorpecentes.

A casa, que muitos se referem como castelo, está localizada em uma região alta, em que o horizonte se perde entre planícies, colinas e montanhas, com trechos de mata preservada, mas com a maior parte da área composta de pastagens. Hoje, a casa abriga a

Escola Municipal Edson Borck Rocha, de ensino fundamental, mas se sonha com o dia em que a escola será transferida e a casa reaproveitada para o desenvolvimento do turismo. Embora não falte vontade, motivação e projetos, a recuperação dos traços coloniais da residência e a preservação dos anexos necessitam de um volume de recursos fora do alcance da comunidade, e, principalmente, da cooperativa das tecelãs, contudo tenham o turismo como parte do projeto de desenvolvimento do grupo e oportunidade de geração de renda.

A exposição do Andaluçia em rede nacional não foi valorizada localmente, como era de se esperar. Questionamos dezenas de pessoas a respeito do programa e não foi ouvida uma única resposta ou comentário extenso sobre o episódio. Em nossa interpretação, não houve empatia ou identidade com os aspectos focados no programa. A cidade de Nioaque, o núcleo urbano, não ganhou nenhum destaque. Além disso, paira sobre a cultura local uma animosidade contra o próprio município, à medida que as pessoas fazem questão de apontar para as deficiências de desenvolvimento e a timidez do comércio local e de outras iniciativas.

No assentamento também não foi observada nenhuma significância para o programa. A ênfase na tecelagem, em específico, pode ser uma causa da falta de empatia e identidade dos demais assentados que não participam diretamente do grupo. Por fim, as próprias tecelãs não pareceram ter dado importância à reportagem. Uma possível chave interpretativa para tal comportamento pode advir da altivez do grupo, construída por meio do empoderamento das mulheres.

Rosana atendeu à entrevista com um viés fortemente comercial, com vistas a vender os produtos da tecelagem. Diferentemente de outros assentados que colocavam disponíveis para partilhar suas experiências de assentados, as tecelãs têm uma postura comercial ativa, com um discurso marcado pela faceta econômica e fundamentado sobre os pilares da eficiência, qualidade e seriedade. As tecelãs, com exceção de Rosana, que se aproximaram para emitir suas opiniões, tinham seus comentários gravitando sobre um único tema: o lamento de que não tinham ali, naquele momento, produtos para serem vendidos.

Rosana mostrou todos os teares artesanais como se estivesse vendendo um produto. Desculpou-se, em nome da cooperativa, pela ausência de Rosane Bastos, a idealizadora do projeto. Contou um pouco sobre a vida dela, bióloga que trabalhara na região do assentamento e agora procurava difundir práticas de manejo ecológico entre os assentados. Reconhecendo ser um processo lento, Rosana mostrou com orgulho alguns espécimes de árvores que desde então vinham sendo poupadas na limpeza dos pastos.

Observa-se que há evidências concretas de que Rosane Bastos é uma autoridade entre as tecelãs, quase uma diretora, a quem todos devem se reportar. Um modelo de liderança que

é distinto de Rosana, líder pela capacidade de ter voz ativa e de ser reconhecida enquanto representação legítima das tecelãs.

Há um grande orgulho, em todas as tecelãs, por estarem engajadas no projeto, participando e gerando renda para suas famílias. Falaram com grande independência, auto-estima e confiança que viajavam por todo o país para expor seus trabalhos. A oportunidade de viajar parece ser um sinal explícito de empoderamento, a fronteira entre oprimidos e bem-sucedidos (para usar uma tipologia nativa) e a presença estruturante da mentalidade competitiva. Tal ethos mostra-se ser, na situação analisada, refratário de valores comumente considerados cooperativos, como receptividade e amizade. Criou-se uma distância ao padrão de prestígio do núcleo urbano de Nioaque, onde viajar para Campo Grande, à distância de pouco mais de duas horas, é considerado como sinal de riqueza, oportunidade vista como felizada pelos habitantes, ansiosos em poder passear no comércio da capital ou no *shopping center*. Neste contexto, pode-se até comentar que a oportunidade de viajar para Campo Grande é vista com escárnio e desprezo, como chance pífia de demonstrar sucesso.

As tecelãs enfatizam, no discurso, a questão da independência. Elas observam sua condição independente em relação à renda dos homens de suas casas, aos poderes públicos (como a prefeitura e os programas sociais federais) e, principalmente, aos movimentos e associações dos assentados.

O assentamento da colônia Andalucia tem, em sua história, a presença de vários grupos, como o MST, a Fetagri e outros, além de associações oficiais e paralelas. As tecelãs enfatizaram que não há qualquer divisão partidária na tecelagem e há representantes de todos os grupos.

Observa-se um processo de negação das identidades associadas às lutas anteriores de sem-terras. O conteúdo discursivo também passou por uma forte mudança: ao invés de “lutas” e “conquistas” surgem idéias de “organização”, “captação de recursos” e “capacitação”. Ademais, a tecelagem teria traços distintivos, como ser democrática, estar aberta a todos e estar isenta de conflitos políticos, estes últimos presentes e marcantes no desenvolvimento da colônia nos últimos anos. Ao invés das dissidências corriqueiras, a tecelagem apresenta coesão de idéias e vê este elemento como indicador de sucesso do grupo.

A entrevista foi finalizada voltando ao tema de início, abordando as potencialidades do turismo local e como a cooperativa está se preparando para atuar nesse novo “negócio”. Desde o início, descartou-se a possibilidade de hospedagem informal dos turistas em casas particulares ou em acomodações provisórias, pois as integrantes do grupo ainda não tinham terminado as etapas de capacitação do turismo. Além disto, estão esperando recursos externos

para a construção de um local capaz de hospedar as pessoas separadamente e de forma independente das casas dos assentados. Assim sendo, enquanto não chegasse os recursos externos, nada era possível fazer. Afinal, “sem recursos não dá para fazer nada”, disse uma das tecelãs, pondo em relevo o aspecto comercial, sem sequer mencionar características de hospitalidade e solidariedade que poderiam estar presentes no projeto turístico alternativo em desenvolvimento.

7- Entrevista com Gildo Ribeiro, responsável pelo programa de alfabetização de adultos nos assentamentos, da Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul, novembro de 2004.

Gildo trabalha em uma pequena sala repleta de pessoas que conduzem o programa de alfabetização de adultos, que envolve recursos federais, estaduais e municipais. Ele cuida especialmente da aplicação do programa em assentamentos e acampamentos.

O objetivo principal do trabalho é criar salas de alfabetização para os assentados e acampados, levando em consideração as peculiaridades destes grupos. Em geral, estes alunos vêm de um processo de luta e de conquista pelo direito da posse da terra. A atitude de “estar lutando” é um importante fator motivacional que distingue os alunos dos movimentos sem-terra dos demais alfabetizandos. Além disto, Gildo nos lembra da importância das lideranças, sempre dispostas a estimular as pessoas a sair da condição de analfabetos.

Os assentados se diferenciam de outros alfabetizandos rurais. Estes últimos, de acordo com Gildo, só vão a programas de alfabetização quando o dono da terra, o patrão, manda ir. Eles têm pouca autonomia sobre o tempo e sobre suas vidas quando se tratam de processos que ocorrem fora do espaço doméstico. Em pólo oposto, sem patrão, os assentados e acampados demonstram maior desejo de ser alfabetizados e tomam consciência da responsabilidade por suas vidas e trajetórias.

Entretanto, na opinião de Gildo, o principal fator de estímulo à alfabetização é de natureza imediata. Saber ler e escrever é uma das condições para a concessão de crédito por parte do Banco do Brasil. Embora não haja nenhuma regra discriminatória, a instituição encontra-se despreparada para atender analfabetos e os procedimentos administrativos adotados exigem a alfabetização dos tomadores de empréstimo. Assim, o acesso à educação é extensivo ao acesso ao crédito. Além de ser o mais importante fator motivacional, funciona como mecanismo reforçador das expectativas dos indivíduos, uma vez que provê medidas concretas e sensíveis de melhora nas condições econômicas de reprodução e produção.

Ao final de cada curso de alfabetização, é compilado material escrito dos alunos. Nos textos dos alfabetizados do movimento dos sem-terra, observa-se um retrato da vida nos acampamentos, remetendo às conquistas efetuadas, aos sonhos, ao universo de desejos e à passagem definitiva para os assentamentos, com a posse oficial da terra e a melhora geral das condições de sobrevivência. Há, também, uma dimensão política presente nos textos, muitas vezes fomentada pelos alfabetizadores locais, em discussões gerais a respeito do movimento.

A mencionada dimensão política não deixa de emergir como uma faceta que aciona diversos conflitos. Em muitos municípios, há um embate com os prefeitos, que não favorecem a alfabetização nos acampamentos e assentamentos. De acordo com as diretrizes do programa, cabe às prefeituras providenciar os deslocamentos dos alfabetizadores para a chamada capacitação inicial — uma semana de curso intensivo realizada em uma cidade-pólo. Gildo relatou a falta de apoio e cumprimento das responsabilidades municipais em relação aos sem-terra. Isto ocorre, principalmente, no âmbito das parcerias, quando as organizações CUT, MST, e Fetagri tornam-se responsáveis pela mobilização local. Neste caso, as prefeituras consideram um desrespeito à intermediação direta dos movimentos com o governo estadual, sem a consulta e a comunicação à esfera municipal.

8- Entrevista com Laura dos Santos. Colônia Andalucia, novembro de 2004.

Laura está assentada desde 1991 na colônia Andalucia. A ocupação se deu de forma unificada, com grupos dos anos de 1991, 1992 e 1993. A Fetagri chegou posteriormente ao assentamento, com cerca de 70 pessoas no início, tendo 34 permanecido definitivamente.

Ela pertence ao coletivo de educação, uma dentre as várias instâncias políticas e administrativas do movimento. Todos os anos, desde 1992, ela participa, no âmbito da coordenação estadual, de um encontro de educadores no campo. Laura ressalta a importância dos representantes da saúde e de direitos humanos que vivem no Andalucia.

Laura fez um curso de educação no campo na Unijuí. Este não é o único curso de educação no campo no país, pois a Unimet, em Pernambuco, também merece destaque. Estes cursos são elaborados em conjunto, por meio de parceria, entre o MST e partícipes.

A dificuldade de se fazer um currículo voltado à educação no campo é grande. A escola respeita o calendário municipal, mas não deixa de abordar temas transversais que estão presentes na vida dos assentados (o cerrado, a história da implantação da escola na colônia, história do assentamento e da fazenda que foi desapropriada, educação ambiental e identidade

rural). Já se chegou ao ponto de se colocar a bandeira dos movimentos na escola e de cantar os hinos, mas o prefeito de Nioaque não aceitou tais medidas.

As crianças têm uma identidade enquanto assentadas. Já participaram dos encontros dos sem-terrinha e de encontros infanto-juvenis em Campo Grande. Para as crianças mais velhas, da 8ª série, fez-se um levantamento histórico das lembranças de cada um. Muitas crianças vivenciaram a vida no acampamento, as dificuldades para subsistência, a presença da polícia, as mobilizações e os despejos.

Laura fez referência à reportagem da revista *Veja*, veiculada em setembro de 2004, que critica o programa de educação no campo porque o governo apóia diretamente o programa, que aborda o tema do grito dos excluídos.

Entretanto, as parcerias vêm funcionando e são os principais meios de ação no campo educativo. Gildo Ribeiro, técnico da Secretaria da Educação, tem colaborado com os programas de educação no campo, ao lado de uma parceria com a UEMS. Há, também, o papel dos fóruns, como o Fórum do Campo, que reúne vários movimentos sociais com vistas a discutir a educação no campo.

A educação no campo está bem avançada em outros Estados, como Pernambuco, Santa Catarina e Paraná. Em Mato Grosso do Sul, há uma boa experiência na escola do assentamento São Manuel, em Anastácio, conduzida pelo colega de acampamento João Antônio.

Na opinião de Laura, a maior dificuldade enfrentada nos últimos anos é o abandono do campo pela juventude. Mas muitas coisas melhoraram nos últimos tempos, a partir do assentamento definitivo. Houve a disponibilização de linhas de crédito para as mulheres, avanço no processo de escolarização e cada lote já possui sua própria subsistência garantida pela venda diária da produção leiteira. Há, também, compras coletivas de insumos, com o pagamento por meio de linhas creditícias. Além disso, parceiros possibilitaram a colocação da rede de água, com os assentados ou parceiros participando com a mão-de-obra, embora sem consórcio coletivo.

A principal experiência de produção coletiva se deu por meio do Coletivo de Produção Karl Marx, que teve duração de 4 anos, começando com mais de uma dezena de assentados e terminando com poucas famílias. Havia incompatibilidade entre o trabalho de militância e o de roça, além de diferenças culturais entre as famílias próprias do Mato Grosso do Sul. Neste último caso, Laura acha que os Estados de Pernambuco e Amazonas, por exemplo, as condições para o sucesso dos coletivos são distintas, pois há maior homogeneidade cultural. Em Mato Grosso do Sul, as naturalidades diversas, com hábitos específicos e formações

técnicas diferenciadas — cada região tem seu jeito particular de organizar o trabalho e mexer com a pecuária e com a agricultura — geram barreiras para o funcionamento harmônico dos coletivos.

O Coletivo de Produção Karl Marx possuía uma divisão de trabalho em várias áreas: roça, animal, construção de casas e horta. Laura participava desta última área, enquanto os demais integrantes escolhiam os setores de acordo com suas aptidões e preferências. A coordenação das atividades era organizada por meio de um plano de trabalho, discutido em assembléias e reuniões. Ademais, menciona-se a existência de controles de horas trabalhadas.

O desestímulo para continuar o Coletivo veio de duas fontes. De um lado, havia a concordância e a observação de que os assentados individuais estavam progredindo mais rapidamente do que os assentados coletivos. Por outro lado, agravavam-se os conflitos em torno das prioridades, motivadas pelas diferenças culturais e pela discordância em torno da divisão de trabalho utilizada no Coletivo.

9- Entrevista com a família Birnfeld. Colônia Andalucia, novembro de 2004.

Falou-se, principalmente, da experiência de trabalho coletivo. A principal razão alegada para o insucesso do Coletivo foi a mistura de raças que ocorre nos assentamentos de Mato Grosso do Sul. O modo de trabalhar de cada pessoa era muito diferente.

Além disso, verificou-se que na prática as propostas combinadas em reuniões e assembléias não eram seguidas. Quanto ao horário, não havia cumprimento rigoroso, o que dificultava o andamento dos trabalhos. A dissolução do grupo culminou na solicitação para que o Incra realizasse a separação dos lotes novamente.

Na opinião da família, a importância da atividade grupal se dá na força angariada para as manifestações e no processo de luta por melhoria na condição de vida dos assentamentos. “Você não faz nada sozinho, isto é impossível, não existe. O grupo é montado para ter força para pedir terra, insumos e condições de trabalho. É um meio de se manifestar”. E com maior ênfase, esclareceu-se que “o objetivo é a luta”.

Há uma incompreensão e uma lentidão por parte do governo. Sem pressionar, é difícil conquistar linhas de crédito e a liberação de recursos por parte do Banco do Brasil. Ademais, o governo não entende a realidade do pequeno produtor. Os técnicos queriam impor o gado de corte, por entender que estava mais adequado às condições locais. Mas o gado de corte é inviável em pequenas propriedades, cuja renda deve ser fracionada ao longo do ano. O gado de leite foi uma conquista do movimento.

Os grupos se reúnem para quebrar barreiras. Sem a luta, as ações de governo não fazem sentido. Argumentou-se que se o governo realmente quisesse auxiliar os assentamentos, deveria trabalhar com outros aspectos da cadeia produtiva. Por último, lembrou-se da falta de financiamento para outras culturas, como a mandioca. Mesmo se houvessem recursos, seriam necessários mais estímulos. O plantio de mandioca nas condições presentes é inviável, pois não há mercado comprador. Mas se o governo instalasse uma farinha em Nioaque, organizasse a distribuição de farinha nas merendas escolares e incentivasse seu uso no fabrico de pães, por exemplo, então a cultura da mandioca tornar-se-ia viável aos pequenos produtores, caso contrário teriam de vender a produção para atravessadores na longínqua Ivinhema, inviabilizando o negócio.

10- Entrevista com Vera Luiza Dias. Escritório Central do MST, fevereiro de 2005.

Vera é vizinha de Laura dos Santos, no assentamento Andalucia. Elas foram as últimas a desistir, juntamente com Ramon, que se tornou marido de Vera, do Coletivo de Produção Karl Marx. A experiência durou 5 anos e nasceu ainda no acampamento, com a reunião de 20 famílias, em torno do sonho de se viver em grupo — “sonho que tenho até hoje”, afirma Vera. Em sua opinião, os sonhos e a presença das discussões foram dois elementos essenciais que forneceram coragem às famílias para implantarem o coletivo.

As pessoas de idade foram as primeiras a se posicionarem contra o coletivo. No entender de Vera, isto ocorreu por causa da criação e da vivência destas pessoas durante todas suas vidas no sistema individual.

As saídas ocorreram paulatinamente. Os assentados só levavam o lote e abdicavam de qualquer participação no maquinário e nos demais patrimônios da cooperativa. Os que saíram do coletivo faziam um esforço de criticar aqueles que ficavam. Estes, por sua vez, não recebiam nenhum apoio moral ou estímulo externo.

A cooperativa funcionava baseando-se em um regime interno. O sistema de controle de horas instituído não funcionou a contento com o passar dos anos. O apontador foi deixando de assumir suas responsabilidades, com o temor de entrar em conflito com as pessoas e de questionar o funcionamento do próprio sistema. Havia concentração de informações entre os apontadores e ausência de reuniões de acompanhamento e apresentação dos resultados de controle.

Vera pensa que os problemas do coletivo Karl Marx não são diferentes do restante do Estado. “É um problema de formação — não fomos educados desde a infância para trabalhar

no coletivo, mas sim para nos habituarmos a trabalhar individualmente”. Outro problema se dá na difusão de idéias, que são divulgadas e debatidas individualmente e não em grupo — o que geraria discórdia entre as pessoas. Mesmo quando se formam grupos (“panelinhas”), há incompatibilidade de idéias. No coletivo, os assentados se dividiam em dois grupos, um que queria seguir o planejamento de forma mais rígida e outro que defendia maior flexibilidade na consecução das tarefas planejadas e no plano de trabalho. Este último grupo, cuja origem das pessoas não é a pequena lavoura, mas a relação assalariada em fazendas de gado, se esfacelou primeiramente, com as pessoas saindo pouco a pouco do coletivo.

A decisão de acabar com o coletivo ocorreu pelo pequeno número de pessoas que restaram, composto por somente cinco famílias. Após o histórico de discórdias, Vera admite que o relacionamento entre os ex-integrantes do coletivo, que, afinal, são vizinhos melhorou muito após a dissolução, e está ótimo. Apesar disso, o coletivo deixa saudades. “Eu ainda tenho um sonho, talvez bobo, de um dia ver o coletivo funcionando como o planejado inicialmente, como nas experiências no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.”

Vera nota que é difícil imaginar um coletivo de produção dando certo em Mato Grosso do Sul, pois se tentou de várias maneiras e não foi bem sucedido. Indagamos sobre o Itamarati e ela afirmou que eles aprenderam muito, principalmente quanto às normas a serem adotadas. Entretanto, ressalta que se trata de um sistema rígido e difícil, pois se perde o lote caso se queira sair.

Por último, falamos sobre a Ecoa. Segundo Vera, a cooperativa das tecelãs seria boa caso abrigasse todos os assentados, mas é um grupo fechado em que é muito difícil de entrar, observa Vera. Foi bom para divulgar o assentamento, mas internamente tem limitações, pois não melhora as condições de vida de todas as pessoas, mas apenas de um grupo escolhido.

11- Entrevista com Aparecido Santos Matos. Assentamento Itamarati, fevereiro de 2005.

Cido foi chamado para um acampamento, pela primeira vez, em 1997. Na época, como assalariado, rejeitou a idéia, pois achava estranho alguém abdicar de salário para, segundo ele, apanhar da polícia, tomar banho de caneca e viver embaixo de lonas. Mas em 1999, quando surgiu outra oportunidade, para pegar o lote de seu pai, ele aceitou a vida de acampamento. Foi aí que aprendeu a viver em grupo e onde despertou, juntamente com outras 20 famílias, a vontade de se instituir um coletivo.

Em 2001 fundou-se o Núcleo de Resistência Eldorado do Carajás, uma associação que estabeleceu as regras do coletivo de produção. Evitou-se a constituição de uma cooperativa,

por causa do custo excessivo, seguindo os conselhos de Ferrari. Foram conhecer a experiência do Coletivo Sul-Bonito e receberam conselhos adicionais de Ferrari, principalmente relativo a não aplicar todos os créditos na lavoura, mas também manter alguma reserva financeira e comprar algumas cabeças de gado. Conselhos preciosos, na opinião de Cido. Posteriormente o grupo investiria novos créditos em gado leiteiro — atividade hoje responsável pela única fonte de renda mensal garantida, R\$ 60,00 por família. O gado também possibilitou a redução das dívidas e, atualmente, o grupo encontra-se em uma situação confortável quando comparado a outros grupos cooperativos do assentamento.

As casas do grupo foram construídas uma ao lado da outra, formando um desenho geométrico que remete à figura da bandeira do Brasil. Na praça principal, no centro, montou-se, com troncos serrados, monumentos em homenagem aos mortos no massacre de Eldorado dos Carajás. Todas as 19 casas possuem água encanada, obtida a partir de poços com a ajuda de dois cataventos.

O grupo participou, no início do assentamento, de um laboratório organizacional nos moldes do realizado no assentamento São Manuel, em Anastácio. Segundo Cido, não foi bem sucedido, trazendo gastos desnecessários, dificuldades e conflitos. Na dissolução da empresa — cuja criação e término fazem parte da metodologia empregada — houve problemas adicionais com o processo de venda da produção agrícola obtida durante o laboratório, principalmente milho, e com a organização dos equipamentos do laboratório.

No começo do coletivo, ocorreram ineficiências nos setores de secretaria e controle. Havia dificuldade no cumprimento dos horários e na tarefa de controle destes. Após discussões, instituiu-se um sistema de “bloquinhos”, a saber, controles descentralizados, e foram superadas as dificuldades iniciais. Também ocorreu a diminuição das penalidades, pois a correção das falhas individuais passou a ser feita por meio de chamamentos em reuniões, sem ter de usar penalidades concretas, mas apenas pressão do grupo.

A separação de trabalhos entre militantes e os demais trabalhadores também foi fonte de vários atritos, pois nos militantes os mecanismos de controle de horas trabalhadas eram de difícil aplicação. No início do coletivo, cinco pessoas estavam liberadas para trabalhar na militância. Com o passar do tempo, mudou-se a regra, restringindo-se a 2 militantes somente.

Uma vez que as militâncias do acampamento concentraram-se no coletivo, este tornou-se uma referência para a resolução de problemas dos assentados fora do coletivo. Cido diz que até brigas de casais chegam ao grupo, solicitando algum tipo de arbitragem para a resolução dos conflitos. Desta forma, os militantes e as lideranças do acampamento continuam exercendo papéis de segurança e de disciplina das famílias assentadas pelo MST.

Os individuais, estando assentados, ficam inseguros, têm dificuldade de “andar com as próprias pernas”, na ausência da orientação das lideranças, de acordo com Cido.

A maioria dos individuais se manteve crítica em relação ao coletivo, principalmente no início do empreendimento. Eles achavam que o grupo passaria fome e que os trabalhadores iriam trabalhar de graça para os militantes. Ao mesmo tempo, por trás do discurso crítico, muitos queriam entrar no coletivo.

Apesar das dificuldades iniciais, o grupo segue sólido. São feitas reuniões todos os sábados pela manhã e assembléias no dia 5 de cada mês. Embora sejam 19 famílias, a associação, formalmente, possui 36 sócios. Somente 5 saíram, abrindo espaço para a entrada de outros 5 indivíduos que estavam acampados. Os desistentes saíram sem os lotes, apenas com o valor correspondente às horas trabalhadas, em torno de R\$ 5.000,00. Cido diz que parte destas pessoas se arrependeu. “Quem saiu quebrou a cara e também não conseguiu fazer ninguém desistir”. Já os novos entrantes, para entrar no grupo devem ser submetidos a um processo de avaliação e devem entregar os seus lotes para o Incra.

A vontade de coletivo se originaria em cada um, em cada pessoa. “Para fomentar e aumentar os coletivos nem o movimento nem o Incra servem”. A motivação deve estar presente nos indivíduos. “Decidimos montar o coletivo para fazer algo diferente, que ninguém fazia”.

O método de trabalho não envolve a definição de áreas de especialização, mas o trabalho em grupo. Para a roça vai um mutirão e para cuidar do gado vão todos juntos. Cido lembra que a maioria dos integrantes do grupo era filho de agricultores — “acostumados a trabalhar na enxada, pois quem nunca trabalhou na roça tem muita dificuldade e acaba desistindo”.

Remetendo a questões políticas, Cido aponta que o prefeito anterior colaborou muito com postos de saúde e manutenção de estradas. Já o novo prefeito, de oposição ao anterior, diminuiu o atendimento médico e abandonou a manutenção das estradas, argüindo ser esta responsabilidade do governo federal. Em relação à educação, o projeto de se instituir uma escola onde antes era um alojamento da antiga fazenda, administrada em parceria com as associações do assentamento, foi deixado de lado com a entrada do novo cenário político.

Embora existam diferentes grupos e associações na área relativa ao MST, isto não impede a emergência de consensos. Por exemplo, os coordenadores decidiram por encerrar com a proliferação de botecos na área do MST no assentamento, que já somavam em torno de 30, segundo Cido. Decidiu-se por restringi-los a dois somente, com parte do faturamento

sendo repassado à secretaria central do MST. Houve registro em ata por todos os coordenadores e importante aval do Inbra para impor o fechamento dos botecos.

Ao todo, na área correspondente ao MST no assentamento Itamarati, 17 coordenadores de grupo representam 320 famílias do movimento assentadas. Destes 17, 7 têm repassado a cota de 1% da produção para o MST.

Cido é crítico em relação a outros grupos coletivos no assentamento que não do MST. Na Fetagri, os grupos estão partindo. No caso da ANFI, a associação dos ex-funcionários da fazenda Itamarati, há diversos problemas, como irregularidades, má-administração, dívidas e dificuldades de adaptação ao trabalho autogerido. Apesar de terem sido privilegiados na escolha da área e na posse da sede, os trabalhadores estavam acostumados a receber salário e a ser empregados, tendo obstáculos na organização do trabalho autônomo. Além disto, muitos já estavam afastados do trabalho rural há mais de dez anos. O grupo inicial de 150 famílias tem se fragmentado ao longo do tempo em várias pequenas unidades. Por vezes, o grupo do Núcleo de Resistência de Eldorado dos Carajás foi chamado para discutir as dificuldades dos empreendimentos cooperados e autogeridos.

Segundo o companheiro Baiano, um assentado do Núcleo que começou sua militância nos acampamentos de Rondônia, em 1987, fazenda parte da CPT, a Comissão Pastoral da Terra, a vida melhorou significativamente. Após ter ajudado mais de 10 acampamentos, ele alerta para as dificuldades dos coletivos em Mato Grosso do Sul, principalmente pela diferença de cultura dos pantaneiros, que desconheciam o trabalho na lavoura, sendo mais habituados como assalariados de fazendas de gado e pescadores. Cido complementa que tais famílias, na área do Itamarati, formaram um grupo totalmente à parte — “acham melhor pagar diárias do que trabalhar”.

Cido conclui que o grupo do coletivo já criou raiz própria. Grande parte chegou solteiro ao assentamento e agora já está casado ou na iminência de se casar, com relacionamentos na maioria das vezes provindos de acampamentos anteriores.

A religião não é uma questão discutida. Não se sente a influência direta de pastores. Ademais, eles planejam a construção de uma igreja ecumênica no coletivo, onde cada pastor, de diferentes seitas, poderá realizar suas missas.

12- Entrevista com Zezinho. Escritório central do MST em Campo Grande, dezembro de 2004.

Zezinho é coordenador do coletivo estadual de produção e assentado no grupo coletivo de produção do assentamento de Itamaraty. Ele introduz sua fala dizendo que o Estado está bem no início do debate sobre economia solidária. A experiência de grupos coletivos é bem restrita e circunscreve-se, principalmente, em cinco experiências, Sul-Bonito, Itamaraty I, São Manuel, Andalucia e Tamacavi. Somente os dois primeiros coletivos ainda se encontram ativos.

O principal motivo alegado para “dar ou não dar certo” é o individualismo, dificilmente superado em razão da propriedade da terra individual, do acesso bancário individual e o demais entorno individual que a sociedade capitalista representa.

A organização da produção interna dos assentamentos ainda é uma promessa para os próximos anos. Ao menos até agora, não há um escoamento específico para os bens produzidos nos assentamentos e a venda dos produtos depende de atravessadores. Paralelamente, não houve avanços na comercialização direta e na agroindústria.

As principais linhas de produção nos assentamentos são o leite, em primeiro, e secundariamente a mandioca, o erva-mate, o café, a pupunha, o mel, o feijão e o arroz (este restrito à localidade de Rio Brilhante), que também contribuem para a renda e subsistência das famílias. Mesmo dependendo de atravessadores, o leite é a garantia de renda das famílias. No que se refere especificamente à mandioca, destaca-se que a produção isolada não traz grandes benefícios. Somente com a montagem de uma feccularia seria possível transformar a atividade em questão em um negócio rentável.

Na opinião de Zezinho, o principal desafio é a sustentação das famílias nos lotes individuais, porque o assentamento individual, enquanto proposta, não tem viabilidade. A principal causa disto é a própria situação da agricultura brasileira, em que só há apoio para o grande agronegócio e não há políticas específicas voltadas aos pequenos agricultores. Desta forma, não é viável trabalhar isoladamente. A mera disponibilização de recursos por meio do Pronaf é insuficiente, pois também há necessidade do maquinário, da agroindústria local, do transporte de mercadorias e dos insumos e dos espaços para a comercialização.

No ano de 2004 houve a experiência de comercialização da produção de melancias, originadas de um assentamento em Sidrolândia, vendendo-as nas ruas de Campo Grande. Há o desejo do movimento de ter uma loja da reforma agrária, um ponto de venda fixo na cidade. As melancias vendidas foram provenientes de lotes individuais e se não fosse o auxílio do caminhão do governo e do esforço de comercialização do MST seria difícil encontrar uma forma de escoamento alternativa.

Há muitos projetos concomitantes, mas “não adianta atacar todos os projetos ao mesmo tempo, pois é preciso priorizar”. A principal prioridade é a realização de estudos de viabilidade para a implantação de uma agroindústria.

Zezinho entende a economia solidária, por vezes, como oportunidades possíveis em relação ao comércio justo, estando o MST no pólo fornecedor de mercadorias. Neste sentido, ele relata que não houve, até então, propostas concretas, mas que será difícil de atender pedidos imediatos que possam surgir, pela falta de estrutura para atendimento. “Há muita dificuldade porque movimento social não é empresa, e o produto é a conscientização primeiramente”, uma vez que “o papel do movimento é mais para pressionar para que a coisa ande”.

O movimento é organizado por núcleos de famílias, que possuem coordenador-geral e coordenação por setores (produção, educação, saúde, formação, etc.) Ao todo, no Estado, há 35 coordenadores de produção, que se reúnem de 2 a 3 vezes ao ano em assembléias. Para facilitar a organização, há 7 regionais, em que são formados coletivos, em que estão presentes os coordenadores dos núcleos. Por fim, há o coletivo estadual do setor. No caso da produção, ocupado por Zezinho, paga-se uma ajuda de custo, ao invés de salário — neste ponto ele alerta que se fosse para ganhar dinheiro ele faria outra coisa, pois é uma questão de querer contribuir para o movimento. Também responde que não se trata de um cargo ambicionado, mas de um serviço do movimento.

A principal fonte de sustentação financeira do MST em Mato Grosso do Sul, segundo Zezinho, provém da contribuição dos assentados. Em geral, é composta de 1% de produção, mas este valor é apenas uma referência, não é um valor obrigatório.

Zezinho não faz muitas referências a outras fontes de recursos, embora relate que há organismos internacionais que apóiam pontualmente em algumas áreas. De qualquer forma, ele afirma que o movimento não abandona a linha política por causa dos apoios, daí ter como objetivo principal a autosustentação. “Não dá para ficar refém de um recurso externo ou do governo”. O mais comum é o trabalho com convênios, como o internamente polêmico convênio com o Incra.

Enfim, como principal norteador de organização econômica, procura-se incentivar a cooperação em todas as áreas. Mas Zezinho reconhece que se trata de algo muito amplo e que é preciso respeitar as condições subjetivas, as expectativas e o preparo das pessoas.

Ana Carla trabalha na linha de frente do Sebrae/MS dentro de um programa de incentivo à economia solidária. Ela também participa da RBSES, a Rede Brasileira de Sócios-economia Solidária, embora não seja militante, mas uma profissional de economia solidária.

O Sebrae procurou desenvolver uma metodologia para trabalhar com associações e cooperativas urbanas, explicando para os grupos interessados como planejar, legalizar e realizar pesquisas de mercado. O início do trabalho de apoio ocorre com uma palestra, “Juntos somos fortes”, que enfatiza vários aspectos dos trabalhos coletivos e mostra os prós e os contras subjacentes à decisão de se associar. Em seguida, um processo completo de apoio à empresa ou associação é desenvolvido. Há um custo neste processo: 70% é coberto pelo Sebraetec e os restantes 30% pela própria associação, geralmente com recursos captados por meio de ONGs ou 3º setor mais genericamente. Para a qualificação profissional, o Sebrae tenta estabelecer parcerias.

A parte final do ciclo de apoio do Sebrae é a realização de rodadas de negócio, para vender os produtos já elaborados. Nestas rodadas, vários empresários são chamados para conhecer a produção dos associados. Além desta iniciativa, também são desenvolvidas feiras — chamadas de Mercado Solidário. Estas feiras, cuja divulgação é realizada de modo solidário, permitem, em um mesmo espaço, a comercialização de produtos, a troca de experiências e a capacitação em economia solidária. Esta última ação teve o apoio do Banco de Palmas, com seu principal representante realizando oficinas de 4 em 4 horas e praticando clubes de troca instantâneos. A feira também cumpre o papel de um encontro de líderes (de bairro e de governo) e expositores.

Um exemplo de capacitação do Sebrae foi do grupo artesão de Jardim, que trabalha com ossos bovinos, cumprindo a exigência de artesanato de se utilizar matéria-prima local. Em parceria com a prefeitura local, o Sebrae pagou toda a capacitação, inclusive trazendo um especialista italiano em design. Outra iniciativa do Sebrae, ainda na área de artesanato, foi levar os grupos na feira “Mão de Minas”, em Belo Horizonte, com o principal objetivo de apresentar os trabalhos para lojistas, em rodadas de negócios.

Ana Carla lembra, então, de comentar sobre a satisfação dos principais atores(as) da economia solidária — as cooperadas de cada associação. Muitas jamais tinham viajado para cidades grandes e não é incomum ouvir comentários como “este é o meu dia de princesa” durante a feira, que disponibiliza às cooperadas hospedagem em hotéis, pago pelo Sebrae. A presença de grupos de música e circenses no “Mercado Solidário” enriquecem o ambiente e a satisfação ainda mais. “Vir para a feira” passou a ser um elemento motivador importante para

as pessoas não trabalhem em empresas individuais, mas se agruparem em associações, com vistas à colher benefícios institucionais. Somente o deslocamento não é pago pelo Sebrae.

Outra distinção importante para que os grupos tenham apoio do Sebrae é se encaixarem como produtores de artesanato, ao invés de trabalhadores manuais. O recorte temático é baseado no uso da matéria-prima da região e na ausência de processo industrializado de produção.

Perguntamos a Ana Carla qual era o limite de recursos que ela estava autorizada a gastar para a economia solidária. Ela me respondeu que havia uma partilha prévia de recursos no âmbito do Sebrae nacional, mas há a possibilidade de se pleitear recursos adicionais por meio de projetos — tanto no Sebrae nacional como no setor privado ou no terceiro setor.

A maior dificuldade em se trabalhar com a economia solidária, segundo Ana Carla, não está na escassez de recursos, mas na competição institucional pelo controle de grupos e de conceitos. O processo de apropriação de grupos se dá pelo medo de perdê-los para outras instituições, como o Sebrae. Subjacente a esta ação, encontra-se a idéia de que o Sebrae é muito capitalista e poderia corromper os grupos. Há um problema de sobreposição de ações, mas também ocorre a impossibilidade de se fornecer apoio — o que em sua opinião nega a missão institucional do Sebrae.

Para reduzir os “donos de grupos”, ações como a constituição de uma câmara setorial de economia solidária seriam bem vindas e poderiam organizar ações conjuntas sobre objetivos consensuais, como melhorar a qualidade de vida das pessoas.

14- O Laboratório Organizacional de Campo de São Manoel

A fazenda São Manuel, nos anos 80, era um latifúndio improdutivo de 4.327 hectares, de propriedade da RFFSA. Foi ocupada pela primeira vez em outubro de 1989, por 65 famílias. Logo na introdução da Memória do laboratório, esclarece-se a motivação de tal empreendimento: “para nós fazermos este antigo latifúndio produzir, e isso para nós é uma questão de honra e resistência”.(pg.2) Para superar os problemas individuais, sugere-se a criação do CPA, a Cooperativa de Produção Agropecuária, com posse coletiva da terra, trabalho e capital.

Na definição de Paulo Cerioli, citada na Memória, o laboratório organizacional “é um ensaio prático e ao mesmo tempo real no qual se busca introduzir em um grupo social a consciência organizativa que necessitam para atuar em forma de empresa ou ação organizada, como uma cooperativa de produção agropecuária”.(pg.16)

Participaram do laboratório, o primeiro realizado em Mato Grosso do Sul, 188 participantes do assentamento São Manuel. Organizado em torno de cursos e leituras, existiam controles de leituras, *i.e.*, questionários baseados em cadernos de formação de Teoria da Organização e Teoria da Organização no Campo e em livros: “Como organizar a massa”, “Cooperação agrícola nos assentamentos”, “Alianças”, “Reflexões sobre um conceito de desenvolvimento para libertação” e “Os pioneiros e as distorções do cooperativismo na América Latina”.

Além do eixo central formativo, baseado nos cursos de Teoria da Organização, foram realizados os seguintes outros cursos: autogestão, cooperativismo, culinária, pintura, apicultura, conservação do solo, bacia leiteira, avicultura, horticultura, piscicultura, operação de máquinas, corte e costura, tricô, suinocultura e administração rural, além de cabeleireiro, datilografia, teclado, mecânica, técnicas agrícolas e contabilidade.

Paralelamente, foi formada uma empresa com o intuito de organizar o curso e cuidar do patrimônio (insumos indivisíveis), do alojamento, das atividades externas, do escritório e do refeitório. Na metodologia empregada, há um coordenador, chamado de laboratorista, que até a metade do curso encaminha as principais decisões do grupo, mas se afasta em seguida para que se coloque em prática a autogestão.

Emanuel Nobre Araújo, engenheiro agrônomo do sistema de cooperativas dos assentados de São Paulo, foi o laboratorista e, ademais, atuou como instrutor de Teoria da Organização, a disciplina mais importante do laboratório. Na Memória, há cópia integral sobre o conteúdo básico do curso de T.O., texto chamado de “Elementos sobre a teoria da organização do campo”, de Clodomir Santos de Moraes. O artigo faz uma comparação entre a economia mercantil simples e a capitalista. Há uma síntese sobre o comportamento ideológico de estratos sociais emergentes, diferenciando camponeses e operários. As organizações produtoras são organizadas em dois grupos, a saber, organizações de luta e organizações de consolidação social. Os grupos sociais têm três graus de consciência: ingênua, crítica e organizativa. Há inimigos externos (“o fazendeiro, algum político atrasado, um padre reacionário, um agiota, etc.”(pg.75)) dirigidos contra a unidade e a disciplina, com vistas a desintegrar a empresa. Os inimigos internos são vícios decorrentes de formas artesanais de trabalho, “predominante nas sociedades de desenvolvimento econômico incipiente”. Quanto à origem, são oportunistas e subjetivistas. “No primeiro caso, o caráter oportunista do vício se manifesta como um reflexo de uma subideologia gerada pela propriedade privada dos meios de produção. No segundo caso, o caráter subjetivista do vício se manifesta como reflexo de

uma subideologia gerada pela visão idealista determinada pelas formas artesanais de trabalho”.(pg.76)

Quatro informativos laboratoriais, anexados na Memória, revelam-se como importantes fontes primárias do imaginário em construção no período de funcionamento do laboratório. No primeiro informativo, duas mensagens, no formato de charges, têm destaque os seguintes lemas: “Ocupar, resistir e produzir” e “O segredo do sucesso: analisar, planejar, controlar e distribuir”. No segundo informativo, há um depoimento sobre a Coopajota, de São Paulo, dado pelo instrutor do curso de autogestão: “todos os sócios sentem a necessidade de organizar outras famílias em um processo associativo para mostrar que a Reforma Agrária é viável e que através da capacitação é que os trabalhadores conseguem administrar uma empresa complexa como a Coopajota”. No terceiro informativo, novamente surge depoimento sobre a Coopajota: “como a organização é o segredo do sucesso, foi preciso realmente ter um bom planejamento nos vários aspectos, principalmente na produção, e assim a Coopajota hoje dá a largada para mais um ano recorde de produção”. Por fim, o informativo de número quatro fala sobre o Lumpen, retomando conceito aprendido em Teoria da Organização: “é aquele indivíduo que não está envolvido em nenhum processo produtivo que conhecemos [...] É uma mariposa que procura viver onde existe unidade ou alimentos sem fazer esforços para produzi-los. Será que no assentamento São Manuel existe desses tipos de indivíduo?” (pg.147-163)

Há documentação específica sobre as dificuldades vividas no laboratório, os chamados balanços críticos. Emanuel Nobre Araújo, o laboratorista principal, aponta para as deficiências de estrutura, as ausências de técnicos e a falta de cumprimento de horários. Já Vicente Rodrigo dos Santos salienta, em seu balanço crítico, o insucesso em se tentar implantar a autogestão, seja pela dificuldade de compreendê-la, seja pela burocratização excessiva de procedimentos que, em última instância, podem ser considerados simples. Também comenta a falta de disciplina nos horários e critica os vícios de comodismo e anarquismo na coordenação geral. Por sua vez, Adalberto Martins, já na penúltima semana, acirra as críticas quanto ao andamento do laboratório, principalmente em relação aos traços comportamentais pessoais — mau comportamentos, desentendimentos, brigas, até lavagem de roupa no horário de trabalho e o caso de uma companheira que “alegando dor de dente e estendendo um colchão debaixo da mangueira no dia 10/10 no horário de trabalho, deixou uma visão muito mal, transparecendo o comportamento de lumpen”.(pg.164/09) Ele conclui que não houve avanço e que é preciso avaliar melhor a implantação de laboratórios em outros

assentamentos em MS, pois dificilmente, com o método em uso, os trabalhadores ultrapassam a fase de anomia.

Outros balanços críticos voltam a apontar desvios como atritos de relacionamento, não cumprimento de tarefas e furos nas escalas. Fala-se, também, no anarquismo de muitos grupos, expresso pela inexistência de grupos de trabalho e falta de zelo pelo patrimônio da empresa. “O fato de não acreditar na organização (individualismo) ou a descrença que a saída para os problemas individuais podem ser conseguidos coletivamente, impede e emperra o funcionamento dos setores da empresa e até mesmo dificulta o funcionamento dos mutirões”.(pg.165/15)

Afora os balanços críticos, há uma crônica diária que documenta os principais acontecimentos nos dias de laboratório. Há muitas queixas sobre falta de participação e planejamento e problemas generalizados de cumprimento de horários. Ao que nos parece, a partir dos comentários da crônica, o curso de fato mais importante foi o de Teoria das Organizações, inclusive com descrições pormenorizadas nas crônicas diárias do conteúdo deste curso, chamando a atenção para a necessidade de análise, planejamento, distribuição e controle, e para os pilares da empresa e sua base social (unidade, disciplina e participação social). Mas o ponto mais enfatizado e aprendido foi sobre os vícios: “De manhã as 7:00 horas deu início a 5ª aula de T.O., em que foi feita a revisão das aulas anteriores e se trabalharam os vícios das formas artesanais de trabalho (individualismo, personalismo, anarquismo, imobilismo, comodismo, sectarismo/radicalismo, liquidacionismo, aventurismo e autosuficiência) e os mecanismos de combate e controle dos desvios ideológicos (a vigilância, a crítica e a reunião)”(pg.170)

15- Entrevista com Maria Conceição. Coodenadoria de Economia Solidária da Prefeitura Municipal de Dourados, agosto de 2005.

Maria Conceição é Coordenadora de Economia Solidária da Prefeitura Municipal de Dourados, município pioneiro na implantação de projetos coletivos de desenvolvimento econômico, realizando projetos de geração de renda desde 2001. Gerenciando um orçamento de R\$ 500 mil específico para a economia solidária, ela faz o acompanhamento de mais de 50 grupos, reunindo mais de 600 trabalhadores. Os grupos, na maioria formados por mulheres, são iniciados no Programa Coletivos de Qualificação para o Trabalho, que já qualificou mais de seis mil pessoas. Os cursos são realizados em parceria com Senac, Senae e Sebrae. Após a qualificação, os formados decidem procurar trabalhos formais ou se engajar na economia

solidária. Se optam por esta última, participam do Projeto Formando Times, em que aprendem as diretrizes do trabalho em grupo, as benesses e as dificuldades. Faz-se, também, uma capacitação no Sebrae, chamada “Aprender a empreender”.

A preferência de muitos pelo emprego formal se dá, principalmente, em virtude da incerteza dos projetos coletivos, que emerge de várias fontes: há insegurança psicológica, por causa da baixa auto-estima, insegurança financeira, pelo risco dos projetos desenvolvidos, e insegurança jurídica, em consequência de dificuldades de enquadramento dos negócios nos marcos legais. Em geral, a maioria dos grupos permanece na informalidade e não consegue se legalizar.

Duas razões concorrem para explicar a participação maciça das mulheres nos projetos de economia solidária. Em primeiro, o desemprego da população feminina. Em segundo, a própria temática dos cursos oferecidos, em geral relativos às áreas de alimentação, tecelagem, confeitaria, artesanato, reciclagem e limpeza. No que se refere aos elementos motivadores, tanto a geração de renda como o efeito de ‘ser uma terapia’ são citados, mas se nota que os grupos que não geram renda acabam.

Os grupos de economia solidária têm um acompanhamento de gestão, atuante principalmente nas áreas de cooperativismo e auto-estima. Este acompanhamento é realizado pela equipe da própria coordenadoria, formada por quatro pedagogas, duas psicólogas e uma assistente social. De acordo com Conceição, a equipe tem natureza militante e tem compromisso com o que faz, trabalhando pela causa e não pelo dinheiro. O treinamento em economia solidária da equipe foi realizada pela própria Conceição, que atuou como multiplicadora de um curso de economia solidária de 360 horas feito por ela na Senaes.

Ela se considera utópica. Trabalha com a metodologia de Paulo Freire, pois “se não tiver utopia, você desanima junto com os próprios grupos. É preciso alimentá-los com esperança para que não se cansem”. De qualquer forma, há muitas desistências, pois os grupos ‘puxam’ para o trabalho individual, enquanto a equipe insiste em fortalecer o coletivo. Há, também, momentos de crise nos grupos, principalmente quando o dinheiro é recebido. Há desconfiança na partilha, pois a maioria das mulheres nunca esteve à frente de nenhum negócio, além de possuir baixa escolaridade, o que dificulta até mesmo a realização de operações matemáticas básicas necessárias para a administração. Mas os principais problemas do grupo são de relacionamento e de questões familiares em casa. Em face a estes problemas, a equipe trabalha muito com a necessidade de persistência.

Por outro lado, a estruturação dos grupos é pensada de modo com que não dependam do governo, evitando rupturas de acordo com os ciclos políticos. A identificação da economia

solidária enquanto projeto político é um obstruidor para o desenvolvimento dos grupos, pois estes têm medo de se sentir mais uma vez enganado ou de se engajar em mais um projeto sem começo, meio e fim.

A organização dos grupos é muito diversa. Em face à diversidade de grupos coletivos de fato, familiares e até mesmo individuais, que indistintamente recebem apoio da coordenadoria, a relação com os grupos é muito verdadeira – não há interesse por parte dos grupos em simular coletivismo, pois sabem que até mesmo os individuais ganham apoio e recursos. Quanto aos coletivos, observa-se um bom funcionamento: quando há dominadores, o próprio grupo trata de expulsá-los – “infelizmente existe esta exclusão. Os pobres também excluem os pobres”.

A ONG ‘Mulheres em Movimento’ atua em conjunto com a Secretaria, fornecendo matérias-primas e bens de capital aos grupos, que pagam em pequenas parcelas, com uma taxa fixa de empréstimo de 3% e sem nenhum juros intertemporal – paga-se quando pode. Esta ONG, também administrada pela própria Conceição e sua colega Lenita, foi fundada a partir dos recursos da herança de uma freira, colega delas desde os tempos de congregação.

Há uma grande participação de mulheres que ganham bolsas e subsídios governamentais. Na opinião de Conceição, as bolsas estimulam a dependência das famílias e apresentam poucas contrapartidas, não contribuindo para que se emancipem. A geração de renda nos projetos de economia solidária traz a satisfação de não mais depender do governo e resgata a dignidade dos indivíduos.

A maioria dos grupos trabalha de maneira artesanal, mas todos buscam melhorias em maquinário e conquistas de bens de capital. De início, a prefeitura contribuiu com as máquinas de duas padarias comunitárias e com as prensas para os grupos de recicladores, mas a participação direta do setor público na compra dos bens de produção foi encerrada, pelos entraves burocráticos enfrentados. Outros grupos, como nas lavanderias, organizaram poupanças para comprar, elas mesmas, o maquinário. Por último, muitos grupos têm solicitado apoio na ONG ‘Mulheres em Movimento’.

A coordenadoria e a ONG têm trabalhado na sensibilização para o consumo solidário e para a formação de redes, quesito indispensável para o aumento do poder de mudança social. Já existe consciência entre os cooperados, mas esta não implica ações práticas por parte dos mesmos. Por exemplo, as lavadoras compram em um tradicional mercado atacadista da cidade, por ser mais barato, e não do grupo de limpeza. Mas há casos positivos, como o próprio grupo de limpeza, que adquire embalagens dos recicladores. No que se refere a consumidores finais, a conscientização tem sido realizada por meio de feiras, mas observa-se

que, com exceção da área de alimentação, as demais áreas não conseguem vender se apresentam preços minimamente superiores aos de mercado, o que denota que a economia solidária não conseguiu conscientizar os consumidores para alterar seus hábitos de consumo. Ademais, observou-se mais sucesso nas feiras nas próprias comunidades onde residem os grupos e não entre consumidores de fora. Por último, um importante comprador solidário, o setor público, é descartado, em razão das exigências legais dos procedimentos licitatórios, que impedem compras de grupos produtivos informais.

No que pese a dificuldade na formação de redes de consumo solidário, insiste-se em pregar a economia solidária como alternativa ao capitalismo. Neste sentido, os grupos não são preparados para produzir com o intuito de competir nos mercados. Não se toca no assunto de competitividade e a equipe da coordenadoria não se esquiva, no acompanhamento dos grupos, em discutir e criticar o sistema capitalista – pela metodologia de Paulo Freire utilizada as próprias cooperadas definem e constroem coletivamente uma concepção crítica do capitalismo.

Conceição relata que a equipe trabalha muito com as questões de gênero. São muito comuns maridos que não permitem a mulher trabalhar fora de casa. Com a formação em economia solidária, muitas mulheres rompem com a dominação doméstica, passam a ter um discurso feminista e percebem-se enquanto mulheres. “Elas iniciam os trabalhos achando que são um peso morto na terra – são pobres porque é destino e porque Deus quer. Quando enxergam que têm condições de superar a pobreza, aceitam-se como pessoas, entendem os mecanismos de dominação e passam a reivindicar direitos, mostrando que estão acordadas”. As mulheres passam a se impor dentro de suas casas, apontando para a necessidade de que o marido compartilhe os trabalhos domésticos, como de lavar louça e trocar fraldas. Muitos maridos são chamados para as discussões dos grupos, mas poucos comparecem de fato, enquanto muitos criticam os trabalhos da coordenadoria e das psicólogas. Conceição fala com segurança que as mulheres adquirem um novo equilíbrio emocional – “a pobreza gera desequilíbrio emocional e cria uma revolta interior”. A principal conclusão é de que os projetos de economia solidária proporcionam, sem dúvida, uma melhoria da qualidade de vida.

Ela relata com orgulho o ecumenismo de sua equipe e dos grupos de economia solidária. Mas admite que a religião prepara as pessoas para compromissos coletivos. Em sua opinião, as pessoas que militaram ou ainda militam nos movimentos sociais da igreja possuem maior facilidade em entender e praticar as metodologias de economia solidária. “Ser militante, isto é, ser do movimento social, é imprescindível para o trabalho de economia solidária.

Aqueles que são somente técnicos não entendem o trabalho”. Conceição lembra que se o grupo não fosse militante, ter-se-ia somente uma economia solidária de fachada, como em outros tantos órgãos governamentais.

16- Entrevista com Claudemir Oscar. Escritório Central do MST, agosto de 2005.

A decisão de Claudemir em se mudar para o acampamento se deu, segundo ele, pela experiência negativa em trabalhar na cidade, ser explorado, e não conseguir ter nenhuma posse concreta de nada. Assim, ter a terra própria, o lote, representou um sonho, uma esperança, de progredir materialmente.

Claudemir é egresso do acampamento Dezesete de Abril, localizado na Fazenda Tegi, em Nova Andradina. Foi entre os acampados que iniciou debatendo as questões de gênero, assumindo o papel de líder do coletivo deste setor. A principal motivação para o engajamento de Claudemir foi seu interesse em discutir a participação da mulher nas lutas dos sem-terra. Hoje Claudemir trabalha no escritório central, assessorando Sônia, que lidera a instância estadual no assunto.

Ainda aguardando seu lote, ele afirma que passou por uma revolução pessoal após entrar no movimento, libertando-se dos costumes da sociedade tradicional cheia de vícios e desvios, e colocando em prática novos costumes. Em principal, passou a gostar da vida militante.

No acampamento, ele trabalhou muito a questão da cooperação com os acampados. Em seu pensamento, a formação é essencial, mas não basta, pois é preciso trabalhar a consciência das pessoas. Trata-se de algo difícil de ser realizado, porque as pessoas estão habituadas a viver durante anos no sistema competitivo capitalista.

Outros pontos intensamente trabalhados no acampamento, no que se refere ao coletivo de gênero, envolvem programas de combate à violência doméstica e de aumento das mulheres na participação política interna do movimento. Além disso, são desenvolvidos encontros de casais, para a formação de consciência conjunta dos homens e mulheres. Claudemir nota que a violência, fruto de uma tradição secular de exploração das mulheres, é menos comum no acampamento do que no assentamento. Na vida de acampado, as famílias não estão isoladas e, desta forma, as pessoas conversam, se ajudam e formam núcleos de famílias que se apóiam mutuamente.

Aponta-se a existência de uma discussão específica de utopia para as mulheres, envolvendo a defesa da igualdade dos gêneros. Neste âmbito, critica-se a questão da competitividade, pelos problemas que trazem para o cotidiano das mulheres.

Outras discussões realizadas envolvem antecipar as mudanças ocorridas durante a transição entre a vida no acampamento e no assentamento, com vistas a se manter o mesmo grau de participação política. Trata-se de uma diretriz do próprio MST, com o intuito de fomentar a luta pelo socialismo mesmo após a conquista do lote. De qualquer forma, observa-se que a participação política mais escassa nos assentamentos se deve, em grande parte, a distância entre os lotes. Entretanto, Claudemir nota que, na atualidade, a maioria das pessoas entra nos acampamentos com o único objetivo de obter o lote. Atualmente, a formação política é mais difícil de ser realizada por causa das alterações no público da reforma agrária, formado cada vez mais por pessoas urbanizadas e não por egressos do campo.

No que se refere aos projetos desenvolvidos pelo coletivo estadual de gênero, cita-se um projeto de sementes – com vistas a resgatar a diversidade genética – canalizadas prioritariamente para o público feminino. Além disso, há ações realizadas com o intuito de ampliar ainda mais a qualidade de vida das mulheres, cuja melhora após a conquista do lote é amplamente reconhecida.

17- Entrevista com Sílvia Barbosa de Souza. Escritório Central do MST, agosto de 2005.

Sílvia é filha de pais assentados no assentamento Capão Bonito II, proprietários individuais dos lotes. Ela se engajou no movimento por meio do coletivo local de produção, por acreditar que esta é a área em que apresenta maior compatibilidade vocacional. Mas sua escolha se deu após ponderar as vantagens das chances oferecidas por outras áreas, como saúde e educação.

Ela estudou no Iterra, a escola técnica agrícola de parceria do MST em Veranópolis, RS. Conseguiu sua indicação por apoio de seu pai, mesmo este não tendo nenhuma influência política no movimento. A regional referendou seu nome, que por sua vez foi confirmado na instância estadual. Sílvia faz questão de enfatizar que as escolhas dos nomes para escola não envolvem critérios políticos, mas apenas baseiam-se na aptidão para os estudos e na potencialidade de participação e inserção posterior no movimento.

Ela acredita nos coletivos de produção, mas apresenta algumas ressalvas. O coletivo jamais deve ser forçado e imposto. Faz-se necessária uma discussão prévia muito profunda durante as experiências de acampamento, pois não é fácil compartilhar a vida produtiva. Uma

vez que ninguém pensa igual, a decisão de formar um coletivo deve ser consciente e bem tomada. De qualquer forma, ela adianta que os coletivos com maiores chances de sucesso são aqueles que possuem formas intermediárias de cooperação, sem necessariamente apresentar a posse coletiva da terra e do trabalho.

Para Sílvia, o principal motivo para a formação de coletivos e o engajamento nestes é a própria necessidade de viabilidade econômica. No assentamento Capão Bonito II, ela vivenciou a degeneração gradativa dos lotes, pois houve muitas vendas, em consequência de atividades produtivas mal-sucedidas nas propriedades. Sílvia acredita que a capacidade de resolver problemas econômicos e produtivos é maior nos coletivos de produção. Ademais, a viabilidade econômica nestes últimos é mais garantida, pela presença de mutirões, por compras coletivas e pelo aumento da produtividade em razão das maiores escalas.

Quando conheceu o assentamento Itamaraty, e mais precisamente, o grupo coletivo, sua primeira impressão foi boa e apaixonante. Entretanto, quando aprofundou suas pesquisas e conheceu mais a fundo as pessoas envolvidas, a percepção das dificuldades de vivência coletiva emergiu. O grupo coletivo começou com o objetivo de ser apenas um grupo de militantes, mas as substituições de pessoas ao longo do tempo produziram diversidade com a presença de não-militantes. No que se refere aos outros grupos de assentados do Itamaraty, Sílvia nota que as eventuais divergências existentes entre os grupos foram reveladas já nos acampamentos e não houve tempo de conhecimento pessoal o suficiente para consolidar potencialmente outros grupos coletivos.

Quanto aos aspectos educacionais, ela observa que a família de coletivos possui maior preocupação com o movimento, pois ambiciona formar os filhos já os preparando para a vida em cooperativas. No caso da individual, em contraste, a ausência de atividades de formação faz com que a educação dos filhos seja conduzida pela rede pública de ensino, que não se envolve com a realidade dos assentados.

Sílvia nega que a degeneração da participação política na transição do acampamento para o assentamento seja motivada por desinteresse. O que acontece, em sua opinião, é uma escassez de tempo dos assentados para se envolver em assembleias e coletivos de discussão. Após um dia inteiro de trabalhos intensos de roça, as pessoas não tem disposição e energia para se envolver com outras atividades, sejam elas de cunho político ou educativo. É preciso reconhecer, no entanto, que muitas pessoas entram na luta com uma visão econômica. Em suma, é um assunto de difícil generalização, diz Sílvia.

Os efeitos do emprego da tecnologia são reconhecidos como ambíguos. Se por um lado, há um avanço no conhecimento de técnicas de agroecologia, por outro lado, os maquinários pesados e os transgênicos podem ser negativos para os pequenos produtores.

Ela vê com o otimismo avanços no ramo do comércio justo. Embora não exista propaganda neste sentido, os produtos alcançam o povo e estão sendo preferidos, como é o caso do leite Terra Viva, muito bem comercializado na região Sul do país, com grande procura, em razão de sua qualidade.

Os fracassos dos coletivos de produção em Mato Grosso do Sul apresentam motivos particulares, que não são passíveis de se generalizar. Ela aponta que se trata de um Estado mais atrasado quando é alvo de comparação com Estados como RS, SC e PR. Em sua opinião, é um problema cultural, herdado da forte presença de latifúndios na região e da indisponibilidade de conhecimentos prévios a respeito da agricultura familiar e da organização econômica em cooperativa. Embora a diversidade de hábitos e culturas em Mato Grosso do Sul possa atrapalhar os coletivos, também serve como fonte de aprendizado para a emergência de novas formas de se organizar os trabalhos.

Para Sílvia, o governo não tem de dar tudo para os assentados, mas é imprescindível que dê muitos incentivos no início das atividades produtivas. No que se refere à concessão de bolsas, ela as vê com ressalvas: “É claro que é ótima para as mães, seria mentira falar o contrário, mas se trata de uma política de migalhas. Os governantes tratam o Brasil como uma praça de pombos, em que estes se aquietam diante das migalhas. Ao mesmo tempo é muito boa para as famílias e quase impossível propor a retirada das bolsas”. Sílvia conclui que dar um vale-gás não é uma boa política, sendo muito melhor propiciar condições dignas de trabalho. No entanto, sua opinião não está isenta de ambigüidades. Ao mesmo tempo que acha que as bolsas produzem acomodação política dos beneficiados, reconhece que aqueles que vão à luta de modo autêntico são os que possuem maior consciência e não deixam de lutar por causa de vales-gás ou bolsas-família.

Sílvia tem muitos sonhos, pessoais e em relação ao movimento. Do ponto de vista pessoal, sonha em montar um grupo próprio com vistas a formar um coletivo total de produção. No que se refere ao seu trabalho, seu sonho atual é lutar pela auto-sustentabilidade dos assentamentos, a ser realizado pela formação de redes, diversificação produtiva e independência de mercados externos às próprias comunidades.

18- Entrevista com Francisco Edmar Ferreira. Escritório Central do MST, outubro de 2005.

Edmar é assentado no assentamento São Judas, em Rio Brillhante, há mais de 6 anos, mas está a mais tempo no movimento. Atualmente, é líder do coletivo de educação no Estado de Mato Grosso do Sul, área que acompanha há dez anos, mesmo antes de ter ingressado nos acampamentos. A motivação inicial de participar da área educativa foi a necessidade de melhores esforços nos acampamentos. O acampamento Marçal de Souza, que posteriormente daria origem ao assentamento de Andalucia, tinha uma grande carência de professores que pudessem ajudar a dar aulas.

Atualmente, o coletivo de educação do MST atua em várias áreas, educação infantil, ensino fundamental e médio, ensino superior e educação de jovens e adultos. Na educação infantil, o coletivo procura organizar as demandas para a disponibilização de turmas para crianças de 4 a 6 anos. Além disso, são organizadas cirandas infantis – creches que possibilitam às mães a possibilidade de comparecerem a encontros, mesmo à noite – e construídos parques infantis – realizados em acampamentos e assentamentos e erigidos com materiais reciclados ou naturais, como pneus, madeira e bambu.

Na área de ensino fundamental, a principal meta do coletivo envolve incentivar a implantação de salas de aula e escolas em todos os acampamentos e assentamentos. Já no que se refere ao ensino médio, a luta é para garantir o fornecimento de transporte dos alunos que vivem em assentamentos até as cidades onde há a oferta de ensino médio. Nesta área, Edmar destaca a organização do curso normal médio de magistério, contando com duas turmas de cinquenta alunos cada, organizadas pelo MST em conjunto com outros movimentos sociais, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação e a Escola Arthur Vasconcelos Dias, em que o diretor e a comunidade são simpatizantes do movimento. A Secretaria colabora com recursos diretos para a estadia e alimentação e o curso é realizado em sistema de alternância, em geral nas férias de julho e janeiro/fevereiro. No chamado tempo comum, correspondente aos quatro bimestres do ano letivo típico, os alunos exercem atividades de ensino nos acampamentos e assentamentos que vivem. Segundo Edmar, não há resistência da comunidade em relação a tal iniciativa, que ocorre de modo semelhante em muitos outros Estados no Brasil, com vários cursos de magistério.

Em relação ao ensino superior, a experiência bem sucedida dos cursos de magistério motivou sua extensão e aplicação em nível de terceiro grau, com o intuito principal de capacitar professores para lecionar de 5º a 8º séries e ensino médio. O projeto de curso superior na Universidade Estadual de Dourados, destinado a acampados e assentados, já foi

aprovado. De acordo com Edmar, os critérios de ingresso foram decididos pelos próprios movimentos sociais de sem-terra. Decidiu-se que os candidatos devem viver em um dos 43 assentamentos mapeados em que já existem salas de aula de 5º a 8º ou há perspectiva para tal. Também não há vagas ou cotas para as organizações e o ingresso é feito via vestibular. O MST defendeu a existência de cotas de indicação dos movimentos, com vistas a defender o ingresso de pessoas que se sabe serem mais engajadas com a luta sem-terra, com maior potencial de aplicar os conhecimentos no assentamento. Segundo Edmar, o objetivo das cotas seria de evitar que os indivíduos formados não retornem aos assentamentos.

Quanto ao sonho de uma escola independente do MST, Edmar reconhece que é distante, pelos altos custos envolvidos na execução, o que torna as parcerias com o Estado imprescindíveis. As escolas são vinculadas aos municípios e Estados. Em geral, os municípios têm maior resistência da inclusão de elementos educacionais provenientes do sem-terra, porque já apresentam seu conteúdo municipal específico.

Há bastante dificuldade em se trabalhar a ‘pedagogia do MST’, pois a mesma não se encontra pronta e acabada. A aplicação desta pedagogia exige muito esforço dos professores, que precisam sempre buscar a aprender além dos programas para repassarem o conhecimento nas salas de aula. São poucas as escolas que trabalham a ‘pedagogia dos sem-terra’, embora haja dinâmicas, encontros e formações.

Nos acampamentos, quem dá as aulas são os próprios acampados, o que origina uma aplicação maior do ensino à causa dos sem-terra. Além disso, no acampamento, o coletivo de educação é mais presente, incentivando a participação dos pais no ensino, que estão mais próximos e têm maior atuação. Já no assentamento, há entrada de muitos professores sem história de lutas pela terra – “só vão para dar aula e pronto”.

Há uma interação grande entre o coletivo de educação e o coletivo de formação. De certa forma, os problemas que atingem a área de educação, na ida para o assentamento, também atingem a área de formação. A participação dos adultos fica reduzida, pela escassez de tempo disponível e pelas distâncias a serem percorridas durante as reuniões e encontros. Na educação de adultos, nos acampamentos há um avanço nos processos de alfabetização e escolarização, que não se reproduz nos assentamentos, seja pelas dificuldades já citadas ou seja pela falta de energia no assentamento ou pela resistência de dedicar o fim-de-semana para tais atividades.

Edmar também conta sua participação no coletivo de produção Karl Marx, em Andalucia, junto de sua mãe, que pertencia ao coletivo. Em sua opinião, o insucesso do

coletivo se deu pelas diferentes origens das pessoas, com culturas distintas e predisposições de organização de trabalho diferentes. Além disso, poucas pessoas realmente possuíam raízes na região do assentamento. Outro fator foi a existência de acúmulo de problemas não discutidos e não resolvidos, fato que desestimulou as pessoas. Ademais, à medida que cada um já sabia previamente qual era o seu lote, mesmo no coletivo, já havia perspectiva de se individualizar – situação diferente dos grupos do Sul do país, onde os desistentes tinham de abdicar da terra.

Ele também relata a experiência de um grupo coletivo informal de São Judas, em que participou. Lá, iniciaram 20 famílias. Com tempos muito diversos de acampamento e formação – alguns tinham 6 anos de acampamento, outros apenas um mês – não se conseguiu fazer lotes coletivos. A heterogeneidade do grupo contribuiu para sua fragmentação tão logo foram iniciados os trabalhos conjuntos. Restou um pequeno grupo, de 6 famílias, das quais 4 eram militantes, que trabalharam compras coletivas, maquinário coletivo, gado e roça coletivos. Ainda hoje restam roças coletivas.

Na opinião de Edmar, a relação entre militantes e não-militantes não foi problemática, mas informa que das 20 famílias, 3 eram liberadas para o trabalho de militância. Em geral, quem é contra é porque não se encaixa, daí passa a torcer contra, porque tem receio de que os coletivos recebam sozinhos todos os benefícios do assentamento – daí a tentativa de prejudicar o coletivo. Até hoje, em São Judas, o grupo 9, do coletivo, ficou taxado de privilegiado, mas não existiu nenhum privilégio. Em geral, falta consciência dos não militantes de que os liberados são importantes para as outras pessoas, que ainda estão acampadas. De qualquer forma, Edmar lembra que também é bom que o militante volte para o coletivo, no assentamento, pois reforça a sustentação do grupo.

19- Entrevista com Getúlio. Coordenação de Economia Solidária do Estado de Mato Grosso do Sul, outubro, 2005.

Getúlio relata que a Coordenação tem atuado sob dois eixos principais. Em primeiro, junto ao Fome Zero, para atender comunidades indígenas e fomentar a produção local, o que gerou ações de distribuição de mudas frutíferas, pintinhos e sementes de milho, especialmente focalizando localidades com alto índice de desnutrição. Um segundo eixo é a atuação nos bairros populares. Em geral, ações neste eixo são iniciadas com algum morador da localidade que procura a coordenação e realiza curso de formação de multiplicadores em economia solidária. Segundo ele, as pessoas ficam encantadas com o curso, com destaque para a matéria

relativa à história da organização do trabalho, que revela que nem sempre a organização capitalista prevaleceu.

O trabalho de formação tem enfoque em conteúdos de economia política, com vistas à construção da economia solidária. A importância da economia política é o fornecimento de uma visão histórica e social da economia. São discutidas as questões como a relação patrão e empregado, meios de produção e trabalhador, e a ênfase excessiva no capital na sociedade de hoje. Ao término do curso, os trabalhadores se organizam em associações, para viver a experiência real de se trabalhar coletivamente. Há também uma crítica às relações de consumo, enfatizando a importância de se consumir conscientemente. Durante os cursos, são confeccionados projetos a serem desenvolvidos. Um caso bem sucedido de formação, digno de nota, refere-se ao grupo do Jardim Búzios, que por iniciativa própria, tem formado um fundo de capital para viabilizar o projeto, além de realizar experiências prévias de mercado e parcerias com o comércio do bairro.

Com o aumento do número de grupos formados, que hoje já são 20, espera-se realizar encontros entre os grupos para fomentar a formação de redes e realizar acordos.

Também há projetos de fomento a grupos no meio rural, com piloto sendo realizado em Piraputanga, junto à associação de pequenos produtores rurais e apicultores. A importância de grupos rurais se dá pelo papel crucial de seus produtos na cesta de consumo das famílias pobres. O grupo de Piraputanga, além do localizado na Vila Nasser e das famílias indígenas, recebem financiamento estatal direto.

Na coordenação, há funcionários militantes, que vestem a camisa pela economia solidária e se esforçam em defesa de seus valores, mas também há funcionários, empregados públicos, que não possuem engajamento ideológico ao tema. De qualquer forma, Getúlio reconhece que a discussão ainda é embrionária no Estado, mas tem esperança de que seja aprofundada com a expansão do número de grupos nos bairros.

Dos 20 grupos, há uma preponderância de mulheres na organização. Apenas 2 deles foram organizados por homens. Segundo Getúlio, isso é explicado pela maior preocupação das mulheres em sustento da casa, a possibilidade de geração de renda em compatibilidade com o cuidado da casa e a proximidade com os vizinhos, bem como a força das relações de convivência.

O curso de formação tem como consequência a geração de novas lideranças. Estas não estão viciadas nos modelos de associação existentes, voltados à captação de recursos, pois esta não é a única busca do grupo de economia solidária. Vale salientar que todos os grupos situam-se em bolsões de pobreza. As pessoas acreditam no potencial futuro de seus

empreendimentos, e a prova disso é a permanência da articulação do grupo. Mesmo assim, os ingressos monetários são incentivos importantes, como pode ser visto em Piraputanga, cujo ingresso de R\$ 60,00 por trabalhador tem tido impacto positivo na continuidade do grupo.

Embora o comércio solidário em redes seja apresentado no curso, há o cuidado de mostrar a importância das escalas de produção, da organização coletiva e da qualidade dos produtos. Mostra-se um cenário de feroz concorrência, não sendo criada nenhuma máscara protetora dos grupos. Há o cuidado de se evitar transformar a economia solidária em um discurso messiânico. A economia solidária é discutida como alternativa ao capitalismo somente se for capaz de aumentar sua escala de produção e construir uma rede.

Quando perguntado a respeito do impacto dos projetos na auto-estima dos cooperados, Getúlio chama a atenção que a auto-estima deve ser vista como um produto social, e não ser analisada a partir do indivíduo isolado. Ele acha errado a metodologia adotada pelo Sebrae que enfatiza a necessidade de êxito pessoal no mercado, estimulando a concorrência individualista, ainda que sob o lema de ‘cooperar para competir’. Getúlio acha que isto não corresponde à economia solidária, mas é algo que favorece o neoliberalismo e fragiliza as relações de trabalho. Já na metodologia empregada pela coordenação, a competição é excluída como valor, daí a importância da rede. Além disso, a auto-estima só é resgatada no momento em que se discutem as questões sociais e a partir desta discussão, consegue-se gerar melhores expectativas e esperanças.

Nos trabalhos acompanhados, Getúlio aponta que não ocorre dependência entre os alunos e os formadores em geral, embora isto possa estar presente em uma primeira fase de formação. As relações de dependência porventura existentes serão superadas quando ocorrer a organização da rede e a criação de parcerias.

Diante de uma eventual mudança de governo, Getúlio prevê que possa ocorrer uma redução na velocidade de organização da economia solidária. Entretanto, a existência de lei estadual que defende os grupos e cria um fundo de fomento à economia solidária, organizada por um grande leque de instituições como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Sebrae e outras, dá maior estabilidade ao avanço da economia solidária, que passa a ser mais visível e a ter maior credibilidade.

20- Entrevistas na Feira Solidária. Campo Grande, 10 a 12/12/2004.

Para entender o grau de desenvolvimento da economia solidária em MS, foi feito um trabalho de entrevistas dirigidas com grupos que consideramos mais representativos — que

contém mais traços, como autogestão, cooperação, organização em rede e valores solidários — e localizados no interior do Estado. Dos cerca de 50 grupos inicialmente dispostos como universo de pesquisa, realizamos conversas prospectivas em metade deles, sendo 12 escolhidos para aplicação pormenorizada de entrevista dirigida. Os grupos não abordados correspondem, em geral, a associações informais e formais de produtores individuais, com vendas centradas em artesanato e rendas.

A entrevista dirigida foi composta dos seguintes assuntos:

- Nome, produto a venda ou não, organização do grupo (se em cooperativa, em associação), grau de informalidade, número de participantes atual, número de participantes inicial, razões para desistências e tempo de operação;
- Pessoa que teve a idéia inicial, assistência de apoio institucional, financeira e de espaço físico, apoio de treinamento;
- Grau de relação com outras cooperativas (amizade, compra, venda, intermediação, troca de experiências);
- Quem vai à feira com maior freqüência? Como isto é decidido?
- O que fazia antes de ser cooperado? Como aprendeu o ofício?
- Quais as vantagens e desvantagens de ser cooperado? Como os lucros e as sobras são divididos?
- Como é feita a compra de matérias-primas? Qual é a clientela final (perfil)? Porque as pessoas compram?
- Como se planeja/espera o crescimento da cooperativa? Existem concorrentes ou concorre consigo mesmo?
- A vida melhorou? (em renda ou qualidade de vida). Qual a destinação da renda ganha? Quais são as expectativas futuras?

Os 12 escolhidos podem ser separados em subgrupos: indígena (Aldeia Passarinho, Aldeia Jaguapiru, Aldeia Buriti), assentamento (Mulheres de Fibra e Casa Verde), caridade (Projeto Amigão e Casa do Trabalhador Dorothea Hoffman) e novos grupos artesanais (Artpeixe, Arpeixe, Buricor, Associação dos Artistas de Piraputanga e Arteboa).

Dentre os cinco grupos de artesanato, dois fazem o mesmo produto, bolsas de pele de tilápia e mantas da mesma matéria-prima. Ambas iniciaram suas atividades há dois anos, com o apoio da WWF, para o treinamento e para a cessão do maquinário necessário para a realização das peças. O Sebrae também contribuiu com cursos de cooperativismo e de design. Tanto a Arpeixe, de Coxim, e a Artpeixe, de Miranda, recebem apoio da prefeitura. No primeiro caso o apoio é mais modesto, tendo pagado luz e água nos primeiros anos e

abandonado o apoio. No segundo caso há uma ajuda intensiva, com a cessão do terreno e com o auxílio de transporte para compra de matéria-prima, venda de produtos e locomoção para feiras — ouvimos que “a prefeitura ajuda muito” e que “a prefeitura trabalha junto com a associação”. Neste caso, há consciência de que a associação, por reunir 23 famílias, é uma fonte de votos muito importante para a prefeitura.

A matéria-prima, a pele da tilápia, vem de pisciculturas de Dourados e Nova Alvorada. A obtenção da matéria-prima, por vezes, é problemática. Neste caso, as associações de Coxim, Miranda e Corumbá se ajudam mutuamente, com trocas de peles, tinturas e solventes. Este é o principal motivo de contato entre as associações e praticamente o único. É compreensível, pois na maior parte do tempo competem pelos turistas — praticamente a única clientela do produto final. “O pessoal local olha, gosta, mas não compra, não dá valor”. Na venda de produtos intermediários, como no caso da manta, avista-se possibilidades de cooperação, pela necessidade de escala produtiva. De qualquer forma, há uma dificuldade mais imediata, que é de acesso ao mercado e de obtenção de informações, uma vez que há grande dependência de intermediários.

O entrevistado da Artpeixe, que é o próprio presidente da associação, não se queixa do negócio — “a vida melhorou” — e é otimista quanto ao potencial futuro da associação. Antes de trabalhar com a pele do peixe, ele já era artesão, trabalhando com escultura em madeira. Hoje lidera o grupo, concentrando as viagens para feiras, os contatos comerciais e a elaboração de *designs*. Não há muita preocupação na rotatividade dos papéis — “é uma associação e não uma cooperativa”. A atividade de costura é realizada por mulheres, em geral de famílias de pescadores.

Já na Arpeixe, a entrevistada não é tão otimista quanto ao futuro da associação. Queixando-se de problemas gerenciais, principalmente da falta de compromisso da presidência, que se tornou um cargo político e de pouca relação com o trabalho cotidiano, ela sonha em se associar a empresários e desenvolver o negócio autonomamente. Ela se reconhece enquanto parte de um grupo que acha que o mais importante na associação é o convívio, o amor e a vida, e se diferencia das que têm sonhos altos de riqueza, que vêm no empreendimento a salvação econômica. Aqueles que procuraram na associação algo para se distrair estão satisfeitas, outras que buscavam uma fonte primária de renda já abandonaram o projeto ou só trabalham meio período, para conciliar com outra atividade geradora de renda.

A Associação de Artesão de Piraputanga e a Arteboa de Rio Brilhante também tiveram suas atividades iniciadas a partir de um curso. No primeiro caso, houve a formação de multiplicadores a partir de um curso financiado pelo Fundo de Investimento Cultural, da

Secretaria de Estado da Cultura. O entrevistado corporifica a associação, sendo presidente e líder. O trabalho é associativo, à medida que vende os produtos das alunas, em sua própria casa. O principal treinamento não é o artesanato em si, mas um trabalho de capacitação mental para ser solidário, superando a cultura de empregado. Segundo o entrevistado, a principal diferença da economia solidária é a pessoa ser patrão e empregado ao mesmo tempo. Entretanto, não é uma tarefa fácil: “o pessoal fala que não vai dar certo trabalhar por conta própria. O pessoal acha que ser patrão significa não precisar trabalhar”.

A Arteboa também é uma associação, cujo entrevistado é presidente, líder e principal negociador, elaborador de designs e planejador. A associação foi motivada por um curso de artesanato. Começou com 30 pessoas e hoje restam 11 — 8 aprendizes e 3 pessoas do grupo original. A maior parte das desistências ocorreu devido a brigas políticas e frustração econômica — “as pessoas se iludem, acham que vão ganhar muito dinheiro. Quando se dão conta que trabalham boa parte do mês para ganhar uma fração de salário mínimo (é assim no início) elas abandonaram. Quem continua é porque gosta”. A prefeitura deu apoio somente no começo da associação, com a cessão do espaço. O entrevistado é de São Paulo e tem longa experiência com trabalhos artísticos — pintura, fotografia e escultura — faz cursos até hoje, procura estar atualizado com a moda e o design, tem grande afinidade com a cultura empresarial e espera pelo dia em que conseguirá fechar grandes contratos com cadeias de lojas de móveis sofisticados, fato não realizado até agora somente por falta de escolha de produção, seu único gargalo atual, à medida que não vê competidores imediatos. Para os outros artesãos, falta um lugar adequado para comercializar os produtos, que atraia os turistas, que são os grandes compradores. Por fim, emite opiniões a respeito da política governamental atual. “Dar bolsa-família, bolsa-escola, vale-gás, para mim, é ensinar o povo a ser vagabundo. No Brasil é tudo de graça. É errado”.

O último grupo artesão entrevistado foi o Buricor. O início do grupo ocorreu de modo semelhante ao Arteboa. A partir de um curso de artesanato realizado por técnicos de origem maranhense habituados a trabalhar com a fibra do buriti reuniram-se 20 pessoas. Um ano depois restaram apenas 5 delas, gravitando em torno da mãe do entrevistado, que já trabalha há duas décadas com artesanato com motivo afro-brasileiro, que é sua origem. Assim como as outras associações entrevistadas, não há contato com outros grupos artesãos. A maior parte da produção é realizada na própria casa do entrevistado e a comercialização é feita em feiras e no próprio local, há muito tempo conhecido e relacionado ao artesanato. “As pessoas que vêm e compram (em geral turistas) associam nossos traços étnicos com o trabalho em cerâmica e artesanato. Não há propaganda afro-brasileira ou planejamento racional, é algo que as pessoas

discernem naturalmente. Para nós é um efeito positivo, sem dúvida”. A venda é feita para turistas, pois “o povo local não tem apego ao artesanato”.

O faturamento da venda das peças é remetido diretamente à pessoa que as fez, sem nenhuma corretagem. De qualquer modo, não é o lado financeiro que motiva as pessoas a continuar no grupo, uma vez que a renda gerada é pequena. Daí a existência de uma seleção natural, que reduziu o grupo de 20 para 5 pessoas. As que ficam seguem motivadas pelas possibilidades de aprimoramento pessoal e artístico — “conhecer outras coisas”. Do ponto de vista econômico, não há interesse em desistir da cooperativa para seguir sozinho, pois isso significa perda de mercado.

Os grupos Projeto Amigão I e II e Casa do Trabalhador Dorothea Hoffmann fazem um trabalho centrado na caridade e no assistencialismo. O Projeto Amigão I e II funciona em Cassilândia. No Amigão I, o objetivo é tratar de crianças carentes. Há ajuda direta da prefeitura nas despesas correntes, enquanto o espaço físico é garantido pela polícia militar, em seu próprio quartel. Os voluntários são formados por funcionários da prefeitura que, neste projeto, tornam-se professores para ensinar o ofício de fazer panos de prato, rendas e bolsas. Além de ensinar um ofício, o projeto também gera renda, revertida para assistência às crianças carentes. O projeto Amigão II, elaborado nos mesmos moldes, centra suas atividades na prática esportiva.

A Casa do Trabalhador Dorothea Hoffmann, criada por uma irmã, funciona em São Gabriel do Oeste. Ocupando sede própria e com a prefeitura ajudando no pagamento de luz e água, os participantes se organizam em cooperativas, embora seja realizada divisão interna de trabalho por grupos, de acordo com as atividades realizadas, que produzem roupas, trabalhos manuais, rendas e bolsas. A repartição da renda obtida, principalmente a partir da venda de produtos na feira local da cidade, é feita de modo igualitário em cada grupo, pois os grupos podem vir a ter rendas diferentes. Porém, o elemento diferenciador deste projeto, que lhe dá grande destaque, é o fato das crianças estudarem lá mesmo, no lugar onde suas mães trabalham. É uma forma de gerar renda concomitante ao acompanhamento das crianças e à vida em grupo cooperativo.

Foram realizadas entrevistas com os dois grupos originados de assentamentos. No assentamento Casa Verde, um grupo cooperativo desenvolveu uma malharia, com forte apoio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento, embora a iniciativa tenha surgido do próprio grupo, nos conta a entrevistada, também presidente, cujo sonho sempre foi ter uma malharia. Antes de obter o apoio estadual por meio da Coordenadoria da Mulher, houve organização de rifas e de pagamentos de parcelas mensais com recursos próprios. O grupo começou a se

firmar com um curso de tecelagem realizado com uma professora vinda de Nova Andradina, pago pelo governo estadual. Entretanto, das 13 mulheres que fizeram o curso, somente 7 continuam no grupo — “muitas esperavam um retorno rápido e se frustraram, outras voltaram a cuidar de suas casas”. A grande maioria das mulheres concilia o trabalho de tecelã e costureira com o trabalho rural nos lotes, principalmente com o gado leiteiro.

O grupo de malharia de Casa Verde teve outros apoios além do governo estadual, como o proveniente do Idaterra, com apoio de transporte e assistência, do Instituto Mulheres em Ação, de Nova Andradina, com tarefas burocráticas, e da prefeitura, com o auxílio para a construção de um salão onde se concentram as atividades produtivas. Conseguiu-se boa inserção no mercado, com vendas para sacoleiros de Novo Horizonte do Sul e Nova Alvorada e vendas locais sob encomenda. Tem-se avançado bastante nas vendas no próprio assentamento — “porque é mais barato e mais perto, além disto, é personalizado”. A vida das cooperadas melhorou. Agora tem distração, renda adicional, perspectivas para crescer, sabem costurar e aprenderam muito sobre as associações. Nenhuma delas sonha com o mercado de trabalho formal.

A pequena renda gerada é quase toda reinvestida, conforme acordo do grupo. As pequenas retiradas que se permitem são realizadas em mercadoria. Em razão de tantos investimentos, novas entrantes que se candidatarem deverão pagar cotas equivalentes ao montante já investido. Além disto, já deverão saber costurar e precisam ser do assentamento. Devem, ademais, ter superado o machismo em suas casas — muitos homens não permitem que suas mulheres saiam para trabalhar e esta é uma das causas de desistência ou desestímulo.

O segundo grupo de assentadas é o coletivo Mulheres de Fibra, uma alusão ao trabalho com fibra de bananeira. O grupo é liderado pela própria entrevistada, que é quem motiva as outras integrantes, ensina as técnicas e se preocupa com o design das peças. Foi ela quem pagou “do próprio bolso” o primeiro curso de tecelagem. Depois, montou um grupo para multiplicar os conhecimentos com outras assentadas e buscaram apoio, principalmente, com o Idaterra, que ajuda até hoje com o transporte para as feiras e com contatos e oportunidades. O grupo começou com 14 mulheres e hoje restam apenas 4 — “elas desistiram por causa do medo”. Não havia apoio do próprio assentamento no início — “antes, os assentados achavam que as mulheres eram loucas” — mas isto foi revertido após a demonstração dos produtos feitos pelo grupo, que trabalha em uma antiga sala de aula desativada, sob ameaça de ter de ir para outro lugar que não se sabe qual.

Embora o grupo não tenha contato com outros grupos de tecelagem artesanal, elas mantêm contato direto com o Coletivo Sul Bonito, vizinho do assentamento Indaiá, onde

estão localizadas, com o objetivo de obter matéria-prima nos bananais do grupo. Recentemente, com mudas da Embrapa, estão plantando seu próprio bananeiral — um anúncio de vida longa para o projeto.

A venda das peças tem a renda distribuída individualmente, para a pessoa que produziu a peça, mas uma pequena porcentagem é reservada para a caixinha, para cobrir pequenas despesas do grupo. A principal clientela, principalmente da cestaria, é formada por turistas. Há um esforço para diversificar a produção, em novos projetos ou em idéias já em prática, como a produção de chapéus. Neste caso, começou-se a negociar parte da produção no próprio assentamento, por se tratar de um produto considerado necessário pelos assentados. Com a geração continuada de uma pequena renda adicional, as mulheres do grupo estão contentes e motivadas para continuar lutando. O próximo passo, de acordo com a entrevistada, é agregar valor aos produtos.

O grupo da Aldeia Passarinho também trabalha com cestaria, só que utilizando outra matéria-prima, a taboa. O grupo começou com 70 mulheres, a partir de um curso relacionado ao combate à fome. Muitos desistiram, segundo a entrevistada, porque era trabalhoso obter a taboa, sendo preciso entrar no brejo. Outras porque os maridos são machistas, acham que a mulher tem de ficar em casa para passar e cozinhar. Com um ano de operação, restam 7 mulheres no grupo, que estão satisfeitas e acham que suas vidas melhoraram, pois cada vez se aperfeiçoam mais e “vende pouco, mas vende”. A entrevistada é a própria coordenadora do grupo e é sempre ela que vai às feiras. O grupo trabalha em sua própria casa e é lá mesmo que vende grande parte dos produtos, em geral para turistas, principalmente os mais sofisticados, como bolsas, cestos e fruteiras. A fabricação de chapéus tornou possível a venda para o município e para a própria aldeia, porque as pessoas os consideram necessários para trabalhar.

Outro grupo presente na feira, também da etnia Terena, é da Aldeia Buriti, vendendo artesanato indígena e produtos agrícolas, principalmente mandioca, que foi o destaque de vendas na feira. O entrevistado trabalha especificamente com artesanato e foi escolhido, no grupo liderado por um engenheiro agrônomo terena, para ir à feira, o que muitos também queriam. A escolha se deu pelo grande interesse do entrevistado em resgatar a cultura terena. Ele aprendeu sua atividade com o seu avô, que ensinou também os valores dos objetos — “os outros não quiseram aprender porque perderam o interesse na cultura; às vezes até tiram sarro de quem está interessado”. Há, também, produtos da associação, cuja venda é partilhada entre todos (como os colares) e produtos individuais, cujo faturamento é integralmente repassado para o produtor, sem a presença de uma caixinha. O entrevistado está satisfeito — “o bom é que não se gasta nada para comprar matéria-prima e entra dinheiro”.

A aldeia Jaguapiru, da etnia Kaiowá, foi representada em dois estandes na feira, por dois caciques diferentes, que compartilham o poder político local. O primeiro deles lidera um grupo cooperativo formado por 8 mulheres, além dos 7 filhos do cacique, que também fazem artesanato. Embora os ganhos sejam partilhados entre todos, é o cacique quem comparece às feiras, treina e motiva o grupo. Ele aprendeu o ofício com o pai e o avô, que também eram caciques, mas se queixa que “hoje ninguém quer saber de mais nada”, apesar de ser otimista quanto aos próprios filhos — “o filho adolescente já resgatou a cultura”. O principal apoio para o grupo vem da prefeitura, que paga o transporte para as feiras. Mas a venda é limitada — “para vender mais, precisa de mais apoio”. A mesma observação também é realizada quanto ao potencial turístico da aldeia: “Se o turismo chegar, vai ser bom. Mas a prefeitura não apóia”. De qualquer forma, ele está satisfeito com as vendas, principalmente nas feiras, pois na própria oca vende-se pouco. E não há despesas, pois toda matéria-prima é local.

O outro cacique, mais jovem, lidera um grupo de 12 artesãos. Ele aprendeu a fazer as peças com seu pai e há cinco anos vem trabalhando com o artesanato. No começo, vendeu muitos produtos nas ruas de Dourados. Sua situação melhorou muito com o apoio da prefeitura, principalmente pela ênfase na valorização da cultura kaiowá, possibilitando a apresentação de trabalhos. “Sem ajuda ninguém fica sabendo e todos ficam parados, os produtos não saem. A luta é para divulgar. Não há preguiça de trabalhar. Falta, também ajuda para o turista ir à aldeia”. Todos os produtos são realizados com matéria-prima exclusivamente local. Os produtos são identificados por quem os fez e a renda é repassada integralmente. A maioria dos clientes é turista, inclusive estrangeiros, como os holandeses, que compram para revender, mas fazem questão de ver o tipo de material utilizado. Os turistas compram como lembranças, “para por na parede”, e há compras na própria aldeia, “para dar de presente para filho”. O cacique, que também é rezador, insiste que pode haver mais trabalho, se tiver mais mercados — a abertura destes está condicionada ao apoio do governo. Quanto à fabricação das peças, ele é eufórico: “só os kaiowá podem fazer o colar kaiowá e o maracá kaiowá. Tudo tem um significado e é preciso sabê-lo para poder produzir”.

Todos os participantes receberam uma encadernação no Sebrae com instruções para os expositores (*stand*, montagem, hospedagem, alimentação, transporte, cumprimento dos horários, responsabilidades pelos produtos, programação cultural e relação de contatos). Tal encadernação começa, entretanto, estabelecendo o objetivo do mercado solidário, entendido como uma feira de Economia Solidária, que reúne empreendimentos em que “não prevalece a divisão entre patrão e empregado, ou seja, o é administrado por seus trabalhadores de forma democrática e justa”. Há, também, em um dos dois parágrafos concisos que explicam o

objetivo da feira, um esforço para explicar o principal conceito: “A Economia Solidária compreende o resultado da união de trabalhadores em empreendimentos que privilegiam a autogestão do trabalho, o consumo ético, a justa distribuição da riqueza produzida coletivamente, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas e à diversidade cultural”. A avaliação dos empreendimentos de economia solidária indica que tais traços são desenvolvidos de “cima-para-baixo”, principalmente quanto ao aspecto ecológico e cultural, traços que quando absorvidos pelos grupos, são feitos no nível do discurso. Os grupos apreendem o discurso da economia solidária como exigência para participar do movimento, entendido na prática com via de obtenção de apoio externo. Subjacente a tal comportamento, encontra-se a lógica de maximizar a probabilidade de conseguir apoio externo. Já no caso do consumo ético, não há absorção clara no discurso, com exceção dos indivíduos que conscientemente manipulam seu próprio discurso. Este descolamento ocorre, em nossa opinião, pela contradição com as práticas de consumo corrente das próprias pessoas e da compra de insumos das cooperativas. É compreensível que aquilo compreendido como descumprimento de regras e valores seja omitido do discurso.

No que se refere à “justa distribuição de riqueza produzida coletivamente”, a grande maioria dos grupos responde com certo orgulho — como quem cumpre corretamente as normas — que a venda de cada produto é repassado para a pessoa que fabricou o produto, integralmente ou com uma porcentagem para caixinha. O comando (para usar um típico conceito “de cima para baixo”) de distribuir a riqueza é entendido como a necessidade de ser honesto no repasse do faturamento, de não ser ou haver atravessadores e não haver outras modalidades de corretagem. Nota-se, portanto, que são grupos de mutualistas, sem pretender a posse coletiva de trabalho e capital.

Por último, a autogestão parece ser, realmente, a característica principal dos empreendimentos solidários. Ter ou não ter patrão, pertencendo a um grupo, estabelece a fronteira da economia solidária. Estar em tal economia se traduz em aceitar esta forma peculiar de organização de trabalho. A autogestão é percebida como conceito estritamente da economia solidária. Sair desta economia é visto como a tentativa de montar um negócio próprio ou assumir a liderança definitiva do grupo sob o formato de empresa normal, o que poderia dar maior agilidade e eficiência aos negócios. O conflito permanente se dá entre as vantagens do mutualismo (em geral diversidade de produtos e aumento dos apoios externos) e as vantagens do negócio próprio (motivação, empenho, melhores conhecimentos técnicos, maior disciplina e vontade de crescer de cada indivíduo). Este é o cálculo mais freqüente na maioria das pessoas dos grupos, que só perde em destaque nas conversas para o universo

mercadológico imediato — comentar sobre as vendas nas feiras, os melhores lugares para vender, as melhores chances de se ganhar dinheiro — que é dominante na comunidade dos feirantes da economia solidária.